



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

VANICE SIQUEIRA DE MELO

CAMINHOS FLUVIAIS E MOBILIDADE:
OS RIOS GUAPORÉ, MAMORÉ E MADEIRA E A ROTA ENTRE O MATO GROSSO E
O GRÃO-PARÁ (SÉCULOS XVII E XVIII)

Belém
2022

VANICE SIQUEIRA DE MELO

CAMINHOS FLUVIAIS E MOBILIDADE: OS RIOS GUAPORÉ, MAMORÉ E MADEIRA
E A ROTA ENTRE O MATO GROSSO E O GRÃO-PARÁ (SÉCULOS XVII E XVIII)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História. Orientador: Prof. Dr. Rafael Chambouleyron.

Belém
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M528c Melo, Vanice Siqueira de.
Caminhos fluviais e mobilidade : os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII) / Vanice Siqueira de Melo. — 2022.
361 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Rafael Chambouleyron
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2022.
1. Mato Grosso. 2. Estado do Grão-Pará e Maranhão. 3. Caminho Fluvial. 4. Mobilidade. 5. Séculos XVII e XVIII. I. Título.

CDD 981.03

Folha de aprovação

Data de aprovação: 28/04/2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Chambouleyron
(Orientador – UFPA)

Profa. Dra. Nauk Maria de Jesus
(Examinadora Externa à Instituição – UFGD)

Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado
(Examinadora Externa à Instituição – UFMG)

Prof. Dr. Juan Marchena Fernández
(Examinador Externo à Instituição – UPO)

Prof. Dr. Karl Hein Arenz
(Examinador Interno – UFPA)

Para meu filho, Guilherme de Melo.

Caminante son tus huellas el camino y nada más, caminante, no hay camino se hace camino al andar. Al andar se hace camino y al volver la vista atrás se ve la senda que nunca se ha de volver a pisar. Caminante no hay camino sino estelas en la mar.

Antonio Machado Ruiz

AGRADECIMENTOS

Redigir os agradecimentos desta tese é realizar uma retrospectiva, recordando o caminho, iniciado em 2017, que foi percorrido até aqui, das pessoas que me acompanharam e das instituições que me apoiaram durante esse trajeto ou apenas em algum trecho dele. Assim, esta tese não é apenas o resultado de uma pesquisa realizada a partir de uma base científica. É um trabalho que é resultado também da compreensão, paciência, diálogo e apoio de várias pessoas (algumas as quais nem conhecemos).

Não poderia iniciar meus agradecimentos sem demonstrar minha imensurável gratidão à minha mãe, Nazaré Melo, e ao meu irmão, Luís Sérgio de Melo, pelo apoio incondicional que me deram durante a tese. Não tenho dúvida de que sem eles não conseguiria cursar o doutorado. Agradeço ao meu filho, Guilherme de Melo. Porém, a ele peço, principalmente, perdão pelas minhas ausências, quando necessitei concentrar minha energia, sobretudo, na construção da tese.

Manifesto meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que, por meio do Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral), concedeu-me bolsa durante três anos, que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa realizada no doutorado. Espero que, muito em breve, o Brasil consiga um cenário político e econômico que valorize a universidade, a ciência e os pesquisadores.

Expresso minha profunda gratidão aos meus colegas de ofício, que compartilham ou compartilharam o trabalho na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), por terem permitido, em duas ocasiões, meu afastamento das atividades desenvolvidas nessa instituição. Assim, quero deixar registrado meu agradecimento, principalmente, a Diego Marinho de Gois, Gefferson Ramos Rodrigues, Gustavo Pinto de Sousa, Isabel Teresa Creão Augusto, Lademe Correia de Sousa, Lorena Lopes da Costa, Luana Sullivan Bagarrão Guedes e Luiz Carlos Laurindo Júnior. À professora Eveline Almeida de Sousa, registro um agradecimento especial, pois cursamos o doutorado, simultaneamente, em instituições diferentes e, por isso, vivenciamos juntas o processo de afastamento e retorno à instituição. Manifesto também um agradecimento especial ao professor André Dionei Fonseca e à professora Wania Alexandrino Viana, que, na condição de coordenadores do curso de história em diferentes momentos, empenharam-se no encaminhamento do meu pedido de afastamento.

É o terceiro ciclo que encerro na Universidade Federal do Pará (UFPA), e não poderia ser diferente dos anteriores, pois foi uma temporada enriquecedora também. Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará

(PPHIST-UFPA) que contribuíram para o desenvolvimento da tese com importantes reflexões. Assim, sou grata às orientações e reflexões promovidas por Ângela Domingues, Agenor Sarraf, José Maia Bezerra Neto, Márcio Couto Henrique, Mauro Cezar Coelho, Nelson Sanjad e Pablo Ibáñez-Bonillo. Agradeço também ao professor Carlos Augusto Bastos, que contribuiu com valiosas sugestões quando foi convidado a analisar meu projeto em uma das disciplinas ofertadas no PPHIST-UFPA. Além desses professores, sou grata ao professor Karl Arenz, que sempre foi muito solícito em atender a minhas solicitações e contribuiu com importantes reflexões na banca de qualificação desta tese.

Além dos professores do PPHIST-UFPA, os discentes desse programa contribuíram com diversas sugestões e ponderações sobre a minha pesquisa. Aos colegas André José Pompeu, Jerusa Barros Miranda, Letícia Pereira Barriga, Rafael Rogério Nascimento dos Santos, José Elierson de Sousa, Dinah Tutya, Regina Célia Batista, Celeste Ferreira, Laécio Rocha de Sena, Elielton Benedito Gomes e Gabriela Berthou (na época, doutoranda em história pela Universidade Estadual de Campinas [Unicamp] e que passou uma temporada pesquisando em Belém e participando do curso ministrado pelo professor Agenor Sarraf na UFPA). A Alik Nascimento Araújo agradeço, sobretudo, pelo empréstimo de livros.

Manifesto meu agradecimento às sugestões e contribuições que foram dadas por dois pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi: Maria Cândida Barros e Hein van der Voort. Agradeço a atenção e disponibilidade quando os procurei com a finalidade de entender sobre linguística e como essa área poderia ajudar esta tese.

Gostaria de agradecer a três grupos de pesquisa que contribuíram para esta tese. O primeiro é o Grupo de Estudos e Pesquisa da Amazônia Colonial. Sou grata a todas e todos que participam das atividades promovidas pelo grupo (principalmente a reunião na qual foi debatida um capítulo da minha tese) e que suscitaram reflexões interessantes a qualquer pesquisador, principalmente da história da Amazônia colonial. Quero ressaltar um agradecimento especial a alguns integrantes do grupo: Lívia Lariça Maia, Stephanie Lopes do Vale, Marina Hungria Nobre, Leonardo Raiol, Fernanda Bombardi, Frederik Luiz e Marcelo Barge. O segundo grupo que propiciou importantes debates foi Hindia, coordenado pelo professor Márcio Couto e Karl Arenz. Agradeço também às contribuições que foram dadas nos eventos promovidos pelo grupo de pesquisa “Impérios Ibéricos no Antigo Regime”, coordenado pela professora Mônica da Silva Ribeiro.

Uma parte fundamental do trabalho do historiador é realizada nos arquivos. Por isso, gostaria de agradecer às atendentes do Arquivo Público do Estado do Pará, Rosana e dona Rosa, que sempre foram prestativas no atendimento. O segundo arquivo importante para essa pesquisa

foi o Arquivo Público do Estado do Mato Grosso, em Cuiabá. Com relação a essa instituição, gostaria de agradecer a Vanda da Silva, superintendente desse arquivo, por todo apoio que me ofereceu durante a pesquisa, pelas indicações e compartilhamento de referências importantes para a tese e pelos passeios em Cuiabá. Estendo minha gratidão também a toda a equipe que trabalha no Arquivo Público do Mato Grosso, estagiários e funcionários, pelo gentil e cuidadoso atendimento que me prestaram, e ao Márcio, atendente do Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional, vinculado à Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

Ainda sobre as conexões com a região central do Brasil, gostaria de agradecer a Nauk Maria de Jesus, pelas valiosas contribuições que foram dadas no exame de qualificação e nos encontros que tivemos nas cidades de Dourados, Rio de Janeiro e Cuiabá. Além disso, agradeço a disponibilidade em me atender sempre, por meios dos canais virtuais de comunicação. Por fim, agradeço a Rachel Tegon de Pinho, que conheci no Arquivo Público do Mato Grosso e que me indicou uma bibliografia importante sobre o Mato Grosso colonial, e a Suzana e Fernando, por terem permitido minha hospedagem na casa deles em Cuiabá durante um mês.

A conclusão desta tese é resultado do privilégio de ter sido orientada por Rafael Chambouleyron desde a graduação. Agradeço pelo conhecimento, ideias e sugestões compartilhadas nas orientações, pelas atentas e criteriosas correções dos capítulos, pela paciência e compreensão, principalmente nos últimos meses do ano 2021 e começo do ano seguinte, e pelo empenho em viabilizar a cotutela com a Universidad Pablo de Olavide.

Muito obrigada!

RESUMO

Em meados do século XVIII, os rios Guaporé, Mamoré e Madeira transformaram-se em um caminho fluvial utilizado para estabelecer a comunicação entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará e Maranhão. A historiografia que analisou o assunto apontou, notadamente, a importância da Coroa portuguesa na constituição desse caminho e a relevância das atividades comerciais para a sua consolidação. Embora esses eixos de reflexão sejam importantes, acredita-se que não são suficientes para analisar a composição desse caminho fluvial. Nesse sentido, esta tese argumenta que esse caminho foi constituído também a partir da mobilidade e do interesse dos sujeitos que, em expedições, navegaram por esses rios e como esse deslocamento estava conectado a outras demandas e se constituía, igualmente, a partir da interação com o ambiente.

Palavras-chave: Mato Grosso. Estado do Grão-Pará e Maranhão. Séculos XVII e XVIII. Caminho Fluvial. Mobilidade.

ABSTRACT

In the mid-eighteenth century, the Guaporé, Mamoré and Madeira rivers became a river way used to establish communication between the Captaincy of Mato Grosso and the State of Grão-Pará and Maranhão. The historiography that analyzed the subject pointed out, notably, the importance of the Portuguese crown in the constitution of this way and the relevance of commercial activities for its consolidation. Although these axes of reflection are important, it is believed that they are not enough to analyze the composition of this river way. In this sense, this thesis argues how this way was also constituted from the mobility and interest of the people who, in expeditions, navigated these rivers and how this displacement was connected to other demands and was constituted, equally, from the interaction with the environment.

Keywords: Mato Grosso. State of Grão-Pará and Maranhão. Seventeenth and eighteenth centuries. River way. Mobility.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Expedições do estado do Grão-Pará à capitania do Mato Grosso.....	146
Quadro 2 – Expedições da capitania do Mato Grosso para o estado do Grão-Pará.....	149
Quadro 3 – Índios que foram do estado do Grão-Pará à capitania do Mato Grosso.....	222
Quadro 4 – Índios que foram da capitania do Mato Grosso para o estado do Grão-Pará.	228
Quadro 5 – Relação dos moradores que manifestaram ouro (1750-1777).....	291

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Caminho fluvial e povoações.....	17
Mapa 2 – As cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré.....	157

LISTA DE ABREVIATURAS

ABN – Anais da Biblioteca Nacional

ACMB/IPDAC – Acervo Casa Barão de Melgaço/Instituto de Pesquisas Dom Aquino Correa

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará

APMT – Arquivo Público do Estado do Mato Grosso

AVB – Anais de Vila Bela

CEDEAM – Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia

FSG – Fundo Secretaria de Governo

FFNSC – Fundo Forte de Nossa Senhora da Conceição

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	16
1	A EXPANSÃO PARA O OESTE: EXPEDIÇÕES E CAMINHOS FLUVIAIS.....	32
1.1	O RIO MADEIRA, EXPEDIÇÕES DE COLETA E EXPEDIÇÕES DE GUERRA.....	34
1.2	GUERRA DE SUCESSÃO ESPANHOLA E A AMÉRICA PORTUGUESA.....	47
1.3	A OCUPAÇÃO DO MATO GROSSO E AS FRONTEIRAS.....	51
1.4	DEBATES SOBRE O CAMINHO FLUVIAL.....	67
1.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
2	LUGARES PARA POUSO: VILAS E FORTIFICAÇÕES NO CAMINHO.....	84
2.1	AS VILAS.....	89
2.1.1	Vila Bela da Santíssima Trindade.....	91
2.1.2	Vila de Borba, a Nova.....	100
2.2	NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM DO SALTO GRANDE.....	115
2.3	AS FORTIFICAÇÕES.....	122
2.3.1	Forte de Bragança.....	124
2.4	FORTE REAL PRÍNCIPE DA BEIRA.....	133
2.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
3	NATUREZA, ENFERMIDADES E ABASTECIMENTO NO CAMINHO....	139
3.1	O TEMPO DAS ÁGUAS, O TEMPO DAS SECAS E O TEMPO DAS VIAGENS.....	140
3.2	AS CACHOEIRAS DO MADEIRA.....	157
3.3	OS PRÁTICOS DA NAVEGAÇÃO.....	164
3.4	AS EMBARCAÇÕES.....	173
3.5	OS PERIGOS, AS ENFERMIDADES E OS INCÔMODOS DAS EXPEDIÇÕES.....	185
3.6	ALIMENTAÇÃO E REABASTECIMENTO DAS EXPEDIÇÕES.....	191
3.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
4	ESPAÇO, TRABALHO E POLÍTICAS INDÍGENAS NO CAMINHO.....	204
4.1	ALDEIAS E LUGARES INDÍGENAS: LAMEGO, LEOMIL E BALSEMÃO....	208
4.2	“ORIGEM” DOS ÍNDIOS.....	220

4.3	PROBLEMAS NO RECRUTAMENTO: OS DIRETORES E AS FUGAS INDÍGENAS.....	231
4.4	UM CAMINHO DE OPORTUNIDADES.....	241
4.5	“PELO PREÇO DA TERRA”: O PAGAMENTO DOS ÍNDIOS.....	246
4.6	UM “OBSTÁCULO” NO CAMINHO: OS MURA NO MADEIRA.....	251
4.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	257
5	O CAMINHO E AS EXPEDIÇÕES: O TRÂNSITO DE SUJEITOS E A CIRCULAÇÃO DE GÊNEROS.....	258
5.1	AS EXPEDIÇÕES: MÚLTIPLOS SUJEITOS E OBJETIVOS.....	259
5.2	O APOIO MILITAR, CAMINHOS FLUVIAIS, CAMINHOS TERRESTRES....	267
5.3	OS CAMINHOS (E OS DESCAMINHOS) DO OURO.....	277
5.4	A PRAÇA MERCANTIL DE BELÉM, O OURO E SEU MANIFESTO.....	285
5.5	A COMPANHIA GERAL E O COMÉRCIO COM O MATO GROSSO.....	299
5.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	308
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	310
	FONTES CONSULTADAS.....	313
	REFERÊNCIAS.....	337

INTRODUÇÃO

Esta tese analisa a construção do extenso caminho fluvial que conectava a capitania do Mato Grosso ao estado do Grão-Pará e Maranhão entre meados do século XVII e finais da década de 1770. Por meio desse caminho, circulavam ideias, mercadorias, metais preciosos, pessoas de diversas qualidades, que tinham distintos pontos de partida e destinos: não só as vilas e cidades coloniais portuguesas, mas também aldeias, paragens, fortalezas e também territórios castelhanos, uma vez que esse caminho fluvial estava situado em uma região de contato entre os domínios ibéricos na América.¹ Como via de comunicação oficial, foi “criada” pela Coroa portuguesa somente em 1752. Entretanto, mineradores e agentes mercantis, por exemplo, já circulavam nela muito antes de ser reconhecida por Lisboa.

A cidade de Belém, situada na margem sul do rio Amazonas, no delta desse rio, no estado do Grão-Pará e Maranhão,² e Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em meados do século XVIII, na margem direita do rio Guaporé, na capitania do Mato Grosso,³ eram os dois povoamentos portugueses situados nos extremos do caminho. O que, por sua vez, não significa que todas as expedições saíssem somente desses lugares ou a eles chegavam, como será mostrado na tese. Chamaremos aqui de “expedições” essas jornadas fluviais e de “expedicionários” seus participantes, ainda que as viagens tenham sido realizadas a partir de variados objetivos e caracterizadas por uma considerável diversidade social e étnica, como veremos.⁴

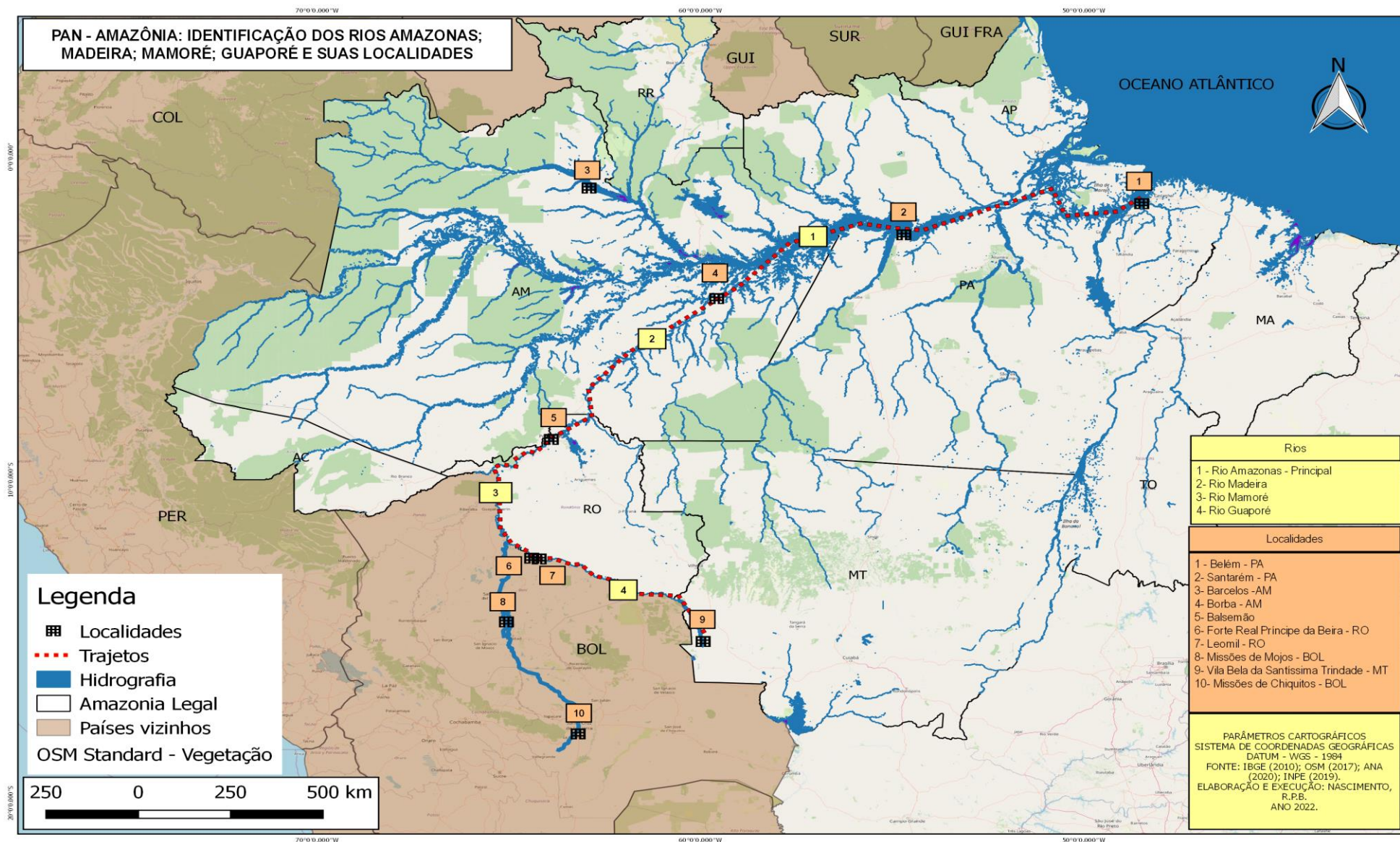
¹ Circulação seria uma combinação de técnica, economia e política que abrange o movimento de pessoas, mercadorias, informações, dinheiro e ideias. SILVA JUNIOR, Roberto França da. A circulação como um dos fundamentos do espaço: elementos para a busca de um conceito. **Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 1, n. 1, p. 139-155, 2007.

² O caminho fluvial abarcava, notadamente, duas capitanias do estado do Grão-Pará e Maranhão: a capitania do Pará e a do Rio Negro, criada em 1755.

³ A partir da criação da capitania do Mato Grosso, em 1748, o território foi dividido em dois distritos: o de Cuiabá, onde estava localizada a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, e o do Mato Grosso, no qual se situava a Vila Bela da Santíssima Trindade. O caminho fluvial analisado nesta tese estava, em grande medida, articulado ao distrito de Mato Grosso.

⁴ Apesar da opção pelos termos “expedicionários” e “expedição”, é importante lembrar que, no século XVIII, era usada a palavra “derrota” como referência a caminho e itinerário. Além disso, poderia se referir a caminho ou viagem que se faz por mar (BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos; e oferecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728). Usarei a palavra “comboieiro” apenas quando citar diretamente as fontes.

Mapa 1 – Caminho fluvial e povoações



O caminho fluvial aqui analisado era composto, basicamente, por três rios: Guaporé, Mamoré e Madeira. Esses rios têm uma longa história natural e humana que é preciso, rapidamente, recuperar antes de falarmos da presença dos europeus nesse extenso caminho fluvial. Conhecido como Iténez na Bolívia, o rio Guaporé nasce na Serra dos Pareci, no estado do Mato Grosso, e é usado como limite natural entre o Brasil e a Bolívia, desembocando no Mamoré. Denise Maldi Meireles lembra que a palavra “Guaporé” é de origem indígena. Provavelmente, trata-se de um termo que viria de “Uaraporé” ou “Guaraporé” e que pode ser identificado em algumas crônicas com o nome de um grupo indígena que vivia às margens dele.⁵

O Guaporé ingressa no território boliviano nas proximidades da povoação de Catamarca. Esse rio, na sua margem direita e em território brasileiro, tem como afluente diversos rios: Cumutripiano, Cautarinho, Manuel Correia, Bacabalzinho, São Simão ou Branco, Colorado, Curumbiara Antigo, Dos Veados, Santa Cruz, Pimenteira, Escondido, Branco ou Cabixi, Piolho e Da Pedra. Já na margem esquerda, em território boliviano, seus afluentes são os rios Itonamas, Blanco ou Baures, Curichal, São Simón, São Miguel, São João, Paraguá, Paucerna, Verde, Curichón, entre outros. O período de estiagem do Guaporé ocorre entre os meses de maio e dezembro. Já os meses de maior precipitação são os de janeiro a abril, alcançando níveis máximos entre janeiro e março.⁶

Quanto ao ciclo hidrológico, o Guaporé apresenta características distintas dos períodos hidrológicos da Amazônia central. Segundo Gislene Torrente-Vilara e Carolina Doria, uma enchente típica tem duração de 90 a 160 dias na Amazônia central. Porém, no rio Guaporé ela perdura, no máximo, durante 120 dias. Nessa mesma estação, o período de cheia compreende 130 dias, no máximo, enquanto na Amazônia central ela pode durar entre 60 e 160 dias, ou seja, um mês a mais que o Guaporé. Por outro lado, o mesmo não ocorre com a vazante e a seca, pois ambos os períodos são mais dilatados no Guaporé, quando comparados à Amazônia central. A vazante tem, no máximo, 70 dias na Amazônia central, e no Guaporé pode chegar a 100 dias. Na Amazônia central, a seca tem duração, de maneira geral, de apenas metade do período

⁵ MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da fronteira**: rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 14.

⁶ MALDONADO, Mabel; GOITIA, Edgar. La cuenca del río Iténez en Bolivia: descripción ecológica. In: VAN DAMME, Paul A. (Dir.) et al. **Aguas del Iténez o Guaporé**: recursos hidrobiológicos de un patrimonio binacional (Bolívia y Brasil). Marselha: IRD Éditions, 2013. p. 16.

(30 a 120 dias), que abrange a mesma estação rio Guaporé, onde se prolonga, minimamente, durante 60 dias.⁷

Pesquisas realizadas no alto Guaporé apontam a existência de três períodos de ocupação pré-colonial nessa região: o primeiro é o de caçadores-coletores no Holoceno Médio; o segundo, formado por grupos ceramistas de 500 a 1400 AD; enquanto o terceiro período foi caracterizado por grupos etno-históricos.⁸ Após a ocupação dos caçadores-coletores, é possível identificar no período das ocupações ceramistas o desenvolvimento da agricultura de gêneros como a mandioca e o milho.

A expansão de povos relacionados a tradições ceramistas específicas também foi caracterizada por conflitos e disputas. Assim, a expansão dos povos associados à cerâmica Capão do Canga (800-1300 AD) teria sido marcada pela disputa de espaços com os povos da tradição das Cerâmicas da Microbacia do Córrego Banhado. Posteriormente, esse período bélico teria sido substituído por uma era de interdependência tecnológica, cooperação mútua, em relação à obtenção de produtos de ambientes de várzea *versus* interflúvio e à configuração de redes de trocas com ramificações que atingiriam áreas além da bacia do Alto Guaporé. Porém, cada ocupação ceramista procuraria controlar suas possessões geomorfológicas por processos de territorialidade. Além disso, a população da tradição cerâmica Capão do Canga teria dominado a calha fluvial do Guaporé; em si, a porta e o corredor principal de acesso ao que era concebido como mundo para os povos pré-coloniais e espaço de tudo o que ele tinha a oferecer, como recursos nutritivos e bens artesanais.⁹

Uma fase ceramista tardia indicaria, para a região do alto Guaporé, que havia uma riqueza e variabilidade cultural nas primeiras décadas da colonização. O avanço da colonização europeia, principalmente por meio da atividade mineradora, dispersou grupos etno-históricos predominantes na área, como os Paresi e os Nambiquara.¹⁰ Além disso, a cultura indígena da margem direita do Guaporé seria diferente daquela existente na margem esquerda. Nesse sentido, o Guaporé representaria uma fronteira entre

⁷ TORRENTE-VILARA, Gislene; DORIA, Carolina R. C. Categorização e duração dos períodos hidrológicos do rio Guaporé. In: VAN DAMME, Paul A. (Dir.) et al. VAN DAMME, Paul A. (Dir.) et al. **Aguas del Iténez o Guaporé: recursos hidrobiológicos de un patrimonio binacional (Bolivia y Brasil)**. Marselha: IRD Éditions, 2013. p. 48.

⁸ LIMA, Luiz Fernando Erig. **A ocupação pré-colonial na fronteira ocidental: adaptabilidade humana, territorialidade e aspectos geomorfológicos na microrregião do Alto Guaporé, Mato Grosso**. 2010. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. v. 2, p. 581.

⁹ *Ibidem*, p. 629-630.

¹⁰ *Ibidem*, p. 634.

tradicionais áreas indígenas: enquanto a da área localizada na Bolívia é conhecida como Moxos ou complexo cultural Moxos-Chiquitos,¹¹ a da área cultural brasileira é lembrada como complexo cultural do Guaporé.¹²

O segundo rio importante para esta pesquisa é o Mamoré. Esse rio faz parte da bacia do alto Madeira. Recebe seus afluentes principalmente da parte sudeste dos Andes bolivianos (Departamento de Cochabamba).¹³ Entre os afluentes do Mamoré, podem-se citar Ivary, Ibabo, Charapé, Yacuma e Iruyani. Segundo Ione Castilho Pereira, é importante lembrar que, frequentemente, o rio Mamoré era confundido com o Madeira e, por isso, ocorriam sinalizações equivocadas de sua localização em alguns mapas.¹⁴

Juntos, o Mamoré e o Guaporé banham terras baixas onde estão mais de 50 línguas indígenas. Essas línguas podem pertencer a diversos troncos linguísticos: Arawák, Macro-Jê, Nambikwara, Pano-Tacana, Txapakúra e Tupi. Ou, ainda, podem ser línguas não classificadas e ameaçadas de extinção. Entre essas 50 línguas faladas, a metade delas tem menos de 50 falantes, e, aproximadamente, um terço tem apenas dez falantes ou menos.¹⁵ Analisando algumas línguas da região Mamoré e Guaporé, Hein Van der Voort argumenta que, ainda que sejam diferentes, essas línguas têm características compartilhadas. Essas semelhanças não devem ser pensadas a partir de relações de parentesco ou em termos de universais tipológicos. Van der Voort acredita que a explicação deve ser pensada considerando os contatos entre os povos.¹⁶

¹¹ Sobre a ocupação pré-hispânica na Amazônia boliviana, principalmente na região de Moxos, ver: ERICKSON, Clark L. Lomas de ocupación en los Llanos de Moxo. In: DURAN, Alicia; BRACCO, Roberto (Ed.). **Arqueología de las tierras bajas**. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura/Comisión Nacional de Arqueología, 2000. p. 207-226; CALANDRA, Horacio Adolfo; SALCEDA, Susana Alicia. Amazonia boliviana: arqueología de los llanos de Mojos. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 34, n. 2, p. 155-163, 2004; DOUGHERTY, Bernard; CALANDRA, Horacio A. Nota preliminar sobre investigaciones arqueológicas en Moxos, Departamento del Beni, Republica de Bolívia. **Revista del Museo de la Plata**, La Plata, Nueva Serie. Sección Antropología, v. 8, n. 53, 1981; DENEVAN, Willian. **The aboriginal cultural geography of the Llanos de Mojos of Bolivia**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1966.

¹² CREVELS, Mily; VAN DER VOORT, Hein. The Guaporé-Mamoré region as a linguistic area. In: MUYSKEN, Pieter (Org.). **From linguistic areas to areal linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008. v. 90, p. 152.

¹³ POUILLY, Marc; BECK, Stephan G. Geografía general. In: POUILLY M. et al. **Diversidad biológica en la llanura de inundación del río Mamoré: importancia ecológica de la dinámica fluvial**. Santa Cruz, Bolívia: Centro de Ecología Simón I. Patiño, 2004. p. 15.

¹⁴ PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. **Missão jesuítica colonial na Amazônia meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. p. 37.

¹⁵ CREVELS, Mily; VAN DER VOORT, Hein. Op. cit., p. 151.

¹⁶ VAN DER VOORT, Hein. Sistemas de classificação nominal no sudoeste amazônico. **Revista Moara**, Belém, v. 2, ed. 43, p. 5-22, ago./dez. 2015.

Afluente do Amazonas, o rio Madeira é o terceiro que compõe o caminho fluvial analisado. Ele corta a porção sudoeste e noroeste dos estados do Amazonas e de Rondônia. Além disso, nasce na Bolívia a partir da confluência dos rios Guaporé, Mamoré, Beni e Madre de Dios. Os afluentes do Madeira são: Abunã, Jaci-Paraná, Candeias do Jamari, Machado, Marmelos, Manicoré, Aripuanã, Canumã, Madeirinha e Acará.¹⁷ O rio Madeira tem uma extensão de, aproximadamente, 3.240 km, dos quais cerca de 1.425 km estão em território brasileiro.

O Madeira é considerado um rio novo geologicamente e, por isso, é comum que ocorra uma alteração no canal de navegação a cada ciclo hidrológico.¹⁸ Trata-se de um rio que é dividido a partir de seu curso em dois trechos: alto e baixo Madeira. O alto Madeira abrange o trecho que inicia na cachoeira de Santo Antônio até o ponto de confluência entre os rios Mamoré e Beni.¹⁹ O trecho conhecido como alto Madeira não apresenta condições de navegabilidade, em função do elevado número de cachoeiras e corredeiras que assinalam pequenas rupturas de declive ao longo de seu leito. Dessas cachoeiras, destacam-se Pederneira, Paredão, Três Irmãos, Jirau, Caldeirão do Inferno, Morrinhos, Teotônio e Santo Antônio.²⁰ Delas, três têm uma queda mais acentuada e elevada velocidade da água, que são Jirau, Teotônio e Santo Antônio. Dessas, duas são intransponíveis à navegação em qualquer época do ano: Jirau e Teotônio.²¹ No extenso trecho de corredeiras do Madeira, no território brasileiro, a altitude em relação ao nível do mar varia entre 136 e 61 metros. Além disso, o canal do rio Madeira, nesse trecho, é mais profundo, comparado às extensas áreas de planície do sistema Guaporé-Mamoré, a montante, e ao médio baixo rio Madeira, a jusante.²² Quanto ao baixo Madeira, começa na cachoeira de Santo Antônio²³ e se estende

¹⁷ HORBE, Adriana Maria Coimbra et al. Geoquímica das águas do médio e baixo rio Madeira e seus principais tributários: Amazonas – Brasil. *Acta Amazonica*, Manaus, v. 43, n. 4, p. 490, 2013.

¹⁸ FEARNSTIDE, Philip. **Estudos de impacto ambiental – EIA: usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.** t. B, v. 1-8. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Documentos%20Oficiais/EIA/10983EIA-tomo%20B%20vol%201-part-1-vers-a.pdf>. Acesso: 25 jan. 2022.

¹⁹ LIMA, Maria Lucilene Alves de. Uso do geoprocessamento na qualidade de água superficial destinada ao abastecimento humano no estado de Rondônia. In: I SEMINÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARAÍBA DO SUL: O EUCALIPTO E O CICLO HIDROLÓGICO, 2007, Taubaté. *Anais...*, Taubaté, 2007. p. 199-206. Disponível em: <<http://www.agro.unitau.br/serhidro/doc/pdfs/199-206.pdf>>. Acesso: 25 jan. 2022.

²⁰ FEARNSTIDE, Philip. Op. cit.

²¹ TIZUKA, Michele Mayumi. **Gearqueologia e paleoidrologia da planície aluvial holocênica do alto rio Madeira entre Porto Velho e Abunã-RO.** 2013. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio ambiente) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013. p. 6.

²² CELLA-RIBEIRO, Ariana et al. As corredeiras do rio Madeira. In: QUEIROZ, Luiz Jardim de et al. **Peixes do rio Madeira.** São Paulo: Unir/leapagro/Inpa/Ufam, 2013. p. 60.

²³ A cachoeira desapareceu em função da construção da hidrelétrica de Santo Antonio.

até sua foz no Amazonas.²⁴ Nesse trecho, o rio Madeira apresenta boas condições de navegabilidade, pois não há cachoeiras e corredeiras.²⁵

A bacia do alto Madeira é caracterizada por uma diversidade biológica, linguística e arqueológica. Uma das explicações para essa diversidade é a contínua ocupação da região por mais de 10 mil anos. Outra justificativa seria a própria localização geográfica do alto Madeira, situado entre a planície amazônica, os Andes, o Planalto Central brasileiro, um mosaico de terras baixas, como as do Pantanal e dos Llanos de Mojos (Bolívia), assim como o Gran Chaco. Uma terceira explicação para essa diversidade são as práticas de diferentes pessoas e coletivos que ocupam e ocuparam a região por milênios.²⁶

Apesar da importância do rio Madeira como maior afluente do Amazonas, Fernando Ozorio de Almeida e Guilherme Mongeló argumentam que, até recentemente, eram escassos os conhecimentos acerca das populações indígenas desse rio. Durante as décadas de 1970 e 1980, o único arqueólogo que se dedicou a fazer escavações no alto Madeira foi Eurico Miller. Nesse sentido, as pesquisas acadêmicas e as que foram feitas a partir de contrato, envolvendo a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, e a criação do Departamento de Arqueologia, na Fundação Universidade Federal de Rondônia, contribuíram para que, nos últimos anos, houvesse um crescimento do conhecimento arqueológico da área do alto Madeira.²⁷

Eduardo Neves explica que, a partir do alto Madeira, houve uma expansão demográfica de populações indígenas para outras regiões da Amazônia. Com base em pesquisas realizadas em sítios arqueológicos com cerâmicas policromas, Eduardo Neves pontua que ocorreu um processo de expansão demográfica que teria sido iniciado em meados do primeiro milênio d.C., na região do alto Madeira, e que teria se expandido para o baixo Madeira, para o trecho do rio Amazonas situado entre a boca do Madeira e a boca do rio Negro, seguida de uma expansão para o rio Solimões acima. No início do século X d.C., as margens dos grandes rios da Amazônia eram ocupadas por populações sedentárias. Grupos indígenas do alto Madeira iniciaram a ocupação da região nesse período, procurando inicialmente os locais distantes das várzeas dos rios Amazonas e Solimões para se assentar. Posteriormente, esses grupos procuraram locais próximos aos rios de águas

²⁴ LIMA, Maria Lucilene Alves de. Op. cit.

²⁵ FEARNSSIDE, Philip. Op. cit.

²⁶ ALMEIDA, Fernando Ozorio de; MONGELÓ, Guilherme. Introdução: arqueologia dos “pioneiros” e da diversidade do alto rio Madeira. **Boletim de Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Ciências Humanas, v. 15, n. 2, p. 2, 2020.

²⁷ *Ibidem*, p. 1.

brancas e disputaram a ocupação direta ou indireta dessas áreas. Esses grupos, por sua vez, ocuparam as margens dos rios Amazonas e Solimões até a chegada dos europeus.²⁸

A bacia do Madeira é apontada como o centro de dispersão dos Tupi. O tronco linguístico Tupi abrange, aproximadamente, 41 línguas, que se expandiram por Brasil, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. As hipóteses sobre o centro de origem dos Tupi remontam ao século XIX. Karl von Martius propôs, pela primeira vez, a hipótese de que o centro de origem dos povos Tupi seria entre o Paraguai e o sul da Bolívia. Segundo Francisco Noelli, as recorrências às hipóteses sobre a origem e as rotas de expansão dos Tupi formulada por Martius foram recorrentes nas pesquisas posteriores, como as que foram realizadas por arqueólogos e linguistas, ainda que não tivessem provas suficientes. Nesse sentido, as hipóteses formuladas sobre o tema, até meados do século XX, foram feitas a partir de evidências históricas que remontavam ao período da chegada dos europeus e em evidências linguísticas que não possibilitavam uma análise da derivação entre as línguas.²⁹ Atualmente, dados arqueológicos e análises léxico-estatísticas apontam a região do alto Madeira como o centro de dispersão dos Tupi.³⁰

Assim, é provável que, no final do período pré-colonial, os grupos que ocupavam o alto Amazonas, oriundos da área do alto Madeira, falassem uma língua aparentada ao Tupinambá. Já nas áreas de ocupação mais antiga, como a Amazônia Central e o baixo Madeira, eram caracterizadas pela diferença linguística anotadas pelos viajantes que percorreram a região nos séculos XVI e XVII. Assim, seriam formações com caráter multiétnico e multilinguístico semelhantes a outras da Amazônia antiga nos séculos que antecederam a chegada dos europeus.³¹

As populações que ocupavam a região dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira não estavam isoladas. Diversos tipos de trocas aconteciam entre elas. Love Eriksen argumenta que havia um fluxo de mercadorias e ideias entre a região Andina e a Amazônia ocidental, bem como entre esta e espaços como o médio e o baixo Amazonas. Trata-se de conexões que estavam presentes no período pré-colombiano e que continuaram sendo usadas como

²⁸ NEVES, Eduardo G. **Sob os tempos do equinócio**: oito mil anos de história na Amazônia central (6.500 AC-1.500 DC). 2012. Tese (Livre-docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 221-248.

²⁹ NOELLI, Francisco. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 29, 1996.

³⁰ ALMEIDA, Fernando Osório; NEVES, Eduardo Góes. Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 499-525, 2015; RODRIGUES, Aryon D. A classificação do tronco linguístico tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 12, n. 1-2, p. 99-104, 1964.

³¹ NEVES, Eduardo G. Op. cit.

circulação de bens após o contato com os espanhóis. Nessa região, as rotas de trocas mais importantes aconteciam em rios como Madeira, Madre de Diós, Ucayali, Huallaga, Napo e Amazonas. Assim, uma das características mais espetaculares que existiam na Amazônia ocidental foi o comércio desenvolvido a longa distância, como aquele que ocorria entre a Amazônia Central e Cuzco ao longo dos rios Purus e Madeira.³²

Como lembrou Love Eiksen, mapear as rotas nativas é importante para analisar a difusão da cultura material, da tecnologia, da linguagem e das ideias religiosas. Nesse sentido, é provável que os rios Madeira e Purus tenham servido como corredores do sistema de trocas regionais Arawak. Isso, por sua vez, ajudaria a explicar a difusão de características Arawak no atual estado do Acre e nos Llanos de Mojos, na Bolívia.³³ Nesse sentido, a área na qual se constituiu o caminho analisado era um espaço caracterizado por uma diversificada população que, durante séculos, teceu relações de trocas entre si. Certamente, a expansão europeia redesenhou, ao menos em parte, essas relações e lhes conferiu novos significados. Ainda que a via fluvial, em si, analisada nesta tese, tenha se constituído, como um caminho português, somente no século XVIII, basicamente, pode-se considerar que ela foi construída a partir da experiência e do conhecimento das populações que também habitavam e percorriam essa região antes da presença europeia.

O avanço lusitano em direção ao interior do continente americano e a discussão sobre caminhos e a expansão para o oeste são temas antigos na historiografia brasileira. Uma das primeiras reflexões sobre o assunto foi realizada por Capistrano de Abreu. No ensaio *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, publicado no final do século XIX, Capistrano de Abreu analisou a constituição da história do Brasil a partir da expansão para o interior da América portuguesa. Ele defendia que o movimento de expansão para o interior teria acontecido a partir de quatro centros (São Vicente, Salvador, Pernambuco e Rio de Janeiro) e no início do século XIX “estava todo o país ligado, imperfeitamente embora, por meio de vias terrestres e fluviais”.³⁴

A expansão paulista para o oeste, interior da América do Sul, foi debatida por Sérgio Buarque de Holanda. A figura do sertanista, o movimento e o caminho compõem, igualmente, as reflexões feitas pelo Sérgio Buarque de Holanda. Em *Extremo oeste*, ele pontua que a escassez de recursos para sustentação teria impulsionado o

³² ERIKSEN, Love. **Nature and culture in prehistoric Amazonia**: using G.I.S. to reconstruct ancient ethnogenetic processes from archaeology, linguistics, geography, and ethnohistory. 2011. Tese (Ph.D.). Lund University, Lund, Sweden, 2011. p. 41.

³³ *Ibidem*, p. 41.

³⁴ ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 263.

sertanista a adentrar o interior do continente americano. Nesse sentido, Buarque de Holanda relativiza o papel desempenhado pela Coroa portuguesa no processo de expansão, destacando a importância do sertanista no avanço da fronteira.

O movimento é amplamente analisado por Sérgio Buarque de Holanda em outra obra. Em *Monções*, por exemplo, apresenta um debate sobre cultura material, ao tratar da construção das embarcações empregadas nos caminhos fluviais, e disserta sobre o aproveitamento dos rios, as *estradas móveis*, na expressão utilizada por ele, para o comércio, destacando as dificuldades encontradas durante as expedições e as interações sociais construídas nos núcleos coloniais situados pelo trajeto das monções.³⁵

Alfredo Ellis Junior, igualmente, analisou avanço da colonização portuguesa para o interior do continente americano. Para ele, esse movimento é pensado também a partir da reflexão acerca do movimento das bandeiras paulistas. O *Bandeirantismo paulista e o recuo do meridiano* enfatiza o papel do bandeirante paulista na ocupação lusitana na América. Caracterizado inicialmente por um bandeirantismo tímido, com curta extensão geográfica no século XVI, e dirigido por governadores e capitães-mores, a ação bandeirante foi marcada, na centúria posterior, pelo avanço em direção ao interior da América. Acredita Alfredo Ellis Junior que o bandeirantismo paulista foi, notoriamente, um movimento terrestre que não ocorreu pelas vias fluviais e que promoveu a “expansão geográfica”. Foi, assim, o “grande veículo da civilização” e a “alavanca sociológica” dessa área do continente.³⁶

Essa historiografia que enfatiza o bandeirantismo no processo de ocupação da América portuguesa foi criticada por David M. Davidson, quando analisou a rota formada pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé em uma tese de doutorado defendida em 1970. A partir de uma perspectiva expansionista, David M. Davidson refletiu sobre essa rota entre os anos 1737 e 1808 e discutiu as razões que teriam levado à abertura do caminho Madeira, Mamoré, Guaporé e a importância geopolítica dessa comunicação. Essa análise é feita, então, a partir de uma crítica à historiografia que ressalta a importância dos paulistas na constituição territorial do Brasil. Nesse sentido, David Davidson ressalta que a ênfase que foi conferida aos bandeirantes ofuscou o papel do Estado na formação e proteção da fronteira oeste da América portuguesa. Assim, argumenta que o oeste foi conquistado não apenas pelos bandeirantes paulistas, mas

³⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

³⁶ ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. p. 39-52.

também pelos Estados imperiais ibéricos, os homens livres desses impérios e os religiosos de Mojos e Chiquitos.³⁷

Dessa maneira, embora não negue a importância dos bandeirantes no avanço da fronteira, a tese de David Davidson pontua que apenas eles não conseguiriam garantir o domínio lusitano no oeste e que não considerar os esforços dos ministros e diplomáticos é arriscar a perspectiva de um manifesto destino brasileiro como justificativa para expansão territorial. Dessa maneira, a “soberania” portuguesa foi garantida a partir de esforços preventivos, defensivos e diplomáticos que dependiam de um traçado de uma fronteira ao longo dos rios Madeira, Mamoré, Guaporé, que delimitava claramente a oeste.³⁸

Nessa diretriz, David Davidson prioriza as políticas pensadas pela Coroa portuguesa para viabilizar o comércio entre o estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania do Mato Grosso pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé como meio de consolidar o caminho fluvial entre esses dois territórios. A presente tese não nega a importância da Coroa portuguesa na constituição do caminho fluvial entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. Além disso, reconhece a relevância de uma política comercial pensada para fomentar o caminho fluvial. Certamente, são perspectivas de análise que contemplam uma reflexão sobre caminho. Afinal, a Coroa lusitana elaborou e criou diversos mecanismos para viabilizar o caminho fluvial entre os dois territórios.³⁹

Entretanto, acredita-se que é importante analisar o referido percurso a partir de outros eixos, pois as políticas elaboradas e implementadas pelo reino português não explicam, em certa medida, as dinâmicas internas que permeavam a organização e o deslocamento das expedições. Dessa maneira, esta tese se distancia da reflexão realizada por David Davidson, pois não concentra sua análise no papel do Estado português e enfatiza as dinâmicas e interações que aconteciam na preparação e durante as expedições. Ainda que se argumente aqui que a via fluvial precisa ser pensada a partir de outros referenciais, ela não exclui a importância geopolítica do espaço analisado, onde se agrupavam as expectativas e os temores de um reino envolvido em um jogo de poder europeu.⁴⁰

O arquiteto espanhol José Ramón M. de Osorio lembra que o caminho seria uma forma de ordenar o movimento por ser a mobilidade característica da vida em geral e da

³⁷ DAVIDSON, David Michel. **Rivers & empire: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west, 1737-1808.** 1970. Tese (Doutorado em História), Yale University, EUA, 1970.

³⁸ *Ibidem.*

³⁹ *Ibidem.*

⁴⁰ SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Rios e fronteiras: conquista e ocupação do sertão baiano.** São Paulo: Edusp, 2017. p. 191.

humana, e, por isso, não é estranho que a mobilidade, o caminho e a estrada se tornem um assunto primordial para o homem.⁴¹ Analisando os sertões do Norte, Esdras Arraes pontua o quanto foi comum, no período colonial, o “andar” de povoações e de objetos sobre o território, transformando as paisagens, as hierarquias da rede de povoações e as dinâmicas sociais anteriormente alicerçadas. Assim, Arraes ressalta que o movimento foi uma das bases da construção das paisagens desses sertões, bem como estruturou um sistema de “marcas” tangíveis evidenciadas nos caminhos terrestres e fluviais, pousos e passagens sobre rios e nos assentos humanos de diferentes status.⁴²

O caminho fluvial que conectava a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará foi um caminho percorrido, inicialmente, por indígenas e particulares e, posteriormente, tornou-se alvo da política portuguesa. Nessa perspectiva, é importante lembrar a expedição do mineiro Manuel Félix de Lima, que desceu do Mato Grosso até o Maranhão e Grão-Pará no início da década de 1740, e também das primeiras carregações com gêneros que chegaram a Mato Grosso, partindo daquele estado, que ocorreram por iniciativa dos particulares um pouco antes de a Coroa portuguesa autorizar novamente a navegação pelo Madeira. Essas iniciativas, por sua vez, podem sugerir que, embora o trânsito de pessoas e gêneros tenha ocorrido nos dois sentidos do caminho fluvial, talvez a movimentação inicial que ensejou a oficialização do caminho fluvial tenha começado a partir da capitania do Mato Grosso.

Uma vez que o movimento é constitutivo da vida humana, pretende-se, então, analisar o caminho fluvial a partir desse movimento, ou seja, das expedições que percorriam esse caminho. Entende-se que a Coroa portuguesa, apenas, não é o principal sujeito constituidor desse caminho fluvial. O deslocamento de uma expedição para a capitania do Mato Grosso ou para o estado do Grão-Pará perpassava, por exemplo, pelo aprendizado do caminho. José Ramón M. de Osorio pontua que a aprendizagem de um condutor, que trafega por um caminho, perpassa pela familiarização dos códigos de linguagem, como as sinalizações, existentes nos caminhos.

Dessa maneira, a navegação pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira demandava a familiarização das técnicas de navegação e do que era necessário para que a expedição

⁴¹ “*en general y, por tanto de la humana en particular, no es de extrañar que el modo de encauzamiento de la movilidad, el camino, la carretera, constituya un asunto primordial para el ser humano*” (OSORIO, José Ramón Menéndez de Lurca y Navia. **Los sentidos del camino**. Madri: Ineco, 2011. p. 7. Disponível em: <<https://joseramonmenendezdelurca.wordpress.com/escritos-generales-2/>>. Acesso em: 17 nov. 2022.

⁴² ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c. 1666-1820**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. p. 131-132.

fosse realizada. A disponibilização de alimentos e remédios, a habilidade e o conhecimento sobre a navegação do rio, a travessia das cachoeiras, a disponibilidade e os tipos das embarcações são exemplares do que era necessário para que uma expedição fosse realizada. O atendimento dessas necessidades perpassava, igualmente, por negociações e interesses daqueles que habitavam a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará. Ou seja, o envio de uma expedição dialogava com dinâmicas locais, por exemplo, de abastecimento e de distribuição de trabalhadores que fariam a viagem.

Além disso, o caminho fluvial era percorrido por diversos sujeitos: indígenas, agentes mercantis, membros da administração portuguesa, religiosos, negros escravizados. A partir da variedade de sujeitos, é possível pensar na diversidade de interesses que mobilizavam diversos indivíduos a participar das expedições. Certamente, esses sujeitos tinham interesses que nem sempre se coadunavam com as perspectivas e os objetivos da Coroa portuguesa. Assim, as pretensões e políticas da Coroa portuguesa pensadas para o caminho que conectava a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará não são suficientes para analisar esse caminho. Embora as articulações para fomentar o comércio por meio dessa via fluvial fossem importantes para incentivar a circulação de pessoas e mercadorias por ele, a organização e o envio de uma expedição estavam conectados às dinâmicas e aos interesses locais, que, na verdade, estavam vinculados aos diversos lugares conectados pela estrada fluvial — cidade, vilas, aldeias, paragens, fortalezas, entre outros.

Como lembrou Michel de Certeau, o espaço é produzido “pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais”. Assim, “o espaço é um lugar praticado”.⁴³ A tese defendida aqui é a de que o caminho é constituído a partir do movimento dos sujeitos e de sua experiência compartilhada ao longo do próprio caminho. A estrada fluvial que conectava a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará e Maranhão é formada a partir das expedições e dos sujeitos que percorriam os rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Embora a Coroa portuguesa a oficialize como um caminho a partir de 1752 e que seja importante refletir sobre as diretrizes pensadas pela Coroa lusa para o caminho fluvial, pois elas estão presentes em sua constituição, os moradores da América portuguesa já realizavam viagens entre

⁴³ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 202.

aquela capitania e estado, e é o movimento das expedições, compostas por diversos sujeitos, que, gradativamente, constrói o caminho.

Afinal, a própria autorização régia para a navegação pelo caminho fluvial foi feita após a realização de algumas viagens dos moradores da capitania do Mato Grosso. Embora esta tese enfatize o movimento pelo caminho fluvial, ela não desconsidera que, em parte, esse movimento estava articulado às dinâmicas econômicas e sociais que ocorriam em outros espaços do império português, uma vez que circulavam nele mercadorias, oriundas de espaços não americanos, por exemplo, e africanos escravizados, revelando as complexas interconexões de um império ultramarino.

É preciso alertar que, embora a produção cartográfica sobre os rios Guaporé, Mamoré e Madeira seja muito importante para analisar a constituição desse caminho fluvial, esta tese não contemplará essa perspectiva de análise, uma vez que optou por priorizar o movimento dos sujeitos pelo caminho. Assim, a análise da linguagem cartográfica não foi incluída na discussão, embora consciente do risco que deixar de lado essa forma de representação da própria estrada fluvial pode significar.⁴⁴

Apesar das conexões com a América espanhola, esta tese não analisará de que maneira e como o comércio e as expedições realizados por meio desse caminho alcançavam os territórios espanhóis. A principal justificativa para essa ausência foi, por um lado, a impossibilidade de consultar os arquivos espanhóis em função da pandemia de covid-19, que inviabilizou a viagem cuja finalidade era realizar a consulta nas fontes produzidas pelos castelhanos. Por outro lado, os compromissos como docente na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) impediram que a pesquisa nesses acervos fosse realizada em um período posterior.

O fato de o caminho fluvial estar situado em uma região confinante com os domínios castelhanos, como será argumentado na tese, foi importante para que a Coroa portuguesa “criasse” esse caminho fluvial em 1752. Nessa perspectiva, tratou-se de um mecanismo para proteger os territórios lusos na América portuguesa. Além disso, é inegável a conexão que os moradores da capitania do Mato Grosso tinham com as povoações de Mojos e Chiquitos.

Embora a tese não analise, detidamente, as relações estabelecidas entre os vassallos da Coroa ibérica, ela reconhece as complexas relações construídas entre esses

⁴⁴ A respeito da cartografia da rota, ver: ALMEIDA, André Ferrand de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 215-235, jul./dez. 2009.

sujeitos e, sempre que possível, procura situar as expedições e sujeitos nas dinâmicas existentes nas áreas de fronteira. Aqui, não é o propósito analisar as diferentes concepções sobre o conceito de fronteira. Entretanto, considera-se importante pontuar, como lembrou Louise Mello, que podemos observar múltiplas fronteiras existentes em uma região. Essas fronteiras podem ser linguísticas, geográficas, econômicas, inter e intratribais. E para estudar uma região é imprescindível inter-relacionar essas fronteiras.⁴⁵ Assim, considera-se que a área contemplada pela tese abrange diversas perspectivas de fronteira, como a política, a social, a econômica e a cultural. Oposições bélicas e relações fundamentadas pelos tratados, circulação de indivíduos ou grupos de um lado para o outro da fronteira, trocas e atividades comerciais, legais e ilegais, caracterizam o espaço de análise contemplado por esta tese.⁴⁶

Acredito que é importante ressaltar que, na tese, são empregadas as denominações “estado do Maranhão e Grão-Pará” e “estado do Grão-Pará e Maranhão”. A escolha pelo emprego das duas designações é uma opção para referenciar o espaço analisado a partir da maneira pela qual ele era denominado em períodos distintos. Dessa maneira, para as reflexões que contemplam a segunda metade do século XVII e a primeira metade do XVIII, até 1751, utilizo a expressão “estado do Maranhão e Grão-Pará”. Por conseguinte, “estado do Grão-Pará e Maranhão” é usada para referenciar o território a partir da segunda metade do século XVIII.

Por fim, a pesquisa para produção da tese foi realizada em diversos acervos documentais, como poderá ser observado nas referências. Embora a navegação do caminho fluvial, pelas expedições, estenda-se por toda a segunda metade do século XVIII e adentre a centúria posterior, optou-se por consultar a documentação produzida até 1777, durante o reinado de D. José I, do ministério do marquês de Pombal e da vigência da Companhia de Comércio.

A tese está dividida em cinco capítulos. O primeiro trata da expansão lusitana para o oeste da América portuguesa, notadamente para a região dos rios Madeira, Guaporé e Mamoré, a partir do estado do Maranhão e Grão-Pará e do movimento de expansão que resultou na ocupação da área que se tornou a capitania do Mato Grosso na primeira metade do século XVIII. Nesse sentido, analisa como, durante essa expansão, o

⁴⁵ MELLO, Louise Cardoso de. **Os outros lados da fronteira**: la historia del alto Madeira en el siglo XVIII desde el estudio de sus relaciones interétnicas. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa Oficial de Pós-graduação em História de América Latina, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2014. p. 86.

⁴⁶ KERN, Arno Alvarez. Fronteira/fronteiras: conceito polissêmico, realidades complexas. **Revista História e Diversidade**, v. 8, n. 1, 2016.

movimento em direção ao interior da América portuguesa é fundamental para explicar a constituição do caminho fluvial. Embora, a partir de 1752, os rios Guaporé, Mamoré e Madeira tenham sido alvo da política portuguesa com a finalidade de constituir um caminho, no capítulo 1 argumenta-se que o movimento de colonos foi essencial para a abertura de caminhos e a constituição de povoados, e que o redirecionamento da atenção da Coroa portuguesa está relacionado às questões geopolíticas.

O segundo capítulo analisa o caminho fluvial a partir de outra perspectiva que não a do movimento. Assim, trata da constituição de núcleos de povoamento e fortificações que foram construídos no trajeto do caminho fluvial antes ou depois da oficialização do caminho. Nesse sentido, discute-se que esses espaços não eram apenas mecanismos de ocupação territorial utilizados pela Coroa portuguesa, uma vez que, para as expedições que navegavam pelo caminho fluvial, eles representavam, igualmente, espaços de pouso, onde se poderia, por exemplo, reabastecer-se e consertar ou mudar de embarcação.

Quanto ao terceiro capítulo, analisa as expedições a partir de seu cotidiano e da maneira pela qual elas podem ser discutidas a partir da relação com o entorno do caminho fluvial. Baseando-se nas reflexões sobre as relações entre história e natureza, o capítulo propõe-se refletir sobre a relação das características fluviais com a realização das expedições pelo caminho fluvial, analisando as dificuldades e os obstáculos vivenciados durante as expedições e de que maneira as expedições se relacionavam com os atributos fluviais. Além disso, analisa como as enfermidades atingiam os expedicionários e de que maneira as expedições procuravam se reabastecer com alimentos.

Já o capítulo quatro se propõe discutir sobre a história indígena a partir do caminho fluvial. Nesse sentido, analisa os povos indígenas no caminho fluvial a partir, por um lado, de uma perspectiva territorial, enfatizando as povoações indígenas que foram construídas no espaço desse caminho. Além disso, analisa os povos indígenas como “obstáculos” do caminho fluvial, notadamente os Mura, e como trabalhadores, a partir dos problemas na arregimentação para que fossem nas expedições e dos interesses deles em participar ou não delas.

Por fim, o último capítulo analisa as expedições, em si, que percorriam o caminho fluvial. Ainda que elas comportassem várias finalidades, o capítulo analisa essas expedições de maneira compartimentada, a partir de seus objetivos. Nesse sentido, analisa as expedições oficiais, que transportavam agentes da administração portuguesa, as militares, as que transportavam ouro do Mato Grosso para o estado do Grão-Pará e as que tinham finalidades comerciais.

1 A EXPANSÃO PARA O OESTE: EXPEDIÇÕES E CAMINHOS FLUVIAIS

A expansão e a ocupação de diversas áreas da América, conduzidas pelos portugueses, foram caracterizadas pela heterogeneidade. Essa expansão foi marcada por distintos mecanismos de ocupação, por variadas atividades econômicas que caracterizaram o povoamento, por diferentes razões pelas quais se iniciou a conquista de cada região. Além disso, a ocupação da extensa região que se transformou na América portuguesa foi marcada pelas distintas temporalidades, uma vez que a ocupação dos espaços aconteceu em diferentes tempos e contextos.

O caminho fluvial formado pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé — objeto desta tese — conectou duas regiões da América portuguesa que tiveram processos de dominação lusitana ocorridos em tempos distintos e cuja ocupação foi motivada por razões diversas. Essas duas regiões da América portuguesa ocidental, contudo, tinham problemas semelhantes, como a ameaça representada pelos “estrangeiros” que povoavam territórios a elas confinantes.

Em grande medida, a tentativa de consolidar um caminho fluvial que conectava o estado do Grão-Pará e Maranhão e o estado do Brasil, por meio da capitania do Mato Grosso, era um meio de implementar uma política que beneficiasse não somente a capitania do Mato Grosso, mas também o próprio estado do Grão-Pará e Maranhão e, por conseguinte, a Coroa portuguesa, em meados do século XVIII, uma vez que o desembarque no Pará poderia render benefícios financeiros ao Estado e assegurar a posse territorial de uma área limítrofe mediante a circulação de pessoas e o crescimento de Vila Bela, capital da capitania de Mato Grosso.

Além disso, esse processo é também resultado de iniciativas particulares e oficiais que acumularam informações sobre a região. Assim, trata-se de um caminho fluvial que foi, ao longo do tempo, “descoberto” pelos vassallos da monarquia lusitana. Nesse sentido, este capítulo discutirá a ocupação do oeste da América portuguesa, notadamente da região que se tornou a capitania do Mato Grosso e da parte ocidental do estado do Maranhão e Pará (depois estado do Grão-Pará e Maranhão) e como diversas expedições ajudaram a construir, para os súditos da Coroa portuguesa, um caminho que conectava essas duas regiões.

A ideia deste capítulo é a de que o caminho pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé não nasce em 1752, quando a Coroa portuguesa oficializa a navegação desses rios e os utiliza com a finalidade de articular o estado do Grão-Pará e Maranhão à

capitania do Mato Grosso. Ele não é apenas pensado pelas autoridades portuguesas e pela Coroa. Assim, considera-se que é resultado também da ação dos particulares, ou seja, de pessoas que não faziam parte do governo português e que participaram de expedições que permitiram avançar para o interior da América portuguesa e conhecer o território. São iniciativas que nem sempre se adequavam às restrições de circulação impostas pela Coroa. Dessa maneira, supõe-se que a formação desse percurso fluvial deve ser analisada também a partir das expedições que percorreram os rios que faziam parte desse caminho antes de se transformar em um caminho oficial da Coroa portuguesa.

Márcio Roberto dos Santos argumenta que os caminhos sertanejos apresentavam um paradoxo, pois muitas vezes eram abertos por sertanistas autônomos, a partir de trilhas dos bandeirantes ou indígenas, com distintos objetivos. Contudo, não estavam isentos da intervenção governamental, pois a Coroa portuguesa poderia interdita-los total ou parcialmente. Ou então, o governo português poderia fomentar ou organizar a abertura e a ampliação de vias estratégicas a partir de seus interesses.⁴⁷ A medida adotada pela Coroa portuguesa em proibir a navegação entre o estado do Maranhão e o centro da América portuguesa e, depois, permitir essa navegação é um meio de controlar a circulação no território. Rafael Straforini argumenta que, nos dois primeiros séculos de colonização, as trilhas, as estradas e os caminhos serviram apenas como rota de reconhecimento do interior. Contudo, foram requalificadas a partir da implementação de conteúdos normativos e fiscais que não existiam nelas, e, assim, elas também passaram a se apresentar como um elemento de qualificação do território.⁴⁸

Nessa perspectiva, os rios Madeira, Mamoré e Guaporé tinham significados distintos para os lusitanos na primeira metade do século XVIII: eram espaços de evangelização, coleta de cacau, apresamento indígena e extração de ouro. Contudo, a “criação” de um caminho fluvial a partir deles ensejou uma requalificação desse espaço, na medida em que são implementadas políticas de controle, e, portanto, novos sentidos lhes são conferidos.

Por outro lado, é igualmente importante considerar que, em certa medida, o avanço dos jesuítas castelhanos pelo Guaporé pode ter contribuído também para a “criação” desse caminho, pois ele é pensado como instrumento de contenção do avanço dos religiosos, na medida em que se cria um controle da circulação por esse caminho.

⁴⁷ SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Op. cit., p. 191.

⁴⁸ STRAFORINI, Rafael. Os caminhos reais do ouro: apropriação e práticas espaciais no século XVIII. *Geografia*, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 63-80, jan./abr. 2010.

Inicialmente, havia uma preocupação da Coroa portuguesa em resguardar a região mineradora, por meio, por exemplo, do controle dos caminhos. Entretanto, ao que parece, esse direcionamento começa a ser repensado a partir do avanço dos jesuítas castelhanos para a margem oriental do Guaporé. Assim, navegar e ocupar a margem oriental do Guaporé é percebido como meio para conter a expansão espanhola naquela região.

Para apresentar essa ideia, o capítulo foi dividido em quatro partes. Inicialmente, tratará da ocupação portuguesa no rio Madeira, bem como de duas expedições que percorreram o Madeira e o Mamoré, que são as de guerra contra os indígenas e a de Francisco de Melo Palheta. Posteriormente, será discutido o contexto europeu a partir das alianças e dos conflitos entre os reinos europeus a partir da Guerra de Sucessão Espanhola e o impacto na América portuguesa. No terceiro momento, será apresentada a ocupação lusitana da área central da América do Sul, que veio a se tornar a capitania do Mato Grosso, e das expedições que partiram dessa capitania e alcançaram o estado do Maranhão e Grão-Pará na primeira metade do século XVIII. O capítulo finaliza discutindo o Tratado de Madri e mostrando como os conhecimentos adquiridos por essas expedições foram usados não somente por diversos sujeitos para fazer a mesma viagem, mas também pela Coroa portuguesa, que se aproveitou dessas expedições para coletar mais informações sobre os rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Além disso, serão analisados os argumentos em defesa e a favor da abertura do caminho entre o estado do Brasil e o estado do Maranhão e Grão-Pará.

1.1 O RIO MADEIRA, EXPEDIÇÕES DE COLETA E EXPEDIÇÕES DE GUERRA

Diferentemente das regiões mais próximas à cidade de Belém, ou ao menos próximas ao delta amazônico, na região mais a oeste da capitania do Pará, no rio Madeira, as sesmarias e as capitanias privadas não constituíram vetores de ocupação utilizados pela monarquia lusitana. Ao que tudo indica, a partir da segunda metade do século XVII e durante a primeira metade do século XVIII, a expansão portuguesa nessa área foi realizada por meio das expedições de coleta de drogas do sertão e da fundação de missões religiosas. Esse avanço era realizado a partir do estado do Maranhão e Grão-Pará.

Uma das expedições realizadas no estado do Maranhão e Grão-Pará na primeira metade do século XVII foi a de Pedro Teixeira. Um dos participantes dessa expedição foi Maurício de Heriarte, que escreveu, em 1662, *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá, rio das Amazonas*, que é um relato dessa expedição. Segundo Maurício de Heriarte, o rio Madeira é “muito caudaloso e de água muito clara” e viria “da

província dos Serranos, que estão na cordilheira do Peru pela banda do Paraguai”.⁴⁹
Além disso, havia no Madeira

[...] um barro muito cheiroso, de que fazem os moradores Igaçavas, que são como talhas grandes e pequenas, que a vender levam a outras partes a troco de algodão e fio para atarem as flechas, e por milho e tabaco, e outras coisas que lhes são necessárias, suposto que nas suas terras não faltam. Tem muita pedra de bazar de camaleões, que é melhor e maior que a que vem da Índia Oriental.⁵⁰

No século XVII, João Felipe Bettendorff explicava que o rio Madeira era “um dos mais famosos que” havia no estado do Maranhão “por grande e espaçoso, porém demorado pelas caldeiras que tem”, nas quais “se somem as canoas com tudo o que levam, havendo descuido dos guias e pilotos”. Dizia ainda que as águas do Madeira são “como as do Rio Amazonas, pois é braço dele”. Além disso, segundo o jesuíta, eram frequentes as expedições que os portugueses faziam ao rio Madeira. O religioso explicava que essas empreitadas a esse rio eram decorrentes da “muita abundância de cacaueros” nele, uma vez que no Madeira teria o “melhor cacau que há em o Estado todo [estado do Maranhão e Grão-Pará], por ser mais doce e mais grosso que o de outras partes”.⁵¹

No final da década de 1680, o governador do estado do Maranhão e Grão-Pará, Gomes Freire de Andrade, redigiu uma carta a Artur de Sá e Meneses, seu sucessor no posto de governador. Na carta, Freire de Andrade comunicava várias notícias acerca dos territórios desse estado e observava a qualidade do cacau do Madeira. Nesse sentido, segundo Gomes Freire de Andrade, o rio Madeira era um dos rios “mais sadios que temos no Estado, muito aprazível e com fertilidade de mantimentos, acha-se nele mais excelentes madeiras que produz a América”; mais ainda, acrescentava, “muita quantidade de cacau redondo e de tal qualidade que colhendo se silvestre ainda é mais doce que o cultivado tem se lhe tirado”.⁵²

As referências dadas pelo governador Freire de Andrade e pelo jesuíta João Felipe Bettendorff acerca da qualidade do cacau que havia no Madeira, possivelmente, estão relacionadas aos interesses econômicos da Coroa portuguesa no estado do

⁴⁹ HERIARTE, Mauricio. **Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá, rio das Amazonas**. 1. ed. Viena de Áustria: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1874. p. 42-43.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 43.

⁵¹ BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. 2. ed. Belém: Cejup, 1990. p. 355. (Série Lendo o Pará).

⁵² Carta do governador Gomes Freire de Andrade para o rei sobre as informações relativas à capitania do Pará, oferecidas ao novo governador Artur de Sá e Meneses, aquando da sua chegada, com relevância para a plantação de árvores de cravo e a defesa da capitania. AHU, Pará (Avulsos), Belém, 19 de julho de 1687, Cx. 3, D. 263.

Maranhão e Pará e às atividades desenvolvidas pelos colonos nesse estado na segunda metade do século XVII. Para Rafael Chamboleyron, os problemas enfrentados pela produção venezuelana de cacau e, logo em seguida, os investimentos feitos pela Coroa portuguesa na produção desse gênero, em decorrência de uma crise econômica no império português, justificam a importância que a Coroa portuguesa conferiu ao cacau na segunda metade do século XVII.⁵³

Outro relato, escrito provavelmente no início do século XVIII, apontava que havia “pelas margens e lagos” do rio Madeira “imensidade de cacaus e muita salsaparrilha”.⁵⁴ Por essa razão, como lembrou João Daniel, “o cacau buscam ordinariamente nas matas do grande rio Madeira, ou em qualquer outro dos muitos, que deste rio para cima” até o rio “Javari, que são mais de 200 léguas”.⁵⁵

Como foi observado, os relatos escritos sobre o Madeira, no final do século XVII, frequentemente destacam a abundância de cacau que havia nesse rio. Essas descrições estão relacionadas às atividades econômicas desenvolvidas no estado do Maranhão e Pará e ao fato de o cacau começar a conquistar um espaço importante nesse circuito de produção e de trocas. Nesse sentido, as recorrentes referências, nas descrições do final do século XVII e início do XVIII, sobre a qualidade do cacau extraído do Madeira, indicam que esse rio poderia estar se constituindo como uma fronteira econômica, caracterizada pela coleta de produtos florestais para os moradores do estado do Maranhão e Pará, no final do século XVII e início da centúria posterior.

Ainda que as atividades extrativistas caracterizassem um dos mecanismos que justificassem a presença portuguesa no Madeira, deve-se lembrar que é provável que nesse rio também fossem desenvolvidas atividades agrícolas. Nos aldeamentos religiosos, a produção agrícola era essencial para a reprodução da vida material de seus moradores, pois era destinada ao abastecimento desses aldeamentos e consistia em um dos subsídios para as expedições que iam ao sertão. Nesse sentido, esses aldeamentos distribuídos pelos rios do estado do Maranhão e Pará não somente estabeleciam trocas entre si, como

⁵³ CHAMBOULEYRON, Rafael. “Como se hace en Indias de Castilla”: el cacao entre la Amazonía portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII). **Revista Complutense de Historia de América**, Madrid, v. 40, p. 23-43, 2014b. Ver também: CHAMBOULEYRON, Rafael. As “fazendas de cacau” na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). In: BRANDÃO, Tanya Maria Pires; CHRISTILLINO, Cristiano Luís (Org.). **Nas bordas da plantation: agricultura e pecuária no Brasil colônia e império**. 1. ed. Recife: Editora UFPE, 2014a. v. 1, p. 21-22.

⁵⁴ Informação do Rio da Madr.^a e dos mais que desaugôam nelle, gentio dellez e deseoz costumez, rittos e cerimonias. **Biblioteca Pública de Évora**, Cód. CXV/2-15, f. 43.

⁵⁵ DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Contraponto: Rio de Janeiro, 2004. v. 2, p. 83.

serviam de entreposto para as expedições que iam ao sertão.⁵⁶ Assim, possivelmente, a agricultura também era desenvolvida no Madeira após o início da ocupação portuguesa e os aldeamentos desse rio realizavam trocas com os de outras regiões.

A Companhia de Jesus foi a principal ordem religiosa que desenvolveu atividade missionária no Madeira.⁵⁷ No ano 1669, os jesuítas fundaram a aldeia dos Tupinambaranas e, no final de década de 1680, os padres José Barreiros e João Ângelo Bonomi construíram uma casa e igreja na aldeia dos Iruriz, no Madeira.⁵⁸ Contudo, essa missão foi infrutuosa e os jesuítas retornaram às missões de Tupinambarana e dos Abacaxis, ambas no rio Amazonas.⁵⁹

Os jesuítas eram um dos grupos que desenvolvia a extração do cacau. Certamente, as atividades coletoras organizadas pelos jesuítas, realizadas pelos indígenas das aldeias sob sua administração, ajudaram a transformar o Madeira em uma fronteira econômica. Segundo João Lúcio de Azevedo, esses religiosos coletavam, anualmente, das margens do rio Madeira mais de 4 mil arrobas de cacau. Para ele, nos anos 1740, os membros da Companhia de Jesus costumavam enviar 18 canoas ao cacau no mês de outubro.⁶⁰

O avanço para o Madeira também pode ser pensado a partir das expedições que eram enviadas para aquele rio. Em parte, a presença dessas expedições no Madeira explica-se pelo avanço das atividades coletoras de cacau. Nesse sentido, uma das consequências desse expansionismo lusitano, a partir do estado do Maranhão e Pará, foram as guerras realizadas contra os indígenas situados em áreas de expansão, como o rio Madeira.⁶¹

⁵⁶ RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia colonial. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 50, p. 395-420, maio/ago. 2013.

⁵⁷ No Capítulo 2, quando for analisada a Vila de Borba, será feita uma apresentação das missões jesuítas na região.

⁵⁸ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portuguesa, 1943. t. III, p. 391-393.

⁵⁹ SILVA, Cliverson Gilvan Pessoa da; COSTA, Angilaine Freitas. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio Madeira durante o século XVIII. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 6, n. 1, p. 115, 2014.

⁶⁰ D'AZEVEDO, João Lúcio. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: Secult, 1999. p. 197.

⁶¹ É importante lembrar que as guerras não são apenas um procedimento unilateral para alcançar escravos ou desocupar um território. As guerras justas podem ser entendidas, assim, como parte de um longo processo de negociação e resistência, pois aconteciam depois de várias décadas de turbulentas relações dos atores coloniais e sociedades indígenas nas fronteiras (IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo. Procesos de guerra justa en la Amazonia portuguesa (siglo XVII): la influencia indígena en la construcción de las fronteras coloniales. In: DOMINGUES, Ângela; RESENDE, Maria Leônia Chaves de Resende; CARDIM, Pedro (Org.). **Os indígenas e as justas no mundo ibero-americano (sécs. XVI-XIX)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa (Cham)/Centro de Humanidades (Nova FCSH-UAc)/Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal de São João del-Rei (PPGH/UFSJ), 2019.

Nesse rio, provavelmente, o exemplo mais notável dessas guerras foram as que o império português realizou contra os Mura, principalmente na segunda metade do século XVIII. Contudo, é provável que a primeira guerra contra os índios no Madeira tenha acontecido na década de 1710. No dia 4 de julho de 1716, D. João V escreveu uma carta endereçada ao capitão-mor do Pará, João de Barros Guerra, na qual dizia que sabia que esse capitão havia sido nomeado “por cabo da guerra que se tinha resoluto se fizesse ao gentio do rio da Madeira pelos grandes danos que tinham feito” impedindo “com as suas hostilidades a que os missionários fizessem o serviço de Deus”.⁶²

No ano seguinte, em 1717, o monarca português escreveu ao governador do estado do Maranhão e Grão-Pará, Cristóvão da Costa Freire, tratando da mesma guerra. D. João V dizia na carta ao governador que sabia “dos delitos que tinham cometido o Gentio que habita no Rio da Madeira”, assassinando “algumas pessoas, e afogando outras” que iam àquele rio “ao negócio do cravo e cacau”. Na carta enviada ao soberano luso, Cristóvão da Costa Freire escrevia que, em função desses delitos, o ouvidor do Pará tinha feito uma devassa, na qual se concluíra que quatro nações (que a carta não identifica) eram culpadas e, por essa razão, enviara uma tropa para castigar os índios “como mereciam”. O cabo da tropa João de Barros da Guerra fez “grande dano ao gentio” inimigo e remeteu (em peças escravas), o “que bastou para satisfazer à despesa da dita tropa”. Após a guerra, o cabo adoeceu e antes de chegar à entrada do rio Madeira “lhe caíra um pau sobre a canoa, de que falecera lastimosamente”.⁶³

Ainda que essas duas cartas régias apontem justificativas diferentes para enviar uma tropa de guerra contra os índios do Madeira, é provável que tratem da mesma guerra em razão do curto intervalo de tempo existente entre a redação de ambas e, principalmente, em decorrência de elas se referirem ao mesmo cabo da tropa enviado para a mesma região. As missivas apontam, nesse sentido, episódios de conflito bélico que são frequentes em inúmeras áreas sobre as quais os impérios ibéricos avançavam e

⁶² “Para o capitão mor do Pará. Se diz ao Capitão mor que está nomeado por cabo da guerra que se manda fazer ao Gentio do Rio da madeira e se espera obre nella de maneira que tenha muito que lhe agradecer guardando em tudo as Reaes ordens que há sobre esta matéria” (Lisboa, 4 de julho de 1716. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 67, p. 137-138).

⁶³ *Ibidem*, p. 147-148.

as dificuldades que os mecanismos de ocupação enfrentavam, nessa ocasião, através do “negócio do cravo e cacau” e do “serviço de Deus”.⁶⁴

Algum tempo depois, já na década de 1720, outra expedição oficial era enviada ao Madeira. Nessa ocasião, objetivava-se conhecer uma possível ocupação ibérica naquela região. Essa campanha aconteceu entre os anos 1722 e 1723 sob as ordens do governador do estado do Maranhão e Grão-Pará, João da Maia da Gama, quando soube que acima das cachoeiras do rio Madeira haveria habitações que poderiam ser dos espanhóis ou dos portugueses. Dizia o sujeito que teria feito um relato da viagem que, “por ter notícias e sinais que se viu neste Rio de muitas cruces”, decidiu Maia da Gama “mandar dez galeotas armadas em guerra com infantaria cravineiros a fazer descobrimento”. Além disso, segundo Dante Ribeiro da Fonseca, a pesquisa e a descoberta de ouro no rio Coxipó, em 1718, também foi uma justificativa para o envio de uma exploração ao rio Madeira.⁶⁵

No dia 11 de novembro de 1722, partiu, então, a tropa comanda por Melo Palheta para o Madeira. Era composta por duas galeras (Santa Eufrozina e Santo Inácio), três galeotas (Santa Rita, Menino Deus e Santa Rosa) e a canoa de São José e Almas.⁶⁶ Seguiram nas embarcações 30 pessoas com armas de fogo e 88 índios com flechas. Os expedicionários partiram em busca do rio Amazonas, o qual subiram até o Madeira. Chegaram a esse rio no dia 2 de fevereiro de 1723 e seguiram por 17 dias até “fazer arraial em um tapera do gentio Jumas”. Era um “sítio admirável em tudo” e nele

⁶⁴ Sobre expansão colonial e conflitos, há uma extensa bibliografia. Ver, por exemplo: AMOROSO, Marta. Corsários no caminho fluvial: os Mura do rio Madeira. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 297-310; CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Etnogênese Mbayá-Guaykuru: notas sobre emergência identitária, expansão territorial e resistência de um grupo étnico no Vale do Rio do Paraguai (c. 1650-1800). **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 3, n. 4, p. 1-20, out./dez. 2006; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Resistência indígena no Piauí colonial: 1718-1774**. Teresina: EDUFPI, 2008; DOMINGUES, Ângela. Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do norte do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000a; GUZMÁN, Décio de Alencar. Encontros circulares: guerra e comércio no rio Negro (Grão-Pará), séculos XVII e XVIII. **Anais do Arquivo Público do Pará**, v. 5, t. 1, p. 139-65, 2006; MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)**. Curitiba: Prismas, 2017; PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002; LIRA, Elizeu Ribeiro. A frente pastoril e a (des)organização dos territórios indígenas no sul do Maranhão e no antigo norte de Goiás. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 3, p. 15-29, 2006; OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

⁶⁵ FONSECA, Dante Ribeiro da. A história e a cultura na fronteira rondoniense Brasil/Bolívia. **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade – Igarapé**, Porto Velho, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2013.

⁶⁶ A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira no documento da narração da viagem. In: ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 305.

ordenou “o Cabo se lhe pusesse por invocação Santa Cruz de Iriumar”. Nesse local, fizeram “igreja, armazém, corpo da guarda e casas necessárias” e mandou “o cabo repartir a infantaria em duas esquadras,” e no período da noite fazer “uma ronda para rondar a sentinela, canoas e todo o arraial”. Nesse arraial, soube Melo Palheta que a tropa não conseguiria seguir a viagem nas embarcações grandes, pois havia um trecho do rio que tinha cachoeiras difíceis de atravessar “pela terribilidade das pedras”. Por essa razão, o cabo da expedição ordenou que “se fizessem seis galeotas para se poder nelas passar as cachoeiras”.⁶⁷

No dia 10 de junho, com apoio do padre João Sampaio, a tropa prosseguiu a expedição com 10 canoas. Assim, seguiram a viagem e no dia 22 de junho a tropa chegou à cachoeira Maguari⁶⁸ e dela foram à cachoeira chamada “dos Iaguerites”,⁶⁹ aonde chegaram na véspera de São João.⁷⁰

Seguiram viagem atravessando a cachoeira de Mamiu,⁷¹ que gastaram “três dias em passar nela as galeotas à corda”, até chegarem à cachoeira chamada Apama⁷² na “véspera de São Pedro”.⁷³ Decorridos alguns dias, acharam um grupo de índios. Nesse encontro, parece que a comunicação entre os dois grupos foi difícil. É provável que os índios que acompanhavam a tropa de Melo Palheta usassem a língua geral para se comunicar. Nesse sentido, o cabo fez

[...] o possível por um língua para os mandar praticar, mas não se achou quem os entendesse, porque falando a nossa língua, batiam com as mãos nos ouvidos, mostrando ter sentimento de não ouvir a nossa prática, mas com grandiosos mimos e dádivas ficaram mui contentes e satisfeitos no que mostravam⁷⁴

Após o contato com esse grupo indígena, a tropa ficou “de aposento até ao outro dia ao amanhecer”, quando seguiram a viagem até encontrarem o Mamoré no dia 12 de

⁶⁷ Ibidem, p. 306.

⁶⁸ Atualmente, é a de Santo Antônio.

⁶⁹ A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira no documento da narração da viagem. In: ABREU, J. Capistrano de. Op. cit., p. 307.

⁷⁰ Para Thiago Kater, *Iaguerites* significa *onça verdadeira*. Trata-se de um caso de zoonímia, no qual o nome da cachoeira é decorrente de uma associação com um animal. Posteriormente, tornou-se a cachoeira de Salto Grande ou Salto do Teotônio (KATER, Thiago. **O sítio Teotônio e as reminiscências de uma longa história indígena no alto rio Madeira**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeira, 2018).

⁷¹ Cachoeira de Girau.

⁷² Cachoeira Três Irmãos.

⁷³ Aqui, provavelmente é feita uma referência aos índios Pama.

⁷⁴ A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira no documento da narração da viagem. In: ABREU, J. Capistrano de. Op. cit., p. 309.

julho.⁷⁵ Melo Palheta e a tropa que lhe acompanhava chegaram à confluência dos rios Mamoré e Guaporé dias depois.⁷⁶ Os expedicionários se alojaram entre esses dois rios “em uma longa praia de areia” e dela seguiram pelo Guaporé, “por onde nos parecer mais pequeno” e pelo fato de “declarar sinais de habitado, porque não há estalagem de gente que nele curso que não tenha cruz”.⁷⁷

No dia 6 de agosto, o sentinela falou sobre uma “canoa que vinha Rio abaixo com dez índios espanhóis”, indo o cabo ao seu encontro, levando-os para a praia onde estava e tomando um guia para os “levar seguros ao porto da grande povoação de Santa Cruz de Cajuava”. Depois desse encontro, a tropa prosseguiu pelo Guaporé, e eles encontraram cinco canoas, que os avistaram, “levantaram uma cruz por bandeira” e perguntaram se eram cristãos. Os que iam nas cinco canoas identificaram-se como habitantes da missão de São Pedro.⁷⁸ Após esse encontro, a tropa portuguesa chegou a uma missão castelhana.

A tropa de Melo Palheta permaneceu na primeira missão visitada até o dia 11 de agosto, quando eles partiram em direção ao norte e, após dois dias e duas noites, chegaram à confluência dos rios Guaporé e Mamoré. Resolveram, então, seguir pelo Guaporé, e depois de seis dias encontraram “currais da criação de infinitos gados e bestas” e conversaram com índios Itenis, pertencentes à missão de São Miguel. Contudo, segundo o cabo, o regimento não permitia “que se estendesse mais” e “fizeram a volta para baixo”. Assim, véspera de São Bartolomeu, partiram de São Miguel e foram até a povoação do Principal Capeju, aonde chegaram no dia 25 de agosto.⁷⁹

Ao que tudo indica, tratava-se de um povoamento de índios Cavaripunas, que foi considerado como grupo “descido e doméstico”. Além disso, a tropa de Melo Palheta teria “praticado para se descirem os da nação Apamas e a Matiris, cujas povoações são cunhamenas desta nação Cavaripunas”. A partir daqui, teriam retornado para o arraial construído abaixo da cachoeira Maguari⁸⁰ e chegado à cidade de Belém em setembro de 1723.⁸¹

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Ibidem, p. 310.

⁷⁸ Ibidem, p. 310-311.

⁷⁹ Ibidem, p. 315.

⁸⁰ PINTO, Emanuel Pontes. Viagem de descobrimento ao rio Madeira e suas vertentes por Francisco de Melo Palheta. *Revista Veredas Amazônicas*, Porto Velho, v. 2, n. 2, p. 69-86, jul./dez. 2012.

⁸¹ A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira no documento da narração da viagem. In: ABREU, J. Capistrano de. Op. cit., p. 316.

Essa viagem foi importante, por exemplo, para coletar informações sobre a região. Anos depois, em 1747, José Gonçalves da Fonseca, que foi secretário do governo do estado do Maranhão e Grão-Pará, desenhou um mapa do rio Madeira a partir das informações coletadas por Francisco de Melo Palheta e de outros sertanistas e missionários.⁸²

Ainda no governo de João da Maia da Gama, aconteceria outra guerra no Madeira. Esse governador enviou uma carta, em outubro de 1726, ao rei D. João V explicando que, “por todos os votos conforme de todos os ministros da Junta das Missões”, mandou, em novembro de 1725, uma “tropa a castigar os tapuias que impediam a entrada o rio da Madeira”. Maia da Gama esclarecia que a tropa fora enviada “porque além das mortes que constaram da devassa” que mandou a ele havia dois anos, os índios eram acusados de fazerem “outras impedindo a entrada dos missionários”, tendo matado “um principal e índios” que “tinham ido cobrar o cravo que eles se tinham obrigado a fazer e recebido [?] os resgates”.⁸³

A expedição seguiu para o Madeira, “deu os primeiros assaltos” e “aprisionou todos os que defendiam as entradas das cachoeiras e muitos dos outros”, segundo Maia da Gama. Entendia também esse governador que “com aquele castigo se reduzirá tudo e se baixarão os muitos milhares de alma que estão praticados” e que “alguns nos ajudarão já nesta guerra”. Além disso, “ficará de todo livre a entrada” do rio Madeira “para se tirar imensidade de cravo virgem”, abundantes nas suas margens, “e os mais haveres que promete aquele rio”.⁸⁴

Representativa da expansão portuguesa para o Madeira e de como essa região havia se transformado em uma fronteira econômica na primeira metade do século XVIII é a tentativa de realizar uma guerra contra os Mura. Aproximadamente 20 anos após a guerra movida em meados da década de 1710, em 29 de agosto de 1738, outro jesuíta, José de Souza, provincial da Companhia de Jesus, discorria sobre o cacau que era coletado no rio Madeira. Porém, nessa ocasião, o religioso apontava uma das dificuldades que os colonos enfrentavam ao ir à coleta de cacau. Segundo esse provincial, sabia “por informações certas” que tinha “do Padre Manoel Fernandes Missionário da mesma Companhia na Missão de Santo Antônio” que a “nação de índios

⁸² ALMEIDA, André Ferrand de. Op. cit.

⁸³ Carta do governador estado do Maranhão João da Maia da Gama para o rei D. João V. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 10, D. 863.

⁸⁴ Ibidem.

bárbaros chamados Muras” teria assassinado “muitos índios remeiros das canoas”, que iam as colheitas do cacau, “um cabo de uma canoa”.⁸⁵

A primeira referência a esse grupo na documentação colonial é uma carta escrita no ano 1714 pelo padre Bartolomeu Rodrigues. Nessa descrição feita por Bartolomeu Rodrigues, os Mura aparecem na margem direita do Madeira.⁸⁶ O aparecimento do etnônimo *Mura* na documentação colonial a partir de 1714, provavelmente, justifica-se em decorrência de ser uma nação indígena que teria se formado a partir de transformações internas que resultaram da formação de zonas tribais na área Tapajós-Madeira na segunda metade do século XVII, segundo Mark Harris.⁸⁷

Apesar disso, os Mura não são mencionados no relato da expedição de Francisco de Melo Palheta, no início da década de 1720, o que indicaria, segundo Miguel Menedez, que eles estariam ocupando uma área entre os rios Maici e Manicoré e que os conflitos com os processos expansionistas ainda não teriam iniciado.⁸⁸ Além disso, talvez os Mura estivessem iniciando um processo expansionista. Segundo David Sweet, os Torá, que escaparam ao ataque de uma tropa portuguesa em 1716,⁸⁹ teriam se refugiado nas florestas ou nas missões jesuítas e deixado o trânsito, no médio Madeira, livre para os Mura e outros povos indígenas.⁹⁰

⁸⁵ CEDEAM. **Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)**. Manaus: Universidade do Amazonas; Brasília, DF: INL, 1986. p. 9. Sobre os Mura, ver: PEREIRA, Márcia Leila de Castro. Território e mobilidade Mura no baixo rio Madeira/AM. **Habitus**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 263-235, jul./dez. 2016; AMOROSO, Marta. Corsários no caminho fluvial: os Mura do rio Madeira. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992; CALDAS, Yurgel Pantoja. **Construção épica da Amazônia no poema Muhuraida, de Henrique João Wilkens**. 2007. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Artes e Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007; ARAÚJO, Alik Nascimento. **De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste amazônico (1714-1786)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014; AMOROSO, Marta. **Guerra Mura no século XVIII – versos e versões: representações dos Mura no imaginário colonial**. 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

⁸⁶ SILVA, Cliverson Gilvan Pessoa da; COSTA, Angislaine Freitas. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio Madeira durante o século XVIII. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 6, n. 1, p. 116, 2014.

⁸⁷ HARRIS, Mark. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais: os Tapajó e além na história ameríndia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 33-68, 2015.

⁸⁸ MENÉNDEZ, Miguel. Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. XXVIII, p. 322, 1981-1982.

⁸⁹ Essa guerra contra alguns grupos indígenas do Madeira teria sido realizada pelo capitão João de Barros da Guerra em função “dos delitos que tinham cometido o Gentio”. “Para o capitão mor do Pará. Se diz ao Capitão mor que está nomeado por cabo da guerra que se manda fazer ao Gentio do Rio da madeira e se espera obre nella de maneira que tenha muito que lhe agradecer guardando em tudo as Reaes ordens que há sobre esta matéria.” Lisboa, 4 de julho de 1716. **ABN**, v. 67, p. 137-138.

⁹⁰ SWEET, David. Native resistance in eighteenth-century Amazonia: the “abominable Muras” in war and peace. **Radical History Review**, n. 53, p. 7, 1992.

Curt Nimuendajú, por sua vez, assinala que os Mura eram originários da região abaixo das cachoeiras do Madeira e próximo à foz do rio Jamari. A partir do Madeira, teriam se expandido para o rio Purus e rio Cudajaz. A expansão Mura, no início da segunda metade do século XVIII, a princípio, não era influenciada pelo movimento de dilatação dos Mundurucu, uma vez que em 1768 estariam no rio Maués. Nesse sentido, a expansão Mura teria ocorrido em decorrência de encontrarem regiões escassamente povoadas, uma vez que os povos indígenas que habitavam esses espaços teriam sucumbido pela ação de tropas inimigas e do sistema de missões.⁹¹

A denúncia feita pelo provincial da Companhia de Jesus mencionada anteriormente resultou em um conjunto documental intitulado *Autos de devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)*. Os *Autos de devassa* são formados por uma certidão escrita pelo provincial da Companhia de Jesus, uma carta do governador do estado do Maranhão e Grão-Pará, a inquirição das 33 testemunhas, os 10 pareceres dos membros da Junta das Missões e a decisão do monarca acerca da realização da guerra. Para Alik Araújo, as testemunhas da devassa, religiosos ou não, “consolidaram a imagem dos Mura como índios numerosos, bárbaros, cruéis e ladrões” e a presença deles “prejudicava o trabalho missionário, ameaçava a segurança dos colonos e atrasava a economia do Estado”.⁹² Nesse sentido, a devassa “possibilitou a materialização de imaginários de vários setores sociais, nos fins da década de 1730” que construíram os “bárbaros Mura do rio da Madeira” na tentativa de garantir, “também, a autorização de resgates, guerras justas, e descimentos e alcançar o acesso a mão de obra indígena”.⁹³

A queixa do jesuíta José de Souza teria chegado à cidade de Belém. Em outubro de 1738, o governador do estado, João de Abreu Castelo Branco, escreveu uma carta explicando o que tinha se decidido na Junta das Missões, realizada em 6 de setembro de 1738. Segundo ele, era necessário que o rei tomasse “conhecimento das hostilidades, e mortes que sem se lhe dar causa têm executado no rio da Madeira” os índios Mura, “impedindo o comércio dos moradores naquele rio, e pondo em temor e consternação as missões estabelecidas nele”. Por essa razão, ordenou o governador ao ouvidor que fizesse uma devassa “das referidas hostilidades, perguntando testemunhas”.⁹⁴ O

⁹¹ NIMUENDAJU, Curt. The Mura and Piraha. In: STEWARD, Julian H. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington, EUA: Government Printing Office, 1948. v. 3.

⁹² ARAÚJO, Alik Nascimento. Op. cit., p. 51.

⁹³ Ibidem, p. 60.

⁹⁴ CEDEAM. Op. cit., p. 15.

monarca, D. João V, teve conhecimento dessa carta escrita pelo governador e lhe respondeu em carta de 10 de março de 1739 que “não está em termos de se reputarem como justas e necessárias estas guerras” contra os índios Mura.⁹⁵

Diversos interesses permeavam a discussão sobre essa guerra. Assim, é provável que o monarca lusitano não tenha permitido a realização da guerra contra os Mura em função da possibilidade dos moradores do estado do Maranhão e Grão-Pará terem acesso as minas do Mato Grosso. A devassa foi feita alguns anos após a Coroa portuguesa proibir a navegação do Madeira.

Por outro lado, é possível pensar na articulação dessa guerra com o interesse na coleta do cacau. E isso não apenas pelo fato de que na devassa é recorrente a acusação de que o Mura hostilizavam aqueles que iam ao Madeira coletar cacau. A não realização dessa guerra, possivelmente, afetou os interesses dos moradores que desenvolviam a coleta do cacau no Madeira e do próprio governador João de Abreu Castelo Branco. Observa-se na devassa que uma das testemunhas que depôs acusando os Mura foi Diogo Pinto da Gaya. Segundo Pinto da Gaya, ele tinha “ciência certa” que os Mura faziam anualmente “grandes mortes assim a brancos como a negros”, impedindo o “comércio de gênero de cacau”. Além disso, quando Bernardo Pereira de Berredo foi governador do estado do Maranhão e Grão-Pará, Pinto da Gaya teria participado de uma guerra contra os Mura.⁹⁶

É provável que Diogo Pinto da Gaya tivesse interesse em realizar a guerra contra os Mura com a finalidade de viabilizar a coleta do cacau no Madeira. E ele não era o único interessado. Talvez o próprio governador do estado estivesse associado com ele no empenho pelo cacau em um contexto no qual esse gênero era valorizado no comércio atlântico.⁹⁷ Nesse sentido, André dos Santos Pompeu analisa o interesse do governador João de Abreu Castelo Branco e de Diogo Pinto da Gaya na coleta de cacau no Cabo do Norte. Argumentando acerca da debilidade militar da capitania do Pará, como a ausência de fardamento para os militares, Castelo Branco enviou uma carta ao monarca D. João V relatando a situação militar e propondo uma solução para esse problema. Na missiva, Castelo Branco alegava que o cacau do Cabo do Norte poderia ser confiscado

⁹⁵ Ibidem, p. 163.

⁹⁶ Ibidem, p. 87-89.

⁹⁷ Sobre João de Abreu Castelo Branco, ver: SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Da Paraíba ao estado do Maranhão: trajetórias de governo na América portuguesa (séculos XVII e XV). **Revista de História**, São Paulo, n. 161, p. 59-83, 2. sem. 2009; SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Governadores e capitães-generais do estado do Maranhão e Grão-Pará e do estado do Grão-Pará e Maranhão (1702 a 1780): trajetórias comparadas. **Crítica Histórica**, Sergipe, ano VIII, n. 16, p. 41-63, dez. 2017.

para uso exclusivo dos militares da capitania do Pará com a finalidade de que coletassem esse gênero e vendessem para custear o fardamento da tropa.⁹⁸

Posteriormente, um bando, no qual proibia os particulares de coletarem cacau no Cabo do Norte, foi publicado por João de Abreu Castelo Branco com a mesma justificativa encaminhada ao soberano D. João V. Um mês após a emissão do bando, contudo, o próprio governador, Castelo Branco, emitiu uma ordem autorizando Pinto da Gaya a coletar cacau no Cabo do Norte, beneficiando-o em detrimento dos demais moradores do estado. É oportuno ainda lembrar que as cartas que João de Abreu Castelo Branco endereçou ao rei D. João V e o bando teriam sido produzidos, respectivamente, nos meses de setembro e dezembro de 1739,⁹⁹ e a carta régia que negava o pedido para realização das guerra contra os Mura é de março de 1739.¹⁰⁰ Assim, é possível que a mobilização do governador João de Abreu Castelo Branco em torno do cacau do Cabo do Norte tenha sido redirecionada, ao menos em parte, pela negação régia em realizar a guerra contra os Mura no Madeira.¹⁰¹

Diversos interesses explicam as medidas planejadas e implementadas, no Madeira, pela Coroa portuguesa, pelos moradores e autoridades na primeira metade do século XVIII. Havia, por um lado, um interesse da monarquia lusitana em controlar a circulação de pessoas na área do Madeira. Isso, por sua vez, talvez não fosse interessante para aqueles sujeitos que já atuavam na coleta de cacau no Madeira e, possivelmente, perceberam na guerra contra os Mura uma possibilidade de facilitar e ampliar seu raio de atuação.

Dessa maneira, além dos religiosos, expedições de coleta de cacau (e, provavelmente, de extração de outras “drogas do sertão”) e tropas de guerra percorreram o rio Madeira a partir de meados do século XVII e na primeira metade do XVIII. Essas tropas e os jesuítas eram certamente representantes da presença portuguesa na região. O que não significa que os índios do Madeira mantivessem contato apenas com os lusitanos. Uma missiva que o governador do estado do Maranhão e Pará, Gomes Freire de Andrade, escreveu a seu sucessor explicava que as potencialidades do rio Madeira eram aproveitadas pelos “estrangeiros com o comércio de ferramentas,

⁹⁸ POMPEU, André José Santos. A atuação de João de Abreu Castelo Branco na disputa pelo cacau no Cabo do Norte (1739-1747). *Revista Ágora*, Vitória, v. 32, n. 2, 2021.

⁹⁹ *Ibidem*. Uma vez que a devassa foi produzida também contra alguns indígenas do Tocantins, Alik Araújo argumenta que o governador Castelo Branco via vantagens econômicas com a exploração das novas minas de São Felix pelo Tocantins (ARAÚJO, Alik Nascimento. *Op. cit.*, p. 43).

¹⁰⁰ CEDEAM. *Op. cit.*, p. 163.

¹⁰¹ Sobre os interesses dos governadores em realizar a guerra contra os indígenas, ver: MELO, Vanice Siqueira de. *Op. cit.*

avelórios e outras bagatelas com que até o cravo levam” do Madeira. Esses “estrangeiros” entrariam “pelo rio Orinoco que deságua na costa em que habitam” e iam se “introduzindo já tanto pelo Madeira abaixo que chegam a encontrar se com as nossas canoas”, escrevia Freire de Andrade.¹⁰²

Além do movimento de expansão para o oeste, partindo do estado do Maranhão e Grão-Pará, expedições partiram da capitania de São Paulo e alcançaram o interior da América portuguesa, na região onde, posteriormente, foi criada a capitania do Mato Grosso, bem como a Vila de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Antes, contudo, de analisar a mobilidade no centro da América portuguesa, será preciso apresentar os conflitos e alianças existentes entre os reinos europeus no início do século XVIII.

1.2 GUERRA DE SUCESSÃO ESPANHOLA E A AMÉRICA PORTUGUESA

Na primeira metade do século XVIII, as expedições que saíam à procura de ouro e realizavam a escravização dos indígenas promoveram a ocupação do espaço que, a rigor, pelo Tratado de Tordesilhas, era da Coroa espanhola. Os conflitos envolvendo os limites entre as Coroas ibéricas no continente americano abarcaram toda a extensão dos domínios territoriais desses reinos, como na região do alto Amazonas, desde a área do rio Guaporé à colônia de Sacramento. O empenho das Coroas ibéricas em resolver as imprecisões das fronteiras territoriais resultou em vários tratados, como na assinatura do Tratado de Madri, em 1750, e o governo português aproveitou o conhecimento das expedições que percorriam principalmente o caminho pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira para acumular notícias sobre esses rios.

A tentativa de definir os limites territoriais das conquistas ibéricas na América do Sul começou a se configurar bem antes. No início do século XVIII, já era notório que o Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, havia caducado, e era preciso um novo acordo que determinasse as fronteiras dos domínios lusitanos e castelhanos na América do Sul. Um dos resultados desse esforço foi o Tratado de Utrecht.

O acordo de Utrecht foi resultado da Guerra de Sucessão da Espanha, que aconteceu entre 1701 e 1714, conflito relacionado à sucessão dinástica da Coroa espanhola. O conflito estruturou-se a partir de dois grupos de países: França e Espanha apoiavam Filipe de

¹⁰² Carta do governador Gomes Freire de Andrade para o rei D. Pedro II. Belém, 19 de julho de 1687. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 3, D. 263.

Bourbon, enquanto a Grande Aliança, que congregou Áustria, Sacro Império Romano-germânico, Inglaterra e Países Baixos, organizava-se contra essa aclamação.

O posicionamento da Coroa portuguesa nesse conflito foi cambiante. Essa mudança está relacionada, em parte, aos interesses expansionistas lusitanos. Desde o final do século XVII, circulava pela Europa a possibilidade de que o monarca Pedro II, de Portugal, assumisse o trono espanhol após a morte de Carlos II. Contudo, essa era uma possibilidade remota. Durante a negociação do tratado de partilha, Pedro II argumentou que aceitaria o tratado se lhe entregassem Badajoz e Alcântara. Enquanto Luís XIV, da França, não fez oposição ao que havia sido proposto por Pedro II, a Inglaterra rejeitou a proposta do soberano lusitano.¹⁰³

No final do século XVII e início do século XVIII, Portugal mantinha relacionamentos delicados com alguns reinos europeus. Com o espanhol e o francês, a Coroa portuguesa possuía problemas territoriais. Nesse período, a região do rio da Prata e a Colônia de Sacramento,¹⁰⁴ fundada em 1680, já eram temas sensíveis entre as Coroas ibéricas. Com relação à França, a problemática estava relacionada ao Amazonas, pois os franceses estavam estabelecidos em Caiena e adentravam o continente. Já com Inglaterra e Holanda, Portugal tinha divergências em decorrência de dívidas resultantes de tratados assinados anteriormente.¹⁰⁵

Nesse sentido, ainda que um Bourbon no trono espanhol não representasse uma conjuntura favorável ao reino português, o monarca lusitano compreendeu que era melhor estreitar laços políticos com a associação franco-espanhola. Além disso, se o rei Luís XIV necessitasse dos Estados europeus para isolar e silenciar as pretensões do Sacro Império, Pedro II poderia expor, novamente, as pretensões territoriais.¹⁰⁶ Assim, o monarca português, Pedro II, reconheceu Filipe de Bourbon como soberano espanhol e se comprometeu a fechar seus portos aos reinos que declarassem guerra aos castelhanos.

¹⁰³ MARCOS, David Martín. La paz hispanoportuguesa de 1715: la diplomacia ibérica en Utrecht. **Cuadernos de Historia Moderna**, Madri, v. 37, p. 154-155, 2012a. Ver também: MARCOS, David Martín. “Ter o Archiduque por vizinho”: la jornada a Lisboa de Carlos III en el marco del conflicto sucesorio de la monarquía de España. **Hispania: Revista Española de Historia**, Madri, v. LXXII, n. 241, p. 453-474, maio/ago. 2012b.

¹⁰⁴ A Colônia de Sacramento estava estabelecida no rio da Prata e foi fundada em 1680 em uma tentativa de expansão lusitana pela América. Alguns meses depois, as tropas coloniais castelhanas e os indígenas das missões jesuíticas destruíram Sacramento, que foi restituída aos portugueses em 1681. Anos depois, em 1705, durante a Guerra de Sucessão Espanhola, o território da Colônia de Sacramento foi ocupado pelos espanhóis (POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento: uma praça de guerra do império colonial português. **História em Revista**, Pelotas, v. 12, n. 13, p. 9-28, 2007).

¹⁰⁵ ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. **Política internacional e desenvolvimento econômico**: as origens da dependência de Portugal perante a Inglaterra. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2009. p. 146-151.

¹⁰⁶ MARCOS, David Martín. Op. cit., 2012a, p. 154-155.

Além disso, a França assumiu o compromisso de fornecer apoio militar aos lusitanos e abandonou as reivindicações territoriais que fazia da região do Amazonas. Quanto à Espanha, cedia a colônia de Sacramento aos portugueses.¹⁰⁷ Além disso, uma vez que o tratado de repartição perdeu a funcionalidade e que Luís XIV aceitou o testamento de Carlos II, configurava-se um novo contexto para Pedro II.¹⁰⁸

A aliança da Coroa portuguesa com os reinos francês e espanhol não teve longa duração. Após um período de neutralidade no conflito e debates sobre a posição que o reino português deveria manter na guerra, Pedro II considerou que a Coroa portuguesa deveria se aliar ao Sacro Império, Inglaterra e Holanda, reconhecendo o arquiduque Carlos como legítimo monarca da Espanha.

Essa mudança pode ser explicada a partir de diversos fatores. O soberano luso reconhecia o perigo que a aliança franco-espanhola representava para o reino português.¹⁰⁹ Além disso, Pedro II entendia que a aliança com Holanda, Inglaterra e o Império Romano-germânico era benéfica para Portugal, pois territórios da Extremadura, Galícia, norte do rio da Prata e Amazônia espanhola passariam para domínio lusitano, caso o arquiduque Carlos assumisse o trono espanhol.¹¹⁰ Nesse sentido, uma redefinição de fronteiras dos territórios ibéricos justificava também a mudança de posicionamento português na guerra.¹¹¹

Após anos de guerra, os países beligerantes optaram pela assinatura de um acordo de paz, que resultou no Tratado de Utrecht, em 1713. Foi, então, que Portugal assinou, primeiramente, o tratado com a França e, em 1715, com a Espanha. Com a assinatura desses tratados, a Coroa portuguesa recobrou dos espanhóis a Colônia de Sacramento, o rio Vicente Pinzón foi definido como limite do Pará com a Guiana e a França cedeu as suas ambições de navegação e comércio pelo Amazonas.¹¹² Nesse sentido, Sebastián González argumenta que o Tratado de Utrecht foi fundamental para Portugal consolidar seu domínio territorial no norte da América portuguesa, uma vez que a França renunciou a seus projetos expansionistas na região e os benefícios espanhóis foram, praticamente,

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 156.

¹¹⁰ FERNÁNDEZ, Juan Marchena. Del Tajo al Amazonas y al Plata: las repercusiones atlánticas de las guerras entre las Coronas española y portuguesa en la Edad Moderna (1640-1777). In: REITANO, Emir; POSSAMAI, Paulo (Org.). **Hombres, poder y conflicto**: estudios sobre la frontera sudamericana y su crisis. La Plata: Universidad de La Plata, 2015. p. 29.

¹¹¹ MARCOS, David Martín. Op. cit., 2012a, p. 156.

¹¹² CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madri**. Brasília, DF: Senado Federal, 2001. t. II, p. 21. (Coleção Memória Brasileira). Fac-símile.

nulos com relação à Amazônia setentrional.¹¹³ Após o Tratado de Utrecht, o Alto Amazonas continuou como uma área litigiosa para as Coroas ibéricas.¹¹⁴ Apesar do reconhecimento da Colônia de Sacramento como domínio português, os conflitos envolvendo os vassallos das Coroas ibéricas continuaram nessa região.¹¹⁵

Um panorama conflituoso caracterizou também o continente europeu após a Guerra de Sucessão. Esses conflitos na Europa continental, envolvendo diversos reinos, revelam-se fundamentais para compreender a dimensão político-diplomática dos casamentos ibéricos na década de 1720.¹¹⁶ Esses acordos matrimoniais contribuíram para redesenhar as relações entre a Coroa portuguesa e espanhola, caracterizadas pela diminuição desses conflitos. O príncipe espanhol Fernando (posteriormente, Fernando VI) casou-se, em 1729, com a princesa lusitana Bárbara de Bragança, filha de D. João V. O príncipe José (futuramente, José I), casou-se com a princesa espanhola María Ana Victoria de Borbón, filha de Felipe V, que seria rainha de Portugal em 1750.¹¹⁷ Apenas com a ascensão de Fernando VI e Bárbara de Bragança ao trono espanhol é que as relações entre os dois reinos foram retomadas.¹¹⁸ O interesse comum das Coroas ibéricas resultou na assinatura do Tratado de Madri, em 1750.

A Guerra de Sucessão repercutiu nos territórios ultramarinos. Na América portuguesa, durante o conflito, ocorreram inúmeros escaramuças internas em diversas regiões. Ainda que tenham sido controladas, a política lusitana adotou maiores medidas de controle para essa região ultramarina. Essa política portuguesa, pautada por uma crescente autoridade portuguesa no ultramar, cresceu na medida em que as riquezas do ouro mineiro motivavam as incursões de navios inimigos nas costas brasileira e portuguesa.¹¹⁹

Para Ricardo Oliveira, a Guerra de Sucessão expôs as fragilidades das Coroas ibéricas no século XVIII. O surgimento de novas potências, como Holanda, França e

¹¹³ GONZÁLEZ, Sebastián Gómez. **Frontera selvática**: españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH), 2014. p. 138.

¹¹⁴ Sobre esse conflito, ver: GONZÁLEZ, Sebastián Gómez. *Contra un enemigo infernal: argumentos jesuíticos en defensa de la Amazonia hispánica: provincia de Maynas, 1721-1739*. **Fronteras de la Historia**, Bogotá, v. 17, n. 1, p. 167-194, 2012.

¹¹⁵ FERNÁNDEZ, Juan Marchena. Op. cit., p. 39.

¹¹⁶ PEREIRA, Ana Cristina Duarte. A troca das princesas Maria Bárbara de Bragança e Maria Ana Vitória: o reatar das boas relações ibéricas?. In: MILLÁN, José Martínez; LOURENÇO, Maria Paula Marçal (Org.). *Las relaciones discretas entre las monarquías hispana y portuguesa: las casas de las reinas (siglos XV-XIX)*. **Congreso Internacional las relaciones discretas entre las monarquías hispana y portuguesa: las casas de las reinas (siglo XV-XIX)**. Madri, 2009. v. I, p. 567-578.

¹¹⁷ FERNÁNDEZ, Juan Marchena. Op. cit., p. 38-39.

¹¹⁸ PEREIRA, Ana Cristina Duarte. Op. cit., p. 577; REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**: a fronteira com as colônias espanholas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. t. 2, p. 43-45.

¹¹⁹ FERNÁNDEZ, Juan Marchena. Op. cit., p. 36.

Inglaterra, transformou a concorrência mercantilista, transformando também os países que haviam sido vanguarda na expansão marítima e comercial em Estados menores ou zonas semiperiféricas. A vulnerabilidade portuguesa manifestava-se no continente europeu e nos domínios americanos, e garantir esse espaço colonial era essencial para a sustentação da monarquia portuguesa. Essa realidade explica-se a partir do fluxo de riquezas, para o reino, resultante da atividade mineradora, o que ensejou uma reformulação da orientação política portuguesa com o objetivo de fortalecer as ligações com a colônia e redefini-la política e territorialmente.¹²⁰ Essa perspectiva pode ser exemplificada a partir do estabelecimento das bases do poder real nas minas de Cuiabá com a finalidade de evitar distúrbios políticos, deter a entrada dos castelhanos e controlar a produção do ouro, fundamentalmente a partir da administração de Rodrigo César de Menezes.¹²¹

A centralidade do Brasil era também defendida por Luís da Cunha, embaixador que atuou, em nome da Coroa portuguesa, em diversos acordos com outros reinos, inclusive no Tratado de Utrecht. Assim, Luís da Cunha defendia um projeto de soberania do império português na América, opondo-se aos espanhóis. Além disso, as principais ideias de Luís da Cunha foram fundamentais para a construção do Tratado de Madri, como veremos.¹²²

1.3 A OCUPAÇÃO DO MATO GROSSO E AS FRONTEIRAS

A ocupação lusitana do que viria a se tornar a capitania do Mato Grosso, em meados do século XVIII, iniciou-se no final da década de 1710, quase um século após o início do povoamento da Amazônia portuguesa. O avanço luso para essa região central da América do Sul articula-se, primeiramente, ao “bandeirantismo” paulista. Esse movimento espacial paulista ocasionou a descoberta de ouro, e a partir disso foi pensada a posse do território. A mobilidade dos particulares é, assim, fundamental para analisar a expansão lusa para o oeste. Além disso, dois tumultos ocorridos nas Minas Gerais,

¹²⁰ OLIVEIRA, Ricardo de. As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 126-127, jun. 2010.

¹²¹ JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos**: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778). 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 60-61.

¹²² FURTADO, Júnia Ferreira. O oráculo que Sua Majestade foi buscar: Dom Luís da Cunha e a geopolítica do novo império luso-brasileiro. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 380.

teriam espalhado diversos grupos pelo interior da América portuguesa: o conflito entre paulistas e emboabas e a revolta de Vila Rica.¹²³

A porção da área que em meados do século XVIII se tornou a capitania do Mato Grosso era visitada pelos espanhóis desde o século XVI.¹²⁴ Na primeira metade do século XVIII, em um contexto no qual as fronteiras entre os reinos ibéricos ainda eram incertas, a extração de ouro e a ocupação de áreas do centro da América do Sul pelos vassallos portugueses não mobilizou imediatamente os hispano-americanos a comunicarem esses acontecimentos a Madri. O espaço que se tornou essa capitania confinava com missões religiosas castelhanas da província de Moxos e de Chiquitos.¹²⁵ Por um lado, os religiosos dessas missões possuíam pouca informação sobre Cuiabá. Porém, os colonos de Assunção e os outros *pueblos* do Paraguai tinham interesses em não comunicar o avanço português para o oeste desde o século XVII.¹²⁶

Corria o ano 1673, quando o paulista Manuel de Campos Bicudo, acompanhado de seu filho, Antonio Pires de Campos, alcançou a região que atualmente corresponde à cidade de Cuiabá. A tropa de Campos Bicudo subiu o rio Cuiabá até sua confluência com o ribeirão do Coxipó, onde acamparam e denominaram o local com o nome de São Gonçalo.¹²⁷ Segundo Barbosa de Sá, Campos Bicudo foi o “primeiro que subiu o Rio Cuiabá”.¹²⁸ A expedição do Manoel de Campos Bicudo prosseguiu viagem e chegou ao rio Araguaia, onde teria extraído ouro da Serra dos Martírios e levado para São Paulo.¹²⁹ A lendária serra motivou outras expedições a adentrarem o interior da América portuguesa em busca de ouro.¹³⁰

¹²³ CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português**: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. 2008. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. p. 27.

¹²⁴ COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente**: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação da Liberdade/Kosmos, 1999.

¹²⁵ BLOCK, David. **La cultura reduccional de los Llanos de Mojos**: tradición autóctona, empresa jesuítica & política civil, 1660-1880. Sucre, Bolívia: Historia Boliviana, 1997; MEIRELES, Denise Maldi. Op. cit.

¹²⁶ LUCIDIO, João Antonio Botelho. **A ocidente do imenso Brasil**: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750). 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013. p. 225-267.

¹²⁷ COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. **São Gonçalo Velho**: povoação cuiabana pioneira. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2010. p. 14-15.

¹²⁸ SÁ, José Barbosa de. Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. XXIII, p. 6.

¹²⁹ LEITE, Luís Philippe Pereira. **Vilas e fronteiras coloniais**. Cuiabá: IHGMT, [s.d.]. p. 45.

¹³⁰ COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. Op. cit., p. 15.

Antonio Pires de Campos¹³¹ retornou à região, aproximadamente em 1717, motivado pela captura de índios. Sua comitiva subiu o rio Cuiabá à “procura do gentio Coxiponé”, os índios Bororo, “e chegando a uma aldeia deles”, onde estava a “capela de São Gonçalo,¹³² aí prendeu muitos e voltou para baixo” procurando as “frotas que andavam por essas largas e dilatadas bahias em procura das mais nações”.¹³³

Quando Pires de Campos retornava para São Paulo, encontrou a tropa de Pascoal Moreira Cabral de Leme¹³⁴ no Arraial Velho, localizado no rio Cuiabá. Através de Pires de Campos, Pascoal Cabral de Leme soube dos índios Coxiponé e decidiu ir em busca desses índios. Pascoal Cabral de Leme e sua tropa chegaram “ao lugar da aldeia velha já destruída”. Então, “subiu o Rio Coxipó Merim” e “fazendo pouso logo acima da barra acharam ouro em granetes cravados pelos barrancos”.¹³⁵

Nesse “pouso e primeiro descobrimento deixou o capitão a bagagem” seguindo rio acima até Forquilha e aí “achou o gentio em que fez suas presas com bastantes mostras de ouro em botoques e outros enfeites” e, posteriormente, alojaram-se onde estava situada a capela de São Gonçalo. Uma vez comprovada a descoberta de ouro, “trataram logo de fabricar casas e lavouras de mantimentos pelas margens dos rios Cuiabá e Coxipó” e extinguiram “uma aldeia de gentio que se achava no lugar” chamado Porta do Borrvalho.¹³⁶ Assim, no dia 8 de abril de 1719, Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros teriam fundado, em Forquilha, o Arraial de Cuiabá.

A conquista e a exploração das minas nessa região da América portuguesa resultaram, igualmente, em conflitos com os indígenas que habitavam esse território. Nesse sentido, a frente expansionista lusitana foi caracterizada por guerra, escravização, desterritorialização indígena e construção de uma territorialidade lusitana. Afinal, os próprios paulistas teriam encontrado as minas enquanto buscavam indígenas para escravizar.

No ano 1722, o sorocabano Miguel Sutil de Oliveira encontrou, no córrego Prainha, nos arredores da igreja de Nossa Senhora do Rosário, lavras de ouro. Os moradores do antigo Arraial de Forquilha estavam com muitas dificuldades para se

¹³¹ Antonio Pires de Campos pertencia ao grupo de bandeirantes na Guerra dos Emboabas, que aconteceu em Minas Gerais (MENDONÇA, Rubens de. **História de Mato Grosso**. 2. ed. 1970. p. 10).

¹³² Esse bandeirante teria se estabelecido na mesma localidade que seu pai, Manuel de Campos Bicudo, e batizada por ele como São Gonçalo Velho.

¹³³ SÁ, José Barbosa de. Op. cit., p. 7.

¹³⁴ Pascoal Moreira de Cabral e Leme também pertencia ao grupo de bandeirantes na Guerra dos Emboabas (MENDONÇA, Rubens de. Op. cit., p. 10).

¹³⁵ SÁ, José Barbosa de. Op. cit., p. 7.

¹³⁶ *Ibidem*.

manter e, por essa razão, deslocaram-se para as minas descobertas, bem como aventureiros e sertanistas de diversas áreas da América portuguesa.¹³⁷

Além desse movimento dos particulares em direção ao interior, ocorreu uma mobilização política da Coroa portuguesa na tentativa de implantar seu domínio político e territorial. Assim, anos depois, o arraial que se originou desse descobrimento serviu como base para a criação, por Rodrigo César de Menezes, em 1º de janeiro de 1727, da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá. A concepção dessa vila representava o empenho português em consolidar a ocupação lusitana nessa região. Assim, o objetivo era implantar uma estrutura político administrativa e jurídica que assegurasse os interesses geopolíticos do império português na fronteira oeste dos domínios lusos na América, que eram: a extração do ouro, a tributação e o controle territorial.¹³⁸

Essa nova região mineradora se transformou em um negócio colonial para os paulistas, que passaram a abastecer esse território através das longas expedições fluviais denominadas monções. Através dos rios Tietê, Grande, Pardo, Pardo, Camapoã, Cochim, Taquari, Paraguai, Porrudos e Cuiabá, os produtos chegavam às minas de Mato Grosso.¹³⁹ Não há dúvida de que as fazendas de gado e as atividades agrícolas ocuparam espaços nos sertões do Mato Grosso após o descobrimento das minas. A distribuição de sesmarias pela Coroa começou a partir da fundação do arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1722. Essas concessões eram, principalmente, para pessoas de maiores cabedais com a finalidade de organizar as propriedades agrícolas e de criar animais.¹⁴⁰

O auge da extração das minas de Cuiabá teria durado, aproximadamente, dez anos (entre os anos 1722 e 1732). O ouro encontrado nas minas de Cuiabá era de aluvião, esgotando-se com facilidade. Essa característica pode justificar a procura que os mineiros faziam por outras minas de ouro na região. Além disso, os moradores de Cuiabá realizavam expedições para escravizar os índios. Durante a década de 1730, os colonos residentes em Cuiabá começaram a descobrir ouro na região do Guaporé.

¹³⁷ LEITE, Luís Philippe Pereira. Op. cit., p. 52.

¹³⁸ CHAVES, Otávio Ribeiro. Op. cit., 2008, p. 43. Ver também: JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII**. Dourados: Editora Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

¹³⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., 2014b; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos da expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a.

¹⁴⁰ SILVA, Vanda da. **Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008; OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Roças, fazendas, engenhos, currais: uma cartografia da ruralidade colonial nas minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII). **Revista de História**, São Paulo, n. 173, p. 211-251, jul./dez. 2015.

Dessa maneira, ao que tudo indica, estavam no ano 1731 fazendo “a conquista dos Parecis quando chegaram a Cuiabá, “vindos do dito sertão”, Fernando Paes de Barros, seu irmão Artur Paes, seus sobrinhos João Martins Claro, José Pinheiro, apresentando “um cruzado de ouro de amostra das Minas do Mato Grosso”. Os irmãos sorocabanos teriam descoberto o ouro na região que posteriormente foi construída a capela de Santa Anna. Examinou o sargento-mor Antonio Fernandes de Abreu as novas descobertas “e afirmou serem Minas” e “se alvoroçou o povo desta Villa [de Cuiabá] querendo muitos ir já a situar-se no dito lugar”.¹⁴¹

Em decorrência dessas descobertas, no período compreendido entre 1734 e 1740, foram criados diversos arraiais no Guaporé: São Francisco Xavier, de Santa Ana, São Vicente, Nossa Senhora do Pilar, Ouro Fino, Lavrinhas.¹⁴² O descobrimento dessas novas minas, a partir 1717, impulsionou o frequente deslocamento de pessoas, oriundas de diversas localidades, para a regiões centrais da América portuguesa.

Como lembrou Sérgio Odilon Nadalin, a história do Brasil é caracterizada pelos deslocamentos populacionais, motivados pela busca de indígenas e metais preciosos, que resultaram na “colonização” e na conquista do território. Isso, por sua vez, não ameniza o impacto destrutivo para as populações nativas. Para Sérgio Nadalin, essa mobilidade pode ser explicada a partir das atividades econômicas desenvolvidas. Nesse sentido, as regiões mineradoras, caracterizadas pela exploração do ouro e diamantes, eram exemplares de espaços nos quais havia uma instabilidade demográfica. Assim, garimpeiros exploravam temporariamente as regiões mineradoras e depois seguiam adiante, deixando para trás “arremedos de povoados”. Ou seja, a diminuição da exploração do ouro em um espaço cedia lugar ao desenvolvimento de atividades econômicas que eram traduzidas na fixação da população.¹⁴³

Essa mobilidade pode ajudar a analisar não apenas o avanço, no início do século XVIII, dos vassalos da Coroa portuguesa para a região na qual se constituiu a Vila de Cuiabá. Mas também o deslocamento desses sujeitos para o Guaporé, Mamoré, Madeira e Tapajós.¹⁴⁴ Assim, a busca de metais preciosos e indígenas impulsionou o avanço para

¹⁴¹ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyaba:** 1719-1830. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Susiki. Cuiabá: Entrelinhas/Arquivo Público de Mato Grosso, 2007. p. 66.

¹⁴² JESUS, Nauk Maria de. Op. cit., 2011, p. 27.

¹⁴³ NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 222-275, jul./dez. 2003.

¹⁴⁴ O rio Tapajós é lembrado aqui em decorrência das expedições que desceram esse rio na década de 1740, como a de João de Sousa Azevedo.

o oeste da América portuguesa, contribuindo para a configuração, posteriormente, da capitania do Mato Grosso e crescente conhecimento dos espaços interioranos.¹⁴⁵

Apesar disso, é importante ressaltar que havia uma tentativa de controle dessa mobilidade. Isso se manifestou na proibição da navegação pelo rio Madeira, por exemplo. Havia o receio de que os moradores do estado do Maranhão e Grão-Pará se deslocassem, em grande quantidade, para a região das novas minas. Por essa razão, esse fascínio das lavras de ouro do Guaporé motivou a Coroa portuguesa a emitir o Alvará de 27 de outubro de 1733, confirmado por carta régia em 1737, no qual se proibia a navegação entre o estado do Maranhão e Grão-Pará e os domínios portugueses no centro da América do Sul através dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Essa resolução régia sugere que a Coroa portuguesa já sabia que o estado do Maranhão e Grão-Pará fazia comunicação, por meio dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, com as regiões centrais da América do Sul, onde se formaria a capitania do Mato Grosso anos depois.¹⁴⁶

Contudo, a interdição da navegação não impediu que o rio fosse navegado. É provável que as expedições coletoras de cacau e outras drogas do sertão continuassem navegando pelo Madeira, bem como os índios continuassem se deslocando pelo curso dele. Além disso, no ano 1742, Manuel Félix de Lima partiu do arraial de São Francisco Xavier, foi até às missões espanholas e chegou, navegando o Madeira, ao estado do Maranhão e Grão-Pará.¹⁴⁷

Segundo José Barbosa de Sá, encontrava-se no arraial de São Francisco Xavier “quebrado um Manoel Feliz de Lima que meneava muitos negócios” e temendo ir a “Cuyabá donde tinha alguns credores”, associou-se a outros para estabelecer algumas relações comerciais.¹⁴⁸ Assim, “pelas grandes necessidades em que se achavam aquelas minas”, com “esperanças de fazerem algum descobrimento de ouro [?]”¹⁴⁹ e “com as

¹⁴⁵ Ainda nessa perspectiva, Sebastián Gómez González, ao analisar o alto Amazonas e os conflitos entre os reinos ibéricos naquela região, pontua que a falta de um rigoroso controle estatal permitiu que os governos localizados em territórios fronteiriços incentivassem as monarquias ibéricas à expansão para leste, no caso da Espanha, e para oeste, no caso de Portugal, aproveitando a facilidade da navegação fluvial e o inegável desamparo em um território denso e despovoado que, talvez, fosse a fronteira mais enigmática do continente americano (GONZÁLEZ, Sebastián Gómez. Op. cit., 2014, p. 138).

¹⁴⁶ Fabiano Vilaça dos Santos argumenta que, na década de 1730, a Coroa portuguesa desencoraja a atividade mineradora até mesmo no estado do Maranhão e Grão-Pará, pois a descoberta de ouro nesse estado poderia atizar o interesse e contrabando dos espanhóis e franceses (SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no estado do Maranhão. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 667-688, 2015).

¹⁴⁷ Não tive acesso direto ao relato dessa viagem. Utilizo o relato, de segunda mão, feito por Robert Southey e que está presente em *Historia do Brasil*.

¹⁴⁸ SÁ, José Barbosa de. Op. cit., p. 42.

¹⁴⁹ Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei D. João V. Pará, 24 de fevereiro de 1743. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 25, D. 2387.

notícias que já tinham” de estarem próximo “das missões dos índios de Espanha”, decidiram Manuel Félix de Lima e os que o acompanharam a “ir a elas com negócio”.¹⁵⁰

A tropa era formada por reinóis, paulistas e homens nascidos no Rio de Janeiro. Manuel Félix de Lima era reinol e exerceu alguns cargos honoríficos no arraial de São Francisco Xavier, mas não enriqueceu.¹⁵¹ Joaquim Ferreira Chaves, Vicente Pereira e Manuel de Freitas Machado também foram reinóis que participaram dessa campanha. Os paulistas eram o capitão João Barbosa Borba Gato, Alferes Mateus Correa Leme, licenciado Francisco Leme do Prado, o licenciado Tristão da Cunha Gago, Francisco Borges e Dionísio Bicudo. João dos Santos era o único do Rio de Janeiro.¹⁵² Todos esses homens levaram seus escravos e indígenas e “com as despesas todas dos aprestos carregou só Manuel Felix”.¹⁵³

Embarcaram no rio Guaporé e decorridos alguns dias encontraram uma canoa na qual vinham homens e mulheres indígenas. Após um mês de viagem, a expedição chegou à Missão de São Miguel, localizada no rio Baures e administrada por um jesuíta. Permaneceu por alguns dias nesse local e, posteriormente, seguiu a viagem até a Missão de Santa Maria Madalena,¹⁵⁴ no rio Itonamas, onde permaneceu 21 dias, “e vendo que não podiam fazer negócio”,¹⁵⁵ pois os curas necessitavam de autorização do provincial, que estava na Missão de Exaltación de la Santa Cruz, no rio Mamoré, eles decidiram, então, ir até essa missão no Mamoré. Uma parte da tropa seguiria pelo rio até de Exaltación de la Santa Cruz, enquanto outra iria por terra, com Manuel Felix de Lima. Porém, antes de partir de Santa Maria Madalena, chegou a essa missão um aviso do provincial repreendendo os padres por terem hospedados os portugueses.¹⁵⁶

Manuel Félix de Lima seguiu sua viagem pelo Guaporé e não conseguiu encontrar a outra parte da expedição. Durante a viagem, “em uma dessas aldeias”, Félix de Lima soube que “não havia muitos anos, tinham subido, do Grão-Pará pelo rio

¹⁵⁰ AMADO, Janaina; ANZAI, Leny C. (Org.). **Anais de Vila Bela: 1734-1789**. Cuiabá: Carlini & Caniato/EdUFMT, 2006. p. 45.

¹⁵¹ SOUTHEY, Robert. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862. t. V, p. 398.

¹⁵² É possível ver a lista dos homens que acompanharam Manuel Felix de Lima em: SOUTHEY, Robert. Op. cit., e Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei D. João V. Pará, 24 de fevereiro de 1743. Op. cit.

¹⁵³ SOUTHEY, Robert. Op. cit., p. 399.

¹⁵⁴ Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei D. João V. Pará, 24 de fevereiro de 1743. Op. cit.

¹⁵⁵ Ibidem.

¹⁵⁶ SOUTHEY, Robert. Op. cit., p. 426.

Mamoré acima”, umas canoas “carregadas de negócio para aquelas outras aldeias”.¹⁵⁷ Talvez essas canoas fossem as da expedição de Melo Palheta, na década de 1720.

Entendendo os expedicionários “que não lhes convinha voltar para” o Mato Grosso, decidiram “com aquela notícia a rodar para o Grão-Pará”.¹⁵⁸ Nesse sentido, Manoel Félix de Lima, “com um escravo de Guiné e um índio”, Joaquim Ferreira Chaves, acompanhado de “dois mulatos seus escravos”, Vicente de Assunção e Manoel de Freitas Machado seguiram pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira até alcançarem o Amazonas e chegarem à cidade de Belém.¹⁵⁹

Ao percorrem o Guaporé, Mamoré e Madeira, caminho que dava acesso às minas de Mato Grosso, entendeu o governador do estado do Maranhão e Pará que esses homens estavam incursos na lei de 27 de outubro de 1733 e iria comunicar ao ouvidor-geral “para proceder na forma da mesma lei”.¹⁶⁰ Heather Roller aponta que é fundamental analisar os efeitos sociais e culturais desses movimentos de gentes, bem como o papel do Estado na tentativa de controlá-los e direcioná-los.¹⁶¹ Ao que parece, esses deslocamentos realizados pelo território, que depois tornou-se a capitania do Mato Grosso, foram realizados sem o controle da Coroa portuguesa inicialmente. Assim, esses sujeitos deslocavam-se pelo interior do continente americano para alcançar seus próprios objetivos, sem, necessariamente, possuir o mesmo objetivo que a Coroa lusitana. Isso, por sua vez, não significa minimizar ou apontar a ausência do Estado português no processo de interiorização. A expedição comandada por Félix de Lima não apenas é mais um exemplar dessa mobilidade pelo território, como ajuda a pensar a tentativa de controle que a Coroa lusa tentava realizar sobre a circulação pelo território.

A outra parte da expedição, que provavelmente era formada João dos Santos, Mateus Correa e Francisco Leme do Prado com alguns escravos e índios e que foi até a Exaltación de la Santa Cruz pelo rio, chegou a essa missão e permaneceu nela 18 dias. Esses expedicionários retornaram a Santa Maria Madalena e, quando souberam que Manoel Felix de Lima já havia partido, decidiram regressar a Mato Grosso.¹⁶²

¹⁵⁷ **Anais de Vila Bela.** Op. cit., p. 45.

¹⁵⁸ *Ibidem.*

¹⁵⁹ SÁ, José Barbosa de. Op. cit., p. 42.

¹⁶⁰ Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei D. João V. Pará, 24 de fevereiro de 1743. Op. cit.

¹⁶¹ ROLLER, Heather Flynn. Migrações indígenas na Amazônia do século XVIII. In: CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **Migrações na Amazônia.** Belém: Açaí/Centro de Memória da Amazônia/PPGA, 2010. p. 30.

¹⁶² SOUTHEY, Robert. Op. cit., p. 440.

O conhecimento, acerca das missões castelhanas e dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, daqueles que participaram da expedição e retornaram para o Mato Grosso foi aproveitado em outras viagens feitas aos domínios espanhóis e ao Pará. Expedições passaram a ser organizadas para aprisionar os índios ou coletarem informações sobre as missões espanholas a partir dos conhecimentos oriundos da jornada de Félix de Lima. Assim, por vezes, interesses dos particulares e do governo colonial mesclavam-se na organização das expedições. Se, para os particulares, as expedições tinham finalidades econômicas, para Coroa portuguesa eram meios de conseguir informações sobre os espanhóis.

Alguns expedicionários que participaram da campanha de Manoel Félix de Lima e retornaram a Mato Grosso, deram “notícia do que haviam visto” e “chegou esta ao Cuiabá”. A partir dessas notícias, o ouvidor João Gonçalves Pereira escreveu ao juiz ordinário de Mato Grosso, Domingos Gonçalves Ribeiro, para que ele “enviasse pessoa capaz para explorar as povoações de castelhanos que se achassem mais vizinhas” as “forças que tinham”, armas, gentes e “capacidade da navegação” e que “fizesse uma fiel relação de tudo o que visse o observasse para enviar a Sua Majestade”.¹⁶³

Assim, em fevereiro de 1743, o juiz ordinário enviou José Barbosa de Sá para fazer a averiguação encomendada. Barbosa de Sá foi acompanhado de “duas canoas com seis escravos do dito Juiz”, “dois seus próprios”, “dois moços bastardos”, Manoel de Castro, Alexandre Rodrigues, um índio e João dos Santos, que era “um dos que tinha descido na primeira função e havia dado as notícias que se mandavam examinar”.¹⁶⁴ Além da expedição de José Barbosa de Sá, o ouvidor de Cuiabá deu permissão para que Francisco Leme do Prado fizesse, igualmente, uma campanha às missões espanholas.

Provavelmente, antes dessa expedição enviada pelo Juiz ordinário de Cuiabá ir até às missões espanholas, outra expedição teria chegado a algumas povoações indígenas localizadas por Manuel Félix de Lima. Trata-se da expedição feita por Antonio d’Almeida e alguns expedicionários da campanha de Félix de Lima. Essa tropa teria investido nessas povoações indígenas com a finalidade de conseguir escravos. Por essa razão, os próprios indígenas teriam queimado suas habitações e fugido para outras áreas, que consideravam seguras, para que não ficassem expostos a semelhantes ataques.¹⁶⁵

¹⁶³ SÁ, José Barbosa de. Op. cit., p. 43.

¹⁶⁴ Ibidem.

¹⁶⁵ SOUTHEY, Robert. Op. cit., p. 441.

Além disso, ao que tudo indica, no mesmo período em que foi realizada essa campanha de Antonio d'Almeida, alguns homens estavam fugindo dos seus credores, quando foram se estabelecer na Ilha Comprida, localizada no rio Guaporé. Na Ilha Comprida, “uns saíam à pescaria, que, seca ou salgada, traziam a vender estas minas”, enquanto “outros tornavam aos sertões, à conquista do gentio”.¹⁶⁶ Os indígenas capturados eram trocados por objetos com os moradores da região ou serviam como guias ou intérpretes para aqueles que os capturaram.¹⁶⁷

A proibição da navegação pelo rio Madeira e a punição aplicada a Manoel Félix de Lima e outros expedicionários que chegaram à capitania do Pará não impediu que outros se aventurassem em sair do Mato Grosso e ir até o Pará pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Nesse sentido, transcorridos dois anos da expedição de Felix de Lima, em 1744, Miguel da Silva, Gaspar Barbosa, Mateus Correia (provavelmente, o mesmo que participou da expedição de Manuel Félix de Lima) e seu irmão, e um holandês resolveram ir das minas de Mato Grosso ao Pará. Durante a viagem, Mateus Correia foi assassinado pelos índios Mura e o dito holandês “morreu afogado nas cachoeiras, com alguns escravos dessa tropa”.¹⁶⁸

A partir da viagem de Manuel Félix de Lima e das duas expedições enviadas pelo juiz ordinário de Cuiabá, os colonos e o governo português tiveram acesso a várias informações acerca das missões espanholas. Quando foi preso e enviado para Lisboa, Félix de Lima relatou ao governo lusitano sobre a região que havia percorrido até chegar ao Pará.¹⁶⁹ Além disso, a campanha do Francisco Leme do Prado e José Barbosa de Sá resultou em um interrogatório, com perguntas e respostas, sobre os domínios espanhóis.¹⁷⁰

Além do avanço das expedições para o oeste da América portuguesa, notadamente para os rios Guaporé, Mamoré e Madeira, havia um avanço para o norte. No mesmo ano em que Manuel Félix de Lima fazia sua expedição pelas missões espanholas e descia pelo Madeira até o Pará, o cabo Leonardo de Oliveira, natural da Ilha da Madeira, fez uma campanha partindo do Mato Grosso e, pelo rio Tapajós,

¹⁶⁶ **Anais de Vila Bela.** Op. cit., p. 47.

¹⁶⁷ Acredita-se que a denominação “Ilha Grande” que aparece em Southey refere-se à “Ilha Comprida”. SOUTHEY, Robert. Op. cit., p. 446.

¹⁶⁸ **Anais de Vila Bela.** Op. cit., p. 46.

¹⁶⁹ MEIRELES, Denise Mald. Op. cit., p. 111.

¹⁷⁰ *Ibidem.*

chegou ao Pará.¹⁷¹ A campanha do cabo Leonardo de Oliveira está relacionada à busca de depósitos de ouro pelos mineradores de Mato Grosso.

Um provável esgotamento de jazidas de ouro em Cuiabá incentivou a procura de novos reservatórios de ouro. Teria sido nesse contexto que o sorocabano Antonio de Almeida Falcão, acompanhado de seu filho, José Pais, e do neto, Pascoal de Arruda, teria encontrado as minas de Arinos,¹⁷² ainda no Mato Grosso.¹⁷³ Segundo João de Sousa de Azevedo, as minas do rio Arinos estavam localizadas “em distância de 25 dias de viagem das do Mato Grosso e distante das Minas do Cuiabá 18 dias de viagem”.¹⁷⁴ Contudo, como em outras jazidas de ouro, logo as minas do rio Arinos provocaram o desencanto dos mineradores. Foi, portanto, dessa região do Mato Grosso e nesse contexto que teria partido Leonardo de Oliveira com “dois camaradas paulistas e um natural [?] de Lisboa” nos “princípios de maio” e “chegaram à missão de Tapajós, nos princípios de agosto do mesmo ano”.¹⁷⁵

Anos depois, em 1746-1747, João de Sousa de Azevedo fez viagem do Mato Grosso ao Pará. Era o dia 4 de agosto de 1746, quando Sousa de Azevedo saiu “da cachoeira grande do Jauru, com 6 canoas”, “490 alqueires de mantimentos” e “58 pessoas, em cujo número entravam 32 escravos seus”. Desceu pelo rio Jauru e subiu o Paraguai até a foz do Sipotuba, seguindo por este.¹⁷⁶ No dia 26 de outubro, a expedição alcançou um sumidouro e, posteriormente, “topou a ponte e passagem dos moradores de Mato Grosso” e logo depois chegou ao Arinos. Após usarem três dias para acondicionar

¹⁷¹ A “Notícia do rio Tapajós cujas cabeceiras, último se descobriram no ano de 1742 por uns sertanejos ou minr^{os} do Mato Grosso; dos quais era Cabo Leonardo de Olivr^a; homem bem conhecido, e dos mais experimentados nos sertões das Minas” foi redigida em 1751 pelo padre Manoel Ferreira, provavelmente a partir da relação que fez o padre Domingos Antonio [?], que era missionário de São José (que depois se tornou Pinhel), quando a tropa de Leonardo de Oliveira chegou. Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis, o relato foi enviado para o provincial da Companhia de Jesus no estado do Maranhão e Grão-Pará, Bento da Fonseca, pois esse religioso tinha interesse pelo conhecimento da região onde exerceria a atividade religiosa (REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, DF: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979. v. 124, p. 55. (Coleção Retratos do Brasil)).

¹⁷² Arinos é um rio que está localizado no estado do Mato Grosso. Nesse estado, o Arinos se encontra com o rio Juruena, que deságua no Tapajós.

¹⁷³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1979, p. 52.

¹⁷⁴ Informação ao Il^{mo} Snr Gn^{al} do estado do Maranhão Cid^a do Gram Pará que dá João de Sousa Azevedo das Novas Minas de Santa Isabel em Rio dos Arinos. Pará, 26 de agosto de 1747. Cópia que teria sido feita por José Gonçalves da Fonseca. **Biblioteca Pública de Évora**, Códice CXV 2-13, 0058/fl.334R.

¹⁷⁵ Notícia do Rio Tapajós cujas cabeceiras, último se descobriram no ano de 1742 por uns sertanejos ou minr^{os} do Mato Grosso; dos quais era Cabo Leonardo de Olivr^a; homem bem conhecido, e dos mais experimentados nos sertões das Minas. Tapajós, 14 de agosto de 1751. **Biblioteca Pública de Évora**, CXV 2-16, Peça 7.

¹⁷⁶ “Notícia da viagem de João de Souza de Azevedo” foi um registro que João Severiano da Fonseca fez sobre a viagem de João de Sousa de Azevedo (FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878**. Rio de Janeiro: Pinheiro, 1880-1881. p. 68).

mantimentos, no dia 19 de novembro seguiram viagem pelo rio Arinos. A expedição navegou até o dia 18 de fevereiro, quando chegou à Fortaleza do Tapajós e na segunda missão do rio.¹⁷⁷ Sousa de Azevedo teria ido ao Pará “comprar várias fazendas, e com elas se voltou no mesmo ano do Pará para o Mato Grosso”.¹⁷⁸

É provável que, algum tempo depois da chegada de Sousa de Azevedo ao Pará, tenham desembarcado nessa capitania José Leme do Prado e Francisco Xavier de Abreu. É quem no mesmo período que Sousa de Azevedo percorria o Arinos-Tapajós até o Pará, em 1747, José Leme do Prado e Francisco Xavier de Abreu “e outros foram os terceiros que rodaram por este rio abaixo [Guaporé], até o Pará”. Para Leme do Prado realizar essa navegação até o Pará, “havia tido nos Arinos informação da navegação por Joaquim Pereira Chaves”, que participou da expedição de Manoel Félix de Lima. Ao que tudo indica, Pereira Chaves também foi preso, como outros membros da expedição de Félix de Lima, e depois que foi solto no Pará, chegou ao Arinos.¹⁷⁹ Nesse sentido, com base nessas informações, Leme do Prado partiu de Mato Grosso para a capitania do Pará e “em pouco mais de cinquenta dias de viagem em canoa desde as referidas minas chegou” à cidade do Pará.¹⁸⁰

Mário Clemente Ferreira analisa o papel do Estado português e dos particulares na expansão para oeste do estado do Brasil. Ele argumenta que, até meados do século XVIII, havia uma clara supremacia da iniciativa privada, ainda que encoberta e apoiada por funcionários da Coroa, no avanço da expansão para o território que veio a se configurar como a capitania do Mato Grosso. Embora as iniciativas dos particulares não possam ser diminuídas, o Estado português, igualmente, participou desse avanço territorial. Afinal, como lembrou Carlos de Almeida Prado Bacellar, um dos períodos que mais foram concedidas cartas de sesmarias coincide com o auge da mineração em

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 69-72.

¹⁷⁸ Notícia Abreviada (mas verdadeira) que se dá do Rio da Madeira, com a individuação e claresa que he precisa para se vir no conhecimento da distancia, e comunicação que pode haver com os moradores das Minas de Mato Grosso. **Biblioteca Pública de Évora**, Códice CXV 2-13, fl. 332V.

¹⁷⁹ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 48. Segundo Robert Southey, Joaquim Chaves assentou praça no Pará e aproveitou a primeira oportunidade para desertar. Teria ido para o Maranhão, Goiás e, depois, Cuiabá. Além disso, estabeleceu uma fazenda no Guaporé (SOUTHEY, Robert. Op. cit., p. 438).

¹⁸⁰ A carta de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei escrita do Pará em 22 de abril de 1749 está anexada em ofício do governador e capitão-general do estado do Maranhão e Pará para o secretário de estado dos Negócios do Reino e Mercês, Pedro da Mota e Silva. Pará, 10 de setembro de 1750. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 32, D. 2992.

Minas e no oeste.¹⁸¹ Assim, nessa perspectiva, há uma concordância parcial com o argumento de Clemente Ferreira.¹⁸²

O perfil dessas expedições, ainda segundo Clemente Ferreira, terminaria a partir de 1750, em função da chegada do primeiro governador da recém-criada capitania do Mato Grosso. A partir da instalação dos novos poderes na região, a Coroa passou a dominar quase todas as iniciativas que se referem ao território da capitania, mudando também as principais motivações que conduziram à constituição das expedições. Assim, passaram a ser valorizadas a exploração do espaço e o conhecimento do território. As preocupações geográficas, administrativas, militares e políticas que compreensivelmente mais caracterizam a esfera do Estado sobrepuseram-se às econômicas, que eram dominantes na primeira metade do século XVIII em decorrência dos interesses dos particulares.¹⁸³

Nessa perspectiva, concorda-se em parte com os argumentos de Mario Clemente Ferreira. É notório que há uma preocupação com o mapeamento e o conhecimento do espaço, como será apontado nos capítulos posteriores, bem como as preocupações administrativas, militares e políticas se intensificaram em meados do século XVIII. Contudo, os interesses econômicos não ficaram abaixo dos objetivos territoriais administrativos, militares e políticas, pois a própria tentativa de organizar e constituir o caminho fluvial entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso é representativa dessa preocupação econômica na segunda metade do século XVIII. É possível que o governo tenha se empenhado em controlar essas expedições, a partir da oficialização do caminho fluvial, o que não significa que os interesses econômicos e dos particulares tenham ficado em segundo plano.

As expedições formadas pelos interesses de particulares, como comerciantes e mineradores, percorreram os espaços internos da América portuguesa. As informações produzidas a partir dessas expedições circulavam entre os moradores da América portuguesa, o que ensejava a organização de outras expedições particulares e também oficiais. É possível pensar que esses expedicionários se tornaram artífices e informantes

¹⁸¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Desbravando os sertões paulistas, séculos XVI a XIX. **História**, São Paulo, v. 39, p. 3, 2020.

¹⁸² FERREIRA, Mario Clemente. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no século XVIII: notas de uma investigação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES. **Actas...**, Lisboa, 2005.

¹⁸³ *Ibidem*.

de uma geografia vivida.¹⁸⁴ Além disso, esse avanço lusitano para o interior do continente americano foi uma das questões que permearam as negociações diplomáticas entre as Coroas ibéricas. Tornava-se, assim, imperioso discutir e definir os limites territoriais das conquistas ultramarinas ibéricas na América do Sul, questão que se tornou urgente em meados do século XVIII.

Como foi apontado anteriormente, as ideias de Luís da Cunha foram essenciais na elaboração do Tratado de Madri em 1750. Esse ministro empenhou-se em reunir mapas e conhecimentos sobre a América portuguesa, pois “o estabelecimento de uma política para área era indissociável do aprofundamento do conhecimento geográfico da região”.¹⁸⁵ Nesse sentido, a perspectiva geopolítica de Luís da Cunha estava expressa na “Carte de l’Amérique méridionale”, produzida pelo geógrafo francês Jean Baptiste Bourguignon D’Anville no ano 1748. Essa produção cartográfica apresentava as diretrizes que deveriam mediar as negociações do Tratado de Madri. Assim, as negociações deveriam ser feitas a partir do que havia sido acordado nos tratados anteriores com base na realidade geográfica, orientando-se pelas balizas naturais do espaço e a partir do princípio do *uti possidetis*. Entretanto, o Mapa das Cortes, realizado sob a orientação de Alexandre de Gusmão e que foi produzido com várias imprecisões geográficas, foi o mapa utilizado para a negociação que resultou no Tratado de Madri, revelando-se outra visão geopolítica do território.¹⁸⁶

Apesar disso, uma vez que sob sua tutela e proteção estiveram nomes como Sebastião José de Carvalho e Marco Antonio de Azevedo Coutinho,¹⁸⁷ a influência política de Luís da Cunha manteve-se em Portugal mesmo após sua morte, em 1749. Azevedo Coutinho, por exemplo, atuou como representante da Coroa portuguesa na negociação do Tratado de Madri era formado, em Lisboa e, em Madri, Tomaz da Silva

¹⁸⁴ Muitas vezes, era uma geografia sonhada também (FURTADO, Júnia Ferreira. *Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII)*. **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 40, p. 399, maio/ago. 2016).

¹⁸⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. Op. cit., 2010, p. 375.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ Marco Antônio de Azevedo Coutinho começou a carreira diplomática como enviado extraordinário ao Congresso de Cambrai, em 1720, embora a participação portuguesa nesse congresso não tenha se efetivado. Entre setembro de 1728 e novembro de 1735, esteve em Portugal, atuando na Secretaria de Estado com Diogo de Mendonça Corte Real. Atuou como enviado extraordinário na Corte de Londres com o objetivo de conseguir apoio da armada inglesa contra ameaça das tropas espanholas, que tinham avançado até à fronteira do Alentejo. A partir de 1739, atuou como secretário de estado dos Negócios do Reino. Nessa função, permaneceu até 1750, quando faleceu. Durante a carreira diplomata, construiu importantes contatos com embaixador português D. Luís da Cunha (KOROBTCHEKOV, Julia Platonovna. **A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: a instrução, os instrumentos e os homens (1736-1756)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

Teles (o visconde de Vila Nova Cerveira)¹⁸⁸ e Alexandre de Gusmão.¹⁸⁹ Já o reino espanhol era representado por D. José de Carvajal y Lancaster, secretário do Conselho de Índias.¹⁹⁰ Na região sul da América portuguesa, a Colônia de Sacramento sempre foi motivo de disputa entre os reinos ibéricos. O crescimento da Colônia, principalmente após 1720, despertava, por um lado, a preocupação da Coroa espanhola, que se sentia prejudicada pelo contrabando existente na região. Além disso, colonos e índios das missões espanholas concorriam com os colonos, da margem portuguesa, na exploração do gado selvagem. Um problema diplomático que ocorreu em Madri deu aos espanhóis uma razão para que expulsassem os colonos lusitanos do Prata em 1735. Esse cerco espanhol na Colônia de Sacramento foi mantido até 1737, quando foi assinado um armistício entre os reinos ibéricos.¹⁹¹

D. José de Carvajal y Lancaster ambicionava ter o domínio da bacia platina. A ocupação portuguesa na região platina representava uma ameaça para Espanha, pois a Inglaterra, que já desenvolvia atividades contrabandistas na região, acarretando prejuízos à monarquia castelhana, poderia utilizar sua aliança com a Coroa portuguesa para concretizar seus projetos de expansão colonial e mercantil pela bacia platina. Ou seja, a Inglaterra representava uma poderosa ameaça para Espanha.

Por outro lado, o avanço português para o oeste, principalmente através das áreas mineradoras de Cuiabá e do Guaporé a partir de década de 1720, não passou despercebido de Alexandre de Gusmão, o negociador do tratado. As cartas que tratam das negociações sobre o Tratado de Madri apontam o esforço realizado por Alexandre de Gusmão para conservar a comunicação entre o estado do Brasil e o estado do Maranhão e Grão-Pará.¹⁹² O rio Madeira já interessava ao governo português, pelo menos, desde a expedição de Melo Palheta na década de 1720.

Após várias negociações e a partir do critério do *uti possidetis* (ocupação efetiva de uma área), Portugal e Espanha assinaram, em 14 de janeiro de 1750, o Tratado de

¹⁸⁸ Nasceu em Lisboa a 24 de março de 1683. Tomás da Silva Teles morreu preso no castelo de S. João da Foz, em 1762. Foi acusado de envolvimento na conspiração contra o monarca D. José I (KOROBTCHENKO, Julia Platonovna. Op. cit., p. 159-160).

¹⁸⁹ Alexandre de Gusmão nasceu em Santos, São Paulo. Na juventude, foi para Portugal, onde estudou direito e ingressou na Academia Real de História de Portugal. Aos 20 anos, foi indicado como secretário do embaixador português na Corte de Luís XIV. Posteriormente, tornou-se secretário particular de D. João V e, em seguida, passou a integrar o Conselho Ultramarino. Atuou na condução da política externa de Portugal e de suas colônias (HAICKEL, M. P. (Org.). **Alexandre de Gusmão**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão/Thesaurus, 2007. (Série Diplomacia ao Alcance de Todos)).

¹⁹⁰ CORTESÃO, Jaime. Op. cit., p. 179.

¹⁹¹ POSSAMAI, Paulo César. Op. cit.

¹⁹² CORTESÃO, Jaime. Op. cit., p. 260.

Madri,¹⁹³ que anulou todos os tratados anteriores acerca dos limites territoriais dos ibéricos na América do Sul.

Em decorrência da utilização do princípio do *uti possidetis*, a Coroa portuguesa conseguiu assegurar o domínio das terras que foram ocupadas pelos colonos portugueses a oeste da América Portuguesa, o Mato Grosso e a Amazônia. A criação da capitania do Mato Grosso, em 1748, provavelmente, contribuiu para esse domínio português. Dizia, então, o artigo III do Tratado de Madri que:

Na mesma forma pertencera à Coroa de Portugal o que tem ocupado pelo rio das Amazonas, ou Maranhão acima, e o terreno de ambas as margens deste rio até as paragens, que debaixo se dirão: como também tudo o que tem ocupado no distrito de Mato Grosso, e dele para a parte do oriente, e Brasil, sem embargo de qualquer pretensão, que possa alegar-se por parte da Coroa de Espanha, com o motivo do que se determinou no referido Tratado de Tordesilhas.¹⁹⁴

Ainda segundo o Tratado de Madri, os limites dos domínios seriam definidos pelas “paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem, e curso dos rios, e os montes mais notáveis”.¹⁹⁵ Nesse sentido, os rios Guaporé, Mamoré e Madeira serviram como demarcadores de balizas entre os domínios castelhanos e portugueses. Com base nisso, definiu o Tratado de Madri que “a navegação daquela parte dos rios, por onde há de passar a Fronteira, será comum às duas nações”. Contudo, “onde ambas as margens dos rios pertencerem à mesma Coroa, será privativamente sua a navegação”.¹⁹⁶

Com base nesse acordo, Portugal deveria entregar a Colônia do Sacramento para a Espanha. Em troca, o reino espanhol repassaria o território dos Sete Povos das Missões, localizado na margem leste do rio Uruguai, à Coroa portuguesa.¹⁹⁷ Através dessa troca, a Espanha ficou com a navegação exclusiva do Prata. A Espanha, igualmente, concedeu a margem oriental do Guaporé para Portugal. Havia, por fim, a

¹⁹³ Sobre o Tratado de Madri, ver: FERREIRA, Mario Clemente. O mapa das cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 51-69, jun. 2007; RIO-BRANCO, Miguel Paranhos. *Alexandre de Gusmão e o tratado de 1750*. Brasília, DF: Funag, 2010; CARVALHO, Alexandra Margarida. Execução técnica do Tratado de Madrid (1750): o contributo dos engenheiros portugueses. In: **Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 334-375.

¹⁹⁴ CORTESÃO, Jaime. Op. cit., p. 366-367.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 365.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 371.

¹⁹⁷ SILVA, André Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1850. In: BETHEL, Leslie (Org.). **História da América Latina: América Latina colonial**. Tradução de Maria Clara Cescato. 2. ed. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. v. 1, p. 480.

necessidade de dominar a navegação pelo Madeira para conter o avanço das missões de Moxos, na perspectiva lusa. Por isso, diversos homens do governo português debateram acerca da abertura ou não da navegação do rio Madeira.

1.4 DEBATES SOBRE O CAMINHO FLUVIAL

O avanço dos espanhóis em direção à margem oriental do Guaporé e o aumento das povoações portuguesas ensejaram debates acerca dessa fronteira oeste. Uma das medidas para demarcar a presença portuguesa na região foi a criação da capitania do Mato Grosso, em 1748, e a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752. Nesse contexto, a abertura da navegação do rio Madeira, proibida desde a década de 1730, para que ele fosse utilizado como via de comunicação entre o Mato Grosso e o estado do Maranhão, foi um dos temas que suscitaram posicionamentos entre os homens do governo lusitano.

Um dos efeitos da expedição de Félix de Lima, de 1742, foi o avanço das missões espanholas para a margem oriental do Guaporé. Se, a partir do relato de Félix de Lima, os vassalos lusos manifestaram interesse e talvez preocupação sobre a organização, a estrutura e as informações acerca dos domínios castelhanos, simultaneamente, os religiosos espanhóis começaram a edificar missões na margem oriental do Guaporé com apoio “dos mesmos portugueses, a quem pediram várias vezes ajuda para domarem o gentio”.¹⁹⁸ Esses religiosos perceberam que os súditos de D. João V estavam se expandindo pelo Guaporé e conquistando muitos índios naquela região. Decidiram, então, estender suas atividades missionárias em direção a ela.¹⁹⁹

Assim, no ano 1743, um ano após a expedição de Manuel Felix de Lima, os jesuítas já estavam edificando a missão de Santa Rosa, com os índios Moré, na margem oriental do rio Guaporé. O padre Athanasio Teodoro organizou essa missão em frente à foz do rio São Miguel, um dos afluentes do Guaporé. Decorridos três anos, construíram, também na margem oriental desse rio, as missões de San Simón e San Miguel, ambas com indígenas Moré e Aricoroni. A de San Miguel foi edificada próximo à foz do Guaporé e a de San Simón próximo à foz do rio Mequens.

Circulava entre os governantes sediados no reino e nos domínios ultramarinos as notícias da presença espanhola no Guaporé. O governador do estado do Maranhão,

¹⁹⁸ *Anais de Vila Bela*. Op. cit., p. 41.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 46.

Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, foi um dos que se manifestaram acerca da gravidade que representava para a Coroa portuguesa a presença dos jesuítas castelhanos no Guaporé. Mendonça Gurjão argumentava que “o incidente de maior ponderação” feito pela expedição de José Leme do Prado e Francisco Xavier de Abreu foi a de “achar quatro aldeias dos padres da Companhia castelhanos situados novamente na parte oriental do rio Guaporé continente” às minas do Mato Grosso.²⁰⁰

Além do governador do Maranhão, Marco Antônio de Azevedo Coutinho também opinou sobre essa mobilização jesuíta no Guaporé. Azevedo Coutinho escreveu ao governador do Maranhão explicando os riscos que a presença dos jesuítas castelhanos representava ao império lusitano e apontou a importância de coletar notícias do rio Madeira. Na carta ao governador, Azevedo Coutinho argumentava que os jesuítas espanhóis edificaram a missão de Santa Rosa, depois que viram os “sertanejos do Mato Grosso navegar pelo rio [Guaporé] abaixo”, com a pretensão de “apossar-se do mesmo”, e que os religiosos castelhanos teriam dito aos mineiros do Mato Grosso que navegavam pelo rio que “lhes não era lícita aquela navegação”.²⁰¹

Embora não seja possível identificar os interesses dos religiosos castelhanos na documentação e nem analisar uma possível conversa entre esses jesuítas e os moradores do Mato Grosso, como Azevedo Coutinho indica, havia um interesse em dominar aquele rio. Daí a expansão deles para a outra margem. A carta de Azevedo Coutinho, por sua vez, revela uma preocupação com navegação pelo rio. Isso pode ser observado a partir na maneira pela qual Azevedo Coutinho pontua uma possível conversa entre religiosos e vassallos da Coroa portuguesa.

Além da intenção de “privarem da navegação livre do rio da Madeira”, Azevedo Coutinho também explicava que havia o perigo de que “os moradores da nova missão de S. Rosa” descobrissem “naquela vizinhança minas de ouro” que poderiam atrair o “curso de gente espanhola de Chuquissaca, e de Potosi”. Se essa descoberta acontecesse, “não só lhe daria maiores forças para sustentarem a sobredita penetração”, como também “ocasionaria em breves tempos encontros” dos mineiros com os espanhóis.²⁰²

²⁰⁰ A carta de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei escrita do Pará em 22 de abril de 1749 está anexada em “Ofício do governador e capitão-general do estado do Maranhão e Pará para o secretário de estado dos Negócios do Reino e Mercês, Pedro da Mota e Silva”. Pará, 10 de setembro de 1750. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 32, D. 2992.

²⁰¹ Carta de Marco Antonio de Azevedo Coutinho para o governador do Maranhão. Lisboa, 15 de setembro de 1748. **ABN**, v. 107, p. 45-48.

²⁰² *Ibidem*.

Caberia, assim, ao governo português tomar algumas providências contra as ameaças dos castelhanos. Azevedo Coutinho defendia, por isso, que os vassallos da Coroa portuguesa não somente dominassem a navegação rio Madeira, Mamoré e Guaporé até o Mato Grosso, mas que também adotassem “a tempo medidas para que a dita nova missão espanhola” não causasse “prejuízos” aos vassallos do rei lusitano, de modo que os hispano-americanos não pudessem se estender e “nem tentar outros estabelecimentos da parte oriental do Rio da Madeira”. Por fim, Azevedo Coutinho cogitava a permissão para “frequentar-se a comunicação do Pará com o Mato Grosso por aquele rio”.²⁰³

A execução de plano de expansão para os rios Guaporé, Mamoré e Madeira demandava conhecimento da área. Embora algumas expedições já tivessem coletado informações sobre a região, o reino português demandava mais conhecimento acerca dela. Assim, a Coroa lusitana começa a se organizar para ter mais informações sobre a fronteira oeste. Por isso, era preciso que se fizessem “maduros exames” e “explorações” para “se tomar uma ajustada resolução nesta matéria”.²⁰⁴ Na ocasião, João de Sousa de Azevedo estava no estado do Maranhão. Aproveitando a presença desse mineiro no estado, Azevedo Coutinho explicava que deveria ordenar a Sousa de Azevedo e a sua expedição que seguissem “pelo dito da Madeira até o arraial do Mato Grosso”, de onde poderiam seguir para as minas de Arinos “e com menos incômodo, por ser o rio dos Tapajós embarçado com muitas cachoeiras”; Sousa de Azevedo seria acompanhado por uma expedição, cuja finalidade era coletar notícias da viagem ao Mato Grosso pelo Madeira.²⁰⁵

Nesse sentido, Azevedo Coutinho projetava, nessa expedição de retorno de Sousa de Azevedo ao Mato Grosso, a oportunidade de conseguir mais informações sobre os rios Madeira, Mamoré e Guaporé e as povoações situadas ao longo desses rios. Observa-se, mais uma vez, como os homens não pertencentes à estrutura do governo, como comerciantes ou viajantes, abasteciam a Coroa portuguesa e os governos locais com informações das áreas que percorriam. Assim, deveria o cabo da expedição fazer uma “individual relação da sua viagem, observando e apontando com toda a miudeza”, os rios, montes e planícies das duas margens do Madeira, “os rumos a que ele correr”, as situações das aldeias portuguesas e espanholas, “e o que se puder conjecturar da sua força, e número de gente”. Uma vez que a expedição tivesse chegado ao Mato Grosso,

²⁰³ Ibidem, p. 47.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Ibidem.

deveria o cabo coletar “as notícias que achar do Estado daquelas minas, e das de Cuiabá, e todas as que puder ajuntar concernentes às missões espanholas” e aos novos descobrimentos dos mineiros lusos.²⁰⁶

Entretanto, “sucedeu que ao chegar a dita ordem” os “mineiros haviam feito viagem”. Como era, contudo, “preciso praticar a mesma expedição” com José Leme de Prado e Francisco Xavier de Abreu, que tinha ido até o Pará pelo rio da Madeira, ordenou, então, o governador ao sargento-mor da praça Luís Fagundes Machado que, junto com o ajudante Aniceto Francisco de Tavora e uma “esquadra de doze soldados pagos” e Antonio Nunes, como piloto, acompanhasse a comitiva de Leme do Prado. Esses homens deveriam embarcar “no porto dessa cidade [de Belém] com os ditos mineiros” e os conduzir “pelo mesmo caminho do rio da Madeira até ao Mato Grosso donde saíram”.²⁰⁷

José Gonçalves Pereira, que era secretário do governo do estado do Maranhão e Grão-Pará, seria o responsável por coletar informações sobre o trajeto da viagem. Gonçalves Pereira deveria “com maior cuidado a muito individual averiguação” observar “os rios, montes e planícies de uma e outra parte do Madeira” e de “tudo fará apontamentos com toda a exação e clareza”. Nas cachoeiras deveria descrever “o seu número, grandeza e dificuldades das passagens que têm ou da facilidade delas, distância que há” entre elas “e que espaço ocupam de rio na extensão do seu curso”. Sobre as aldeias espanholas, caberia a ele averiguar “seu número, assento, em que parte do rio se acham suas forças e número de gente”, bem como “escrever um mapa do rio da Madeira por onde navegar apontando tudo o que fica referido” e registrar informações sobre a capitania do Mato Grosso.²⁰⁸

A expedição saiu no dia 14 de julho de 1749 da cidade do Pará. Na madrugada do dia 25 de setembro “se avistou a entrada do da Madeira”. No dia 30 de setembro, chegou à aldeia de Trocano e permaneceu nela até o dia 2 de outubro, quando prosseguiu a viagem até o Mato Grosso. Somente em meados de dezembro de 1749 é que a tropa chegou à primeira cachoeira do Madeira, que é a de Santo Antonio. Era 14

²⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁷ A carta de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei escrita do Pará em 22 de abril de 1749 está anexada em “Ofício do governador e capitão-general do estado do Maranhão e Pará para o secretário de estado dos Negócios do Reino e Mercês, Pedro da Mota e Silva”. Pará, 10 de setembro de 1750. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 32, D. 2992.

²⁰⁸ “Instrução que há de observar José Gonçalves Fonseca na expedição que por ordem de S.M mando fazer pelo Rio da Madeira até o arraial das Minas do Mato Grosso” está anexada em “Ofício do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o secretário de estado dos Negócios do Reino e Mercês, Pedro da Mota e Silva”. Pará, 10 de setembro de 1750. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 32, D. 2992.

de abril quando “às 3 horas da tarde descansou a escolta no porto da Pescaria com nove meses completos de viagem do Pará”.²⁰⁹

Dessa viagem, resultaram documentos produzidos pelo piloto da expedição, António Nunes de Sousa, o Diário de Viagem e a Carta Hidrográfica, ambos feitos por José Gonçalves da Fonseca. Esses relatos não foram utilizados como referências para a elaboração do Tratado de Madri, pois quando esse acordo foi assinado pelas monarquias ibéricas ainda não era conhecido o resultado da viagem de Gonçalves Fonseca. Entretanto, um dos efeitos dessa viagem foi a abertura da comunicação entre o, a partir de então, estado do Grão-Pará e Maranhão e o estado do Brasil em 1752.²¹⁰

Certamente, os conhecimentos coletados por Gonçalves da Fonseca sobre os rios Madeira, Mamoré e Guaporé contribuíram para que a Coroa portuguesa autorizasse, novamente, a navegação pelo rio Madeira. Às notícias fornecidas por essa expedição, somam-se os posicionamentos de vários homens do governo colonial acerca da navegação pelo Madeira e do caminho entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Maranhão. Se, na década de 1730, a Coroa portuguesa proibiu a navegação pelo Madeira na tentativa de evitar que a população do estado do Maranhão se deslocasse para o Mato Grosso, em meados do século XVIII configurava-se uma nova conjuntura para o reino português. A mobilização espanhola no Guaporé era percebida como ameaçadora pela Coroa portuguesa. Ou seja, ainda havia uma tentativa da Coroa portuguesa em assegurar o domínio territorial, resguardando as áreas mineradoras. Contudo, nesse novo contexto, promover a circulação de vassallos lusos pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé representava um mecanismo para dificultar o avanço espanhol para a outra margem do Guaporé.

A expansão das missões de Moxos para a margem oriental do Guaporé e, conseqüentemente, a ameaça que esse avanço representava para as minas de Cuiabá fomentaram uma discussão acerca da ocupação da fronteira oeste da América Portuguesa. Ocupar e utilizar o rio Guaporé consistiam em um meio de dominar territórios. Nas instruções que a rainha portuguesa D. Mariana da Áustria deu ao primeiro governador da capitania do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, recomendava-lhe que, sempre que fosse possível, fizesse frequentar “a navegação e pesca do rio Guaporé, para que não

²⁰⁹ FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749, escripta por Jose Gonsalves da Fonseca no mesmo anno. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Memorias para história do extinto estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: Nova Typographia de J. Paulo Hieldebrandt, 1860, t. II, p. 269-415.

²¹⁰ ALMEIDA, André Ferrand de. Op. cit.

tome vigor” a “pretensão em que têm entrado os espanhóis de assenhorear-se delas”.²¹¹ Além disso, já era discutida a possibilidade de estabelecer a comunicação entre o estado do Maranhão e o Mato Grosso, quando essa capitania foi criada, pois, ainda na instrução que foi dada ao Antônio Rolim de Moura, a rainha lembrava que essa comunicação seria o “meio mais eficaz para destruir aquela pretensão” dos espanhóis e para “fortalecer as terras” da Coroa portuguesa.²¹² Ainda que a comunicação entre a capitania do Mato Grosso e a do Pará continuasse interdita quando as instruções foram dadas a Rolim de Moura, certamente, uma das maneiras de frequentar a navegação do Guaporé seria a abertura do caminho que conectava o estado do Brasil e o estado do Maranhão e Grão-Pará. Assim, um dos meios cogitados para refrear o avanço castelhano era a navegação pelo rio Madeira e a abertura desse caminho.

Para refletir acerca desse tema, o secretário Azevedo Coutinho escreveu a Gomes Freire de Andrade solicitando-lhe que opinasse sobre a necessidade de promover a abertura da navegação do Madeira. Para Freire de Andrade, era imperativo que se adiantasse a navegação do Madeira. Argumentava Freire de Andrade que a comunicação entre o estado do Grão-Pará e o estado do Brasil consistia em um importante meio de conter o avanço dos espanhóis e os prejuízos decorrentes dessa expansão.²¹³

Por um lado, alguns defendiam que o caminho pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé poderia servir para conter o avanço castelhano; para outro grupo, a abertura da navegação pelo Madeira poderia representar também um perigo para as conquistas portuguesas. Mendonça Furtado foi um dos que não concordaram com a ideia de que a segurança das conquistas portuguesas estaria ameaçada com a abertura da navegação pelo Madeira. Dizia o governador em carta a Diogo Corte Real que, “pelo que respeita ao receio dos estrangeiros” irem “fazer alguma violência àquelas minas”, não havia razão para que os estrangeiros “sirvam de embaraço algum”.²¹⁴

Esse alarme com relação à segurança das conquistas portuguesas conduzia a outro argumento usado por aqueles que não aprovavam a abertura do Madeira. A

²¹¹ Instrução que V. M. é servida mandar a D. Antônio Rolim de Moura, nomeado governador e capitão-general de Mato Grosso, cujo governo vai criar, na forma que acima se declara. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**: correspondência do governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751- 1759. Brasília, DF: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005. v. I, p. 59.

²¹² Ibidem, p. 59.

²¹³ Resposta Em a qual da o Seo parecer o Governador, e Capitão Gen. do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrada. Rio de Janeiro, 20 de março de 1749. **ABN**, v. 107, p. 57, 1987.

²¹⁴ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Diogo Corte Real. Limites de Pará, 20 de janeiro de 1752. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**: as fronteiras com as colônias espanholas. Pará: Secult/Cejup, 1993. v. 2. p. 163. (Série Lendo o Pará).

escassez de fortificações no Pará era uma ideia utilizada para se posicionar contra a navegação do Madeira. Assim, argumentava-se que o caminho entre esses dois estados não deveria ser permitido pela insuficiência de fortificações no Pará. Segundo o governador Pedro Mendonça Gurjão, antecessor de Mendonça Furtado, “o primeiro ponto de atrasarem esta povoação [das minas de Cuiabá] é dizerem que não convém comércio pelo Estado do Pará, por não estar fortificado”.²¹⁵

O governador Mendonça Furtado, igualmente, discorreu acerca dessa ideia. Dizia ele que teria escutado em Lisboa que “aberto este caminho, seria necessário Sua Majestade fazer um grande gasto em fortificar o Pará” e como já havia feito “outro grande gasto em fortificar o Rio de Janeiro” não deveria permitir “que se abrisse mais esta porta às Minas”. Acreditava Mendonça Furtado, contudo, que “este caminho para o Mato Grosso não se abre de novo, já está aberto e conhecido” e “não há nação que ignore”. Além disso, dizia Mendonça Furtado que os “Castelhanos estão quase de posse de todo ele e em breve anos”, se os lusitanos descuidarem desse caminho, “estarão [os castelhanos] total senhores de tudo” e, por isso, não teriam “que cuidar, que se não abra, porque ele com efeito está manifesto”.²¹⁶

Assim, no contexto da discussão acerca da utilização do caminho entre o estado do Brasil e o estado do Maranhão, a possível vulnerabilidade da capitania do Pará e a facilidade com a qual homens de outros reinos poderiam chegar às minas eram um argumento usado contra a abertura desse caminho. Nesse sentido, a ameaça, para a Coroa portuguesa, não era representada apenas pelos castelhanos, mas também por outros “estrangeiros” que estavam situados ao longo dos limites dos domínios da América portuguesa. Por um lado, esse caminho fluvial poderia impedir a expansão espanhola, mas poderia se tornar uma porta de entrada para vassallos de outros reinos alcançarem os territórios lusitanos.

As dinâmicas transfronteiriças na Amazônia portuguesa, caracterizadas pelos negócios que os moradores dos domínios lusitanos faziam com ocupantes dos territórios de outros reinos europeus e pelas fugas e deserções, representavam, de fato, um problema para a Coroa portuguesa em meados do século XVIII, uma vez que, pelo Tratado de Madri, a posse efetiva do território era assegurada mediante o povoamento dele. Nesse sentido, as fronteiras entre os domínios americanos deveriam ser militarizadas. Em razão

²¹⁵ Carta de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 3 de dezembro de 1751. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1993, p. 147.

²¹⁶ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 20 de janeiro de 1752. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1993, p. 164-165.

da debilidade militar do estado do Maranhão e Grão-Pará, a resolução de 23 de outubro de 1752 organizou uma reforma militar para defesa do estado.²¹⁷

A segurança e as condições nas quais se encontrava o aparato militar do estado do Grão-Pará eram motivo de preocupação entre as autoridades coloniais. A estrutura militar não seria apropriada para conter uma investida de outros reinos europeus na região. Uma consulta do Conselho Ultramarino de 1752 explica que o governador do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, comunicava a Lisboa sobre a “necessidade que há de se arregimentarem e acrescentarem as ditas tropas para a segurança daquele país, e das minas das duas vizinhanças”.²¹⁸

Nessa ocasião, segundo a consulta, a “cidade do Pará, e toda a entrada do rio das Amazonas, e dos Tocantins se acham sem defesa no caso de qualquer invasão ou insulto”. Nesse sentido, não seria necessário um grande aparato militar dos inimigos para dominar a capitania do Pará e, uma vez que isso acontecesse, a perda do rio das Amazonas, “do seu dilatadíssimo sertão, e de suas preciosas produções, seria o menor dano”, pois “quem ocupasse as bocas dos Rios Amazonas e Tocantins” dominaria “as minas do Goiás, do Cuiabá, e Mato Grosso, pela grande facilidade com que pelos ditos dois rios poderia introduzir até o mais remoto das ditas minas todas as forças que quisesse”.²¹⁹

A principal dificuldade para organizar uma estrutura defensiva para a capitania do Pará seria a escassez de recursos na Fazenda Real da capitania do Pará. Assim, considerando as dificuldades que as minas de Cuiabá, Goiás e Mato Grosso estavam enfrentando, acreditava-se que o rei poderia

[...] muito facilmente acudir, só com o permitir o comercio livre entre as Minas, e o Pará, porque quanto a esta Cidade, e a todo o território do seu governo com a afluência do ouro, crescerá logo o número dos moradores, haverá meios para se aproveitarem as culturas, acudirão negros da África, e com isso, poderá por se fim à escrupulosa escravidão dos Índios, e em consequência nas Alfandegas, nos dízimos, e nos mais ramos da Fazenda real

²¹⁷ BRITO, Adilson Junior Ishiara. **Insubordinados sertões: o império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul – estado do Grão-Pará, 1750-1820.** 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 53-78. Sobre a estrutura e a organização militar do estado do Maranhão e Grão-Pará na primeira metade do século XVIII, ver: VIANA, Wania Alexandrino. **A “gente de guerra” na Amazônia colonial: composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII).** Curitiba: CRV, 2016; VIANA, Wania Alexandrino. **Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII).** 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

²¹⁸ Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa, 7 de agosto de 1752. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1993, p. 185.

²¹⁹ Ibidem, p. 186-187.

crecerá brevemente o seu rendimento, de sorte que cubra com largueza a importância da sua folha.²²⁰

A própria experiência de comunicação entre regiões da América portuguesa era usada no debate sobre a comunicação entre o Grão-Pará e o Mato Grosso. Assim, o experimento era suficiente para acreditar que essa proposta seria benéfica para o Pará, pois bastava “ver o que era o Rio de Janeiro, antes que tivesse comunicação com as Minas, e o estado a que tem chegado depois disso”. Quanto às minas de Cuiabá, Goiás e Mato Grosso, “sentirão igualmente o benefício desta providência”, pois “os gêneros dos portos do mar, e os escravos se porão naqueles sertões quase ao mesmo preço que nas Minas Gerais”.²²¹ A abertura e utilização do caminho entre o estado do Grão-Pará e Maranhão e o do Brasil, para o Conselho Ultramarino, constituía um mecanismo de arrecadar mais rendas para a Fazenda do Pará e, assim, revigorar o sistema defensivo do Pará, bem como promover o povoamento da região. Por outro lado, os moradores das minas de Cuiabá, Goiás e Mato Grosso também seriam beneficiados com o baixo custo dos gêneros que chegariam até eles.

Essas benfeitorias que poderiam resultar aos moradores das minas de Mato Grosso e de Cuiabá foram um dos argumentos utilizados por outros agentes coloniais para justificar a comunicação entre o Mato Grosso e o Grão-Pará. Uma das razões para permitir a conexão entre essas duas regiões da América portuguesa seria, então, a eliminação de um problema: a carestia de gêneros no Mato Grosso. Em consulta de 1751, o Conselho Ultramarino defendia que o estabelecimento dessa rota de comunicação pelo Madeira beneficiaria o Mato Grosso e o Pará. Argumentava, então, o Conselho que através dessa via fluvial poderia “aumentar a povoação daquele continente que é a mais entranhada no Brasil”. Além disso, “para que esta [povoação do Mato Grosso] se não despovoe por causa de carestia dos gêneros [usuais]” e nem “do dilatado circuito do comércio que se faz pelo Goiás”, deveria facilitar “a comunicação [do Mato Grosso] com o Pará pelos ditos rios [Amazonas e Madeira]” sem que essa comunicação causasse “prejuízo algum aos direitos reais ou à cultura e povoação do Pará”.²²²

Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Frei Miguel de Bulhões também acreditavam que a comunicação do estado do Grão-Pará e Maranhão com o do Brasil seria fundamental para o abastecimento das minas do Mato Grosso. O religioso

²²⁰ Ibidem, p. 189.

²²¹ Ibidem, p. 190.

²²² Consulta do Conselho Ultramarino anexada em “Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei D. João V”. Pará, 2 de setembro de 1750. AHU, Pará (Avulsos), C.32, D. 2987.

argumentava que através dessa comunicação poderiam ser alcançados “com facilidade dois fins”. Um era “o espiritual que é reduzir ao grêmio da igreja o quase imenso gentilismo, que habita aqueles dilatados sertões”; o outro era o “temporal que é remediar a lastimosa decadência, a que se acham reduzidos os moradores do Cuiabá e Mato Grosso”.²²³ Já o governador do Grão-Pará e Maranhão, Mendonça Furtado, argumentava em carta a Diogo Corte Real que, tratando-se do “caminho deste Estado para o Mato Grosso assentam todos os que têm conhecimento destes sertões” que “nada convém tanto à segurança e subsistência daquelas minas”.²²⁴

Por conseguinte, os preços dos produtos praticados nas minas do Mato Grosso também seriam reduzidos por meio do estabelecimento da comunicação do Pará com o Mato Grosso, favorecendo os moradores da região. O governador Pedro Mendonça Gurjão explicava que no Mato Grosso “nunca as fazendas terão moderação no preço” enquanto “ao seu primeiro custo se juntarem as exorbitantes parcelas de frete nas conduções por terra de Santos” até “Araraguaba, e depois as de Jauru até Mato Grosso, cujos povos por esta causa se acham condenados à mesma carestia de gêneros”. Mendonça Gurjão dizia mais: que “o mesmo que sucede com as fazendas, acontece também com a entrada dos escravos” que “sendo comprados às senzalas do Rio de Janeiro” e “muitas vezes já registrados pelos negociantes das Minas Gerais, que compram os melhores”, chegam “importando ao Mato Grosso com o primeiro custo, direito, sustento e risco um extraordinário preço”.²²⁵

Além da elevação do preço dos gêneros e dos escravos, o caminho percorrido entre o Rio de Janeiro e as minas de Mato Grosso também era difícil. Segundo Mendonça Gurjão, o percurso de Cuiabá para o Rio de Janeiro “é o mais trabalhoso e cheio de perigos que nenhum outro dos reais domínios de Sua Majestade nesta América”. Ao percorrer este caminho do Rio de Janeiro até Cuiabá, era preciso “vencer o formidável perigo de oitenta e três cachoeiras”, além de haver “nesta molestíssima navegação três passagens expostas ao assalto dos gentios”.²²⁶

O bispo do Pará, igualmente, apontava para as dificuldades do caminho de São Paulo e Rio de Janeiro até Cuiabá e explicava que o trajeto percorrido pelos rios

²²³ Carta de Fr. M. Bispo do Pará para Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 12 de janeiro de 1752. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1993, p. 152-153.

²²⁴ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 20 de janeiro de 1752. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1993, p. 160.

²²⁵ Carta de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 3 de dezembro de 1751. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1993, p. 150.

²²⁶ *Ibidem*, p. 149.

Madeira, Mamoré e Guaporé seria menos dificultoso. Assim, o religioso argumentava que, para chegar às minas de Cuiabá, era preciso “vencerem-se oitenta e três formidáveis cachoeiras, e vinte e três perigosos saltos com varadouros por terra”, e que pelo rio Madeira não teria “mais embaraço, que vinte cachoeiras e três saltos que pela mesma frequência dos viajantes”, seriam “facilmente vencíveis”.²²⁷

Por essas razões, acreditava o governador Mendonça Gurjão, que “naturalmente se deixa penetrar a utilíssima comodidade, que se está oferecendo em buscar pelo Amazonas e Cuiabá e Mato Grosso”, pois partindo do Pará “em canoas já proporcionadas a vadear cachoeiras e guarneçada de gente sem dependência se demoram em se refazer dela pelas aldeias”, poderia “chegar sem violência qualquer comboio em seis meses dentro do Mato Grosso”. Nesse sentido, o dito governador defendia que, uma vez que fosse permitido “o comercio do Cuiabá, e Mato Grosso pelo porto do Pará, poderão aquelas capitâneas respirar, não só na carestia dos gêneros, mas também na dos escravos”, cujos elevados preços “constituem àqueles moradores no aperto de vacilarem na sua subsistência”.²²⁸

Diversos integrantes do governo colonial e até mesmo religiosos eram favoráveis à utilização da navegação entre o estado do Brasil e o do Grão-Pará e Maranhão, pois esse caminho poderia se transformar em uma importante via de abastecimento para o Mato Grosso. As dificuldades enfrentadas durante o trajeto que ligava Cuiabá a São Paulo e Rio de Janeiro também foram utilizadas como justificativa para argumentar a favor da comunicação do estado do Grão-Pará com o Mato Grosso. Assegurar a oferta de gêneros para os moradores dessa capitania era essencial para garantir e asseverar a ocupação portuguesa daquela área, e a rota pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé poderia atender a essa demanda colonial.

Também eram utilizados como argumento para defender o estabelecimento desse caminho, os benefícios que o comércio realizado por meio dele poderia suscitar ao Pará. Uma vez que o caminho Madeira, Mamoré e Guaporé fosse utilizado como via de abastecimento das minas do Mato Grosso e de escoamento do ouro dessa região, ela poderia produzir benefícios para a capitania do Pará e, conseqüentemente, para o estado do Grão-Pará e Maranhão. Em uma consulta de 1751, o Conselho Ultramarino também opinava sobre a navegação do Madeira, explicando que seria “muito conveniente ao

²²⁷ Carta de Fr. M. Bispo do Pará para Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 12 de janeiro de 1752. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1993, p. 155.

²²⁸ Carta de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 3 de dezembro de 1751. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1993, p. 151.

serviço de V.M.” que fosse permitida “a comunicação que pretendem [os moradores de Mato Grosso] ter com o Pará”, e que essa comunicação com o Mato Grosso poderia resultar em benefícios para o Pará, pois os direitos que no Rio de Janeiro “se pagam daqueles poucos gêneros que pelos caminhos de São Paulo e dos Goiás chegam ao Mato Grosso” podem “pagar com grande aumento na alfândega do Pará”.²²⁹

O primeiro governador da capitania do Mato Grosso, Rolim de Moura, igualmente, defendia a abertura da navegação pelo Madeira. Esse governante escreveu a Diogo de Mendonça Corte Real em julho de 1751, explicando que deveria “mandar Sua Majestade franquear a comunicação do Mato Grosso com o Pará”, pois do “Pará hão de concorrer naturalmente muitas pessoas para aquelas minas”. Além disso, as “fazendas, e mantimentos do reino vindos por ali hão de ser mais baratos”, o que facilitaria a permanência dos seus moradores; segundo ele, ainda, pelo Madeira “fica muito mais breve a comunicação com a corte” e, assim, poderia ser “socorrida está capitania com grande brevidade”. Por fim, a comunicação com o Pará seria importante para se tornarem “senhores daquela navegação”.²³⁰

Talvez, o parecer de Antônio Rolim de Moura sobre esse assunto tenha sido produzido a partir das expedições que navegaram entre o Grão-Pará e o Mato Grosso antes da abertura oficial da rota. No dia 10 de julho de 1749, João de Sousa Azevedo chegou ao Mato Grosso com “carregações de negócio” do Pará. No mês de março de 1752, Joel dos Santos Branco, Calixto do Rego Sousa, Antônio Francisco Serra e João Antunes da Costa também chegavam ao Mato Grosso com gêneros que haviam comprado no Pará, para onde tinham ido em 1750.²³¹ Assim, o caminho fluvial pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé começava a se configurar como via de comunicação, enquanto a Coroa portuguesa ainda discutia sobre a viabilidade desse caminho. E parece que a ação dos particulares que partiram do Mato Grosso foi fundamental para esse processo.

A defesa do caminho pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira era realizada também por meio da crítica às razões que motivaram a monarquia portuguesa a proibir a navegação pelo rio Madeira. Assim, um dos argumentos utilizados na defesa da navegação desses rios era a crítica à ideia de que as pessoas deixariam o estado do Grão-Pará e Maranhão e se deslocariam, em grande quantidade, para as minas do Mato Grosso.

²²⁹ Consulta do Conselho Ultramarino anexada em “Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei D. João V”. Pará, 2 de setembro de 1750. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx.32, D. 2987.

²³⁰ Carta de D. Antonio Rolim de Moura ao Diogo de Mendonça Corte Real. Cuiabá, 27 de julho de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. **D. Antônio Rolim de Moura: primeiro conde de Azambuja** (correspondências). Cuiabá: UFMT/Imprensa Universitária, 1982. v. 1, p. 32.

²³¹ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 51-52.

Uma carta escrita pelo bispo do Pará aponta justamente para isso. Dizia o religioso que “a deserção dos moradores desta cidade [do Pará], que se pode seguir a comunicação com as minas”, não aconteceria no Pará, uma vez que a “distância que se medeia entre ela, e qualquer das minas, a dificuldade do caminho e os perigos dos transportes” eram razões “para reprimir a deserção destes moradores” e escassos “são aqueles que tenham meios proporcionados para semelhantes transportes”.²³² Seguramente, a ideia de que haveria um intenso movimento migratório do Pará para as minas surgiu a partir da experiência com o fluxo populacional que se deslocou para a região das Minas Gerais a partir de finais do século XVII.

Além dos argumentos contrários e favoráveis à abertura da navegação do rio Madeira e, através dela, do estabelecimento de um caminho entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará, havia a proposta de que a conexão entre essas duas capitanias fosse realizada através do rio Tocantins. Um procurador da fazenda, em consulta do Conselho Ultramarino, manifestava-se acerca dessa proposta. Assim, dizia ele que não por “conveniência, mas por necessidade”, o monarca deveria permitir o caminho entre as Minas de Cuiabá, Mato Grosso e Goiás com o estado do Grão-Pará e Maranhão, porque “não se fazendo público aquele caminho servirá” apenas “para se fazerem os contrabandos com mais segurança” e também “para se extrair sem perigo uma grande quantidade de ouro”. Uma vez consentido esse caminho, acreditava o procurador que ele deveria ser feito pelo “rio dos Tocantins que é mais reservado”. Além disso, deveriam ter a “maior vigilância em guardar o rio da Madeira”, bem como “aumentar as dificuldades que nela há defendendo-se os seus espaços” e que “nem os estrangeiros nem os nacionais possam servir-se da sua navegação”.²³³

A mesma consulta do Conselho Ultramarino apontava outra razão para que o caminho entre o Pará e as minas fosse feito pelo Tocantins. Nesse sentido, dizia a consulta que

[...] antes se conceda a comunicação e livre comercio do Pará com todas as minas do Goiás pelo rio dos Tocantins do qual o tronco principal vai quase até as minas da meia ponte recebendo os que vêm de todas as outras minas laterais e outro braço que forma o rio Araguaia, continua até a vizinhança da mesma Vila

²³² Carta de Fr. M. Bispo do Pará para Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 12 de janeiro de 1752. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1993, p. 157.

²³³ Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. José, sobre a formação de Regimentos Militares para assegurar a comunicação das minas no Rio Tocantins com as vilas da capitania do Pará. Lisboa, 7 de agosto de 1752. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 33, D. 3129.

do Goiás, e passa a meio caminho, entre esta Vila, e a do Cuiabá por onde também as minas do governo do Mato Grosso receberão do mesmo benefício.²³⁴

Desde o século XVII, as bandeiras paulistas percorriam o Tocantins à procura de minas de ouro e de índios para escravizar. Somente a partir das primeiras descobertas de ouro no Tocantins, na primeira metade do século XVIII, é que se edificam os primeiros arraiais. Além disso, no século XVIII, a região se tornou também uma fronteira de expansão das fazendas de gado. Preocupada com o contrabando do ouro, a Coroa portuguesa proibiu a navegação pelo Tocantins através do alvará de 27 de outubro de 1733.²³⁵ Para Deusedith Rocha Junior, os debates acerca dos territórios portugueses não contemplavam a capitania de Goiás após os Tratados de Madrid e de Santo Idelfonso. Esse fato, somado à proibição da navegação e às dificuldades naturais para fazer a navegação do rio Tocantins, funcionou como fator que desencorajou a ocupação mais sistemática e o conhecimento detalhado da área.²³⁶

É importante lembrar que a opção por um ou outro caminho dependia, assim, de vários fatores. Francismar Alex Carvalho, contrapondo-se a Sérgio Buarque de Holanda, argumenta que os rios Pardo, Coxim, Taquari e outros tornaram-se a rota fluvial das monções paulistas em decorrência da imposição das ações indígenas, que fecharam as rotas alternativas e que, apesar de continuarem a cometer ataques às expedições pela rota do rio Pardo, conseguiram sobreviver.²³⁷ Provavelmente, a dimensão indígena não tenha ocupado o mesmo papel na opção pelo caminho do Madeira-Guaporé, ainda que os Mura também tenham construído esse caminho, como será analisado. Assim, o caminho entre o Grão-Pará e o Mato Grosso pode ser explicado a partir de outras variáveis.

Os pareceres acerca da abertura da navegação do rio Madeira e de um caminho fluvial conectando os estados do Maranhão e de Grão-Pará foram permeados por diversos argumentos em defesa ou contrários a essa navegação. Assegurar o domínio e a navegação dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, conter o avanço castelhano na área,

²³⁴ Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa, 7 de agosto de 1752. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1993, p. 193.

²³⁵ FLORES, Katia Maia. **Caminhos que andam**: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

²³⁶ ROCHA JUNIOR, Deusedith Alves. **“Pello rio dos Tocantins à bayxo athe Bellem do Gram Pará”**: territorialidade e saber sobre o espaço nos setecentos. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. p. 195. Sobre a navegação pelo rio Tocantins, ver: FURTADO, Júnia Ferreira. 2016, Op. cit.

²³⁷ CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Entre rios e impérios**: a navegação fluvial na América do Sul. São Paulo: editora Unifesp, p. 116-118.

assegurar produtos com menor custo aos moradores de Vila Bela e produzir benefícios fiscais à capitania do Pará constituíam algumas das justificativas usadas para defender a abertura da navegação do Madeira.

Considerando os três grandes rios, Tocantins, Tapajós e Madeira, que foram navegados pelos vassallos lusitanos ainda na primeira metade do século XVIII, o Tocantins era o mais oriental e, considerando o território da América portuguesa, era o que estava em uma região mais central desse domínio e distante da vizinhança castelhana. Ainda assim, segundo a consulta do Conselho Ultramarino, Cuiabá seria atendida por meio da navegação com o Tocantins. A comunicação com a capitania do Mato Grosso realizada por meio de qualquer um deles poderia render benefícios fiscais à capitania do Pará também. Quanto ao abastecimento de Mato Grosso com produtos a baixo custo, não é possível ponderar.

O rio Juruena, afluente da margem esquerda do Tapajós e que se une com o Arinos no Mato Grosso, estava menos distante de Vila Bela do que o sistema fluvial do Tocantins. O mais ocidental desses rios era o Madeira. Juntamente com o Guaporé e o Mamoré, estava mais próximo das áreas limítrofes com os territórios castelhanos. Como foi apontado no início desta seção, a navegação desses rios era considerada importante para os vassallos da Coroa portuguesa. A presença espanhola, por meio dos jesuítas de Moxos no Guaporé, era percebida como uma ameaça para os portugueses, que tentavam proteger as áreas mineradoras. Assim, incentivar a navegação desses três rios era um instrumento para construir um domínio territorial nessa área.

Nesse sentido, a política portuguesa de permitir a comunicação entre o Mato Grosso e o estado do Grão-Pará tem, em grande medida, o objetivo de concretizar uma territorialidade portuguesa na região do Madeira-Guaporé e viabilizando outros mecanismos de defesa, como a construção e a permanência de Vila Bela por meio do abastecimento de gêneros pelo Pará. Como lembrou Márcio Roberto dos Santos, o espaço cortado pelos caminhos não era apenas um meio a ser vencido, mas também um espaço geopolítico, onde se concentravam as expectativas e os temores de um reino envolvido no jogo de poder europeu.²³⁸ A oficialização, pela Coroa portuguesa, de um caminho que já era percorrido pelos colonos explica-se, dessa maneira, a partir de uma tentativa de dominação territorial.

²³⁸ SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Op. cit., p. 191.

As ponderações sobre essa navegação eram feitas quando as duas Coroas ibéricas negociavam os limites de seus respectivos domínios na América do Sul. Esse debate estava, em certa medida, articulado ao conhecimento acumulado pelas expedições que haviam passado pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Os colonos, a partir de seus próprios interesses, adentraram e navegaram esses rios, ainda que a navegação do Madeira fosse proibida. A própria Coroa portuguesa utilizou essas expedições para conhecer a possível fronteira com a América hispânica. Assim, essas expedições podem ser consideradas como “construtoras” do caminho Madeira-Guaporé-Mamoré.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço luso para o oeste produziu um alargamento das conquistas portuguesas na América do Sul. Essa dilatação do território resultou na conquista de áreas situadas no centro da América do Sul e de grande parte do espaço que acompanha o rio Amazonas. São processos distintos, temporal e espacialmente, que caracterizaram a ocupação portuguesa no antigo estado do Maranhão e na capitania do Mato Grosso.

O avanço português para o oeste do estado do Maranhão foi caracterizado pela presença das expedições de coleta das “drogas do sertão” e de escravização indígena e da edificação das missões religiosas. Contudo, as guerras contra os índios no oeste do estado do Maranhão aconteciam com menos frequência em relação às que se desenvolveram no Piauí e no Maranhão a partir do final do século XVII.²³⁹

A área que se tornou a capitania do Mato Grosso em 1748 experimentou um movimento de ocupação caracterizado, notadamente, pela extração das minas de ouro. Ou seja, um processo de ocupação luso distinto do que foi engendrado no amplo e diversificado estado do Maranhão. A possibilidade de estabelecer uma conexão entre a capitania do Mato Grosso e esse estado e, principalmente, os problemas decorrentes da própria ocupação portuguesa e da presença castelhana na fronteira oeste da América Portuguesa ensejaram a elaboração de uma política que vinculasse essas duas unidades administrativas e solucionasse os problemas que elas enfrentavam. No caso do estado do Maranhão, por exemplo, trata-se de dificuldades que eram inerentes à fronteira oeste e que não existiam na fronteira oriental desse estado, como a ameaça castelhana.

²³⁹ MELO, Vanice Siqueira de. Op. cit.

O projeto de comunicação fluvial entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Maranhão precisa ser analisado também a partir das iniciativas dos colonos que organizaram expedições a partir de seus próprios interesses. Não se trata de exaltar o “bandeirante” apresador e assassino dos indígenas. Quer-se destacar que a mobilidade dessas expedições ensejou também a constituição de povoados e a abertura de caminhos no interior da América portuguesa. Alguns caminhos, posteriormente, atenderam às demandas da Coroa portuguesa, embora os interesses desses grupos nem sempre fossem os mesmos.

2 LUGARES PARA POUSO: VILAS E FORTIFICAÇÕES NO CAMINHO

A decisão da Coroa portuguesa de autorizar a comunicação fluvial entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, no início da década de 1750, demandou o desenvolvimento de medidas que assegurassem a viabilidade dessa comunicação. Tais diligências foram pensadas em uma conjuntura na qual foram elaboradas as novas políticas lusitanas para o estado do Grão-Pará, no contexto em que as Coroas ibéricas se mobilizavam para delimitar seus territórios na América, em função da assinatura do Tratado de Madri, em 1750.

No cenário político inaugurado com a ascensão de D. José I ao trono luso, uma das medidas implementadas pelo governo português estava relacionada às questões territoriais. Assegurar territórios de seu interesse, bem como incentivar o crescimento demográfico desses espaços, era preocupação que permeava as correspondências escritas pelos agentes da administração portuguesa em Portugal e nos domínios ultramarinos.

Na capitania do Mato Grosso e no estado do Grão-Pará, essa política territorial manifestou-se, por exemplo, por meio da criação de vilas e de fortificações. Nos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, esses lugares procuravam cumprir suas respectivas finalidades e, igualmente, eram utilizados como locais que ofereciam diversos tipos de amparo aos expedicionários que se deslocavam entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. Assim, era nesses espaços que os expedicionários conseguiam reabastecer as tropas com alimentos, trocar ou consertar as embarcações, sendo eles o resguardo para os que adoeciam durante a viagem, entre outros tipos de amparo. Ou seja, eram lugares que compunham o próprio percurso fluvial.

O caminho fluvial entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, nesse sentido, não era constituído apenas pelo movimento que conduzia mercadorias, correspondências e pessoas por entre esses dois espaços. Por essa razão, os núcleos populacionais e as fortalezas, igualmente, ajudavam a compor esse caminho fluvial e eram imprescindíveis para seu desenvolvimento, nela se inserindo. Como lembrou Roberto França da Silva Júnior, a circulação pelo território não é realizada apenas através das técnicas que viabilizam a circulação de mercadorias e informação, pois normas e instituições são fundamentais para regular, organizar e potencializar a circulação. Nesse sentido, além dos sistemas de engenharia (como os portos e

hidrovias), o Estado deve atuar para estabelecer normas e infraestrutura que potencializem a mobilidade.²⁴⁰

Inúmeras povoações estavam localizadas ao longo do extenso percurso fluvial objeto desta tese, principalmente no rio Amazonas. Refiro-me aqui às vilas criadas a partir da segunda metade do século XVIII e que têm suas bases nas missões religiosas construídas desde o século XVII. Como será analisado nos capítulos posteriores, elas foram fundamentais para atender às diversas demandas das expedições que percorriam o estado do Grão-Pará e Maranhão e àquelas que se deslocavam para a capitania do Mato Grosso ou desciam dessa capitania para a cidade de Belém. Além dessas, em meados do século XVIII, algumas foram planejadas e construídas nos próprios rios Madeira, Mamoré e Guaporé e serviam, igualmente, como apoio aos expedicionários.

Considera-se, assim, que as construções de povoações e fortificações no trajeto fluvial que conectava o estado do Grão-Pará ao Madeira podem ser analisadas, em parte, a partir do interesse e da iniciativa da Coroa portuguesa em assegurar mecanismos que viabilizassem e controlassem a circulação no estado do Grão-Pará e na capitania do Mato Grosso. Nessa perspectiva, podem ser consideradas, por exemplo, as fortificações, para além de sua função militar e defensiva. Por outro lado, é importante lembrar as iniciativas dos colonos em promoverem a ocupação da área. Nesse caso, trata-se de um projeto de povoamento na cachoeira do Madeira planejado por Teotônio da Silva Gusmão, que foi planejado e criado na segunda metade do século XVIII e que teve aprovação dos governadores locais.

Quanto à Vila de Borba, ainda que ela tenha sido um lugar fundamental na circulação entre o Mato Grosso e o estado do Grão-Pará, o estabelecimento desse povoamento no Madeira remonta, na verdade, à segunda metade do século XVII e está relacionado à expansão jesuítica para essa região. Assim, embora na segunda metade do século XVIII tenham sido atribuídas novas funções a ela, em decorrência do caminho fluvial, é possível pensá-la também como um instrumento de viabilização da circulação por esse caminho. Apesar disso, diferentemente das fortificações, a permanência dessa missão religiosa no Madeira, em meados do século XVIII, não é, necessariamente, resultado de uma vontade da Coroa portuguesa, uma vez que é fundamental considerar

²⁴⁰ SILVA JUNIOR, Roberto França da. Circulação, epistemologia e a constituição de um ramo da ciência geográfica. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 2, 2012.

os interesses dos indígenas em permanecer nas missões.²⁴¹ Quanto à Vila Bela da Santíssima Trindade, trata-se de um núcleo de povoamento que foi pensado ainda na década de 1740 e que era um dos extremos do caminho fluvial. Nesse sentido, não era, a rigor, um lugar de apoio ao caminho fluvial, do mesmo modo que o eram as vilas localizadas no trajeto.

Nesse quadro, este capítulo pretende discutir a construção desses núcleos populacionais portugueses nos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, quando esses rios se tornaram um caminho fluvial para a Coroa lusa. Como a estruturação desses mecanismos de ocupação territorial se explica também a partir de outras demandas da Coroa portuguesa, será realizada, inicialmente, uma discussão sobre a política lusitana para o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso a partir da segunda metade do século XVIII. Posteriormente, será discutida a construção de duas vilas: Vila Bela da Santíssima Trindade e Vila de Borba. Em seguida, será feita uma análise da tentativa de povoamento organizada pelo bacharel Teotônio da Silva Gusmão na segunda cachoeira do Madeira e dos fortes de Bragança e do Real Príncipe da Beira, no Mato Grosso.

*

As políticas portuguesas para América lusitana experimentaram inúmeras transformações a partir de meados do século XVIII. Em 1750, a aclamação de D. José I representou o início de sucessivas transformações na política portuguesa para seus domínios no continente americano. As reformas realizadas pelo governo luso, a partir de 1750, atingiram diversos âmbitos do império português, como o econômico, o administrativo, o educacional e o cultural.²⁴²

O reinado de D. José I foi caracterizado pela atuação do Sebastião José de Carvalho e Melo na condição de primeiro-ministro. Nomeado com o título de conde de Oeiras em 1759, Sebastião José de Carvalho e Melo recebeu, em 1769, o título de marquês de Pombal. Ainda que as ideias e iniciativas do Sebastião José de Carvalho e Melo sejam fundamentais para analisar o reino luso a partir de 1750, é preciso relativizar o papel de Carvalho e Melo no governo português para que o período em que

²⁴¹ As povoações de Lamego, Leomil e Balsemão também podem ser pensadas como lugares que foram construídos a partir dos interesses indígenas. Tais espaços serão analisados no Capítulo 4.

²⁴² FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001. p. 227-243. Neste capítulo, serão apresentadas apenas as políticas implementadas pela Coroa portuguesa, a partir de 1750, que estavam relacionadas às dimensões territoriais do estado do Grão-Pará e Maranhão e da capitania do Mato Grosso. As demais diretrizes serão apresentadas em outros capítulos a partir do que será analisado neles.

ele esteve na condição quase que de um “primeiro-ministro” não seja considerado uma realidade histórica dominada apenas por sua atuação, como se fosse a de um agente histórico único. Essa advertência não exclui, por sua vez, considerar que a *governança pombalina* foi assinalada pelas ideias e práticas de caráter mercantilistas e “ilustradas”,²⁴³ como será apresentado nas diretrizes pombalinas para o estado do Grão-Pará e para a capitania do Mato Grosso.

Quando Sebastião José de Carvalho e Melo tornou-se primeiro-ministro, a Coroa portuguesa experimentava um processo de reorganização político-territorial. Esse processo iniciou no reinado de D. João V e culminou com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Por meio desse tratado, Portugal trocou, com a Coroa espanhola, a Colônia do Sacramento pelos Sete Povos e conquistou a posse das grandes áreas ocupadas no oeste da América portuguesa, uma vez que garantiu o controle político-administrativo do estado do Maranhão e Grão-Pará. A Espanha concordou em ceder os estabelecimentos que possuía na margem direita do Guaporé, assegurando a posse da capitania do Mato Grosso.²⁴⁴

Em meados do século XVIII, o estado do Grão-Pará e Maranhão atraía a atenção da Coroa portuguesa em função das possibilidades de rendimentos econômicos que ele poderia propiciar ao governo luso. Havia, igualmente, uma preocupação em conectar o estado do Maranhão às capitanias do interior da América portuguesa.²⁴⁵ É nesse sentido que o vasto estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania do Mato Grosso, que tinham zonas limítrofes com os castelhanos, preocupavam a Coroa portuguesa, pois era preciso assegurar a autoridade lusa sobre esse vasto espaço em disputa e tracejar os limites do referido Tratado, conforme o acordo.

Como lembrou Mauro Coelho, o Tratado de Madri foi fundamental para a reformulação da política portuguesa, por duas razões. De um lado, concretizava uma reorientação da atenção portuguesa para as colônias do norte, uma vez que fora construído a partir do princípio do *Uti possidetis*, que definia que a posse de um território era

²⁴³ FALCON, Francisco Calazans. Antigos e novos estudos sobre a “época pombalina”. In: _____; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 7-8.

²⁴⁴ GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília, DF: Funag, 2015.

²⁴⁵ Nas instruções dadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recomendava-lhe que: “Com o vosso antecessor vos instruíreis do país e de todas as partes que se compõe esse Governo, e fareis muito para que a sua Instrução seja por escrito, da qual remetereis cópia pela Secretaria de Estado, e ainda de algumas pessoas particulares sobre a abertura do caminho desse estado para o Mato Grosso, e lhes direis que tendes ordem para executar as mesmas ordens que se acham em seu poder sobre esta matéria” (MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. I, § 36, p. 79-80).

definida através de sua ocupação. Em função da escassez de recursos e pessoal, esse fundamento demandou a utilização dos indígenas como povoadores lusitanos, o que afetou o poder das ordens religiosas, principalmente a Companhia de Jesus, sobre os grupos indígenas.²⁴⁶ Além disso, havia uma preocupação da Coroa portuguesa em tornar o território economicamente atrativo para os interesses lusitanos. Nesse sentido, o reino lusitano reforçou seu sistema militar nos espaços litigantes por meio da construção ou restauração de fortificações na extensão do rio Amazonas e de seus principais afluentes²⁴⁷ e incentivou a ocupação da região com colonos portugueses de outras regiões, como os casais dos Açores e da Ilha da Madeira, como será analisado.²⁴⁸

A edificação de fortificações e de vilas e/ou núcleos de povoamento nos rios Madeira, Mamoré e Guaporé correspondia, em parte, à tentativa de assegurar o domínio espacial das áreas localizadas em espaços de fronteira com os domínios castelhanos a partir das definições do Tratado de Madri. Uma vez que a Coroa portuguesa franqueou a navegação pelos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, esses estabelecimentos também atenderam às demandas oriundas da construção do caminho fluvial que interligava o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, através do fornecimento de mantimentos, embarcações ou trabalhadores indígenas, por exemplo.

No caminho das monções que interligavam São Paulo à área central da América portuguesa, sítios, fazendas, engenhos, roças e ranchos indígenas serviam como pouso para os expedicionários.²⁴⁹ Um dos principais lugares de pouso dessa rota foi Camapuã, onde os expedicionários poderiam descansar, reabastecer os alimentos, repor os animais, bem como dispor de outros serviços.²⁵⁰

Como lembrou Glória Kok, na medida em que a colonização lusitana avançava para o oeste e o sul, fortes, fortalezas, conventos e colégios religiosos tornaram-se instrumentos

²⁴⁶ COELHO, Mauro C. **Do sertão para o mar um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**. São Paulo: Livraria da Física, 2016. p. 135-136; DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000b.

²⁴⁷ Forte de Gurupá (confluência do rio Xingu com o delta do rio Amazonas), de Macapá, São José do Rio Negro (margem esquerda do rio Negro), São Joaquim (rio Branco), São Gabriel (margem esquerda do alto rio Negro), São José dos Marabitanas (margem direita do alto rio Negro), São Francisco Xavier de Tabatinga (rio Solimões), Bragança e Príncipe da Beira (ambos no rio Guaporé).

²⁴⁸ SILVA, André Mansuy-Diniz. Op. cit., p. 483.

²⁴⁹ KOK, Glória. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004. p. 124-132.

²⁵⁰ SENA, Divino Marcos de. Camapuã no período do acaso das monções: população, trabalho, lavoura, exploração e resistência. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 7, jan./jun. 2010.

da dominação territorial portuguesa e paradas obrigatórias para os expedicionários.²⁵¹ Ou seja, transformaram-se em pousos. Segundo Laurent Vidal, a palavra “pouso” aparece na língua portuguesa utilizada no Brasil a partir da segunda metade do século XVIII não apenas para designar uma prática social já antiga como também para testemunhar uma transformação: em função da descoberta do ouro, da necessidade de proteger as fronteiras (após o Tratado de Madri) e de proteger as vias de comércio, os caminhos e os pousos se tornaram alvo de todas as atenções por parte do poder português.²⁵²

Laurent Vidal qualifica o pouso como um “território da espera”. Trata-se de uma palavra que comporta duplo sentido: um de temporalidade específica (pausa) e outro de território específico (pouso). Assim, para Laurent Vidal, pouso seria uma forma espacial nascida a partir da espera dos homens em deslocamento e dedicada ao acolhimento dos homens em pausa. Pouso configuraria um tempo pensado espacialmente com a finalidade de acolher a imobilização temporária de um fluxo no decorrer de um percurso. Como espaços de passagem eram os limiares entre uma civilização e natureza selvagem e por isso não podem ser configurados como espaços neutros, pois afetavam aqueles que faziam o pouso. Eram, simultaneamente, testemunhas e rastros de uma época na qual as mobilidades humanas transformavam em territórios os espaços nos quais pousavam.²⁵³

Dessa maneira, considera-se que as fortificações, povoações e vilas criadas, ou planejadas, no caminho fluvial, inclusive as que estavam situadas no rio Amazonas e que tinham originalmente sido criadas no século XVII, funcionavam, igualmente, como pouso para os expedicionários que trafegavam por esse caminho. Isso, por sua vez, não exclui o fato de que, durante a expedição, fossem realizados pousos em lugares que não fossem esses, distantes das vilas e fortalezas. Contudo, aqueles lugares criados pela ação colonizadora representariam um pouso mais seguro para os expedicionários. O mapa 1 aponta não apenas o caminho fluvial, como algumas povoações ao logo dele.

2.1 AS VILAS

Em Portugal, no início da época moderna, os concelhos constituíam as células basilares da organização político-territorial e foram, posteriormente, também chamados municípios. Esse tipo de organização teria sido também implementado na

²⁵¹ KOK, Glória. Op. cit., 2004, p. 131.

²⁵² VIDAL, Laurent. A gênese dos pousos no Brasil moderno. Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. **Revista Tempo**, Niterói, v. 22, n. 40, p. 400-419, maio/ago. 2016.

²⁵³ Ibidem.

América portuguesa.²⁵⁴ Nesse território, os concelhos foram desenvolvidos com variações decorrentes da diversidade dos contextos físicos, econômicos e socioculturais existentes na colônia.

Uma das diferenças está relacionada às vilas. Em Portugal, a maioria das sedes de concelhos tinha o título de vila. Quanto às zonas rurais e naqueles concelhos mais modestos, a povoação-sede poderia ser classificada como simples lugar ou aldeia. Além disso, a palavra “vila” poderia ser usada para se referir às aldeias, e não às sedes dos concelhos. Já na América portuguesa, as localidades recebiam o título de vila e, simultaneamente, conquistavam o direito de se autogerirem, ou seja, de possuir uma câmara, com território de jurisdição (termo) e com rendas próprias.²⁵⁵ A instituição dessas vilas, por sua vez, era o recurso utilizado pelo governo lusitano para fazer com que a justiça e o fisco chegassem até os arraiais mais distantes.

Até meados do século XVIII, o estado do Maranhão e Grão-Pará era formado por vilas: Cametá, Vigia e Sousa (ou Caeté) na capitania do Pará; Santo Antônio de Alcântara, Santa Maria do Icatu (capitania do Maranhão); e Mocha (capitania do Piauí). Já a capitania do Mato Grosso, quando criada em 1748, tinha apenas uma vila, a de Cuiabá. As vilas desses dois territórios, por sua vez, foram criadas em contextos históricos distintos, obedecendo a dinâmicas de ocupação portuguesa diversas.²⁵⁶ Nesse sentido, ao analisar os chamados “sertões do norte”, Esdras Araújo Arraes lembra que, ainda que os concelhos tenham aparecido de maneira pontual neles, até a primeira metade do século XVIII, é possível argumentar que a urbanização das áreas interioranas não estava à margem da política implementada pela Coroa portuguesa.²⁵⁷

A partir do Tratado de Madri, o reinado de D. José I tentava dar prosseguimento à reorganização político-territorial iniciada no reinado anterior, de D. João V. O objetivo dessa reorganização era delimitar as fronteiras dos territórios dos reinos ibéricos americanos, promovendo o povoamento dessas áreas. A criação da capitania de Mato Grosso foi uma das medidas adotadas nessa política de reorganização, uma vez que essa região estava situada em uma zona de fronteira com os espaços ocupados pelos

²⁵⁴ DAMASCENO, Cláudia. **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 26-27.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 28.

²⁵⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. Plantações, sesmarias e vilas: uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Debates, 2006.

²⁵⁷ ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Op. cit.*, p. 309.

castelhanos.²⁵⁸ Nesse sentido, era considerada uma área vulnerável às investidas dos castelhanos situados nas províncias de Mojos e Chiquitos.²⁵⁹ Nesse contexto, insere-se a criação de Vila Bela. Como lembrou Renata Malcher Araújo, a instituição dessa vila funcionaria como instrumento legitimador da posse do espaço, e sua população serviria como potencial exército na defesa não apenas daquela região, mas de toda “toda” a conquista lusitana.²⁶⁰

Além disso, foi nessa conjuntura que no estado do Grão-Pará e Maranhão, por sua vez, multiplicaram-se o número de vilas e a capitania do Pará foi dividida através da criação, por meio de uma carta régia de 3 de março de 1755, da capitania de São José do Rio Negro. Como em Mato Grosso, a criação da capitania de São José do Rio Negro e de uma vila para ser sua capital estava relacionada às questões dos limites territoriais.²⁶¹ Assim, para Renata Malcher de Araújo, a ocupação do Mato Grosso e da Amazônia representava uma estratégia significativa no processo de expansão portuguesa, uma vez que eram exemplares da efetiva conquista do território.²⁶²

2.1.1 Vila Bela da Santíssima Trindade

Vila Bela da Santíssima Trindade, localizada às margens do Guaporé, representava o ponto de chegada e de partida das inúmeras expedições que navegaram pelo caminho formado pelo Madeira, Mamoré e Guaporé. A proposta de criação de uma vila no Guaporé antecede a institucionalização de um caminho fluvial que conectava o estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania do Mato Grosso.

A criação de Vila Bela está relacionada ao expansionismo lusitano para a região do Guaporé. Otávio Canavarros analisa esse avanço a partir de uma perspectiva geopolítica. Acredita Canavarros que os interesses dos colonos se complementavam aos da Coroa portuguesa na expansão para o Guaporé. A edificação dessa vila representaria

²⁵⁸ CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 2, p. 218-234, jul./dez. 2014.

²⁵⁹ CHAVES, Otávio Ribeiro. Op. cit., 2008, p. 57.

²⁶⁰ ARAUJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da Coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 41-76, jan./jun. 2012.

²⁶¹ Ibidem, p. 51.

²⁶² ARAUJO, Renata Malcher de. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII**: discurso e método. 2000. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000. p. 49.

um mecanismo de a Coroa portuguesa impor obrigações aos súditos daquela região e consolidar sua posição política de defesa.²⁶³

João Antonio Lucídio Botelho relativiza a importância da Coroa portuguesa no processo de expansão para o oeste. Nessa perspectiva, argumenta que o movimento que promoveu a expansão para o oeste não pode ser pensado somente a partir de Lisboa. Assim, João Botelho acredita que a expansão dos colonos lusitanos para o Guaporé ocorreu à revelia das diretrizes metropolitanas e que são explicadas a partir dos interesses dos próprios colonos. Paulatinamente, a Coroa portuguesa teria clareza da importância daquele espaço e passaria a criar mecanismos de ocupá-lo.²⁶⁴

Embora a importância de Vila Bela e da criação da capitania do Mato Grosso como mecanismos para conquista portuguesa no Guaporé em meados do século XVIII não possa ser relativizada, acredita-se que não é possível pensar esse avanço colonial lusitano somente a partir de uma perspectiva geopolítica, uma vez que, possivelmente, os colonos que avançaram para o Guaporé não tinham esse interesse. O empenho da Coroa portuguesa em criar uma vila na do Guaporé ocorreu após os vassalos dessa Coroa ocuparem áreas na margem desse rio e a partir dos interesses deles. Ou seja, colonos portugueses já ocupavam a margem oriental do Guaporé quando a Coroa portuguesa planejava a implementação de mecanismos jurídicos e administrativos na área. Além disso, é importante lembrar que a edificação de Vila Bela não foi o primeiro projeto europeu na margem do Guaporé, pois os jesuítas castelhanos já ocupavam a margem ocidental do Guaporé.

O projeto de criação de uma vila no Guaporé remonta ao início da década de 1740. A ordem régia para edificação da vila teria acontecido apenas em agosto de 1746. Nesse ano, a administração lusitana orientava o governador de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, para que fundasse, no Guaporé, uma vila com a finalidade de garantir o domínio português na fronteira com os castelhanos.²⁶⁵ Vila Bela é, assim, um produto da ação metropolitana.²⁶⁶ Argumenta Margarida Valla que a fundação de Vila Bela na

²⁶³ CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá: 1727-1752**. Cuiabá: Entrelinhas, 2019. p. 210.

²⁶⁴ LUCIDIO, João Antonio Botelho. Op. cit., p. 222.

²⁶⁵ JESUS, Nauk Maria de. Op. cit., 2016, p. 314.

²⁶⁶ GARCIA, Romyr Conde. Espaço do povo e espaço do rei na terra da conquista: Vila Bela, Cuiabá e os seus distintos espaços. **História e Diversidade**, Cárceres, v. 8, n. 1, p. 222, 2016a.

margem do Guaporé é representativa da importância da relação com o rio Guaporé como elemento definidor da fronteira.²⁶⁷

A documentação produzida pela administração portuguesa, no final da década de 1740, quando as Coroas ibéricas negociavam os limites territoriais na América, sinaliza para essa preocupação territorial. Assim, em uma consulta do Conselho Ultramarino, produzida em janeiro de 1749, os conselheiros julgavam “de grandes consequências para o serviço” da monarquia que “por meio do estabelecimento do governo” se fizesse “a colônia do Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito” e fosse um “antemural a todo o interior do Brasil”.²⁶⁸ Apesar do empenho e da inquietação da monarquia lusitana, essas propostas não teriam sido executadas até a criação de Vila Bela em 1752.

Coerentemente com esse posicionamento do Conselho Ultramarino, foram as instruções dadas ao primeiro governador da capitania do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, para que implementasse esse novo governo na América portuguesa. Essas instruções são de janeiro de 1749 e associam a necessidade de povoamento e edificação de uma entidade administrativa como meio de defesa de um território.

Dessa maneira, ainda que a Vila de Cuiabá fosse mais povoada, o distrito do Mato Grosso demandava maior vigilância “por causa da vizinhança”.²⁶⁹ Por essa razão, “a cabeça do Governo” deveria ser “no mesmo distrito de Mato Grosso”. Além disso, como a Coroa portuguesa considerava “que naquele distrito se faça população numerosa” com “forças bastantes a conservar os confinantes em respeito”, ordenava a rainha D. Mariana de Áustria “se fundasse naquela paragem uma vila”, concedendo “diversos privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse ir estabelecer-se”. Recomendava, igualmente, que verificasse os “sítios daquele distrito, onde bem possa colocar-se a vila” e que fosse “o mais próprio para a sua estabilidade e o mais cômodo pelas suas circunstâncias”.²⁷⁰

²⁶⁷ VALLA, Margarida. O diálogo entre o urbanismo português e os rios como identidade territorial brasileira. **Confins**, São Paulo, n. 23, 2015.

²⁶⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o regulamento dos novos governos das Minas de Goiás e da Vila de Cuiabá e sua criação. Lisboa, 29 de janeiro de 1748. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 4, D. 222.

²⁶⁹ Após a criação de Vila Bela, configurou-se um conflito com a vila de Cuiabá. Sobre isso, ver: JESUS, Nauk Maria de. Op. cit., 2011.

²⁷⁰ Instruções dadas pela rainha d. Mariana D'Áustria, mulher de d. João V, ao governador a nova capitania de Mato Grosso dom Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. I, p. 56.

Como lembrou Nauk Maria de Jesus, os critérios para a ascensão de uma vila e a escolha de uma capital relacionavam-se a diversos fatores, como o espaço urbano consolidado, uma alta densidade populacional estabelecida, uma localização geográfica expressiva, bem como uma economia desenvolvida ou em desenvolvimento. A escolha de Vila Bela como capital representaria uma exceção, uma vez que fugiria a esses critérios, exceto o da sua localização, pois o Tratado de Madri ensejava as discussões sobre geopolítica e cogitava-se a possibilidade de execução de um comércio com os domínios hispânicos.²⁷¹

O trabalho desenvolvido pelos dois primeiros governadores é exemplar da dimensão problemática que os conflitos territoriais assumiram no início da segunda metade do século XVIII, no distrito do Mato Grosso. A latente preocupação com as fronteiras manifestava-se em outras medidas implementadas na região. A criação da capitania e da vila representava apenas uma etapa do processo de ocupação portuguesa do espaço. O aproveitamento da terra, por meio das atividades agrícolas e criatórias, consistia em um mecanismo de ocupação fundamental para assegurar a posse do espaço. Embora a repartição de Cuiabá tenha concentrado grande parte das concessões de sesmarias na capitania do Mato Grosso, Vanda da Silva argumenta que a grande quantidade de sesmarias concedidas durante os governos de Luís de Albuquerque de Melo Pereira Cáceres, Luís Pinto de Sousa Coutinho, Antonio Rolim de Moura e Caetano Pinto de Miranda²⁷² pode ser explicada pela política de manutenção das fronteiras. Nesse sentido, as concessões de terra eram, igualmente, estratégias para assegurar a ocupação portuguesa na fronteira oeste.²⁷³

Nauk de Jesus, igualmente, ressalta a questão geopolítica do distrito de Mato Grosso. Nesse sentido, uma das perspectivas lembradas por ela refere-se à manifestação da capitalidade de Vila Bela através da edificação de seu espaço urbano. Contudo, os primeiros governadores da capitania do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura e João Pedro da Câmara, pouco investiram no espaço urbano de Vila Bela, pois teriam se preocupado mais com as demandas da fronteira.²⁷⁴

A reduzida atenção que os primeiros governadores teriam conferido à formatação do espaço urbano de Vila Bela não significa que nenhuma medida de edificação da cidade tenha sido implementada. Nesse sentido, Antonio Rolim de Moura, por exemplo,

²⁷¹ JESUS, Nauk Maria de. Op. cit., 2016, p. 313.

²⁷² Os governadores são citados com base na ordem decrescente dos que mais concederam sesmarias.

²⁷³ SILVA, Vanda da. Op. cit., p. 67-78.

²⁷⁴ JESUS, Nauk Maria de. Op. cit., 2016, p. 331.

procurou exercer escrupulosamente as orientações da carta régia que determinara a criação da vila, como lembrou Renata Araújo.²⁷⁵ Nessa perspectiva, é importante ressaltar que Nauk de Jesus pontua que deve ser ponderada a apresentação de Vila Bela enquanto espaço urbano pombalino, pois as instruções relativas à sua edificação remontam a 1746. Ou seja, a base urbanística de Vila Bela remete ao reinado de D. João V.²⁷⁶

Uma das propostas do local para a criação da nova vila era o lugar onde estava situada a aldeia de Santa Rosa, fundada pelos jesuítas a serviço da Coroa espanhola e que posteriormente foi objeto de conflitos com os religiosos. O conhecimento de que a aldeia de jesuítica de Santa Rosa estava situada em uma proveitosa localização geográfica já havia chegado à administração portuguesa no início da segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, em uma carta que o governador Antonio Rolim de Moura encaminhou a Diogo de Mendonça Corte Real, tratava da “insinuação” que teria sido feita a ele por Marcos Antonio de Azevedo em uma carta de março de 1750. Nessa carta, segundo Rolim de Moura, Marco Antonio de Azevedo teria escrito que as notícias “que haviam chegado à corte da vantajosa situação da aldeia de Santa Rosa” faziam parecer que aquele seria o “lugar mais próprio para formar a capital do governo do Mato Grosso”.²⁷⁷

O governador Antonio Rolim de Moura discordava do parecer de Diogo Corte Real, pois pensava inviável construir a nova vila no local onde estava situada a aldeia de Santa Rosa. Primeiramente, porque, para edificar a vila, teriam que esperar os religiosos espanhóis desocuparem “o terreno em que ela havia de fundar-se”. Além disso, estava a aldeia de Santa Rosa “desviada destas minas quinze dias de viagem rio abaixo de um mês de lá pra cá”, local onde foi finalmente fundada Vila Bela.²⁷⁸

O local apontado pelo governador Rolim como ideal para construção da nova vila era o arraial de Pouso Alegre e que havia sido escolhido pelo juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão quando navegava pelo Guaporé. Os inconvenientes apontados na carta citada, segundo Antonio Rolim de Moura, seriam inexistentes “no sítio que” havia sido “escolhido para a vila”.²⁷⁹ O espaço selecionado encontrava-se na “borda do Rio Guaporé na melhor volta, e mais alegre, que ele tem”. Começava “por um campo de uma légua pequena de comprimento, e outra de largo, que parece veio de molde para

²⁷⁵ ARAUJO, Renata Malcher de. Op. cit., 2012, p. 47.

²⁷⁶ JESUS, Nauk Maria de. Op. cit., 2016, p. 311-312.

²⁷⁷ Carta de Antonio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 1, p. 70.

²⁷⁸ Ibidem.

²⁷⁹ Ibidem.

servir de logradouro à vila”.²⁸⁰ Assim, como o tal sítio atendia aos “principais requisitos” apontados por Marco Antonio de Azevedo,²⁸¹ resolveu fundar-se a vila nesse local no dia 19 de março de 1752.

A edificação de Vila Bela é produzida a partir da relação com o rio. Além desse critério, o governador Antônio Rolim de Moura avaliou o fenômeno da enchente do Guaporé, que marcará a formação dessa vila nos anos seguintes. Quando chegou a Pouso Alegre, esse governante observou a cheia do rio Guaporé durante o mês de fevereiro e no início de março,²⁸² e, “como se viu que o rio, com sua enchente, não vencia o barranco”, publicou os editais convocando “o povo ao levantamento da vila”.²⁸³ Além disso, escolheu para “praça principal um terreno mais alto”, onde a cheia do rio não alcançaria.²⁸⁴ Como lembrou Nauk de Jesus, as qualificações do clima, água, ar, vegetação, a salubridade e as possibilidades crescimento econômico foram mais importantes que os critérios demográficos, a qualidade dos habitantes e a morfologia urbana na escolha do espaço para edificação da vila.²⁸⁵ Contudo, as condições ambientais da repartição de Mato Grosso colaboraram para que sua configuração nosológica fosse caracterizada por frequentes ocorrências de febres, provavelmente a malária, e Vila Bela não fosse apreciada pelos colonizadores.²⁸⁶

Embora o governador Antonio Rolim de Moura tenha escolhido um lugar que, a partir de sua observação, não era atingido pelas águas do Guaporé, os moradores da vila-capital precisaram lidar com os impactos ocasionados pela enchente do rio. Segundo Giuliana de Brito Sousa e Ricardo Trevisan, entre os fatores que prejudicaram a

²⁸⁰ Carta de Antonio Rolim de Moura para o rei D. José I. Vila Bela, 18 de junho de 1753. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 1.

²⁸¹ Carta de Antonio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 1.

²⁸² Vila Bela está situada na região do alto Guaporé, onde as cheias ocorrem entre os meses de novembro e fevereiro (ARRUDA, Joari Costa de et al. Conhecimento ecológico tradicional da ictiofauna pelos quilombolas no alto Guaporé, Mato Grosso, Amazônia meridional, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Ciências Humanas, v. 13, n. 2, p. 315-329, 2018).

²⁸³ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 51.

²⁸⁴ Carta de Antonio Rolim de Moura para Diego de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 22 de outubro de 1752. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v.1, p. 103.

²⁸⁵ JESUS, Nauk Maria de. Op. cit., 2016, p. 319.

²⁸⁶ JESUS, Nauk Maria de. **Saúde e doença**: práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2001. p. 32-33.

implantação do núcleo fundacional de Vila Bela, pode-se destacar o relevo do sítio onde foi construída, que é mais plano quando comparado a outras cidades portuguesas.²⁸⁷

Uma das enchentes registradas ocorreu no mês de abril de 1765, que teria sido “copiosíssimo de água”. Nesse período, o rio “Guaporé chegou a inundar tudo quanto dista do porto desta vila, até à porta das casas da residência de José Afonso Branco”, o que obrigava os moradores de Vila Bela a “servirem-se de canoas para entrarem e saírem de suas casas”.²⁸⁸ Já no ano 1756, “a inundaçãõ do rio não foi grande neste ano, como em outros”.²⁸⁹ Como será analisado mais à frente, as fortificações que os vassallos da Coroa portuguesa edificaram nas margens do Guaporé também foram impactadas pela cheia do rio.

A enchente e a cheia do Guaporé ensejavam a construção de múltiplas paisagens. O avanço das águas do rio, alcançando uma parte de Vila Bela e atingindo as casas, promovia mudanças nas atividades dos moradores dessa vila e causava impactos nas edificações. Talvez tenha atingido, em certa medida, seu planejamento urbanístico. Como foi lembrado, os primeiros governadores da capitania do Mato Grosso estavam envolvidos com as demandas fronteiriças. Segundo João Bosco da Silva, o quarto governador da capitania, Luís de Albuquerque, planejou uma reforma no espaço urbano de Vila Bela para que as edificações fossem afastadas da proximidade do Guaporé e essa vila fosse menos insalubre, o que poderia atrair um quantitativo maior de pessoas. Em meados da década de 1780, o reordenamento de Vila Bela sugerido por Luís de Albuquerque ainda não havia sido concluído, pois as cheias do Guaporé, nos anos 1784 e 1786, teriam destruído uma parte de Vila Bela.²⁹⁰ Nesse sentido, é possível pensar que o traçado de Vila Bela se adequou às características hidrográficas do Guaporé.²⁹¹

Construir um espaço urbano salubre era fundamental para garantir o crescimento populacional de Vila Bela. O baixo número de moradores representava um problema que demandava a elaboração de medidas para que fosse solucionado. Na condição de vila-capital, pensada como estratégia geopolítica, era preciso promover seu crescimento

²⁸⁷ SOUSA, Giuliana de Brito; TREVISAN, Ricardo. Vila Bela da Santíssima Trindade, MT (1752): Paisagem transicional de uma cidade centro sul-americana. In: ASOCIACIÓN DE ESCUELAS Y FACULDADE PÚBLICAS DE ARQUITECTURA DE AMERICA DEL SUR, 2019, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Campinas: Galoá, 2019. v. 1.

²⁸⁸ **Anais de Vila Bela.** Op. cit., p. 102.

²⁸⁹ Ibidem, p. 62.

²⁹⁰ SILVA, João Bosco da. **Vila Bela à época de Luís de Albuquerque: 1772-1789.** Cuiabá: EdUFMT, 2017. p. 69-71.

²⁹¹ Margarida Valla (2015) pontua que a Vila de Mazagão, construída no estado do Grão-Pará, adequou-se às características da bacia hidrográfica.

populacional. A criação da Vila, em si, não era suficiente. Isso, por sua vez, não era um problema eminentemente da década de 1770, quando foi planejado o remodelamento do espaço de Vila Bela. Tratava-se de um problema persistente na região e que remontava ao período inicial da criação da vila.

Assim, pouco tempo depois de chegar a Cuiabá, em uma carta encaminhada em agosto 1751 a Diogo de Mendonça Corte Real, o governador Rolim de Moura relatava que “o Mato Grosso se acha ainda muito menos povoado do que este Distrito [de Cuiabá]”, pois haviam lhe falado que não excediam “60 os seus moradores brancos”.²⁹² Já os “mulatos, bastardos, e pretos forros podem ser outros tantos”. Além disso, na matrícula feita em 1751, teriam se registrado “mil cento e setenta e cinco escravos”.²⁹³

Uma das ideias sugeridas pelo governador Antonio Rolim de Moura para diminuir a carência de moradores em Mato Grosso era a introdução, nesse distrito, de alguns casais de ilhéus para fomentar o povoamento. Segundo Rolim de Moura, eles seriam excelentes para fazerem roças, “não duvidando como os do reino trabalhar pelo seu braço, o que faria abundância de mantimentos”.²⁹⁴ Em outra missiva encaminhada a Diogo de Mendonça Corte Real, lembrava, novamente, a “pouca gente deste distrito [do Mato Grosso], por cuja causa não vendo outra de fora se não podia com ela fazer povoação grande”.²⁹⁵

A distribuição de migrantes oriundos de outros domínios portugueses, como das ilhas do Açores e da Madeira, do estado do Grão-Pará e Maranhão foi uma prática desenvolvida pela Coroa portuguesa desde o século XVII.²⁹⁶ Como será mostrado, o deslocamento de pessoas dessas ilhas foi sugerido como proposta de incentivo ao povoamento na Vila de Borba, a Nova, e na povoação construída por Teotônio da Silva Gusmão, em uma cachoeira do Madeira.

No estado do Grão-Pará, esse tipo de deslocamento populacional em meados do século XVIII estava relacionado, por um lado, à escassez de mão de obra indígena, agravada pela epidemia de sarampo, que teria acontecido entre os anos 1748 e 1750.

²⁹² Carta de Antonio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Corte Real. Cuiabá, 8 de agosto de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 1, p. 54-58.

²⁹³ Ibidem.

²⁹⁴ Carta de Antonio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 1, p. 64-87.

²⁹⁵ Carta de Antonio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 22 de outubro de 1752. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 1, p. 103-106.

²⁹⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Açai/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA/Centro de Memória da Amazônia, 2010. p. 29-76; CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia colonial e as ilhas atlânticas. **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 2, n. 1, p. 187-204, jan./dez. 2008.

Contudo, os problemas na produção de cereais, as epidemias, as secas, os abalos sísmicos e vulcões que atingiam o arquipélago açoriano, bem como os interesses estatais em povoar e defender outras áreas do império português, ajudam a explicar esse fluxo migratório, inclusive para outras regiões do império lusitano no ultramar.²⁹⁷

Em uma carta régia de outubro de 1754, o monarca posicionava-se contrário à proposta de enviar casais para a região. Nesse sentido, D. José I recomendava que a povoação fosse feita com “pessoas que voluntariamente se quisessem ir a ela estabelecer e não com casais mandados para esse fim”, pois “a pobreza desta gente não serve de conveniência alguma”. Além disso, atemorizados “com a malignidade do clima”, não só iriam violentados, como fugiriam “de ir com gosto para as mais conquistas”, além da considerável despesa que seria necessária para o transporte dos casais.²⁹⁸ Não há indícios de que essa política de povoamento tenha sido de fato praticada.

O caminho fluvial que conectava a capitania do Mato Grosso também era pensado como uma via que facilitaria o povoamento desse espaço e, por consequência, de Vila Bela. Em um ofício que o governador Antonio Rolim de Moura enviou a Diogo de Mendonça Corte Real no mês de junho de 1751, argumentava que o meio mais eficaz e conveniente para “aumentar o Mato Grosso” era que se permitisse a “comunicação do Mato Grosso com o Pará”, pois isso permitiria que os moradores do Pará fossem para o Mato Grosso.²⁹⁹

Além de promover o crescimento populacional, era essencial garantir o abastecimento dos novos povoadores. Dessa maneira, a atividade comercial realizada por meio do caminho fluvial que comunicava a capitania do Mato Grosso com o estado do Grão-Pará era percebida como um meio para atender às demandas dos moradores do distrito de Mato Grosso. Antonio Rolim de Moura foi um dos defensores desse comércio no início da década de 1750. Outra razão apontada pelo governador era a de que as fazendas e os mantimentos oriundos do reino que fossem enviados ao Mato Grosso através do caminho do Pará chegariam a essa capitania com menos custos, o que

²⁹⁷ VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Dona Maria Gil e família: possibilidades e imigração entre Açores e o Grão-Pará do século XVIII. *Acervo*: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 87-104, 2017a. Sobre as epidemias de 1748 e 1750, ver também: VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; MARTINS, Roberta Sauaia. Epidemia de sarampo e trabalho escravo no Grão-Pará (1748-1778). *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 293-311, 2015; MARTINS, Roberta Sauaia. “Do sarampão as perniciosíssimas bexigas”: epidemias no Grão-Pará setecentista (1748-1800). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

²⁹⁸ Carta régia do rei D. José ao governador e capitão-general da capitania do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Lisboa, 22 de outubro de 1754. *APMT* (BR MTAPMT. SG. CR 0093, Cx. 003).

²⁹⁹ Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Vila de Cuiabá, 27 de junho de 1751. *AHU*, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 5, D. 344.

facilitaria a subsistência dos seus moradores. Por fim, ressaltava Antonio Rolim de Moura que a facilidade de comunicação do estado do Grão-Pará com a Corte faria com que fosse “socorrida essa capitania com grande brevidade”.³⁰⁰

Além de promover o crescimento populacional através do deslocamento de pessoas, era preciso criar benefícios que incentivassem o povoamento da vila. Nesse sentido, por exemplo, em 1759, o monarca português teria perdoado, pelo período de dez anos, “o tributo das captações dos escravos, forros”, e pelo mesmo tempo concedeu o indulto para que nenhuma pessoa fosse “executada por dívidas contraídas fora dele”.³⁰¹

Como foi lembrado anteriormente, além de Vila Bela, na capitania do Mato Grosso havia a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Para Nauk Maria de Jesus, a existência de apenas duas vilas nessa capitania justifica-se a partir de vários eixos: o povoamento esparsa da capitania, a carência de recursos financeiros para investir em outros espaços urbanos, a tentativa de evitar o desenvolvimento de novas parcialidades e conflitos entre as elites locais, através de suas câmaras, e a inexistência de missões indígenas que foram transformadas em vilas a partir da década de 1750, diferentemente do que ocorreu no estado do Maranhão e Grão-Pará.³⁰² Justamente, uma dessas antigas missões se transformou em vila: a aldeia missionária de Trocano, que se tornou a Vila de Borba, a Nova.

2.1.2 Vila de Borba, a Nova

A criação da Vila de Borba, a Nova, no Madeira, em meados do século XVIII, está relacionada às transformações operacionalizadas no império português. Nesse contexto, foi a primeira missão religiosa a se transformar em vila, no dia 1º de janeiro de 1756. Além disso, Trocano e, posteriormente, Borba participavam de dinâmicas que envolviam não apenas o Mato Grosso pois, segundo Serafim Leite, em 1751, o padre Aleixo Antonio levou indígenas do rio Negro para Trocano.³⁰³

A Companhia de Jesus foi a principal ordem religiosa que desenvolveu atividade missionária no rio Madeira. A presença jesuítica nesse rio remonta ao século XVII. O início da atuação desses religiosos no Madeira está articulado à fundação da primeira aldeia dos Tupinambarana na década de 1660.³⁰⁴ Segundo o jesuíta Bettendorff, após o

³⁰⁰ Ibidem.

³⁰¹ **Anais de Vila Bela.** Op. cit., p. 72.

³⁰² JESUS, Nauk Maria de. Op. cit., 2016, p. 315-316.

³⁰³ LEITE, Serafim. Op. cit., p. 403.

³⁰⁴ Ibidem, p. 391.

rio Tapajós, “umas cinco jornadas pouco mais ou menos pelo rio das Amazonas acima” estavam situados os Tupinambarana.³⁰⁵ Esses índios teriam fugido do litoral brasileiro e se estabelecido no Madeira. Os primeiros padres a se ocuparem dos Tupinambarana foram Manuel de Sousa e Manuel Pires.³⁰⁶

Os religiosos João Felipe Bettendorff, Luigi Consalvi e Domingos da Costa estiveram entre os Tupinambarana e em sua aldeia construíram uma igreja que dedicaram a São Miguel.³⁰⁷ Posteriormente, contudo, “pela grande praga dos mosquitos”, a aldeia dos Tupinambarana mudou para “uma jornada pouco mais pela terra dentro sobre um belo lago ou rio que vindo parte dos Andirazes, parte do rio das Amazonas vai dar pelos Curiatós”.³⁰⁸ Algum tempo depois, a missão dos Tupinambarana fez outra mudança. Dessa vez, apenas um grupo de índios permaneceu na aldeia dos Andirazes, enquanto a outra seguiu com o missionário e com João Cumiaru para construir outra aldeia dos Tupinambarana em outra localidade.³⁰⁹

Além da atividade missionária desenvolvida na aldeia de Tupinambarana, por volta de 1683, o padre jesuíta Iodoco Peres visitou o Colégio de Santo Alexandre, no Pará, e depois “foi visitar as missões de riba até as do rio das Amazonas”. Seguiu, então, o padre Iodoco Peres, navegando pelo rio Amazonas até o Madeira para avaliar “se lá podia pôr uma nova residência”. Após nove dias de viagem, chegou aos Irurizes, “nação afamada sobre todas as mais”.³¹⁰ Em 1688, os jesuítas José Barreiros e João Ângelo Bonomi foram para o Madeira com a finalidade de desenvolver o trabalho missionário e levaram para o dito rio esse filho do principal Irurizes. Ao final do século XVII, os jesuítas estavam intensificando as atividades desenvolvidas na aldeia dos Tupinambarana e dos Abacaxi, que posteriormente “se estabeleceu e ficou praticamente a substituir a Aldeia dos Irurizes”.³¹¹

Além disso, na década de 1720, o jesuíta João Sampaio fundou a aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras, entre os rios Jamari e a primeira cachoeira do Madeira, na região do alto Madeira. Serafim Leite pontuava que a atuação missionária de João Sampaio foi caracterizada pela construção de casas e igrejas, coleta de cacau,

³⁰⁵ BETTENDORFF, João Felipe. Op. cit., p. 36.

³⁰⁶ LEITE, Serafim. Op. cit., p. 384.

³⁰⁷ Ibidem.

³⁰⁸ BETTENDORFF, João Felipe. Op. cit., p. 36.

³⁰⁹ LEITE, Serafim. Op. cit., p. 385.

³¹⁰ BETTENDORFF, João Felipe. Op. cit., p. 353-354.

³¹¹ LEITE, Serafim. Op. cit., p. 393.

descimento e catequização de indígenas.³¹² A referida aldeia teria sido criada com os indígenas que o dito jesuíta praticou quando percorreu a região acompanhando a tropa de Francisco de Melo Palheta.³¹³

Segundo José Gonçalves Fonseca, “passados alguns anos” e o jesuíta “vendo que o sítio não era acomodado para a saúde dos índios, e que estes eram vexados pelas nações barbaras vizinhas”, resolveu “mudar para o sítio do Trocano”.³¹⁴ Além disso, os próprios superiores jesuítas no Pará e em Roma ordenaram que a aldeia fundada pelo João Sampaio fosse construída em um espaço mais próximo da “boca” do Madeira.³¹⁵ A partir de 1750, a aldeia de Trocano foi assunto de diversas cartas escritas pelas autoridades coloniais e religiosos. Nesse sentido, problemas envolvendo padres que missionavam no Madeira e administradores, contrabando de ouro e abastecimento das tropas, que navegavam para o Mato Grosso, e as expedições demarcatórias são algumas questões que transformam esse estabelecimento religioso em alvo das políticas portuguesas para a região.

Após a Coroa portuguesa franquear a navegação pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, em 1752, como mecanismo para conectar a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará e Maranhão, em função de sua localização, a aldeia de Trocano tornou-se um dos alvos da política lusa, uma vez que estava situada em um espaço estratégico para quem navegava por esse caminho fluvial; ora, uma das preocupações do governo luso era justamente controlar esse percurso.

A estruturação de um novo caminho para o Mato Grosso, pelo estado do Grão-Pará, demandava, para a Coroa portuguesa, a edificação de um posto responsável pela arrecadação de tributos que entrariam no Mato Grosso, controlando a entrada e a saída de fazendas e gêneros.³¹⁶ Esse tributo sobre as mercadorias não era uma prática nova,

³¹² *Ibidem*, p. 400.

³¹³ *Ibidem*, p. 401.

³¹⁴ FONSECA, José Gonçalves da. *Op. cit.*, p. 295. Segundo Antonio Ladislau Monteiro Baena, teriam ocorrido outras migrações antes de residirem em Trocano. Assim, primeiramente mudaram para o sítio chamado de Camuan na entrada do rio Ji-paraná (rio do Machado). Depois, passaram para cima do rio Baeta, a que davam o nome de Borba a Velha. Posteriormente, foram para Trocano, que depois tornou-se Borba, a Nova (BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília, DF: Senado Federal/Conselho Editorial, 2004. p. 307).

³¹⁵ LEITE, Serafim. *Op. cit.*, p. 401.

³¹⁶ Para estruturação desse posto de fiscalização de entradas, foi consultado o contratador das entradas de Minas Gerais, Afonso Ginabel. Parecer do Conselho Ultramarino sobre o requerimento do contratador das entradas das Minas Gerais. São Paulo e Cuiabá, Afonso Gabriel. Lisboa, 1º de junho de 1753. **AHU**, Brasil (Avulsos), Cx. 13, D. 1159.

uma vez que já era aplicado em Minas Gerais, incidindo sobre os produtos oriundos do Rio de Janeiro, por exemplo.³¹⁷

Tratando-se do caminho que conectava o estado do Grão-Pará e o Mato Grosso, a administração portuguesa acreditava que esse posto fiscal deveria ser edificado no Madeira. Assim, em uma carta escrita ao governador Antonio Rolim de Moura, o monarca lusitano lhe ordenava que “na primeira cachoeira vindo de baixo do dito rio da Madeira e chamada de Aroaya, ou de São João” que seria o espaço até o qual se estenderia “o distrito do governo do Mato Grosso”, fosse “estabelecido um registro no qual” pagariam os “direitos de entrada todas as cargas de fazendas e mais gêneros secos ou molhados que se introduzirem para as ditas minas”.³¹⁸

O controle do caminho fluvial pelos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé era objeto de preocupação da Coroa também em função do extravio de ouro. Por essa razão, instalou-se uma guarda para fiscalizar o caminho e combater o extravio do ouro.³¹⁹ A instalação da guarda militar é emblemática também dos motivos para conflitos envolvendo os jesuítas e a administração portuguesa em meados do século XVIII. Em carta escrita do Arraial de Mariuá, no mês de novembro de 1755, o governador Mendonça Furtado queixava-se ao seu irmão Sebastião José de Carvalho e Melo sobre o comportamento dos religiosos de Trocano. Relatava o governador que em Trocano estavam uns “alemães³²⁰ e um deles sumamente precipitado e absoluto”. Explicou o governador, por exemplo, que estava o “Tenente Diogo Antônio fazendo o quartel” quando “foi o padre deslizar-se na quantidade de desatinos”.³²¹

Nessa ocasião, Mendonça Furtado já estava ciente da ordem régia para transformar a aldeia de Trocano em vila. Certamente, essa modificação estava articulada, entre outras razões, a uma tentativa de viabilizar a comunicação entre o

³¹⁷ OLIVEIRA, Felipe Rodrigues de. **Por homens e caminhos: o contrato das entradas e o comércio nas Minas – 1762-1789**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009; SILVA, Thiago Luiz Magalhães. **A fronteira fiscal norte da capitania de Minas Gerais, 1720-1765**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009; ARRAES, Damião Esdras Araújo. Op. cit., p. 182-184.

³¹⁸ A carta régia não está datada. Provavelmente, foi escrita entre o final de 1752, depois que foi permitida a navegação pelo rio Madeira, e o início de 1754, pois a carta de Antonio Rolim de Moura ao rei e que faz alusão ao conteúdo da dita carta régia é de janeiro de 1754. Carta do governador Antônio Rolim de Moura Tavares ao rei D. José. Vila Bela, 25 de janeiro de 1754. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 7, D. 438. Em carta de 14 de novembro de 1752, o monarca D. José I ordenava o mesmo a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do estado do Grão-Pará. “P^a o Gov^{or} e Capp.^m General do Pará”. Lisboa, 14 de agosto de 1752. **AHU**, Códice 271, fl. 214-214v.

³¹⁹ Nessa seção, não será feita a análise desse contrabando. Essa reflexão estará presente no Capítulo 5.

³²⁰ Refiro-me aos alemães Anselm Eckart e Antônio Meisterburg.

³²¹ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 6 de julho de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 525-527.

estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. Em uma carta que Mendonça Furtado enviou ao governador da capitania do Mato Grosso, no mês de outubro de 1755, ele esclarecia que, para atender à “comodidade dos passageiros dessas minas para o Pará”, havia lhe sido ordenado que na Aldeia de Trocano fosse edificada uma vila, com o nome de Borba, a Nova, e em pouco tempo os expedicionários encontrariam nela “farinhas e mantimentos para fazerem as suas viagens com menos embarços” e posteriormente poderiam achar “nela gêneros para as suas carregações, sem o grande trabalho de irem ao Pará”.³²²

A interferência portuguesa em Trocano, depois Vila de Borba, a Nova, abrangia, assim, diversas esferas. Essa intervenção justificava-se, em parte, a partir das demandas decorrentes da política de comunicação entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. Assim, esse lugar era percebido pela administração colonial como fundamental para combater as ilegalidades praticadas com o ouro extraído em Mato Grosso, bem como abastecer as expedições que navegariam entre esse estado e a dita capitania. A aplicação dessas políticas do governo colonial, por sua vez, foi permeada pelos conflitos com os jesuítas que missionavam na região.

Além disso, as novas diretrizes para a região de Madeira e, conseqüentemente, para Trocano justificavam-se, por sua vez, em função da assinatura do Tratado de Madri. Esse acordo, assinado entre as Coroas ibéricas, contribuiu para a reformulação da política metropolitana para o estado do Grão-Pará e Maranhão. Primeiramente, porque a Coroa portuguesa reorientou sua atenção para a Amazônia. Além disso, o Tratado de Madri foi construído a partir do princípio do *uti possidetis*, que associava a posse de um território à sua ocupação. Esses fatores consubstanciaram-se na criação de vilas, fortes e no envio de tropas para o estado.

A transformação dos aldeamentos em *vilas* estaria inserida em uma concepção de espaço. Os aldeamentos seriam um espaço compartilhado entre a Coroa portuguesa e as ordens religiosas, nas quais a tutela missionária era imprescindível. Nesse sentido, ainda que os aldeamentos fossem espaços de ocupação, seriam espaços de transição entre o mato e a cidade ou entre o não urbano e o urbano. Dessa maneira, fundamentado em um ideário iluminista, a criação de *vilas* e o conseqüente desaparecimento dos aldeamentos eliminaria essa partilha de espaço e representaria um domínio sobre o mato e a incorporação portuguesa do espaço, bem como uma urbanidade desse local como

³²² Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o governador Antonio Rolim de Moura. Mariuá, 11 de outubro de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 489.

pressuposto civilizacional. Por fim, a substituição dos aldeamentos pelas vilas seria exemplar, igualmente, da importância que as populações indígenas adquiriram para garantir o domínio e integração territorial lusa.³²³

De fato, a criação de vilas representava a diminuição do poder das ordens religiosas no estado. Dessa maneira, por exemplo, o governador Mendonça Furtado relatava ao seu irmão, Carvalho e Melo, que os regulares não ficariam satisfeitos com a criação de uma vila em Trocano. Nesse sentido, Mendonça Furtado explicava que “como não havia ordem para os expulsar [os religiosos] da dita vila [de Borba]”, que seria criada, recomendaria a eles que “se conservem administrando os sacramentos e pastoreando espiritualmente aquelas almas”. Além disso, não teriam a jurisdição temporal da vila, uma vez que “Sua majestade os fizera somente administradores de aldeias, mas não senhores de vilas com o governo absoluto delas”.³²⁴

No início do reinado de D. José I, havia, assim, a percepção de que as aldeias missionárias não conseguiam atender às novas demandas da Coroa lusitana para o estado do Grão-Pará. Além disso, os indígenas, como povoadores essenciais para assegurar a soberania portuguesa na área, eram alvo de disputa entre missionários e colonos. Esses dois grupos, principalmente os religiosos, ofereceram resistência ao projeto que seria implementado no Grão-Pará a partir de meados do século XVIII, uma vez que os privava do acesso à mão de obra indígena.

A substituição de um aldeamento por uma vila, portanto, não significava apenas uma mudança de classificação. A criação da Vila de Borba, a Nova, representava uma nova configuração de leitura espacial operada pela Coroa portuguesa sobre essa região através da organização de um suporte jurídico-institucional no espaço. Mais do que ocupar, era preciso integrar esse espaço ao domínio português, bem como a população que residia nele, através desses mecanismos. É nessa perspectiva que a aldeia de Trocano foi transformada em Vila de Borba, a Nova, no ano 1756.³²⁵ Em uma carta de outubro desse ano, Francisco Xavier de Mendonça Furtado relatava a seu irmão,

³²³ ARAUJO, Renata Malcher de. Op. cit., 2012.

³²⁴ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 6 de julho de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 525-527.

³²⁵ Os novos espaços laicos foram renomeados com topônimos lusitanos. As novas denominações atribuídas às novas vilas e lugares representava um mecanismo de fortalecer a relação entre a metrópole e a colônia, afirmando a antiguidade da ocupação e o domínio luso sobre os espaços. Além disso, desempenharam um papel no desmanche das culturas indígenas, uma vez que os povos indígenas passariam a se reconhecer a partir do lugar de moradia, e não através de uma identificação étnica (COELHO, Mauro C. Op. cit., p. 275-276).

Sebastião José de Carvalho e Melo, que havia fundado a dita vila e em janeiro de 1756 havia erguido o pelourinho e logo fez “as justiças”.³²⁶

O governador Mendonça Furtado entendia, igualmente, que era necessário implementar outras medidas para viabilizar a Vila de Borba, a Nova. Essa perspectiva está clara em uma carta que esse governador encaminhou ao marquês de Pombal. Mendonça Furtado relatava que uma das dificuldades encontradas para fundar “as duas vilas, de Borba e de São José do Javari, é a falta de gente capaz de agriculturar”. Nesse sentido, considerando que as pessoas que estavam estabelecidas no Pará dificilmente iriam para “para estes sertões tão remotos”, defendia o governador que era “conveniente que Sua Majestade mandasse” para essas vilas “seis casais³²⁷ de gente trabalhadora”. Esses casais, por sua vez, não deveriam estar no “Pará nem um dia” e que, tão logo chegassem ao Pará, do navio deveriam embarcar nas canoas e prosseguir a “viagem para cima, porque, as práticas do Pará, perder-se-ão, como sucedeu a muitos dos ilhéus que vieram”.³²⁸ A experiência citada pelo governador Mendonça Furtado na carta citada faz alusão à migração de casais das Ilhas dos Açores e da Madeira nos primeiros anos da década de 1750 e, como já foi apontado, fazia parte da experiência portuguesa no ultramar.³²⁹

Nesse contexto, os ilhéus seriam fundamentais para assegurar o povoamento do vasto estado do Grão-Pará e Maranhão. Apenas a presença deles, porém, não seria suficiente para fomentar o povoamento desse estado. Nesse sentido, em 1753, alguns anos antes do Diretório dos Índios, o governador Mendonça Furtado escreveu ao monarca português com a finalidade de relatar acerca da distribuição dos ilhéus que

³²⁶ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 12 de outubro de 1756. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 119-123.

³²⁷ A palavra “casal” era um marcador social utilizado para quantificar o contingente migratório. Havia também uma preocupação da administração portuguesa em não permitir que indivíduos emigrassem isolados, pois consideravam que a família era um elemento que facilitaria a fixação dos recém-chegados e incentivaria o povoamento (VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Migração açoriana na Amazônia: conexões entre Ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 342-367, 2017b).

³²⁸ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 22 de novembro de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 54-55.

³²⁹ Aviso do secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real para o presidente do Conselho Ultramarino, marquês de Penalva, D. Estevão de Meneses. Lisboa, 29 de maio de 1751. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 32, D. 3049; Ofício do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 10 de setembro de 1754. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 37, D. 3439; Ofício do Bispo do Pará D. Fr. Miguel de Bulhões e Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 30 de setembro de 1754. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 37, D. 3453; Ofício do ouvidor geral da capitania do Pará João da Cruz Dinis Pinheiro para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 30 de setembro de 1754. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 37, D. 3454; Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José. Lisboa, 17 de março de 1755. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 38, D. 3527; Carta do Bispo do Pará D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa para o rei D. José I. Pará, 4 de agosto de 1755.

havia chegado àquele estado. Para esse governador, então, não bastava estabelecer vilas com os ditos ilhéus. Explicava ao soberano que era “sumamente importante” que ele “fosse servido declarar que não só não induz infâmia o casamento dos brancos com as índias, mas, contrariamente, conceder-lhes alguns privilégios”, pois acreditava que era o único meio de “povoar este largo Estado”.³³⁰

Alguns anos depois, através do Diretório Pombalino, os casamentos mistos, entre indígenas e brancos, transformaram-se em uma política oficial do governo português, cuja finalidade era “civilizar” os indígenas. Através desses casamentos, objetivava-se assimilar os índios à sociedade colonial, “assegurando honras e benefícios econômicos e políticos aos contraentes e aos descendentes de matrimônio com indígenas”, como lembrou Vânia Losada Moreira.³³¹ É provável, assim, que a sugestão feita pelo governador Mendonça Furtado, para que fossem enviados casais para Borba, fosse justificada não somente pela necessidade de povoar através presença física deles, e, sim, também, pela possibilidade de “comunicação dos europeus com os índios por meio do casamento”,³³² uma vez que a tal proposta foi feita alguns meses depois do Alvará de 4 de abril de 1755.

Não foram encontrados indícios de que foram enviados para a Vila de Borba, a Nova, povoadores de outras partes do império português. Provavelmente, esse envio de migrantes para Borba não ocorreu, pois, como assegura Antonio Otaviano Vieira Junior, os imigrantes não se deslocaram para o estado do Grão-Pará e Maranhão durante toda a segunda metade do século XVIII, uma vez que teriam migrado apenas em três viagens específicas, que aconteceram nos anos 1751, 1752 e 1754.³³³

³³⁰ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao rei. Pará, 11 de outubro de 1753. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. 1, p. 517-519. Essa carta deu origem a uma Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José I e, provavelmente, ao alvará de 4 de abril de 1755, no qual o rei declara que os seus “vassallos deste reino e da América, que casarem com as índias dela não ficam com infâmia alguma”. Argumenta Mauro Coelho que esse alvará de 4 de abril de 1755 eliminou o caráter negativo que era atribuído aos casamentos mistos e remetia à necessidade de povoar o território. A lei do Diretório, por sua vez, “reeditou a medida, situando-a, no entanto, como uma estratégia de erradicação da diferença entre índios e brancos e como uma afirmação da boa vontade portuguesa para com os povos indígenas”. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José. Lisboa, 17 de março de 1755. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 38, D. 3527; Carta do Bispo do Pará D. Fr. Miguel de Bulhões e Sousa para o rei D. José I. Pará, 4 de agosto de 1755. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 38, D. 3568; COELHO, Mauro C. Op. cit., p. 250.

³³¹ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 29-52, set./dez. 2018.

³³² Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José. Lisboa, 17 de março de 1755. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 38, D. 3527; Carta do Bispo do Pará D. Fr. Miguel de Bulhões e Sousa para o rei D. José I. Pará, 4 de agosto de 1755. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 38, D. 3568.

³³³ VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Op. cit., 2017b.

Outra proposta para fomentar o povoamento da Vila de Borba, a Nova, foi feita pelo bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa. Convencido de que para as Vilas de Borba e Javari eram “necessárias algumas famílias”, o religioso sugeria ao governador Mendonça Furtado que “publicasse um bando nesta cidade para que toda a pessoa que quisesse ir povoar as ditas vilas” fosse transportada à custa da Fazenda Real com as condições que lhe parecesse, “além das mencionadas no Decreto criativo das ditas vilas, as quais também só deveria fazer públicas no mesmo bando”.³³⁴

Uma vez publicado o bando, continuava o bispo, “não se oferecerem aquelas famílias que bastem para a fundação das vilas”. Por isso, defendia o religioso que fosse utilizada a autoridade e poder “remetendo para elas [as Vilas de Javari e Borba] assim os soldados casados”, nomeados pelo governador, “como outros muitos, ainda não sendo soldados”. Caso Mendonça Furtado optasse por não enviar os soldados “casados com as mulheres prostituídas”,³³⁵ explicava o bispo que era “de diverso parecer convencido”, uma vez que “semelhantes mulheres são a peste de uma cidade, e em terras onde há menos gente precisamente não de proceder com menos escândalo”.³³⁶

A proposta do bispo do Pará para fomentar o povoamento das Vilas de Borba e Javari remete também a um expediente utilizado pela Coroa portuguesa em políticas de ocupação, que é a utilização de soldados como povoadores. José Manuel Azevedo e Silva argumenta que, em meados do século XVIII, soldados teriam sido recrutados no reino português para servirem no Maranhão e no Pará e a eles seriam concedidas sesmarias e outros privilégios se contraíssem matrimônio com as índias.³³⁷

O parecer feito pelo bispo Bulhões, ainda que não aponte concessões que seriam feitas aos soldados que fossem povoar o Madeira, sugere que eles poderiam constituir uma opção para o desenvolvimento das novas vilas criadas no estado do Grão-Pará, que seriam as de Borba e do Javari. Além disso, a proposta do religioso, através do uso da autoridade, tinha caráter de eliminar da cidade aqueles que, na perspectiva dele, não

³³⁴ Carta do Bispo do Pará a Francisco Xavier de Mendonça. Pará, 31 de janeiro de 1756. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. III, p. 81-83.

³³⁵ As relações de concubinato no Brasil colonial muitas vezes confundiam-se com prostituição. Nesse sentido, homens simples poderiam amancebar-se com suas escravas e, simultaneamente, prostituí-las. Nesse trecho da carta escrita pelo bispo D. Fr. Miguel de Bulhões talvez ele estivesse referindo-se a esse tipo de relacionamento, no qual soldados estariam usando mulheres para adquirirem o sustento (MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 154).

³³⁶ Carta do Bispo do Pará a Francisco Xavier de Mendonça. Pará, 31 de janeiro de 1756. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. III, p. 81-83.

³³⁷ SILVA, José Manuel Azevedo e. **O modelo pombalino de colonização da Amazônia**. Coimbra: Universidade de Coimbra, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

apresentavam um comportamento apropriado, como as esposas dos soldados. Nesse sentido, caso Mendonça Furtado apoiasse a sugestão dele, mandaria “logo tirar uma lista de todas as mulheres mal procedidas e obrigando no modo que” lhe era “permitido a que se casem as solteiras e as viúvas” e as enviaria ao governador “ou para a vila de Borba ou do Javari”. Quanto “aos mesmos amancebados”, seriam convencidos de se casar “com as mancebas, e no caso de não quererem casar com efeito, a uns e outros”, seriam remetidos “presos para essas novas povoações, nas quais sem dúvida tomarão logo a resolução de se casarem”.³³⁸

A ideia do bispo do Pará abrangia dois problemas existentes no estado do Grão-Pará e Maranhão em meados do século XVIII: a necessidade de povoadores para as vilas recém-criadas e o concubinato. Ronaldo Vainfas argumenta que o casamento era “relativamente escasso” na colônia. O reduzido número de matrimônios na América portuguesa explica-se, para Vainfas, pela instabilidade e pela precariedade daquela sociedade. Nesse sentido, como sujeitos que eram

[...] itinerantes, inseguros, deserdados numa grande fronteira como era o Brasil, esses homens não tinham escolha senão a unir-se a mulheres de igual condição, mulheres que “não tinham marido” como então se dizia, e dificilmente o teriam na sociedade colonial.³³⁹

Ronaldo Vainfas argumenta que os segmentos mais baixos da sociedade colonial deixavam de se casar em decorrência dos obstáculos financeiros e burocráticos estabelecidos para realização dos matrimônios e em função da escolha, por aqueles sujeitos, de um modelo de união oposto ao sacramento católico. Dessa maneira, ainda que reconheça as dificuldades para a concretização do matrimônio, essa burocratização, em si, não poderia constituir a principal dificuldade para a propagação de um dos objetivos da contrarreforma, a difusão dos sacramentos, como os casamentos.³⁴⁰

A missiva que D. Fr. Miguel de Bulhões e Sousa encaminhou ao governador Mendonça Furtado explicando que procuraria, até mesmo pelo uso da força, estabelecer matrimônios, pode ser compreendida a partir da ideia de que a Igreja Católica se

³³⁸ Carta do Bispo do Pará a Francisco Xavier de Mendonça. Pará, 31 de janeiro de 1756. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. III, p. 81-83.

³³⁹ VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 123. Sobre casamento e concubinato, ver: FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 140-148; FARIA, Sheila de Castro. Concubinato. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 130-132.

³⁴⁰ Ibidem, p. 101-145.

empenhava em propagar seus sacramentos, como as uniões matrimoniais. A proposta do religioso contemplava, assim, uma solução para um dos problemas que a Igreja Católica precisava lidar na colônia, que era o concubinato. Além disso, tal como o envio de casais das Ilhas de Madeira e Açores, o casamento representaria a formação, ou o início, de um núcleo familiar, o que facilitaria a fixação desses sujeitos nas vilas para as quais seriam enviados, uma vez que não iriam sozinhos.

A preservação do núcleo familiar e do casamento era uma preocupação que perpassava, igualmente, pela administração portuguesa e que não se restringia apenas ao domínio religioso. Na instrução que o governador Mendonça Furtado entregou ao tenente Diogo Antônio de Castro para o estabelecimento da Vila de Borba, a Nova, o governador expressava uma preocupação com a maneira pela qual os homens poderiam tratar as mulheres e as possíveis consequências dessas atitudes para Borba.

Na referida instrução, Mendonça Furtado explicava, assim, que como iriam para Borba “alguns casais de homens brancos, casados com índias”, poderia “suceder que pelo tempo adiante” quisessem “pôr em desprezo as mulheres para alguma sujeição de algumas pessoas menos intencionadas, que não zelam como devem os interesses sociais do Estado”. Nesse sentido, caso soubesse o tenente Diogo Antônio de Castro de “nota alguma de desordem a esse respeito”, deveria “evitar, fazendo compreender ao agressor a deformidade da ação” e o quanto deveria “estimar sua mulher, em contemplação da qual se lhe fizeram todas as honras e mercês que ele experimentou”. Conter esses comportamentos reprovados dos homens era, então, fundamental para o governador, pois acreditava que, “se não se favorecerem estes casamentos”, perderiam “certamente um dos mais principais estabelecimentos do Estado”.³⁴¹

Mendonça Furtado anunciava, então, a importância da preservação dos casamentos, na ocasião, os matrimônios mistos, para o aumento de Borba. Para Sheila de Castro Faria, os casamentos religiosos em uma sociedade escravista colonial significavam a possibilidade de garantir o mínimo de condições de sobrevivência em áreas agrícolas.³⁴² Assim, assegurar o sucesso dos casamentos mistos era fundamental não apenas para o projeto de “civilização” indígena no estado do Grão-Pará, pois era imprescindível também para o desenvolvimento de áreas de povoamento português, na medida em que poderiam contribuir para oferecer melhores condições de sobrevivência.

³⁴¹ Instrução passada ao Tenente Diogo Antônio de Castro para estabelecer a Vila de Borba, a Nova, antiga aldeia do Trocano. Borba, a Nova, 6 de janeiro de 1756. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 70-75.

³⁴² FARIA, Sheila de Castro. Op. cit., 1998, p. 63.

As propostas de desenvolvimento do povoamento português da Vila de Borba analisadas até aqui, tanto a do governador Mendonça Furtado quanto a do bispo do Pará, apontam para o envio de homens e mulheres pertencentes às camadas mais baixas da população colonial. Para esse desenvolvimento, era importante também, ao menos para Mendonça Furtado, colocar “gente de distinção nestas vilas”. Nesse sentido, o governador articulava o casamento de “Antônio Landi com a filha que ainda está solteira de João Batista de Oliveira” e, se o casamento ocorresse, acreditava Mendonça Furtado que era “um bom morador para a vila de Borba”, como escreveu em uma carta encaminhada ao irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo. Acreditava Mendonça Furtado que o bolonhês Antonio Landi tinha qualificações que contribuiriam para o aumento de Borba, pois seria um homem com “qualidades necessárias para se empregar naquele estabelecimento”. Argumentava o governador que Antonio era “sumamente curioso de lavouras, bastantemente esperto e ativo, e em sumo grau ambicioso e amigo de juntar dinheiro”.³⁴³

As novas diretrizes portuguesas para o estado do Grão-Pará e Maranhão, a partir de meados do século XVIII, ressignificaram o papel da antiga aldeia de Trocano. A assinatura do Tratado de Madri e as ideias que passaram a fundamentar a relação da Coroa portuguesa com os espaços coloniais ensejaram diversos níveis de intervenção na aldeia de Trocano. Além disso, a legalização de um caminho fluvial que comunicava dois espaços administrativos dos domínios portugueses conferiu novos sentidos a Borba, como um espaço de pouso para aqueles que percorriam o caminho.

Em uma carta que o diretor da Vila de Borba escreveu ao governador do estado do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive, no mês de agosto de 1768, relatou que, quando o governador Luís Pinto de Sousa Coutinho chegou a Borba, na ocasião em que ia para o Mato Grosso, já estava quase tudo organizado para sua viagem. Apesar disso, embora esse governante tivesse chegado àquela vila no dia 30 de julho, permaneceu nela até o dia 15 de agosto “por causa da espera” de uma canoa “que chegou na véspera da sua partida”.³⁴⁴ Nessa ocasião, a Vila de Borba aparece como um lugar que estaria se preparando para atender à expedição que acompanhava o

³⁴³ 145ª Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 22 de novembro de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. 3, p. 54-55. Sobre Antonio José Landi no estado do Grão-Pará, ver: KETTLE, Wesley Oliveira. **Um súdito capaz no Vale Amazônico (ou Landi, esse conhecido)**: um outro significado da descrição das plantas e animais do Grão-Pará. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

³⁴⁴ Carta do diretor da Vila de Borba para o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive. Borba, 20 de agosto de 1768. APEP, Códice 190, doc. 59.

governador Luís Pinto de Sousa Coutinho. O governador, então, passaria por essa vila, onde seria atendido com o necessário para seguir viagem.

Além disso, a documentação sugere que a Vila de Borba não era apenas um lugar de pouso para quem percorria o caminho fluvial. Assim, seria também um ponto de interseção entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará. Um escrito de abril de 1776 informa que o intendente dos armazéns reais mandava remeter ao sargento-mor José Henriques da Costa e Almeida, comandante da Vila de Borba, “doze arrobas de pólvora grossa e doze arrobas de fina em doze barris de doze arrobas cada um, para dali todos se encaminharem a capitania do Mato Grosso, aonde vão dirigidos”.³⁴⁵

Semelhante perspectiva pode ser observada também em uma carta que o governador Luís Albuquerque e Cáceres escreveu a João Pereira Caldas, governador do estado do Grão-Pará. Nesse relato, Sousa Coutinho tratava dos gêneros que necessitavam em Vila Bela e solicitava ao governador que intercedesse junto aos administradores da Companhia para que enviassem o que ele solicitava. Uma vez que a demanda por esses gêneros fosse atendida do Pará, pedia Sousa Coutinho que tudo fosse “remetido com a necessária segurança e brevidade para a Vila de Borba”, pois mandaria “descer gente” até Borba “para continuar tão dilatada condução a esta Fortaleza, ou à capital de Vila Bela”.³⁴⁶

Outra missiva que aponta para a ideia de que a Vila de Borba era, em certa medida, um lugar de interseção foi escrita pelo comandante do Forte de Bragança. Nessa carta que encaminhou ao governador do Mato Grosso, relatava que, no dia 25 de janeiro de 1773, mandara o soldado Atanzio Francisco, o sargento de pedestres Mateus de Espinha e alguns soldados levarem uma carta ao pároco de Balsemão e que fossem encontrar as cartas e encomendas “e caso não os achasse na vila de Borba, fosse à de Serpa para os receber”.³⁴⁷

As três cartas citadas são exemplares de como algumas expedições que saíam de Belém ou de alguma povoação ou forte da capitania do Mato Grosso poderiam se deslocar, apenas, até a Vila de Borba para remeter cartas e encomendas para o estado do Grão-Pará ou para o Mato Grosso. Em função da localização, provavelmente, Borba tornou-se um

³⁴⁵ “P. o m^o” [Intendente dos Armazéns]. Pará, 26 de abril de 1776. **APEP**, Códice 290, doc. 383.

³⁴⁶ Carta do governador Luís Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres para o governador João Pereira Caldas. Fortaleza da Conceição, 18 de janeiro de 1774. **APEP**, Códice 267, doc. 03.

³⁴⁷ Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador e capitão do Mato Grosso Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Forte de Bragança, 15 de fevereiro de 1773. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 033, Cx. 001).

lugar de interseção entre essa capitania e o estado do Grão-Pará, o que reduziria o custo da viagem, uma vez que seria realizado apenas uma parte do percurso fluvial.

Pouco tempo após a oficialização do caminho fluvial entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, Mendonça Furtado escreveu a Antonio Rolim de Moura explicando que, uma vez transformada a aldeia de Trocano em Vila de Borba, os expedicionários encontrariam “farinhas e mantimentos para fazerem as suas viagens com menos” e posteriormente poderiam “achar nela gêneros para as suas carregações, sem o grande trabalho de irem ao Pará”.³⁴⁸

Não há dúvida de que a Vila de Borba se transformou em um importante lugar de pouso para os que percorriam o Madeira, o Mamoré e o Guaporé. Essa vila estava situada em um local estratégico geopoliticamente. A oficialização da comunicação fluvial entre o Mato Grosso e o Grão-Pará lhe atribuiu também a função de um espaço de cruzamento entre essas regiões, embora ela não tenha adquirido a importância para abastecer Vila Bela, como Mendonça Furtado pretendia. Nesse sentido, a oficialização do caminho fluvial atribuiu outras funções e significações ao espaço.

O delineamento desse novo projeto para o estado do Grão-Pará e Maranhão adquiriu uma dimensão que atingiu espaços, diversos sujeitos e suas posições na sociedade colonial. É a partir disso, por exemplo, que podem ser compreendidos os conflitos envolvendo o governo colonial e os religiosos, notadamente os jesuítas. Na Vila de Borba, a Nova, esses conflitos manifestaram-se em diversas dimensões, como na questão dos dízimos da farinha e na acusação de envolvimento dos jesuítas no contrabando de ouro, como será analisado nesta tese. Parecia, então, que o projeto jesuítico não estava mais articulado ao plano da Coroa portuguesa para o estado do Grão-Pará.

A partir de meados do século XVIII, uma nova proposta de povoamento, vinculada à defesa e à definição das fronteiras, mobilizou a criação de medidas que atendessem a esses propósitos. É a partir dessa premissa que a administração portuguesa direciona e pondera uma variedade de medidas para serem implementadas na região oeste do estado do Grão-Pará e Maranhão. A criação da Vila de Borba, a Nova, e as ideias para fomentar o crescimento desse núcleo populacional inserem-se nesse contexto. A estruturação desse núcleo de povoamento era fundamental para garantir à Coroa portuguesa a posse territorial daquela área, na medida em que representava um domínio jurídico institucional do território e inseria-se como peça fundamental de outra

³⁴⁸ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Antonio Rolim de Moura. Mariuá, 11 de outubro de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 483-489.

política de fronteira da Coroa portuguesa, que era a legalização do caminho pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

A tentativa de assegurar a concretização desse projeto de povoamento não poderia deixar de estar articulada às políticas que viabilizassem o aumento do contingente populacional de Borba. Nesse sentido, observam-se a elaboração e a sugestão de propostas que propiciassem o acréscimo de moradores nessa vila. É a partir dessa perspectiva que pode ser compreendido não apenas o incentivo aos casamentos mistos, como a preocupação em manter essas uniões e, conseqüentemente, os núcleos familiares. Por outro lado, a administração portuguesa, pelo menos com relação ao estado do Grão-Pará, não excluía a possibilidade de executar políticas de povoamento utilizadas pela Coroa, como o envio de soldados e moradores das Ilhas do Açores e Madeira para Borba.

*

No extenso percurso pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, existiam duas vilas: Vila Bela da Santíssima Trindade e a Vila de Borba, a Nova. A criação dessas duas vilas procede de trajetórias distintas da ocupação territorial desenvolvida pela Coroa portuguesa no estado do Grão-Pará e na capitania do Mato Grosso. Enquanto a Vila de Borba, a Nova, é resultado de um processo de ocupação espacial, iniciado no século XVII e conduzido por religiosos, a Vila Bela da Santíssima Trindade foi criada com o *status* de vila e capital da capitania do Mato Grosso. Nesse sentido, embora ambas sejam vilas, elas tinham pesos diferenciados na estrutura organizativa dos domínios da Coroa portuguesa no ultramar.

Dessa maneira, Renata Malcher de Araújo argumenta que, na capitania do Mato Grosso, a criação de vilas representou uma inclusão gradual do território. A organização de *vilas* não representaria apenas a instalação de mais um povoado, uma ocupação física. Nesse sentido, a criação de uma *vila* seria emblemática de uma ocupação jurídico-institucional do território. Assim, por exemplo, a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade, na margem do Guaporé em 1752, “daria lugar jurídico à região em si, nela criando um novo centro de poder, uma capital, o que é relevante”.³⁴⁹

Apesar das diferenças entre ambas as vilas, sua criação está inserida em um contexto no qual o domínio territorial de espaços fronteiriços era uma discussão que mobilizava os reinos ibéricos. Ainda que as determinações para sua criação tenham sido

³⁴⁹ ARAUJO, Renata Malcher de. Op. cit., 2012.

pensadas em reinados diferentes, elas representavam mecanismos para assegurar um domínio territorial e eram referenciais fundamentais para os expedicionários que navegavam pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

2.2 NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM DO SALTO GRANDE

O topônimo “Salto do Teotônio” ou “Cachoeira do Teotônio” remete a um projeto de ocupação português em uma das cachoeiras do rio Madeira e que foi desenvolvido na década de 1750 pelo bacharel Teotônio da Silva Gusmão. Esse projeto insere-se, igualmente, na política de viabilização da comunicação fluvial entre o estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania do Mato Grosso.

Antes de chegar à capitania do Mato Grosso, Teotônio Gusmão percorreu e residiu em várias regiões da América portuguesa. Sobrinho de Alexandre de Gusmão, em 1735, atuou como fiscal do ouro em Goiás e, em 1737, recebeu ordem do conde de Sarzedas, governador da capitania de São Paulo, para que fosse criar a Intendência das minas do Tocantins, onde ficou empregado até setembro de 1738. Provavelmente, Teotônio da Silva Gusmão teria participado de um motim na capitania de Goiás, fato que o teria motivado a fugir para o reino, entre os anos 1737 e 1738.³⁵⁰

Uma década depois, teria retornado para o Brasil com a finalidade de ocupar o cargo de juiz de fora de Itu. Esse posto, contudo, foi extinto e ordenou-se que o juiz de fora de Itu fosse para o Mato Grosso. Foi, então, que Teotônio da Silva Gusmão atuou na organização da expedição que conduziria Antonio Rolim de Moura àquela capitania, acompanhando sua comitiva. Permaneceu um período na Vila de Cuiabá e, posteriormente, seguiu para Vila Bela, onde ocupou também o posto de juiz de fora, até 1756, quando começou a povoar Salto Grande.³⁵¹

Na capitania do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura o teria empregado “em várias diligências do serviço de Vossa Majestade em que se portou”, segundo o próprio Rolim de Moura, “com grande utilidade dele, distinguindo-se dos mais ministros no zelo, capacidade, e experiência grande das coisas da América”.³⁵² A partir de 1752,

³⁵⁰ ALMEIDA, Gustavo Balbuena de. **Os juizes de fora e os conflitos de jurisdição na capitania de Mato Grosso (1748-1796)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

³⁵¹ *Ibidem*.

³⁵² *Ibidem*.

Teotônio da Silva Gusmão passou a exercer a função de juiz de fora, na qual permaneceu até o ano 1756.

Em uma carta de julho de 1756 a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Antonio Rolim de Moura relatava que, após deixar a função de juiz de fora, Gusmão tinha um “projeto de se ir estabelecer nas cachoeiras com algumas pessoas” para formar “na dita paragem uma espécie de arraial” que seria “de grande conveniência para ambas as capitanias [do Pará e do Mato Grosso]”. Além disso, Rolim de Moura pontuava que aumentaria “o interesse à nova Companhia de Comércio” e que ficaria “este rio mais povoado” e seria facilitada “a comunicação destas capitanias”, pois

[...] querendo Vossa Excelência remeter-me algumas vias, ou fazer-me algum aviso, não necessita mais, que de o remeter ao dito arraial para daí me ser enviado cá para cima: e como o dito Teotônio é artiloso, ativo, e inclinado a obras, com a sua estada nas cachoeiras se poderão facilitar ao menos algumas delas.³⁵³

O governador Antonio Rolim de Moura acreditava que a povoação nas cachoeiras era importante não apenas para a comunicação fluvial entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. O estabelecimento de ocupações lusitanas nas cachoeiras era entendido, por Rolim de Moura, como um dos meios pelos quais poderia estruturar um sistema de defesa dos espaços ocupados pelos portugueses nos vales dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

As frequentes entradas que os jesuítas a serviço da Coroa espanhola faziam nas antigas missões, situadas na margem oriental do Guaporé, incomodavam Rolim de Moura. Assim, em dezembro de 1756, além de aconselhar a ocupação de Santa Rosa Velha, o governador explicava em carta a Diogo de Mendonça Corte Real, que tinha informações que havia um “sítio abaixo da barra do Mamoré” que seria “muito vantajoso ocupar pois” a partir dele se impediria “com facilidade a passagem de tudo que viesse pelo Mamoré abaixo trazendo [?] naquele distrito alguma espécie de galé bem artilhada”, pois o rio tinha capacidade “de suportar naquela altura essas embarcações”. Contudo, continuava explicando Rolim de Moura, a capitania do Mato Grosso não tinha “forças, nem comodidade e os ditos presídios se poderiam estabelecer

³⁵³ Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 13 de julho de 1756. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 3, p. 22-27.

e sustentar se com muito mais comodidade pelo Pará”, principalmente a partir do povoamento das cachoeiras.³⁵⁴

A povoação fundada por Teotônio da Silva Gusmão seria considerada importante também para combater os índios Mura, que eram acusados de infestar o rio Madeira e de prejudicar “tão gravemente aos comerciantes destas minas com este Estado”, como escrevia o governador do estado do Grão-Pará em carta que encaminhou a Antonio Rolim de Moura, no mês de maio de 1759.³⁵⁵ O projeto do bacharel Teotônio da Silva Gusmão parecia a Rolim de Moura “sumamente útil em todo o sentido” e, por essa razão, o governador do Mato Grosso explicava a Diogo de Mendonça Corte Real que iria favorecer ao dito bacharel “e aos mais, que vão na sua companhia com vários privilégios”.³⁵⁶ Nesse sentido, em meados do mês de julho de 1756, Rolim de Moura publicou uma provisão na qual encarregava Teotônio da Silva Gusmão “de fundar a dita povoação nas cachoeiras como superintendente delas só com a jurisdição que nesta lhe expressar” sob “nome e proteção de Nossa Senhora da Boa Viagem”. Além disso, “todas as pessoas que assistirem na dita povoação” estariam “isentas de pagarem capacitação dos seus escravos em todo tempo que aí residirem”, exceto se descobrissem ouro nesse local ou nas proximidades dele.³⁵⁷

No dia 15 de julho de 1756, Teotônio da Silva Gusmão partiu de Vila Bela para fundar uma povoação na cachoeira com “brancos, e mulatos, forros, solteiros e casados, pretos e índios de [?] serviço”. No princípio de outubro de 1756, teria chegado com sua comitiva ao local escolhido para construir a ocupação. A dita povoação foi, então, fundada na cachoeira “do Salto Grande que é a penúltima do rio [Madeira] abaixo três léguas antes da extrema [?] da dita capitania com o do Grão-Pará”, pois era “paragem mais cômoda para os viandantes que com negócio navegam desta para aquela capitania”, segundo Silva Gusmão.³⁵⁸

³⁵⁴ Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 11 de dezembro de 1756. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 9, D. 534.

³⁵⁵ Carta do governador do Pará Manoel Bernardo de Mello de Castro ao governador do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Pará, 8 de maio de 1759. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CR 0145, Cx. 004).

³⁵⁶ Carta a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 14 de julho de 1756. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 3, p. 28-32.

³⁵⁷ “Dom Antonio Rollim de Moura Sn^{or} das V^{as} da Azambuja e Monragil Comendados da Comenda da [...] do Cons^o de S. Mag^e Governador e Cap^m Gen^{al} da Capitania de Mato Grosso”, escrito em Vila Bela, a 16 de julho de 1756, está anexada em “Ofício do juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real”. Pará, 20 de maio de 1757. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 42, D. 3863.

³⁵⁸ Requerimento de Teotônio da Silva Gusmão anexado em “Ofício do juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real”. Pará, 20 de maio de 1757. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 42, D. 3863.

É provável que a escolha desse local não tenha sido feita aleatoriamente. Primeiramente, é importante lembrar que uma das características dessa cachoeira era sua piscosidade. As cachoeiras do Madeira são formadas por declives que podem constituir barreiras físicas para os peixes. Embora a cachoeira do Teotônio não representasse uma barreira intransponível para os peixes, ela reduzia a dispersão das espécies de peixe,³⁵⁹ tornando-se um ambiente propício para a pesca.

Além disso, na margem esquerda e direita desta cachoeira há sítios arqueológicos. Thiago Kater analisou o sítio arqueológico Teotônio, situado em um platô na margem direita da cachoeira homônima. Segundo Kater, as informações arqueológicas sugerem que nesse espaço ocorreu uma longa sequência de ocupação humana com poucos hiatos. Essas ocupações são caracterizadas pelas alterações nas maneiras de ocupação e no papel que o entorno da cachoeira desempenhava na territorialidade das distintas ocupações.³⁶⁰ Na margem esquerda da cachoeira Teotônio, em um terraço fluvial, está situado o sítio arqueológico Santa Paula. É possível que esse espaço tenha sido ocupado durante todo o Holoceno,³⁶¹ por mais de 3 mil anos.³⁶² Assim, é presumível que a escolha do espaço por Teotônio Gusmão tenha sido em função de ser um lugar com boas condições para fornecer o necessário para sustento dos novos povoadores da área. Além disso, é possível pensar que essa escolha tenha sido orientada também pelo conhecimento a que o próprio Teotônio Silva Gusmão teve acesso através dos indígenas que navegavam com ele.

Decorridos alguns meses do estabelecimento em Salto Grande, em março de 1757, o bacharel Silva Gusmão foi à cidade do Pará por duas razões: a primeira era “representar ao Reverendo Bispo a falta em que se achavam de sacerdote”, uma vez que não havia nenhum no Mato Grosso que os acompanhasse. Assim, foi solicitar ao antístite um pároco que administrasse os sacramentos aos moradores da povoação de Salto Grande. Além disso, foi àquela cidade “fazer provimento [?] de ferragens [?],

³⁵⁹ TORRENTE-VILARA, Gislene et al. Effects of natural rapids and waterfalls on fish assemblage structure in the Madeira River (Amazon Basin). **Ecology of Freshwater Fish**, v. 20, p. 588-597, dez. 2011. Em função da construção da hidrelétrica de Santo Antônio, a cachoeira de Teotônio foi inundada, afetando a atividade de pesca na região (SANT’ANNA, Igor Rechetnicow Alves et al. Pescarias tradicionais da cachoeira do Teotônio submersas pelas usinas em Rondônia. **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 12, n. 2, p. 229-248, jul./dez. 2020).

³⁶⁰ KATER, Thiago. A temporalidade das ocupações ceramistas no sítio Teotônio. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Ciências Humanas, v. 15, n. 2, 2020.

³⁶¹ Época geológica mais recente, que se estende de 12 mil anos até o presente.

³⁶² BESPALAZ, Eduardo et al. Arqueologia no sítio Santa Paula, alto Madeira, Porto Velho, Rondônia, Brasil. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Ciências Humanas, v. 15, n. 2, 2020.

roupa, botica e víveres de fora para aqueles moradores e outros gêneros necessários para a subsistência e aumento daquela povoação”.³⁶³

Em dezembro de 1759, Teotônio da Silva Gusmão relatava estar muito satisfeito na povoação. Nessa ocasião, Silva Gusmão explicava ao governador do estado do Grão-Pará que, naquela ocupação, estavam todos “sumamente contentes”, e sua “mulher e filhos entendem que estão no paraíso terreal”, pois naquele espaço haveria peixe “infinito e a caça muito boa, os frutos das roças muitos, muita criação de porcos”.³⁶⁴

Esse relato feito por Teotônio da Silva Gusmão contradiz outros testemunhos acerca da povoação de Salto, uma vez que indica que, no final de década de 1750, esse projeto de povoamento apresentava inúmeras dificuldades. Ainda que Teotônio da Silva Gusmão tivesse o apoio do governador do Mato Grosso para desenvolver esse projeto, o bacharel encontrou muitos obstáculos para consolidar a povoação. Quando partiu de Vila Bela para desenvolver o projeto na cachoeira de Salto Grande, o próprio Antônio Rolim de Moura duvidava que Teotônio da Silva Gusmão alcançaria seu objetivo, uma vez que a ajuda que poderia mandar para ele era pouca “pela falta da capitania e por necessitar na ocasião presente de se valer de tudo o que tem, contra essa novidade dos padres espanhóis”.³⁶⁵

No final do ano 1758, o governador Antonio Rolim de Moura escreveu ao governador do estado do Grão-Pará relatando alguns problemas que Teotônio da Silva Gusmão estaria lidando na organização da ocupação em Santo Grande. Argumentava Rolim de Moura que Silva Gusmão “não reparou”, ao organizar o povoamento, que eram “os meios uns inadequados”, uma vez que “foram várias pessoas que daqui [do Mato Grosso] levou incapazes para o intento e outros que excediam muito as suas forças”, como “sustentar nos primeiros tempos a sua custa assim estas como as que trouxe do Pará”. Nesse sentido, vendo-se “impossibilitado para superar estes obstáculos entrou talvez a levarem a mal não acharem todas as comodidades”, e isso, acreditava o governador Rolim de Moura, “deu causa a queixas de parte a parte, e ultimamente a deserção”.³⁶⁶

Apesar disso, o governador Antonio Rolim de Moura era, talvez, o principal apoiador do projeto do bacharel Teotônio da Silva Gusmão. Por essa razão, parecia-lhe que

³⁶³ *Ibidem*.

³⁶⁴ Carta de Teotônio da Silva Gusmão para o governador do estado do Pará. Povoação de Salto, 9 de dezembro de 1759. **APEP**, Códice 54, doc. 31, fl. 128.

³⁶⁵ Carta a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela, 14 de julho de 1756. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 3, p. 28-32.

³⁶⁶ Ofício do governador Antônio Rolim de Moura Tavares ao governador da capitania do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 9 de dezembro de 1758. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 593.

Silva Gusmão “não devia esmorecer com aquele mau princípio”. Por essa razão, ordenava que fossem para Salto Grande com Teotônio da Silva Gusmão “dois dragões com alguns pedestres, assim porque com os militares se forma melhor as terras, como que a pronta expedição de qualquer aviso”. Sugeriu também ao governador do estado do Grão-Pará que mandasse para a povoação de Salto Grande casais de ilhéus, “pouco ao princípio quanto não há mantimento bastante”, e ele ordenaria a Teotônio da Silva Gusmão que os assistisse “por conta da Fazenda Real com o mesmo que é estilo nas mais partes”.³⁶⁷

Além de Antonio Rolim de Moura, o governador do Pará, Manoel Bernardo de Mello de Castro, também se empenhou em contribuir para o sucesso do empreendimento de Teotônio da Silva Gusmão na cachoeira do Madeira. Assim, para Mello e Castro, apesar da “distância daquele sítio, [d]a irregularidade do clima”, do “impertinente gênio do desembargador Teotônio” e do número reduzido de gente para povoar aquela povoação, acreditava que a povoação planejada no Salto Grande poderia se “fazer muito opulenta com a frequência dos comerciantes”.³⁶⁸

Nesse sentido, o governador Mello e Castro assegurou a Antonio Rolim de Moura que ajudaria o “dito estabelecimento”, e não perdoaria “diligência alguma de o poder socorrer, persuadindo para este fim todas as pessoas que puder” e que “chegando alguns casais de ilhéus” reservaria para ela todos os que Rolim de Moura considerasse necessários.³⁶⁹ A sugestão de enviar casais das ilhas para o Madeira, feita pelo governador Antonio Rolim de Moura, ao que tudo indica, foi bem recebida pelo governador do Pará e, como foi mostrado, era um dos meios pensados para promover o crescimento demográfico da Vila de Borba, a Nova, e de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Além dos problemas com os moradores da povoação de Salto Grande, no início da década de 1760, Teotônio da Silva Gusmão foi alvo de queixa dos religiosos que assistiam nessa povoação. Em setembro de 1760, o religioso José de Jesus Maria reclamou ao governador do estado do Grão-Pará Mello de Castro que, embora Teotônio da Silva Gusmão houvesse lhe prometido e ao prelado que não faltaria o necessário aos párocos, com “tão pouca fortuna” os submeteu na viagem “a pão e água”. Quando chegaram à povoação de Salto Grande, sem “farinha [?], sem sal, sem pescador que” lhe “buscasse a vida”, disse que Teotônio da Silva Gusmão teria declarado que não tinha

³⁶⁷ Ibidem.

³⁶⁸ Carta do governador do Pará Manoel Bernardo de Mello de Castro ao governador do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Pará, 8 de maio de 1759. APMT (BR MTAPMT. SG. CR 0145, Cx. 004).

³⁶⁹ Ibidem.

obrigação de os sustentar.³⁷⁰ O padre João Evangelista, que também fez queixa do desembargador Teotônio da Silva Gusmão, lembrou que o “terrível gênio” desse desembargador contribuía para que os moradores deixassem a dita povoação.³⁷¹

Assim, desde o início, em 1756, o projeto de ocupação desenvolvido por Teotônio da Silva Gusmão apresentava inúmeros problemas para deslanchar. No ano 1760, já se encontrava praticamente desabitada pelos novos povoadores. Para o governador Antonio Rolim de Moura, o temperamento do desembargador Teotônio da Silva Gusmão foi umas razões que justificavam a dificuldade em desenvolver a povoação, pois ele não podia “contrafazer o seu gênio”. Além disso, Rolim de Moura acreditava que outra razão para esse fracasso teriam sido as “poucas posses” do bacharel Gusmão, uma vez que se, talvez, “tivesse com que tratar melhor os moradores, não seriam tantas as ocasiões de se desavisarem entre si”.³⁷²

Em abril de 1760, Silva Gusmão escrevia da Povoação de Salto dizendo que se achava “muito molesto e de cama por um fluxo[?] de sangue” que teve pela boca.³⁷³ No ano seguinte, Teotônio da Silva Gusmão estava em Santarém, na capitania do Pará, e se dirigia ao governador do estado do Grão-Pará, por meio de uma carta, solicitando destacamento para seus filhos.

Os serviços feitos ao monarca lusitano motivaram Teotônio da Silva Gusmão a solicitar mercês a ele e sua família. Em um requerimento solicitava um “ordenado de quatro mil cruzados por ano com o título e lugar de superintendente geral das cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré” e “a mercê de dois hábitos de Cristo para dois filhos do suplicante e para quem casar com uma filha que tem”.³⁷⁴ É provável que Teotônio da Silva Gusmão não tenha conquistado as mercês solicitadas ao rei.

O projeto de organização de uma povoação na cachoeira do Salto seria retomado pelo governador do Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, no final da década de

³⁷⁰ Carta de José de Jesus Maria ao governador do estado do Grão-Pará e Maranhão. Borba, 26 de setembro de 1760. **APEP**, Códice 17, doc. 35.

³⁷¹ Carta do frei João Evangelista ao governador do estado do Grão-Pará e Maranhão. Borba, 26 de setembro de 1760. **APEP**, Códice 17, doc. 34.

³⁷², doc. 28: “Reg^o de hua conta q. de deo a S.Mag^e pela Secret^a de estado, com a copia de hua carta do B^{el} Theot^o da S^a Gusmão q^{do} desertou o Salto Gr^{de} ou Povoação de N.Sr^a da Boa Viagem”. Carta de Antonio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 24 de novembro de 1761. **APMT**, Livro de Correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas Régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho (Livro C-11).

³⁷³ Carta de Teotônio da Silva Gusmão para o governador do estado do Pará. Povoação de Salto, 13 de julho de 1760. **APEP**, Códice 54, doc. 47, fl. 200.

³⁷⁴ Requerimento de Teotônio da Silva Gusmão anexado em “Ofício do juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real”. Pará, 20 de maio de 1757. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 42, D. 3863.

1760. De Vila Bela, em junho 1769, Pinto de Sousa Coutinho escreveu a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, afirmando que enviava o projeto para “o estabelecimento de uma nova povoação na cachoeira do Salto”.³⁷⁵

Teotônio da Silva Gusmão pretendia, assim, construir uma povoação que servisse de apoio aos que navegavam pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. É provável que o projeto dessa povoação tenha ocorrido a partir do conhecimento que poderia ter sobre as monções paulistas quando atuou como juiz em Itu. A organização de um povoamento na segunda cachoeira do Madeira pelo bacharel Teotônio da Silva Gusmão, subindo o rio, é emblemática de como a tentativa de viabilização da comunicação fluvial entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso poderia ser uma iniciativa que não partia apenas da Coroa portuguesa ou do governo local, mas, igualmente, de particulares.

Tais iniciativas poderiam obter apoio do governo lusitano na medida em que estariam alinhadas aos objetivos da Coroa portuguesa para a região. Certamente, o bacharel tinha consciência dos benefícios e mercês que poderia alcançar com o desenvolvimento desse povoamento. Quanto ao governo português, acreditava que o projeto de povoamento poderia ser útil para conter os avanços dos jesuítas castelhanos e dos Mura. Nesse sentido, a institucionalização de caminho fluvial pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé abria possibilidades de recompensas e conquistas para diversos sujeitos.

2.3 AS FORTIFICAÇÕES

A política territorial pensada para a América portuguesa durante o governo do “primeiro-ministro” Sebastião José de Carvalho e Melo estava relacionada à delimitação das fronteiras dos territórios lusitanos, e tal definição seria feita, sobretudo, através de fortificações e da comunicação com o centro administrativo.³⁷⁶ A defesa e a

³⁷⁵ Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 18 de junho de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 14, D. 852.

³⁷⁶ MACHADO, Lourival Gomes. Política e administração sob os últimos vice-reis. In: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira: a época colonial**. Administração, economia e sociedade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. v. 2, p. 395-421; **BATAIOLI**, Everson da Silva. **O Forte de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi: defesa e povoamento nas fronteiras da América Portuguesa (1765-1777)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020; **FORTES**, Mircia Ribeiro. A rede de fortificações da Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII). **Somanlu**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 159-168, 2000; **VIEIRA**, Jaci Guilherme; **GOMES FILHO**, Gregório Ferreira. Forte São Joaquim: de marco da ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 28, p. 117-136, jul./dez. 2015.

militarização dos territórios coloniais eram, assim, duas das preocupações da administração em meados do século XVIII. As fortificações devem, então, ser pensadas como mecanismos para legitimar a posse de um território que era disputado pelas Coroas ibéricas.

Na administração pombalina, foram construídos diversos fortes em áreas de fronteira com outros reinos europeus: o forte de Macapá, o de São Joaquim, o de São José Marabitanas, o de São Gabriel da Cachoeira e o de São Francisco Xavier de Tabatinga.³⁷⁷ A edificação de fortificações no estado do Grão-Pará não era novidade na segunda metade do século XVIII.³⁷⁸ Como lembrou Wania Alexandrino Viana, a expansão portuguesa para o interior do estado do Maranhão e Grão-Pará “definiu os fortes do interior”.³⁷⁹ Segundo Cristian Purpura, a política territorial implementada por Mendonça Furtado não representou uma ruptura com as administrações anteriores.³⁸⁰ As fortificações, juntamente com as povoações criadas na segunda metade do século XVIII, eram mecanismos de defesa da Coroa portuguesa.

Essas inquietações com as fronteiras e o território, na capitania do Mato Grosso, justificavam-se, entre outras razões, pela existência das áreas mineradoras de Cuiabá e Vila Bela. Por outro lado, existiam os litígios territoriais envolvendo, no caso da capitania do Mato Grosso, os reinos ibéricos. A configuração dos limites territoriais a partir do Tratado de Madri demandou, então, uma mobilização da Coroa portuguesa e dos governadores para desenvolver estruturas de defesa das áreas fronteiriças em litígio.³⁸¹

Os fortes construídos no rio Guaporé — Nossa Senhora da Conceição (depois renomeado como Forte de Bragança) e Real Forte Príncipe da Beira — são emblemáticos da estrutura defensiva erigida para conter as investidas dos hispanos no oeste da capitania do Mato Grosso. Ambas as fortificações, contudo, não desempenharam apenas funções militares e defensivas. Como lembrou Otávio Ribeiro Chaves, essas fortalezas, além de cumprirem as funções militares, serviam, igualmente, como entrepostos comerciais inseridos em redes mercantis³⁸² e de comércio

³⁷⁷ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos**: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011. p. 53-54.

³⁷⁸ COSTA, Gracite Guerra da. A cartografia das fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 116-133, jan./jun. 2016.

³⁷⁹ VIANA, Wania Alexandrino. Op. cit., 2019, p. 198.

³⁸⁰ PURPURA, Cristian. **Forma de existência em áreas de fronteira**: a política portuguesa do espaço e os espaços de poder no oeste amazônico. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

³⁸¹ TULUX, Bruno Mendes. Mato Grosso, a capital fronteira: fortes e presídios na fronteira ocidental da América portuguesa. **Veredas da História**, ano IV, ed. 1, 1. sem. 2011.

³⁸² CHAVES, Otávio Ribeiro. Op. cit., 2008, p. 143.

clandestino.³⁸³ Além disso, nas proximidades dos fortes havia pequenos lotes nos quais os soldados e suas famílias mestiças produziam para alimentos para sua subsistência e permuta com os indígenas não submetidos.³⁸⁴ Esses espaços procuravam, igualmente, reproduzir aspectos da sociabilidade europeia, como festas, costumes e hábitos cotidianos.³⁸⁵ Nesse sentido, como pontuou Wania Viana, as políticas de militarização e ocupação estavam estritamente relacionadas.³⁸⁶

Assim, essas fortificações portuguesas no Guaporé não eram apenas espaços militarizados. Era nesses locais que os expedicionários que navegavam pelo Guaporé, indo para o estado do Grão-Pará ou para Vila Bela, podiam reabastecer a tropa com alimentos ou socorro para os enfermos. Eram também lugares de pouso. Por essa razão, a edificação desses fortes insere-se em uma política lusitana que não se restringia apenas aos objetivos militares e defensivos, uma vez que eles foram essenciais às pretensões de desenvolvimento do caminho entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso.

2.3.1 Forte de Bragança

O Forte de Bragança foi construído na margem do Guaporé na década de 1760. Além da função militar, esse forte foi mais um importante lugar de pouso para as expedições que navegavam pelo caminho fluvial do Guaporé, Mamoré e Madeira. Nesse sentido, os expedicionários conseguiam reabastecer os alimentos das expedições. Em 1773, por exemplo, o comandante do forte, Manoel Caetano da Silva, relatou ao governador Luís de Albuquerque e Cáceres que o peixe que havia naquele forte não era necessário para atender à guarnição dele, pois havia muito toucinho. Contudo, o pescado poderia atender os soldados que haviam ido ao Pará e os indígenas que retornassem com eles.³⁸⁷ Em outra missiva, o governador da capitania do Mato Grosso

³⁸³ JESUS, Nauk Maria de. O contrabando na fronteira oeste da América portuguesa no século XVIII. **História Revista**, Goiânia, v. 22, n. 3, p. 70-86, 2018.

³⁸⁴ CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

³⁸⁵ MELLO E SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 41-81.

³⁸⁶ VIANA, Wania Alexandrino. Op. cit., 2019, p. 198.

³⁸⁷ Carta de Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Forte de Bragança, 4 de maio de 1773. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 037, Cx. 001).

era comunicado de que uns indígenas que eram do estado do Grão-Pará encontravam-se no Forte de Bragança e não poderiam prosseguir a viagem, pois estavam enfermos.³⁸⁸

Além de amparar os expedicionários, o forte exercia uma função fiscalizadora. No mês de março de 1773, o comandante Manoel da Silva encaminhava ao governador Luís de Albuquerque e Cáceres a relação das pessoas que tinham descido para o estado do Grão-Pará com as guias que registravam as quantidades de ouro que transportavam.³⁸⁹ Havia também uma fiscalização e controle dos indígenas que percorriam o caminho fluvial, como consta em algumas relações nominais.³⁹⁰ Dessa maneira, o Forte de Bragança estava relacionado às expedições do caminho fluvial em diversos aspectos.

A edificação do Forte de Bragança ocorreu permeada de conflitos envolvendo os reinos ibéricos na região do Guaporé. Antes de chegar à capitania do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura recebeu diversas instruções da soberana D. Mariana d'Áustria. Dois parágrafos dessas instruções tratavam sobre as missões que os jesuítas a serviço da Coroa Espanhola fundaram na margem oriental do rio Guaporé, a de São Miguel e de Santa Rosa.³⁹¹ Segundo as instruções, “a situação desta aldeia de Santa Rosa” era

[...] tão sujeita a produzir contendas, consequência gravíssima que, enquanto não se faz amigavelmente a respeito dela alguma transação que as evite para o futuro, ficando os limites das duas monarquias pelo rio Guaporé, deveis pôr todo o cuidado para que ao menos não cresça o mal que dali pode resultar.³⁹²

A missão de Santa Rosa, como a de São Simão e São Miguel, foi edificada na margem oriental do Guaporé pelos jesuítas castelhanos após a expedição de Manuel Félix de Lima na década de 1740. Essa missão estaria localizada em um espaço estratégico que daria acesso às Missões de Mojos e próximo à confluência dos rios

³⁸⁸ Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. FNSC, 23 de dezembro de 1776. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 122, Cx. 002).

³⁸⁹ Carta de Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Forte de Bragança, 28 de março de 1773. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 035, Cx. 001).

³⁹⁰ Relação das pessoas que se apresentaram nessa fortaleza vindas de Vila Bela, feita pelo comandante Manoel Caetano da Silva. FNSC, 22 de fevereiro de 1774. **APMT** (BR APMT. FNSC. RO 062, Cx. 001); Relação das pessoas que que marcham dessa fortaleza embarcada para o estado do Pará, feita pelo comandante Manoel Caetano da Silva. FNSC, 22 de fevereiro de 1774. **APMT** (BR APMT. FNSC. RO 063, Cx. 001); Relação dos índios que vieram com o ouvidor-geral e os comerciantes Antonio Gonçalves dos Santos e Francisco da Costa. FNSC, 19 de dezembro de 1775. **APMT** (BR APMT. FNSC. RO 095, Cx. 002).

³⁹¹ Foram três missões: São Miguel, Santa Rosa e São Simão. Entretanto, os dois parágrafos mencionados citam apenas a de São Miguel e a de Santa Rosa. Sobre essas missões, ver: PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. Op. cit., 2008.

³⁹² Instruções dadas pela rainha D. Mariana D'Áustria, mulher de D. João V, ao governador da nova capitania de Mato Grosso Dom Antônio Rolim de Moura em 19 de janeiro de 1749. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. I, p. 58.

Mamoré e Guaporé. A Coroa portuguesa advertia, nesse sentido, o governador Rolim de Moura acerca da possibilidade de desenvolvimento de conflitos entre as monarquias ibéricas em função da missão de Santa Rosa. De fato, durante boa parte da década de 1750 e início da década de 1760, essas missões, principalmente a de Santa Rosa, foram objeto de contendas entre os governos ibéricos.

A assinatura do Tratado de Madri em 1750 fundamentou a mudança das missões espanholas erguidas na margem oriental do Guaporé. Nesse sentido, os jesuítas a serviço da Coroa espanhola, em 1754, deslocaram as aldeias de São Miguel, São Simão e Santa Rosa para margem ocidental do Guaporé.³⁹³ Assim, aldeia de Santa Rosa havia mudado “para defronte de onde estava situada”³⁹⁴ e foi chamada de “Santa Rosa Nova”. A aldeia de Santa Rosa que foi desamparada pelos religiosos espanhóis, na margem oriental do Guaporé, foi renomeada como “Santa Rosa Velha”.³⁹⁵

Foi então que os conflitos entre os representantes da Coroa espanhola e da portuguesa começaram a se intensificar na região. Os lusitanos acusavam os jesuítas a serviço da Espanha de promoverem contínuas entradas nos territórios que seriam dos portugueses, pelo Tratado de Madri, onde estavam situadas as antigas missões religiosas castelhanas.³⁹⁶ Antonio Rolim de Moura acreditava que os jesuítas realizavam essas entradas com a finalidade de “perturbar a paz” e dificultar a execução do Tratado de Madri, pois, uma vez feita a demarcação do território, os religiosos castelhanos teriam dificuldade de ter acesso aos índios. Por isso, o governador acreditava que os religiosos estariam agindo contra as demarcações.³⁹⁷

³⁹³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1993, p. 99.

³⁹⁴ Carta de Antonio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 14 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 2, p. 63.

³⁹⁵ Os indígenas que estavam na Aldeia de São Simão foram deslocados para uma área nas cabeceiras do rio San Martín, juntamente com índios Baure. Já os indígenas da missão de São Miguel voltaram para a antiga aldeia de São Miguel, no rio Baures (MEIRELES, Denise Maldi. Op. cit., p. 130).

³⁹⁶ Carta de Antonio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 29 de junho de 1756. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 2, p. 201-202.

³⁹⁷ Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 11 de dezembro de 1756. AHU, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 9, D. 534.

A segunda justificativa para o comportamento dos jesuítas castelhanos, segundo Rolim de Moura, seria o cacau,³⁹⁸ pois esse produto natural era “um dos primeiros ramos de negócio que as missões [de Mojos] têm para o Peru” e “fica a maior parte dele, e o melhor da nossa banda”, explicou o governador. Nesse sentido, acreditava Rolim de Moura que o governador de Santa Cruz de La Sierra e do Peru pretendiam, “com a eficácia que costumam, embaraçar esta disputa”.³⁹⁹

Essas entradas que os jesuítas a serviço de Castela realizavam na margem oriental do Guaporé representavam para os lusitanos, igualmente, uma ameaça à navegação que eles faziam por esse rio, principalmente a comunicação fluvial entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. Para Rolim de Moura, era fundamental que os lusitanos se tornassem “senhores da missão de Santa Rosa Velha, que de outra forma não poderá continuar, ao menos sem grande risco o comércio com o Pará”.⁴⁰⁰

As atitudes atribuídas aos jesuítas mobilizaram os portugueses a planejarem medidas contra as entradas que esses religiosos realizavam. Nesse sentido, em março de 1757, o governador Rolim de Moura colocou “uma guarda no Sítio das Pedras”.⁴⁰¹ Em seguida, esse posto de guarda foi desativado. As enfermidades que acometeram a guarda no Sítio das Pedras e a falta de assistência da Provedoria obrigaram Rolim de Moura a retirar o destacamento desse local. Posteriormente, foi restabelecida com apoio de Goiás.⁴⁰²

Foi então que o governador Antonio Rolim de Moura instalou um destacamento na antiga missão espanhola de Santa Rosa, a Velha. No dia 6 de fevereiro de 1760, esse governador saiu de Vila Bela em direção ao sítio de Santa Rosa. Acreditava Rolim de

³⁹⁸ O cacau era um dos principais produtos comercializados pelas aldeias de Mojos. Durante o governo jesuíta, as missões castelhanas de Mojos e Chiquitos enviavam a Santa Cruz e ao Peru produtos como açúcar, cera, tecidos, sebo e cacau. Em contrapartida, recebiam outros itens, como peças de vestuário, ferramentas, sal, facas, chaquiras, vidro, objetos litúrgicos, bem como gado, mulas e cavalos, no período inicial. As exportações desses produtos eram essenciais para a sustentação das missões jesuíticas de Mojos. Assim, como lembrou David Block, as reduções foram parcialmente autossustentáveis, abastecendo de alimentos os europeus e indígenas e produzindo uma série de produtos de exportação (BLOCK, David. Op. cit., p. 111).

³⁹⁹ *Ibidem*.

⁴⁰⁰ Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 11 de dezembro de 1756. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 9, D. 534.

⁴⁰¹ Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 20 de março de 1757. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 9, D. 543.

⁴⁰² Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao governador da capitania do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 15 de novembro de 1758. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 585.

Moura que era “conveniente acompañá-la [a guarda] até esta paragem para melhor a deixar estabelecida, e aquartelada”.⁴⁰³

A ocupação do sítio de Santa Rosa por Antonio Rolim de Moura acirrou os conflitos com os castelhanos, motivando-os a empreender diversos protestos contra essa ocupação. Nesse sentido, por exemplo, Dom Alonso Berdugo, governador de Santa Cruz de La Sierra, teria chegado a Santa Rosa Nova em 17 de setembro de 1760 e no dia seguinte enviou D. José Núñez Cornejo a Santa Rosa Velha. José Núñez Cornejo levava uma carta para Antonio Rolim de Moura demandando explicações por ter ocupado esse lugar. Como o mestre de campo José Núñez Cornejo não encontrou Rolim de Moura em Santa Rosa, D. Alonso Berdugo decidiu “*enviar al maestre de campo a Matogrosso a dar la carta a dicho Gobernador*”.⁴⁰⁴

Em 1761, o Tratado de Madri foi anulado através do Tratado de El Pardo e a Espanha ingressou na Guerra dos Sete Anos, ao lado dos franceses, enquanto os portugueses participavam dessa guerra como aliados da Inglaterra. A anulação do Tratado de Madri e a participação das Coroas ibéricas em lados opostos da Guerra dos Sete Anos criaram condições para que os conflitos no Guaporé se intensificassem.⁴⁰⁵ No ano seguinte, em 1762, Antonio Rolim de Moura teria retornado para o sítio de Santa Rosa, e um dos objetivos dessa viagem era justamente edificar um fortim no local.⁴⁰⁶

As reclamações dos castelhanos não cessaram. Um dos argumentos utilizados pelos espanhóis era de que o Tratado de Madri havia sido anulado, e, portanto, os portugueses deveriam se retirar de Santa Rosa.⁴⁰⁷ Aproveitando o ensejo da Guerra dos Sete Anos, o vice-rei do Peru, Manuel Amat y Juniet, teria atribuído ao presidente da Audiência de la Plata, Juan de Pestaña, a missão de expulsar os lusitanos da missão de

⁴⁰³ Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real sobre a expedição militar a Santa Rosa. Santa Rosa, 22 de fevereiro de 1760. AHU, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 613.

⁴⁰⁴ PASTELLS, R. P. P. SJ. **Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)**. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, 1949. t. VIII, primeira parte, p. 667-668.

⁴⁰⁵ BLOCK, David. Op. cit., p. 89.

⁴⁰⁶ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 67.

⁴⁰⁷ No ano 1768, os espanhóis ainda protestavam contra a construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Em uma carta, de abril de 1768, escrita ao governador João Pedro da Câmara, Antonio Aymirich y Villa Juana requeria a ele que mandasse “*demoler las citadas obras, y dexar la precitada Fortaleza en los términos que se hallaba el dia viente e dos de marzo del año próximo passado*”, pois lhe parecia irregular “*y no les he dado el maior credito; porque segun las leys de guerra, estando en admisticio, y suspension de armas, y no ser conforme a la buena armonia que subsiste entre nuestros Augustissimos soberanos, continuar en trabajar, y aumentar las obras*”., doc. 181: “Copia de hua carta do Coronel G^{or} de Mojos D. António de Aymerich”. Mission del Loreto em Mojos, 19 de abril de 1768. Livro de Correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas Régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho (Livro C-11).

Santa Rosa, a Velha, Vila Real do Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade.⁴⁰⁸ A partir de então, desenrolou-se a Guerra Mojeña,⁴⁰⁹ no Guaporé, um confronto entre portugueses e espanhóis, envolvendo, de ambas as partes, os indígenas.⁴¹⁰ Esses primeiros ataques que os espanhóis fizeram aos portugueses aconteceram no final da administração de Antonio Rolim de Moura.

Sucedeu, então, João Pedro da Câmara a Rolim de Moura no posto de governador da capitania do Mato Grosso. João Pedro Câmara foi para o Mato Grosso com ordens para construir uma “fortaleza no mesmo destacamento”, de Nossa Senhora da Conceição.⁴¹¹ Assim, esse Destacamento de Nossa Senhora da Conceição transformava-se em Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, e coube ao engenheiro José Mathias de Oliveira Rego a responsabilidade pela obra.

A tentativa de domínio da região pelos lusos era representada, primeiramente, pela ocupação da área que havia sido ocupada pelos vizinhos castelhanos. A transformação da guarda do Sítio de Santa Rosa, a Velha, em fortificação representava uma etapa da construção da dominação portuguesa na área. Conectava essa transformação a outra etapa desse processo de construção de um domínio sobre a região, que pode ser exemplificada a partir da mudança de nome: Santa Rosa Velha recebeu o nome de Destacamento de Nossa Senhora da Conceição em função de terem “colocado na capelinha um painel da dita invocação”.⁴¹²

A devoção a Nossa Senhora da Conceição tinha um significado especial para os vassallos da monarquia lusa, pois era padroeira do reino de Portugal desde o ano 1646,

⁴⁰⁸ PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764). **Memória Americana**: Cuadernos de Etnohistoria, Buenos Aires, v. 25, n. 2, p. 95-112, 2017.

⁴⁰⁹ Denominação atribuída por Ione Aparecida Pereira aos conflitos ocorridos nas margens do rio Guaporé a partir de 1763. PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. Op. cit., 2008, p. 116.

⁴¹⁰ Esses confrontos se estenderam pelos anos posteriores. Contudo, não pretendo discuti-los aqui. Sobre esses conflitos, ver: PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. Op. cit., 2008.

⁴¹¹ Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 11 de fevereiro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 732.

⁴¹² Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, 30 de setembro de 1762. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 11, D. 679.

aclamação relacionada à Restauração Portuguesa, em 1640.⁴¹³ Tal como nesse processo, a construção dessa fortificação no Guaporé em meados do século XVIII estava relacionada aos conflitos que os portugueses tiveram com os castelhanos e tratava-se, dessa maneira, de um recurso utilizado pelos portugueses para assegurar a conquista e a dominação de territórios, resguardando seus interesses, embaraçando as possíveis interferências que os vizinhos castelhanos poderiam realizar na região.

Assim, a substituição da designação de “Santa Rosa Velha” por “Nossa Senhora da Conceição” não representa apenas uma renomeação de um lugar. A mudança do nome do local revela, por um lado, a devoção portuguesa a Nossa Senhora da Conceição. Refere-se, dessa maneira, a uma relação com o mundo religioso inscrita na Casa de Bragança e no processo histórico-político português, principalmente em períodos de intensos conflitos com inimigos, a exemplo da Restauração e das guerras decorrentes dessa ruptura. Por sua vez, essa devoção, possivelmente, foi ressignificada em meados do século XVIII no rio Guaporé, em uma temporada de embates entre os reinos ibéricos. Além disso, a renomeação de um espaço a partir desse referencial religioso português é emblemática da tentativa de construção e de afirmação de um domínio espacial pelos portugueses, bem como da eliminação de uma referência espanhola naquela área.

Já no final da década de 1760, a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição foi renomeada e passou a ser chamada de Forte de Bragança.⁴¹⁴ Nesse período, essa edificação militar demonstrava problemas em sua construção, uma vez que era atingida pelas chuvas e cheias do Guaporé, o que causava inúmeros prejuízos na estrutura do

⁴¹³ Desde o final da Idade Média, a casa de Bragança privilegiou a devoção a Nossa Senhora da Conceição. Muitos portugueses acreditavam que a Restauração Portuguesa havia sido resultado de uma intervenção divina. Por essa razão, no dia 8 de dezembro de 1640, frei João de São Bernardino pregou um sermão em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, no qual lhe atribuiu os louros pelo sucesso do movimento restaurador português e pela aclamação do duque de Bragança. Além disso, atribuíam-se à providência divina as vitórias conquistadas pelos portugueses nas ofensivas com os espanhóis. Assim, em março de 1646, D. João IV declarou Nossa Senhora da Conceição padroeira e protetora do reino lusitano (PARDAL, Francisco José Pegacha. **Uma devoção de grandes e pequenos: Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa nos séculos XVII e XVIII**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018).

⁴¹⁴ Em ofício encaminhado no dia 15 de junho de 1769, o governador Luís Pinto de Sousa Coutinho esclareceu que, “em virtude das ordens de Sua Majestade que determinam se hajam de dominar as terras deste continente com os apelidos das cidades, vilas, e lugares de Portugal” e “afim de que se reconheça positivamente e com mais facilidade o verdadeiro domínios a quem pertencem”, ele publicou um bando no Mato Grosso determinando a mudança nos nomes dos estabelecimentos e lugares de índios. Assim, a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição foi renomeada como Forte de Bragança (Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 15 de junho de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 14, D. 850).

forte. No início dos anos 1770, o Forte de Bragança havia sido atingido pela “extraordinária enchente do rio Guaporé”.⁴¹⁵

O lugar para a construção desse forte teria sido escolhido por João Pedro da Câmara e Antonio Rolim de Moura. Segundo João Pedro Câmara, logo após sua chegada ao destacamento de Nossa Senhora da Conceição, em novembro de 1764, comunicou a Rolim de Moura a ordem régia “para se fazer a Fortaleza no mesmo destacamento”. Depois de assentar em sítio mais apropriado, demandou imediatamente ao sargento-mor engenheiro “para fazer o risco, e aos oficiais da fazenda para mandar ajuntar os materiais necessários”. Além disso, segundo João Pedro Câmara, havia carência de cal, o que fez “parecer ao princípio impossível a execução deste projeto”.⁴¹⁶

Apesar das dificuldades, foi erguida uma construção para servir como Forte de Nossa Senhora de Conceição em meados da década de 1760. No ofício que João Pedro da Câmara encaminhou a Mendonça Furtado, em 1766, relata que, “apesar dos maiores obstáculos da falta de materiais, e pedras”, havia tido “a felicidade de concluir a obra, no modo possível de pedra, paus e terra, ficando bastantemente forte, e defensável, como confessaram os Castelhanos, quando a vieram reconhecer”.⁴¹⁷

Em 1767, o Forte de Nossa Senhora da Conceição foi reconstruído, apesar do parecer contrário emitido pelo engenheiro da capitania. No mês de julho desse ano, o engenheiro José Matias Rego teria encaminhado a João Pedro da Câmara a avaliação que fez do terreno escolhido para a construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Entre os embaraços apontados pelo engenheiro Oliveira Rego para a construção da Fortaleza, assinalava que o projeto “tem contra si a terra não ser capaz para encher os terraplenos, por ser areia manteiga, que se desfaz instantaneamente que lhe chega água”, como a experiência mostrava.⁴¹⁸

Ao que tudo indica, João Pedro da Câmara coordenou a construção, ainda que o relatório feito pelo engenheiro-mor tivesse considerado inapropriado o espaço no qual

⁴¹⁵ Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela. 28 de maio de 1771. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 15, D. 933.

⁴¹⁶ Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 11 de fevereiro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 732.

⁴¹⁷ Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, 17 de novembro de 1766. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 787.

⁴¹⁸ A “Cópia da Proposta que fez o sargento mor governador José Mathias de Oliveira Rego ao Ilm^o e Exm^o S^r João Pedro da Camera General que foi desta cappt^l em 31 de julho de 1767” está anexada em “Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro”. Vila Bela, 30 de maio de 1771. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 15, D. 933.

seria erguido o forte. Apesar desse posicionamento do engenheiro-mor, após a enchente de 1771, o governador Sousa Coutinho, não satisfeito com o parecer do José Mathias de Oliveira Rego “por poder parecer suspeito”,⁴¹⁹ solicitou ao engenheiro Domingos Sambucetti, que havia ido do estado do Grão-Pará para capitania do Mato Grosso, que avaliasse o Forte de Bragança.⁴²⁰ Acreditava Sambucetti que, a partir das condições em que se encontrava o Forte de Bragança, “somente poderá subsistir com uma continuada despesa da Real Fazenda”.⁴²¹

Algum tempo depois dessa avaliação, nos últimos meses do ano 1772, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres chegou à capitania do Mato Grosso para assumir o posto de governador. Nas instruções que Martinho de Melo e Castro deu a Luís de Albuquerque e Cáceres, em setembro de 1772, recomendava ao novo governador que fosse com o “capitão engenheiro Salvador Franco da Mota⁴²² e os mais engenheiros que houver” até a Fortaleza de Bragança examinar o estado dela e o espaço para construir um armazém da Companhia.⁴²³

Em 1774, o marquês de Pombal ordenou a Luís de Albuquerque e Cáceres que consolidasse a Fortaleza de Bragança. Esse forte foi utilizado até 1783, quando seu efetivo foi transferido o Real Forte Príncipe da Beira, localizado a dois quilômetros, na mesma margem do rio Guaporé.⁴²⁴ Essas instruções que foram dadas ao novo governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque e Cáceres, estavam conectadas aos

⁴¹⁹ Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 22 de fevereiro de 1772. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 16, D. 975.

⁴²⁰ Domingos Sambucetti era italiano e atuou na Amazônia entre 1756 e 1771. A partir de 1772, atuou no Mato Grosso, onde criticou os erros presentes no projeto de construção da Fortaleza de Bragança e, posteriormente, participou da construção do Forte Príncipe da Beira (FONTANA, Riccardo. **As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambucetti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII**. Brasília, DF: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005. v. 46).

⁴²¹ Parecer do engenheiro Domingos Sambucetti, escrito em Vila Bela, em 19 de janeiro de 1772, está anexado em “Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 22 de fevereiro de 1772. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 16, D. 975.

⁴²² Salvador Franco da Mota havia sido preso em Lisboa antes de ser nomeado para servir como engenheiro, acompanhando, a partir do Rio de Janeiro, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres até Mato Grosso. Em um ofício que escreveu ao rei, disse Luís de Albuquerque e Cáceres que Franco da Mota havia sido nomeado para servir no Mato Grosso “para poder reformar suas culpáveis desordens” e tão logo chegasse no Rio de Janeiro o advertiria “sobre o modo de comportar-se”. Ofício de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, nomeado ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1771. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 16, D. 963.

⁴²³ Instruções de Martinho de Melo e Castro ao governador e capitão-general de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres relativas à comunicação “por rios e ribeiras”, entre Pará e Mato Grosso. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 30 de setembro 1772. In: FREYRE, Gilberto. **Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII**. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1968. p. 373-376.

⁴²⁴ COSTA, Graciete Guerra da. **Fortes portugueses na Amazônia brasileira**. 2012. Trabalho apresentado na conclusão do estágio de pós-doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012. p. 73.

projetos expansionistas que, na década de 1770, a Coroa portuguesa planejava para a fronteira oeste da capitania do Mato Grosso e do estado do Grão-Pará e Maranhão. É no âmbito desse projeto que se insere a edificação do Forte Real Príncipe da Beira.

2.4 FORTE REAL PRÍNCIPE DA BEIRA

A nomeação de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para exercer a função de governador da capitania do Mato Grosso coincidiu com uma mudança no posto de governador do estado do Grão-Pará e Maranhão: Fernando da Costa de Ataíde Teive foi substituído por João Pereira Caldas. Essa dupla mudança nos cargos de governadores não foi aleatória, uma vez que estava relacionada aos projetos que a administração lusitana pensou para a região de fronteira do estado do Grão-Pará e da capitania do Mato Grosso.

O projeto arquitetado pela monarquia portuguesa, na década de 1770, consistia no fomento de um comércio com os castelhanos na região de fronteira. Um dos objetivos desse plano era drenar a prata espanhola para os cofres portugueses. Segundo Corcino Medeiros dos Santos, a prata espanhola era importante para o governo lusitano. Desde pelo menos o século XVI, o metal extraído de Potosí, no alto Peru, chegava ao Brasil. Posteriormente, uma volumosa quantidade de prata começou a chegar ao Rio de Janeiro pelo rio da Prata, seguindo para Portugal. Durante o século XVIII, a entrada da prata espanhola no Brasil teria se tornado mais difícil em função dos conflitos armados, na América, envolvendo os reinos ibéricos, e da intensificação da fiscalização espanhola.⁴²⁵

Além da redução da quantidade desse metal entrando nos territórios portugueses, a Coroa lusitana tinha outros dois problemas para resolver na segunda metade do século XVIII: consolidar a posse e o domínio na região leste do estado do Grão-Pará, que fazia fronteira com os domínios espanhóis, e consolidar a comunicação fluvial entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso.⁴²⁶

A necessidade de resolver esses problemas justificou a organização, no início do mês de julho de 1770, de uma reunião da qual participaram o marquês de Pombal, Martinho de Melo e Castro (secretário de estado da Marinha e Ultramar) e José Seabra

⁴²⁵ SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Três ensaios de história colonial**. Brasília, DF: Senado Federal/Conselho Editorial, 2007. Sobre o comércio e o contrabando da entre lusitanos e espanhóis no rio da Prata, ver: CANABRAVA, Alice P. **O comércio português no rio da Prata (1580-1640)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

⁴²⁶ Ibidem.

da Silva. Nessa reunião, foi elaborado o Secretíssimo Plano de Comércio, cujo principal objetivo era, justamente, solucionar os três problemas apontados. Outra reunião teria acontecido em setembro de 1772, pouco antes de João Pereira Caldas chegar ao estado do Grão-Pará, e nela se discutiram e se elaboraram as “Instruções Secretíssimas”, que seriam complementares ao Secretíssimo Plano e que foram entregues a Pereira Caldas. Além dos três que participaram da primeira reunião em julho de 1770, na segunda reunião estariam presentes João Pereira Caldas e quatro deputados da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.⁴²⁷

Através do Secretíssimo Plano de Comércio, a Coroa portuguesa pretendia “assegurar a posse definitiva da Amazônia, promover a captura da prata castelhana por meio de outros caminhos que não o de Buenos Aires e dinamizar as comunicações e comércio com a capitania de Mato Grosso”.⁴²⁸

Para o funcionamento desse Plano de Comércio, eram necessárias, primeiramente, a construção de sete feitorias localizadas no estado do Grão-Pará e Maranhão e na capitania Mato Grosso e a estruturação de um aparato de defesa. Esses estabelecimentos seriam construídos sob a direção dos governadores do Estado do Grão-Pará e da capitania do Mato Grosso. Além disso, caberia à Companhia Geral financiar esses empreendimentos. Dessa maneira, competiria ao governador João Pereira Caldas a supervisão da feitoria construída nas vilas de Barcelos, de São José do Javari, de Borba, a Nova, “a vinte dias de viagem” de Borba “na planície onde as canoas costumam parar depois de costearem a Ilha dos Muras, e as duas que a ela seguem”.⁴²⁹

Quanto ao governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, caberia conduzir a construção de uma fortaleza na “duodécima cachoeira, de frente das fozes dos dois rios Beni e Enim, no lado oriental da mesma cachoeira” que fosse “capaz de defender e segurar aquela importante passagem” e “ao mesmo tempo sirva de feitoria, que promova e dilate o comércio”. Deveria, igualmente, Pereira e Cáceres estabelecer “uma feitoria na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição” e outra na “barra do rio Maquens”, entre a mesma fortaleza e Vila Bela.⁴³⁰

⁴²⁷ *Ibidem*.

⁴²⁸ SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Op. cit.*, p. 89.

⁴²⁹ Instrução com que Sua Majestade manda passar a Capitania do Grão-Pará e Maranhão o governador, e Capitão General João Pereira Caldas. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 2 de outubro de 1772. **AHU**, Códice 596, [fl. 15v.]. Essa instrução também orientava sobre como proceder em relação aos preços dos produtos comercializados nas regiões de fronteira e acerca da introdução dos africanos escravizados na capitania do Mato Grosso.

⁴³⁰ *Ibidem*, [fl. 16].

Tal qual João Pereira Caldas, Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres igualmente foi orientado pela Coroa portuguesa sobre a edificação desses “estabelecimentos e feitorias úteis ao comércio e cômodos aos navegantes”. Nesse sentido, ordenou-se a Luís de Albuquerque e Cáceres que fosse “examinar os lugares e sítios mais consideráveis dessa capitania”, para que os edifícios planejados fossem construídos.⁴³¹

No dia 10 de fevereiro de 1774, partiu, então, de Vila Bela Luís de Albuquerque e Cáceres para fazer as ditas “averiguações e exames”. Primeiramente, foi logo “indagar pessoalmente a pequena altura apontada que jaz um pouco acima da destruída Fortaleza da Conceição” e a configurou “exatamente no papel”. Nesse local, Luís de Albuquerque e Cáceres os “dois engenheiros⁴³² que tinha pedido” do Pará.⁴³³ Depois dessa diligência, foi ao local escolhido para a construção de outra fortaleza, conforme havia sido orientado. Ao chegar ao dito local, viu-se “embaraçado sobre a eleição que deveria fazer de terreno para construção do forte”.⁴³⁴

Observando, então, que “seria um prejuízo certo e muito considerável o estabelecer uma obra semelhante que deve ser de solidez e duração” em um local “que inundará completamente nas cheias grandes”, seguiu para “fazer uma tentativa na margem direita descendo o rio ou oriental da confluência”. Na ocasião, descobriu “um curto espaço notado de cor encarnada e situado quase defronte da extremidade meridional da ilha grande” e era de “elevação sobre atual nível do rio”. Dessa maneira, ainda que reconhecesse a importância de ocupar a margem ocidental do Madeira, argumentava que facilmente poderiam “sustentar a posse” de uma “povoação na margem direita” e “ocupá-la com forças para cujo destino se divisam”.⁴³⁵

Provavelmente, foi nesse lugar que foi construído o Real Forte Príncipe da Beira. O engenheiro Domingos Sambucetti teria chegado a esse local em abril de 1775 e iniciado a primeira fase da construção da fortaleza. Em junho do ano seguinte, ocorreu a cerimônia em que se lançava “a primeira pedra na nova fortaleza” no local que “tinha

⁴³¹ Instruções de Martinho de Mello e Castro ao governador e capitão-general de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres relativas à comunicação “por rios e ribeiras”, entre Pará e Mato Grosso. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 30 de setembro 1772. In: FREYRE, Gilberto. Op. cit., p. 373-376.

⁴³² Havia uma carência de engenheiros na Capitania do Mato Grosso desde o governo de Antonio Rolim de Moura. Os engenheiros que o governador Luís de Albuquerque e Cáceres encontrou seriam Domingos Sambucetti e Alexandre José de Sousa.

⁴³³ Carta de Luiz de Albuquerque para Secretaria de Estado dos Negócios do Reino sobre os procedimentos que se experimentaram, em virtude das Reais Ordens para o progresso dos novos estabelecimentos, determinados pelo mesmo Real Senhor. Rio da Madeira, 3 de março de 1774. In: FREYRE, Gilberto. Op. cit., p. 355-361.

⁴³⁴ Ibidem.

⁴³⁵ Ibidem.

sido escolhido, e aprovado pelo mesmo senhor”, e que o monarca havia acatado e ordenado a construção “assim por estar livre das maiores excrecências do dito rio, como porque o terreno é naturalmente o mais sólido, e o mais acomodado em todos os sentidos que podia desejar-se”.⁴³⁶

O projeto do Real Forte Príncipe da Beira previa uma construção abaluartada no sistema Vauban⁴³⁷ preconizado à época e que havia sido empregado na edificação da Fortaleza de Macapá.⁴³⁸ O engenheiro militar italiano Domingos Sambucetti desempenhou um papel fundamental na edificação do Real Forte Príncipe da Beira. Além dessa fortificação, esse engenheiro projetou o Forte de Coimbra e o trabalho no projeto da Vila Nova de Mazagão, em 1769, na margem do rio Mutucúá, na foz do rio Amazonas.⁴³⁹

Diversos materiais foram utilizados para edificar a fortificação, como pedra canga (laterita), madeira, ferro, cal e telha. Parte desse material era encontrada na própria capitania do Mato Grosso. Outros, porém, eram oriundos do estado do Grão-Pará, como parte da pedra cal.⁴⁴⁰ Parte das ferramentas utilizadas também vinha do estado do Grão-Pará. Em uma carta que o engenheiro Domingos Sambucetti escreveu ao governador do Mato Grosso, dizia que, pela relação do que ia do Pará, tinha ciência de que iam pás de ferro e alavancas que necessitavam na obra.⁴⁴¹

Quanto ao grupo de trabalhadores que desenvolveram atividades laborais na edificação do Real Forte Príncipe da Beira, é caracterizado pela presença de indígenas, negros escravizados e até mesmo militares. Segundo Lourismar Barroso, os militares que trabalharam na construção recebiam um aditivo em seus salários, que variava conforme o cargo e patente de cada um. Alguns militares tinham patente superior, que assumiam cargos e comandos, enquanto outros executavam tarefas e obrigações.⁴⁴²

⁴³⁶ Ofício do governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Sebastião José de Carvalho e Melo. Forte Príncipe da Beira, 23 de junho de 1776. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 18, D. 1126.

⁴³⁷ Sébastian Le Preste, Marquês de Vauban (1633-1707) foi um engenheiro e arquiteto militar francês que implementou métodos na construção de fortificações que seriam usados posteriormente.

⁴³⁸ NUNES, José Maria de Souza; ADONIAS, Isa. **Real Forte Príncipe da Beira**. Salvador: Fundação Emílio Odebrecht; Rio de Janeiro: Spalla, 1985. p. 284.

⁴³⁹ VALLA, Margarida. A construção da fortaleza como imagem do poder real: Fortaleza de Mazagão (Marrocos); Forte da Graça (Portugal); Forte Príncipe da Beira (Brasil). In: 3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO BRASILEIRA. 2019, Salvador. **Anais...** Salvador: Faculdade de Arquitetura e Escola Politécnica Universidade Federal da Bahia, 2019.

⁴⁴⁰ BARROSO, Lourismar da Silva. **Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. p. 61-69.

⁴⁴¹ Carta de Domingos Sambucetti ao governador do Mato Grosso. [Das obras], 6 de novembro de 1775. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 087, Cx. 002).

⁴⁴² BARROSO, Lourismar da Silva. Op. cit., p. 62-63.

Os escravizados poderiam ser de particulares⁴⁴³ ou de El Rey.⁴⁴⁴ Além disso, um quantitativo de trabalhadores era do estado do Grão-Pará. Nesse sentido, entre os pedreiros do estado do Pará, constavam José Rodrigues, João Francisco Brabo, Clemente Cariboca, André da Silveira (crioulo), Domingos da Silva (indígena), Felipe Miranda, Manoel Correia Lobo e dois alemães, João Queques e João Frosmer, e o mestre José Nogueira.⁴⁴⁵ Possivelmente, alguns homens do estado do Grão-Pará que trabalharam na construção do Forte Príncipe da Beira já tinham experiência nesse tipo de atividade. Esse é o caso do mestre José Nogueira. Segundo o engenheiro Domingos Sambucetti, o dito Nogueira era o “melhor oficial que havia em Macapá e é o único que pode servir de mestre de obra”.⁴⁴⁶

A edificação do Real Forte Príncipe da Beira justificava-se, assim, a partir da necessidade de proteção da fronteira com os domínios castelhanos e, igualmente, do armazenamento dos produtos comercializados pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão por meio do caminho fluvial pelos rios Guaporé, Madeira e Mamoré. Localizado no atual município de Costa Marques, em Rondônia, o Real Forte Príncipe da Beira teria sido uma fortificação fundamental na espacialização da fronteira entre os domínios ibéricos e na articulação entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso.⁴⁴⁷

*

Como lembrou Maria Catharina Prata, a construção da posse de um território perpassa pela presença e ocupação, como as fortalezas e os fortins. Com estruturas funcionais e militares, as fortalezas desempenhavam o papel de defesa e eram representativas dos sinais de poder em uma paisagem.⁴⁴⁸ Assim, o planejamento e a construção do Forte de Bragança e do Real Príncipe da Beira, ambos na margem do Guaporé, na capitania do Mato Grosso, são representativos de uma política, fundamentalmente, de defesa territorial articulada pela Coroa portuguesa e pelo governo

⁴⁴³ Relação dos trabalhadores e oficiais da obra do Forte Príncipe da Beira. Real Forte Príncipe da Beira, post. 1776. APMT (B. APMT. RFP. RO 0009, Cx. 001).

⁴⁴⁴ Carta do capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda ao governador da capitania do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Forte Príncipe da Beira, 2 de março de 1780. APMT (BR APMT. RFP. CA 0137, Cx. 002).

⁴⁴⁵ Relação dos trabalhadores e oficiais da obra do Forte Príncipe da Beira. Real Forte Príncipe da Beira, post. 1776. APMT (BR APMT. RFP. RO 0009, Cx. 001).

⁴⁴⁶ Carta de Domingos Sambucetti ao governador do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Forte Príncipe da Beira, 10 de dezembro de 1776. APMT (BR APMT. RFP. CA 0008, Cx. 002).

⁴⁴⁷ FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe da Beira e a fronteira noroeste da América portuguesa (1776-1796)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

⁴⁴⁸ PRATA, Maria Catharina Reis Queiroz. Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela engenharia militar na América portuguesa. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 13, n. 2, p. 127-145, maio/ago. 2011.

da capitania do Mato Grosso. Por outro lado, essas fortificações poderiam desempenhar importantes funções relacionadas à comercialização de mercadorias e ao transporte de pessoas na rota Madeira, Mamoré e Guaporé.

É possível, assim, afirmar que o Forte de Bragança e o do Real Príncipe da Beira eram partes constituintes da composição do caminho fluvial que conectava o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. Mais que referenciais de defesa do império português na América, esses fortes serviram como núcleos de apoio aos expedicionários que navegavam pelos vales dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Coroa portuguesa e os governos locais planejaram e edificaram núcleos de povoamento e aparatos militares nas margens dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, que fizeram parte do caminho fluvial que conectava o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, ainda que esses espaços coloniais tenham sido pensados com objetivos diversificados. A ocupação do espaço que se tornou a Vila de Borba, em meados do século XVIII, remete ao projeto jesuítico implementado no século XVII. A transformação de Trocano em vila foi emblemática, assim, de uma política de reorganização espacial implementada pela Coroa portuguesa, que justificou, igualmente, a criação de Vila Bela, do Forte de Bragança e do Real Príncipe da Beira, e a tentativa de ocupação da segunda cachoeira do Madeira, empreendida por Silva Gusmão.

O projeto de dominação espacial iniciado no reinado de D. João V, por meio do Tratado de Madri, prosseguiu como política durante o reinado de D. José I e de seu ministro, o marquês de Pombal. A demarcação da posse territorial do oeste da capitania do Mato Grosso e do estado do Grão-Pará foi realizada por meio do fomento à ocupação das margens dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé.

Esses espaços de povoamento e defesa eram vistos também como áreas importantes para viabilizar a conexão entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso e as redes comerciais estabelecidas não apenas entre os domínios portugueses, mas também com os castelhanos. Não eram apenas vilas e fortificações: eram lugares que serviam para auxiliar os expedicionários. Representavam o tempo da pausa na mobilidade. Nesse sentido, o caminho fluvial pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé não é formado apenas pelo movimento, o ir e vir, das embarcações e dos expedicionários, pois cada núcleo de ocupação e defesa era, igualmente, parte do próprio caminho.

3 NATUREZA, ENFERMIDADES E ABASTECIMENTO NO CAMINHO

Como vimos, nos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, diversos sujeitos navegavam, interagiam, entre si e com moradores dos núcleos de povoamento situados ao longo dos rios, bem como conduziam mercadorias entre Belém e Vila Bela, que eram os dois extremos dessa rota de navegação.

Os rios, se, por um lado, podem ser vetores de integração, também podem ser utilizados para construir fronteiras. Nesse sentido, também são construídos pelo homem. Como lembrou Lucien Febvre, o rio pode ser único, mas também vários, quando se criam limites.⁴⁴⁹ Além disso, são lugares que permitem navegar e viajar: são espaços que representam a fluidez, em movimento, e são caminhos. Conduzem pessoas, saciam a sede, aplacam a fome, lavam corpos e roupas.⁴⁵⁰ Nesse sentido, esses cursos de água, com suas características geográficas, ecológicas, geológicas e hidrológicas, não constituíam apenas estradas fluviais pelos quais circulavam sujeitos e mercadorias. Os rios não são entendidos como estáticos e à mercê dos projetos coloniais, pois, para que se navegasse neles, era preciso se adequar às peculiaridades hídricas e aos regimes sazonais de cheia e vazante, que ofereciam obstáculos e demandavam árduos trabalhos.⁴⁵¹

Além disso, os rios experimentam mudanças decorrentes das ações antrópicas e de transformações geológicas. Ou seja, eles têm história(s), e sua relação com a sociedade precisa ser pensada a partir de um processo histórico. Assim, a navegação entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso foi construída também a partir da relação e conhecimento que os expedicionários mantinham com os rios e com a água. Dessa maneira, por exemplo, encontrar água para o consumo, atravessar as cachoeiras e escolher espaços apropriados para construir embarcações ao longo do caminho são resultado das experiências acumuladas de deslocamento pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé.

A relação dos expedicionários com o espaço dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé manifestava-se, igualmente, pela dificuldade em atravessar as cachoeiras, pela importunação de animais e insetos durante a expedição e através das doenças. Os

⁴⁴⁹ FEBVRE, Lucien. **O Reno**: história, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 83.

⁴⁵⁰ CHIAPETTI, R. J. N.; CHIAPETTI, Jorge. A água e os rios: imagens e imaginário da natureza. **Geograficidade**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 71-90, 2011.

⁴⁵¹ OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. **A corrida pelo rio**: projetos de canais para o Rio São Francisco e disputas territoriais no império brasileiro (1846-1886). Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massagana, 2019. p. 57-68.

incômodos causados pelos insetos representavam também grandes riscos aos expedicionários, uma vez que podiam ser transmissores de doenças. Os meios utilizados para cuidar das enfermidades, por seu lado, estavam relacionados aos recursos extraídos do entorno dos próprios rios através dos conhecimentos indígenas.

Os perigos e incômodos decorrentes da viagem e a maneira como se navegava pelos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé são algumas particularidades que permitem refletir sobre o que era essa navegação e o cotidiano das expedições. Outra perspectiva é o abastecimento das expedições. Essas variáveis, por sua vez, não deixaram de ser alvo das preocupações e das políticas do governo lusitano.

A oficialização dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé como vias de conexão territorial entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso suscitou a elaboração e a implementação de uma série de medidas que transformaram essa vinculação fluvial em um caminho lusitano e atenderam a essas novas demandas da sociedade colonial. Essas medidas não se restringiram apenas ao momento imediato após oficialização desse caminho, pois continuaram sendo pensadas e implementadas nos anos posteriores. Nesse sentido, tais diretrizes políticas e econômicas, em certa medida, influenciavam a maneira como se fazia a viagem.

Este capítulo pretende analisar a relação dos expedicionários com a região do caminho Guaporé, Mamoré e Madeira e o cotidiano das expedições que percorriam o caminho fluvial. Objetiva-se discutir de que maneira as características desses rios afetavam as expedições que navegavam por eles, a importância dos *práticos* na navegação, bem como as maneiras pelas quais os expedicionários conseguiam alimentos, e os riscos e incômodos que vivenciavam nas travessias das cachoeiras e no contato com animais e insetos durante as expedições. Além disso, será discutido como as diretrizes portuguesas impactavam as expedições, afetavam as viagens e favoreciam o aparecimento de novas demandas.

3.1 O TEMPO DAS ÁGUAS, O TEMPO DAS SECAS E O TEMPO DAS VIAGENS

O deslocamento e a organização de núcleos de povoamento pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira submetiam os expedicionários e os moradores das povoações às características desses rios. Essas vias fluviais são caracterizadas por fenômenos naturais, como enchente, cheia, vazante e seca, que impactavam, por um lado, a navegação realizada neles pelos expedicionários. Além disso, tais fenômenos relacionados aos

níveis de água interferiam no desenvolvimento de inúmeras atividades daqueles que estavam situados ao longo desses rios, bem como conformavam paisagens e condicionavam dificuldades distintas aos expedicionários.

As mudanças naturais nos níveis de água que ocorriam nos rios favoreciam o aparecimento de paisagens distintas. Viajar durante o período das secas permitia aos expedicionários entrar em contato e interagir com uma paisagem diferente da que era formada na estação de cheia dos rios. Navegava, por exemplo, a tropa do sargento-mor Luís Fagundes Machado durante o mês de outubro de 1749, quando “aportaram as canoas em uma ilheta de pedras, que havia em pouca distância de terra”. Tal “ilheta” não “aparece em tempo de rio cheio por ser a sua elevação a metade menos de que tem a ribanceira da terra, que também alaga com a cheia”.⁴⁵² Bancos de areia, pequenas ilhas e praias visíveis nos períodos de seca desapareciam nas estações de cheia dos rios.

Exemplar também dessa perspectiva é a carta que o governador Antonio Rolim de Moura escreveu a Francisco Xavier Mendonça Furtado. Nessa carta, Rolim de Moura dizia que estava a aldeia de Santa Rosa “sobre uma cachoeira, que ainda que não seja mais perigosa”, no período “das secas, em que estão as pedras a mostra tem a dificuldade, que basta para não passar por ela coisa alguma contra vontade, de quem for senhor da aldeia”. Assim, a visibilidade das pedras que formavam as cachoeiras do Madeira, bem como as praias, ilhas e a margem dos rios, estava sujeita aos períodos de seca e cheia dos rios.

As características das águas dos rios, observadas por diversos sujeitos, ajudam a refletir acerca da paisagem dessa rota de navegação e da importância que elas tinham para aquela sociedade. Pouco depois de iniciar o ano 1774, no mês de fevereiro, o governador da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e

⁴⁵² FONSECA, José Gonçalves da. Op. cit., p. 300.

Cáceres,⁴⁵³ escreveu a Martinho de Melo e Castro, secretário de estado, relatando que “as correntes dos rios Guaporé e Mamoré com toda a sua figura e em toda a sua extensão desde Vila Bela” lhe pareciam “objeto muito digno de ser examinado, e de chegar à soberana presença do mesmo senhor com todo grau de clareza, e de individuação que fosse praticável”. Por essa razão, na viagem que havia realizado por aqueles rios teria feito um “plano dos seus leitos com todo aquele escrúpulo e exatidão de que pode ser suscetível uma operação de semelhante natureza”.⁴⁵⁴

Reflexões sobre as qualidades das águas também foram feitas pelos expedicionários. Assim, por exemplo, José Gonçalves Fonseca relatou que as águas do rio Jamari, um dos afluentes do Madeira, eram “cristalinas e gratas ao paladar”.⁴⁵⁵ Além de caracterizar a água do Jamari como limpa e clara, Gonçalves Fonseca assinalou como eram apropriadas ao consumo.

Em outro trecho do relato, esse expedicionário relaciona a qualidade da água à ingestão. Essas distinções da água relacionadas ao consumo justificam-se na medida em que eram as águas dos rios eram consumidas pelos expedicionários. Nesse sentido, ao passar pela segunda cachoeira do Madeira, José Gonçalves Fonseca relatou que “somente a água é ainda mais barrenta pelas cachoeiras do que antes de chegar a elas”. Para beber essa água, “escrúpulo de que os intestinos se reforme de barro, é preciso nas vasilhas em que se toma água” colocar “uma porção de pedra-ume, a qual tem a virtude de fazer precipitar todo o lodo” e deixa “a água clara, a qual assim bebida é de muito bom gosto; porem sempre lhe fica a qualidade de pouco diurética”.⁴⁵⁶

Além da importância para saciar a sede, a água, principalmente a limpa, era importante para limpar a roupa dos expedicionários. Alguns dias antes de a tropa do

⁴⁵³ O governador Luís de Albuquerque e Cáceres era um sujeito interessado pela história natural e exercitou esse gosto durante sua permanência no Brasil. Por essa razão, Luís de Albuquerque e Cáceres teria encomendado desenhos de exemplares de algumas espécies da fauna e da flora existentes no Brasil central, resultando na organização de um livro com esse material. Além disso, era um dos correspondentes que Domingos Vandelli tinha na América portuguesa (BRIGOLA, João Carlos. Viagem, ciência e administração no Brasil colonial: os gabinetes setecentistas de história natural de Luís Pinto de Balsemão, de Luís de Vasconcelos e Sousa e de Luís de Albuquerque Cáceres. In: **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 331-339. Ver também: PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. 2006. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006).

⁴⁵⁴ Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Rio Madeira, 17 de fevereiro de 1774. AHU, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 17, doc. 1067.

⁴⁵⁵ FONSECA, José Gonçalves da. Op. cit., p. 315.

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 326.

sargento-mor Luís Fagundes Machado alcançar as cachoeiras do Madeira, os expedicionários demoraram “quase um dia no Jamari” em função “das averiguações que nele se fizeram” e “requereram os índios a limpeza da sua roupa, por não haver tão cedo esperanças de se achar água limpa”.⁴⁵⁷ Os indígenas que participavam dessa expedição conheciam, portanto, as qualidades das águas dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, pois requisitaram a limpeza dos trajes cientes de que posteriormente não encontrariam água apropriada para a lavagem. Nesse sentido, a relação e o conhecimento que os sujeitos que não eram indígenas construíram com os rios Madeira, Mamoré e Guaporé foram mediados pela presença dos indígenas nas expedições.

A relação que os expedicionários e os moradores dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé tinham com a água não estava apenas relacionada ao consumo. Ao que parece, as estações de seca e cheia dos rios marcavam um tempo para os moradores dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé e para aqueles que navegavam por eles. Em 18 de dezembro de 1761, o governador da capitania do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura escreveu uma longa carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado expondo diversos assuntos referentes a essa capitania. Nessa missiva, Rolim de Moura explicava que o posto de Nossa Senhora da Conceição estava localizado “em cima de uma cachoeira, distante desta Vila [Bela], rio abaixo, quinze até vinte dias de viagem”. Segundo o governador da capitania, “a dita cachoeira pelo *tempo das águas* não faz embarço algum a navegação”. Contudo, “na força das secas as embarcações que passam para baixo hão de buscar o canal” e “nenhuma embarcação contra vontade da guarnição pode passar por ali em *tempo de secas*, ainda para baixo sem evidente perigo de se perder”.⁴⁵⁸

O trecho da missiva que Rolim de Moura encaminhou ao Mendonça Furtado trata da travessia de uma cachoeira em dois *tempos*: o *das águas* e o *das secas*. Haveria, assim, dois momentos que se distinguiam pela volumosa presença ou escassez de água. Enquanto no *tempo das águas* as embarcações poderiam atravessar a cachoeira sem problemas, no *tempo das secas* havia um grande risco de perdê-las. Nesse caso, os sucessos das viagens pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé poderiam estar

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 315-316.

⁴⁵⁸ Doc. 30: “Reg.º de hua carta escripta ao Secretrº de estado, na qual se dá conta do estado desta Capitª”. Vila Bela, 18 de dezembro de 1761. APMT, Livro de Correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas Régias no Governo de Antônio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho (Livro C-11), grifo nosso.

condicionados, entre diversos fatores, ao *tempo* em que era realizada a expedição. O *tempo das águas* e o *tempo das secas* correspondem, assim, a dois períodos distintos, que impactavam as atividades que eram desenvolvidas nos rios Guaporé, Mamoré e Madeira e em Vila Bela.

Talvez, um dos principais exemplos sobre a maneira pela qual as expedições pelos rios eram influenciadas pelos fatores naturais, no caso, o regime das águas, são as monções paulistas que se dirigiam também ao Mato Grosso, no caso, a Cuiabá. Haveria, assim, uma periodicidade marcada pelos condicionantes naturais que caracterizavam essas viagens. Nesse sentido, essas monções saíam de Porto Feliz, geralmente, nos meses de março e abril. Em algumas ocasiões, poderiam iniciar a viagem até meados de junho, sob a condição de que não ultrapassassem o São João. A preferência por esse período justificava-se por ser a época de cheia dos rios, tornado a navegação menos difícil e arriscada aos expedicionários.⁴⁵⁹

As expedições, quando saíam de Belém em direção ao interior, poderiam seguir pelo canal do norte. Contudo, segundo Roberta Delson, o caminho pelo rio Pará era preferido ao do norte, que contornava a ilha do Marajó e entrava no canal do Amazonas. A preferência por ele é explicada a partir de três razões. Nesse sentido, Roberta Delson explica que os afluentes do Amazonas descarregam grandes quantidades de sólidos na foz do rio, favorecendo o aparecimento de bancos de areia, o que dificulta a navegação. Além disso, a formação do fenômeno conhecido como *pororoca*⁴⁶⁰ seria responsável por atemorizar os expedicionários.⁴⁶¹ Enquanto algumas regiões do Amazonas, como o médio Amazonas, tem um ciclo de inundação anual, a várzea estuarina da Amazônia recebe, diariamente, dois ciclos de inundações em decorrência da influência das marés

⁴⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia da Letras, 2017. p. 168-169.

⁴⁶⁰ A *pororoca* é um fenômeno associado ao encontro das águas do oceano com as do rio. Assim, ocorre a “entrada de uma ou várias ondas nos estuários e ocorre principalmente durante as marés de sizígia, quando as forças das marés superam as forças das águas fluviais contrárias, formando a pororoca rio acima” (CHAGAS, Marco Antônio et al. Alguém viu a pororoca por aí?. In: XXI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS. **Anais...**, Brasília, DF, 2015).

⁴⁶¹ DELSON, Roberta Marx. Inland navigation in colonial Brazil: using canoes on the Amazon. **International Journal of Maritime History**, v. VII, n. 1, jun. 1995, p. 19.

oceânicas.⁴⁶² Nesse sentido, as expedições que percorriam o caminho fluvial percorriam uma vasta região caracterizada por diferenciados ciclos hidrológicos.

A partir do quadro abaixo (Quadro 1), observa-se que a maioria das expedições saíam do estado do Grão-Pará, em direção ao Mato Grosso, a partir do mês de maio e estendiam-se pelos meses de junho, julho e agosto e setembro. Além disso, como mostra o próprio quadro, elas poderiam acontecer nos meses seguintes (outubro, novembro e dezembro), mas, ao que parece, eram exceções.⁴⁶³ O período compreendido entre os meses de junho e novembro corresponde à estação de águas baixas nos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, enquanto a temporada de enchente e cheia ocorre entre os meses de fevereiro e maio.⁴⁶⁴

Uma carta enviada pelo diretor da Vila de Borba, Domingos Franco, ao governador do Pará é exemplar de como o volume da água no rio interferia na realização das viagens. No final de abril de 1762, Domingos Franco relatou que, “tendo a canoa pronta e tudo o preciso para conduzir os fardamentos para Mato Grosso pela grande enchente do rio”, não poderiam partir de Borba “menos de 20 de maio”.⁴⁶⁵

Assim, da mesma maneira que a cheia do rio teria dificultado a construção das embarcações para que João Pedro Câmara prosseguisse sua viagem até o Mato Grosso, ela também dilatava o início das viagens até o Mato Grosso. Em função da cheia, seria necessário esperar até o final do mês de maio para que a canoa, com os fardamentos, fosse enviada ao Mato Grosso. Nesse sentido, as expedições que, partindo do estado do Grão-Pará, subiam os rios Madeira, Mamoré e Guaporé em direção à capitania do Mato Grosso, realizavam as viagens durante o período da vazante e seca dos rios. Trata-se, assim, de uma dinâmica de expedições fluviais distintas das monções paulistas, que subiam e desciam os rios nos períodos de cheia.

⁴⁶² NUNES FILHO, Jonas Rodrigues. **Modelagem da inundação de florestas de várzea do estuário Amazônico**. 2016. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) – Programa de Pós-graduação em Biodiversidade Tropical, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016. p. 16.

⁴⁶³ Para essa análise, considerei apenas as datas de início das viagens. Não incluí as de chegada das expedições para conjecturar as possíveis datas de início delas, pois o período das viagens era variável.

⁴⁶⁴ Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/sala-de-situacao/rio-madeira/saiba-mais>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

⁴⁶⁵ Carta de Domingos Franco para o governador do estado do Grão-Pará. Borba, 28 de abril de 1762. **APEP**, Códice 114, doc. 30, fl. 104.

Quadro 1 – Expedições do estado do Grão-Pará à capitania do Mato Grosso

Data da partida	De onde partiu	Data da chegada	Aonde chegou	Fonte
	Pará	Julho de 1749	Minas do Mato Grosso	AVB, p. 48
	Belém	Abril de 1750	Minas	AVB, p. 49
	Pará	Março de 1752	Mato Grosso	AVB, p. 51
	Pará	Junho de 1753	Minas do Mato Grosso	AVB, p. 53-54
	Pará	Janeiro de 1754	Minas do Mato Grosso	AVB, p. 54
Agosto de 1755	Pará			AHU, Pará (Cx. 38, D. 3614, Cx. 39, D. 3679)
		Dezembro de 1754	Vila Bela	AVB, p. 56
		Outubro de 1757	Vila Bela	CRM, v. 3, p. 77
Fevereiro de 1759	Pará		Vila Bela	APMT (FSG, CA 139, Cx. 004)
	Belém	Maio de 1761	Vila Bela	AVB, p. 83
	Pará	Agosto de 1761	Vila bela	AVB, p. 61
	Pará	Fevereiro de 1762	Vila Bela	AVB, p. 85
	Pará	Outubro de 1762	Vila Bela	AVB, p. 87; APMT (FSG CA. 200, Cx. 005)
Novembro de 1762	Vila de Borba	Fevereiro de 1763	Forte de Nossa Senhora da Conceição	APEP, Códice 134, doc. 01; AVB, p. 149
	Pará	Abril de 1763	Mato Grosso	AVB, p. 90
	Pará	Agosto de 1763	Mato grosso	AHU (Mato Grosso, Cx. 12 D. 699)
	Pará	Novembro de 1763	Mato Grosso	AVB, p. 173-174; APEP, Códice 131, doc. 93.
Maio de 1764	Pará	25 de dezembro de 1764	Vila Bela	AHU (Mato Grosso, Cx. 12 D. 736, Cx. 12 D. 73); AHU (Pará, Cx. 56, D. 5086); APEP, (Códice 70, doc. 89; Códice 142, doc. 53, Códice 134, doc. 58)
Julho de 1765	Santarém		Mato Grosso	APEP (Códice 152, doc. 36)
	Pará	11 de dezembro de 1765	Forte de Nossa Senhora da Conceição	AHU (Mato Grosso, Cx. 13 D. 763)
Novembro de 1765	Borba	Fevereiro de 1766	Vila bela	APEP (Códice 156, doc. 71, Códice 134, doc. 81, Códice 127, doc. 12).
	Belém	3 de maio de 1766	Forte de Nossa Senhora da Conceição	AVB, p. 107
Junho/julho de 1766	Pará/Borba	Novembro de 1766	Forte de Nossa Senhora da Conceição	APEP (Códice 171, doc. 16, doc. 23 e, doc. 26, Códice 127, doc. 23, doc. 24, doc. 26, doc. 28, doc. 29, doc. 31); APMT (FSG, Cx. 006, CA 247, Cx. 006, CA 248); AHU (Mato Grosso, Cx. 13 D. 788); AVB, p. 119
Maio de 1767	Pará		Vila Bela	APMT (FSG, Cx. 007, CA 276)
Julho de 1767	Pará		Vila Bela	APMT (FSG, Cx. 007, CA 282)

Maio de 1768	Santarém		Vila Bela	APMT, FSG, Cx. 007, CA 298; APEP, Códice 73, doc. 51
Abril/maio de 1768	Pará	Janeiro de 1769	Vila Bela	AVB, p.125; APEP (Códice 190, doc. 47, doc. 48, doc. 49); APMT (FSG, Cx. 007, CA 305)
Abril de 1770	Pará		Vila Bela	APMT (FSG, Cx. 008, CA 358)
	Pará	Novembro de 1770	Vila Bela	AVB, p. 176
Maio de 1771	Pará		Vila Bela	APMT (FSG, Cx. 009, CA 0390)
	Pará	Setembro de 1771	Vila Bela	AVB, p. 181
	Pará	Novembro 1771	Vila Bela	AVB, p. 181, APEP (Códice 236, doc. 10, doc. 12, doc. 14, doc. 33); APMT (FSG, Cx. 009, CA 0393)
Junho de 1771	Pará	Dezembro de 1771	Vila Bela	AVB, p. 182; APMT (FSG, Cx. 009, CA 0394)
	Pará	Janeiro de 1772	Vila Bela	AVB, p. 183
	Belém	Fevereiro de 1773	Vila Bela	APMT (FFNSC, CA 026, Cx. 001 e, CA 030 Cx. 001), AVB, p. 187
	Pará	Abril de 1773	Forte de Bragança	APMT (FFNSC, CA 0036, Cx. 001)
Abril de 1773	Pará	Dezembro de 1773	Forte de Bragança	APMT (FSG, Cx. 011, CA 0475, Cx. 011, CA 500); APMT (FFNSC, Cx. 001, CA 047, Cx. 001, CA 054)
	Pará	Fevereiro de 1774	Forte de Bragança	AVB, p. 192
Ant. ou junho de 1774	Pará		Mato Grosso	APMT (FSG, Cx. 011, CA 501) (FFNSC, Cx. 002, CA 069)
		Início de 1775	Mato Grosso	AVB, p. 202
Maio de 1775	Pará	Dezembro de 1775	Vila Bela	AVB, p. 201, APMT (FSG, CA 542, Cx. 012)
	Pará	Janeiro de 1776	Forte de Bragança	APMT (FFNSC, CA 098, Cx. 002)
	Pará	Janeiro e fevereiro de 1776	Vila Bela	AVB, p. 203
Abril/maio de 1776	Pará	Outubro de 1776	Forte de Bragança	APMT (FFNSC, CA 117, Cx. 002), (FSG, CA 0542, Cx. 0112 e, CA 547, Cx. 012), APEP (Códice 310, doc. 68)
	Pará	Fevereiro de 1777	Vila Bela	AVB, p. 209
	Borba	Agosto de 1777	Forte de Bragança	APMT (FFNSC, CA 146, Cx. 002)
Maio/junho de 1777	Pará	Setembro de 1777	Forte de Bragança	APMT (FFNSC, CA 151, Cx. 002) (FSG, CA 0572, Cx. 013, CA 0573, Cx. 013, CA 0574, Cx. 013), APEP (Códice 310, doc. 38)
	Borba	Setembro/outubro de 1777	Forte de Bragança/Vila Bela	APMT (FFNSC, CA 151, Cx. 002), AVB, p. 212
Agosto de 1777	Pará	Dezembro de 1777	Vila Bela	APEP (Códice 319, doc. 44); AVB, p. 212; APMT (FFNSC, CA 157, Cx. 002, FSG 580, Cx. 013)

Quanto às expedições que partiam da capitania do Mato Grosso e viajavam para o estado do Grão-Pará, observa-se pelo Quadro 2 que elas iniciavam, prioritariamente, nos períodos de enchente e cheia dos rios. Ou seja, essas expedições saíam do Mato Grosso, principalmente, entre os meses de novembro e maio. Mesmo assim, algumas saíram nos meses de junho e julho, meses de vazante dos rios. Dessa maneira, a estação de cheia dos rios era o período mais apropriado para se descer da capitania do Mato Grosso até o estado do Grão-Pará.

Quadro 2 – Expedições da capitania do Mato Grosso para o estado do Grão-Pará

Data da partida	De onde partiu	Data da chegada	Aonde chegou	Fonte
1742	Minas de Mato Grosso	1742	Pará	AVB, p. 44-45
1744	Minas de Mato Grosso			AVB, p. 46
1747	Minas de Mato Grosso			AVB, p. 48
1750	Minas de Mato Grosso		Pará	AVB, p. 51, AHU (Pará, Cx. 32 D. 3000)
Abril de 1751	Minas de Mato Grosso		Pará	AVB, p. 54
Junho de 1751	Mato Grosso			AHU Pará, Cx. 33, D. 3118
Julho (?)	Mato Grosso	Outubro/novembro de 1753	Pauxis/Tapajós	APEP (Código 70, doc. 08, Código 73, doc. 10, doc. 22, doc. 48, doc. 52) AHU (Pará, Cx. 35 D. 3315, Cx. 36 D. 3382)
Junho de 1755	Vila Bela		Pará	AVB, p. 58, APEP (Código 79, doc. 45).
	Vila Bela	Janeiro de 1763	Borba	APEP (código 134, doc. 04)
Abril de 1763	Vila Bela	Maio de 1763	Borba	AVB, p. 152; APEP (Código 130, doc. 43)
Fevereiro de 1764	Mato Grosso		Pará	AVB, p. 175
	Santa Rosa	Dezembro de 1765	Borba	APEP, Código 151 s/n
Fevereiro de 1765	Mato Grosso	Março/abril	Borba/Santarém/Gurupá	AVB p. 102; APEP (Código 134, doc. 73, fl. 204, Código 159, doc. 11)
	Forte Nossa Senhora Conceição	Novembro de 1765	Borba	APEP (Código 134, doc. 81)
	Mato Grosso	Março de 1766	Borba	APEP (Código 167, doc. 94)
Janeiro 1767	Mato Grosso			AVB, p. 123
	Mato Grosso	Agosto de 1768	Borba	APEP (Código 190, doc. 59)
Janeiro de 1769	Vila Bela		Pará	AVB, p. 127; APEP (Código 159, doc. 88)
Junho de 1769	Vila bela		Pará	AVB, p. 130
	Mato Grosso	Julho de 1770	Borba	APEP (Código 217, doc. 12)
Janeiro de 1771	Vila Bela		Pará	AVB, p. 178
Junho de 1771	Vila Bela	Agosto de 1771	Borba	AVB, p. 178; APEP (Código 235 s/n)
	Mato Grosso	Maio/junho de 1771	Borba/Monte Alegre	APEP, (Código 232 s/n)
Abril de 1771	Mato Grosso	Junho de 1771	Belém	APMT (FSG, CA 0394, Cx. 009)
Dezembro de 1771	Vila Bela		Pará	AVB, p. 182
Janeiro de 1773	Mato Grosso		Pará	AVB, p. 187, APEP (Código 73 s/n)
Março de 1773	Forte de Bragança			APMT (FFNSC, CA 0035, Cx. 001)
Agosto de 1773	Forte de Bragança			APMT (FFNSC, CA 0048, Cx. 001); APEP (Código 261, doc. 33)

Fevereiro de 1774	Forte de Bragança			APMT (FFNSC, CA 0063, Cx. 001)
		Março de 1775	Belém	APMT (FSG, CA 0512, Cx. 012)
		Outubro de 1775	Belém	APMT (FSG, CA 0527, Cx. 012)
Novembro de 1775	Forte de Bragança		Borba	APMT (FFNSC, CA 092, Cx. 002)
Fevereiro de 1776	Forte Conceição	Março/abril de 1776	Cidade do Pará	APMT (FFNSC, CA 106 cx. 002) (FSG, CA 542, Cx. 012)
Abril de 1776	Vila Bela		Pará	AVB, p. 204
Março de 1777	Forte de Bragança		Pará	APMT (FFNSC, CA 134, Cx. 002) (FSG, CA 573, Cx. 13)
Junho de 1777	Forte de Bragança		Borba	APMT (FFNSC, CA 140, Cx. 002)
Dezembro de 1777	Forte Conceição		Borba	APMT (FFNSC, CA 158 cx. 002); APEP (Códice 321, doc. 14)

Além dessa distinção, no período de realização das expedições, as durações dessas jornadas também eram diferentes. A distância entre Belém e Vila corresponderia a 764 léguas,⁴⁶⁶ o que equivale a 3.688,62 quilômetros. A viagem entre esses dois espaços, sem grandes dificuldades, estendia-se por meses. Amaral Lapa lembra que essas expedições duravam entre seis e sete meses.⁴⁶⁷ De fato, esse foi o tempo aproximado da viagem feita por João Pedro Câmara. Esse governador do Mato Grosso relatou em carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado que saiu Belém no dia 7 de maio de 1764 e concluiu a viagem somente no dia “25 de dezembro do mesmo ano, gastando nela sete meses”.⁴⁶⁸ Outras expedições estenderam-se por mais tempo. A expedição capitaneada pelo sargento-mor Luís Fagundes Machado, por exemplo, durou nove meses: iniciou em julho de 1749 e terminou em abril de 1750.⁴⁶⁹

Por outro lado, descer os rios Guaporé, Mamoré e Madeira tornava a viagem da capitania do Mato Grosso ao estado do Grão-Pará menos extensa que o percurso oposto. Nesse sentido, quando Antonio Rolim de Moura deixou o cargo de governador da capitania do Mato Grosso, seguiu para Bahia através dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. No dia 15 de fevereiro de 1765, Rolim de Moura iniciou sua viagem partindo de Vila Bela, “seguindo a sua derrota pela cidade do Grão-Pará”.⁴⁷⁰ Meses depois, em maio de 1765, Clemente de Almeida Pereira informava ao governador do estado do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive, que Antonio Rolim de Moura teria passado pela Fortaleza do Gurupá no dia 20 de abril de 1765.⁴⁷¹ Ou seja, aproximadamente dois meses depois de iniciar a expedição em Vila Bela, Antonio Rolim de Moura e sua comitiva passavam por Gurupá, relativamente próximo à cidade de Belém (para quem vinha de Mato Grosso, ao menos).

Ao que tudo indica, os períodos nos quais as expedições que faziam a comunicação entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará viajavam

⁴⁶⁶ DELSON, Roberta Marx. Op. cit., 1995, p. 19.

⁴⁶⁷ LAPA, José Roberto Amaral. **A economia colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 49.

⁴⁶⁸ Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 10 de fevereiro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 731.

⁴⁶⁹ FONSECA, José Gonçalves da. Op. cit., p. 415.

⁴⁷⁰ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 102.

⁴⁷¹ Carta de Clemente de Almeida Pereira para Fernando da Costa de Ataíde Teive. Gurupá, 7 de maio de 1765. **APEP**, Códice 159, doc. 11.

estavam relacionados aos períodos do ciclo hidrológico.⁴⁷² Isso, por sua vez, não exclui a possibilidade de que expedições fossem realizadas em períodos distintos, como: deslocar-se para o Mato Grosso em período de cheia dos rios ou navegar para o estado do Grão-Pará nas estações de seca. Além disso, a duração da viagem também estava condicionada às características dos rios: descer o rio, navegando acompanhando o movimento da correnteza, transformava a viagem que partia do Mato Grosso em direção ao estado do Grão-Pará menos demorada em relação à que era realizada em sentido oposto, navegando contra as correntes dos rios.

A navegação dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé era apenas uma das atividades que eram influenciadas pelas características dos rios. Afinal, os rios não são apenas caminhos utilizados para navegação. Por essa razão, as variações nos níveis de água influenciavam as atividades desenvolvidas por aqueles que residiam em suas margens ou proximidades. Tais atividades, por vezes, poderiam estar articuladas ao deslocamento por esses rios.

Assim, o período de cheia do rio teria interferido na preparação de recursos necessários para as expedições. No final do mês de julho de 1764, por exemplo, o diretor da Vila de Borba, a Nova, José Agostinho Denis, escreveu ao governador relatando que João Pedro Câmara, na viagem que fazia ao Mato Grosso, onde assumiria o posto de governador dessa capitania, havia chegado a Borba no início de julho daquele ano. Explicava o diretor que a estadia de João Pedro Câmara havia se estendido “por causa de uma das duas ubás se não poder concluir antes da chegada do dito senhor” uma vez que não foi possível “fazer as três pela enchente do rio não dar lugar a que se [descobrissem] paus suficientes para ela”.⁴⁷³

Questões militares da região articulavam-se também à variação nos níveis de água dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Primeiramente, as características geográficas influenciavam a organização e a composição militar da capitania do Mato Grosso. O governador do Mato Grosso João Pedro da Câmara escreveu a Francisco Xavier de Mendonça Furtado expondo que “este governo se não pode defender, somente com a

⁴⁷² Um ciclo hidrológico é subdividido em quatro períodos: seca, enchente, cheia e vazante (BITTENCOURT, Maria Mercedes; AMADIO, Sidnéia Aparecida. Proposta para identificação rápida dos períodos hidrológicos em áreas de várzea do rio Solimões-Amazonas nas proximidades de Manaus. *Acta Amazonica*, Manaus, v. 37, n. 2, p. 303-308, 2007).

⁴⁷³ Carta de José Agostinho Denis para o governador do Pará. [Borba, julho de 1764]. *APEP*, Códice 134, doc. 58, fl. 155.

companhia de dragões e pedestres”. Segundo o governador do Mato Grosso, os dragões⁴⁷⁴ “têm pouco uso a cavalo, por ser o país cortado de rios, e pantanais, e só servem para algumas diligências de condução de ouro, e guarda dos diamantes”.⁴⁷⁵

Exemplar, igualmente, acerca da maneira pela qual as características geográficas do Mato Grosso e a execução de atividades militares na área relacionavam-se aos atributos militares é um pedido de ajuda que o governador do Mato Grosso fez ao do estado do Pará. Na ocasião, o governador daquela capitania solicitava apoio militar para lidar com os castelhanos, no Guaporé, e caracterizava que habilidades deveriam ter os soldados que seriam enviados ao Mato Grosso.

A maneira pela qual esse conflito entre castelhanos e lusitanos foi se desenvolvendo no Guaporé motivou Antonio Rolim de Moura a solicitar socorro militar ao estado do Grão-Pará. Assim, no início de 1762, o governador Rolim de Moura escreveu uma carta ao governador do Pará Manoel Bernardo de Melo e Castro e nela pedia apoio em decorrência das investidas que os espanhóis estavam realizando na região, principalmente no rio Guaporé. Na missiva, Rolim de Moura dizia a Bernardo de Melo e Castro que “os melhores soldados que” ele podia mandar “são os que tiverem mais uso e desembaraço em andar embarcados por ser no rio a maior parte do serviço a que os destino”.⁴⁷⁶

A caracterização do soldado que daria apoio militar à capitania do Mato Grosso feita pelo governador Antonio Rolim de Moura exemplifica a conexão entre a composição militar e as características geográficas dessa capitania. Provavelmente, os soldados, com “uso e desembaraço em andar embarcados” solicitados pelo Antonio Rolim de Moura, iriam ocupar postos na *Flotilha de Canoas Artilhadas*. Organizada pelo próprio Rolim de Moura, a *Flotilha de Canoas Artilhadas* representava uma das medidas prescritas nas *Instruções Régias* dadas a esse governador e que pretendia garantir a segurança da capitania pelo rio Guaporé. A *Flotilha* teria sido constituída a

⁴⁷⁴ Durante o governo de Antonio Rolim de Moura, foram criadas duas companhias de Ordenança e as Companhia de Dragões e Pedestres. Os membros da Companhia de Dragões eram homens brancos, reinóis (CHAVES, Otávio Ribeiro. Op. cit., 2008, p. 108).

⁴⁷⁵ Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, 20 de junho de 1766. AHU, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 783.

⁴⁷⁶ Doc. 276: “Reg^o de hua carta escrita ao Gen^{al} do Pará Manoel de Bern^{do} de Melo e Castro”. Vila Bela, 31 de janeiro de 1762. APMT, Livro de registro de bando, portarias, editais e cartas expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares (Livro C-5).

partir do emprego e da adequação da arte militar europeia, adaptada à geografia do espaço colonial, e da apropriação dos métodos e estratégias de guerra indígenas.⁴⁷⁷

A organização e a operacionalização militar a partir da adequação das técnicas de guerra europeias às técnicas indígenas e às características dos espaços coloniais não teriam sido exclusivas da capitania do Mato Grosso. Como lembrou Pedro Puntoni, durante a *Guerra dos Bárbaros*, a *guerra brasílica* representava o resultado da acomodação da arte militar europeia às condições ecológicas do Nordeste, bem como a assimilação das técnicas indígenas de guerra.⁴⁷⁸

Além da importância de soldados que soubessem executar as tarefas militares em espaços aquáticos, o desenvolvimento das atividades bélicas também era caracterizado por um período hidrológico. Os conflitos envolvendo os ibéricos no Guaporé ensejou, em abril de 1763, o bloqueio do governador Antonio Rolim de Moura em Santa Rosa pelos castelhanos, que construíram um alojamento no Itanumas e, por conseguinte, dificultavam a comunicação entre Vila Bela e Santa Rosa. Nessa ocasião, os castelhanos aproveitaram que o rio não estava cheio e que o governador Rolim de Moura estava em Santa Rosa para bloquear a navegação. Nesse sentido, Rolim de Moura relatou a Mendonça Furtado que o espaço no qual os castelhanos estavam “é o cotovelo, que faz pela parte de baixo a barra do rio Itunamas” com Guaporé. No “ano de águas ordinárias costuma cobrir-se delas; mas como este tem sido tão seco, por isso o inimigo a achou em termos de se poder ali alojar”.⁴⁷⁹

É provável que os castelhanos tenham escolhido estrategicamente a barra do Itanumas e o período para construir o dito alojamento: uma estação no qual o nível da água estava baixo. A avaliação que governador Antonio Rolim de Moura fez sobre o alojamento dos castelhanos, igualmente, lembra que a escassez da água naquele ano favoreceu a instalação de uma base castelhana naquele espaço.

O conhecimento acerca dos períodos das variações dos níveis de água e a maneira pela qual essa informação era fundamental para organizar uma operação e

⁴⁷⁷ MELLO, Saulo Alvaro de. **O arsenal da Marinha em Mato Grosso: projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009. p. 23-24.

⁴⁷⁸ PUNTONI, Pedro. Op. cit., 2002, p. 191. Ver também: PUNTONI, Pedro. *A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América portuguesa, 1550-1700*. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 53, p. 189-204, mar. 1999.

⁴⁷⁹ Doc. 67: “Reg^o de hua carta p^a o secretario de estado Francisco X^{er} de Mend.^a Furt^o, em q. se dá conta dos sucessos do principio da guerra”. Nossa Senhora da Conceição, 31 de maio de 1763. **APMT**, Livro de Correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas Régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho (Livro C-11).

estratégia militar também podem ser observados pelo fato de o enfrentamento aos índios que eram acusados de cometerem ataques aos expedicionários não poder ser realizado em qualquer período. Em uma carta que Teotônio da Silva Gusmão encaminhou para o governador do Grão-Pará, em abril de 1760, ele relatava que esperava que retornassem do Mato Grosso, no mês de junho, “duas igaritês e soldados” para continuar o “curso ao gentio Mura”, e que “de junho até janeiro é o tempo próprio para isto”, pois seria “quando este gentio sai ao rio a infestar que agora como não há praias estão metidos nos seus lagos donde têm as [comedorias]”.⁴⁸⁰

A maneira como a variação do nível da água comprometia as investidas bélicas do governo colonial contra os Mura é relatada, igualmente, em uma carta escrita pelo governador Joaquim de Melo e Póvoas tratando dos ataques que esses indígenas eram acusados de fazer aos moradores do rio Solimões. Nesse sentido, na carta que Melo e Póvoas enviou ao governador, narrava que, no dia 13 de abril, havia chegado ao Arraial de Barcelos o capitão Ancieto Francisco de Távora. Esse capitão estava em uma diligência no “rio Solimões para desinfestar aquelas povoações do gentio Mura”. O capitão Francisco de Távora “não teve fortuna de se encontrar” com os Mura “por ser já tarde e entrarem as águas crescidas de sorte, que todos se tinham recolhido as suas terras”.⁴⁸¹

Os dois relatos sobre os ataques que seriam realizados pelo governo colonial e colonos contra os Mura explicitam como as variações nos níveis de água impactavam a realização das atividades bélicas. O relato de Teotônio da Silva Gusmão esclarece ao governador que haveria um período mais apropriado para combater os Mura. O tempo mais adequado para isso corresponderia ao da seca do rio Madeira, quando o volume de água baixaria, apareceriam as praias e os índios iriam até elas cometer os ataques aos que passavam pelo rio. Quanto à missiva enviada pelo governador da capitania do Rio Negro, aponta que o capitão Ancieto Francisco de Távora não havia conseguido fazer a diligência contra o Mura no Solimões, porque o volume de água crescera no rio e os índios teriam se dirigido para suas terras. Nesse sentido, a enchente do rio teria dificultado a realização da guerra contra os Mura.

Esses testemunhos sugerem que haveria um período apropriado para fazer a guerra contra esses índios. Esse tempo seria o da seca dos rios. Provavelmente, o governo colonial, em outros contextos, investiu contra os indígenas dessa região em

⁴⁸⁰ Carta de Teotônio Gusmão para governador do Pará. Povoação de Salto, 13 de abril de 1760. **APEP**, Códice 54.

⁴⁸¹ Carta de Joaquim de Melo e Povoas para o Manoel Bernardo de Mello e Castro. Barcelos, agosto de 1759. **APEP**, Códice 96, doc. 14.

períodos de cheia dos rios. A própria expedição do capitão Ancieto Francisco de Távora não logrou o sucesso esperado pelo governo colonial, porque foi realizada em um período em que os indígenas haviam se recolhido para as suas terras em função da cheia do rio. Talvez o ocorrido com a tropa do capitão Ancieto Francisco de Távora tenha servido de experiência para escolha do período de envio de tropas contra os indígenas. Teotônio da Silva Gusmão, contudo, já tinha ciência de que existia um tempo mais apropriado para investir contra os índios considerados hostis. Esse período era o da seca. Assim, talvez possamos pensar, para o espaço analisado, em um *tempo de guerra* que estaria relacionado a um tempo natural, o *tempo das secas* dos rios.

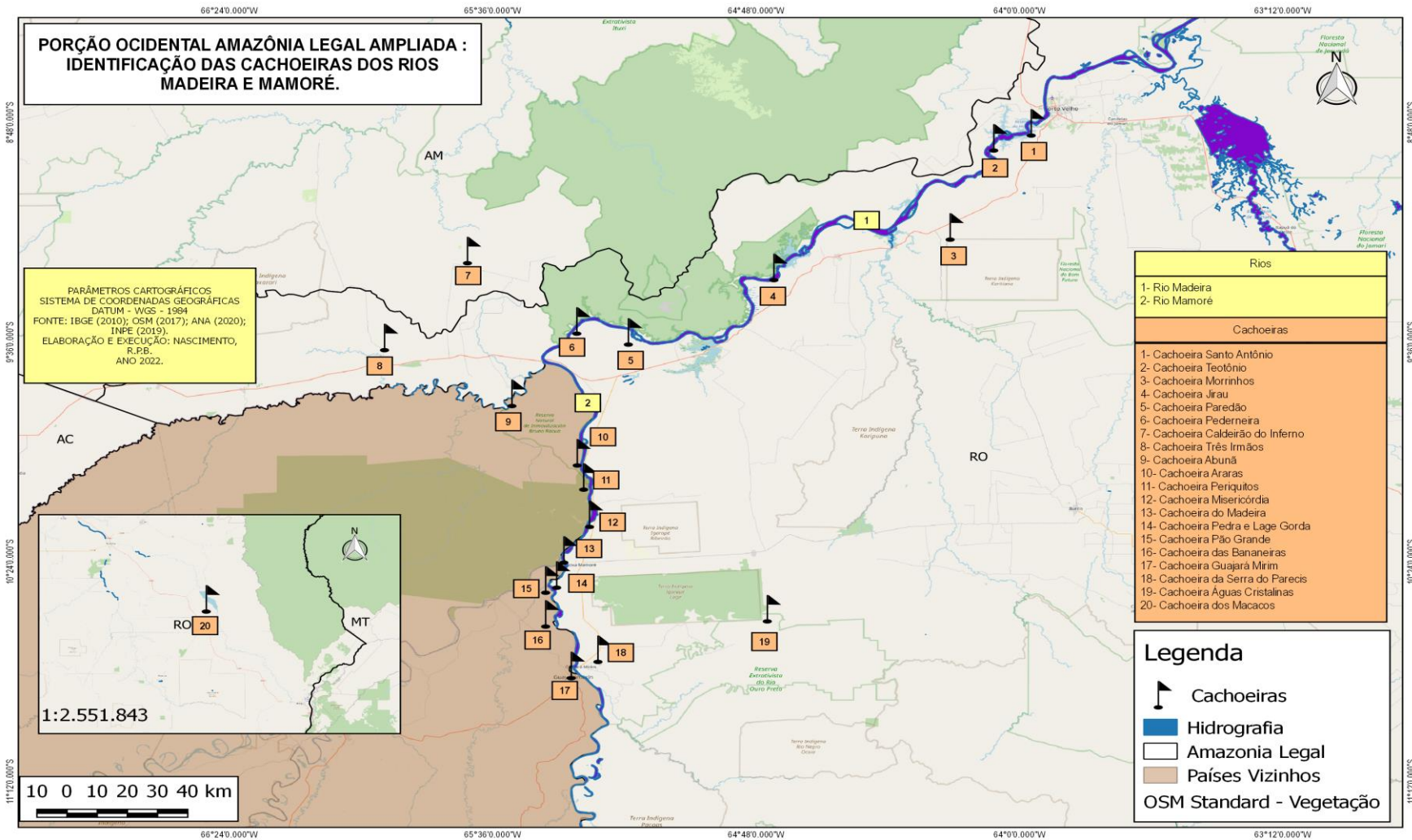
Os rios e suas águas não eram apenas cenários pelos quais diversos sujeitos transitavam. As movimentações pelos rios poderiam também ser condicionadas às dinâmicas hídricas. Em 1758, o governador Antonio Rolim de Moura justificava para Mendonça Furtado a demora no envio de uma guarda para o Sítio das Pedras explicando que em função do “tempo das águas há de causar alguma demora”. Nesse sentido, se não houvesse motivo para antecipar o envio da guarda para o Sítio das Pedras, ele a mandaria somente em abril de 1759 e “para Santa Rosa em julho”.⁴⁸²

É fundamental, assim, ponderar as variáveis hídricas para analisar as expedições pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. As diligências feitas pelos expedicionários e governantes consideravam, não raro, as características aquíferas do espaço que ocupavam e percorriam. Além disso, o *tempo das águas* poderia condicionar as agências, mobilizações e paisagens.

⁴⁸² Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao governador da capitania do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 9 de dezembro de 1758. AHU, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 593.

3.2 AS CACHOEIRAS DO MADEIRA

Mapa 2 – As cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré



As cachoeiras existentes no Madeira constituíam um dos “embarços” para a navegação entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará. Os relatos feitos pelos expedicionários e governantes narram as dificuldades existentes para atravessar essas quedas-d’água. Em uma carta de 1º de agosto de 1760, o governador do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, explicava para o secretário de estado, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, que a distância entre a Vila de Borba, no Madeira, e Santa Rosa, no Guaporé, “não é demasiadamente larga”. Contudo, haveria “dois embarços no caminho, que é o que mais dilata e dificulta a dita marcha, que vem a ser o gentio Mura, que medeia entre Borba e as cachoeiras” e “as mesmas cachoeiras”.⁴⁸³ Ou seja, além dos índios Mura, considerados como um obstáculo natural às viagens (e do qual nos ocuparemos adiante), as cachoeiras seriam responsáveis por algumas dificuldades das viagens.

Na véspera de São João, por exemplo, a tropa de Francisco de Melo Palheta chegou à “cachoeira chamada dos Iaguerites” e nela viram “sem encarecimento uma figura do inferno”. Explicava Melo Palheta que, ainda que tivesse “visto grandes cachoeiras, como são as horríveis e celebradas do rio dos Tapajós todas e do rio dos Tocantins, a Itaboca” e as que se seguem pelo rio Araguaia “e por ele até a cachoeira do Padre Raposo chamada Otimbora”, nenhuma se “igualava nem tem paridade a esta do rio da Madeira na sua grandeza e despenhadeiros de pedras e rochedo tão altos que nos pareceu impossível a passagem”.⁴⁸⁴

Outras cachoeiras assustavam até mesmo os indígenas. Nesse sentido, dizia o relato da expedição de Melo Palheta que a sexta “cachoeira assinalada dos Apamas é tão terrível e tão monstruosa e horrível” que até aos “mesmos naturais de cachoeira mete horror e faz desanimar, porque de contínuo está no mais violento curso de sua desatada corrente”.⁴⁸⁵

Atravessar as cachoeiras era extremamente trabalhoso. Para que a expedição de Melo Palheta cruzasse a cachoeira, que seria “uma figura do inferno”, foi necessário abrir “caminho cortando uma ponta de terra onde fizemos faxina”. Além disso, construíram “uma boa grade de madeira por onde se puxaram as galeotas”, e no mesmo “dia ainda se puxaram quatro suposto que com muita fadiga”. No dia seguinte, “que foi

⁴⁸³ Carta p^a o Ilm^o Ex^{mo} Sn^{ro} Thome Joaq^m da Costa Corte Real. [Vila Bela, 1º de agosto de 1760]. **APMT**, Livro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos. Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares, (C-04), doc. 250, fl. 164v.

⁴⁸⁴ SOUTHEY, Robert. Op. cit., p. 307.

⁴⁸⁵ A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira no documento da narração da viagem. In: ABREU, J. Capistrano de. Op. cit., p. 307. Quando a expedição de Francisco de Melo Palheta percorreu o rio Madeira, os índios Pamas teriam sido localizados na sexta cachoeira do Madeira.

o do nascimento de São João”, puxaram “as mais e se carregaram outra vez com farinhas e munições”, seguindo “mais de meia légua de caminho por terra”.⁴⁸⁶

Na travessia das cachoeiras, a tropa poderia ter diversas perdas materiais e humanas. As expedições estavam sujeitas, por exemplo, a perder as embarcações. Assim ocorreu na expedição de Manuel Félix de Lima. A tropa passava “uma corredeira, indo a canoa tão encostada à margem esquerda, que Manoel Felix de Lima saltou para terra” para vê-la “escorregar por um penedo erguido”. A corrente do rio a levou

[...] de encontro à pedra com força tal que a carga foi toda lançada à proa, sendo a gente arremessada fora. Salvou-se esta, vindo para terra conforme pôde, mas a canoa foi arrebataada pelo rio, perdendo-se logo de vista. Algumas coisas poucas ainda se salvaram, mas era assaz aterradora a perspectiva.⁴⁸⁷

A expedição de Francisco de Melo Palheta também não ficou isenta dessas perdas. Em meados do mês de julho, essa tropa seguia viagem e precisava atravessar uma das cachoeiras. Assim, teriam encaminhado a embarcação do cabo para que fosse a primeira a passar pela cachoeira. Contudo, não foi possível fazer a passagem dessa embarcação, pois quando puxavam ela

[...] para subir um degrau, que só teria seis palmos de altura, por ser muito direita a queda que fazia a água com velocidade que despenha a fúria da correnteza, logo sem mais tempo nem dar tempo se foi a pique largando toda a pobreza que levava dentro em si sem dar tempo a que lhe pudéssemos acudir, porque inda que fossem as amarras do mais fino linho não poderia ter mão a estas grandiosas correntes.⁴⁸⁸

Por essa razão, ficou o “cabo nesta alagação destituído de tudo”. Além disso, durante essa travessia, “ia morrendo um soldado afogado se lhe não acudissem”.⁴⁸⁹ Esse feliz sucesso não tiveram dois negros que viajavam com João de Moura Colaço. O Conselho Ultramarino relatou que Moura Colaço havia feito a viagem do Arraial de São Francisco Xavier, na capitania do Mato Grosso, para o “porto da cidade do Pará” para arrecadar “ouro em pó”. Moura Colaço teria partido do dito arraial no dia 4 de junho de 1751 com a comitiva, e “nas cachoeiras perdeu dois pretos que lhe morreram afogados”.⁴⁹⁰

Atravessar as cachoeiras era, assim, uma atividade extremamente arriscada, pois poderiam perder embarcações e/ou expedicionários. Algumas vezes, contudo, as canoas

⁴⁸⁶ Ibidem.

⁴⁸⁷ SOUTHEY, Robert. Op. cit., p. 430-431.

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 309-310.

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 310.

⁴⁹⁰ Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. José. Lisboa, 22 de junho de 1752. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 33, D. 3118.

eram danificadas na travessia, e isso obrigava os expedicionários a permanecer em pouso alguns dias para consertar os problemas nas embarcações. Nesse sentido, quando a tropa de Francisco de Melo Palheta atravessou a cachoeira dos Apamas, “a 2 de julho, depois das galeotas consertadas e breadas que se acabaram pelas 10 do dia”, continuaram a viagem.⁴⁹¹

A expedição do sargento Luís Fagundes Machado enfrentou, igualmente, problemas para transpor as cachoeiras. Quando passava pela segunda cachoeira, “tomaram as canoas o caminho da margem esquerda, e portaram em uma enseada pequena, donde como era inútil a diligência de explorar canais, se descarregaram tudo”. Após conduzirem “os mantimentos e trastes por terra rodeando o morro por espaço de 600 braças”, puxaram “pelo mesmo caminho as canoas por terra sobre estivas de madeiros, em cujo trabalho se gastou dois dias”. Como, nesse processo, “algumas canoas se desconjuntaram no puxadouro, em que havia uma elevação de terra donde foi preciso maior impulso para as mover”, necessitaram “outro dia para as refazer do dano”.⁴⁹²

O “embaraço” causado pelas cachoeiras foi lembrado também pelo conde de Azambuja, quando escreveu a seu sucessor, João Pedro Câmara. Nesse sentido, o conde de Azambuja teria encaminhado a João Pedro Câmara uma instrução contendo 34 parágrafos nos quais travavam diversos assuntos referentes à capitania do Mato Grosso. No parágrafo 24º, Rolim de Moura explicava que “a comunicação do Pará é uma grande vantagem” para eles “e será muito maior se se facilitarem as cachoeiras que estão no caminho”.⁴⁹³

Não foi possível saber se João Pedro da Câmara leu a instrução que o conde de Azambuja lhe encaminhou antes de chegar à capitania do Mato Grosso. Sabe-se que João Pedro Câmara chegou a Vila Bela por meio do caminho que comunicava a capitania do Mato Grosso ao estado do Grão-Pará e, nesse sentido, certamente atravessou todas as cachoeiras do Madeira.

Por essa razão, em um ofício que João Pedro da Câmara encaminhou para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, contou que sua viagem iniciou em Belém no dia 7 de maio de 1764, tendo concluído no dia 25 de dezembro do mesmo ano. A viagem teria durado, aproximadamente, sete meses em decorrência da “condução da artilharia que nas cachoeiras deu infinito trabalho”, pois em algumas cachoeiras “foi preciso abrir novos

⁴⁹¹ A bandeira de Francisco de Melo Palheta ao Madeira no documento da narração da viagem. In: ABREU, J. Capistrano de. Op. cit., p. 307.

⁴⁹² FONSECA, José Gonçalves da. Op. cit., p. 324-325.

⁴⁹³ “Cópia da instrução dada p^f ordem de S. Mag^e ao G.^{or} e Cap.^{am} desta Cap.^{nia} João Pedro da Camara pelo seu antecessor o conde de Azambuja” é datada de janeiro de 1765 em Vila Bela. A cópia, utilizada aqui, foi encaminhada a Sebastião José de Carvalho e Melo e data de 8 de maio de 1765. APMT, Livro de registro das instruções reais aos governadores da capitania de Mato Grosso (Livro C-03), fl. 28.

e dilatados caminhos, rompendo montanhas altíssimas”. Já em outras, nas quais “a passagem havia de ser forçosamente pelo rio, foi necessário alargar os canais para fazer lugar as canoas, quebrando penedos com ferro, e muitas vezes com fogo”.⁴⁹⁴

Tamanho era o obstáculo que Antonio Rolim de Moura defendia medidas que diminuíssem esses “embarços” para os expedicionários. Assim, esse governador escreveu ao secretário Diogo de Mendonça Corte Real, em carta de janeiro de 1754, explicando que os homens de negócio que saíam do Pará não poderiam chegar ao Mato Grosso “em menos de cinco meses e meio, principalmente enquanto as cachoeiras se não abrirem”. Rolim de Moura argumentava que se acaso não tivessem “já partido os cosmógrafos”, seria conveniente “ao passar pelas ditas cachoeiras”, que “examinassem o modo porque estas se poderão alhanar, ou ao menos pôr mais fáceis algumas, quando não sejam todas”.⁴⁹⁵

Anos depois, quando já havia deixado o cargo de governador da capitania do Mato Grosso, Rolim de Moura teria escrito uma carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado apontando, novamente, a necessidade de uma solução para os “embarços” das cachoeiras aos expedicionários. Em um período no qual haviam se acentuado as rivalidades ibéricas no Guaporé, Rolim de Moura lembrava que a “maior vantagem” que os portugueses tinham era “a comunicação com o Pará”, já que “daquele porto pode ir a Mato Grosso sempre por água não só gente, mas toda a casta de artilharia, munições, e petrechos de guerra”. Entretanto, tais socorros demorariam a chegar à capitania do Mato Grosso em função das cachoeiras. Nesse sentido, para o conde de Azambuja, as cachoeiras que estavam situadas “no caminho podem ter remédio quando não seja para se extinguirem de todo, ao menos para se diminuïrem muitos impedimentos que fazem”.⁴⁹⁶ Defendia, assim, o conde de Azambuja que fosse feita uma intervenção nas cachoeiras para que ficasse mais fácil atravessá-las e, conseqüentemente, navegar pelo rio, facilitando a comunicação entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso.

O governador Luís Pinto de Sousa Coutinho, que também chegou a Vila Bela por meio dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, escreveu a Francisco Xavier de Mendonça

⁴⁹⁴ Ofício do governador da capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 10 de fevereiro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 731.

⁴⁹⁵ Carta do Antonio Rolim de Moura para o Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 26 de janeiro de 1754. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 1, p. 114-119.

⁴⁹⁶ Carta (incompleta) do conde de Azambuja a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. [S.l.]. Aprox. 20 de julho de 1767. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 0283, Cx. 007).

Furtado um extenso relato a partir das observações que realizou durante a viagem. Nesse sentido, reconhecia Sousa Coutinho, por um lado, “os grandes obstáculos que” ofereciam “as mesmas catadupas”. Por outro lado, esse governador argumentava que

[...] de sorte que não obstante a diversa opinião a respeito de pudermos emendar se manifestou noutra tempo a corte o conde de Azambuja; eu reputo este objeto, como uma coisa insuperável: não só pelo que toca aos impedimentos morais, da falta de gente necessária para empreender este trabalho; da infinita despesa e tempo que ele requeria; mas ainda pelo que respeita aos embaraços físicos que o mesmo terreno apresenta.

Observa-se, dessa maneira, que Luís Pinto de Sousa Coutinho posiciona-se contra a proposta do conde de Azambuja de intervenção nas cachoeiras, elencando diversas justificativas contrárias à ideia, ainda que reconhecesse a dificuldade de atravessar as cachoeiras.⁴⁹⁷

Na extensa instrução que Sousa Coutinho encaminhou a seu sucessor, Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, reforçava a opinião contrária à proposta do conde de Azambuja. Para Sousa Coutinho, tratava-se de um “projeto por quase impraticável”. Dessa maneira, argumentava que a facilitação da comunicação com Pará “fazendo se mais praticáveis as cachoeiras é de sua natureza tão grande que o respeito por quase impossível”. De fato, essa obra não somente demandaria “uma despesa imensa”, como também “seria preciso abrirem-se novos canais que mudassem em parte o leito do mesmo rio” para “se fixarem por uma vez as diferentes direções que anualmente tomam as correntes”, que variam conforme as enchentes.⁴⁹⁸

Como meio “para facilitar a referida navegação”, defendia Luís de Pinto Sousa Coutinho o “aumento das povoações naquele distrito”, que “se podem não só aplanar os varadouros”, como fornecer alimentos e pessoas necessárias para a facilidade dos transportes dos expedicionários.⁴⁹⁹ Assim, o anseio de facilitar a comunicação entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, promovendo o fluxo comercial, ensejou a sugestão de propostas, pelos governantes, que remediasses os “embaraços” provocados nas travessias das cachoeiras.

⁴⁹⁷ Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça. Vila Bela, 20 de janeiro de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 829.

⁴⁹⁸ “Cópia da Instrução que ao Ill^m Ex.^{mo} Sn^r General Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres deixou seu antecessor o Ill^m Ex.^{mo} Sn^r Luis Pinto de Sousa Coutinho”. Vila Bela, 24 de dezembro de 1772. **APMT**, Livro de registro das instruções reais aos governadores da capitania de Mato Grosso (Livro C-03), fl. 34v.

⁴⁹⁹ *Ibidem*.

Por outro lado, as cachoeiras poderiam ser úteis, para os portugueses, na defesa dos territórios que limitavam com os da Espanha, como sugere uma carta escrita pelo *prático* João de Sousa Azevedo. Em uma carta encaminhada ao governador do Pará em junho de 1763, reconhecia que soubera das ordens que ele havia dado

[...] com tão grande acerto que toda a cautela é precisa sem embargo de estarmos seguros de cachoeiras abaixo que maior impossibilidade têm os espanhóis a fazer-nos guerra por este rio descendo as cachoeiras dele até este Estado pelo [ardor] da navegação e não terem gente prática nem povoações suas donde possam ser socorridos.⁵⁰⁰

Não há dúvida de que as cachoeiras dificultavam a navegação pelo caminho fluvial que conectava o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. Os relatos de viagem e as cartas trocadas entre os membros da administração portuguesa explicitam o quanto era penoso atravessar as cachoeiras. Por essa razão, elas eram percebidas como um dos “embarços” à navegação, e eliminar esse problema era basilar para os expedicionários. Ainda que com muitos custos, os sujeitos das tropas do governo lusitano aprenderam, antes dos castelhanos, a lidar com esses embarços, como aponta o testemunho de João de Sousa Azevedo. Nesse sentido, os territórios portugueses abaixo das cachoeiras estariam menos suscetíveis às invasões espanholas.

Embora as cachoeiras representassem embarços para as expedições que navegavam o Madeira, elas já eram ocupadas e visitadas pelos povos indígenas havia milhares de anos. Nesse sentido, podem ser analisadas a partir de uma perspectiva ideológica, histórica, territorial e econômica. A constituição das cachoeiras como áreas que oferecem fartura de alimentos, como peixes, tornava-as, assim, espaços de interesse para aquelas populações.⁵⁰¹

Assim, além de “embarço” e defesa natural, as cachoeiras também constituíam um local onde era possível conseguir alimentos. Em agosto de 1772, o comandante do Forte de Bragança, Manoel Caetano da Silva, escreveu ao governador Luís Sousa Coutinho dizendo que em julho havia enviado “para a pescaria das cachoeiras o soldado Francisco Pereira com sete pedestres e juntamente o índio de Leomil”.⁵⁰²

⁵⁰⁰ Carta de João de Sousa Azevedo para o Governador do Pará. Rio Madeira, [14] de junho de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 29.

⁵⁰¹ ALMEIDA, Fernando Ozorio de; KATER, Thiago. As cachoeiras como bolsões de histórias dos grupos indígenas das terras baixas sul-americanas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 39-67, maio 2017.

⁵⁰² Carta do Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luiz Pinto de Sousa Coutinho. Forte de Bragança, 4 de agosto de 1772. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 024, Cx. 001).

Provavelmente, era em função dos “embarços” que as cachoeiras representavam aos expedicionários que elas apareciam, com mais frequência, nos discursos dos moradores do Mato Grosso e do estado do Grão-Pará. Entretanto, elas não representavam apenas um obstáculo natural às viagens pelo Madeira. Observa-se, assim, que elas poderiam ser uma defesa para o estado do Grão-Pará, na medida em que os espanhóis não conseguiriam descer o Madeira em função das cachoeiras, como apontou o *prático* Sousa Azevedo. Além disso, eram locais onde os moradores do Forte de Conceição, ou expedicionários que navegavam pelo rio, poderiam conseguir peixe e outros animais aquáticos. Nesse sentido, as cachoeiras tinham diversos significados.

3.3 OS PRÁTICOS DA NAVEGAÇÃO

Em meados do mês de março de 1750, navegava pelo rio Guaporé a expedição que partira do Pará, em julho do ano anterior, e deslocava-se para a capitania do Mato Grosso, sob ordens do governo lusitano, quando chegou à Ilha Grande, no rio Guaporé. Segundo José Gonçalves Fonseca, pouco depois da Casa Redonda, sítio localizado no Guaporé, os expedicionários atravessaram “um espaçoso canal igual na largura à mãe do rio, que era um sangradouro de mui dilatada baía”.⁵⁰³

Explicava Gonçalves Fonseca que “estas são as embocaduras, com quem sem haver *prático* de boa experiência se enganam os viajantes de rio acima” e “quando atendem ao erro é com muitas horas de navegação perdida”.⁵⁰⁴ A ausência de um piloto “*prático*” em uma expedição poderia suscitar inúmeros prejuízos, conforme narrou Gonçalves Fonseca. O conhecimento do volume e movimento das águas, rios, furos, igarapés, canais e ilhas era basilar para as viagens feitas pelos rios.

A expedição da qual José Gonçalves Fonseca fazia parte recorreu ao conhecimento de um “*prático*” para chegar a seu destino. Ao que tudo indica, quando essa expedição passou pelo sítio Casa Redonda, um sujeito experimentado na navegação do Guaporé a acompanhava. Dias antes de chegar a esse sítio, os expedicionários aportaram na Ilha Grande e nela permaneceram alguns dias. Segundo José Gonçalves Fonseca, “desta Ilha Grande para cima é tão embarçado o rio pelos repetidos canais em que se dilata por uma e outra margem”. E são também “tão caudalosos e de iguais correntezas” que “se não atreviam os Mineiros que a escolta

⁵⁰³ FONSECA, José Gonçalves da. Op. cit., p. 399.

⁵⁰⁴ *Ibidem*.

conduzia, a guiá-la por aquele labirinto de águas sem errarem muitas vezes o principal caminho”. Dessa maneira, “para evitar esta desordem”, o sargento-mor Luís Fagundes Machado contratou “um dos moradores da ilha chamado José Martins”, natural da vila de Óbidos, em Portugal,⁵⁰⁵ para que guiasse a expedição “até o porto do Sararé pelo estipêndio de 23 oitavas de ouro”.⁵⁰⁶

As características fluviais desse trecho da navegação não eram conhecidas pela tropa. Em razão desse desconhecimento, a expedição foi conduzida por um morador da Ilha Grande que conhecia a dinâmica dos rios da região. A participação do José Martins na expedição, a partir daquele trecho, em decorrência das informações acerca da navegabilidade do rio, aponta como eram fundamentais os conhecimentos das particularidades das vias fluviais para que fosse realizada a navegação de rio. Ainda que José Gonçalves Fonseca não classifique José Martins como “prático”, talvez ele realmente o fosse.

Os rios apresentam características próprias e são, portanto, distintos. Uma das particularidades do Madeira eram as cachoeiras, referidas atrás. Para que fossem reduzidas, ou inexistentes, as perdas, materiais e/ou humanas, era preciso que se fizesse a travessia das cachoeiras com alguém que tivesse experiência em atravessá-las. Seguir as orientações de um *prático* para cruzar as cachoeiras era, assim, fundamental para a expedição. Nesse sentido, além do conhecimento dos rios, correntezas, furos, igarapés e ilhas, os *práticos* do Madeira precisavam ter conhecimento de como atravessar as diversas cachoeiras situadas ao longo do caminho.

A tropa do sargento Luís Fagundes Machado chegou no dia 17 de dezembro por volta das quatro da tarde à “vizinhança da cachoeira chamada pelos índios Aroaya, e pelos portugueses de São João”, que seria a primeira cachoeira do Madeira para aqueles que fariam a viagem partindo do estado do Grão-Pará. Contudo, antes de atravessá-la no dia 18 de dezembro de 1749, determinaram que fossem “os índios mais experimentados em uma canoa a examinar qual dos canais, que fazia o rio por entre morros de pedras, seria mais capaz de se poder passar com menos perigo”. A partir dessas informações, concluiu-se “ser conveniente puxar as canoas pela margem esquerda, e não pela direita, porque pelo meio era impraticável”, uma vez que “pela parte direita se fazia igualmente perigoso, em razão de ter já o rio principiado a encher, e descarregar por aquela margem

⁵⁰⁵ Ibidem, p. 396.

⁵⁰⁶ Ibidem.

maior peso da correnteza do que pela esquerda”. Atravessaram a primeira cachoeira, então, “com trabalho, mas feliz sucesso”.⁵⁰⁷

Passados alguns dias, a expedição de Luís Fagundes Machado chegou à terceira cachoeira do Madeira. Nela, argumentaram “os práticos que a parte esquerda é que costumava haver passagem mais favorável”. Com base “nesta consideração se expediram os guias a examinar o canal, que com efeito se achou em termos de se passarem as canoas em meia carga”, pois não estavam ainda “de todo bem cobertas as pedras por onde se oferecia caminho”.⁵⁰⁸ Observa-se, dessa maneira, como os conhecimentos dos *práticos* eram importantes para transpor as cachoeiras. De fato, deveriam ponderar diversos fatores, como o volume da correnteza, os canais, o nível da água e o peso da carga, para orientar a expedição na travessia das cachoeiras.

Aqueles que tinham essas habilidades para guiar as embarcações eram conhecidos como pilotos “práticos” ou jacumaúbas. Conforme lembrou Elias Abner, no estado do Brasil os “práticos” eram os guias, e diferenciavam-se dos pilotos. Eram, portanto, sujeitos distintos. Na Amazônia colonial, não haveria essa diferença, pois os pilotos também eram práticos.⁵⁰⁹

Na navegação que comunicava o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, João de Sousa Azevedo, citado no item anterior, tornou-se um dos principais *práticos*. Porém, Sousa de Azevedo não era piloto.⁵¹⁰ Nesse sentido, foi um sujeito que adquiriu um exímio conhecimento,⁵¹¹ reconhecido pelo governo colonial, sobre a região dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, e conquistou a patente de sargento-mor prático.⁵¹²

João de Sousa Azevedo teria nascido em Vairão,⁵¹³ Portugal. Consta em um “instrumento de justificação”, datado de 1756, que Sousa de Azevedo morava “no distrito da Vila de Itu e Capitania de São Paulo”. Em Itu, estava “situado e casado

⁵⁰⁷ *Ibidem*, p. 321.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, p. 328.

⁵⁰⁹ FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

⁵¹⁰ *Ibidem*, p. 132.

⁵¹¹ João de Sousa Azevedo pode ser considerado um *prático* dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé a partir da ideia de “prático dos sertões” desenvolvida por Rafael Chambouleyron. Nesse sentido, em função do domínio que tinha sobre a região daqueles rios, o que favorecia seu deslocamento por ela, João de Sousa Azevedo seria considerado um *prático* (CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII). **Outros Tempos**, São Luís, v. 10, n. 15, p. 79-99, 2013).

⁵¹² A designação “sargento-mor prático” pode ser encontrada na própria documentação. Carta de Luis da Cunha de Eça e Castro para o governador Fernando da Costa Ataíde e Teive. Vila de Borba, 25 de janeiro de 1764. **APEP**, Códice 134, doc. 50, fl. 145.

⁵¹³ A partir de algumas fontes e bibliografia, Patrícia Melo Sampaio argumenta que João de Sousa Azevedo nasceu em Vayrão, região do Minho, em Portugal (SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op. cit.*, p. 164).

vivendo de suas lavouras e negócio” e “costumava navegar para as minas do Cuiabá e Mato Grosso”.⁵¹⁴ Teria ido para o Mato Grosso como contratador do sal.⁵¹⁵

A constituição da Vila Itu está relacionada à rota das monções. Assim, era uma das bases para as monções que partiam de São Paulo e iam para o Mato Grosso. As dificuldades para realizar essas expedições e alcançar o destino eram inúmeras. As ofensivas dos indígenas, os obstáculos naturais, como as cachoeiras, os ataques de animais peçonhentos e a presença de mosquitos e insetos, a falta de água potável e de alimentos faziam parte dessas expedições.⁵¹⁶ Ainda que a navegação entre Itu e Mato Grosso fosse distinta da que era realizada entre Mato Grosso e o estado do Grão-Pará, as dificuldades eram semelhantes. Assim, a experiência que Sousa de Azevedo adquiriu participando das monções que partiam de Itu certamente contribuiu para que ele se tornasse um *prático* da navegação nos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé.

Depois que chegou a Belém pelo rio Tapajós, o *prático* João de Sousa de Azevedo e o secretário José Gonçalves Fonseca participaram da mesma expedição que saiu de Belém, em 1479, e foi em direção ao Mato Grosso, aonde chegou em abril de 1750. Alguns meses depois, em agosto de 1750, o ouvidor da capitania do Pará escreveu para o monarca luso relatando que, “chegando o mesmo João de Sousa Azevedo às ditas minas do Mato Grosso”, retornou para a cidade de Belém, “fazendo viagem pelo mesmo rio da Madeira e nesta cidade se achava atualmente”.⁵¹⁷

Sousa Azevedo teria retornado para “o Grão-Pará a entregar ao governador daquele Estado” algumas “cartas importantes da governança das mesmas minas”. Porém, uma vez entregues as cartas, não pôde Sousa Azevedo “conseguir licença para se recolher as ditas minas e a sua casa”. Nesse sentido, foi obrigado a ficar no Pará, já que tinha “ciência e experiência daqueles sertões”, e por isso era “preciso para as expedições que V.M. determinasse naquele continente”.⁵¹⁸ A participação do Sousa Azevedo na expedição de 1749 e seu retorno à cidade de Belém, ambos pelo caminho Guaporé, Mamoré e Madeira, foram essenciais para que ele se tornasse um dos

⁵¹⁴ Instrumento de justificação de João de Sousa de Azevedo. Belém, 21 de outubro de 1756. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 41, D. 3792.

⁵¹⁵ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. cit., p. 164.

⁵¹⁶ GODOY, Silvana Alves de. **Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718 a 1838)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. p. 73-110.

⁵¹⁷ A carta do ouvidor do Pará, Luiz José Duarte Freire, para o rei encontra-se anexada em: Requerimento de João de Sousa de Azevedo ao rei D. José, [ant. 12 de janeiro de 1753]. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 6, D. 396.

⁵¹⁸ Requerimento de João de Sousa Azevedo ao rei D. José, [ant. 16 de maio de 1754, maio, 16]. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 7, D. 446.

principais conhecedores desse caminho que conectava o estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania do Mato Grosso.

As informações que João de Sousa Azevedo tinha acerca dos rios e sertões do percurso fluvial que conectava o Mato Grosso e estado do Grão-Pará eram estratégicas para a Coroa portuguesa. O governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão justificou, em carta de setembro de 1751, a não concessão da licença para que João de Sousa Azevedo retornasse ao Mato Grosso. Segundo Mendonça Gurjão, “pelo conhecimento que tem destes sertões”, pretendia ocupá-lo “no real serviço em as divisões dos reais domínios de S.M. com os de Majestade Católica”.⁵¹⁹ Assim, reconhecia Mendonça Gurjão que a “ciência e experiência” que Sousa Azevedo tinha acerca dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé eram primordiais para nortear as expedições que seriam encarregadas de executar, em meados do século XVIII, a demarcação dos limites dos reinos ibéricos, a partir do Tratado de Madri.

O conhecimento de Sousa Azevedo sobre a navegação dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé foi ressaltado também por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, quando cuidava da preparação e da organização da expedição que trabalharia na demarcação dos limites entre os domínios das Coroas ibéricas. Em uma carta de 9 novembro de 1752, Mendonça Furtado escrevia a seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, e nela relatava os “embaraços” que teriam nessa expedição. Ao tratar da divisão que iria “subir pelo Madeira e pelo Guaporé”, assegurava que:

Desta navegação não há aqui outro homem que tenha mais prática que João de Sousa de Azevedo; ao qual hei de mandar com esta tropa, e ainda que aqui se achem uns homens de Mato Grosso, não os considero tão práticos, porque apenas fizeram a sua viagem daquelas minas para esta terra, sem fazerem maior reflexão no caminho, do que cuidarem em se verem livres dele para chegarem ao fim da viagem; contudo, verei se algum deles tem algum préstimo para o poder ajuntar ao tal João de Sousa.⁵²⁰

Como lembrou Mendonça Furtado, João de Sousa Azevedo era conhecido como o mais habilitado para comboiar a expedição demarcatória pelo Madeira e pelo

⁵¹⁹ A carta de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, escrita em Belém do Grão-Pará em setembro de 1751, está anexada em: Requerimento de João de Sousa de Azevedo ao rei D. José, [ant. 1753, janeiro, 12], **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 6, D. 396.

⁵²⁰ Carta de Francisco Xavier Mendonça Furtado a Sebastião José de Carvalho e Melo. Pará, 9 de novembro de 1752. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. 1, p. 359-363.

Guaporé. Além disso, o conhecimento náutico adquirido por Sousa Azevedo não era resultado apenas do ato de realizar a viagem frequentemente.

A experiência de João de Sousa de Azevedo pela navegação do caminho fluvial que conectava a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará o credenciava também a opinar sobre essa região. As dúvidas decorrentes do escasso conhecimento que o governo português tinha sobre os rios Madeira, Mamoré e Guaporé eram esclarecidas a partir do conhecimento do João de Sousa Azevedo acerca desse espaço. Exemplar dessa perspectiva é a carta pelo Francisco Xavier de Mendonça Furtado a seu irmão para expor “algumas reflexões” acerca da *Instrução assinada pela real mão de S. Maj. a respeito das demarcações da parte do norte*.⁵²¹ Uma das ponderações que Mendonça Furtado fez nessa carta referia-se ao que fora exposto do parágrafo 14 ao 22 da dita *Instrução*, “que respeita à divisão do rio Madeira e Guaporé, até ir buscar a boca do Jauru”.⁵²²

Segundo Mendonça Furtado, José Gonçalves Fonseca defendia “que o rio Madeira é o mesmo que o Guaporé, denominando-o por um ou outro nome”. Entretanto, João de Sousa Azevedo já teria explicado “que o rio Madeira era o mesmo a que os castelhanos chamavam Bene”. Esse, por sua vez, “se juntava com as águas do rio Guaporé ou Aporé” e “se engrossava com as águas de diversos rios que nele entram, até que ultimamente recebe do Mamoré”, o qual perde “seu nome depois que se une com o Bene, ficando dali por diante chamando-se o rio Madeira”. Observando, de um lado, a notícia de Gonçalves Fonseca e, do outro, a que foi dada pelo Sousa Azevedo sobre os rios Guaporé, Mamoré e Madeira, Mendonça Furtado acreditava que a informação fornecida por Sousa Azevedo parecia “mais natural que a opinião de José Gonçalves, tendo para isso João de Sousa a razão de ser melhor sertanejo” e “ter mais uso daquela navegação que José Gonçalves”.⁵²³

O conhecimento que o *prático* Sousa Azevedo tinha sobre a navegação que comunicava o estado do Grão-Pará às minas do Mato Grosso e a importância dessa experiência para a administração portuguesa permitiam que João de Sousa Azevedo não fosse punido quando não seguisse ordens e acordos firmados com o governo lusitano. Como o dito *prático* tinha essa feitoria no Madeira, acreditava o governador Mendonça Furtado que João de Sousa Azevedo “poderia daquele sítio fazer alguma viagem ao

⁵²¹ Instrução Assinada pela Real Mão de S. Maj. a Respeito das Demarcações da Parte do Norte. 13 de janeiro de 1750. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. 1, p. 455-464.

⁵²² Carta de Francisco Xavier Mendonça Furtado a Sebastião José de Carvalho e Melo. Pará, 14 de novembro de 1753. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. 2, p. 41-46.

⁵²³ Ibidem.

Mato Grosso sem licença e contra as ordens de S.M.”. Por essa razão, Mendonça Furtado o fez assinar “um título de pagar nove mil cruzados para a Fazenda Real se passasse às ditas Minas, sem expressa licença dele”.⁵²⁴

A assinatura desse termo, contudo, não teria impedido João de Sousa Azevedo de ir ao Mato Grosso. Nesse sentido, em meados de janeiro de 1753, fez a viagem e, quando retornou, teria explicado a Mendonça Furtado que havia feito “aquele excesso” em decorrência das “notícias que lhe chegaram de algumas desordens que haviam em sua casa, e que ele deveria ir a todo o risco e a toda pressa atalhar”.⁵²⁵

Ainda que Mendonça Furtado não tenha acreditado “que fosse só aquela causa”, não continuou “na execução da pena do Termo” contra João de Sousa Azevedo por quatro razões. Primeiramente, porque, quando Sousa de Azevedo chegou a Belém, “havia quatro meses que tinha recebido a ordem para a liberdade de comércio desta cidade para aquelas minas” do Mato Grosso. Considerava também Mendonça Furtado que “executando este homem por esta quantia o arruinava totalmente e o poria de má-fé” com ele, o que não seria interessante, já que necessitavam dele “para a demarcação dos rios Madeira e Guaporé, porque certamente é o melhor prático que hoje há naquela navegação”. Além disso, o ouvidor-geral Fernando Caminha de Castro iria para Cuiabá, e, não havendo em Belém outra pessoa que o conduzisse até o Mato Grosso, solicitou Caminha de Castro que fizesse a viagem para Vila Bela com João de Sousa Azevedo, pois era a “a única pessoa que aqui havia para o poder conduzir”. Por fim, lembrava Mendonça Furtado que, pela desobediência de Sousa Azevedo, souberam que “em seis meses de tempo se pode ir e vir às minas de Mato Grosso”.⁵²⁶

O governador do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, também defendeu João de Sousa Azevedo da possível pena que lhe seria aplicada em decorrência de ter feito a viagem ao Mato Grosso sem a permissão do Mendonça Furtado. Por essa razão, Rolim de Moura escreveu ao bispo do Pará relatando que “no primeiro dia da novena de Santo Antonio” teria chegado a Vila Bela o dito Sousa de Azevedo, “cuja circunstância não deixou de fazer impressão neste povo pela necessidade em que se achava principalmente de sal”. Assim, o governador pedia ao bispo do Pará que “patrocine ao

⁵²⁴ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Diogo de Mendonça Corte-Real. Pará, 9 de março de 1754. In. MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. 2, p. 154-155.

⁵²⁵ Ibidem.

⁵²⁶ Ibidem.

dito João de Sousa para que se lhe não dê em culpa esta jornada por” ir ao Mato Grosso “sem faculdade do senhor Francisco de Mendonça de Carvalho”.⁵²⁷

Nesse sentido, os governadores Mendonça Furtado e Rolim de Moura entenderam que era conveniente não punir o *prático* João de Sousa Azevedo pelo serviço que estava prestando ao monarca lusitano e a seus súditos. Esse “sertanejo”, por sua vez, requereu ao rei português mercês pelos serviços prestados. Como lembrou João Fragoso, a Coroa portuguesa concedia, a membros da aristocracia e pessoas não nobres, postos administrativos e militares que proporcionavam vencimentos e algumas vantagens em decorrência dos serviços prestados.⁵²⁸

Assim, de acordo com João de Sousa Azevedo, estava detido na cidade de Belém com a “sua comitiva de escravos que passam de trinta e cinco experimentando o suplicante gravíssimos prejuízos não só na cessação de seus negócios” como no “sustento preciso para subsistência da dita comitiva e de duas casas que conserva”, uma no Mato Grosso e outra na Vila de Itu. Estava detido em Belém “para se empregar no real serviço de V.M.”, das demarcações. Por isso, pedia ao monarca português “soldo com que posso decentemente subsistir e uma ajuda de custo em atenção aos prejuízos que com a dita retenção tem experimentado”.⁵²⁹

Em decorrência desse pedido, o governador do Pará teria recebido ordem do soberano português para que informasse do “prejuízo que João de Sousa Azevedo tem tido” e que comunicasse o que lhe parecia “sobre a ajuda de custo que pede “e que lhe arbitre os salários que deve vencer na expedição”.⁵³⁰

Assim, em dezembro de 1753, respondeu o governador Mendonça Furtado ao soberano luso que “o que é notório é que o tal João de Sousa tem a sua gente em um rancho” localizado “na boca do rio Madeira e que dali saem a colher as drogas do sertão e que em cravo e cacau tem feito negócio bastante”. Continua Mendonça Furtado relatando que, do mesmo rancho, lhe “dizem que saem a fazer outros negócios

⁵²⁷ A carta de Antonio Rolim de Moura para o bispo do Pará, Vila Bela, de 7 de junho de 1753, está anexada em “Ofício do Pará Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real”. Pará, 8 de março de 1754. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 36, D. 3359.

⁵²⁸ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 44.

⁵²⁹ REIS, Arthur. Paulistas na Amazônia e outros ensaios. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 175, p. 315-316, doc. II, 1940.

⁵³⁰ Ofício do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 4 de dezembro de 1753. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 35, D. 3312.

chegando a afirmar-se que até tem achado ouro em alguns daqueles riachos”. Explicava ainda o governador que, como não sabia “nem o que ele ganhava na vila de Itu donde é morador, e no Mato Grosso, nem o ganho que aqui faz com a drogas”, não podia “fazer juízo certo sobre esta matéria”. Obedecendo, contudo, ao pedido do rei, acreditava Mendonça Furtado que o monarca podia dar a João de Sousa Azevedo 250 mil réis.⁵³¹

Dessa maneira, as atividades exercidas por João de Sousa Azevedo renderam-lhe algumas mercês. Assim, “por se haver empregado no Real Serviço desde o ano 1750, com desvelo e satisfação que é notório”, e “tendo gasto da sua fazenda no mesmo real serviço avultado cabedal”, bem como a partir da representação que ele fez ao rei, em 1751, foi-lhe concedido “o posto de sargento-mor e prático” com um soldo anual. Entretanto, no início da década de 1760, havia-se feito o pagamento de dois soldos ao *prático* Sousa de Azevedo. Nesse contexto, demandava ao monarca “nova patente do mesmo posto de sargento-mor e prático, enquanto for vivo, e soldo” mensal e “de um Hábito da Ordem de Cristo para seu filho Antonio de Sousa, e por morte do suplicante se continue a sua mulher” com a tença.⁵³²

João de Sousa Azevedo, portanto, não foi apenas o *prático* do Madeira, pois desenvolvia diversas atividades econômicas. Comercializou nas monções que iam de São Paulo até Cuiabá, desenvolveu atividades como contratador do sal, conquistou a patente de sargento-mor, construiu roças e feitoria de cacau no Madeira. Essa feitoria estaria localizada a uma légua da antiga missão de Abacaxis e nela havia muitos escravos africanos.⁵³³ Além disso, era um sujeito que tinha consciência da importância do conhecimento que ele tinha, para o governo português, da demarcação das fronteiras. Como lembrou Patrícia Melo Sampaio, a partir de João de Sousa Azevedo pode-se compreender a “complexidade das variáveis” durante a abertura e a tentativa de consolidação de um caminho fluvial e como a fluidez fronteiriça permite a hipertrofia do poder privado em oposição à autoridade real.⁵³⁴

Ainda que João de Sousa Azevedo seja lembrado frequentemente como *prático* da navegação entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará, é fundamental pontuar que ele não foi o único *prático* que trabalhou nesse caminho fluvial. Assim, em fevereiro de 1766, o governador da capitania do Mato Grosso, João Pedro da Câmara,

⁵³¹ *Ibidem*.

⁵³² Requerimento do sargento-mor João de Sousa de Azevedo ao rei D. José, [ant. 28 de setembro de 1762]. AHU, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 11, D. 678.

⁵³³ PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (Org.). **Anselm Eckart, S. J., e o estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013. p. 65.

⁵³⁴ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. cit., p. 166.

escreveu a Fernando da Costa Ataíde Teive dizendo que, para servir de prático ao “socorro de gente”, artilharia e pólvora que havia solicitado ao Pará, mandava para a Vila de Borba “José de Moraes, por ser o melhor que há, da viagem destes rios”.⁵³⁵ Exemplar igualmente dessa perspectiva é o relato feito pelo José Sampaio Lancerote. Na ocasião, esse sujeito ia para o Mato Grosso com uma tropa. Encontravam-se na cachoeira do Girau, quando começou um conflito entre o prático [Antonio] Atanásio e o sargento Pedro de Figueiredo.⁵³⁶ Por fim, é possível também que indígenas tenham desenvolvido a função de práticos nessas expedições.⁵³⁷

3.4 AS EMBARCAÇÕES

Existiam seis tipos de embarcações na Amazônia: as canoas cobertas, os cascos ou montarias, as gambarras, as igarités, as jangadas e as ubás. As embarcações mais comuns e usadas eram as ubás, que podem ser de dois tipos: as de tronco e as de casca.⁵³⁸ Roberta Marx Delson argumenta também que as ubás eram fundamentais na Amazônia. Nesse sentido, ressalta que no século XVIII dois tipos de canoas eram utilizados para navegação na Amazônia: a ubá, que representava a forma mais tradicional de canoa, e a montaria (também conhecida como igarité, segundo Marx Delson). Essas embarcações eram variações de canoas. Contudo, a montaria seria uma criação hibridizada, uma vez que seria resultado de transformações na forma autóctone original de canoa para que fossem atendidas demandas portuguesas.⁵³⁹

As embarcações que iam do estado do Grão-Pará para o Mato Grosso eram de variadas vilas desse estado. Uma expedição que foi para o Mato Grosso em 1766, por exemplo, era formada por canoas do Tapajós, Vila Franca e Portel.⁵⁴⁰ No comércio do

⁵³⁵ Carta de João Pedro da Câmara para o Fernando da Costa de Ataíde Teive. Vila Bela, 10 de fevereiro de 1766. **APEP**, Códice 127, doc. 12.

⁵³⁶ Carta de José Sampaio de Lancerote para Manoel Bernardo de Mello de Castro. Cachoeira do Paredão, 5 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 01.

⁵³⁷ Essa discussão será feita no Capítulo 4.

⁵³⁸ HORCH, Rosemarie E. As embarcações de madeira do rio Amazonas (séculos XVI-XVIII). In: **Five hundred years of nautical science 1400-1900. Proceedings of the Third International Reunion for the History of Nautical Science and Hydrography held at the National Maritime Museum, Greenwich 24- 28 September 1979**. Edição de Derek Howse. Greenwich/Londres: National Maritime Museum, c1981. p. 220.

⁵³⁹ DELSON, Roberta Marx. Navigation: inland navigation in Amazonia. In: **Encyclopaedia of the history of science, technology, and medicine in non-western cultures**. Springer, Dordrecht, 2014.

⁵⁴⁰ “Trº de avaliação das embarcações ubás q. se tomaram prª a expedição da tropa que passa a capitania de Mato Grosso em socorro”. José Antonio de Azevedo Malafaia, Luís da Cunha de Eça e Castro e Gaspar Ferreira de Araujo. Vila de Borba, 18 de julho de 1766. **APEP**, Códice 171, fl. 58.

rio Madeira seriam utilizadas as grandes ubás feitas de um só tronco.⁵⁴¹ O primeiro passo para fazer uma ubá de tronco era derrubar uma árvore. Em seguida, era feita uma face plana, bem como cavar o centro, com fogo ou machado, moldando na forma de canoa. A partir do corte feito durante a derrubada da árvore, mantinha-se uma das extremidades reta, que serviria como popa ou ré, enquanto a outra extremidade recebia o contorno de proa.⁵⁴²

As canoas de casca, por sua vez, eram indicadas para as populações dos rios encachoeirados. Assim, no rio Madeira, elas estavam distribuídas nas áreas mais acidentadas do rio.⁵⁴³ Provavelmente, esse tipo de embarcação era utilizado pelos Mura. Ao tratar do comércio entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará em uma carta endereçada ao rei D. José I, o governador Rolim de Moura esclarecia que o único grupo indígena que “há bravo nesta viagem do Pará é o chamado Mura”. Esses índios não teriam “forças no rio porque as canoas de que se servem são de casca de árvore, com as quais se não pode fazer resistência às nossas”.⁵⁴⁴

As ubás de casca, por sua vez, podiam ser feitas de duas formas: com a retirada da casca da árvore derrubada ou com a retirada a casca da árvore sem derrubá-la. Amarravam-se, então,

[...] as extremidades com cipós depois de cortarem alguma porção para não ficarem muito grossas e poderem apertar com mais facilidade. Atravessam pedaços de madeira forte, como o macucú e outros, para abrir o bojo, e tomarem a configuração de canoas. Assim preparadas, em pouco tempo secam, e ficam rijas, suportando durante anos o peso de homens e pequenas cargas na navegação dos rios.⁵⁴⁵

As ubás eram essenciais para a navegação do Madeira. O padre jesuíta Anselm Eckart relata que alguns trechos do caminho fluvial que ia do estado do Grão-Pará ao Mato Grosso eram tão estreitos “que um barco um pouco mais largo que o comum” não conseguia navegar. Por essa razão, os mineiros mandavam construir “um tipo especial

⁵⁴¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., 2014b, p. 58; DELSON, Roberta Marx. Op. cit., 1995.

⁵⁴² HORCH, Rosemarie E. Op. cit.

⁵⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., 2014b, p. 48.

⁵⁴⁴ Carta de Antonio Rolim de Moura Tavares para o rei D. José I. Vila, 10 de janeiro de 1755. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 2, p. 12-14.

⁵⁴⁵ CÂMARA, António Alves. **Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1976. v. 92, p. 67. (Brasiliiana). O diretor da Vila de Borba preparou uma relação das ferramentas necessárias para construírem canoas ubás (Relação das ferramentas q. são precisas para se fazerem as canoas ubás. Borba, 19 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 6).

de embarcação, que é muito comprida e ao mesmo tempo muito estreita” e que esses barcos eram “chamados Ubás pelos índios”.⁵⁴⁶

Além das ubás, as igarités e os botes eram embarcações igualmente utilizadas pelos expedicionários que frequentavam o caminho do estado do Grão-Pará ao Mato Grosso. José de Sampaio, por exemplo, escreveu ao governador Manoel Bernardo de Melo e Castro relatando que ia para o Mato Grosso e havia recebido “três ubás grandes e três igarités para a montaria”.⁵⁴⁷ Em uma carta que Luís da Cunha de Eça e Castro encaminhou a Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania de São José do Rio Negro, relatava que no dia 7 de setembro havia partido para o Mato Grosso uma tropa com soldados com “duas canoas ubás, uma igarité de cinco remos por banda e um bote pequeno de três” remos “por banda e duas igarités de montaria e outra em que foi o padre Joaquim Felipe de cinco remos por banda”.⁵⁴⁸ No mês de junho de 1765, o diretor da Vila de Borba informava o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive que iam para o Mato Grosso “17 canoas ubás, um bote de boa carga e cinco igarités”.⁵⁴⁹

É provável que os botes fossem utilizados apenas para transportar pessoas, e as ubás e igarités carregariam fazendas e pessoas. A expedição que acompanhava o governador João Pedro da Câmara ao Mato Grosso era composta por oito botes, 12 igarités oito ubás. Acompanhavam o governador um sargento-mor engenheiro, um sargento-mor prático, um padre capelão, um secretário, um cirurgião, o doutor Francisco Xavier, Hilário [Ferreira] e José Alves. Destes, apenas o sargento-mor engenheiro e o padre capelão viajavam em uma igarité: os demais viajavam em botes. As igarités restantes tinham outras funções: cozinha do governador, transporte de artilharia e mantimentos, montaria da tropa, dos particulares e do armazém. Quanto às ubás, uma servia de armazém do governador; outras carregavam mantimentos e artilharia; outras eram do sargento-mor prático e do armazém.⁵⁵⁰

Na expedição que acompanhou o sucessor de Luís Pinto de Sousa Coutinho, sucessor de João Pedro da Câmara no governo da capitania do Mato Grosso, observam-

⁵⁴⁶ ANSELM Eckart, S. J., e o estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785). In: PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio. Op. cit., p. 66.

⁵⁴⁷ Carta de José de Sampaio para Manoel Bernardo de Melo e Castro. Cachoeira do Paredão, 5 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 01.

⁵⁴⁸ Carta de Luís da Cunha de Eça e Castro para Joaquim Tinoco Valente. Borba, 14 setembro de 1766. **APEP**, Códice 155, doc. 106.

⁵⁴⁹ Carta de Luís da Cunha de Eça e Castro para Fernando da Costa de Ataíde Teive. Borba, 27 de junho de 1765. **APEP**, Códice 134, doc. 74.

⁵⁵⁰ Relação das canoas, e igarités e ubás de q. se compõem a tropa do II^{mo} e Ex^{mo} S^r governador do Mato Grosso, [s.d.]. **APEP**, Códice 134, doc. 65.

se também os botes usados para o transporte de pessoas. A expedição era formada por 12 botes, 16 ubás (12 do rei e quatro particulares) e 18 montarias (15 do rei e três particulares). Os botes correspondiam às seguintes pessoas: Luís Pinto de Sousa Coutinho, ouvidor, sargento mor João de Sousa, comandante Simão Coelho, do tenente Sampaio, de dois voluntários, do alferes Borralho, dos padres, a do José Alves, do diretor dos índios Pamas, do sobrinho do sargento-mor e do “viageiro” José Caetano.⁵⁵¹

Ainda que sejam embarcações diferentes, Elias Abner argumenta que há uma “confusão” na identificação desses meios transportes, pois uma espécie de embarcação indígena poderia ter diversos nomes. Essa “confusão” seria justificada a partir da diversidade linguística e de grupos indígenas existentes na região.⁵⁵²

Além dessas, as expedições eram compostas pelas montarias. José Sampaio Lancerote viajava para a capitania do Mato Grosso e relatava que, logo depois de haver chegado à Vila de Borba, teria recebido “três ubás grandes e três igarités para a montaria”.⁵⁵³ Em outra carta, o diretor da Vila de Borba, Luís da Cunha de Eça e Castro dizia a Joaquim Tinoco Valente que uma tropa se dirigia ao Mato Grosso e “levava duas canoas ubás, uma igarité de cinco remos por banda, um bote pequeno” e “duas igarités de montaria”.⁵⁵⁴ Talvez, aqui, não fosse o tipo de embarcação. Mas a função que exercia na expedição.

Gloria Kok argumenta que, nas grandes monções, havia a presença de canoas pequenas, que eram chamadas de montarias. Os tripulantes dessas canoas eram responsáveis por limpar os caminhos fluviais, cortando galhos de árvores, por caçar, pescar e alertar acerca dos perigos e dificuldades do rio.⁵⁵⁵ Dessa maneira, é possível que as montarias citadas nas correspondências fizessem referência às embarcações nas quais viajavam os expedicionários com essas finalidades e não fossem um tipo de embarcação específico.

As viagens pelo Madeira demandavam embarcações apropriadas para transpor as cachoeiras. Nesse sentido, durante a viagem, era necessário mudar de embarcação.

⁵⁵¹ Relação das canoas q. acompanhavam aos Ilm^o e Exm^o Snr Luiz Pinto de Souza Coutinho g.^{or} e Capp.^{am} de Mato Grosso, q. partiu deste porto a 15 de agosto. Borba, 26 do d.^o de 1768. **APEP**, Códice, 190, anexo, doc. 79, fl. 273.

⁵⁵² FERREIRA, Elias Abner Coelho. Op. cit., p. 83.

⁵⁵³ Carta de José de Sampaio para Manoel Bernardo de Melo e Castro. Cachoeira do Paredão, 5 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 01.

⁵⁵⁴ Carta de Luís da Cunha de Eça e Castro para Joaquim Tinoco Valente. Borba, 14 setembro de 1766. **APEP**, Códice 155, doc. 106.

⁵⁵⁵ KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, jul./dez. 2009.

Exemplar dessa perspectiva foi a expedição de Francisco de Melo Palheta. A narrativa dessa expedição explica que, após navegarem um trecho pelo rio Madeira e assentarem em Santa Cruz de Iriumar, local que era uma “tapera do gentio Iumas”, teria ordenado “o cabo se fizessem seis galeotas⁵⁵⁶ para se poder nelas passar as cachoeiras”. Essa ordem era decorrente da “informação que teve” que “se não podia fazer entrada com as grandes” embarcações que os expedicionários tinham “pela terribilidade das pedras”.⁵⁵⁷

Quando ficaram prontas as embarcações, a tropa de Melo Palheta prosseguiu a viagem. Contudo, “antes de embarcar encarregou a Lourenço de Melo o governo do arraial” recomendando a ele “muito a paz, união e conservação da gente que lhe deixava, assim soldados como índios”.⁵⁵⁸ Assim, quando a expedição comandada por Francisco de Melo Palheta parou temporariamente o andamento da viagem, apenas um grupo dos expedicionários prosseguiu com ele depois que as galeotas ficaram prontas. Aqueles que não acompanharam Melo Palheta na expedição permaneceram no arraial com as canoas.

Arranjo semelhante aconteceu com a tropa do sargento-mor do Pará Luís Fagundes Machado, em 1749. O regimento que lhe foi dado recomendava aos expedicionários que utilizassem ubás para ir às minas do Mato Grosso. O documento determinava que, tão logo chegassem à primeira cachoeira do Madeira, faria “alto o dito cabo e buscando sítio acomodado formará arraial onde meterá em barracas todos os mantimentos e petrechos de guerra que leva”. Uma vez protegidos “com toda a segurança”, deveria distribuir “sentinelas pelas partes que lhe parecer necessária para avisarem de qualquer insulto que o gentio do mato intentar cometer para se acudir com pronta defesa a todo os ataques”. Depois de “dispostas estas e as mais prevenções que lhe aparecerem úteis”, deveria “mandar fazer as canoas ou ubás que os práticos lhe disserem são necessárias para se transportar toda escolta na passagem das cachoeiras”.⁵⁵⁹

Quando a tropa estivesse pronta para atravessar as cachoeiras, parte da tropa teria que retornar em direção ao rio Amazonas. Assim, deveria o sargento-mor mandar

⁵⁵⁶ Provavelmente, as embarcações classificadas como galeotas, que a tropa de Melo Palheta utilizou, não foram usadas por outras expedições. Deviam trata-se de canoas pequenas. Segundo o dicionário de Raphael Bluteau, galeota é uma “gale pequena, com um só mastro, e com 15 ou 20 bancos por cada banda, de um só remo por banco” (BLUTEAU, Rafael. Op. cit. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/galeota>>. Acesso em: 22 out. 2018).

⁵⁵⁷ A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira no documento da narração da viagem. In: ABREU, J. Capistrano de. Op. cit., p. 306.

⁵⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁵⁹ “Regimento que há de observar o sargto mor desta praça do Pará Luís Fagundes Machado na expedição de q. hé cabo na forma q. abaixo se declara”. João Antonio Pinto da Silva. Secretário do estado. Pará, 3 de julho de 1749. Anexado em “Ofício do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o secretário de estado dos Negócios do Reino e Mercês, Pedro da Mota e Silva. Pará, 10 de setembro de 1750. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 32, D. 2992.

“as canoas grandes para baixo embarcando em cada uma delas um soldado” que as conduziria “até a aldeia dos Abacaxis aonde se [poriam] a bom recado em casa de canoas”. Caso não houvesse a casa de canoas, deveria ser feita “para que as ditas canoas” não ficassem “ao rigor do tempo e na volta que fizer o dito cabo”, embarcaria nelas “com toda a mais escolta para se restituírem a esta cidade”.⁵⁶⁰

O regimento que foi entregue ao sargento-mor do Pará Luís Fagundes Machado ordenava aos expedicionários que, uma vez que estivessem na primeira cachoeira do Madeira, organizassem um arraial e construíssem embarcações apropriadas à travessia das cachoeiras. Quando as embarcações estivessem concluídas, apenas um grupo de expedicionários seguiria a viagem. Aqueles que ficassem deveriam descer o Madeira até a aldeia dos Abacaxis e guardar as canoas. Ainda que não seja possível saber se a tropa de Luís Fagundes foi dividida em dois grupos, esse desmembramento foi feito na expedição do Francisco de Mello Palheta.

A tropa comandada pelo sargento-mor do Pará Luís Fagundes Machado teria chegado à primeira cachoeira do Madeira somente em meados de dezembro. Contudo, desde outubro, os expedicionários dessa tropa já se ocupavam em construir embarcações para prosseguir a viagem. Nesse sentido, no dia 19 de outubro, em uma área do rio Madeira onde “eram grandes as correntezas e mui frequentes os baixos, que tudo dificultava a navegação de canoas grandes”, exploraram as matas de uma ilha “e da terra da parte oriental na diligência de se achar madeiros capazes de fabricar embarcações ligeiras para nela se prosseguir viagem” e “vencerem os obstáculos referidos”, bem como “o trânsito das cachoeiras”.⁵⁶¹

Os expedicionários “não acharam na dita ilha tronco com capacidade da obra que se projetava” e apenas “na margem oriental de Terra firme se acharam os precisos para o intento” das embarcações. Por essa razão, construíram “alojamento na terra da margem oriental do rio, cuja planície por então estava desalagada”. Decorridos 12 dias que estavam no alojamento, teriam sido atacados pelos Mura. Por essa razão, “depois de estarem cinco cascos de canoas abertos, que eram os precisos”, no dia 19 de novembro abandonaram o alojamento e, subindo o Madeira, depois de quatro horas, escolheram “uma ilha, pequena com sua praia”, e no dia 20 “se armaram somente os estaleiros” para

⁵⁶⁰ Ibidem.

⁵⁶¹ FONSECA, José Gonçalves da. Op. cit., p. 307.

que “se acabassem as cinco canoas, o que se efetuou sem a menor perturbação de Gentio até o dia primeiro de dezembro”.⁵⁶²

As expedições capitaneadas pelo sargento-mor Luís Fagundes Machado e por Francisco de Melo Palheta, na primeira metade do século XVIII, percorreram o Madeira na primeira metade do século XVIII, quando eram escassos os povoados portugueses ao longo dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. A autorização régia para navegação entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, em 1752, como vimos, estimulou o planejamento e a organização de núcleos de povoamento lusitanos que deveriam atender às demandas por embarcações dos viajantes do caminho.

Dessa maneira, em um requerimento que Teotônio da Silva Gusmão encaminhou ao Tomé Corte Real tratava da utilidade da povoação que tinha ficado responsável por organizar em uma das cachoeiras do Madeira. Segundo o requerimento, a povoação seria de “grande comodidade” aos viajantes que frequentavam a navegação entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, “no provimento de mantimentos e canoas ubás com que costumam navegar as cachoeiras até o Mato Grosso, e no socorro de gente”.⁵⁶³ Ou seja, para Teotônio da Silva Gusmão esse povoamento era necessário porque forneceria aos viajantes que partiam do Pará ao Mato Grosso duas demandas importantes: alimentos para sanar a fome e canoas apropriadas para atravessar as cachoeiras.

O governador da capitania do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, expressava igualmente sua opinião com relação ao povoamento organizado por Silva Gusmão. Em um ofício de dezembro de 1758, Rolim de Moura justificava ao secretário de estado, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, a importância da constituição dessa povoação nas proximidades da cachoeira. Nesse sentido, argumentava Rolim de Moura que era “de suma importância o dito estabelecimento se não também para facilitar o comércio destas capitanias [a do Pará e a do Mato Grosso]”. Um dos benefícios que poderiam resultar dessa povoação seria o auxílio que os viajantes teriam “para passar as cachoeiras, e terem canoas de muda”, pois “as mais próprias para navegar este rio até a dita paragem, são muito diferentes das que têm bom uso dali até o Pará”.⁵⁶⁴

⁵⁶² Ibidem.

⁵⁶³ O requerimento está anexado em “Ofício do juiz de fora da comarca do Mato Grosso, Teotônio da Silva Gusmão, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real”. Pará, 20 de maio de 1757. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 42, D. 3863.

⁵⁶⁴ Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela, 23 de dezembro de 1758. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 597.

A justificativa apresentada por Rolim de Moura acerca da importância do povoamento da cachoeira assemelha-se ao argumento utilizado por Teotônio da Silva Gusmão. Nesse sentido, ambos lembram acerca da necessidade de mudar a embarcação — as “canoas de muda” — para realizar a viagem. Entretanto, ao que parece, Teotônio da Silva Gusmão estaria observando a viagem pelo Madeira, Mamoré e Guaporé a partir do Pará. Enquanto Rolim de Moura argumentaria analisando essa viagem a partir do Mato Grosso. De fato, na justificativa que encaminhou a Tomé Corte Real esclarece que as canoas apropriadas para navegar até a povoação de Teotônio Gusmão eram diferentes das usadas para trafegar desse povoado até o Pará.

Havia, dessa maneira, a necessidade de substituir as canoas no caminho que conectava o estado do Grão-Pará à capitania do Mato Grosso, pois algumas não eram apropriadas para navegar pelos trechos encachoeirados. Os núcleos de povoamento coloniais que estavam distribuídos no extenso trajeto fluvial entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará serviriam, assim, como núcleos de apoio para as expedições mudarem as embarcações e prosseguirem viagem naquelas que eram apropriadas para a passagem dos trechos encachoeirados. A mudança de canoa fazia parte, dessa maneira, da própria viagem.

Durante a segunda metade do século XVIII, a Vila de Borba, a Nova, tornou-se um lugar no qual os viajantes poderiam conseguir as embarcações apropriadas para transpor as cachoeiras. Um roteiro de viagem, no qual é tratada a navegação pelo Madeira, explica que, após 20 dias navegando pelo Madeira, as canoas grandes cessavam a navegação, pois “por uma parte a vizinhança das cachoeiras fazem canais impetuosos que nem com os remos nem à sirga não podem romper-se”, e porque “pela outra parte para se navegar por fora deles se encontram em muitos meses do ano baixos que só podem permitir a passagem [de] [?] embarcações pequenas”. Por essa razão, havia a necessidade de “descerem o rio as canoas grandes” e “esperar em na dita Vila de Borba a Nova as pessoas, que nelas iam”.⁵⁶⁵

Quando as expedições que partiam de Belém adentravam o Madeira, era importante que elas fizessem uma parada na Vila de Borba, a Nova. Em uma das viagens que realizava, o *prático* João Sousa de Azevedo foi até a Vila de Borba à procura de ubás. Em uma carta que o *prático* escreveu ao governador Fernando da

⁵⁶⁵ “Roteiro quarto da viagem da Vila de Borba a Nova até onde se termina a navegação das canoas grandes”, anexado em “Ofício do governador e capitão general do estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real”. Vila Nova de Barcelos, 4 de julho de 1758. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 43, D. 3950.

Costa Ataíde Teive relatou que, chegando à Vila de Borba, achou “uma ubá feita em bruto” e foi “preciso logo ir para o Mato Grosso prontificar outra”. Entretanto, “como estas ainda não bastaram”, pois não eram as “que se mandou fazer, assisti com uma da minha casa”, dizia João Sousa de Azevedo.⁵⁶⁶ A Vila de Borba, a Nova, era, dessa maneira, um lugar importante para aqueles que viajavam entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará. Uma das razões que a transformaram em um espaço basilar para os expedicionários foi a possibilidade de que nela teriam acesso às embarcações apropriadas à travessia dos trechos encachoeirados do Madeira.

Na década de 1770, foi planejada a construção de uma Ribeira de Canoas no rio Madeira. O estabelecimento dessa fábrica de canoas está inserido na política econômica pensada pela Coroa portuguesa para seus domínios territoriais na América, que era o “Secretíssimo Plano de Comércio”. Esse plano acentuaria, novamente, a importância do rio Madeira e da Vila de Borba. Essa rota comercial seria formada por vários pontos mercantis, entre os quais a Vila de Borba e a “Ilha dos Mura”, ambas no rio Madeira.⁵⁶⁷

Em decorrência disto, em julho de 1773, João Pereira Caldas encaminhou um ofício ao secretário Martinho de Melo e Castro explicando que, quando fez “a primeira expedição para o rio da Madeira”, mandou “estabelecer na Vila de Borba o edifício para a feitoria do negócio”. Além disso, na mesma Vila, ordenou que se fundasse a Ribeira de Canoas, que o monarca havia mandado “situar a vinte dias de viagem para cima da referida vila e para onde facilmente se poderá passar logo que houver as precisas comodidades para se fundar ali uma povoação” adequada para “resistir aos insultos do gentio Mura, que ocupa e infesta todo aquele distrito”.⁵⁶⁸

João Pereira Caldas escreveu também para o governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, comunicando o que havia feito no rio Madeira. Nesse sentido, relatava que na Vila de Borba mandou construir o “edifício que deve servir à Feitoria de Negócio”. Contudo, Pereira Caldas advertia Luís Pereira e Cáceres sobre a dificuldade de construir a Ribeira de Canoas “a vinte dias de viagem para cima da Vila de Borba”, pois esse estabelecimento ficaria “em uma situação

⁵⁶⁶ Carta de João de Sousa Azevedo para Fernando da Costa de Ataíde Teive. Borba, 2 de agosto de 1764. **APEP**, Códice 141, doc. 02.

⁵⁶⁷ BRITO, Adilson Junior Ishiara. Op. cit., p. 320.

⁵⁶⁸ Ofício do governador João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Pará, 15 de julho de 1773. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 71, D. 6028.

totalmente deserta e tão infestada do gentio Mura”. Por essa razão, ordenou que se estabelecesse “a sobredita Ribeira na mesma Vila de Borba”.⁵⁶⁹

Estabelecer uma Ribeira de Canoas distante 20 dias da Vila de Borba não era um ato aleatório. Um rascunho anônimo descreve que da Vila de Borba para cima viajava-se por “espaço de dezoito até vinte dias sem acharem nas margens do mesmo rio povoações onde possam prover-se de farinha, e de carne de vaca”. Decorridos os “referidos vinte dias de viagem”, costumavam parar as canoas grandes e não prosseguir a viagem. Na proximidade dessa região, haveria várias ilhas. Nas adjacências de uma dessas ilhas, “na margem oriental da terra firme”, havia “uma grande planície; que no verão está desalagada; e que é muito fértil em arvoredos capazes de se fabricarem as pequenas canoas que dali para cima costumam somente navegar”.⁵⁷⁰

Para a construção da Ribeira das Canoas, escolhia-se um local que não era apenas o limitador das canoas grandes. A indicação do local, provavelmente, justificava-se pela existência de espécies de árvores apropriadas para a construção das embarcações adequadas à navegação e travessia das cachoeiras do Madeira.

Anos depois de encaminhar aquelas correspondências, em outubro de 1776, João Pereira Caldas comunicava ao marquês de Pombal que “o edifício destinado à feitoria da Vila de Borba” havia sido “concluído e ali igualmente construídas e prontas diversas canoas próprias para a navegação e intentado comércio pelo Rio da Madeira”.⁵⁷¹ Havia, dessa maneira, uma preocupação do governo em construir e garantir a disponibilidade de embarcações que seriam utilizadas no caminho fluvial com o Mato Grosso. Desde a primeira metade do século XVIII, existiam no estado do Grão-Pará espaços destinados à produção de embarcações. Um desses locais era a Ribeira do Moju, próximo à cidade de Belém.⁵⁷² Outro espaço era a Casa das Canoas, construída em 1729, e que estava localizada entre a cadeia e o edifício da alfândega,

⁵⁶⁹ Carta de João Pereira Caldas para Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres. Pará, 18 de junho de 1773. Anexada em “Ofício do governador João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro”. Pará, 15 de julho de 1773. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 71, D. 6028.

⁵⁷⁰ “Roteiro quarto da viagem da Vila de Borba a Nova até onde se termina a navegação das canoas grandes” está anexado em: Ofício do governador e capitão general do estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Nova de Barcelos, 4 de julho de 1748. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 43, D. 3950.

⁵⁷¹ A carta de João Pereira Caldas para o marquês de Pombal. Pará, 31 de outubro de 1776, está anexada em “Ofício do governador João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Pará, 31 de outubro de 1776. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 76, D. 6348.

⁵⁷² BATISTA, Regina Célia Corrêa. **Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

no centro de Belém. A necessidade de reorganização da Casa das Canoas teria ensejado o estabelecimento do Estaleiro Real do Pará.⁵⁷³

Assim, em junho de 1761, o governador do estado do Grão-Pará encaminhava um ofício a Mendonça Furtado com a “cópia do termo que se fez” sobre “a eleição e escolha do sítio para o Estaleiro em que se há de fabricar a nau que S.M. mandou fazer”. Examinando “a distância da Ribeira, e praia que corre da parte posterior do Convento dos Religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo, até o Hospício que foi de S. Boaventura”, concluíram que era o “lugar mais acomodado, próprio, e conducente à construção da dita nau”.⁵⁷⁴

A construção desse Estaleiro Real no Pará aponta para a demanda de construção de embarcações na região. Na Vila de Borba havia, como visto, uma demanda por canoas para atravessar as cachoeiras do Madeira. Uma vez que a Vila de Borba era um dos locais nos quais faziam pousos os expedicionários que vinham do Mato Grosso ou que iam para essa capitania, a escassez e/ou inexistência dessas embarcações proporcionava atrasos e demoras nas viagens. Ou, como ocorreu com o *prático* João de Sousa Azevedo, obrigava os expedicionários a utilizarem suas próprias embarcações.

Ao que tudo indica, as embarcações que eram construídas nesses estaleiros localizados em Belém, ou próximos a essa cidade, não atendiam a todo o estado do Grão-Pará. Provavelmente, isso poderia ser explicado pela distância de muitas povoações da cidade de Belém. Assim, a Ribeira das Canoas atenderia a uma demanda de transportes fluviais que seria crescente no estado do Grão-Pará. Nesse sentido, o plano para a construção de uma Ribeira das Canoas no Madeira era fundamental para assegurar, via Madeira, Mamoré e Guaporé, o fluxo comercial, projetado pelo Plano de Comércio, entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, que seria uma das principais portas de entrada da prata espanhola. Por fim, além da importância para a movimentação comercial, os trechos encachoeirados tornavam as viagens entre o Grão-Pará e o Mato Grosso singulares, necessitando de embarcações específicas.

A escassez de embarcações não era exclusiva apenas do estado do Grão-Pará. Essa carência também era vivenciada na capitania do Mato Grosso. Em fevereiro de 1773, o comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, Manoel Caetano da Silva, escreveu

⁵⁷³ SALDANHA, Nuno. A nau Nossa Senhora de Belém e S. José (1766-1805), de Luís Isidoro de Gouveia, e a gênese do Arsenal Real de Belém do Pará (Brasil). *Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 13-27, 2018.

⁵⁷⁴ Ofício do governador Manuel Bernardo de Melo e Castro para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 26 de julho de 1761. *AHU*, Pará (Avulsos), Cx. 49, D. 4517.

ao governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, relatando que no dia 25 de fevereiro teria ordenado a alguns soldados que levassem a Balsemão uma carta que o próprio governador havia escrito ao pároco desse local e fossem “encontrar as cartas” e “e volumes e encomenda” enviadas a esse governante, “vinda do reino ou do Pará”. Como, no Forte, o dito comandante não possuía “canao capaz em que viessem os ditos volumes”, escreveu ao comandante de Borba “para que lá mandasse aprontar alguma canoa quanto bastasse” para conduzirem os volumes.⁵⁷⁵

Alguns dias depois, o mesmo comandante Manoel Caetano da Silva relatou ao governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que não havia canoas suficientes no Forte de Nossa Senhora da Conceição. Dizia, assim que, no dia 29 de março de 1773, iria para o quartel general o cabo de esquadra José Gonçalves Gago “em a única igarité que” havia no forte “para alguma diligência” e esperava que o governador a remetesse logo para essa fortaleza, pois nela havia somente uma embarcação “pequena e velha”. Nesse sentido, pedia o comandante que se em Vila Bela houvesse “algumas de venda [canoas]”, desejava que o governador as comprasse pela real fazenda e as encaminhasse para o forte “para as diligências que ocorrerem”. Além disso, relatava o comandante da fortaleza ao governador do Mato Grosso que “junto a este forte se acha uma casa que servia de guardar canoas, e de se registrar nela as fazendas que vêm do Pará”. Contudo, a casa se achava “inteiramente caída”, segundo o comandante.⁵⁷⁶

Uma das dificuldades experimentadas na capitania do Mato Grosso para atender às demandas de embarcações era a ausência de profissionais aptos a construí-las. No início de 1762, Antonio Rolim de Moura relatou ao governador Manoel Bernardo de Mello e Castro que a capitania do Mato Grosso necessitava de “um engenheiro, um mestre, ou oficial de fazer e consertar canoas, ou botes”.⁵⁷⁷

Diversos fatores de ordem geográfica, econômica, ecológica e cultural ajudam a compreender o uso de determinados meios de transporte pelos grupos sociais.⁵⁷⁸ O Forte Príncipe da Beira e o de Nossa Senhora da Conceição, Vila Bela, Vila de Borba, a

⁵⁷⁵ Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador e capitão do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Forte de Bragança, 15 de fevereiro de 1773. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 033, Cx. 001).

⁵⁷⁶ Carta de Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luís de Albuquerque. Forte de Bragança, 28 de março de 1773. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 0035, Cx. 001).

⁵⁷⁷ Rego de hua carta escrita ao Genal do Pará Manoel de Berndo de Melo e Castro. Vila Bela, 31 de janeiro de 1762. **APMT**, Livro de registro de bando, portarias, editais e cartas expedidas. Governo Antonio Rolim de Moura Tavares (Livro C-5), doc. 275.

⁵⁷⁸ SALVADOR, José. Os transportes em São Paulo no período colonial. **Revista de História**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 81-141, set. 1959.

Nova, e outros núcleos de povoamento português, no Mato Grosso e no estado do Grão-Pará estavam localizados nas margens dos rios. Nesse sentido, os moradores desses lugares dependiam das embarcações para transitarem entre esses locais e executarem inúmeras atividades. Apesar disso, era frequente a dificuldade existente para conseguir embarcações nesses espaços. Assim, analisar a constituição do caminho fluvial que comunicava o estado do Grão-Pará e o Mato Grosso perpassa pela reflexão acerca da construção e disponibilidade das embarcações, bem como da política colonial portuguesa sobre esse tipo de transporte.

3.5 OS PERIGOS, AS ENFERMIDADES E OS INCÔMODOS DAS EXPEDIÇÕES

A viagem que interligava o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira era permeada por muitas dificuldades naturais, para além das cachoeiras e das mazelas da navegação. Uma delas era a presença de vários tipos de espécies de animais. Nesse sentido, as tropas que percorriam esse caminho precisavam lidar com a presença de insetos e mosquitos,⁵⁷⁹ por exemplo, que causavam doenças e incômodos aos expedicionários. Foi o que sucedeu com a tropa de Francisco de Melo Palheta. Navegava a tropa pelo Madeira “passando cachoeira umas atrás das outras” até que chegaram à quinta cachoeira e demoraram “três dias em passar nela as galeotas à corda, não havendo exceção de pessoa neste grande trabalho” e “com perseguição de pragas de piuns,⁵⁸⁰ que cada mordedura é uma sangria”.⁵⁸¹

Em outro trecho da viagem, no dia 3 de julho de 1723, seguia a tropa “ao Porto dos Montes, onde disse o guia vira um caminho que descia ao porto que era do gentio, que habitava naquele lugar”. Contudo, não acharam “trilhas nem caminhos, por estar já deserto”. Nesse porto, foram “visitados de uma praga de abelhas, assim a quantidade das

⁵⁷⁹ No século XVIII, a medicina não considerava os mosquitos como vetores de agentes infecciosos. A relação saúde-doença estava relacionada à concepção hipocrático-galênica, que compreendia a perfeita saúde como resultado de equilíbrio (homeostase) de quatro humores do organismo: o sangue, a pituita, a bile amarela e a bile negra. As doenças seriam consequência do desequilíbrio desses humores: excesso, carência ou corrupção de um ou mais desses humores (FIORI, Marlon Marcel et al. Doenças e parasitos tropicais na expansão interior do império colonial português na América: o caso das monções. **Revista Território e Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 165-182, abr. 2014).

⁵⁸⁰ “Piuns” são insetos dípteros encontrados em vários *habitats*. Os machos, na fase adulta, alimentam-se do néctar das flores, e as fêmeas, em geral, são hematófagas e, por isso, precisam de sangue para o amadurecimento dos ovos. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/29_bio_04_cap4_insetosaquaticos.pdf>. p. 45. Acesso em: 18 nov. 2022.

⁵⁸¹ A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira no documento da narração da viagem. In: ABREU, J. Capistrano de. Op. cit., p. 307.

grandes, como a máquina das pequenas tão espessas como nuvens”. As abelhas atacavam os “olhos, e ouvidos e boca, e todos engoliram bastantes, porque se as enxotássemos das rações ficaríamos destituídos de toda a limitação que temos de farinha”.⁵⁸²

Anos depois, a tropa comandada por Manuel Félix de Lima, que descia o Madeira, também precisou lidar com os mosquitos da região. Após entrarem nesse rio, a tropa atracou em um “lugar em que outrora haviam residido alguns índios”. Esse local era “terrivelmente infestado de uns mosquitos que chamam pernilongos” e que nos “enxames caíam sobre a boca, nariz, orelhas, que se cobriam de sangue as mãos só com matá-los ao pousarem na face”. Esperava Félix de Lima “livrar-se desta intolerável praga com um mosquiteiro grande, debaixo do qual mandou armar a sua rede”. Foi, então, que “ao meter-se dentro achou-o de nenhum préstimo todo roído como estava das formigas”. Os companheiros de Manuel Félix de Lima teriam “passado a noite onde estavam”. Contudo, Félix de Lima “para quem eram intoleráveis os mosquitos”, os fez “reembarcar, e descendo o rio chegaram a um lugar alto, onde graças à brisa que se levantou dormiram livres deste tormento”.⁵⁸³

Sérgio Buarque de Holanda lembrou que o mosquiteiro já fazia parte da “bagagem ordinária” das monções paulistas que se dirigiam para Cuiabá em meados do século XVIII, e que esse produto já era conhecido nesse local em 1725. Porém, era pouco utilizado nas “margens do Amazonas” ainda em 1775.⁵⁸⁴ Antonio Rolim de Moura, que fez o percurso da monção paulista para chegar em Mato Grosso, igualmente, demandava mosquiteiro. Nesse sentido, Rolim de Moura pediu para que a expedição de Domingos Franco, que ia do estado do Grão-Pará para a capitania do Mato Grosso em decorrência da presença dos espanhóis no Guaporé, levasse para esse governador “mosquiteiros e [redes]” sem os quais “não podem servir” na capitania.⁵⁸⁵ Assim, o pedido do governador Rolim de Moura aponta que já havia uma demanda por esse produto em Mato Grosso.

Em outra carta que Rolim de Moura escreveu ao governador do Pará Manoel Bernardo de Melo e Castro, explicava que, “aos soldados da guarnição” da capitania do Mato Grosso que iam servir rio abaixo, costumava “mandar dar, por equidade uma rede, com seu mosquiteiro, e cobertura de quatro cavadas de baeta”, em decorrência do “rigor

⁵⁸² *Ibidem*, p. 307-308.

⁵⁸³ SOUTHEY, Robert. *Op. cit.*, p. 428.

⁵⁸⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, 2017, p. 123.

⁵⁸⁵ Carta do Conde de Azambuja para o governador do Pará. 2 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 17, doc. 57.

dos tempos, e dos mosquitos, que verdadeiramente em alguns lugares e alguns meses são praga insuportável”.⁵⁸⁶

Outro indício da demanda por este produto, no Mato Grosso, encontra-se em uma carta do governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Em janeiro de 1774, Pereira e Cáceres encaminhou uma missiva para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas, e explicava que estava anexada à dita carta uma relação que remetia aos administradores da Companhia Geral de Comércio “pedindo-lhes de fazer aprontar os gêneros nela descritos, que são sumamente necessários para o provimento dos reais armazéns de Vila Bela”.⁵⁸⁷ Um dos itens solicitados por Pereira e Cáceres era “estopa para mosquiteiros, ou outros empregos semelhantes”.⁵⁸⁸

Assim, anos depois da expedição de Manuel Félix de Lima, é provável que o mosquiteiro ainda fosse utilizado nas expedições que percorriam os rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Além disso, ainda que fossem usados na capitania do Mato Grosso e nas expedições que iam aos sertões, não significa que todos os expedicionários oriundos dessa capitania o utilizassem.

Nesse sentido, durante a navegação pelo Amazonas, Teotônio da Silva Gusmão e a comitiva que o acompanhava foram, igualmente, incomodados pelos mosquitos. Partindo de Belém em direção ao Madeira, relatava Teotônio da Silva Gusmão ao governador que com 46 dias de viagem teria chegado à “Vila de Borba muito amofinado de carapanãs desde o Xingu até Óbidos”. Explicava ele que estava “acostumado a estes incômodos”. Porém, a família dele, que o acompanhava, estranhava “a força desta praga” e “se consumiam a si e a mim”, contava. Por essa razão, “foi preciso a minha mulher sangrarse em Santarém não por outra moléstia”, completava.⁵⁸⁹

Além dos insetos, deslocar-se entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso não isentava os expedicionários de serem atacados por animais silvestres. Certamente, os riscos desses ataques eram frequentes. Navegava, por exemplo, a expedição de Manuel Félix de Lima pelo Mamoré, rio que desce “com valentia tal, que

⁵⁸⁶ Reg^o de hua carta escrita ao Gen^{al} do Pará Manoel de Bern^{do} de Melo e Castro. Vila Bela, 31 de janeiro de 1762. **APMT**, Capitania do Mato Grosso: Secretaria de Governo, Livro C-5, doc. 276.

⁵⁸⁷ Luís de Albuquerque de Melo para João Pereira Caldas. Fortaleza da Conceição, 15 de janeiro de 1774. **APEP**, Códice 267, doc. 01.

⁵⁸⁸ Memoria de diversos gêneros, e provimentos q. são precisos na Provr.^a da Faz.^a R. de Mato Grosso; os quais se pedem aos [senhores] administradores da [companhia geral] do Pará de mandarem aprontar a ordem do Il^{mo} e Ex^{mo} S^r João Pereira Caldas, Gov.^{or}, e cap.^m General daquele Est^o p.^a q. sua Ex^{ca} os possa mandar encaminhar as obre d Provedr.^a pela ocaz^{am} mais prompta q. haja de oferecer-se. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 15 de janeiro de 1774. **APEP**, Códice 276, doc. 2.

⁵⁸⁹ Carta do Teotônio da Silva Gusmão para o governador do Pará. Vila de Borba, 31 de outubro de 1759. **APEP**, Códice 54, doc. 30, fl. 124.

atravessando a outra corrente vai bater rijamente de encontro a oposta margem” e “nem os jacarés lhe podem vencer a veia, senão nadando bem fundo”. Quando a canoa da expedição de Félix de Lima passou “por cima d’alguns d’estes animais que jaziam deitados na areia em pouca água”, escaparam “os incautos viajantes por um triz de soçobrar com a violenta agitação dos monstros”.⁵⁹⁰

Outros expedicionários não escaparam de serem atacados e mortos por outros animais. A escolta capitaneada pelo sargento-mor Luís Fagundes Machado, por exemplo, ancorou na Ilha Grande, já no Guaporé, onde permaneceu durante seis dias. No segundo dia, foram “alguns escravos dos oficiais da escolta” até a “terra firme da parte ocidental fazer uma montaria” e acharam “todo o terreno tão estéril de caça” e adentrou “mais ao centro um mestiço de José Gonçalves da Fonseca na diligência de algum efeito”. Contudo, o dito mestiço “achou a última desgraça nas garras de uma onça, que devorou o miserável escravo”.⁵⁹¹

Em diferente ocasião, outro participante da expedição de Fagundes Machado foi vítima de um animal peçonhento. Segundo o relato de José Gonçalves, na tropa havia um “índio sargento-mor da aldeia do Parijó do Cameté” que era “o de maior préstimo e valor dos que acompanhavam a escolta”. Seguiu este índio uma paca e “esta se lhe encovou em parte, onde foi preciso meter o braço para colher a presa”. Ainda que o indígena tenha conseguido capturar a paca, foi “a custo de lhe trincar o dedo maior da mão direita uma venenosíssima cobra chamada surucucu”.⁵⁹²

Foi, então, “sarjada logo a parte ofendida, e cauterizada com fogo para não ter lugar o veneno de se comunicar à massa sanguínea”. Contudo, não teria sido suficiente “tão pronta providência, nem a de alguns antídotos que se lhe aplicaram, para deixar de passar três horas de ser acometido o paciente de umas tais ânsias” e que “privando-o da fala e das forças, entrou em agonias de acabar a vida”. Destituída a tropa de “triaga de Veneza se acudiu com o bico do Acauhan e unicórnio de Inhuma” que “reduzindo-as a pó, que em potagem de água se lhe fez beber com grande trabalho” e tão logo atingiu “a circulação este cordial, despertou logo do letargo, e sossegou das agonias”.⁵⁹³

Os expedicionários utilizaram, assim, recursos da fauna para socorrer e curar o indígena picado pela cobra, uma vez que referiam não ter as triagas já conhecidas, como a de Veneza. A distância dos núcleos de povoamento coloniais, a precariedade, ou

⁵⁹⁰ SOUTHEY, Robert. Op. cit., p. 427.

⁵⁹¹ FONSECA, José Gonçalves da. Op. cit., p. 394.

⁵⁹² Ibidem, p. 400-401.

⁵⁹³ Ibidem, p. 401-402.

ausência, de boticas nas tropas ensejava a utilização de meios terapêuticos fundamentados nos conhecimentos indígenas, sobre a fauna e a flora, para curar os enfermos durante as expedições.⁵⁹⁴

Em outro momento, os índios da tropa do sargento-mor Luís Fagundes Machado experimentaram enfermidades. Por essa razão, acudiram eles “com os remédios proporcionados ao achaque, no modo que foi possível, segundo a providência dos mantimentos da botica e os que ministraram os matos, que era de melhor efeito”. Além disso, “com algum mantimento de mais substância se iam restabelecendo aqueles”. Nessa ocasião, usaram os recursos da botica que a tropa levava e os da flora disponíveis.⁵⁹⁵

Além disso, durante a viagem pelo caminho fluvial dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, muitos expedicionários adoeciam em decorrência de vários fatores, como o próprio clima. No decorrer da viagem para capitania do Mato Grosso, em 1766, da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, João Batista Mardel relatou ao governador Fernando da Costa Ataíde Teive que “sobrevieram também muitas doenças, na cachoeira do Ribeirão onde cheguei a ter o número de 117 enfermos, entre oficiais, soldados e índios”. Essas doenças, segundo Mardel, foram decorrentes “de uma grande friagem repentina”,⁵⁹⁶ resultando a morte do “alferes João Guilherme, dois soldados, e alguns índios, suposto se deu a todos o maior trato e assistência possível”.⁵⁹⁷

Um ouvidor-geral que ia para o Mato Grosso pelo caminho fluvial do estado do Grão-Pará foi igualmente acometido por uma enfermidade ao atravessar as cachoeiras presentes no caminho fluvial. Em dezembro de 1775, o comandante da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, Manoel Caetano da Silva, escreveu para o governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres relatando que no dia 8 de dezembro chegara nessa fortificação “o novo ouvidor mal convalescido de umas grandes sezões que teve nas cachoeiras” e que pretende permanecer no forte “cinco ou seis dias, e se neste tempo não tiver moléstia maior, marchará para essa Vila”.⁵⁹⁸

Embora qualquer expedicionário estivesse sujeito a contrair alguma enfermidade ou falecer durante a viagem pelo caminho fluvial que comunicava o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, é provável que os índios fossem mais expostos a

⁵⁹⁴ KOK, Glória. Op. cit., 2004, p. 100.

⁵⁹⁵ FONSECA, José Gonçalves da. Op. cit., p. 387.

⁵⁹⁶ A friagem nessa região acontece nos meses de junho, julho e/ou agosto.

⁵⁹⁷ João Batista Martel para Fernando da Costa Ataíde Teive. Conceição, 26 de novembro de 1766. **APEP**, Códice 127, doc. 26.

⁵⁹⁸ Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 9 de novembro de 1775. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 092, Cx. 002).

essas mazelas. Leny Anzai lembrou como Alexandre Rodrigues Ferreira argumentou que as más condições de vida impostas aos índios seriam as principais causas das doenças entre eles. Assim, as viagens “fora de monção”, a nudez dos corpos expostos ao tempo, trabalho realizado durante a expedição e a obrigatoriedade de participar delas eram alguns dos fatores que explicavam a razão pela qual os índios adoeciam.⁵⁹⁹

Estava a expedição do sargento-mor Luís Fagundes Machado no Guaporé quando se “experimentavam doenças nos índios com grande vigor, porque a mudança das águas cresceu a dos ares e mantimento que tudo junto fez uma tal desordem na débil constituição dos índios”. Nesse sentido, encontravam-se “acometidos de uma queixa que sobre ser asquerosa e os reduzir em mui breve tempo à última prostração de forças, é para aquela miserável gente mal contagioso”.⁶⁰⁰

O comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição relatou ao governador do Mato Grosso que nessa fortificação havia vários índios, que chegaram nela “remando nas canoas da fazenda real de Borba” e encontravam-se “doentes impossibilitados de fazer a viagem”.⁶⁰¹ Em outra ocasião, alguns índios do Pará voltaram convalescidos da viagem que fizeram ao Mato Grosso. Quando Manoel Caetano da Silva era comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição escrevia, em carta, a Pereira Cáceres que teriam ido para a Vila de Borba o cabo de esquadra Bernardo Gomes, dois soldados que o acompanhavam com “quatro botes da Fazenda Real e uma pequena Igarité para serem entregues ao comandante de Borba”. Além disso, teria ido o “índio prático Agostinho José Neres, e 114 índios e a “maior parte deles convalescido das doenças que aqui tiveram ficando neste hospital dois ditos doentes”, segundo Caetano da Silva.⁶⁰² As enfermidades que eram adquiridas durante a expedição poderiam impedir os indígenas de retornarem com a tropa para o local de partida da campanha ou permaneciam nos núcleos coloniais até que estivessem curados das doenças.

Os expedicionários que navegavam pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira estavam sujeitos a inúmeros infortúnios. Importunação de mosquitos, ataques de animais e enfermidades permeavam o cotidiano da navegação daqueles que precisavam locomover-se para a capitania do Mato Grosso ou para o estado do Grão-Pará. Esses constituíam

⁵⁹⁹ ANZAI, Leny Caselli. **Doenças e práticas de cura**: o olhar de um naturalista setecentista. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato, 2017. p. 137-142.

⁶⁰⁰ FONSECA, José Gonçalves da. Op. cit., p. 387.

⁶⁰¹ Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador do Mato Grosso. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 23 de dezembro de 1776. APMT (BR APMT. FNESC. CA 122, Cx. 002).

⁶⁰² Ibidem.

apenas algumas das ameaças à vida dos expedicionários. Por vezes, os expedicionários experimentavam dificuldades para ter acesso aos alimentos durante as viagens.

3.6 ALIMENTAÇÃO E REABASTECIMENTO DAS EXPEDIÇÕES

A viabilidade das expedições dependia, entre outros fatores, da disponibilidade de alimentos para os expedicionários. O abastecimento dos moradores das povoações e dos expedicionários era tão importante quando a segurança.⁶⁰³ Nesse sentido, o estabelecimento da comunicação fluvial entre o Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso perpassava também pela política de garantia de mantimentos aos expedicionários.

As expedições iniciavam a viagem para o Mato Grosso ou para o Grão-Pará com quantidades de alimentos que eram fornecidos pela Fazenda Real. Arroz, tainhas, farinha, carimã, açúcar, sal, carne seca, vinho, aguardente (do reino e da terra) e tabaco eram alguns dos alimentos entregues aos expedicionários. Esses alimentos poderiam ser transportados em paneiros (cestaria indígena), frascos, potes e em sacos.⁶⁰⁴

Uma das dificuldades com as quais as tropas que percorriam os espaços interioranos precisavam lidar estava relacionada à questão do abastecimento e alimentação dos expedicionários. Percorrer extensas distâncias, por vias fluviais ou terrestres, demandava, frequentemente, a procura por alimentos que sustentassem aqueles que participavam das expedições. O acesso aos alimentos nos vales dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, durante o século XVIII, foi diversificado e, certamente, modificado, na medida em que iam sendo construídos núcleos de povoamento coloniais no percurso da rota.

Após as expedições saírem de porto de Belém, navegavam durante dias pelo Amazonas até chegarem ao Madeira. A viagem era caracterizada pelo pouso em diversos núcleos de povoamento (como as missões religiosas e, depois da segunda metade do século XVIII, as vilas) para reabastecer, continuamente, a tropa com alimentos. Nesse sentido, em setembro de 1762, Domingos da Silva Pinheiro escreveu ao governador do Grão-Pará, Manoel Bernardo de Melo e Castro, relatando que no dia 14 de setembro chegara à Vila de Santarém o tenente José de Sampaio, que comandava um destacamento que ia ao Mato Grosso. Em decorrência das ordens que recebeu do

⁶⁰³ KETTLE, Wesley Oliveira. Cozinha em movimento: novos sabores na Amazônia colonial. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira (Org.). **História e alimentação: Brasil séculos XVI-XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2020. p. 405.

⁶⁰⁴ Sobre o transporte de alimentos, ver: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; SANTOS, João Carlos Cândido Silva Libardi. As cargas das canoas: alimentos e artefatos na rota das monções. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira. Op. cit., p. 143.

governador, Domingos Pinheiro entregou ao tenente José de Sampaio 462 alqueires de farinhas que se achavam “Armazém desta Vila” e que “pertenciam ao comum e dízimos dela e ao comum da Vila Franca e Alter do Chão”.⁶⁰⁵

Por conseguinte, as tropas que desciam do Mato Grosso para o Pará faziam paradas nos povoados localizados no caminho. Assim, quando a expedição do sargento-mor Luís Fagundes Machado chegou à Fortaleza dos Pauxis encontrou, navegando do Mato Grosso para Belém, “seis homens seculares e um religioso Capucho” em canoas com pretos e índios. Segundo o relato do governador do Grão-Pará ao rei, o cabo da escolta disse a eles que deveriam “retroceder para as ditas minas”. Os homens que desciam do Mato Grosso argumentaram, por sua vez, que transportavam correspondências dos moradores do Mato Grosso para o monarca e que “pela grande importância que continham as deviam entregar” ao próprio governador Mendonça Gurjão. O cabo da escolta não aceitava essa “desculpa por poderem remeter as cartas por pessoas seguras”, obrigando-os, por isso, “a seguir com ele viagem para as ditas minas”. Pediram, então, os homens que desciam das Minas que

[...] lhes concedesse dias suficientes para se poderem refazer de mantimentos bastante de que estavam faltos (havendo naquele distrito) ou que a escolta se obrigasse a sustentá-los até o Mato Grosso a sua custa por não haver dali para cima paragem donde pudesse comprar.

Nesse sentido, ponderou o cabo que “os mantimentos que levava não bastavam a sustentar mais vinte e duas pessoas” e “que não devia esperar que ali se refizessem deles tanto pela falta que experimentava como pela demora a que se expunha”. Resolveu, portanto, deixar os ditos homens “entregues ao capitão da dita fortaleza”.⁶⁰⁶

Como se vê, ao chegar à Fortaleza de Pauxis, a tropa que descia do Mato Grosso estava com mantimentos insuficientes. O pouso nessa fortificação seria importante para obter alimentos, a fim de concluir a viagem até Belém. Se retornassem dessa Fortaleza para o Mato Grosso, ou deveriam ser alimentados com os víveres fornecidos pela tropa do sargento-mor Luís de Fagundes, ou precisariam reabastecer a tropa com alimentos, na própria Fortaleza de Pauxis. A partir da Fortaleza de Pauxis, em direção ao Madeira e Mato Grosso, é provável que houvesse mais dificuldade em reabastecer a tropa, pelo

⁶⁰⁵ Carta de Domingos da Silva Pinheiro para o governador Manoel Bernardo de Melo e Castro. Santarém, 25 de setembro de 1762. **APEP**, Códice 117, fl. 349.

⁶⁰⁶ Carta de Francisco Pedro de M. Gorjão ao rei D. João V. Grão-Pará, 25 de outubro de 1749. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 5, D. 308.

menos na primeira metade do século XVIII, antes de a Coroa portuguesa autorizar a navegação entre a capitania do Mato Grosso e estado do Grão-Pará e Maranhão.

Ainda que as expedições iniciassem o percurso fluvial com alimentos, durante a viagem era preciso recorrer à caça, pesca e coleta de frutos para o provimento. Por essa razão, as expedições eram aprovisionadas com instrumentos como lanças de pescar, anzóis e arpões, por exemplo.⁶⁰⁷ Durante a viagem, a tropa de Francisco de Melo Palheta construiu um “arraial em uma tapera do gentio Iumas” em meados de fevereiro de 1723. Nesse arraial, esperavam “pelo socorro da cidade, o qual chegou a 4 de junho”. Explicava o relato que havia tempos, contudo, que os soldados, índios e o próprio cabo, “depois das frutas do mato acabadas”, alimentavam-se somente de “carne de lagartos, camaleões e capivaras, por não haver outro mantimento”.⁶⁰⁸

As tartarugas eram consumidas pelas expedições que frequentavam o Madeira. O consumo da tartaruga era uma prática indígena pré-colombiana.⁶⁰⁹ Decorridos, aproximadamente, 15 anos da expedição do sargento-mor Luís Fagundes Machado, José Agostinho Denis escreveu da Vila de Borba, em janeiro de 1765, que estava “aprontando duas canoinhas de montaria para pôr no mar as tartarugas e desta sorte não padecer a comitiva do dito senhor [Antonio Rolim de Moura] de falta de mantimentos”.⁶¹⁰ Ciente de que Antonio Rolim de Moura percorreria o Madeira, o diretor da Vila de Borba procurava assegurar mantimentos a ele e à comitiva que o acompanharia, e um desses alimentos eram as tartarugas.

O Madeira era lembrado pela grande quantidade de tartarugas existentes nele. Teotônio da Silva Gusmão, que navegava entre a capitania do Mato Grosso e o estado

⁶⁰⁷ Ao mesmo [Provedor da Fazenda Real do Pará]. Pará, 28 de junho de 1771. **APEP**, Códice 222, fl. 140v-141v.; Ao mesmo [Provedor da Fazenda Real do Pará]. Pará, 16 de agosto de 1771. **APEP**, Códice 222, fl. 152v-153. Os instrumentos de captura dos animais aquáticos apontam como eles eram importantes para o sustento dos expedicionários e como o conhecimento dos indígenas foi essencial na preparação da alimentação dos expedicionários (KETTLE, Wesley Oliveira. Op. cit., 2020, p. 405).

⁶⁰⁸ A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira no documento da narração da viagem. In: ABREU, J. Capistrano de. Op. cit., p. 306.

⁶⁰⁹ Sobre a utilização da tartaruga pelos indígenas e pela sociedade colonial, ver: MACHADO, Diego Ramon Silva. **No rastro dos ovos: uma história da exploração e uso da tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa* Schweigger, 1812), 1727-1882**. 2016. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2016; FONSECA, Dante Ribeiro. A pesca na Amazônia: da pré-colonial ao mundo colonial (séculos XVII ao XIX). **Saber Científico**, Porto Velho, v. 1, n. 2, p. 201-222, jul./dez. 2008; FIORI, Marlon Marcel; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. **A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

⁶¹⁰ Carta de José Agostinho Denis para o governador do Pará. Borba, 11 de janeiro de 1765. **APEP**, Códice 151, doc. 13, fl. 26.

do Grão-Pará, relatava que havia “nas praias do rio Madeira” uma “grande abundância de tartarugas”.⁶¹¹

Dependendo do período em que a expedição era realizada, a caça e a pesca tornavam-se inviáveis. A tropa do sargento-mor já navegava pelo Guaporé e preparava-se, no dia 24 de fevereiro, para prosseguir a viagem quando o ajudante da escolta, Ancieto Francisco de Távora, “que levava a seu cargo os mantimentos com que se assistia aos soldados e índios”, comunicou a Fagundes Machado “que o armazém não se achava com farinha para suprir oito dias de viagem, ainda que dando-se uma só ração por dia, como já se dava”. Os mineiros, que faziam a viagem “remados por seus escravos e alguns índios”, expuseram “a necessidade em que se achavam” e sustentavam a comitiva deles “unicamente com palmito do mato”, que nem sempre era encontrado na área.⁶¹² Nessa ocasião, a região na qual a expedição se encontrava foi caracterizada como insuficiente de animais para caça e de peixes. Segundo Gonçalves Fonseca, o rio “não ministrava peixe, em razão da cheia que o havia levado para o centro do mato”, e “este não contribuía com gênero algum de caça porque alguma que podia haver, se retirava para a terra firme”.⁶¹³

Permaneceu a tropa no mesmo espaço até que às sete horas da manhã, ainda no dia 24 de fevereiro, apareceram “umas ubás de índios, que saíram do porto da aldeia que se achava a vista”. Provavelmente, eram indígenas das missões castelhanas. Esses índios foram até a canoa do “comandante protestando boa paz e amizade, perguntando se passavam ao Mato Grosso”. A expedição portuguesa perguntou a eles “se havia alguma farinha de milho e galinhas⁶¹⁴ para vender por anzóis, agulha, avelório, etc.”. Tendo os índios aceitado a proposta “com alvoroço” voltaram às aldeias em busca dos

⁶¹¹ Carta de Teotônio da Silva Gusmão para o governador do Pará. Povoação de Salto, 9 de dezembro de 1759. Códice 54, doc. 31, fl. 128. Anselm Eckart explicou que as tartarugas pescadas em água doce, como as dos rios “Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira, são comumente comidas”. As do rio Madeira “são tão grandes que uma única pode alimentar muitas pessoas”. Contudo, a “carne não é tão tenra quanto a daquelas do rio Xingu”. Anualmente, no mês de outubro, no Madeira, realizava-se a “grande pesca de tartarugas, fazendo-se ao mesmo tempo a manteiga de tartaruga”. Assim, nessa época, as tartarugas botavam “seus ovos na areia a uma grande profundidade” e chegava “do Pará e de outros lugares uma grande quantidade de barcos que ali ficam durante 3 a 4 semanas” (ANSELM Eckart, S. J., e o estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785). In: PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio. Op. cit., p. 100).

⁶¹² FONSECA, José Gonçalves da. Op. cit., p. 379.

⁶¹³ Ibidem.

⁶¹⁴ Além dos animais aquáticos, durante as viagens os expedicionários consumiam aves, como as galinhas. Segundo Câmara Cascudo, os indígenas não abatiam as galinhas e os ovos. Eles os vendiam. Entre os gêneros que foram dados a uma expedição “de socorro a capitania do Mato Grosso”, constam “quatro panos de algodão, 12 dúzias de facas, 6 alqueires de sal, 6 dúzias de pratos, 4 dúzias de tesouras, 12 machados, 12 facões”, que seriam “para comprar galinhas” (CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. p. 153; Ao mesmo [Provedor da Fazenda Real do Pará]. Pará, 17 de agosto de 1771. APEP, Códice 222, fl. 154v-158).

mantimentos. Entretanto, um índio do missionário e “prático no idioma espanhol, que logo conheceu os mineiros João Leme e seu irmão”, disse que “os aldeões sem faculdade do Padre não venderiam coisa de consideração”.⁶¹⁵ Por essa razão, José Leme com seu irmão e uma pequena tropa foram à aldeia “negociar mantimentos para todos”. Esses homens encontraram o padre da aldeia e pediram a ele a “faculdade para se negociar com os índios da aldeia algum mantimento, de que havia grande necessidade para se completar a viagem”.⁶¹⁶

José Leme e os demais retornaram para o porto e logo “concorreram os aldeões em grande número a fazer venda de aves, farinhas de milho, e frutas”. Acreditavam os expedicionários que o fornecimento que conseguiram negociando com os indígenas que estavam em territórios conquistados pelos espanhóis “poderia chegar até a Ilha Grande”, no Guaporé, na qual “havia moradores do Mato Grosso, de cujas roças se esperava fazer provimento de milho em grão porquanto a farinha” produzida pelos “aldeões não era bem torrada, e não podia durar sem corrupção todo o resto da viagem”. Além disso, para comprar o “milho em maçaroca era preciso que os índios o conduzissem das suas roças, cujo transporte necessitava de demora”.⁶¹⁷

O regimento da expedição recomendava ao cabo da expedição que “encontrando alguma canoa de índios destas aldeias [dos castelhanos]” procurasse evitar o contato com eles e que não permitissem que fossem “a seu bordo”.⁶¹⁸ Nesse sentido, uma vez que havia insuficiência de mantimentos para a tropa, as ordens expressas no regimento dado ao cabo Luís Fagundes não foram obedecidas. Afinal, manter os expedicionários sem víveres poderia acarretar prejuízos maiores à tropa e à Coroa portuguesa.

Na permuta que a expedição lusa realizou com os índios das missões castelhanas, um dos alimentos conseguidos pela tropa foi o milho, alimento importante para os habitantes de Mojos. Para David Block, em Mojos:

Los cultivos alimentícios tradicionales — yuca, ñame y maíz — siguieron ocupando la mayor parte de las tierras altas ribereñas. Bajo el régimen

⁶¹⁵ FONSECA, José Gonçalves da. Op. cit., p. 380.

⁶¹⁶ Ibidem, p. 385.

⁶¹⁷ Ibidem.

⁶¹⁸ João Antonio Pinto da Silva. Secretario do estado. Pará, 3 de julho de 1749. “Regimento que há de observar o sargto mor desta praça do Pará Luís Fagundes Machado na expedição de q. hé cabo na forma q. abaixo se declara” está anexado em “Ofício do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o secretário de estado dos Negócios do Reino e Mercês Pedro da Mota e Silva”. Pará, 10 de setembro de 1750. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 32, D. 2992.

*jesuítico estas plantaciones compartían el espacio con aportes europeos, especialmente el algodón, el cacao y la caña dulce.*⁶¹⁹

Como lembrou Sérgio Buarque de Holanda, a farinha de milho era muito consumida também pelos paulistas. Inúmeros fatores justificam essa preferência pelo milho. Esse produto poderia ser cultivado em áreas de serra acima, bem como ser transportado com mais facilidade que as ramas de mandioca. Além disso, ele produzia frutos, aproximadamente, cinco ou seis meses após o plantio.⁶²⁰ A aquisição do milho pela tropa que partiu de Belém pode indicar uma mudança, ainda que em parte, de alimentação, ao longo do trajeto, das tropas que percorriam o caminho fluvial entre o Mato Grosso e o Grão-Pará.

Nas relações de provimentos que foram dadas a duas expedições que partiram do estado do Grão-Pará em direção ao Mato Grosso, é possível identificar a presença de milho.⁶²¹ Contudo, esse vegetal não era um alimento fundamental na alimentação dos moradores do estado do Grão-Pará, ao contrário da mandioca. A farinha de mandioca era basilar nas viagens que duravam semanas ou meses nesse estado. Além disso, para muitos povos indígenas, a farinha de mandioca fazia parte da cosmologia nativa, pois representava uma ligação com os antepassados indígenas. Assim, ainda que existissem roças de milho, a farinha de mandioca era utilizada como moeda e modos de pagamento⁶²² e era mais importante na cultura alimentar dos indígenas daquele estado.⁶²³

⁶¹⁹ BLOCK, David. Op. cit., p. 98.

⁶²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., 2017, p. 225.

⁶²¹ Ao mesmo [Provedor da Fazenda Real do Pará]. Pará, 28 de junho de 1771. **APEP**, Códice 222, fl. 140v-141v.; Ao mesmo [Provedor da Fazenda Real do Pará]. Pará, 17 de agosto de 1771. **APEP**, Códice 222, fl. 154v-158.

⁶²² Cacao, açúcar, cravo, peixe e aguardente eram utilizados também como moeda e modos de pagamento. CHAMBOULEYRON, Rafael. Alimentos, pagamentos e trocas na Amazônia colonial (século XVII e XVIII). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira. Op. cit., p. 111-131.

⁶²³ CRUZ, Roberto Borges da. **Farinha de “pau” e de “guerra”**: os usos da farinha de mandioca no extremo Norte (1722-1759). 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. p. 28. Sobre a farinha de mandioca, ver também: PASCHOAL, Tainá Guimarães. A mandioca e o projeto do jesuíta João Daniel para a Amazônia. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira. Op. cit., p. 257-258.

O milho, o feijão⁶²⁴ e o toucinho eram considerados por Antonio Rolim de Moura fundamentais para alimentar as expedições. Em um ofício que encaminhou ao secretário de estado, Tomé Costa Corte Real, explicava que uma das razões para o estabelecimento de Nossa Senhora da Boa Viagem era facilitar o comércio entre o Mato Grosso e o Grão-Pará, pois quando os expedicionários chegavam a esse local estavam “muito faltos de mantimentos pois no Pará não há os que são mais próprios para estas viagens que é a farinha de milho, feijão e toucinho”.⁶²⁵

Provavelmente, a classificação dos três alimentos como aqueles que seriam os “mais próprios para estas viagens” e a reflexão sobre eles feita pelo governador Antonio Rolim de Moura foi fundamentada na experiência que ele adquiriu quando de sua viagem para o Mato Grosso. Rolim de Moura desembarcou no Rio de Janeiro. Depois, seguiu para Ararituaba, na capitania de São Paulo, onde permaneceu alguns dias. Para prosseguir a viagem, a partir de São Paulo, havia a “necessidade de muitas coisas, as quais pelo fato de não haver ali se mandaram” buscar no Rio de Janeiro, e “foi necessário esperar por elas”. Além disso, deveria “também dar lugar a que crescesse o milho, e feijão e se fizessem as farinhas, e toucinhos”.⁶²⁶ Assim, não é de estranhar que Rolim de Moura considerasse o feijão, o milho e o toucinho os alimentos apropriados para aqueles que navegavam entre o Grão-Pará e o Mato Grosso.

A base alimentar de Vila Bela, segundo Masília Aparecida Gomes, era composta por milho, feijão, mandioca e arroz, dos quais o milho e o feijão eram os mais cultivados. O milho atendia à demanda alimentar dos moradores de Vila Bela, dos animais domésticos e dos que eram utilizados no transporte de pessoas e de

⁶²⁴ O feijão, por sua vez, embora inicialmente não fosse um alimento central nas refeições, conquistou espaço durante o processo de ocupação para o interior da América portuguesa. O termo feijão é utilizado para designar diferentes leguminosas, o que demonstra uma confusão botânica e lexical. Alguns feijões já eram consumidos na Europa desde a Antiguidade. Antes do início da colonização, espécies de feijão da Ásia e do Oriente Médio eram consumidas. Quando os europeus chegaram à América, denominaram feijão algumas espécies semelhantes àquelas que conheciam, embora pertençam a gêneros diferentes, botanicamente. Essas espécies americanas teriam sido domesticadas em duas regiões: Peru e Mesoamérica. Assim, o feijão já era consumido pelos portugueses e por etnias indígenas no início da colonização. Enquanto os povos americanos preparavam o feijão cozido, sem caldo, os lusitanos costumavam fazer preparos mais úmidos (LEME, Adriana Salay. Feijão, o alimento da nação: discurso indenitário e consumo efetivo no Brasil (1973-2009). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira. Op. cit., p. 321-322.

⁶²⁵ Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela, 23 de dezembro de 1758. AHU, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 597.

⁶²⁶ Relação da viagem que fez o Conde de Azambuja da cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá no ano de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 1, p. 6.

mercadorias, como as mulas e os cavalos. Além disso, o milho e o feijão eram produtos que possuíam bom rendimento e de fácil cultivo e beneficiamento.⁶²⁷

Em 1773, quando o cabo de esquadra Francisco José Coelho retornava para o Grão-Pará, acompanhado pelo soldado José Atanásio e 22 índios, viajava provido dos seguintes alimentos: farinha, feijão, toucinho, carne seca, sal, carimã, açúcar, sal e pimenta.⁶²⁸ Exceto pelo toucinho, essa relação assemelha-se ao que era fornecido aos expedicionários quando saíam do estado do Grão-Pará para a capitania do Mato Grosso. Nesse sentido, aos “remeiros e soldados que transportam os engenheiros à capitania de Mato Grosso” em meados de 1771 foram dados: farinha, carne seca, pirarucu, feijão, arroz, manteiga, carimã, sal, pimenta e açúcar.⁶²⁹

Ao longo do caminho fluvial entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, era possível encontrar diversos tipos de carnes que compunham a alimentação das tropas. Além disso, ainda que conectada pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, a capitania do Mato Grosso tinha uma cultura alimentar distinta da do estado do Grão-Pará. Assim, é possível que, ao menos em parte, houvesse uma diferenciação nos provimentos que eram oferecidos às tropas que navegavam entre o Mato Grosso e o Grão-Pará.

Uma vez que o abastecimento das expedições que navegavam entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará era realizado, em parte, ao longo da viagem, o governo colonial necessitava assegurar que, pelo caminho das expedições, haveria o fornecimento de alimentos para os expedicionários. Dessa maneira, a administração preocupava-se com a plantação de roças para o aprovisionamento das tropas. O preparo das roças situa-se dentro de uma política oficial da Coroa de conquista do espaço e de ordenação da natureza.⁶³⁰

A recomendação de plantar roças que serviriam às expedições demarcatórias já havia sido feita ao *prático* João de Sousa Azevedo. Nesse sentido, no ano 1751, Sousa Azevedo, que se encontrava em Belém, recebeu ordens do governador Mendonça Gurjão para que “fosse ao Rio da Madeira e mandasse fazer roças nas margens dele”.

⁶²⁷ GOMES, Masília Aparecida da Silva. **Produção agrícola e práticas alimentares na fronteira oeste: Vila Bela da Santíssima Trindade**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2008. p. 101-110.

⁶²⁸ Relação dos mantimentos e mais provisões precisas para o retorno do cabo de esquadra Francisco José Coelho despachado com o correio da cidade do Pará o qual leva em sua companhia ao soldado José Atanásio, e 22 índios; 6 dos quais devem ficar na Aldeia dos Pamas, aonde pertencem. Vila Bela, 26 de maio de 1773. **APEP**, Códice 261, fl. 175.

⁶²⁹ Ao mesmo [Provedor da Fazenda Real do Pará]. Pará, 28 de junho de 1771. **APEP**, Códice 222, fl. 140v-141v.

⁶³⁰ KOK, Glória. Op. cit., 2004, p. 85-86.

Além disso, Sousa Azevedo deveria mandar “fazer vinte Ubás”, segundo determinação de Mendonça Gurjão.⁶³¹

A preparação de uma roça pelo próprio *prático* da expedição demarcatória era um meio de viabilizar as atividades dos expedicionários nas viagens. Mendonça Gurjão ordenou a João de Sousa Azevedo que preparasse a dita roça, aproximadamente, um ano antes da Coroa portuguesa liberar a navegação entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso pelos vales do Guaporé, Mamoré e Madeira. Uma viagem tão extensa, como a que era feita entre esses dois territórios, exigia o apoio de alimentos durante o caminho. Assim, em novembro de 1752, após a liberação dessa navegação, essas plantações provavelmente se transformariam em um suporte fundamental para quem realizasse a viagem entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará.

Além da ordem que foi dada ao *prático* João de Sousa Azevedo para que plantasse uma roça, em novembro de 1752, Mendonça Furtado escreveu aos prelados da cidade do Pará explicando que “como as demarcações dos Reais Domínios de S.M. se há de ocupar muita gente”, necessitava de mantimentos e deveria ordenar a todos os missionários que das “aldeias que cada um administra” obrigassem aos índios para que, “conforme a família que tiverem”, produzissem “um alqueire de farinha por cabeça, à proporção do número das pessoas que tiverem”. A farinha deveria “estar pronta do S. João de 1753 por diante”. Além disso, seria recomendado aos índios que “cuidem muito em ter grande criação de galinhas, patos, porcos, e toda casta de comestíveis” e que tudo seria financiado pela Fazenda Real.⁶³²

Essa ordem foi relembrada em 1754. Em 9 de agosto de 1754, Mendonça Furtado convocou os prelados das religiões e os advertiu que deveriam ordenar aos missionários “que cada um em suas aldeias fizesse que os índios plantassem e fabricassem toda a qualidade de mantimentos” para que amparassem “a muita gente que se deve ocupar na diligência das demarcações dos Reais Domínios de S.M.”, e que por cada “pessoa das aldeias de quatorze anos para cima, deveriam dar por derrama um alqueire de farinha para ser paga pela Fazenda”.⁶³³

Ao que tudo indica, a determinação de dar a farinha por derrama não foi bem recebida por alguns grupos. A derrama sobre a produção de farinha durante o “período

⁶³¹ A carta de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, escrita em Belém do Grão-Pará em setembro de 1751, está anexada em “Requerimento de João de Sousa de Azevedo ao rei D. José I”. Ant. 12 de janeiro de 1753. AHU, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 6, D. 396.

⁶³² Registro da Carta Circular aos Prelados das Religiões desta Cidade. Pará, 25 de novembro de 1752. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. I, p. 419-420.

⁶³³ Termo da Junta Extraordinária. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 199-200.

missionário” não era aplicada às aldeias e propriedades eclesiásticas. A partir de meados do século XVIII, como um mecanismo de integrar as aldeias aos objetivos econômicos da administração portuguesa, as derramas da farinha começaram a ser feitas com maior frequência. Havia, de fato, uma demanda maior pela farinha de mandioca para abastecer as expedições demarcatórias.⁶³⁴

Mendonça Furtado encontrava-se no Arraial de Mariuá, no rio Negro, quando escreveu para Sebastião José de Carvalho e Melo relatando que em Borba estavam uns alemães⁶³⁵ e “um deles sumamente precipitado e absoluto”. Assim, estava o tenente Diogo Antonio, em Borba construindo um quartel quando “foi o padre deslizar-se na quantidade de desatinos”. O tenente mandou “resgatar farinhas para municiar os soldados” e, “não contente o dito padre com o que já tinha feito”, insultou novamente o tenente “sendo o único fim de toda esta bulha o querer fazer um rigoroso monopólio das farinhas para vender aos homens que vão para o Mato Grosso”.⁶³⁶

Essas perdas que os religiosos teriam foram apontadas também por Mendonça Furtado alguns meses antes. Em julho de 1755, redigiu uma carta a Sebastião José de Carvalho e Melo contando como ordenara ao tenente Diogo Antônio de Castro para que na aldeia dos Abacaxis e Trocano, em que estava destacado, “cobrasse e remetesse a farinha da derrama,⁶³⁷ na forma da ordem que tinha passado aos Prelados das Religiões”. Encaminhava, então, Mendonça Furtado a Carvalho e Melo a resposta do oficial para que veja “o consumo que tiveram as mesmas farinhas”, a “razão por que me não socorreram aqueles padres, e os ganhos que faziam estes religiosos ficarão agora mais próprios nas mãos dos moradores da nova Vila da Borba”.⁶³⁸

No mês de outubro de 1756, em nova carta a Carvalho e Melo, Mendonça Furtado esclarecia que o tenente Diogo Antonio de Castro havia feito, em Borba, “a avaliação das roças para os moradores pagarem os dízimos na forma da ordem que lhe deixei”, que totalizaram 231 alqueires de farinha e um quarto e que comercializavam

⁶³⁴ RAVENA, Nirvia. **Abastecimento**: falta, escassez do “pão ordinário” em vilas e aldeias do Grão-Pará. 1994. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994. p. 110-112.

⁶³⁵ Provavelmente, eram os padres Antonio Meisterbourg e Anselmo Eckart que estavam no Madeira.

⁶³⁶ Carta a Sebastião José sobre a dispensa dos jesuítas da função de administradores da alfandega do Javari... Arraial de Mariuá, 15 de novembro de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 525-527.

⁶³⁷ A derrama da farinha era uma quantidade desse produto repassada periodicamente para a Fazenda Real. Uma vez arrecadado esse produto, a Fazenda Real distribuía conforme a necessidade de cada região ou atividade.

⁶³⁸ Carta a Sebastião José sobre diversos fatos relativos à conduta dos padres jesuítas. Mariuá, 9 de julho de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 412-413.

farinha com os comboios que iam para o Mato Grosso.⁶³⁹ Assim, ao que tudo indica, em Borba, inicialmente a venda da farinha para as tropas que iam para o Mato Grosso foi permeada por conflitos envolvendo religiosos e a administração portuguesa. Essa contenda envolvendo, de um lado, Mendonça Furtado e o tenente Diogo Antonio e, de outro, os missionários jesuítas, explica-se a partir do conflito entre o governo lusitano e a Companhia de Jesus e manifesta-se na disputa pelo acesso à farinha.

Uma vez que as expedições passariam a frequentar o caminho fluvial conectando o Mato Grosso e o Grão-Pará, a tentativa do governo português de ter acesso a maiores quantidades de farinha contrariou os religiosos que atuavam na entrada do Madeira, pois estariam interessados em vendê-las aos expedicionários que navegavam entre Vila Bela e Belém. Assim, a oficialização da navegação pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, a partir de meados do século XVIII, incentivou o aparecimento de novas demandas, como a do abastecimento, e de sujeitos que procuraram beneficiar-se das novas requisições.

Apesar da importância, a escassez de farinha parecia ser constante no estado do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII. Exemplar é a carta que Luiz da Cunha de Eça remeteu ao governador do Pará em fevereiro de 1765. Cunha de Eça explicava a razão de Borba não ter feito o “negócio de cacau” no último ano. Esclareceu Cunha de Eça que ainda que se achasse “no tempo de despedir para o dito negócio de cacau o ano próximo passado”, não o fez por várias razões. A “primeira e mais forte” razão foi “o não haver” a farinha “porque ficou muito destituída com as expedições de tropas para o Mato Grosso”, bem como terem “levado os índios que havia capazes”.⁶⁴⁰

A falta da farinha impedia ou dificultava a organização e o envio de uma expedição do estado do Grão-Pará para a capitania do Mato Grosso. Provavelmente, as expedições que partiam do Mato Grosso e desciam os rios em direção ao estado do Grão-Pará também tinham dificuldades de conseguir farinha em Borba. Além disso, a alocação da farinha para essas expedições, diante de um cenário de escassez, impactava o desenvolvimento de outras atividades que demandavam esse mantimento no estado do Grão-Pará. Essas correspondências acerca da insuficiência da farinha sugerem não apenas que ela era basilar no estado do Grão-Pará, mas que o estado do Grão-Pará lidava com problemas de abastecimento que atingiam o desenvolvimento de diversas atividades.

⁶³⁹ Carta a Sebastião José, na qual dá notícia dos primeiros resultados alcançados com a transformação da aldeia jesuítica do Trocano em Vila de Borba, a Nova. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 124-127.

⁶⁴⁰ Carta de Luiz da Cunha de Eça para Fernando da Costa Ataíde Teive. Barcelos, 8 de fevereiro de 1765. APEP, Códice 134, doc. 69, fl. 194.

Realizar uma viagem pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira em direção ao Mato Grosso ou ao estado do Grão-Pará demandava, por parte dos expedicionários, a frequente procura por alimentos. Os mantimentos que recebiam no início da expedição não duravam todo o percurso da viagem. A caça, a pesca e a coleta de frutos eram os meios pelos quais conseguiam os víveres, principalmente quando os provimentos escasseavam e estavam distantes dos núcleos de povoamento lusitanos. Uma vez que a Coroa portuguesa transformou os rios Guaporé, Mamoré e Madeira em via de comunicação entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará, era imprescindível assegurar que esse caminho fosse consolidado. Para isso, era necessário, entre outras medidas, garantir que os expedicionários tivessem alimentos durante a viagem. Nesse sentido, as povoações portuguesas seriam locais nos quais os expedicionários poderiam obter alimento para prosseguir a viagem, fosse em direção a Belém ou ao Mato Grosso.

Ainda que tivessem sido criados núcleos de povoamento, que forneciam alimentos, no percurso da rota, as expedições vivenciavam a escassez de víveres, que nem sempre estavam prontos, nas povoações, para serem ofertados aos viajantes. Por fim, havia uma diferença na cultura alimentar entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. Essa diversidade se refletia, ao menos em parte, na oferta de alimentos que as tropas recebiam para que fizessem as viagens.

3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os rios e suas águas não eram apenas espaços pelos quais os expedicionários navegavam. As expedições e operações eram caracterizadas também pelo *tempo das águas* e das *secas*. Havia, assim, uma dinâmica fluvial que condicionava as mobilizações dos expedicionários e dos governantes coloniais. Nesse sentido, ao pensar os rios como caminhos, é fundamental ponderar que são espaços marcados por constantes alterações, mudanças de paisagens a partir dos níveis de água e que não estavam a parte dos deslocamentos dos expedicionários.

As formações geomorfológicas, as cachoeiras, existentes no caminho que comunicava o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso são exemplares, igualmente, de como o espaço não é passivo às agências sociais. As características dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé ensejavam, por exemplo, o tipo de embarcação apropriado para atravessar as cachoeiras, bem como o tempo e a velocidade da navegação. Além disso, as variações de temperatura e o contato com a diversidade da

fauna da região suscitavam, por um lado, enfermidades, ou mortes, nos expedicionários. Por outro, os recursos naturais existentes no espaço ajudavam a restabelecer a saúde desses sujeitos. Assim, a comunicação entre estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso não é pautada, apenas, pela movimentação de pessoas e mercadorias: é caracterizada por uma relação com o espaço, os rios e suas águas.

4 ESPAÇO, TRABALHO E POLÍTICAS INDÍGENAS NO CAMINHO

A institucionalização de um caminho fluvial que conectava o estado do Grão-Pará e Maranhão com a capitania do Mato Grosso e as mudanças implementadas, principalmente, por meio da política indigenista, a partir de meados do século XVIII, ensejaram transformações em diversos níveis nesses dois espaços. Como o território português e esse caminho fluvial eram confinantes com os territórios dos domínios espanhóis, os indígenas que habitavam a região de fronteira eram pensados como fundamentais para assegurar a ocupação do espaço.

Assim, as Coroas ibéricas empenharam-se em construir e manter ocupações povoadas com indígenas, principalmente, nessa área. Na margem esquerda do Guaporé, território da capitania do Mato Grosso, a administração colonial se mobilizou para construir as povoações de Lamego e Leomil e, no Madeira, a de Balsemão. Além disso, os indígenas eram empregados como mão de obra no estado do Grão-Pará e Maranhão e na capitania do Mato Grosso, apesar das especificidades de ambas. E, assim, estavam presentes nas expedições que percorriam o caminho fluvial analisado.

Nesse quadro, este capítulo pretende analisar os diversos papéis que os povos indígenas⁶⁴¹ desempenharam e escolheram nesse caminho fluvial. Assim, objetiva-se discutir a política de ocupação, por um lado, a partir dos povos indígenas e, por outro, pensada pelo governo português através da construção das povoações de Lamego, Leomil e Balsemão. Pretende-se também fazer uma reflexão de como essa rota também pode ser pensada como um espaço no qual os povos indígenas buscavam atingir seus interesses, bem como poderiam ser vistos como um empecilho à navegação, caso dos índios Mura, no Madeira.

Além disso, esse capítulo analisa os indígenas como trabalhadores nesse caminho fluvial. A relevante presença e importância desses povos nesse caminho fluvial é uma característica que não pode ser identificada em outros deslocamentos fluviais, como as monções realizadas entre São Paulo e Cuiabá. Nesse sentido, segundo Francismar Alex Carvalho, os homens livres “constituíam a força de trabalho regular da mareagem monçoneira”.⁶⁴² Eram sujeitos portadores de uma cultura híbrida e que era

⁶⁴¹ Refiro-me aqui a “indígenas coloniais”, como será explicado posteriormente, como aos grupos indígenas que eram considerados *hostis*, a exemplo dos Mura.

⁶⁴² CARVALHO, Francismar Alex de. *Op.cit.* p. 165.

resultado de um contato com os povos indígenas.⁶⁴³ Ainda que não tenha como objetivo aqui aprofundar essas distinções de trabalhadores, interessa pontuar aqui, e como será percebido durante esse capítulo, a importância dos conhecimentos e saberes indígenas empregados durante essas expedições.

*

Como já amplamente discutido pela historiografia, os anos iniciais do reinado de D. José I, a partir de 1750, foram caracterizados pelas novas diretrizes coloniais projetadas para a América portuguesa. A Coroa lusa dedicou mais atenção aos espaços situados em áreas confinantes com os domínios espanhóis em função da assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Além disso, importantes transformações manifestaram-se na política indigenista. Essas novas diretrizes pensadas para as populações indígenas do estado do Grão-Pará e Maranhão, primeiramente, estavam conectadas às questões que eram fundamentais para a Coroa portuguesa naquele contexto e norteavam as instruções que foram dadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal que assumiu o posto de governador desse estado em 1751.

As orientações emitidas a Mendonça Furtado perpassavam, assim, por três eixos, como lembrou José Alves de Souza Júnior: a demarcação dos novos limites do norte da América portuguesa; o incremento das atividades econômicas do estado do Grão-Pará para que gerasse rendimentos para Coroa portuguesa; e a reorganização da utilização da mão de obra indígena, tornando-a mais proveitosa para os interesses dos portugueses e a própria a Coroa portuguesa e eliminando a escravidão indígena.⁶⁴⁴ Nesse sentido, para o projeto político e econômico pensado e implementado a partir de 1750, era imprescindível regular a liberdade concedida aos indígenas para que viessem a ser povoadores das ocupações coloniais e se tornassem sujeitos que produzissem as riquezas esperadas. Como lembrou Ângela Domingues, as diretrizes pombalinas pretendiam que os indígenas participassem do desenvolvimento econômico do estado do Grão-Pará como mão de obra a serviço dos colonos ou como proprietários dos seus próprios bens.⁶⁴⁵

Essa política indigenista foi, então, sistematizada em, basicamente, três leis: a lei de liberdade indígena, de 6 de junho de 1755, que proibia a escravização indígena;⁶⁴⁶ a de

⁶⁴³ Ibidem, p. 184.

⁶⁴⁴ SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos**. Belém: EdUFPA, 2012. p. 91.

⁶⁴⁵ DOMINGUES, Ângela. Op. cit., 2000b, p. 74.

⁶⁴⁶ É importante lembrar que essa liberdade está relacionada ao estatuto jurídico dos povos indígenas, uma vez que, como lembrou Patrícia Melo, é “carregada de nuances e limitada por mecanismos diversos que permitem a compulsão ao trabalho” (SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. cit., p. 142).

7 de junho de 1755, que retirava dos missionários o poder temporal sobre as aldeias (ambas somente implementadas de fato em 1757); e, finalmente, o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário*, conhecido como Diretório dos Índios, que, embora tenha sido assinado em 3 de maio de 1757, tornou-se lei por meio do alvará de 17 de agosto de 1758.

Camila Loureiro Dias argumenta que é preciso relativizar a perspectiva historiográfica que atribui ao projeto político pombalino, no que diz respeito aos povos indígenas, uma ruptura em relação aos projetos anteriores. Ainda que não negue a importância da filosofia iluminista presente no pensamento de Mendonça Furtado, Camila Loureiro Dias acredita que é possível identificar, no argumento desse governador, o “pensamento da segunda escolástica, do modelo jesuíta e da política indigenista dos séculos XVI e XVII”, quando retoma a discussão sobre a ocupação do território, considerando os povos indígenas como principais povoadores, o trabalho indígena e o comércio com os portugueses no sertão.⁶⁴⁷

O caráter iluminista da política indígena pombalina também é atenuado por Mauro Cezar Coelho. Embora este autor reconheça que o Diretório dos Índios apresente questões da filosofia iluminista, essa lei não é um produto do Iluminismo. Nesse sentido, Mauro Coelho pontua que o Diretório dos Índios é resultado de um processo histórico no qual forças sociais disputavam seus interesses. Ou seja, a elaboração das diretrizes anunciadas no Diretório expressa os conflitos decorrentes dos interesses de diversos grupos sociais em relação a questão indígena. O Diretório dos Índios seria, assim, uma reformulação das diretrizes pombalinas para o estado do Grão-Pará e Maranhão na medida em que é também resultado de demandas gestadas no mundo colonial pelos colonos e missionários. Por essa razão, o Diretório dos Índios é uma lei colonial.⁶⁴⁸

Perspectiva semelhante é compartilhada pelo José Alves de Souza Junior. Dessa maneira, Souza Junior defende a ideia de que as pressões dos colonos pela mão de obra indígena foram fundamentais para a inflexão nos princípios pombalinos projetados para o estado do Grão-Pará e Maranhão em meados do século XVIII. José Alves de Souza Júnior, contudo, distancia-se do argumento defendido por Mauro Coelho, pois acredita que as diversificadas práticas indígenas contribuíram também para tal inflexão nas projeções, uma vez que os povos indígenas não foram sujeitos passivos durante o processo de colonização

⁶⁴⁷ DIAS, Camila Loureiro. **Civilidade, cultura e comércio**: os princípios fundamentais da política indigenista na Amazônia (1614-1757). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

⁶⁴⁸ COELHO, Mauro C. Op. cit., p. 206.

portuguesa.⁶⁴⁹ Apesar das diferenças, Mauro Coelho e José Alves Júnior compartilham da ideia de que o Diretório dos Índios foi um instrumento legislativo construído a partir dos conflitos de interesses de diversos grupos sociais que constituíam o processo histórico no estado do Grão-Pará e Maranhão e a administração portuguesa.

Já com relação ao Mato Grosso, em agosto de 1758, o monarca português ordenava a Antonio Rolim de Moura que implementasse a liberdade indígena no Mato Grosso. Dessa maneira, ordenava que restituísse os “índios de todas as aldeias dessa capitania à inteira liberdade das suas pessoas, bens e comércio”.⁶⁵⁰ No mês de junho de 1761, Mendonça Furtado lembrava o governador Antonio Rolim de Moura acerca da implementação do Diretório dos Índios na capitania do Mato Grosso.⁶⁵¹

Assim, implementado inicialmente no estado do Grão-Pará e Maranhão e depois estendido ao estado do Brasil,⁶⁵² o Diretório dos Índios era composto por 95 parágrafos e normatizava diversas questões, que podem ser agrupadas em três tópicos: a colonização (povoamento, edificação de povoações, descimento e controle das populações aldeadas; a economia (a agricultura, fiscalização, tributação, comércio e distribuição da força de trabalho indígena); e a civilização dos índios (as atribuições do tutor e como seriam transmitidos valores “civilizacionais” aos índios).⁶⁵³

O Diretório dos Índios tinha, portanto, um caráter integracionista, uma vez que seus parágrafos norteavam diversas estratégias de inserção dos grupos indígenas na sociedade colonial. Nesse sentido, por exemplo, incentivava os casamentos mistos entre brancos e indígenas, proibia do uso da palavra “negro” para se referir aos indígenas,

⁶⁴⁹ SOUZA JUNIOR, José Alves de. Op. cit., 2012, p. 78.

⁶⁵⁰ Instrução do rei de Portugal ao capitão-general da província de Mato Grosso, D. Antonio Rolim de Moura, sobre os direitos dos índios de todas as colônias portuguesas, especialmente o Brasil. Belém, 8 de agosto de 1758. ACBM – IPDAC, Cx. 8, pasta 23, n. 1.452.

⁶⁵¹ Carta de D. Francisco Xavier de Mendonça Furtado a D. Antonio Rolim de Moura versando sobre o estabelecimento do Diretório dos Índios. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 18 de junho de 1761. ACBM – IPDAC, Cx. 8, pasta 23, n. 1.389.

⁶⁵² Sobre a implementação do Diretório dos Índios no Brasil, ver: CANCELA, Francisco. Recepção e tradução do Diretório dos Índios na antiga capitania de Porto Seguro: uma análise das instruções para o governo dos índios. **História Social**, Campinas: Unicamp, v. 2, p. 43-70, 2013; CORRÊA, Luís Rafael Araújo. **A aplicação da política indigenista pombalina nas aldeias do Rio de Janeiro: dinâmicas locais sob o Diretório dos Índios (1758-1818)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012a; MARTINS, Fátima Lopes. **Em nome da liberdade: as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005; SANTOS, Fabricio Lyrio. Conflitos pelas terras indígenas no contexto do Diretório: o caso da aldeia de São Pedro do Porto da Folha em Sergipe. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 81-104, jan./abr. 2022; SANTOS, Fabricio Lyrio. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

⁶⁵³ ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília, DF: UnB, 1997. p. 166.

orientava acerca do aprendizado da língua portuguesa em detrimento das línguas nativas e do Nheengatu (língua geral) e incentivava os indígenas a residirem em habitações e povoações construídas a partir das normas urbanísticas europeias, a exemplo das povoações de Lamego, Leomil e Balsemão criadas na capitania do Mato Grosso.

4.1 ALDEIAS E LUGARES INDÍGENAS: LAMEGO, LEOMIL E BALSEMÃO

A partir de 1750, um dos principais objetivos da Coroa portuguesa foi assegurar a posse dos territórios que limitavam com os domínios espanhóis. O alcance dessa pretensão não se restringia apenas à criação de vilas e lugares nesses espaços. Era preciso ocupar essas áreas e viabilizar o crescimento desses novos espaços administrativos. Como a ocupação promovida a partir do envio de soldados, colonos e degredados para as áreas de fronteira não seria suficiente para alcançar o povoamento efetivo da região, a Coroa portuguesa e os governos regionais mobilizavam-se para estabelecer os povos indígenas em povoações situadas, principalmente, em regiões estratégicas. Por essa razão, a importância jurídica que foi conferida aos indígenas influenciaria a maneira pela qual as Coroas ibéricas iriam se relacionar entre si e com os ameríndios.⁶⁵⁴

A capitania do Mato Grosso estava situada em uma área confinante com as missões castelhanas de Mojos e Chiquitos. Essas missões foram essenciais para que os espanhóis assegurassem a posse da margem esquerda do Guaporé.⁶⁵⁵ Assim, a capitania do Mato Grosso pode ser pensada como exemplar da implementação da política territorial lusitana que pretendia construir uma fronteira colonial utilizando os povos indígenas da região. Esse projeto pode ser pensado, por um lado, a partir incentivo do casamento dos mistos, como lembrou Alessandra Blau.⁶⁵⁶ Por outro lado, uma perspectiva de análise pode ser feita também por meio da construção das aldeias de São José (Leomil), São João (Lamego) e do lugar de Balsemão. Observa-se, entretanto, não apenas a criação desses lugares como mecanismos de ocupação engendrados pela Coroa portuguesa. Assim, eles representam localidades que foram construídas, igualmente, a partir dos objetivos e das mobilidades dos povos indígenas situados na fronteira dos domínios ibéricos.

⁶⁵⁴ DOMINGUES, Ângela. Op. cit., 2000b, p. 211-213.

⁶⁵⁵ MEIRELES, Denise Maldi. Op. cit. A importância da política indigenista nas áreas de fronteira também foi analisada por Nadia Farage para a região do rio Branco, onde portugueses e holandeses disputavam território (FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Anpocs, 1991).

⁶⁵⁶ BLAU, Alessandra Resende Dias. **O “ouro vermelho” e a política de povoamento da capitania de Mato Grosso: 1752-1798**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

Durante a administração de Antonio Rolim de Moura, foram criadas duas aldeias indígenas: a de São José, no Guaporé, e a de Santana, na Chapada dos Guimarães. Renata Malcher argumenta que esses aldeamentos indígenas não podem ser vinculados aos padrões das missões jesuítas (edificadas anteriormente) e nem à proposta urbana que estava presente no Diretório. Essa imprecisão tipológica expressaria uma situação de exceção e de transição desses primeiros aldeamentos de índios do Mato Grosso.⁶⁵⁷

Pouco depois de chegar ao local onde foi construída Vila Bela, Antonio Rolim de Moura enviou o jesuíta Agostinho Loureço em uma expedição pelo Guaporé para que averiguasse quais indígenas viviam naquela área e examinasse a situação das aldeias espanholas. Assim, em meados de 1752, saiu o religioso em expedição, descendo o rio, retornando em novembro do mesmo ano. Durante a viagem, o padre produziu um diário,⁶⁵⁸ no qual identificava alguns grupos indígenas “que já davam obediência aos sertanistas da parte oriental do Guaporé”, bem como coletou informações sobre os rios e missões castelhanas.⁶⁵⁹

Algum tempo depois, sob ordem de Rolim de Moura, Agostinho Lourenço retornou ao Guaporé para iniciar a construção de uma missão indígena. Nesse sentido, a aldeia de São José foi criada por Antônio Rolim de Moura, em 1754, em um local chamado Casa Redonda, localizado na margem ocidental do rio Guaporé, próximo à foz do rio Corumbiara,⁶⁶⁰ e que havia sido ocupado pelos mineiros portugueses. Rolim de Moura conferiu ao jesuíta Agostinho Lourenço⁶⁶¹ “diligência no mesmo sítio”.⁶⁶² Essa aldeia foi criada com os índios Mequén. A fundação de uma aldeia no sítio Casa Redonda representava, naquele contexto, uma resposta aos padres espanhóis que teriam “desobedecido” o Tratado de Madri.⁶⁶³

Em agosto de 1756, Antonio Rolim de Moura foi até essa aldeia e a teria encontrado “com bastante aumento” uma vez que vários índios estariam indo para essa aldeia em função do “conhecimento dos brancos” e “atemorizados pelas correrias dos

⁶⁵⁷ ARAUJO, Renata Malcher de. Op. cit., 2000, p. 303-305.

⁶⁵⁸ Memória apresentada pelo Pe. Agostinho Lourenço ao Antonio Rolim de Moura discorrendo sobre as viagens que fez e a situação das tribos indígenas da capitania. Cuiabá, 1753. ACMB – IPDAC, Cx. 45, pasta 166, n. 2.211.

⁶⁵⁹ **Anais de Vila Bela.** Op. cit., p. 73.

⁶⁶⁰ ARAUJO, Renata Malcher de. Op. cit., 2000, p. 113.

⁶⁶¹ Agostinho Lourenço teria permanecido na Aldeia de São José até 1759. Retirou-se da aldeia nesse ano em função da expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses.

⁶⁶² Carta p.^a o secretr^o de estado Diogo de Mendonça Corte Real a respeito da Aldeia de S. José. Vila Bela, 29 de junho de 1756. **APMT**, Livro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos. Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares, (Livro C-04), doc. 164, fl. 084.

⁶⁶³ MEIRELES, Denise Mald. Op. cit., p. 133.

sertanistas”.⁶⁶⁴ Isso ocorreu, pois esses índios não iam para as referidas aldeias “por meio da persuasão” e, por isso, seria preciso aplicar neles “também algum temor”.⁶⁶⁵ A carta de Antonio Rolim de Moura é exemplar de como esses abusos foram, igualmente, usados como instrumento para que os índios fossem povoar aldeias do Mato Grosso. Por essa razão, nesse contexto, os aldeamentos, como o de São José, poderiam representar um espaço de proteção para os indígenas.⁶⁶⁶

Pouco tempo depois de criada essa aldeia, uma epidemia assolou os índios e, somente em um mês, o padre Agostinho Lourenço “havia enterrado quarenta e quatro índios”.⁶⁶⁷ Essa epidemia teria motivado, ainda em 1756, a mudança de São José para o rio dos Mequens.⁶⁶⁸ Além disso, essa aldeia apresentava diversos tipos de escassez que preocupavam o governador Antônio Rolim de Moura. Dessa maneira, o secretário de estado, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, orientou o governador Rolim de Moura acerca da “falta de gente, artilharia e armas” que a capitania do Mato Grosso não “tinha para segurar a aldeia de São José e a navegação do rio Guaporé”, garantindo que os castelhanos espanhóis não interrompessem a comunicação entre essa capitania e o estado do Grão-Pará. Assim, uma das medidas que Antônio Rolim de Moura deveria implementar era a “estabelecer o terço de sertanistas e índios Bororo”.⁶⁶⁹

⁶⁶⁴ Ofício do governador Antônio Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 29 de junho de 1756. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 8, doc. 522.

⁶⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 101-119.

⁶⁶⁷ Ofício do governador Antônio Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 20 de março de 1757. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 9, D. 543. Em 1756, ocorreu uma epidemia em Maynas também, mas não foram identificados elementos que apontem alguma relação entre ambas. A circulação de pessoas pelo interior da América portuguesa e entre os domínios ibéricos na América também ensejava a circulação de enfermidades. Sobre a circulação de pessoas e a relação com a difusão das enfermidades no estado do Grão-Pará e Maranhão e na capitania do Mato Grosso, ver: MARTINS, Roberta Sauaia. *Op. cit.*, 2017; JESUS, Nauk Maria de. *Op. cit.*, 2001.

⁶⁶⁸ LEVERGER, Augusto (barão de Melgaço). Apontamentos para o dicionário chorographico da provincia de Mato Grosso pelo barão de Melgaço. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, t. XLVII, parte II, p. 406, 1884.

⁶⁶⁹ Carta do secretário de estado Tomé Joaquim da Costa Corte Real ao governador Antônio Rolim de Moura Tavares. Lisboa, 22 de agosto de 1758. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 580. Para Leczy Figueiredo Rocha, o etnônimo Bororo foi atribuído pelos conquistadores aos Bóe nas primeiras décadas do século XVIII. Além disso, segundo Lisandra Zago, os Bororo são classificados em Bororo Ocidentais (Bororo da Campanha e Bororo Cabaçal) e Bororo Orientais (Coxipó, Coxiponé, Cuiabá). Trata-se de uma divisão atribuída aos índios pelos pesquisadores e que está relacionada à distribuição espacial deles. Nesse sentido, seria apenas uma divisão aparente para os Bororo (ROCHA, Leczy Figueiredo. **Guerreiros Cabaçais: a luta deste povo Bororo pela sobrevivência na região do Guaporé**. Jundiá: Paco Editorial, 2016. p. 20-22; ZAGO, Lisandra. **Etnohistória Bororo: contatos, alianças e conflitos** (séculos XVIII e XIX). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Dourados, Dourados, 2005.

É provável que Tomé Joaquim da Costa Corte Real tenha recomendado a formação desse terço não apenas pela escassez de militares na região. O secretário de estado já havia sido comunicado sobre a habilidade militar dos Bororo.⁶⁷⁰ Em um ofício que Rolim de Moura lhe remeteu, informou acerca das entradas que os religiosos dos domínios castelhanos continuamente faziam no território da capitania do Mato Grosso e, por isso, organizou uma campanha militar com dragões, sertanistas, pedestres e “índios Bororo, que são os mais esforçados que há por estas terras, e usam bem das armas de fogo”.⁶⁷¹ Os Bororo seriam também “muito mais bárbaros que os sipaios da Índia”.⁶⁷²

No Mato Grosso colonial, a população indígena era convocada pela administração portuguesa para integrar os corpos militares, atuando na manutenção e na ampliação das possessões durante as disputas territoriais com os agentes espanhóis e nos conflitos internos decorrentes das investidas que os indígenas “hostis” realizavam aos colonizadores.⁶⁷³ Nesse sentido, havia uma tentativa de aproveitar a destreza militar dos Bororo para conter as investidas dos espanhóis. Ou seja, além de povoadores do Guaporé, os Bororo desenvolveriam atividades bélicas em defesa dos lusitanos.⁶⁷⁴

Aproximadamente dez anos após a criação da aldeia de São José, o governador João Pedro Câmara relatava a Francisco Xavier de Mendonça Furtado que as aldeias de Santana e São José estavam reduzidas a dois ranchos e que deveria “mandar deitar abaixo, e fazer de novo com a formalidade que é conveniente para habitação e comodidade dos moradores”.⁶⁷⁵ Em 1769, Luís Pinto de Sousa Coutinho observou que São José estava situada em um espaço “quase inabitável por força do clima”, e, “não

⁶⁷⁰ A relação dos Bororo com os colonizadores remontaria ao século XVII, uma vez que estariam em terras paulistas. Em decorrência do avanço da conquista e da criação da Vila de Cuiabá, os Bororo desenvolveram diversas atividades econômicas nessa vila, como os trabalhos nas lavras de ouro. Em 1752, estariam no aldeamento religioso de Santana, na Chapada dos Guimarães. Posteriormente, foram conduzidos, sob ordem do Antonio Rolim de Moura, para a região do rio Guaporé, com a finalidade de fortalecer a política de povoamento daquela região (CANOVA, Loiva. Fragmentos da história dos índios Bororo nas terras de Mato Grosso. **Revista História e Diversidade**, Cáceres, v. 10, n. 1, p. 6-23, 2018).

⁶⁷¹ Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 20 de março de 1757. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 9, D. 543.

⁶⁷² Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela, 23 de dezembro de 1758. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 597.

⁶⁷³ DOURADO, Nileide Souza. A organização militar: instituição educativa, seus diferentes sujeitos e cultura escolar na capitania de Mato Grosso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 71-90, jul./set. 2016.

⁶⁷⁴ A utilização dos indígenas nas tropas militares organizadas pelo governo colonial foi um mecanismo frequente nos domínios ibéricos na América (SILVA, Kalina Vanderlei. Agência indígena na conquista do sertão: estratégias militares e tropas indígenas na “guerra dos bárbaros” (1651-1704). **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 77-90, 2019; VIANA, Wania Alexandrino. Op. cit., 2019). Pedro Puntoni analisou como a presença indígena nessas tropas e suas estratégias eram essenciais em função das condições geográficas e sociais da colônia lusitana (PUNTONI, Pedro. Op. cit., 1999, p. 191).

⁶⁷⁵ Ofício de João Pedro Câmara para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, 16 de dezembro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 770.

sendo naquela situação de quase utilidade alguma para o Estado”, decidiu mudá-la “para um sítio mais adequado”, nas margens do Guaporé e distante da Fortaleza de Bragança dois dias. Segundo Sousa Coutinho, o espaço escolhido era “próprio para a cultura”, o que proporcionaria o aumento dessa povoação e “sustento da guarnição” do Forte de Bragança. Além disso, o governador substituiu o nome de São José por Lugar de Leomil, em consonância com as novas diretrizes metropolitanas.⁶⁷⁶

Em 1776, no sítio chamado Casa Redonda, onde foi edificada, inicialmente, a aldeia de São José, o governador Luiz de Albuquerque iniciou um povoamento, chamado Viseu, que serviria de feitoria para atender ao comércio que o Mato Grosso realizava com o Pará.⁶⁷⁷ Essa povoação teria sido construída com a população da antiga aldeia de São José. Isso significa, para Renata Malcher, que não teriam sido feitos progressos no número de aldeamentos realizados e no aumento da população, uma vez que os índios seriam os mesmos, que apenas mudavam de lugar.⁶⁷⁸

No início da década de 1760, o governador Antônio Rolim de Moura iniciou a construção de outra aldeia na margem do rio Guaporé. Trata-se da missão de São João. Provavelmente, essa missão também era chamada de São Miguel, uma vez que a denominação “São João” praticamente desaparece na documentação portuguesa. Primeiramente, porque, como Jovam Vilela da Silva argumenta, São João foi fundada com indígenas conduzidos das missões castelhanas após um ataque que os lusitanos fizeram à missão espanhola de São Miguel, em 1763. Depois desse ataque, os lusitanos conduziram os índios Moré, cabeças de gado vacum, cavalos, bestas, porcos e galinhas para seu domínio e fundaram a missão de São João.⁶⁷⁹ Renata Malcher, por sua vez, lembra que a aldeia São Miguel era composta pelos indígenas que no período do conflito com os castelhanos teriam migrado para as missões portuguesas.⁶⁸⁰ Por essa razão, é possível que a missão de São João seja a de São Miguel, que aparece com frequência na documentação.

Os indígenas Moré haviam sido instalados, primeiramente, nas proximidades do destacamento de Nossa Senhora da Conceição.⁶⁸¹ Provavelmente, juntaram-se a outros

⁶⁷⁶ Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 15 de junho de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 14, D. 850.

⁶⁷⁷ Pelo tratado de 27 de março de 1867, esse território pertence à Bolívia (LEVERGER, Augusto (barão de Melgaço). Op. cit., p. 353).

⁶⁷⁸ ARAUJO, Renata Malcher de. Op. cit., 2000, p. 315-316.

⁶⁷⁹ SILVA, Jovam Vilela. **Mistura de cores (política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso – século XVIII)**. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995. p. 304.

⁶⁸⁰ ARAUJO, Renata Malcher de. Op. cit., 2000, p. 126.

⁶⁸¹ *Ibidem*.

indígenas que já estavam naquele espaço, pois o governador Antônio Rolim de Moura informou a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1761, que próximo àquele destacamento, estavam aldeados os indígenas que eram das missões castelhanas de Santa Rosa e São Miguel e teriam migrado para a margem ocidental do Guaporé.⁶⁸² Depois, o governador João Pedro da Câmara mudou a localização dessa aldeia: os indígenas de São Miguel foram para um espaço “rio acima, quatro léguas distante da primeira de muitos bons ares e de largueza bastante”.⁶⁸³ Finalmente, em 1769, Luís Pinto de Sousa Coutinho denominou o lugar de São João como lugar de Lamego.⁶⁸⁴

A terceira povoação importante para nossa reflexão estava situada no Madeira. Trata-se da povoação de Balsemão. Anos depois da tentativa do juiz Teotônio da Silva Gusmão de edificar uma povoação na cachoeira do Salto, o governador do Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, empenhava-se em erguer, novamente, uma ocupação em uma das cachoeiras do Madeira. Esse segundo projeto português de ocupação da cachoeira do Salto articulava-se, em grande medida, ao relacionamento do governo colonial com os índios Pama, na segunda metade do século XVIII.

Durante a expedição comandada por Francisco de Melo Palheta, os Pama foram localizados na sexta cachoeira do Madeira. No relato que teria sido feito acerca dessa

⁶⁸² “Reg.o da Resposta das duas cartas supra”. Carta de Antonio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 4 de julho de 1761. **APMT**, Livro de Correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas Régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho (Livro C-11), doc. 11.

⁶⁸³ Conta que dá Sua Excellencia dirigida ao secretario de estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, 16 de dezembro de 1765. **APMT**, Livro de Correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas Régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho (Livro C-11), doc. 109; Carta de Francisco Xavier Mendonça Furtado ao governador João Pedro da Câmara. Palácio de Nossa Senhora d’Ajuda, 2 de maio de 1767. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 0268, Cx. 007).

⁶⁸⁴ Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 15 de junho de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 14, D. 850.

expedição, a própria cachoeira é nomeada como Apama⁶⁸⁵ e seria tão monstruosa que até aos Pama “mete horror e faz desanimar”.⁶⁸⁶ Anos depois, como será analisado, foi nessa cachoeira que o governo colonial planejou a construção de um povoamento.

Como os Mura, as primeiras referências aos indígenas Pama, no rio Madeira, remetem à primeira metade do século XVIII e foram feitas pelo jesuíta Bartolomeu Rodrigues em 1714. A partir das fontes e da bibliografia, há uma confusão na identificação dos Pama com os Karipuna e nas relações construídas entre eles. Segundo aquele religioso, os Pama, Purupurues e Jãoens seriam os grupos indígenas mais populosos do Madeira⁶⁸⁷ e os Pama são localizados em ambas as margens desse rio. Na segunda metade do século XVIII, em 1769, Luís de Sousa Coutinho relatava que o grupo Pama habitava a “margem oriental do rio Madeira” e fazia fronteira, pela margem ocidental, com a “nação caripuum⁶⁸⁸ sua inimiga”.⁶⁸⁹

Analisando a margem esquerda, a partir da foz do Madeira, Miguel Menendez acredita que os Apama, identificados por Melo Palheta, fossem os Cavaripunna, identificados pelo jesuíta Bartolomeu Rodrigues em 1714 (seriam os atuais Karipuna),⁶⁹⁰

⁶⁸⁵ Provavelmente, são os Pama. O etnônimo “Apama” aparece no relato feito com base na viagem de Francisco de Melo Palheta, em 1722, para se referir aos indígenas que ocupavam a sexta cachoeira do Madeira a partir do rio Amazonas. Contudo, o mesmo etnônimo designa um dos grupos indígenas que teriam descido para Almeirim no início da década de 1760 (Relação das pessoas que se descerão por ordé de V.Ex^a em o anno de 1762. Vila de Almeirim, 10 de outubro de 1763. **APEP**, Códice 131, doc. 58, fl. 164; Carta do diretor da Vila de Almeirim para o governador do estado do Grão-Pará. Vila de Almeirim, 23 de setembro de 1765. **APEP**, Códice 152, doc. 65, fl. 259). Antônio Porro também corrobora a perspectiva de que os índios Apama estariam em Almeirim. Assim, em 1763 estariam sujeitos às missões dos franciscanos da Piedade de Alenquer e de Monte Alegre, e em 1789 integrariam a população de Almeirim (PORRO, Antônio. **Dicionário etno-histórico da Amazônia colonial**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/ Universidade de São Paulo, 2007. p. 18). Além disso, os Apama aparecem, recentemente, como um grupo que mantém contatos com os Aparai e os Wayana, povos de língua Karib que habitam a região de fronteira entre Brasil, Suriname e Guiana Francesa (RAUSCHERT-ALENANI, Manfred. A história dos índios Aparai e Wayana segundo suas próprias tradições. In: HARTMANN, Thekla; COELHO, Vera Penteadó (Org.). **Contribuições à antropologia em homenagem ao professor Egon Schaden**. São Paulo: Universidade de São Paulo/Fundo de Pesquisas do Museu Paulista. v. 4, 1981, p. 233-53. (Série Ensaios); MORGADO, Paula; BARBOSA, Gabriel Coutinho. Wayana. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Wayana>>. Acesso em: 10 abr. 2021). Assim, como há indícios dos Apama no Madeira e em Almeirim, é possível que grupos indígenas distintos tenham sido classificados com o mesmo etnônimo ou que uma parcela dos Apama do Madeira tenha migrado para a região próxima a Alenquer, Óbidos e Almeirim; ou ainda podem ter ido dessas áreas para o Madeira.

⁶⁸⁶ A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira no documento da narração da viagem. In: ABREU, J. Capistrano de. Op. cit., p. 307.

⁶⁸⁷ Carta do padre Bartolomeu Rodrigues ao padre Jacinto Carvalho. In: LEITE, Serafim. Op. cit., t. III, p. 393.

⁶⁸⁸ Provavelmente, eram os Caripuna.

⁶⁸⁹ Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 20 de janeiro de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 829.

⁶⁹⁰ Segundo Henri Ramirez, os Caripuna, ou Cayaripuna, era o etnônimo empregado pelos portugueses aos indígenas que os espanhóis classificavam como Pacahuara (RAMIREZ, Henri. Etnônimos e topônimos no Madeira (séculos XVI-XX): um sem-número de equívocos. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 2, n. 2, p. 14-58, 2010. p. 35).

pois ambos são filiados da família linguística Pano.⁶⁹¹ Enrico Giglioli, no início do século XX, por sua vez, teria classificado os Pama como um subgrupo dos Karipuna.⁶⁹²

Na segunda metade do século XVIII, o grupo Pama foi um dos que aceitaram “descer” e, ao menos uma parcela deles, foi morar na Vila de Borba. Heather Roller lembra que o descimento dos índios era uma prática desenvolvida no estado do Grão-Pará desde o século XVII. Na segunda metade do século XVIII, os descimentos revelaram-se mais importantes em função de dois fatores: a epidemia de Sarampo que assolou o estado entre os anos 1749 e 1750, ensejando uma redução populacional, e a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, que associava a soberania sobre um espaço à sua ocupação.⁶⁹³ Nesse sentido, eram a fonte básica de aumento demográfico das povoações estimulado pelos diretores de povoações e pelos principais.⁶⁹⁴ O descimento de índios Pama na região do rio Madeira era fundamental, uma vez que ensinaria a ocupação da região mediante indígenas, que seriam vassallos da Coroa portuguesa, e asseguraria apoio aos expedicionários que navegassem o caminho fluvial.

Essa perspectiva pode ser pensada, igualmente, a partir do discurso acerca desse descimento. Nesse sentido, em setembro de 1762, o ouvidor da capitania do Rio Negro escreveu a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de estado da Marinha e Ultramar, relatando que “para a vila de Borba se fez um descimento de índios Pamas de duzentos e vinte três pessoas”.⁶⁹⁵ Segundo o governador do estado do Grão-Pará, esse descimento teria acontecido “voluntariamente e espontaneamente”.⁶⁹⁶

As palavras “voluntariamente” e “espontaneamente” sugerem que a iniciativa de se deslocar para uma povoação portuguesa teria sido dos indígenas. É uma hipótese, de fato, plausível no mundo colonial. Entretanto, é importante analisar outra suposição: a de que essa obediência tenha sido construída pelo discurso português. Nesse sentido, Francismar Alex de Carvalho analisa como os tratados de paz, assinados entre as

⁶⁹¹ MENÉNDEZ, Miguel. Op. cit., p. 321.

⁶⁹² GIGLIOLI, Enrico Hillyer. Appunti sulle condizioni attuali delle tribù indigene dell'alto Madeira e regioni adiacenti (Brasile e Bolivia). Raccolti dal Dott. In: LANDI, Andrea (Org.). **Archivio per l'Antropologia e la etnologia**, Florença, v. 36, n. 49, 1906 apud MÉTRAUX, Alfred. **The native tribes of Eastern Bolivia and Western Mato Grosso**. Washington: Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology Bulletin 134, United States Government Printing Office, 1942. p. 46.

⁶⁹³ ROLLER, Heather Flynn. **Amazonian routes: indigenous mobility and colonial communities in Northern Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 2014. p. 98.

⁶⁹⁴ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. cit., p. 141.

⁶⁹⁵ Ofício do ouvidor e intendente geral do Rio Negro, Lourenço Pereira da Costa, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Barcelos, 2 de setembro de 1762. **AHU**, Rio Negro (Avulsos), Cx. 02, doc. 112.

⁶⁹⁶ Ofício do governador e capitão-general do estado do Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 20 de agosto de 1762. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 53, D. 4828.

autoridades coloniais e os indígenas, são caracterizados por uma construção discursiva que tentava mostrar como a escolha pela vassalagem havia sido feita pelos próprios indígenas. Esse discurso, por sua vez, era fundamental em uma conjuntura de demarcação territorial envolvendo os impérios ibéricos, em que era necessário obter garantias jurídicas válidas sobre as terras dos indígenas.⁶⁹⁷ Nesse sentido, é possível pensar que a tentativa de construir uma fronteira povoada por indígenas vassalos da Coroa portuguesa não perpassava, apenas, pelo assentamento desses povos em áreas de disputa territorial, pois a maneira pela qual era arquitetado o discurso acerca dessas alianças poderia ser essencial para garantir a posse e o uso de um espaço.

A ideia de uma aproximação amigável dos Pama com os colonos se repetiu em 1765. Assim, decorridos três anos do descimento daquela multidão de Pama, outro agrupamento de índios Pama teria procurado uma aproximação com os colonos. Nesse sentido, no mês de fevereiro de 1765, o governador da capitania do Mato Grosso relatava a Mendonça Furtado que teria ido até cachoeira do Girau e, imediatamente após a chegada dele nessa cachoeira, apareceu “sobre o barranco do rio, grande número de Pamas, tanto homens, como mulheres” e na frente de todos o seu principal, de nome Paulo, “que foi criado nas missões de Castela”.⁶⁹⁸

O ofício encaminhado pelo governador João Pedro da Câmara sinalizava para mais uma etapa do descimento dos indígenas Pama. Diferentemente dos relatos anteriores, o governador pontuava a liderança de Paulo, que seria oriundo das missões castelhanas. Heather Roller argumenta que as características básicas dos descimentos descritos pelo jesuíta João Daniel coincidem com as que aparecem na documentação produzida durante o Diretório. Contudo, os descimentos que foram narrados pelo jesuíta aconteceram em uma conjuntura que era demográfica, legal e politicamente diferente e a análise dos descimentos que ocorreram na segunda metade do século XVIII ajuda a entender a centralidade das lideranças indígenas nesses processos.

Além disso, a presença do Paulo entre os Pama do Madeira remete à ideia de que as áreas de fronteira entre os domínios ibéricos poderiam representar espaços de sobrevivência para os indígenas.⁶⁹⁹ Talvez Paulo tenha fugido de Mojos, de Chiquitos

⁶⁹⁷ CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Op. cit., p. 233-245.

⁶⁹⁸ Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 12 de fevereiro de 1765. AHU, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 734.

⁶⁹⁹ GARCIA, Elisa Frühau. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa.** 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ou de uma das missões castelhanas que estavam na margem oriental do Guaporé e que foram desativadas em função do Tratado de Madri. Assim, saindo de uma dessas missões, desceu os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e teria chegado aos Pama.

É provável que houvesse frequentes contatos e trocas entre índios do Madeira e das missões castelhanas, o que ajudaria a compreender também a presença de Paulo entre os Pama. Exemplar desse tipo de contato foi narrado pelo governador Luís Pinto de Sousa Coutinho. Esse governante relatava que, durante a viagem que fez para a capitania do Mato Grosso, recebeu contas e pano de algodão dos Caripuna e que eram semelhantes aos “que os espanhóis costumam fabricar nas suas missões”. Por essa razão, suspeitava o governador que os indígenas Caripuna tivessem “algum comércio com os castelhanos”.⁷⁰⁰ Essas possíveis trocas entre esses grupos indígenas, talvez, fossem apenas uma das conexões construídas entre eles. Nesse sentido, como lembrou Ângela Domingues, a permeabilidade das fronteiras, na segunda metade do século XVIII, deve ser analisada a partir relações de parentesco, comércio e alianças entre os grupos étnicos que estavam situados em ambas as margens das fronteiras.⁷⁰¹

Por outro lado, uma vez Paulo que seria oriundo das missões espanholas, como teria sido aceito pelos Pama e conquistado o posto de chefia indígena? Uma possibilidade é que os Pama poderiam ter passado por um processo semelhante ao da “murificação”, na medida em que congregavam ao grupo outros indígenas, ou seja, um processo de “pamificação”. Outra possibilidade é que Paulo pertencesse a algum grupo da família linguística Pano, como seriam os Pama. Segundo Philippe Erikson, a família etnolinguística Pano ocupa a região de fronteira entre o Peru e o Brasil que se estende do alto Solimões até o alto Purus e, no sentido oeste para o leste, é possível encontrar essa família linguística desde o Ucayali e seus afluentes da margem esquerda, até as cabeceiras do Javari, Juruá e Purus. Além disso, haveria uma zona Pano na fronteira entre Rondônia e a Bolívia, do alto Madeira ao Beni.⁷⁰²

Henri Ramirez, por sua vez, pontuou alguns equívocos cometidos pela antropóloga Denise Maldini ao analisar os indígenas da região do Mamoré no século XVIII. Assim, Ramirez argumenta que foram usados nomes antigos para etnias novas;

⁷⁰⁰ Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 20 de janeiro de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 829.

⁷⁰¹ DOMINGUES, Ângela. Op. cit., 2000b, p. 232.

⁷⁰² ERIKSON, Philippe. Uma singular pluralidade: a etno-história Pano. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992. p. 241.

um dos exemplos apontados por Henri Ramirez é o uso do etnônimo Pacaás-Novos. Denise Maldí teria confundido os Pacaás-Novos, que são os Wari (família Chapacura), com os Pakaas-Novos do século XVIII, que seriam da família Pano. Dessa maneira, Ramirez explica que os Pacanoa, os Pacovas e os Pacas ou Pacanagua da Bolívia, que moravam na extensão do rio Mamoré, da foz do Abunã à foz do Guaporé, foram missionados em Exaltación, nos séculos XVII-XVIII, e eram grupos Pano, conhecidos desde 1600.⁷⁰³ Assim, uma hipótese para aceitação do Paulo entre os Pama poderia ser a de que ele pertencesse à família linguística Pano e que, talvez, fosse originário da missão espanhola de Exaltación, Mojo, localizada no Mamoré.

A iniciativa dos Pama, comandada pelo indígena Paulo, teria animado o governador da capitania do Mato Grosso a estabelecer, naquela cachoeira, um povoamento. Assim, João Pedro Câmara explicava que, além do interesse espiritual, a povoação seria muito “conveniente à navegação e ao Estado”, pois nela encontrariam os “navegantes um grande socorro de gente que os ajude e de mantimentos”. Assim, João Pedro Câmara acreditava que o Pará poderia contribuir para a construção desse povoamento, pois nele haveria clérigos suficientes e “não farão falta algumas famílias”.⁷⁰⁴

Uma das primeiras medidas para viabilizar essa ocupação foi o envio de um religioso para evangelizar os indígenas e um sujeito para que atuasse como diretor deles. Nessa ocasião, foi o padre Joaquim Felipe Rodrigues desenvolver as atividades evangelizadoras entre os Pama da cachoeira do Girau.⁷⁰⁵ Entretanto, o religioso não permaneceu durante muito tempo evangelizando do Pama, como relatou o governador João Pedro Câmara a Fernando da Costa Ataíde Teive e depressa desceu o rio em direção à Vila de Borba.⁷⁰⁶ Posteriormente, o governador do estado Fernando da Costa Ataíde Teive enviou um sujeito para ocupar o posto de diretor dos Pama.⁷⁰⁷

Alinhado às medidas implementadas na América Portuguesa a partir da segunda metade do XVIII, Luís Pinto de Sousa Coutinho realizou uma mudança toponímica: o

⁷⁰³ RAMIREZ, Henri. Op. cit., p. 20.

⁷⁰⁴ Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 12 de fevereiro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 734.

⁷⁰⁵ Ofício do governador da capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, 16 de dezembro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 768.

⁷⁰⁶ Carta do João Pedro Câmara para Fernando da Costa Ataíde Teive. Nossa Senhora da Conceição, [4] de [setembro] de [1767]. **APEP**, Códice 127, doc. 17; Carta de João Pedro Câmara para Fernando da Costa Ataíde Teive. Nossa Senhora da Conceição, 28 de novembro de 1766. **APEP**, Códice 127, doc. 32.

⁷⁰⁷ Carta de Fernando da Costa Ataíde Teive para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 2 de julho de 1768. **Arquivo Nacional**. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, v. 2, fl. 44.

estabelecimento dos índios Pama foi renomeado como lugar de Balsemão.⁷⁰⁸ Há, igualmente, outro indício que contribui para analisar a implementação dessa política: trata-se da maneira pela qual a Coroa portuguesa redefiniu a organização espacial dos seus domínios na segunda metade do século XVIII.

Francismar Lopes de Carvalho lembra que a gestão dos espaços implementada pelas Coroas ibéricas nos domínios coloniais era distinta. Nos domínios castelhanos, principalmente aqueles localizados no centro da América do Sul, a organização espacial seguiu um modelo no qual haveria, de um lado, os *pueblos* de índios e, de outro, as povoações de brancos. Assim, o projeto de povoamento castelhano não estimulava a coabitação e mestiçagem entre os grupos. Por essa razão, é uma política de povoamento que, ao menos nessa perspectiva, não se assemelha ao projeto lusitano, que incentiva o compartilhamento do mesmo espaço pelos indígenas e não indígenas, bem como a mestiçagem, sobretudo na segunda metade do século XVIII.⁷⁰⁹ Nesse sentido, determinava o parágrafo 80 do Diretório dos Índios que a “introdução dos brancos nas ditas povoações” dos indígenas poderia ser fundamental não apenas para “aumento do estado, mas à civilidade dos mesmos Índios por meio da comunicação, e do comércio”.⁷¹⁰ Assim, o projeto de ocupação na cachoeira do Girau insere-se em um contexto de anulação da concepção de edificar as povoações de índios separadas das povoações dos brancos.

Uma carta que o governador Fernando da Costa Ataíde Teive escreveu para o João Pedro Câmara, em junho de 1769, sugere que esse governante teria enviado, do Mato Grosso, “famílias e oficiais de ofícios” para que se estabelecessem na cachoeira do Girau.⁷¹¹ Exemplar também dessa perspectiva é uma carta que o comandante do Forte de Bragança, José Manoel Cardoso da Cunha, escreveu ao governador daquela capitania, em março de 1777. Na carta, o comandante relatava que Manoel Marques, acompanhado da sua mulher, mais José Correia Azevedo com dois escravos e Francisco Mendes com outros dois escravos haviam ido “povoar o salto onde se acham os índios Pama”.⁷¹² Dessa maneira, o lugar de Balsemão iniciou como um povoamento decorrente

⁷⁰⁸ Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 15 de junho de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 14, D. 850.

⁷⁰⁹ CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Op. cit., p. 119-127.

⁷¹⁰ ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. cit., p. (34).

⁷¹¹ Carta do governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive para governador do Mato Grosso João Pedro da Câmara. Pará, 2 de junho de 1769. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 0320, Cx. 007).

⁷¹² Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cárceres. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 31 de março de 1777. **APMT** (BR APMT. FNESC. CA 134, Cx. 002).

de uma iniciativa indígena e, gradualmente, teria recebido outros moradores. Além disso foi, igualmente, planejado para um ordenamento urbano, como para demais vilas e lugares da América portuguesa na segunda metade do século XVIII.⁷¹³

Como lembrou Renata Malcher Araújo, essa área de fronteira teria se constituído menos em fronteira política e mais “fronteira(s) da alteridade, sobretudo, as que decorriam da relação com os nativos e com a natureza”. É inegável o peso dos indígenas nessa fronteira. E, ainda que houvesse o discurso de terra inculta e, portanto, apta para o desbravamento, as fontes apontam um cenário antagônico. Nesse sentido, em quaisquer dos casos, os povos indígenas que habitavam a região, ou que migraram para lá, foram elementos-chave no processo, “constituindo todos um conjunto de trânsitos significativos e contribuindo para um quadro de grande mobilidade e instabilidade”, como destaca Renata Malcher.⁷¹⁴ Assim, talvez os rios não representassem uma fronteira para os indígenas, mas uma via de circulação dentro de um mesmo ambiente.⁷¹⁵

No estado do Grão-Pará e Maranhão, muitos indígenas que “desciam” iam morar nas vilas situadas nas margens dos rios. Os indígenas que habitavam nessas vilas eram recrutados para os trabalhos, como os que eram desenvolvidos nas expedições, conforme veremos.

4.2 “ORIGEM” DOS ÍNDIOS

No dia 14 de julho de 1749, a tropa comandada pelo sargento-mor Luiz Fagundes saiu do porto da cidade de Belém em direção ao Mato Grosso. A expedição precisou passar pela aldeia de Parijó, próximo a Cametá, pois era necessário buscar índios nela. Segundo José Gonçalves Fonseca, os índios de Parijó eram “os de melhor préstimo para o serviço de remar canoas”.⁷¹⁶ Seguiu, então, a expedição até a aldeia dos Bocas (futura vila de Oeiras), onde deram “os índios necessários com pontualidade para

⁷¹³ DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília, DF: Alva-Ciord, 1997; ARAUJO, Renata Malcher de. Op. cit., 2000.

⁷¹⁴ ARAUJO, Renata Malcher. “Pouco mais ou menos em meio caminho, daqui para Pará”: a povoação de Nossa Senhora da Boa Viagem e a ocupação das cachoeiras do rio Madeira. In: JESUS, Nauk Maria de (Org.). **Cenários da fronteira oeste**: história e historiografia de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). Cuiabá: EdUFMT, 2020. p. 43.

⁷¹⁵ PAUL-GUERS, Cendrine. O rio Oyapoque: povos indígenas e fronteiras. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 169-177, jul./dez. 2008.

⁷¹⁶ FONSECA, José Gonçalves da. Op. cit., p. 271.

remar”.⁷¹⁷ Em seguida, chegaram à aldeia de Gurupatuba (futura vila de Monte Alegre) e “depois de se receberem nela índios e mantimentos” prosseguiram a viagem.⁷¹⁸

A narrativa da viagem feita por José Gonçalves Fonseca expõe como a expedição ao Mato Grosso era composta por indígenas de diversas aldeias. Na medida em que navegava pelo Amazonas e estacionava nas aldeias, a expedição recebia indígenas para trabalharem como remeiros até o Mato Grosso. Essa diversidade caracterizou também as expedições que navegavam entre o Grão-Pará e o Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, uma vez que as expedições saíam de Belém e iam para Vila Bela, elas paravam, por um pequeno período, nas aldeias, depois vilas e lugares situados no caminho fluvial para que os principais e os diretores das povoações concedessem índios para que trabalhassem nas expedições.

⁷¹⁷ *Ibidem*, p. 273.

⁷¹⁸ *Ibidem*, p. 280.

Quadro 3 – Índios que foram do estado do Grão-Pará à capitania do Mato Grosso

“Origem” dos índios	Quantidade	Fonte
Da cidade	2	APMT, FFNSC RO 095, Cx. 002
Vila Nova del Rey	4	APEP, Códice 236, doc. 31
Oeiras	30	APEP, Códice 235, doc. 40
Soure	1	APEP, Códice 190, s/n; AHU Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6212
Melgaço	[?]	APEP, Códice 234, doc. 42
Beja	6	APEP, Códice 218, doc.7; AHU Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6212
Portel	63	APEP, Códice 236, doc. 14, doc. 15; APEP, Códice 312, s/n
Porto de Moz	14	APEP, Códice 236, doc. 18; AHU Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6212
Carrazedo	[?]	APEP, Códice 227, doc. 26
Veiros	8	APEP, Códice 312s/n; APMT, FFNSC, RO 095, Cx.002; AHU Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6212
Almeirim	7	APEP, Códice 142, doc. 28; APEP, Códice 236, doc. 24
Pombal	77	APEP, Códice 190, s/n; APEP, Códice 236, doc. 12 e, doc. 14, APEP, Códice 312 s/n; APMT, FFNSC RO 095, Cx. 002; AHU Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6212
Souzel	30	APEP, Códice 312 s/n
Monte Alegre	70	APEP, Códice 54, doc. 30; APEP, Códice 95 s/n; APEP, Códice 137, s/n; APEP, Códice 243, s/n; APEP, Códice 306, s/n; APEP, Códice 310, s/n; APMT, FFNSC RO 095, Cx. 002; APMT, FFNSC, CA 157, Cx. 002; APEP, Códice 320, s/n; AHU Pará (Avulsos)
Alenquer	14	APEP, Códice 236, doc. 11; AHU Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6212
Vila Franca	155	APEP, Códice 137, s/n; APEP, Códice 151 s/n; APEP, Códice 141, doc. 31; APEP, Códice 167, doc. 163; APEP, Códice 235, doc. 07; APEP, Códice 306, s/n; APMT, FFNSC RO 095, Cx. 002, APMT, FFNSC, CA 157 CX. 002, AHU Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6212
Santarém	81	APEP, Códice 54, doc. 30; APEP, Códice 117, s/n; APEP, Códice 73, s/n; APEP, Códice 190, s/n; APEP, Códice 235, doc.03; APEP, Códice 235 s/n; APEP, Códice 240 s/n; APMT, FFNSC RO 095, Cx. 002; APMT, FFNSC, CA 157, Cx. 002, AHU Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6212
Alter do Chão	31	APEP, Códice 140 s/n; APEP, Códice 235 s/n; APEP, Códice 240 s/n; APMT, FFNSC RO 095, Cx. 002; APMT, FFNSC, CA 157 cx. 002; AHU Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6212
Boim	16	APEP, Códice 129, doc. 110; APEP, Códice 137, s/n; APEP, Códice 157, s/n; APEP, Códice 190, s/n; APEP, Códice 285, s/n
Pinhel	22	APEP, código 73, s/n; APEP, Códice 236, doc. 64
Faro	24	APEP, Códice 128. s/n; APEP, Códice 151, s/n; APEP, Códice 235, s/n
Silves	44	APEP, Códice 131, s/n; APEP, Códice 155, doc. 102; APMT, FFNSC RO 095, Cx. 002; APMT, FSG, CA 578, Cx. 013
Serpa	17	APEP, Códice 155, doc. 102; APMT, FFNSC RO 095, Cx. 002; APMT, FFNSC, CA 157 cx. 00; APMT, FSG, CA 578, Cx. 013
Óbidos	15	APEP, Códice 73, s/n; APEP, Códice 306, s/n; APMT, FFNSC RO 095, Cx. 02; APMT, FFNSC, CA 157 cx. 002
Borba	66	APEP, Códice 134, s/n; APEP, Códice 155, doc. 102; APEP, Códice 190, s/n; APEP, Códice 232, s/n; APMT, FFNSC, CA 069, Cx. 002, APMT, FFNSC RO 095, Cx. 002; APMT, FFNSC, CA 157, Cx. 002; APMT, FSG, CA 578, Cx. 013

Moura	3	APMT, FFNSC RO 095, Cx. 002
Barcelos	19	APEP, Códice 134 s/n; APEP, Códice 155, doc. 94; APMT, FFNSC RO 095, Cx. 002
Tomar	1	APMT, FFNSC RO 095, Cx. 002
Rio Negro	8	APMT, Livro C-5, doc. 209; APEP, Códice 155, doc. 102
Povoações de Baixo	6	APEP, Códice 155, anexo, doc. 102
Fragoso	[?]	APEP, Códice 227, doc. 25
Esposende	4	APEP, Códice 235, doc. 37

Os trabalhadores indígenas que participavam das expedições entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso são identificados, em grande medida, a partir dos locais de “origem”, como as vilas pombalinas, dos nomes portugueses ou apenas como “índios”. A palavra “índio”, como lembram Stuart Schwartz e James Lockhart, é um termo equivocadamente usado para identificar os povos encontrados pelos ibéricos no continente americano. Trata-se de um termo que não apenas remete a um erro geográfico dos europeus, que inicialmente idealizavam estar próximos das Índias Orientais, como a nenhuma unidade entendida pelos indígenas, uma vez que muitos grupos não sabiam uns sobre os outros, e as afinidades, quando existiam, eram construídas a partir de referências como língua, religião, estilo de vida e unidade política. Além disso, esses povos não tinham nenhum conceito em suas línguas que traduzisse o termo genérico “índio”.⁷¹⁹ Dessa maneira, a identificação deles a partir dos locais onde moravam e a utilização dos nomes portugueses alinham-se ao projeto do Diretório dos Índios de transformá-los em vassallos da Coroa lusitana e, por conseguinte, eliminar a identidade nativa, uma vez que a identificação não estaria relacionada à etnia.

É importante pontuar aqui também que os povos indígenas que trabalhavam nesse caminho podem ser considerados como “índios coloniais”. Para Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur, seriam aqueles índios e/ou seus descendentes, de várias origens étnicas e/ou geográficas, que foram destribalizados por diversas razões, nascidos ou levados para a sociedade colonial e que foram incorporados à vida sociocultural colonial.⁷²⁰

Na capitania do Mato Grosso, ao que tudo indica, era frequente o uso da expressão “índios do Pará” para se referir aos índios do estado do Grão-Pará e Maranhão. O comandante do Forte de Bragança escreveu ao governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres, em janeiro de 1773, explicando que naquele forte teriam ficado “44 índios do Pará para remarem as embarcações que conduziram Luís Pinto de Sousa Coutinho”.⁷²¹ Anos antes, em 1763, o governador Antonio Rolim de Moura escreveu para o secretário de estado, Francisco

⁷¹⁹ SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 53.

⁷²⁰ RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 18, 2007.

⁷²¹ Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres. Forte de Bragança, 14 de janeiro de 1773. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 030, Cx. 001).

Xavier Mendonça Furtado, relatando que no destacamento montado para combater os castelhanos no Guaporé havia “índios do Pará” e que a maior parte estava doente.⁷²²

Durante a pesquisa, foram identificadas algumas relações dos indígenas que participavam das expedições. Produzida em Borba, a relação dos indígenas que acompanharam o engenheiro José Pinheiro de Lacerda, em 1777, para o Mato Grosso, especifica que teriam participado da expedição 52 índios. Além de registrar os nomes portugueses de cada indígena e identificar os pilotos da expedição, é possível observar de que vilas eram os indígenas. Nesse sentido, a expedição era composta pelos índios das seguintes vilas: Borba e Serpa (capitania do Rio Negro), e Santarém, Alter do Chão, Vila Franca, Monte Alegre e Óbidos (capitania do Pará).⁷²³

A partir dessa relação, observa-se que, ao menos oficialmente, os indígenas que teriam acompanhado o engenheiro José Pinheiro de Lacerda eram oriundos de vilas, com exceção de Borba, situadas no rio Amazonas ou nas proximidades dele. Nesse sentido, para essa expedição, não há indícios de indígenas oriundos das povoações situadas nas proximidades da cidade de Belém.

Há também uma relação de indígenas que teriam ido ao Mato Grosso com um ouvidor-geral e os comerciantes Antonio Gonçalves dos Santos e Francisco da Costa Teixeira. Produzida no Forte de Bragança em 1775, essa relação especifica que esses indígenas eram dos seguintes lugares da capitania do Pará: Vila Franca, Monte Alegre, Santarém, Oeiras, Pombal, Óbidos, Alter do Chão. Oriundos da capitania do Rio Negro

⁷²² Reg^o de hua carta p^a o secretario de estado Francisco X^{er} de Mend.^a Furt^o, em q. se dá conta dos sucessos do principio da guerra. Antonio Rolim de Moura para Francisco Xavier Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, 31 de maio de 1763. **APMT**, Livro de Correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas Régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho (Livro C-11), doc. 67; Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho ao governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Forte de Bragança, 24 de janeiro de 1773. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 0465, Cx. 11); Carta de Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luís de Albuquerque. Forte de Bragança, 16 de março de 1773. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 034, Cx. 001).

⁷²³ Povoações e nomes dos indígenas: Piloto [Jacinto de Carvalho], João [...] e Piloto Bento [...] (Borba); [...], [Joaquim Atanazio de Oliveira] e Lazaro [Ferreira] (Serpa); João Matias de Barros, Inácio de Barros, Sebastião da Costa, Cipriano da Mota, Bernardo de Bragança, Dionísio José Soares, Manoel de Araújo, Adão Correia e Antonio Vieira (Santarém); Leonardo Portilho, Jacob Portilho, Luis Correia, Antonio de Sousa, Alexandre de Brito, Clemente Pereira, Inácio de Moraes, Custódio Ferreira, Isidoro da Costa e Mateus [Pires] (Alter do Chão); Piloto Firmino Luiz, Euzebio da Silva, Manoel João de Menezes, Anastacio Gonçalves, [Arsênio] Miguel, João Bras da Silva, Inácio Miguel Aires, Elias de Aguiar, Marcelino Correia, Narciso de Souza, Antonio Gonçalves, Diogo Pereira Santiago, Vicente Ferreira, Afonso de Sousa, Jacinto Maciel, João [...] de Bragança e [...] (Vila Franca); [...], Apolinário [...], Manoel [...] Adão Correia e Paulo da Silva (Monte Alegre); Pedro José Miz, Joaquim Pereira, Tomaz Antonio e Celestino da Costa (Óbidos) (“Relaçam dos Índios que vam equipando as canoas da Espedicam que conduz o ajudante Engenheiro José Pinheiro de Lacerda. Vila de Borba, 12 de outubro de 1777.” Anexado em “Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador do Mato Grosso”. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 3 de dezembro de 1777. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 157, Cx. 002)).

e que teriam participado da expedição eram dos seguintes lugares: Barcelos, Moura, Borba, Serpa, Silves, Tomar e Veiros.⁷²⁴

Comparando a relação dos indígenas que viajaram com José Pinheiro de Lacerda e a que aponta os que viajaram com os comerciantes e o ouvidor, observa-se que alguns lugares, de ambas as capitanias, são citados nas duas relações. A segunda relação, contudo, arrola que dois indígenas, Bento Manoel e João Correa, eram “da cidade”, certamente referência à de Belém.

No Quadro 3, já apresentado, que relaciona de quais lugares as expedições retiraram indígenas para ir ao Mato Grosso, é possível perceber que poucos espaços próximos à cidade de Belém disponibilizavam indígenas para as expedições ao Mato Grosso. Os lugares mais próximos a Belém que aparecem na tabela são: Portel, Melgaço, Soure (todos na ilha no Marajó), Oeiras e Beja, essas mais próximas da cidade. Ainda assim, não são tão reiterados como a vila de Santarém, Borba, Pinhel, Vila Franca e Monte Alegre, no Baixo Amazonas. Nesse sentido, ainda que seja reconhecida uma inconsistência nos dados sobre a “origem” dos indígenas do estado do Grão-Pará que iam ao Mato Grosso, o quadro e as relações apresentam a mesma tendência: observa-se que os indígenas eram recrutados em lugares mais afastados de Belém, nos espaços situados, principalmente, no Baixo Amazonas, ou nas proximidades, e em algumas vilas da capitania do Rio Negro.

Nesse sentido, talvez o contingente de indígenas trabalhadores da cidade de Belém e suas proximidades que tenham participado das expedições ao Mato Grosso e chegado a essa capitania seja inferior ao daqueles que eram oriundos das povoações situadas no extenso rio Amazonas e da capitania do Rio Negro. É provável que o rodízio de trabalhadores indígenas, chamado de “muda”, ajude a refletir acerca da possibilidade de

⁷²⁴ Índios que foram com o comerciante Antonio Gonçalves dos Santos e seus lugares de moradia: Piloto Roque, mura Antonio, Raimundo de Magalhães, Luiz Miguel, Amador Mendes, Joseph Joaquim, Antonio Ferreira (Serpa); o piloto Gevarsio, o piloto Bento Cardoso, Domingos Ribeiro (Borba); João de Sousa, Simão Coelho, João da Costa (Monte Alegre); Serafim do Rego, Sebastião do Rego (Silves); Francisco de Meneses (Tomar); piloto Martinho Gomes (Santarém); Alexandre de Sousa (Barcelos); Selestino Maciel, Manoel Gonçalves (Óbidos); Bento Manoel, João Correa (cidade); Luizio Leal (Alter do Chão); índios que foram com o comerciante Francisco da Costa Ferreira e seus lugares de moradia: Manoel Aquiles e Felipe de Santiago (Monte Alegre); índios que possivelmente foram com o ouvidor-geral e seus lugares de moradia: piloto Bruno, piloto Romualdo, Narcizo da Silveira, Marcelino, filho do piloto Bruno (Vila Franca); Feliciano da Costa, Joseph Inácio, Thimoteo Maciel, Estevão Felix, João da Silva, Manoel Pereira (Monte Alegre); Francisco Joseph, Jeronimo Lourenço, Clemente da Silva, Lucas de Siqueira (Santarém); Bonifácio Antonio, Paulo Furtado, Silvestre Joseph, Thomaz Pinto, Manoel Pinto, Inácio da Costa (Barcelos); Bento de Oliveira, Manoel da Cruz (Moura); Alex (Borba); Christovão Pinto (Veiros); Claudio Antonio (Pombal); André de Gois (Óbidos) (Relação dos índios que vieram com o ouvidor geral e os comerciantes Antonio Gonçalves dos Santos e Francisco da Costa. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 19 de dezembro de 1775. **APMT** (BR APMT. FNSC. RO 095, Cx. 002)).

que poucos indígenas da cidade de Belém e arredores tenham chegado até Mato Grosso. A “muda” estava relacionada a uma rotatividade dos trabalhadores indígenas. Nesse sentido, os indígenas deveriam trabalhar nas atividades designadas por um período determinado e, uma vez finalizada essa temporada, deveriam ser substituídos.⁷²⁵

Na viagem que Teotônio da Silva Gusmão fez da cidade de Belém para a povoação de Salto, por exemplo, declarava que foi socorrido com nove “índios de vila Franca em troca de 20 e tantos” que deixou nessa vila. Além disso, refere-se aos índios que iam “para se trocarem, que eram 2 de Carrazedo, e 2 de Vilarinho”.⁷²⁶ Exemplar, igualmente, dessa mudança de indígenas é a expedição de um soldado que retornava para o Mato Grosso. Um possível passaporte, de maio de 1777, esclarece o soldado dragão Antonio dos Santos que ia para essa capitania com “os mesmos pedestres que o haviam acompanhado, e os índios da esquipação”. Nesse sentido, o governador do estado do Grão-Pará ordenava ao diretor da vila de Monte Alegre que fizesse a substituição “por um piloto e dezesseis índios com que deve continuar o dito soldado a sua viagem” e que deixasse nas “respectivas povoações os outros índios”, como estava previsto.⁷²⁷ Dessa maneira, provavelmente, a rotatividade dos trabalhadores indígenas contribuiu para que poucos indígenas da região próxima a Belém, e da própria cidade, tenham completado a viagem até o Mato Grosso, pois, possivelmente, retornaram para Belém.

Havia, igualmente, um movimento de indígenas que desciam do Mato Grosso para o estado do Grão-Pará nas expedições, como aponta o Quadro 4. Os indícios sugerem que eram das povoações localizadas no Guaporé, como Lamego (São Miguel) e Leomil (São José). Em meados da década de 1760, por exemplo, o soldado Inocêncio Rodrigues foi até a cidade do Pará. Em uma carta que o governador do estado do Grão-Pará escreveu a João Pedro da Câmara, comunicou que esse soldado, os pedestres e os “índios da aldeia de São Miguel foram municidados todo o tempo que se detiveram nesta cidade”.⁷²⁸

⁷²⁵ BRITO, Cecília Maria Chaves. Índios das corporações: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 128-129.

⁷²⁶ Ofício de Teotônio da Silva Gusmão. Vila de Borba, 31 de outubro de 1759. **APEP**, Códice 54, doc. 30.

⁷²⁷ Outro. Pará, 28 de maio de 1777. Rubrica. **APEP**, Códice 310, doc. 338.

⁷²⁸ Carta do governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive ao governador do Mato Grosso João Pedro da Câmara. Pará, 11 de maio de 1766. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 248, Cx. 006).

Quadro 4 – Índios que foram da capitania do Mato Grosso para o estado do Grão-Pará

Origem	Fonte
Mato Grosso	APEP, Códice 134, s/n
Santa Rosa	APEP, Códice 151, s/n
Lamego	APMT, FFNSC, CA 0048, Cx. 001
Lamego	APMT, FFNSC, CA 063, Cx. 001
São Miguel	APEP, Códice 122, doc. 52
Aldeia dos Pama	APEP, Códice 261, s/n

Outro indício da presença dos indígenas do Mato Grosso nessas expedições ao estado do Grão-Pará é uma relação de pessoas que teriam feito essa viagem em 1774. Segundo a relação, a expedição era formada por Domingos Ferreira, Silvestre Ferreira, Manoel Gonçalves Soares, Manoel Gomes, que era um velho de “Castela que se achava em [Vila Bela]”. Além disso, desciam do Mato Grosso 30 “índios do Estado do Pará”, Pedro, que era um indígena “do lugar de Lamego administrado⁷²⁹ de Domingos Ferreira, e Miguel, que também era de Lamego e agregado a Domingos Ferreira.⁷³⁰

A relação dessa viagem feita ao estado do Grão-Pará em 1774 aponta que o quantitativo de indígenas do estado do Grão-Pará era superior ao da capitania do Mato Grosso: 30 indígenas do Pará e apenas dois de Mato Grosso. Essa diferença numérica sugere que a maior parte dos indígenas que percorreram esse caminho era originária do estado do Grão-Pará. É provável, assim, que as expedições que desciam da capitania do Mato Grosso para o estado do Grão-Pará fossem formadas, principalmente, por indígenas desse estado.

Ainda nessa perspectiva, é importante analisar a lista de índios que viajaram com Antônio Gonçalves dos Santos para a capitania do Mato Grosso, que citamos

⁷²⁹ Segundo John Monteiro, a condição de índio administrado estava relacionada à ideia de que os povos indígenas eram considerados incapazes de administrar a si mesmos. Assim, os colonos se apropriavam deles, com o direito de controlá-los, sem que isso fosse considerado escravidão (MONTEIRO, John M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes na origem de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 137).

⁷³⁰ Os indígenas do Pará eram: Jacinto de Carvalho, Marcos da Costa e Felix da Silva Campelo (pilotos), os remeiros Pedro [Alvares], Custodio Pereira, Inácio Ribeiro da Costa, Alexandre da Silva, Nazario Ferreira, Jacinto Maciel, João Antônio, Joao Pedro Batista, Nicolau Ferreira, Antonio Rodrigues, Marcelino Filgueira, Basílio de Mendonça, Nazário de Oliveira, Bernardo [Saldanha], Marcelino de Oliveira, João Esteves, Manoel Antonio, João [Miz], Pedro Ferreira, Antonio Gonçalves, Pedro Ferreira, Martinho José Furtado, Gervásio Antonio, Antonio Pinto, Silvestre Duarte, José Pereira, Cariãna bôcapreta, Oroamû bôcapreta (Relação das pessoas que que marcham dessa fortaleza embarcada para o estado do Pará, feita pelo comandante Manoel Caetano da Silva. FNSC, 22 de fevereiro de 1774. APMT (BR APMT. FNSC. RO 063, Cx. 001)). No final dessa relação, há dois nomes que remetem às identificações étnicas: Cariãna bôcapreta e Oroamû bôcapreta. Seriam os Urupá, povos de língua Txapacura que habitavam as margens do rio homônimo, um dos formadores do rio Machado (conhecido também como Ji-Paraná), afluente do Madeira. Uma parcela dos povos Txapacura teria estabelecido contato com não indígenas desde o século XVII e habitado missões portuguesas e espanholas (NEVES, Josélia Gomes. Na trilha dos Urupá: estudos de antropologia etnopedagógica. **Tellus**, Campo Grande, ano 16, n. 30, p. 61-68, jan./jun. 2016).

anteriormente. Como será apresentado no próximo capítulo, Antonio Gonçalves dos Santos era um morador de Vila Bela que exercia postos na administração portuguesa e realizava o comércio entre o Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. No final do ano 1775, retornava de uma expedição que havia feito ao estado do Grão-Pará, e os indígenas que o acompanhavam, conforme a relação que apresentou no Forte de Bragança, eram de povoações situadas no Rio Negro e no Grão-Pará: Serpa, Borba, Monte Alegre, Silves, Tomar, Santarém, Barcelos, Óbidos, de Alter do Chão e “da cidade”.⁷³¹ Não havia, portanto, nenhum indígena da capitania do Mato Grosso.

Isso, por sua vez, não significa que nenhum indígena dessa capitania o tenha acompanhado ou descido ao estado do Grão-Pará na mesma expedição. Afinal, como foi apresentado, esses indígenas desciam até esse estado. Contudo, considerando que Gonçalves dos Santos retornava para o Mato Grosso apenas, conforme a relação, com índios do estado do Grão-Pará, pode indicar que os indígenas que desceram com ele não retornaram para a capitania, seja por enfermidade, morte ou fuga. Ou que a quantidade de indígenas que fez a expedição com ele não era suficiente para transportar as canoas com fazendas até o Mato Grosso, o que demandou a arregimentação de indígenas no estado do Grão-Pará.

Como será analisado posteriormente, a arregimentação dos indígenas para que fossem ao Mato Grosso perpassava por diversas dificuldades. Essa dificuldade foi uma das razões que teriam motivado o provimento de africanos escravizados para remar as canoas. Em uma carta que os administradores da Companhia remeteram para o governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, explicavam que, para a condução que enviavam ao Mato Grosso, equiparam duas canoas com “20 escravos desta Companhia”, como já haviam feito com Luiz Pinto de Sousa Coutinho, em função da “dificuldade da concessão de [índios] necessários para estas expedições”.⁷³²

A expedição para a qual foram disponibilizados os escravos estava sob responsabilidade do cabo de esquadra José Vieira Passos e do ansepeçada Claudio Antonio, cujos nomes aparecem na lista de devedores da Companhia que moravam em

⁷³¹ Relação dos índios que vieram com o ouvidor geral e os comerciantes Antonio Gonçalves dos Santos e Francisco da Costa. FNESC, 19 de dezembro de 1775. APMT (BR APMT. FNESC. RO 095, Cx. 002).

⁷³² Carta dos Administradores da Companhia Geral de Comércio do Pará e Maranhão Gonçalo Pereira Viana e Antônio Coutinho de Almeida ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Pará, 26 de junho de 1773. APMT (BR MTAPMT. SG. CA 478, Cx. 011).

Vila Bela.⁷³³ A alocação de escravos para que se fizesse a condução das canoas remetidas ao Mato Grosso, em decorrência dos problemas enfrentados na concessão dos indígenas, sugere que os condutores dessas embarcações eram, em grande medida, arregimentados no estado do Grão-Pará.

Outro indício da presença dos indígenas pode ser analisado a partir de uma carta que Antonio Rolim de Moura escreveu ao rei D. José I. Na missiva, o governador da capitania do Mato Grosso relatava que o corpo de soldados pedestres dessa capitania era formado por bastardos, mulatos, caribocas, e “também se admite algum índio puro principalmente Bororos”, uma vez que “eram bons rastejadores”. Ainda segundo Rolim de Moura, esses pedestres eram úteis na “escolta das monções, e em todas as mais diligências serviam” para “pilotar e remar as canoas”.⁷³⁴ Como Rolim de Moura analisa o trabalho que os pedestres desempenhavam na capitania, é provável que os Bororo também executassem as diligências nas expedições que desciam ao estado do Grão-Pará.

Uma vez participante de uma expedição ao Mato Grosso ou ao Grão-Pará, muitas ocorrências poderiam acontecer aos indígenas. Como foi mostrado no Capítulo 3, muitos indígenas faleciam durante essas jornadas. Outros, como será analisado neste capítulo, fugiam durante a expedição ou quando chegavam ao Mato Grosso ou ao Pará. Por essa razão, nem sempre retornavam para os lugares de moradia. Nesse sentido, em um ofício, o diretor de Vila Franca se queixava ao governador do estado do Grão-Pará que, dos 35 índios que tinham ido ao Mato Grosso, teria recebido apenas sete indígenas e “um que morreu em Serpa”, e “todos com incapazes do serviço por horas por razão das moléstias”.⁷³⁵

Em 1749, quando José Gonçalves fez a viagem de Belém até Mato Grosso, relatou que os indígenas da aldeia Parijó eram os melhores remeiros do estado do Maranhão e Grão-Pará. Ao observar o Quadro 3, percebe-se que poucos indígenas da região dessa aldeia iam ao Mato Grosso. Nas expedições que viajavam até essa capitania, ao que tudo indica, a maior parte dos indígenas pertencia às povoações da capitania do Pará que estavam localizadas nas margens, ou proximidades, do Baixo Amazonas, e em algumas da capitania do Rio Negro. Provavelmente, as mais próximas do Madeira.

⁷³³ Carta dos administradores da Companhia Geral de Comércio do Pará e Maranhão Gonçalo Pereira Viana e Antônio Coutinho de Almeida ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Pará, 25 de março de 1774. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 499, Cx. 011).

⁷³⁴ Carta de Antonio Rolim de Moura para D. José I, Vila Bela, 25 de fevereiro de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. Op. cit., v. 3, p. 47-48.

⁷³⁵ Carta do diretor de Vila Franca para o governador Fernando da Costa Ataíde Teive. Vila Franca, 26 de janeiro de 1765. **APEP**, Códice 151, Doc, 26, fl. 70.

4.3 PROBLEMAS NO RECRUTAMENTO: OS DIRETORES E AS FUGAS INDÍGENAS

O Diretório dos Índios implementou importantes transformações no acesso e na distribuição dos trabalhadores indígenas na Amazônia portuguesa. A análise dessa mudança perpassa, dentre várias perspectivas, pela figura dos diretores de povoações. A função desses sujeitos nas povoações era diversificada, pois deveriam cuidar da construção de prédios públicos (cadeias públicas e câmaras) e casas, da arrecadação dos dízimos, incentivar os indígenas a se dedicarem à agricultura e ao comércio, bem como promover hábitos “civilizatórios” entre os indígenas, como o estímulo ao uso da língua portuguesa. Os diretores deveriam desenvolver o papel de tutores dos povos indígenas que viviam nas povoações, pois eram considerados incapazes de se autogovernar.

A partir da vigência do Diretório, foi modificada a maneira pela qual os indígenas eram repartidos para o trabalho. Assim, o § 63 esclarecia que a forma da repartição dos Índios em três partes (uma pertencente aos missionários, outra parte ao serviço dos moradores; e outra ao aldeamento) cessaria e que a partir daquela data os indígenas seriam divididos “em duas partes iguais”, das quais:

[...] uma delas se conserve sempre nas suas respectivas Povoações, assim para defesa do Estado, como para todas as diligências do seu Real serviço, e outra para se repartir pelos Moradores, não só para esquipação das Canoas, que vão extrair Drogas ao Sertão, mas para ajudar na plantação dos Tabacos, canas de Açúcar, Algodão, e todos os gêneros, que podem enriquecer o Estado, e aumentar o Comércio.⁷³⁶

Estabelecia, dessa maneira, o Diretório dos Índios que a mão de obra indígena seria dividida em duas partes: uma parcela destinava-se aos diversos serviços reais e a outra parte era canalizada para os serviços dos moradores do estado.⁷³⁷ O acesso a esses

⁷³⁶ ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. cit., p. 27.

⁷³⁷ Até a promulgação do Diretório dos Índios, a repartição dos trabalhadores indígenas era regulada pelo Regimento das Missões, de 1686. Segundo Márcia Alves de Souza e Mello, o Regimento das Missões determinava que a repartição dos índios aldeados deveria ser feita em duas partes: uma permaneceria no aldeamento, enquanto a outra atenderia aos moradores do Estado e à Coroa; os jesuítas não estariam incluídos nessa repartição. Contudo, havia uma aldeia no Maranhão e outra no Pará, cuja finalidade era servir os colégios e as residências dos jesuítas (SOUZA E MELLO, Marcia Eliane Alves de. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. *Clio: Série Revista de Pesquisa Histórica*, v. 27, n. 1, p. 46-75, 2009). Para Rita Heloísa de Almeida, o Diretório dos Índios não representou uma mudança significativa na forma de repartição dos índios. Assim, teria ocorrido uma alteração “em relação à relevância e aos poderes de cada segmento ali discriminado”. Nesse sentido, segundo a autora, os missionários não foram inteiramente excluídos, pois, ainda que tenham perdido o poder temporal sobre os índios, conservaram a função evangelizadora, permanecendo como párocos (ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. cit., p. 213).

indígenas perpassava, por sua vez, pelos diretores e pelas chefias indígenas, pois, ainda que considerados livres, os povos indígenas que viviam nas vilas coloniais eram tutelados por um diretor.

Nesta seção, pretende-se destacar o desempenho dos diretores de povoações na distribuição e no controle dos trabalhadores indígenas, que era uma de suas funções. Por essa razão, é necessário entender o processo de repartição dos trabalhadores utilizado a partir da aplicação do Diretório dos Índios. Nesse sentido, uma vez que o Diretório entrasse em vigência, para ter acesso aos trabalhadores indígenas, os moradores deveriam dispor de uma “portaria”, que seria emitida pelo governador do estado do Grão-Pará. Essas “portarias” deveriam ser apresentadas às chefias indígenas das povoações, que eram os incumbidos de distribuir os indígenas aos solicitantes, conforme a quantidade determinada pelas “portarias”. Esse processo, por sua vez, deveria ocorrer sob a supervisão dos diretores das povoações. Dessa maneira, não era incomum que os diretores de povoações estivessem envolvidos em conflitos e problemas inerentes ao controle e distribuição dos trabalhadores indígenas.⁷³⁸

Não é por acaso, portanto, que alguns expedicionários que iam ao Mato Grosso queixavam-se das atitudes diretores de povoações, quando solicitavam indígenas para participar das expedições. Teotônio da Silva Gusmão foi um dos que experimentaram essa dificuldade. Na expedição que fez da cidade de Belém para a povoação de Salto, Silva Gusmão fez uma parada na Vila de Borba, onde escreveu uma carta para o governador do estado do Grão-Pará. Na missiva, relatava que na vila de Monte Alegre “foi prontamente socorrido dos índios” que pediu e “da mesma forma em Santarém” e em Vila Franca. Em Serpa, contudo, Silva Gusmão teria vivenciado algumas dificuldades para conseguir os índios.

Embora Teotônio da Silva Gusmão carregasse uma portaria do governador que previa que na Vila Serpa deixasse seis indígenas e completasse as esquipações, recebeu “do diretor, o soldado Vitoriano Gomes, as maiores vilanias e desatenções que nunca nesta estrada” lhe tinham feito. Teotônio Gusmão pediu ao dito diretor “12 índios 6 pela troca e 6 de mais”, e Vitoriano Gomes lhe respondeu que não daria os indígenas, conforme a

⁷³⁸ Sobre os abusos e conflitos envolvendo os diretores das povoações, ver: CORRÊA, Luís Rafael Araújo. De São Barnabé à Vila Nova de São José d’el Rei: tensões e conflitos étnico-sociais em um aldeamento do Rio de Janeiro sob o Diretório dos Índios (1758-1798). *Revista Cantareira*, Niterói, n. 17, jul./dez. 2012b; MARCIS, Teresinha. **A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na capitania de Ilhéus, 1758- 1822.** 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. p. 275-282.

portaria do governador do estado do Grão-Pará determinava, pois reconhecia como governador Joaquim de Mello Povoas.⁷³⁹ É provável que a recusa em conceder os indígenas estivesse relacionada a uma rebelião indígena que aconteceu na capitania do Rio Negro e que provocou a escassez de alimentos e índios aldeados, pois estavam engajados nas tropas e, após a derrota da rebelião, conduziam os prisioneiros para Belém.⁷⁴⁰

Além de Teotônio Gusmão, João de Sousa Azevedo, igualmente, enfrentou alguns problemas com os diretores das vilas para conseguir indígenas que participassem da sua expedição. Primeiramente, Sousa Azevedo queixou-se ao governador da capitania do Rio Negro. Em carta de abril de 1761, esse governador explicava a Antonio Rolim de Moura que João de Sousa Azevedo lhe havia relatado acerca da falta de índios para a “sua equipação” e que alguns dos diretores da capitania do Rio Negro lhe “não davam por estarem no presente tempo espalhados pelos sertões a colheita das drogas”.⁷⁴¹ No caminho para o Mato Grosso, João de Sousa Azevedo fez a mesma queixa ao governador do Grão-Pará. Nesse sentido, reclamou ao governador que do rio Tapajós “para cima se não deu cumprimento às portarias” desse governante “a respeito dos índios”. Segundo Sousa Azevedo, isso teria ocorrido por não haver índios “nas vilas segundo dizem os diretores”.⁷⁴²

As queixas acerca das posturas dos diretores não se restringiam aos expedicionários que demandavam índios para as viagens fluviais. Há relatos que apontam como alguns diretores também experimentavam dificuldades em conseguir indígenas e atribuíam aos diretores de outras povoações esses problemas. Em um ofício, datado de janeiro de 1765, o diretor de Santarém, Valério Correia Botelho, escreveu ao governador do estado dizendo que encaminhava a ele uma relação dos indígenas que havia “tirado, e de que povoações” eram. Essa solicitação de indígenas de outras povoações estaria atrasando uma jornada do dito Valério Correia Botelho, pois era “costume inveterado de sempre haver desculpa nos diretores que não” havia indígenas.⁷⁴³

As queixas feitas por Teotônio da Silva Gusmão, João de Sousa Azevedo e Valério Correia Botelho são exemplares da reconfiguração da política de acesso aos

⁷³⁹ Ofício de Teotônio da Silva Gusmão. Vila de Borba, 31 de outubro de 1759, **APEP**, Códice 54, doc. 30.

⁷⁴⁰ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. cit., p. 197.

⁷⁴¹ Carta do governador da capitania de São José do Rio Negro Gabriel de Sousa Filgueira ao governador da capitania do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Barcelos, 16 de abril de 1761. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 184, Cx. 005).

⁷⁴² Carta de João de Sousa Azevedo para o governador do estado do Grão-Pará. Ilha dos Mura e rio Madeira, 24 de maio de 1761. **APEP**, Códice 106, doc. 51.

⁷⁴³ Ofício de Valério Correia Botelho para o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive. Santarém, 30 de janeiro de 1765. **APEP**, Códice 73, doc. 40.

trabalhadores indígenas implementada pelo Diretório dos Índios. Nos relatos desses sujeitos, a figura do diretor das povoações aparece como responsável por não garantir trabalhadores indígenas aos que os demandavam. É provável que a justificativa de que não havia indígenas, ou de que fossem poucos, fossem as mais utilizadas pelos diretores para não cumprirem as portarias de concessão de indígenas aos moradores.

As modificações implementadas, a partir da segunda metade do século XVIII, na regulamentação do trabalho indígena teriam ensejado uma redução demográfica nas povoações. José Alves de Souza Júnior, por exemplo, argumenta que um dos efeitos da Lei de Liberdade dos Índios, de 1755, foi o esvaziamento das povoações, pois, apropriando-se e reelaborando o conteúdo da lei, os indígenas não se sentiam mais obrigados a permanecer nas povoações. Nesse sentido, o contágio das bexigas, a escassez de alimentos, os abusos cometidos pelos diretores, oficiais índios e principais, e, principalmente, a aversão indígena à disciplina de tempo e de trabalho que estavam sendo impostas constituíam razões para as fugas indígenas.⁷⁴⁴ Assim, é possível que os diretores, ao dificultarem ou negarem indígenas aos que demandavam, estivessem se justificando a partir de uma conjuntura de redução populacional nas povoações.

Por outro lado, é imprescindível lembrar que as justificativas que foram dadas pelos diretores poderiam, igualmente, estar relacionadas às transgressões que cometiam e ao aproveitamento do posto para alcançar seus interesses. Vinicius Zuniga argumenta que muitas transgressões dos diretores eram denunciadas e que nem sempre os denunciadores eram agentes da administração colonial. Assim, lembra que a população indígena aldeada também fazia denúncia acerca das más práticas dos diretores e que essas transgressões se baseavam em dois fatores: a violência cometida pelos diretores e a utilização de mão de obra dos indígenas nos serviços particulares dos diretores. Nesse sentido, as queixas dos expedicionários e do diretor de Santarém acerca da dificuldade de ter acesso aos trabalhadores indígenas poderiam estar relacionadas também às tentativas de utilização ilegal, pelos diretores, dos indígenas aldeados.

As justificativas utilizadas pelos diretores, de que não havia indígenas disponíveis para o trabalho das expedições ao Mato Grosso, podem ser pensadas

⁷⁴⁴ SOUZA JUNIOR. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 48, p. 173-211, 2013. Ainda que tenha ocorrido um esvaziamento das povoações após a implementação da Lei de Liberdade, a baixa densidade demográfica não teria se estendido durante a segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, segundo André Augusto Fonseca, apenas as regiões de Cabo do Norte, Solimões e Vila de Borba apresentaram declínio demográfico entre 1765 e 1785 (FONSECA, André Augusto. Os mapas da população no estado do Grão-Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 439-464, set./dez. 2017).

também a partir da falta de interesse dos indígenas em participar dessas expedições. Heather Roller argumentou que a participação dos povos indígenas nas expedições de coleta era, provavelmente, um recurso utilizado para evitar serviços mais onerosos ou um meio de resistir aos pleitos coloniais e deles engajarem-se a partir de seus próprios termos.⁷⁴⁵ Assim, talvez esses indígenas acreditassem que era mais interessante participar das expedições que iam colher as “drogas” no sertão, ou de outra atividade, do que ir em uma expedição à capitania do Mato Grosso.

A partir dessa perspectiva, é possível cogitar que a recusa em participar dessas expedições começava na arregimentação desses indígenas. Nesse sentido, ao terem ciência de que deveriam ir ao Mato Grosso, alguns fugiam das povoações. Esse é o caso do índio Vicente Ferreira. Giraldo Correa Lima, diretor da Vila de Boim, escreveu uma carta ao governador do estado do Grão-Pará, em 25 de agosto de 1765, informando que estava em Vila Franca o “índio Vicente Ferreira agregado ao procurador da Câmara da mesma vila”. Esse índio teria desertado de Boim “há dois anos depois de o ter nomeado para o serviço do Mato Grosso”.⁷⁴⁶

Observa-se nesse episódio que ele não saiu do mundo colonial: a arregimentação dele para uma tropa ao Mato Grosso o teria feito ir de uma vila para outra. Nessa perspectiva, Patrícia Melo, dialogando com Barbara Sommer, lembra que os indígenas realizavam fugas temporárias que eram motivadas por diversas razões e que não implicavam uma saída definitiva do mundo colonial. Tratava-se de fugas individuais, em grupos familiares ou étnicos cujos destinos eram diversificados e poderiam ser as adjacências das vilas, os mocambos, as aldeias localizadas nos “matos” e as propriedades de colonos estabelecidos.⁷⁴⁷ Nesse sentido, a fuga do indígena Vicente Ferreira não era uma evasão do mundo colonial: é provável que fosse apenas uma maneira de não ir à expedição ao Mato Grosso.

Semelhante perspectiva pode ser pensada para o relato feito por Constantino Leal. Esse diretor da Vila de Faro relatou, em setembro de 1763, que o cabo José Paulo da Silva ia até o governador do estado do Grão-Pará e levava uma devassa, relações, guias e recibos. O cabo, por sua vez, não teria “partido mais cedo”, pois os índios deveriam roçar primeiro “as suas roças”, e ele mandou “apanhar uma pouca de gente

⁷⁴⁵ ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, jan./jun. 2013.

⁷⁴⁶ Carta de Giraldo Correa Lima para o governador do estado do Grão-Pará. Vila de Boim, 25 de agosto de 1765. *APEP*, Códice 157, doc. 34, fl. 146.

⁷⁴⁷ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. cit., p. 211.

que estavam fugidos com suas famílias”, que teriam desertado dos “socorros” que tinha enviado para o Mato Grosso.⁷⁴⁸ Dessa maneira, pode-se pensar nesse episódio como mais uma fuga temporária utilizada para não ir ao Mato Grosso.

Um terceiro caso de recusa a participar da expedição ao Mato Grosso aconteceu na vila de Alenquer. O diretor Domingos Xavier Álvares reclamava para o governador do estado, Manoel Bernardo de Mello e Casto, acerca do comportamento do regente Felipe Coelho. Uma das queixas contra Felipe Coelho era a de que o principal de Alenquer, Marcos da Silva, havia mandado prender um índio “por lhe repugnar o ir na tropa para o Mato Grosso”, e o regente Felipe Coelho teria impedido a prisão explicando que o índio era seu primo.⁷⁴⁹

O regente Felipe Coelho tinha um histórico problemático na perspectiva do diretor de Alenquer. Segundo Domingos Xavier Álvares, o indígena Jerônimo havia sido recrutado para um trabalho e se refugiou “na roça do dito regente, como capa e covil de todos os rebeldes”.⁷⁵⁰ Há, nesse sentido, um nítido conflito envolvendo o diretor de Alenquer e o indígena Felipe Coelho. A colaboração de Felipe Coelho com atos irregulares de outros indígenas talvez fosse uma estratégia utilizada por ele para conquistar prestígio entre os indígenas de Alenquer. E é provável que o primo dele, que se recusou ir ao Mato Grosso, tenha se aproveitado disso e da relação familiar com ele para rejeitar ir à expedição a essa capitania.

As expedições que navegavam entre o Grão-Pará e o Mato Grosso experimentavam, assim, dificuldades para ter acesso aos trabalhadores indígenas. Essas dificuldades, por um lado, estavam relacionadas às transformações implementadas no controle, no acesso e na distribuição de mão de obra. Nesse sentido, os interesses dos diretores de povoações e, até mesmo das chefias indígenas, repercutiram na oferta de trabalhadores indígenas para o Mato Grosso. Por outro lado, é imprescindível lembrar que os indígenas residentes em vilas, igualmente, recusavam participar das expedições ao Mato Grosso e as fugas deles poderiam contribuir para que os diretores e principais tivessem dificuldades de disponibilizá-los àqueles que demandavam trabalhadores. Por fim, quando as fugas não aconteciam durante a arregimentação, elas poderiam acontecer durante as expedições.

⁷⁴⁸ Carta de Constantino Leal para o governador do estado do Grão-Pará. Faro, 6 de setembro de 1763. **APEP**, Códice 131, doc. 13.

⁷⁴⁹ Carta de Domingos Xavier Alvares para o governador Manoel Bernardo de Mello e Castro. Alenquer, 23 de agosto de 1763. **APEP**, Códice 129, doc. 107.

⁷⁵⁰ *Ibidem*.

Durante uma expedição à capitania do Mato Grosso ou ao estado do Grão-Pará, o número de indígenas variava. Isso ocorria não apenas em função das mortes que acometiam a muitos deles. A quantidade de indígenas era modificada em função das fugas que ocorriam ao longo do caminho fluvial. Essas escapadas aconteciam, muitas vezes, quando os indígenas chegavam em alguma povoação durante a expedição. Além disso, poderiam ocorrer de variadas maneiras. Em meados do ano 1764, por exemplo, o cabo da canoa de vila de Oeiras pediu a Clemente Pereira, diretor de Gurupá, que “mandasse prender três índios” que haviam fugido da tropa que conduzia João Pedro Câmara do estado do Grão-Pará para a capitania do Mato Grosso. Essa fuga teria acontecido com “cinco da dita povoação [de Oeiras]”, que iam “em uma canoa pequena que embarcaram os três índios”.⁷⁵¹

Outro relato de fuga foi feito no mês de agosto de 1768, por José Gonçalves Marques. Gonçalves Marques escreveu ao governador Fernando da Costa Ataíde Teive dizendo que o capitão Feliciano Dourado levaria até ele um índio preso, chamado Manoel, que estava em Vilarinho do Monte em função de uma fuga. Esse indígena teria escapado de uma canoa que o governador havia mandado ao Mato Grosso e chegara a Vilarinho do Monte. Ainda segundo José Gonçalves Marques, Manoel queria voltar para Belém com a intenção de permanecer na casa de “um branco a quem ele [costumava] servir”.⁷⁵² A carta escrita por José Gonçalves Marques não dá mais detalhes sobre o indígena Manoel. Juridicamente, era um índio livre e que deveria trabalhar durante seis meses para algum morador. É provável que Manoel tenha servido durante um período ao dito “branco” e, nesse trabalho, construiu uma relação com ele ou com alguém que morava nas terras desse “branco” que fez com que ele desejasse voltar para lá em vez de ir ao Mato Grosso.

Já uma carta de Carlos Daniel de Seixas, provavelmente escrita em meados da década de 1770, na Cachoeira do Salto, relata que seguia a expedição que ele conduzia até capitania do Mato Grosso e aproximava-se das cachoeiras quando fugiram dela 20 índios da vila de Pombal, os quais teriam levado diversos materiais, como armas de

⁷⁵¹ Ofício de Clemente Pereira para Fernando da Costa Freire. Gurupá, 31 de maio de 1764. **APEP**, Códice 70, doc. 90.

⁷⁵² Carta de José Gonçalves Marques para Fernando da Costa Ataíde Teive. Vilarinho do Monte, 18 de agosto de 1767. **APEP**, Códice 177, doc. 87.

fogo e linhas de pescar.⁷⁵³ Uma vez que esses indígenas eram do mesmo local de moradia, a vila de Pombal, no rio Xingu, a fuga pode ter sido facilmente planejada por eles. Esse plano, por sua vez, incluiu o assalto a alguns instrumentos que a expedição levava e que, certamente, ajudaria os fugitivos a se manterem no caminho escolhido por eles. Além disso, os índios de Sousel e Veiros (vilas localizadas também no rio Xingu), que participavam da mesma expedição, “vinham fugindo até Borba”.⁷⁵⁴ Ou seja, além da fuga de 20 indígenas no Madeira, a expedição experimentava contínuas baixas com as escapadas dos indígenas.

As fugas dos índios do Pará que participavam das expedições poderiam acontecer também no Mato Grosso. Uma vez que os índios do estado do Grão-Pará fossem para a capitania do Mato Grosso, poderiam fugir, escolhendo não retornar para o Grão-Pará. Em um ofício que Antonio Rolim de Moura enviou a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em março de 1759, explicava que João de Sousa de Azevedo estava no Mato Grosso e levaria um índio, que era do Pará, e que não retornou antes para essa capitania, em companhia de Teotônio da Silva Gusmão, “por andar fugido na ocasião em que ele daqui saiu”.⁷⁵⁵

Outro episódio semelhante é relatado pelo José Manoel Cardoso da Cunha, comandante da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. No mês de janeiro de 1777, esse comandante escreveu ao governador do Mato Grosso relatando que dos quatro “índios do Pará” que tinham vindo a Vila Bela, um tinha morrido e três “fugiram com mais cinco dos que trouxe José Nunes Valente”.⁷⁵⁶ Essa escapada dos índios do Pará ocorreu na expedição de retorno para esse estado quando pousaram no Forte de Bragança e fugiram. Como esse Forte estava localizado na margem do Guaporé, é provável que um dos destinos desses índios fugitivos tenham sido os domínios espanhóis.

⁷⁵³ Carta de Carlos Daniel de Seixas para o governador do estado do Grão-Pará. Cachoeira do Salto. **APEP**. Códice 312. Segundo a relação de índios empregados nessa expedição, seriam 18 de Sousel e cinco da vila de Veiros (R^{am} dos Índios da V^a de Souzel empregados na esquipação da canoa que conthem o transporte da remessa feita pela Adm^{am} da Comp^a Geral, para a Capitania do Mato Grosso. **APEP**. Códice 312). Na relação não consta a data, mas é provável que seja 1776-1777.

⁷⁵⁴ Segundo a relação de índios empregados nessa expedição, seriam 18 de Sousel e cinco da vila de Veiros (R^{am} dos Índios da V^a de Souzel empregados na esquipação da canoa que conthem o transporte da remessa feita pela Adm^{am} da Comp^a Geral, para a Capitania do Mato Grosso. **APEP**. Códice 312). Na relação não consta a data, mas é provável que seja 1776-1777.

⁷⁵⁵ Ofício do governador da capitania de Mato Grosso, António Rolim de Moura Tavares ao governador da capitania do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 27 de março de 1759. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 598.

⁷⁵⁶ Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador do Mato Grosso. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 1º de janeiro de 1777. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 129, Cx. 002).

Meses depois, o mesmo comandante escrevia ao governador do Mato Grosso explicando que os índios do Pará não poderiam permanecer naquela fortaleza, pois poderiam fugir. Assim, relatou o comandante José Manoel Cardoso da Cunha que, no dia 28 de agosto de 1777, o sargento Mateus Espinha havia chegado da Vila de Borba e que logo mandaria o mesmo “com todos os índios que trouxe daquela vila [de Borba] porque [se] os demorar aqui certamente fugirão”.⁷⁵⁷ O relato do comandante manifestando a preocupação com a fuga dos índios do Pará, certamente, é fundamentado a partir de experiências como a que ele relatou na carta anterior, em janeiro de 1777.

As missões espanholas eram um dos destinos de alguns sujeitos que saíram do Grão-Pará, foram até o Mato Grosso e dessa capitania escaparam. Segundo o governador Antonio Rolim de Moura, Antonio Ramos do Porto, homem de negócio, navegava do estado do Grão-Pará para capitania do Mato Grosso e precisou aportar na missão de Santa Rosa. Conversava Antonio Porto com o “padre Espim que nela se achava governando” quando “viu passar um preto pelo terreiro da mesma missão” e que seria “escravo do convento de Nossa Senhora das Mercês do Pará”.⁷⁵⁸ A missão de Santa Rosa referida nessa carta é a que era dirigida pelos jesuítas a serviço da Espanha, uma vez que Antonio Porto conversava com o padre Francisco Espim.

É possível que Antonio Ramos do Porto tenha cometido um engano na identificação do negro que caminhava pelo terreiro da missão. Contudo, considerando que Antonio Ramos teria, de fato, reconhecido o dito negro e ainda que não seja possível identificar quando e em que condições o negro fugido viajou do estado do Grão-Pará até a capitania do Mato Grosso e depois foi para uma missão espanhola, a trajetória que ele teria feito do Pará até uma missão espanhola não era inviável. Nesse sentido, poderia ser um escravo fugitivo da América portuguesa.⁷⁵⁹

As fugas no caminho fluvial do Madeira, Mamoré e Guaporé também poderiam acontecer da capitania do Mato Grosso para o estado do Grão-Pará. Um desses casos é o de uma “mulata” chamada “Maria do Jauru”, que estava na Fortaleza de Nossa Senhora

⁷⁵⁷ Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador do Mato Grosso. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 30 de agosto de 1777. APMT (BR APMT. FNSC. CA 148, Cx. 002).

⁷⁵⁸ Carta de S. Ex^a para o [...] João de Beingolea. Vila Bela, 18 de agosto de 1760. APMT, Livro de registro de bando, portarias, editais e cartas expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares (Livro C-5), doc. 153.

⁷⁵⁹ Sobre a fuga de escravos para a América espanhola, ver: LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso: fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2010; CHAVES, Otávio Ribeiro. **Escravidão, fronteira e liberdade: resistência escrava em Mato Grosso, 1752-1850**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

da Conceição e pretendia fugir para o Pará. Relatou o comandante dessa Fortaleza, Manoel Caetano da Silva, que Maria do Jauru estava se “aprontando para ir fugida para o Pará em seguimento” do pedestre José de Saraiva da Silva. Além disso, Maria do Jauru teria “convidado para esta diligência um índio” do Pará que estava naquela fortificação para que junto “com o [cafuz ou mulato que]” naquele local teria deixado “o mesmo pedestre lhe servirem de remeiros”.⁷⁶⁰

O plano de Maria do Jauru não foi bem-sucedido. É uma tentativa de fuga que exemplifica uma integração entre índios e mulatos. E, embora Maria do Jauru tivesse a possibilidade de fugir para as terras dos domínios castelhanos, uma vez que estava no Forte de Bragança, pretendia ir para o estado do Grão-Pará seguindo um pedestre. Trata-se, de qualquer modo, de um dos poucos relatos de fuga do Mato Grosso para esse estado.

Outro episódio dessa fuga da capitania do Mato Grosso em direção ao estado do Grão-Pará ocorreu em um período no qual houve a intensificação dos conflitos entre os reinos ibéricos no Guaporé. Trata-se do caso de deserção do cirurgião Joaquim de Matos, em 1763. O governador da capitania do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrade, narrou esse episódio a Manoel Bernardo de Mello e Castro. Botelho de Andrade soube pelo capitão Domingos Franco, diretor da Vila de Borba, que nessa vila teria chegado o dito cirurgião “que disse o índio Gervasio fugira do destacamento [de Santa Rosa] em que se achava” o governador Antonio Rolim de Moura quando os espanhóis ocuparam o Guaporé e impediram o retorno desse governador para Vila Bela.⁷⁶¹ O índio Agostinho, que seria criado do cirurgião Joaquim de Matos, explicou que esse homem teria fugido do destacamento durante a noite para que não fosse visto pelo “inimigo e nem dos que estavam no destacamento de Santa Rosa”.⁷⁶²

A razão que teria motivado Maria do Jauru a planejar a fuga para o estado do Grão-Pará é distinta da que motivou a deserção do cirurgião Joaquim de Matos. Ainda assim, elas exemplificam como negros, índios, homens brancos e outros sujeitos, que estavam no Mato Grosso, utilizaram os rios Guaporé, Mamoré e Madeira para descer para o estado do Grão-Pará. Assim, para alcançar seus interesses pessoais, diversos sujeitos poderiam usar esse caminho fluvial para ir ao Mato Grosso ou ao Grão-Pará.

⁷⁶⁰ Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 27 de abril de 1775. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 071, Cx. 002).

⁷⁶¹ Carta do Valério Correa Botelho de Andrade para Manoel Bernardo de Mello e Castro. Barcelos, 30 de maio de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 19, fl. 49.

⁷⁶² Carta de Inácio de Castro Morais Sarmento para o governador Manoel Bernardo de Mello e Castro. Borba, 10 de junho de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 34.

Tratando-se do período que abarca este trabalho, foram identificados, basicamente, apenas esses episódios de fugas da capitania do Mato Grosso para o estado do Grão-Pará. Como foi mostrado, interessava a Maria do Jauru ir ao Pará seguir um pedestre. Quanto ao cirurgião Joaquim de Matos não atravessou para os domínios espanhóis, e preferiu descer para o estado do Grão-Pará, pois era um período no qual os conflitos entre os reinos ibéricos eram intensos no Guaporé. Assim, fugir da aldeia de Santa Rosa para os domínios castelhanos poderia ser mais arriscado do que descer os rios em direção ao Pará. Ou seja, naquele momento, as terras da América espanhola não seriam necessariamente o melhor destino para ele.

É provável, dessa maneira, que as fugas e deserções partindo da capitania do Mato Grosso ocorressem, preferencialmente, para as terras castelhanas e não para o estado do Grão-Pará. Assim, a proximidade que havia entre os povoamentos portugueses, no Mato Grosso, e as missões espanholas, como a de Chiquitos e de Mojos facilitava a fuga e a deserção entre esses dois territórios.⁷⁶³ Para aqueles que estavam no Mato Grosso, o caminho para o Pará, talvez, fosse apenas uma opção de fuga e não o principal destino. E, se alguns indígenas fugiram das expedições e nas expedições que navegavam entre o estado Grão-Pará e o Mato Grosso, outros queriam e optavam por trabalhar nesse caminho.

4.4 UM CAMINHO DE OPORTUNIDADES

Ainda que possivelmente escassos, há indícios de indígenas que desenvolveram, com frequência, diversos tipos de atividades “no caminho do Mato Grosso” e de que, em algumas situações, teria sido uma escolha deles. Um dos índios que, provavelmente, atuou constantemente no caminho fluvial que comunicava o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso foi o prático Agostinho José Neres. Como vimos, uma vez que a comunicação entre esses dois territórios da América portuguesa era realizada por meio de uma rota fluvial, a presença de um prático nas expedições era essencial. Já mencionamos que os práticos eram aqueles que conheciam os caminhos fluviais e sabiam identificar em que condições poderia ser realizada uma navegação segura dos rios. Elias Ferreira argumenta que, no estado do Brasil, o prático era distinto do piloto, pois ele serviria apenas para guiar nas expedições e, hierarquicamente, estava acima do

⁷⁶³ ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. **Cristãos e infiéis nos espaços de fronteira, Chiquitania/Bolívia e Pantanal/Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770-1800)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. p. 54.

piloto. Enquanto no estado do Grão-Pará, a função de prático confundia-se com a do piloto, conhecido também como jacumaúba.⁷⁶⁴

A ideia de que um índio desempenhasse, simultaneamente, a função de piloto e prático em uma expedição, como sugere Elias Ferreira, não pode ser pensada para o prático Agostinho José Neres. Segundo o comandante Manoel Caetano da Silva, esse “índio prático do Pará” deslocava-se do Mato Grosso para o estado do Grão-Pará, provavelmente, no final de outubro ou início de novembro de 1775. Manoel Caetano da Silva relatou isso ao governador da capitania do Mato Grosso afirmando que tinha marchado para Borba o cabo de esquadra Bernardo Gomes e dois soldados que o acompanhavam; eles levavam “quatro botes da fazenda e uma pequena igarité” que seriam entregues ao comandante de Borba e neles indo “o índio pratico Agostinho José Neres e cento e quatorze índios”.⁷⁶⁵

Essa expedição do Mato Grosso ao estado do Grão-Pará foi apenas uma das várias que feitas pelo prático Agostinho José Neres. No ano anterior, Neres fez o mesmo trajeto. De fato, em 1774, esse prático é citado na lista de pessoas que foram do Forte de Bragança, no Mato Grosso, para o estado do Grão-Pará. Assim, segundo a relação, a expedição era composta por índios remeiros, como Nazario Ferreira e Custódio Pereira, os pilotos Jacinto de Carvalho, Marcos da Costa e Félix da Silva Campelo, bem como o índio Agostinho José Neres e “um escravo do dito prático”.⁷⁶⁶

Embora Agostinho José Neres tenha sido identificado em apenas duas expedições que desceram da capitania do Mato Grosso, é possível que, na condição de prático, ele tenha participado de outras que navegaram entre essa capitania e o estado do Grão-Pará. A referida relação de pessoas que, naquela ocasião, desciam do Mato Grosso em direção ao estado do Grão-Pará classifica os índios que são pilotos, práticos e remeiros. Assim, nem sempre o índio prático de uma expedição desempenhava a função de piloto, pelo menos para o caminho entre o estado do Grão-Pará e capitania do Mato Grosso.

Outra reflexão sobre o prático Agostinho José Neres refere-se ao fato de que ele teria um escravo, como menciona a relação. Ainda que a lista não esclareça se esse escravo era um africano ou indígena, escravizado, é provável que fosse um africano. Por um lado, embora a partir de 1755 a escravidão indígena estivesse proibida, é possível que muitos

⁷⁶⁴ FERREIRA, Elias Abner Coelho. Op. cit.

⁷⁶⁵ Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 9 de novembro de 1775. APMT (BR APMT. FNSC. CA 092, Cx. 002).

⁷⁶⁶ Relação das pessoas que que marcham dessa fortaleza embarcada para o estado do Pará, feita pelo comandante Manoel Caetano da Silva. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 22 de fevereiro de 1774. APMT (BR APMT. FNSC. RO 063, Cx. 001).

índios tenham trabalhado como escravos para os moradores. Apesar disso, é provável que o escravo que acompanhava o prático Agostinho José Neres fosse um africano, pois é pouco plausível que o governo local incluísse em uma relação um caso explícito de escravização indígena ilegal. A propriedade de um escravo por um prático indígena aponta, igualmente, para hierarquia e distinção social existente na América portuguesa.⁷⁶⁷

Além da provável frequência com que o prático Agostinho José Neres viajava entre o Grão-Pará e Mato Grosso, havia um índio que queria trabalhar no “caminho do Mato Grosso”. Ele se chamava Manoel e era natural de Santarém. Manoel assistiu ao astrônomo João Ângelo Brunelli nas expedições de demarcações do estado do Grão-Pará.⁷⁶⁸ Provavelmente, Manoel acompanhou esse astrônomo a partir da Santarém. No final da década de 1750, Manoel já havia ido ao Mato Grosso e retornado dessa capitania com Teotônio da Silva Gusmão. Além disso, assistiu esse juiz na cidade de Belém. No final da década de 1750, encontrava-se na povoação de Salto, com Silva Gusmão, e iria “na canoa del rey para o Mato Grosso, e tornar em companhia do Sr. D. Antonio”.⁷⁶⁹ Parece, assim, que o índio Manoel conhecia, por experiência, a navegação no oeste do estado do Grão-Pará e Maranhão.

Manoel era casado com uma índia, chamada Anastácia e que era “filha de um mameluco chamado Inácio”, que viviam em Santarém. Após participar das expedições, quando Manoel retornava para Santarém, o dito Inácio fugia com Anastácia e a levava para o mato. Averiguando isso, Teotônio da Silva Gusmão soube que o mameluco Inácio estaria “amancebado com ela [Anastácia] e que agora estava pejada dele”. Como, segundo o vigário de Santarém, “era preciso tirar aquela mulher dali” para que fosse entregue “ao seu marido”, Teotônio da Silva Gusmão solicitava ao governador do estado do Grão-Pará que João de Moura Colaço conduzisse a índia Anastácia até a povoação de Salto, no rio Madeira. A condução da Anastácia para essa povoação justificava-se pelo fato de que o índio Manoel, marido dela, teria dito a Teotônio da

⁷⁶⁷ Como apontou Stuart Schwartz, ainda que as pessoas de cor livres sofressem ultrajes e coerções, a condição delas não era pior que a dos cativos (SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 214).

⁷⁶⁸ João Ângelo Brunelli participou da expedição que tinha como objetivo delinear a fronteira leste-oeste, explorar o rio Amazonas e realizar trabalhos nos rios Tapajós e Xingu. Esse astrônomo participou de expedição demarcatória que iniciou a viagem saindo da cidade de Belém, no dia 2 de outubro de 1754, e no dia 25 de dezembro chegou a Mariuá, no rio Negro (KETTLE, Wesley Oliveira. **Ciclopes e profetas no vale amazônico**: visões de natureza no tempo das demarcações (1750-1799). 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015).

⁷⁶⁹ Carta de Teotônio da Silva Gusmão para o governador do estado do Grão-Pará. Povoação de Salto, 9 de dezembro de 1759. **APEP**, Códice, 54, doc. 31, fl. 128.

Silva Gusmão que não retornaria para Santarém e como era “acostumado ao caminho do Mato Grosso”, nele queria “ganhar a vida e ser povoador neste Salto”.⁷⁷⁰

Ainda que o caminho fluvial entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso fosse difícil, havia índios que escolheram desenvolver atividades nesse trajeto. O índio Manoel pode ser exemplar dessa perspectiva. Assim, o caminho fluvial entre o Grão-Pará e o Mato Grosso não representou, apenas, uma via útil para atender aos variados interesses coloniais da Coroa portuguesa e seus colonos. Os indígenas procuraram aproveitar também essa rota fluvial, uma vez que nela escolhiam trabalhar e alcançar seus ganhos.

É provável que esses indígenas, que visualizaram oportunidades nesse caminho fluvial, não tenham sido apenas índios remeiros. Assim, talvez fossem os índios que, em uma hierarquia dos trabalhadores indígenas, estivessem situados em posições de prestígio, como o prático Agostinho José Neres, que tinha até um escravo que o acompanhava. Quanto ao índio Manoel, não é classificado como prático, piloto ou remeiro. Como ele pretendia exercer suas atividades no “caminho do Mato Grosso”, possivelmente era um prático indígena. Ou as boas práticas que mantinha com Teotônio da Silva Gusmão o fez escolher residir na povoação de Salto e trabalhar no “caminho do Mato Grosso”.

É possível, igualmente, pensar como a capitania do Mato Grosso pode ter sido visualizada como um espaço promissor para alguns indígenas. Em junho de 1760, o diretor da vila de Pombal, Manoel Moura, escreveu ao governador do estado do Grão-Pará relatando que o índio Duarte Teixeira havia ido na canoa do negócio da vila de Sousel e “tinha fugido da mesma canoa, trazendo mais dois consigo”. Tal fuga teria acontecido depois de ter “quase persuadido parte da esquipação” para fazer uma “sublevação e deserção para o Mato Grosso” com João de Moura. Para convencer os índios a fugirem, Duarte Teixeira teria falado “aos mais se não cansassem a trabalhar, pois eram enganados com umas varas de pano em casa do tesoureiro”.⁷⁷¹ As palavras que o índio Duarte Teixeira teria dito aos que estavam na canoa do negócio revela que ele estaria insatisfeito com as varas de pano que recebia como pagamento pelo trabalho que realizava. Ou seja, mais uma vez, é lembrado, agora pelo próprio indígena Duarte Teixeira, como uma remuneração satisfatória era importante para os indígenas.⁷⁷²

⁷⁷⁰ *Ibidem*.

⁷⁷¹ Ofício de Manoel de Moura. Pombal, 30 de junho de 1761. **APEP**, Códice 106, doc. 88, fl. 218.

⁷⁷² Analisando a devassa do cabo Caetano José Marreiros, datada de 1765, Heather Roller aponta como os indígenas poderiam provocar motins nas expedições quando questionavam os demais participantes delas acerca das baixas remunerações que lhes eram dadas (ROLLER, Heather Flynn. Op. cit., 2013, p. 234).

Além disso, na fuga, Duarte Teixeira acompanharia João de Moura ao Mato Grosso. É provável que fosse o João de Moura Colaço, um homem de negócio que frequentava o caminho fluvial.⁷⁷³ No mês de janeiro de 1754, por exemplo, João de Moura Colaço teria chegado ao porto de Vila Bela “com suas cargas de negócio do Pará, para onde tinha ido em abril de 1751”.⁷⁷⁴ Em junho de 1754, João de Moura Colaço, acompanhado do vigário Fernando Machado de Sousa e Abreu e outros sujeitos, teria retornado para o estado do Grão-Pará, com ouro,⁷⁷⁵ para “buscar negócio” para Vila Bela.⁷⁷⁶ Assim, os sujeitos que faziam o deslocamento, frequentemente ou não, entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará, poderiam arriscar ter acesso à mão de obra indígena convencendo os índios a fugirem das povoações e seguirem viagem com eles. Nesse sentido, uma vez que João de Moura Colaço transportava ouro, é provável que ele tenha utilizado isso para persuadir Duarte Teixeira a seguir com ele, argumentando que em Mato Grosso esse indígena teria melhores rendimentos.

O índio Duarte Teixeira conseguiu ir somente até Borba, pois foi remetido preso para o governador do estado do Grão-Pará.⁷⁷⁷ Provavelmente, ainda que tenha sido persuadido por João de Moura a ir para o Mato Grosso, Duarte Teixeira percebeu na fuga para essa capitania uma possibilidade de conseguir um tipo de remuneração que considerava mais interessante que as varas de pano comumente utilizadas no estado do Grão-Pará. Semelhante aos indígenas que participavam do comércio do sertão como mecanismo para alcançar suas agendas sociais e recursos materiais, como lembrou Heather Roller, o Mato Grosso ou o “caminho para o Mato Grosso” poderia representar outro meio utilizado pelos índios para alcançarem suas demandas, como mostrou o indígena Duarte Teixeira, insatisfeito com as varas de pano.

⁷⁷³ Segundo Nathália Maria Dorado Rodrigues, João de Moura Colaço também exerceu o posto de oficial da governança local de Vila Bela e consta na lista dos devedores da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão de 1778 (RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. **A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os homens de negócio de Vila Bela (1752-1778)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008).

⁷⁷⁴ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 54.

⁷⁷⁵ Em julho de 1775, o provedor da Fazenda Real mandou entregar ao alferes Luís Antonio de Faria o “ouro em pó” que estava com o “tesoureiro da expedição o qual se apreendeu a João de Moura e mais pessoas que proximamente desceram das minas de Mato Grosso”. Ao d^o Prov.^o. Arraial do Rio Negro, 29 de julho de 1755. **APEP**, Códice 079, doc. 45.

⁷⁷⁶ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 58.

⁷⁷⁷ Carta do Cosme Damião da Silva para o governador do estado do Grão-Pará. Sousel, 28 de julho de 1761. **APEP**, Códice 106, doc. 84, fl. 206.

4.5 “PELO PREÇO DA TERRA”: O PAGAMENTO DOS ÍNDIOS

Um dos objetivos da política indigenista implementada pela Coroa portuguesa no estado do Grão-Pará e Maranhão e na capitania do Mato Grosso era a regulamentação do uso dos povos indígenas que habitavam as vilas coloniais como trabalhadores em diversas atividades. Nesse sentido, vários alvarás, decretos, leis e provisões foram emitidos com o objetivo de orientar, dentre outros temas, o pagamento dos índios livres.

Na América portuguesa, a remuneração dos indígenas poderia ser feita por meio de produtos, como varas de algodão, ou em dinheiro. A escolha por um ou outro meio de pagamento dependia de vários fatores. Maria Regina Celestino de Almeida aponta que, na capitania do Rio de Janeiro e em Cabo Frio, os moradores escolhiam realizar o pagamento dos trabalhadores indígenas com patacas em vez de panos de algodão, pois esse produto não era fabricado naquela região e os preços dos fretes eram elevados.⁷⁷⁸ Tratando-se de Minas Gerais, Maria Leonia Resende argumenta que não era comum o pagamento feito aos índios, uma vez que prevalecia sua escravização.⁷⁷⁹ Por outro lado, Fernando Gaudereto Lamas explica que na área Central da Zona da Mata, em Minas Gerais colonial, tecidos e cachaça eram usados como meios de pagamento dos índios.⁷⁸⁰ Não havia, assim, uma padronização sobre o recurso utilizado para pagar os salários dos indígenas livres, uma vez que o meio usado era escolhido a partir de diversos fatores.

Até meados do século XVIII, não circulava moeda metálica no estado do Maranhão e Grão-Pará. Nesse sentido, cacau, cravo, algodão, salsa e farinha eram usados como moeda natural nesse estado e, conseqüentemente, como recurso para fazer o pagamento dos indígenas.⁷⁸¹ O padre jesuíta João Daniel, por exemplo, relatava que nas viagens que faziam aos sertões, o pagamento que costumavam fazer aos índios eram de “12 varas de pano grosso de algodão”, varas de Bretanha para camisa, calções de baeta, um barrete, “um prato de sal, com seis agulhas em cima” ou “alguma outra droga”. Aos indígenas que eram pilotos, conhecidos como jacumaúbas, “costumavam

⁷⁷⁸ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. cit., p. 211.

⁷⁷⁹ RESENDE, Maria Leonia Chaves de. **Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. p. 189.

⁷⁸⁰ LAMAS, Gaudereto Fernando. **Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767-1820)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 146.

⁷⁸¹ LIMA, Alam José da Silva. **Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”**: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

dar mais três varas de pano grosso, e um corte de ruão para a saia de sua mulher”.⁷⁸² Essa distinção de pagamentos estava relacionada ao prestígio que os pilotos tinham, uma vez que os conhecimentos deles eram essenciais para a navegação nos rios.⁷⁸³

O processo de monetarização do estado do Grão-Pará e Maranhão, a partir de 1750, não ensejou o pagamento imediato da mão de obra indígena em dinheiro vivo. A remuneração dos indígenas livres poderia ainda ser feita através de produtos, como varas de pano. A Lei de Liberdade Indígena, de 6 de junho de 1755, orientava que o pagamento dos indígenas poderia ser realizado mediante produtos e dinheiro e não apenas definia que os índios deveriam receber jornais pelo trabalho realizado, como estabelecia que os jornais indígenas fossem pagos em consonância com as necessidades básicas e as especificidades das profissões. O Diretório dos Índios, por sua vez, reforçava que o pagamento feito aos indígenas deveria ser feito em fazendas.⁷⁸⁴ Contudo, não determinava o valor do pagamento que seria dado aos índios.

Nas expedições que navegavam entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, um dos que financiavam o pagamento dos indígenas era a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Nesse sentido, a Companhia fazia empréstimos ao estado do Grão-Pará e à capitania do Mato Grosso para que pagassem os salários dos índios que participavam dessas expedições do serviço real ou de particulares.

Assim, em uma carta que o governador do estado do Grão-Pará, Fernando da Costa Ataíde Teive, enviou ao governador do Mato Grosso, João Pedro da Câmara, explicava que mandaria tomar na Companhia Geral a quantia, que determinava a relação enviada por ele, para pagamento dos índios que remavam as canoas do serviço real quando “se restituiu a essa capitania a escolta que acompanhou” Antonio Rolim de Moura.⁷⁸⁵ No mês de novembro de 1766, João Pedro Câmara respondeu essa carta informando a Fernando Ataíde Teive que remeteria o “ouro [pertencente] a esta expedição”, que já estava “pronto na provedoria da Fazenda real”.⁷⁸⁶

Exemplar igualmente dos empréstimos que a Companhia Geral fazia para o pagamento dos índios é uma carta que os administradores dessa companhia, Gonçalo Pereira Viana e Antonio Coutinho de Almeida, escreveram a Luiz de Albuquerque de

⁷⁸² DANIEL, João. Op. cit., p. 80.

⁷⁸³ FERREIRA, Elias Abner Coelho. Op. cit., p. 115.

⁷⁸⁴ ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. cit., p. 34.

⁷⁸⁵ Carta do governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive ao governador do Mato Grosso João Pedro da Câmara. Pará, 8 de março de 1766. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 243, Cx. 006).

⁷⁸⁶ Carta de João Pedro da Câmara ao Fernando da Costa Ataíde Teive. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 28 de novembro de 1766. **APEP**, Códice 127, doc. 29.

Melo Pereira e Cáceres, governador da capitania do Mato Grosso. Nessa carta, de 18 de julho de 1774, os administradores relataram que o governador do estado do Grão-Pará teria entregado a eles “uma relação dos salários que venceram uns índios que levou o comboieiro Diogo José Samorinha, para serem pagos” pela Companhia de Comércio como se declarava na própria relação.⁷⁸⁷

Contudo, segundo Gonçalo Pereira Viana e Antonio Coutinho de Almeida, o expedicionário não teria levado “desta Companhia Geral coisa alguma, que pertencesse à provedoria dessa capital”. Informavam, ainda, que a relação havia sido assinada pelo escrivão da Fazenda Real.⁷⁸⁸ Além disso, ainda no dia 18 de julho de 1774, os administradores da Companhia remeteram a Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres uma relação com os nomes dos sujeitos que deviam à Companhia Geral e estavam em Vila Bela. O expedicionário Diogo José Samorinha era um dos devedores.⁷⁸⁹ É, provável, assim, que alguém estivesse tentando usar o mecanismo de empréstimo de recursos da Companhia, para pagamento dos índios, para obter algum proveito.

Logo após a institucionalização dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé como via de comunicação entre os dois territórios da América portuguesa, os governantes coloniais ponderavam acerca do pagamento dos indígenas que participavam dessa navegação a partir de algumas experiências de viagem. Nessas reflexões, os governadores refletiam não apenas sobre a remuneração que seria entregue aos indígenas que trabalhavam nas viagens, como analisavam a experiência de remuneração indígena praticada no estado do Grão-Pará e Maranhão.

Pouco depois da implementação do Diretório dos Índios, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado teria sido comunicado pelo Tenente Diogo Antonio de Castro, da Vila de Borba, a Nova, sobre o “dano que padecem os índios que vão com os passageiros” para a capitania do Mato Grosso. Segundo Mendonça Furtado, os passageiros combinavam “umas poucas de oitavas de ouro” com os índios para que os

⁷⁸⁷ Carta dos administradores da Companhia Geral de Comércio do Pará e Maranhão, Gonçalo Pereira Viana e Antonio Coutinho de Almeida, ao governador da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Pará, 18 de junho de 1774. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 500, Cx. 011).

⁷⁸⁸ *Ibidem*.

⁷⁸⁹ Carta dos administradores da Companhia Geral de Comércio do Pará e Maranhão Gonçalo Pereira Viana e Antônio Coutinho de Almeida ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Pará, 25 de março de 1774. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 499, Cx. 011).

conduzissem até o Mato Grosso. Contudo, uma vez em Mato Grosso, os passageiros “lhes satisfazem o seu trabalho em pano de algodão grosso”.⁷⁹⁰

Nesse sentido, explicava Mendonça Furtado ao governador Antonio Rolim de Moura, que deveria mandar que todas as pessoas que no Mato Grosso chegassem com índios que lhes pagassem com o ouro, “na forma que se ajustaram”. Além disso, os salários deveriam ser colocados em uma “borracha com guias ao superintendente do Pará” e “uma relação das pessoas a quem toca o dito ouro”. Uma cópia dessa relação deveria ser encaminhada também ao comandante da guarda da Vila de Borba, a Nova, ou aos diretores das povoações “a que pertence[m] os índios”.⁷⁹¹

O sucessor do Mendonça Furtado, igualmente, tratou do assunto com o governador da capitania do Mato Grosso. Em uma carta que o governador Manoel Bernardo de Mello e Castro escreveu a Antonio Rolim de Moura, argumentava que, considerando as dificuldades em realizar a viagem entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará e Maranhão, “devem ser atendíveis” a “diferença dos pagamentos” entre os índios que faziam essa viagem e aqueles que executavam outros serviços, pois nessas viagens os “índios têm o grandíssimo trabalho”. Além disso, Manoel Bernardo de Mello e Castro defendia que “como esta gente pode [facilitar] muito com os seus remos o negócio deste Estado com essas minas”, é justo “que sejam bem satisfeitos” com os pagamentos “para que o interesse, e a conveniência os incite a continuarem esta carreira”.

Assim, para o governador Mello e Castro o pagamento dos índios que participavam das expedições entre o estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania do Mato Grosso era essencial para a viabilidade delas e, conseqüentemente, consolidação da via fluvial entre esses dois territórios. Tais pagamentos deveriam satisfazer aos índios e, assim, incentivá-los a trabalhar no caminho fluvial. Por outro lado, o pagamento justo considerado pelo Manoel de Mello de Castro não era necessariamente um valor adequado ao trabalho que desempenhavam nesse caminho.

Manoel de Mello de Castro prosseguiu argumentando sobre o assunto ao governador do Mato Grosso. Assim, Mello de Castro lembrou do pagamento que o prático João de Sousa Azevedo teria feito aos índios que o acompanharam ao Mato Grosso. É provável que Sousa de Azevedo tenha chegado em Vila Bela uns dias antes

⁷⁹⁰ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador Antonio Rolim de Moura. Barcelos, 30 de maio de 1758. APMT (BR MTAPMT. SG. CA 121, Cx. 003).

⁷⁹¹ *Ibidem*.

ou depois de Rolim de Moura receber a carta de Mendonça Furtado citada acima, na qual tratava do desacerto no pagamento dos índios.

Seja como for, o governador Mello de Castro ficou ciente do pagamento que havia sido feito aos indígenas que teriam ido com João de Sousa Azevedo e reiterou a Rolim de Moura que o pagamento que ele havia mandado fazer a eles era “cheio de justiça, e de Cristandade”, pois “as duas varas e meia de pano ou um cruzado por mês a que os comerciantes querem recorrer por costume” do estado do Grão-Pará “não se deve praticar no caso presente”.⁷⁹²

Não interessa aqui pontuar a desonestidade, já relatada, empregada pelos expedicionários quando negociavam os valores dos salários com os indígenas. Convém ressaltar o recurso manejado para convencer os indígenas a irem ao Mato Grosso, que seria o de satisfazê-los através de pagamentos compensatórios utilizando ouro. Heather Roller analisou como os pagamentos e outros estímulos materiais eram importantes para motivar os indígenas a participarem das expedições de coleta das “drogas do sertão” e que uma possível insatisfação poderia suscitar motins pelos índios descontentes.⁷⁹³ Barbara Sommer, igualmente, pontuou como os trabalhadores indígenas demandavam o pagamento dos seus salários.⁷⁹⁴

Dessa maneira, ainda que não seja possível afirmar que os indígenas que participaram das expedições entre o estado do Grão-Pará e o Mato Grosso tenham sido devidamente remunerados e que não possam ser negligenciadas as coerções para que participassem dessas expedições, as correspondências escritas pelos governantes assinalam não apenas como os incentivos salariais aos indígenas eram importantes para viabilizar essa navegação, como aponta para um recurso que atenderia aos interesses indígenas.

Por outro lado, embora Francisco Xavier de Mendonça Furtado tenha relatado a Antonio Rolim de Moura como os índios eram ludibriados e não recebiam o pagamento em ouro, como era acertado com eles antes da expedição, há indícios de que ouro foi enviado da capitania do Mato Grosso para o estado do Grão-Pará com a finalidade de efetuar o pagamento dos índios que teriam participado das expedições. Exemplar disso é uma missiva que Antonio Rolim de Moura escreveu ao governador do estado do Grão-Pará. Nessa carta, de 31 de janeiro de 1762, o governador do Mato Grosso dizia a

⁷⁹² Carta do governador do Pará Manoel Bernardo de Mello de Castro ao governador do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Pará, 8 de maio de 1759. APMT (BR MTAPMT. SG. CA 144, Cx. 004).

⁷⁹³ ROLLER, Heather Flynn. Op. cit., 2013.

⁷⁹⁴ SOMMER, Barbara. **Negotiated settlements: native Amazonian and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798.** 2000. Tese (Ph.D.), University of New Mexico, Novo México, 2000. p. 134.

Manoel Bernardo de Mello e Castro que estava satisfeito em saber “que o ouro pertencente aos ditos índios tinha chegado a essa cidade”.⁷⁹⁵ Em outra carta a Fernando da Costa Ataíde Teive, governador do estado do Grão-Pará, Antonio Rolim de Moura explicava que estava “tão distante da [Vila]” e por isso não poderia naquela “ocasião ir o ouro pertencente aos ditos índios” e que remeteria assim que fosse possível.⁷⁹⁶

Uma carta trocada entre Fernando da Costa Ataíde Teive e João Pedro Câmara também aponta para a utilização de ouro no pagamento dos índios. Em maio de 1766, Ataíde Teive informava a João Pedro Câmara, governador do Mato Grosso, que o índio Xavier da Cunha havia sido “inteirado de sete oitavas, e três quartos de ouro” como ele havia mandado entregar.⁷⁹⁷ Provavelmente, Xavier foi um dos índios do estado do Grão-Pará que acompanharam o governador Câmara na viagem que fez para a capitania do Mato Grosso, quando rendeu Rolim de Moura do posto de governador dessa capitania.

As três missivas que foram trocadas entre os governadores tratam do envio de quantidades de ouro que seriam utilizadas para o pagamento dos indígenas pelos trabalhos realizados nas expedições. É provável que os indígenas não tenham experimentado o acesso direto a esse metal, uma vez que os diretores recebiam e administravam a remuneração dos indígenas. Além disso, talvez o uso do ouro como meio de remuneração dos trabalhadores indígenas fosse utilizado apenas para práticos e pilotos indígenas ou para aqueles que, possivelmente, construíram vínculos com os expedicionários. Isso pode explicar o envio de ouro de João Pedro da Câmara para o índio Xavier da Cunha.

4.6 UM “OBSTÁCULO” NO CAMINHO: OS MURA NO MADEIRA

O projeto de consolidação lusitana no oeste do estado do Grão-Pará, na capitania do Rio Negro, ocorreu permeado pelos embates com os povos indígenas, como no restante da América portuguesa. Nesse sentido, durante grande parte do século XVIII, os indígenas Mura apareceram nas correspondências oficiais como os indígenas que

⁷⁹⁵ Reg^o de hua carta escripta ao Gen^l do Pará M^{el} Bern^{do} de Mello de Castro. Vila Bela, 31 de janeiro de 1762. Antonio Rolim de Moura. **APMT**, Livro de registro de bando, portarias, editais e cartas expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares (Livro C-5), doc. 276.

⁷⁹⁶ Carta do Conde de Azambuja para Fernando da Costa de Ataíde Teive. Conceição, [...] de [...] de [1763]. **APEP**, Códice 17, s/n.

⁷⁹⁷ Carta do governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive ao governador do Mato Grosso João Pedro da Câmara. Pará, 11 de maio de 1766. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 248, Cx. 006).

eram acusados de cometer ataques às diversas expedições que navegavam pelo rio Madeira e aos moradores de distintas áreas da capitania do Rio Negro.

Exemplar dos ataques que os Mura realizavam contra as expedições é o relatado pelo ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio. Em visita realizada pela capitania do Rio Negro, entre os anos 1774 e 1775, o ouvidor Ribeiro de Sampaio explicava que os Mura, no rio Madeira, acometiam “sempre a seu salvo, fazendo emboscadas, principalmente nas pontas da terra”, onde havia correntezas. Assim, enquanto os viajantes empenhavam-se para atravessar essas correntezas, os Mura lançavam “multidão de flechas”.⁷⁹⁸ Os Mura tornaram-se um dos alvos da política expansionista beligerante desenvolvida pela Coroa portuguesa no estado do Maranhão e Grão-Pará. Tal política estendeu-se por quase toda segunda metade do século XVIII, e um de seus objetivos, na segunda metade do século XVIII, era o de assegurar a navegação entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. Assim, as tropas de guerra que foram planejadas contra os Mura não tinham, necessariamente, o mesmo sentido daquela que pretendiam fazer na década de 1730, conforme foi analisado no Capítulo 1.

No final da primeira metade do século XVIII, é possível que a tropa capitaneada por Manuel Felix de Lima soubesse das investidas que esses indígenas realizavam contra aqueles que navegavam e residiam no rio Madeira. Assim, logo após atravessar a última cachoeira, descendo o Madeira em direção ao estado do Maranhão, a tropa comandada por Manuel Felix de Lima viu, na margem oriental do Madeira, um “terreno que fora roteado para cultura” e os “vestígios de uma colônia fundada pela gente do Pará” que subia o Madeira, “até esta altura”, procurando canela, salsaparrilha, cacau e tartarugas. Encontrava-se “tão deserto o lugar”, pois “havia os Mura exterminado os colonos”.⁷⁹⁹

Ainda que no rio Madeira fosse realizada a coleta de produtos naturais importantes, principalmente para a economia do estado do Maranhão e Grão-Pará, o veto para a realização da guerra justa, em 1738,⁸⁰⁰ e os danos que continuamente teriam causado no Madeira, conforme o relato de Manuel Felix de Lima, podem ser exemplares de que as hostilidades que eram atribuídas aos Mura não teriam ensejado uma mobilização contra eles antes da década de 1750.

⁷⁹⁸ SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Diário da viagem, que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Jozé do Rio Negro, fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno 1774, e 1775.** Lisboa: Academia das Ciências, 1825. p. 12.

⁷⁹⁹ SOUTHEY, Robert. Op. cit., p. 433.

⁸⁰⁰ Analisada no Capítulo 1.

Nesse sentido, a viabilização de um caminho fluvial entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, como uma medida que foi resultado do redimensionamento da política internacional da Coroa portuguesa, em função da assinatura do Tratado de Madri, e as das diretrizes econômicas e sociais implementadas durante o reinado de D. José I mobilizaram os governadores daqueles dois territórios.

Tão logo foi aprovada a navegação do Grão-Pará para o Mato Grosso, os governadores da capitania do Mato Grosso e do estado do Grão-Pará e Maranhão dialogaram sobre estratégias para “conter o gentio Mura inimigo daquela [estrada]”.⁸⁰¹ Como lembrou Patrícia Melo, a “liberdade” concedida a partir de 1755 não era reconhecida a todos os povos indígenas indistintamente. Nesse sentido, na segunda metade do século XVIII ainda persistiam duas políticas indigenistas: uma aplicada aos índios aldeados e aliados e outras aos indígenas “bárbaros”. A permanência dessa política manifesta-se, dessa maneira, no emprego da força contra os Mura, no Madeira.⁸⁰²

Assim, uma das medidas que teriam sido utilizadas foi a realização do “curso” no rio Madeira. Ainda que fosse uma medida provisional, Manoel Bernardo de Mello e Castro argumentava que o curso poderia não apenas “desinfestar as margens daquele rio”, o Madeira, mas também auxiliar “e acompanhar os comboios pequenos que se acharem sem forças” evitando “a demora que muitas vezes fazem em Borba” esperando outras expedições que navegariam para o Mato Grosso “para fazerem maior corpo”.⁸⁰³

Nesse sentido, Mello e Castro acreditava que era indispensável que Antonio Rolim de Moura colocasse na povoação de Salto dez ou doze pedestres acompanhados de quatro dragões e que mandasse armas, “duas Igarités de dois, ou três remos por banda, e cada um com quatro pedestres, e um dragão” para que fizessem curso até a Vila de Borba, a Nova. Além disso, da capitania do Pará, o governador mandaria “guarnecer outras duas semelhantes embarcações” com soldados e armas para que fizessem “o mesmo curso e encontrarem se com as outras até chegarem à povoação do Salto”.⁸⁰⁴

⁸⁰¹ Carta de Teotônio da Silva Gusmão para o governador do estado do Grão-Pará. Pará, 5 de julho de 1759. **APEP**, Códice 54, doc. 17, fl. 54.

⁸⁰² SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. cit., p. 142. Francismar Alex Carvalho também lembra que o discurso de “pacificação” pelos oficiais portugueses e espanhóis não excluía a realização de guerras contra os grupos considerados hostis (CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Op. cit., p. 128-184). Na década de 1780, Alexandre Rodrigues Ferreira defendia a guerra e a escravização para os Mura, Munduruku e Karajá. Para Rodrigues Ferreira, esses índios seriam “caso de exceção de liberdade” (AMOROSO, Marta. Op. cit., 1992, p. 305).

⁸⁰³ Carta do governador do Pará Manoel Bernardo de Mello de Castro ao governador do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Pará, 13 de maio de 1759. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 146, Cx. 004).

⁸⁰⁴ *Ibidem*.

A palavra “corso” significava, por um lado, “o ato e perseguir o inimigo por mar”.⁸⁰⁵ Essa “prática de guerra esteve muito estendido na história europeia” e era reconhecida pelos códigos e tratados. A diferença entre pirataria e corso era a licença ou a patente, que era concedida por um rei, príncipe ou estado soberano.⁸⁰⁶ Em Portugal, essa prática de guerra era usada, pelo menos, desde o século XII, contra os mouros.⁸⁰⁷

Marta Rosa Amoroso lembrou que os Mura eram classificados como “gentio do corso”. Segundo Marta Amoroso, essa expressão remete a uma imagem náutica que era utilizada durante o período colonial para definir os povos que permaneciam afastados dos empreendimentos coloniais, promovendo saques e roubos nas aldeias de índios domésticos e embarcações coloniais.⁸⁰⁸ Além disso, o termo “corso” era utilizado para classificar alguns indígenas na América portuguesa, a exemplo das expressões “índios do corso”, “tapuias de corso” e “gentio do corso”. Uma possibilidade de interpretação para essas expressões é a ideia de que estariam classificando aqueles indígenas que não se fixavam em nenhum espaço.

É possível, igualmente, analisar classificação dos Mura como “gentio do corso” associado à ideia de que eles não se fixavam no espaço. O movimento seria uma parte constitutiva do viver Mura. Isso, por sua vez, promoveria a contínua expansão territorial dos Mura. Assim, eles constituiriam uma formação territorial caracterizada pela mobilidade, sem uma, necessária, relação com áreas estáticas e definidas. Essa perspectiva pode ajudar a analisar a ideia de um imenso território Mura e que não teria sido compreendida pelos portugueses. Daí a percepção, presente nas fontes coloniais, de que os Mura eram indígenas “sem domicílio certo”.⁸⁰⁹

Essa mobilidade Mura estava associada às dinâmicas dos Mura ou era uma resposta às ações dos brancos. Dessa maneira, é possível que os ataques que os Mura realizavam contra os portugueses estivessem relacionados a uma tentativa de reproduzir essa forma de viver, uma vez que o território foi invadido pelo branco. Assim, os ataques promovidos pelos Mura configurariam um mecanismo de defesa para espantar

⁸⁰⁵ SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v. v. 1: XXII; v. 2: 541 p.

⁸⁰⁶ SECRETO, Maria Verónica. Territorialidades fluidas: corsários franceses e tráfico negreiro no Rio de Prata (1796-1799). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 422, jul./dez. 2016.

⁸⁰⁷ PELÚCIA, Alexandra. **Corsários e piratas portugueses: aventureiros nos mares da Ásia**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010. p. 35.

⁸⁰⁸ AMOROSO, Marta. Op. cit., 1992, p. 298.

⁸⁰⁹ MELO, Vanice Siqueira de Melo; ARAÚJO, Alik Nascimento de; BARRIGA, Letícia Pereira. Os Mura em movimento: mobilidade e resistência nas águas do Madeira. **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 13, n. 1, jan./abr. 2021.

os invasores e recriar tal forma de viver em um espaço reconhecido pelos Mura como pertencentes a eles, ainda que não estivessem fixados na área.⁸¹⁰

Ao que tudo indica, a tentativa de realizar o corso no Madeira não se efetivou. Em uma carta que Teotônio da Silva Gusmão encaminhou ao governador do estado do Grão-Pará, em 1760, relatou que no dia 13 de abril desse ano teria chegado à povoação de Salto um alferes acompanhado de alguns soldados em “duas igarités de corso” que iam “fazendo ao gentio Mura”. Ainda que Manoel Bernardo de Mello e Castro estivesse cumprindo o ajustamento para o corso, Teotônio da Silva Gusmão explicava que não poderia implementar o corso na região, pois Antonio Rolim de Moura não lhe havia respondido “sobre este particular”.⁸¹¹

Embora a tentativa de organizar corso contra os Mura não tenha sido realizada com êxito, os governos coloniais continuaram organizando campanhas militares contra eles. Assim, no dia 23 de agosto de 1765, teria partido, de Barcelos, uma tropa organizada para combater os Mura.⁸¹²

Prologaram-se, portanto, durante anos as queixas sobre os ataques que os Mura faziam no rio Madeira. Nesse sentido, João de Sousa Azevedo relatou ao governador do estado do Grão-Pará que ia para o Mato Grosso, com uma tropa, e seguia pelo rio Madeira quando os Mura os atacaram várias vezes, disparando “grande número de flechas” nos expedicionários. Os ataques feitos pelos Mura teriam matado “dois índios e flecharam vários e um soldado”.⁸¹³

Uma carta, de agosto de 1768, que provavelmente teria sido escrita pelo diretor de Vila Franca explica que os “índios do negócio tomaram aos Mura dois rapazes”, e um deles ficou na casa do dito diretor.⁸¹⁴ Não foi possível acompanhar o que aconteceu com o índio Mura que teria ficado na casa desse diretor. Entretanto, a partir do relato desse diretor, podemos pensar na possibilidade de que outros Mura também tenham sido capturados pelas expedições, de guerra ou não, que percorreram a capitania do Rio Negro e estariam nas casas dos moradores.

Provavelmente, é de 1765 uma relação de índios Mura que teriam sido aprisionados em uma batalha com as tropas coloniais e repartidos pelos moradores e

⁸¹⁰ *Ibidem*.

⁸¹¹ Carta de Teotônio da Silva Gusmão para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão. Povoação de Salto, 13 de abril de 1760. **APEP**, Códice 54, doc. 47, fl. 200.

⁸¹² Carta de Joaquim Tinoco Valente para Fernando da Costa Teive. Barcelos, 28 de setembro de 1765. **APEP**, Códice 155, doc. 98.

⁸¹³ João de Sousa Azevedo para Fernando da Costa Ataíde Teive. Cachoeiras, 21 de agosto de 1766. **APEP**, Códice 127, doc. 23.

⁸¹⁴ Do diretor de Vila Franca. [S.l.], 7 de agosto de 1768. **APEP**, Códice 190, doc. 35.

oficiais da capitania do Rio Negro. Nesse sentido, estariam na casa do ouvidor geral, na vila de Barcelos, “o rapaz José e a rapariga Maria” e “com o principal Manoel de Oliveira” encontrava-se uma indígena chamada Maria. Na vila de Tomar, com o principal Felipe estariam “a rapariga Anna e o rapaz José”, e “uma índia e um rapaz” estariam com o “índio Mateus Pacheco”. No lugar de Carvoeiro, estava “com o morador Caetano Peixoto o rapaz Pedro”.⁸¹⁵

A lista de índios Mura distribuídos pelos moradores da capitania do Rio Negro sugere que, apesar da conhecida belicosidade Mura na segunda metade do século XVIII, eles eram aproveitados como trabalhadores. Assim, parece que ação dos Mura na segunda metade do século XVIII não se resumia aos atos violentos contra os moradores da capitania do Rio Negro e as expedições, uma vez que possivelmente eram capturados por tropas e utilizados como trabalhadores.

O uso do Mura como trabalhadores pode ser exemplificado também a partir da presença de um deles em uma tropa que foi ao Mato Grosso. Nesse sentido, na relação dos índios que teriam ido ao Mato Grosso com o comerciante Antonio Gonçalves dos Santos consta que da Vila de Serpa teria ido o piloto Roque e o “rapaz Mura Antonio” que o acompanhava. Ainda que a escravização indígena fosse proibida, é possível pensar que esses índios estivessem na condição de escravos.

Não há mais evidências de que outros Mura tenham ido ao Mato Grosso nas expedições durante o período pesquisado. As relações dos indígenas que fizeram a viagem entre o estado do Grão-Pará e o Mato Grosso são escassas. Porém, a possível presença do Mura Antonio acompanhando outro indígena, o piloto Roque, sugere que poderia haver a presença dos Mura nessas expedições e, assim, eles não seriam apenas aqueles que atacavam os expedicionários. É possível, por outro lado, pensar na perspectiva de que os índios Mura que aparecem na relação feita em 1765 e o indígena que foi ao Mato Grosso tenham experimentado o processo de “murificação”, que seria a ação voluntária de indígenas, aldeados ou não, viverem com os Mura; ou um prisioneiro de guerra Mura obtido a partir de guerras intertribais.⁸¹⁶

Quaisquer que sejam as hipóteses acima, índios murificados ou não, elas ajudam a repensar o discurso presente nos documentos coloniais acerca da belicosidade dos

⁸¹⁵ “Relação dos Índios, Indias, Rapazes, e Raparigas do gentio Mura, q. se achão repartidos por vários oficiais e moradores [desta] capitania”. Anexado em “Carta de Joaquim Tinoco Valente para Fernando da Costa Ataíde Teive”. Barcelos, 8 de dezembro de 1765. *APEP*, Códice 155, doc. 120.

⁸¹⁶ Marta Amoroso, por exemplo, relata uma deserção de um grupo de indígenas que acompanhavam Alexandre Rodrigues Ferreira. Ela teria sido liderada por um índio chamado Diogo, que era murificado e era intérprete (AMOROSO, Marta. Op. cit., 1990, p. 136-147).

Mura. Ainda que não tenha como objetivo desconsiderar as investidas que os Mura realizavam contra as frentes expansionistas, a história desse grupo indígena não precisa ser analisada somente a partir das ações beligerantes, uma vez que eles podem ter escolhido outros caminhos na sociedade do estado do Grão-Pará e Maranhão.

4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da política portuguesa no oeste da capitania do Mato Grosso e no estado do Grão-Pará e Maranhão estava articulada às demandas indígenas. Como foi analisado neste capítulo, a construção e manutenção de povoações no trajeto do caminho fluvial dependia, em grande medida, das alianças com os indígenas, que transitavam de um lado para o outro do Guaporé. As povoações que foram construídas com os povos indígenas situados em regiões fronteiriças não atendiam apenas ao interesse de defesa da fronteira: contemplavam, igualmente, as demandas, quaisquer que elas fossem, desses povos em se assentar em uma ou outra margem do rio.

Além disso, não eram apenas a mão de obra empregada nas expedições. Alguns indígenas podem ter visualizado que a participação nessas expedições poderia atender a suas demandas. Nesse sentido, as transformações implementadas pela política de ocupação da Coroa portuguesa associada às novas diretrizes e o emprego dos indígenas residentes em vilas coloniais como trabalhadores atenderam também a demandas desses grupos. Por fim, os embates com os índios considerados hostis, como os Mura, são importantes para analisar a construção desse caminho fluvial, uma vez que são mobilizados esforços para lidar com esses “obstáculos”. Ou seja, o caminho entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará pode ser analisado, igualmente, a partir dos múltiplos relacionamentos que a Coroa portuguesa mantinha com os povos indígenas e dos interesses desses povos.

5 O CAMINHO E AS EXPEDIÇÕES: O TRÂNSITO DE SUJEITOS E A CIRCULAÇÃO DE GÊNEROS

Pelos caminhos fluviais e terrestres, as expedições percorriam o interior da América portuguesa, interligando diversos espaços ocupados pela colonização portuguesa. Algumas expedições seguiam caminhos internos, como as que andavam pela rota entre Vila Bela e Vila Boa de Goiás, enquanto outras ajudavam a conectar os portos litorâneos, ou próximos ao litoral, às povoações construídas no interior da América portuguesa, como a que interligava o porto de Belém à capitania do Mato Grosso.

Por meio dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, essas expedições promoviam a circulação de fazendas, ouro (legalizados ou não),⁸¹⁷ espécies da fauna e flora e de pessoas de diversas qualidades (africanos escravizados, indígenas, religiosos, viajantes, membros da administração portuguesa, soldados, agentes mercantis⁸¹⁸ e outros sujeitos). Além disso, comportavam diversas finalidades, já que, simultaneamente, transportavam apoio bélico e conduziam gêneros para o abastecimento das povoações. Por vezes, essas expedições poderiam representar espaços de observação, pela percepção dos “cientistas”, por exemplo, sobre o mundo natural.

Ainda que fosse um caminho fluvial lusitano, é imprescindível lembrar que as expedições que navegavam nesse caminho estabeleciam contatos com os vassallos da monarquia espanhola. Segundo as cartas que o governador Antonio Rolim de Moura enviou ao Tomé Joaquim da Costa Corte Real, os religiosos da Companhia, que trabalhavam nas missões espanholas, atraíam “alguns sertanistas portugueses” e presenteavam “os viandantes que vão do Pará para o Mato Grosso ao fim de lhes darem

⁸¹⁷ A extração de diamantes foi proibida durante a maior parte do século XVIII. Sobre o assunto, ver: CEGATI, Evandro Gabriel. **Proibição e extração de diamantes na capitania de Mato Grosso**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

⁸¹⁸ A expressão “agentes mercantis” é utilizada aqui para designar aqueles que realizavam a comercialização de fazendas. Ou seja, aqui estou me referindo aos sujeitos que são classificados como “comerciantes”, “mercadores”, “homens de negócio”. Trata-se de expressões, presentes na documentação, utilizadas para classificar aqueles que comercializavam mercadorias, em grandes ou pequenas quantidades. Entretanto, a historiografia aponta como são classificações confusas e podem ser problemáticas para caracterizar as relações mercantis que os sujeitos desenvolviam (FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 230-234; BORREGO, Maria Aparecida Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 62-74.

a troca de mantimentos a pólvora e chumbo”, pois não conseguiam no Peru “senão a grande preço e muito inferiores”.⁸¹⁹

Este capítulo pretende analisar essas expedições. Assim, objetiva-se examinar como elas percorriam o caminho fluvial, o que poderiam transportar e como o conhecimento produzido nas jornadas e sobre os caminhos era importante para quem percorria. A partir das expedições militares, objetiva-se analisar como elas poderiam ser atingidas pelas mobilizações espanholas no Guaporé. Além disso, uma vez que essas caravanas fluviais transportavam ouro da capitania do Mato Grosso para que fosse remetido para Lisboa, pelo Grão-Pará, pretende-se analisar indícios de contrabando no caminho fluvial e como as remessas de ouro transportadas pelas expedições podem contribuir para compreender possíveis vinculações comerciais entre os moradores do estado do Grão-Pará e da capitania do Mato Grosso. Por fim, o capítulo pondera sobre as dificuldades experimentadas pelo comércio desenvolvido entre a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a capitania do Mato Grosso.

5.1 AS EXPEDIÇÕES: MÚLTIPLOS SUJEITOS E OBJETIVOS

Em meados do século XVIII, as primeiras expedições que saíram de Belém e foram para a capitania do Mato Grosso navegaram até o porto dos Pescadores ou da Pescaria. Após a criação de Vila Bela, passaram a desembarcar no “porto geral dessa vila”.⁸²⁰ Alguns sujeitos, além do prático João de Sousa de Azevedo, percorreram o caminho entre esses dois lugares em mais de uma ocasião. Esse pode ter sido o caso de Hilário Antônio de Almeida Pessoa e José Alves de Sousa.

É frequente na documentação o uso do termo “comboieiro”.⁸²¹ Essa palavra é usada como referência aos que faziam a viagem fluvial entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará. Nathália Dorado Rodrigues procura caracterizar os sujeitos que se dedicavam ao comércio na capitania do Mato Grosso. Comboieiro, comerciante, negociante ou homem de negócio eram nomenclaturas usadas para classificar os comerciantes dessa capitania que mantinham negócios com a Companhia do Grão-Pará. Segundo essa classificação, “comboieiro” poderia ser um representante

⁸¹⁹ Carta do Tomé Joaquim Costa Corte Real para o Antonio Rolim de Moura. Lisboa, 22 de agosto de 1758. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 580.

⁸²⁰ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 48 e 54.

⁸²¹ Apesar do uso frequente na documentação, será utilizada a expressão “agentes mercantis” para se referir a eles também. Será usada apenas nas citações das fontes.

de homem de negócio ou designar aqueles que, navegando em comboios de canoas, usavam a “via fluvial como principal meio de transporte para comprar as mercadorias” nas praças mercantis.⁸²² Júnia Ferreira Furtado pontua que o termo “comboieiro” é caracterizado pelo transporte de mercadorias e, principalmente, de africanos escravizados do litoral para região mineradora.⁸²³ O dicionário de Raphael Bluteau, da primeira metade do século XVIII, não faz referência ao termo “comboieiro”. Entretanto, relaciona as palavras “Comboy” e “Comboyar”.⁸²⁴ Já o dicionário produzido por Antonio de Moraes Silva, no final do século XVIII, apresenta definições de “Comboi” e “Comboiar”. O termo “Comboi” seria o “socorro de mantimentos, tropas, dinheiro, e petrechos em cáfila para o exército, ou de navios de provisão ou de comercio em tempo de guerra”. Além disso, aponta uma definição para o termo “Comboieiro”, que seria “de terra, o que dirige o comboi das tropas, ou recovagens das minas do Brasil para os portos do mar”.⁸²⁵ Ou seja, “comboieiro” seria um vocábulo associado com aqueles que realizam o transporte entre a região mineradora e os portos litorâneos. Nesse sentido, não seria um termo usado para se referir a outros sujeitos que percorreram a rota, como os agentes da administração portuguesa, embora se refira ao lugar das minas, como o que tratamos aqui. Além disso, é possível identificar que aqueles que eram categorizados como “comboieiros” também poderiam ser definidos como “homens de negócio”. As fontes, por sua vez, não permitem diferenciar ambos os sujeitos.

Um documento fundamental para analisar a composição e o funcionamento dessas expedições é o regimento de uma expedição que foi ao Mato Grosso. Durante a pesquisa, localizamos apenas um. Esse regimento foi produzido na Vila de Borba, em 10 de julho de 1766, pelo capitão João Batista Mardel, na ocasião em que um destacamento militar ia socorrer a capitania do Mato Grosso. É composto por 16 capítulos que orientam acerca de diversos procedimentos que deveriam ser realizados, ou não, durante a expedição. Além disso, guiava acerca da maneira pela qual as embarcações deveriam se organizar para navegar e esclarecia quais eram os “sinais” da expedição, que era um mecanismo de comunicar às demais embarcações sobre alguma ameaça ou determinado procedimento que deveria ser feito. Nesse sentido, por exemplo, o quarto sinal era a “bandeira larga com dois tiros” era “para todos fazerem força de

⁸²² RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. Op. cit., p. 149-150.

⁸²³ FURTADO, Júnia Ferreira. Op. cit., 2006, p. 266.

⁸²⁴ BLUTEAU, Rafael. Op. cit., p. 389.

⁸²⁵ SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. Op. cit., p. 417.

remo”. Já o sétimo sinal preconizava que “três tiros sucessivos” fossem utilizados por qualquer embarcação que fosse “cometida do gentio Mura ou algum outro inimigo”.⁸²⁶

Embora não seja possível comparar esse regimento com outros possíveis regimentos dessas expedições, é possível imaginar que algumas orientações contidas nele fossem utilizadas em outras expedições. Os ataques dos indígenas considerados hostis pelos expedicionários, por exemplo, poderiam acontecer em qualquer expedição. Talvez, duas das principais singularidades dessa expedição de 1766 sejam, em primeiro lugar, o fato de que um dos principais objetivos era o de apoiar, militarmente, a capitania do Mato Grosso contra os castelhanos, o que demandava maior contingente militar e bélico; em segundo lugar, o fato de que foi realizada durante um período no qual os castelhanos estavam mobilizados militarmente no Guaporé, o que demandaria mais cuidado durante a navegação.⁸²⁷

Esse apoio militar deslocado para aquela capitania, necessariamente, não justificava unicamente a expedição. Ou seja, não era apenas uma expedição composta por militares. Havia a necessidade de abastecer a capitania do Mato Grosso “de víveres e gêneros” e, por isso, o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive ordenou que os expedicionários acompanhassem a tropa militar “debaixo da proteção da mesma”.⁸²⁸ Assim, formou-se um comboio com embarcações que transportavam equipamentos bélicos e soldados e outras que conduziam fazendas que os expedicionários comercializavam no Mato Grosso.

É provável que as expedições fossem caracterizadas pela diversidade de tamanhos. Assim, por exemplo, no dia 22 de dezembro teria chegado a Vila Bela “uma igarité do Pará com dois soldados e índios” que transportava cartas ao governador da capitania do Mato Grosso.⁸²⁹ No mês seguinte, no dia 6 de janeiro de 1772, chegou ao porto de Vila Bela uma “monção copiosa”, que tinha saído do Pará e era formada por “24 embarcações, entre botes, igarités e canoas ordinárias”.⁸³⁰

⁸²⁶ Regimento que devesse observar a tropa que passa a capitania de Mato Grosso logo que se principiar a viagem que se espera na misericórdia de [nossa senhora] e da virgem maria, será a salvamento. Borba, 10 de julho de 1766. **APEP**, Códice 171, doc. 25.

⁸²⁷ Nauk Maria de Jesus analisa como a experiência militar estava presente na viagem que Antonio Rolim de Moura fez até a capitania do Mato Grosso (JESUS, Nauk Maria de. Op. cit., 2016, p. 46-48).

⁸²⁸ Regimento que devesse observar a tropa que passa a capitania de Mato Grosso logo que se principiar a viagem que se espera na misericórdia de [nossa senhora] e da virgem maria, será a salvamento. Borba, 10 de julho de 1766. **APEP**, Códice 171, doc. 25.

⁸²⁹ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 182.

⁸³⁰ *Ibidem*, p. 183.

A “copiosidade” dessas expedições pode ser explicada pelo fato de que as expedições oficiais, inclusive com membros da administração portuguesa, navegavam em comboio com os comerciantes. Exemplar dessa perspectiva foi a jornada da qual participou o governador Luís Pinto de Sousa Coutinho, quando desembarcou no estado do Grão-Pará e seguiu para o Mato Grosso, em 1768. O comboio era composto por botes, ubás e montarias. Eram 12 botes, 12 ubás do rei e quatro de particulares. Quanto às montarias, eram 15 do rei e três de particulares.⁸³¹ Esse comboio chegou a Vila Bela no dia 1º de janeiro de 1769. Ainda no dia 18 de janeiro de 1769, João Pedro Câmara, o antecessor do Luís Pinto de Sousa Coutinho no governo do Mato Grosso, partiu dessa capitania e, em companhia dele, foi “também o sargento-mor João de Sousa de Azevedo para a cidade do Pará buscar negócio” para Vila Bela.⁸³²

Por vezes, os comerciantes transportavam igualmente encomendas reais. Nesse sentido, o governador do estado do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive, enviou para o Mato Grosso, por meio dos “comboieiros João Ramos e João José de Noronha”, 40 barris de pólvora com 80 arrobas que havia tomado da Companhia Geral.⁸³³ Joaquim Tinoco Valente escreveu ao governador Fernando da Costa Ataíde Teive relatando que os “os comboieiros do Mato Grosso” registraram, em Borba, 13.931 oitavas de ouro, das quais 1.461,5 pertenciam à Provedoria do Pará, e “o resto a particulares”.⁸³⁴ Em setembro de 1760, Antonio Rolim de Moura comunicava ao governador Manoel Bernardo Mello e Castro que o sargento-mor João de Sousa de Azevedo levava para o Pará o ouro para entregar-lhe.⁸³⁵

Talvez isso possa ser explicado, em parte, pelo fato de que alguns comerciantes desempenharam funções na administração colonial ou eram militares. No mês de agosto de 1773, o comandante do forte de Bragança, Manoel Caetano da Silva, escreveu ao

⁸³¹ Os botes correspondiam às seguintes pessoas: Luís Pinto de Sousa Coutinho, ouvidor, sargento-mor João de Sousa, comandante Simão Coelho, tenente Sampaio, dois voluntários, alferes Borrvalho, padres, José Alves, diretor dos índios Pamas, sobrinho do sargento-mor e “viageiro” José Caetano (Relação das canoas q. acompanhavam aos Ilmº e Exmº Snr Luiz Pinto de Souza Coutinho g.ºr e Capp.ºm de Mato Grosso, q. partiu deste porto a 15 de agosto. Borba, 26 do d.º de 1768. **APEP**, Códice, 190, fl. 273).

⁸³² **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 127.

⁸³³ Carta do governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive ao governador do Mato Grosso João Pedro da Câmara. Pará, 12 de setembro de 1764. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CR 0215, Cx. 005).

⁸³⁴ Carta do governador da capitania do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa Ataíde Teive. Barcelos, 4 de setembro de 1764. **APEP**, Códice 133, doc. 94.

⁸³⁵ Carta do governador da capitania do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, ao governador do estado do Grão-Pará e Maranhão Manoel Bernardo Mello e Castro. Vila Bela, 2 de setembro de 1760. **APEP**, Códice 17, doc. 31. Romulo Valle Salvino analisa como o ouro da região mineradora era transportado pelo correio-mor no início do século XVIII (SALVINO, Romulo Valle. **Guerras de papel: comunicação escrita, política e comércio na monarquia ultramarina portuguesa**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020a).

governador João Pereira Caldas, comunicando que “guias e barras de ouro”, que foram registradas naquela fortaleza, iam para Belém “em companhia dos comerciantes”. Lembrava também que o comerciante Antonio Gonçalves dos Santos, que era soldado da Companhia de Ordenanças e oficial da câmara de Vila Bela, levava “um saquinho com cartas” que o governador Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres remetia para ele.⁸³⁶ As correspondências dos governadores também poderiam ser transportadas por comerciantes, como pode ser observado. E esse não foi o único caso.

O administrador da Companhia, Antonio Coutinho de Almeida, escreveu ao governador do Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, comunicando que, através do “comerciante José Vieira de Mello”, recebera a carta dele.⁸³⁷ Outra carta, escrita no estado do Grão-Pará, e da qual não foi possível identificar o remetente, foi encaminhada para Rolim de Moura e dizia que seriam enviadas pelos “comboieiros” as cópias das ordens regias relativas às demarcações territoriais.⁸³⁸

Ao que tudo indica, a criação de um serviço de correio só começou a ser implementada na capitania do Mato Grosso no final do século XVIII.⁸³⁹ As grandes distâncias e a precariedade dos meios de entrega das cartas demandavam que elas fossem enviadas, de Lisboa, em duas cópias, simultaneamente. Uma era encaminhada ao Rio de Janeiro, e outra, ao Pará. Uma vez nessas cidades, deveriam seguir para o Mato Grosso. Esperava-se, dessa maneira, que ao menos uma missiva chegasse a seu

⁸³⁶ Carta de Manoel Caetano da Silva para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 22 de agosto de 1773. **APEP**, Códice 261, doc. 33.

⁸³⁷ Carta do administrador da Companhia Geral de Comércio do Pará e Maranhão Antonio Coutinho de Almeida ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Pará, 1º de março de 1775. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 0512, Cx. 012).

⁸³⁸ Carta de [...] ao governador e capitão-general do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Pará, 1759. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 0135, Cx. 004).

⁸³⁹ Ofício de Francisco de Sousa Coutinho a Caetano Pinto de Miranda Montenegro comunicando que enviara cópia de documentos relativos ao estabelecimento do correio entre as províncias do Pará e Mato Grosso para a Junta de Fazenda que aprovara as decisões. Pará, 1º de julho de 1799. **IPDAC**, Fundo ACBM, pasta 78, n. 1.612; Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, informando sobre as medidas tomadas para a criação de um serviço de correio na capitania. Vila Bela, 8 de março de 1799. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 36, D. 1844; Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, informando sobre as cartas recebidas das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e de Goiás e das medidas já tomadas para estabelecer o correio na capitania. Vila Bela, 8 de março de 1799. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 36, D. 1847; Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, informando ter recebido as ordens régias sobre o estabelecimento do correio; sobre a navegação através dos rios Madeira e Mamoré; e envia uma listagem dos gêneros recebidos da cidade do Pará e as despesas com essa condução. Vila Bela, 23 de junho de 1799. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 37, D. 1862.

destino.⁸⁴⁰ No dia 1º de novembro de 1766, por exemplo, chegou a Vila Bela uma canoa no Pará na qual ia “um prego da corte, outro do Rio de Janeiro e outro de Goiás”. Prego era uma carta oficial fechada e selada com ordens secretas.⁸⁴¹

Rômulo Valle Salvino lembra que, nas regiões que eram menos povoadas por europeus, caracterizadas por estruturas de governação embrionárias e uma organização econômica peculiar, condicionadas pelas amplas distâncias, as demandas de circulação de papéis eram distintas com relação à periodicidade e à velocidade. Nesse sentido, para garantir a comunicação, era preciso utilizar circuitos concebidos para outras finalidades, a exemplo das frotas mercantis no espaço ultramarino e do deslocamento das tropas ou viajantes pelo interior das conquistas. Assim, nos períodos mais recuados do processo de ocupação da América, os sistemas não oficiais de comunicação teriam predominado, coexistindo mais tarde com estruturas formalizadas.⁸⁴² Essa perspectiva pode ser pensada para as primeiras décadas após a abertura oficial da comunicação entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso.

Como já foi pontuado, membros da administração portuguesa também percorreram o caminho fluvial pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, embora a capitania do Mato Grosso fosse conectada a diversas outras áreas da América portuguesa por outras rotas. Nesse sentido, quando Luís Pinto de Sousa Coutinho percorreu os rios Madeira, Mamoré e Guaporé para chegar a Vila Bela, fazia parte da comitiva que acompanhava o governador o ouvidor-geral e provedor da Fazenda Real, Miguel Pereira Pinto Teixeira, que também seguia para a capitania do Mato Grosso.⁸⁴³

Os três primeiros governadores da capitania do Mato Grosso, respectivamente, Antonio Rolim de Moura, João Pedro da Câmara e Luís Pinto de Sousa Coutinho, utilizaram, pelo menos uma vez, o caminho que conectava essa capitania ao estado do Grão-Pará. Embora Rolim de Moura tenha sido o primeiro governador da capitania, o governante que inaugurou esse caminho para chegar ao Mato Grosso foi João Pedro da Câmara, sucessor de Rolim de Moura. Entretanto, o conde de Azambuja deixou o

⁸⁴⁰ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania do Mato Grosso**. São Paulo: Versal, 2014. p. 129.

⁸⁴¹ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 83 e 119.

⁸⁴² SALVINO, Romulo Valle. Um correio pelo caminho de terra: as comunicações no estado do Maranhão e Grão-Pará nos princípios do século XVIII. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 103-125, set./dez. 2020b. Sobre os correios da América portuguesa, ver: GUAPINDAIA, Mayra. Regulações centrais, práticas regionais: a provisão dos oficiais de correio na América portuguesa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 85, p. 57-78, set./dez. 2020.

⁸⁴³ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 127.

governo do Mato Grosso e seguiu para a Bahia pelo caminho que conectava essa capitania ao estado do Grão-Pará.

Tenente-coronel, João Pedro da Câmara era sobrinho de Antonio Rolim de Moura. Foi nomeado para o posto de governador do Mato Grosso por carta-patente de 16 de julho de 1763.⁸⁴⁴ João Pedro da Câmara veio para o estado do Grão-Pará ainda em 1763 e permaneceu no Pará “oito meses esperando monção e que se aprontassem canoas para artilharia”. Saiu, então, de Belém no dia 7 de maio de 1764.⁸⁴⁵ Apenas no dia 25 de dezembro de 1764, João Pedro Câmara chegou a Vila Bela e tomou posse no dia 1º de janeiro de 1765.⁸⁴⁶ Permaneceu nessa capitania até o início de 1769, quando foi substituído por Luís Pinto de Sousa Coutinho e deixou a capitania do Mato Grosso pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

Luís Pinto de Sousa Coutinho foi o segundo governante da capitania do Mato Grosso que chegou a essa capitania através do caminho com o estado do Grão-Pará. No final de 1767, Luís Pinto de Sousa Coutinho embarcou no reino em direção ao estado do Grão-Pará e, a partir dele, seguiu para o Mato Grosso.⁸⁴⁷ Em abril do ano seguinte, desembarcou no Pará e, posteriormente, seguiu para o Mato Grosso, aonde chegou apenas em janeiro de 1769. Durante a viagem entre a cidade de Belém e Vila Bela, Luís Pinto de Sousa Coutinho produziu um extenso relato sobre o trajeto da excursão. Nessa narrativa, Sousa Coutinho descrevia, entre outros fatores, os rios Madeira, Mamoré e Guaporé, as cachoeiras existentes no caminho, as populações indígenas que habitavam esses rios e tentativas de povoamento nas margens desses veios aquáticos. Além disso, corrigia possíveis erros geográficos de Mr. Delisle, Buache e La Condamine.⁸⁴⁸

Enquanto esteve na capitania do Mato Grosso, Sousa Coutinho foi um dos correspondentes de Domingos Vandelli. Nesse sentido, Sousa Coutinho remetia para Vandelli espécies da fauna e flora americanas.⁸⁴⁹ Rafael Campos argumenta que Luís

⁸⁴⁴ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **João Pedro da Câmara, um fronteiro olvidado**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. n. 46, p. 28-29.

⁸⁴⁵ Carta do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao rei D. José. Vila Bela, 15 de fevereiro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 736.

⁸⁴⁶ *Ibidem*.

⁸⁴⁷ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Fernando da Costa de Ataíde Teive. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 20 de dezembro de 1767. **APEP**, Códice 180, s/n.

⁸⁴⁸ Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 20 de janeiro de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 829; Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 13 de junho de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 14, D. 848.

⁸⁴⁹ **PATACA**, Ermelinda Moutinho. *Op. cit.*, p. 48-45.

Pinto de Souza Coutinho, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e Caetano Pinto de Miranda Montenegro foram os governadores da capitania do Mato Grosso que mais se empenharam em ampliar o conhecimento geográfico dessa capitania.⁸⁵⁰

Como lembra Carmem Rodrigues, tanto Luís Pinto de Sousa Coutinho quanto seus antecessores foram instruídos para aprofundar o conhecimento geográfico e para mapear a capitania do Mato Grosso, principalmente com relação às questões fronteiriças e às conexões fluviais. A ampliação do mapeamento e conhecimento da região, por meio das expedições exploratórias, era fundamental para abastecer a Coroa portuguesa de informações que a auxiliariam a negociar e dominar a região.⁸⁵¹ Por outro lado, esse conhecimento era igualmente controlado, uma vez que a divulgação de informações poderia comprometer a política de controle da área.⁸⁵²

O sucessor de Sousa Coutinho foi Luís de Albuquerque, que não chegou à capitania do Mato Grosso através do caminho do Pará. Desembarcando no Rio de Janeiro em 1771, seguiu para a capitania do Mato Grosso por um caminho eminentemente terrestre pelo “centro” do Brasil. Para Renata Malcher, embora o caminho percorrido pelo governador já existisse, a viagem que ele fez tem caráter inaugural, inserindo-se em um processo de “produção do território”. Nesse sentido, ao percorrer o caminho como representante oficial do rei, Luís de Albuquerque reconhece e torna reconhecível para o reino lusitano o trajeto do caminho e as relações territoriais que este incorpora, configurando-se, assim, em um processo de “reconhecimento” e de incorporação territorial.⁸⁵³

A análise feita por Renata Araújo acerca do trajeto percorrido por Luís de Albuquerque pode, igualmente, ser pensada para as viagens realizada por Antonio Rolim de Moura, quando deixou capitania do Mato Grosso, e por João Pedro Câmara e por Luís Pinto Sousa Coutinho, quando chegaram a e saíram dessa capitania. Essa incorporação e produção territorial ocorria, igualmente, a partir dos relatos que foram

⁸⁵⁰ CAMPOS, Rafael. Ciência e controle imperial no Mato Grosso português. **Memórias**: Revista Digital de Historia y Arqueología Desde el Caribe Colombiano, Barranquilla, ano 11, n. 25, jan./abr. 2015.

⁸⁵¹ RODRIGUES, Carmem. Um experto em Amazônia? O visconde de Balsemão e a representação da Amazônia portuguesa no mapa “Colombia Prima or South America”. **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 12, n. 2, jul./dez. 2020.

⁸⁵² CAMPOS, Rafael. Op. cit. Ainda segundo Rafael Campos, enquanto esteve na capitania do Mato Grosso, Sousa Coutinho foi um dos correspondentes de Domingos Vandelli. Nesse sentido, Sousa Coutinho remetia para Vandelli espécies da fauna e flora americanas. Rafael Campos argumenta que Luís Pinto de Souza Coutinho, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e Caetano Pinto de Miranda Montenegro foram os governadores da capitania do Mato Grosso que mais se empenharam em ampliar o conhecimento geográfico dessa capitania.

⁸⁵³ ARAUJO, Renata Malcher de. Op. cit., 2000, p. 142-148.

construídos acerca dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Juntamente com os “cientistas”, os funcionários administrativos, como os governadores, produziram relatos sobre a América portuguesa e contribuíram para a recolha, a preparação e a descrição das espécies. Além disso, como representantes do monarca no território, agiam mais rapidamente sobre os acontecimentos que podiam ser determinantes nas viagens e observações científicas,⁸⁵⁴ bem como preparavam expedições com a finalidade de conhecer o território. Informar-se sobre o território era, por sua vez, um mecanismo de dominação, o que significava a mobilização de outras estratégias. De fato, na extensa área que abrangia as fronteiras dos domínios ibéricos, as tentativas de dominação eram feitas também a partir de mobilização militar, por meio de tropas e expedições militares.

5.2 O APOIO MILITAR, CAMINHOS FLUVIAIS, CAMINHOS TERRESTRES

Como espaço confinante com os domínios espanhóis na América, a localização da capitania do Mato Grosso ensejou diversas demandas militares de ambos os reinos, principalmente após a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Vassalos da Coroa espanhola e portuguesa envolveram-se em vários litígios pela posse de espaços na margem do Guaporé, bem como pela navegação desse rio.

Nesse contexto, o aparato militar da capitania do Mato Grosso era essencial. Ainda que a defesa militar dessa área fosse essencial, o empenho em organizar militarmente o Mato Grosso teria variado entre os governadores. Otávio Canavarros argumenta que, embora João Pedro da Câmara e Luiz Pinto de Souza Coutinho sejam pouco lembrados pela historiografia mato-grossense, eles teriam se empenhado mais em seguir as diretrizes sobre a defesa e militarização da capitania.⁸⁵⁵

O processo militarização da capitania do Mato Grosso teria ocorrido a partir do recrutamento de homens brancos pobres, mulatos, escravos e indígenas (a exemplo de uma companhia formada com os indígenas Bororo).⁸⁵⁶ A pretensão de assegurar o domínio português na margem oriental do Guaporé justificou também a construção de espaços militarizados, a exemplo de destacamentos e fortificações.

⁸⁵⁴ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais do Setecentos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. VIII (supl.), p. 823-38, 2001.

⁸⁵⁵ CHAVES, Otávio Ribeiro. Op. cit., 2008, p. 134.

⁸⁵⁶ A formação dessa companhia foi tratada no Capítulo 4.

Utilizando a justificativa de que a Provedoria da Fazenda não tinha recursos suficientes para as despesas militares (aquisição de armamento e fardamento e alimentação), muitos proprietários de escravos teriam custeado despesas com a defesa da capitania. Como esses proprietários, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão também teria financiado o pagamento das tropas, a compra de armamentos e fardas para os soldados da capitania do Mato Grosso.⁸⁵⁷ Além disso, os governantes dessa capitania solicitavam apoio bélico, armas e munições do estado do Grão-Pará e Maranhão⁸⁵⁸ e da capitania de Goiás,⁸⁵⁹ principalmente nos períodos em que esses conflitos se intensificaram, como na década de 1760.

Essa tensão militar que ocorreu na região do Mato Grosso — mas não apenas nessa área de fronteira — está relacionada à Guerra dos Sete Anos e mobilizou os dois lados das fronteiras ibéricas nos domínios americanos.⁸⁶⁰ A morte de Fernando VI e a chegada do Carlos III ao trono espanhol modificou a política externa construída entre os reinos ibéricos. A Espanha se realinhou com a Coroa francesa, posicionando-se contra a Inglaterra, enquanto Portugal mantinha acordos com esse reino. Por fim, o Tratado de Madri foi anulado em 1761 e substituído pelo El Pardo,⁸⁶¹ o que reforçou a tensão nas regiões de fronteira com os domínios espanhóis. Além disso, a assinatura do Tratado de Madri não resolveu as demandas limítrofes das Coroas ibéricas na América. Como

⁸⁵⁷ CHAVES, Otávio Ribeiro. Op. cit., 2008, p. 134-135.

⁸⁵⁸ Segundo Adilso Ishihara Brito, uma resolução de 23 de outubro de 1752 instituiu uma reforma militar na defesa do estado do Grão-Pará e Maranhão. Trata-se da criação de dois novos regimentos: um, instalado na cidade de Belém, e outro, na Fortaleza de Macapá. Apesar dessa resolução, para Christiane Figueiredo Pagano de Mello, Francisco Xavier de Mendonça Furtado não teria alcançado a reestruturação das companhias e conferiu a elas a composição dos regimentos de Portugal (BRITO, Adilson Junior Ishihara. Op. cit.; MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. As áreas de guerra aberta e as de prevenção militar: o centro-sul e o norte da América portuguesa (segunda metade do século XVIII). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 58-82, 2016). Sobre a militarização da capitania do Pará, ver também: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da era da Independência (1790-1850)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

⁸⁵⁹ Diego Veloso Gomes argumenta que a militarização de Goiás começou em 1736 por meio de Tropa Regular formada por soldados das *Geraes*. Posteriormente, em 1738, foi criado o Regimento de Ordenanças. Já o primeiro Regimento de Cavalaria de Auxiliares foi criado em 1764. Ao menos em teoria, esse tripé militar teria conferido autonomia suficiente para lidar com quaisquer dificuldades que aparecessem na área, e, com o “período de intensos conflitos na fronteira oeste da colônia, considerava-se poder amparar e salvar a Capitania vizinha — a do Mato Grosso — em algumas situações de extrema necessidade” (GOMES, Diego Veloso. **Forças militares nas minas e capitania de Goiás: o século XVIII em foco**. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Diego_Veloso_Gomes.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021). Sobre esse apoio de Goiás, ver também: OLIVEIRA JÚNIOR, Mauro Guimarães. **A participação de Goiás na defesa da fronteira oeste e norte do império Atlântico português de 1750 a 1821**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Ciências Humanas e da Terra, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

⁸⁶⁰ Sobre o reflexo da Guerra dos Setes Anos na Amazônia, ver: BRITO, Adilson Junior Ishihara. Op. cit.; GONZÁLEZ, Sebastián Gómez. Op. cit., 2014.

⁸⁶¹ FERNÁNDEZ, Juan Marchena. Op. cit., p. 44-46.

lembrou Juan Marchena Fernández, a aplicabilidade desse tratado foi difícil, demonstrando imediatamente a escassa sensibilidade das Coroas ibéricas sobre seus domínios e indígenas.⁸⁶²

Assim, ainda que houvesse um acordo que estabelecia quais eram os territórios espanhóis e portugueses naquela região do Guaporé e esclarecia acerca da navegação desse rio, do Mamoré e do Madeira, as autoridades e religiosos mantiveram-se em constante mobilização militar contra as iniciativas daqueles que estavam situados na outra margem do Guaporé. Foi, principalmente, nesse contexto que a capitania do Mato Grosso recebeu remessas de material bélico e soldados de outras áreas da América portuguesa.

O transporte de munições, artilharia e apoio militar do estado do Grão-Pará para a capitania do Mato Grosso era suscetível a diversos infortúnios. Ataques de indígenas, castelhanos e até intempéries naturais poderiam atingir essas expedições. Em abril de 1766, por exemplo, o intendente dos Armazéns Reais, no Pará, deveria remeter ao sargento-mor José Henriques da Costa e Almeida, comandante da Vila de Borba, 12 arrobas de “pólvora grossa” e 12 arrobas de “fina” em 12 barris de 12 arrobas cada um, para que dessa vila fossem encaminhados para capitania do Mato Grosso.⁸⁶³ É provável que essa pólvora tenha sido conduzida por João Nunes Valente no paiol, “pregado, calafetado e breado”, de um bote, até o Mato Grosso. Porém, durante a viagem, quando João Valente percebeu que “o bote fazia água naquela parte”, tendo encontrado “a pólvora toda molhada”.⁸⁶⁴

A tensão envolvendo os reinos ibéricos no Guaporé começou a se intensificar no começo da década de 1760. Em 1762, o governador Antonio Rolim de Moura escreveu a Manoel Bernardo de Melo e Castro, governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, explicando que o número de soldados da capitania de Mato Grosso não era suficiente e não podia aumentar “por falta de gente”. Por isso, solicitava-lhe ajuda militar para precaver-se “contra alguma hostilidade intentada pelo Rio Guaporé”, uma vez que o governador de Santa Cruz de la Sierra continuava lhe fazendo protestos, e a anulação do Tratado de Madri poderia ensejar, por parte dos padres da Companhia de Jesus, “alguns sinistros e precipitados efeitos dirigidos” contra a povoação e a guarda de Nossa

⁸⁶² Ibidem, p. 42.

⁸⁶³ Pa o m. Pará, 26 de abril de 1776. **APEP**, Códice 290, doc. 383.

⁸⁶⁴ Carta de José Manoel Cardoso da Cunha para João Pereira Caldas. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 16 de março de 1777. **APEP**, Códice, 321, doc. 6.

Senhora da Conceição, de Santa Rosa ou nas embarcações que de Vila Bela conduziam mantimentos para aquela guarda.⁸⁶⁵

Pouco mais de um ano após da redação da carta acima, em fevereiro de 1763, chegou à capitania do Mato Grosso o apoio demandado do estado do Grão-Pará. O destacamento era comandado por José Sampaio de Lançarote e saiu da Vila de Borba no dia 8 de novembro de 1762 com, no mínimo, “três ubás grandes e três igarités para montaria da farinha”;⁸⁶⁶ era formado por 21 soldados, um tambor, “com pouca quantidade de barris de pólvora e demais petrechos que se tinham pedido”.⁸⁶⁷

No mês de abril de 1763, 700 castelhanos, aproximadamente, teriam ocupado “um ponto junto a barra que faz o rio Itunama”, no Guaporé, um pouco acima do presídio de Nossa Senhora da Conceição, impedindo a comunicação desse destacamento com Vila Bela.⁸⁶⁸ Além disso, os espanhóis teriam também colocado outro destacamento “na barra do rio Mamoré para embaraçar a comunicação e socorro” com o estado do Grão-Pará e Maranhão.⁸⁶⁹ É provável que, imediatamente após o ocorrido, Antonio Rolim de Moura, que se encontrava no dito presídio, tenha enviado pedido de ajuda àquele estado.

A notícia sobre a mobilização dos castelhanos mobilizou os governantes do estado do Grão-Pará para organizar uma defesa no oeste desse estado em função de um possível ataque dos espanhóis na região.⁸⁷⁰ Por essa razão, Valério Botelho de Andrade escreveu ao comandante do destacamento de Borba explicando que, em decorrência do bloqueio imposto a Rolim de Moura, era “presumível igual invasão” em Borba “e em todo o rio Madeira”. Nesse sentido, deveria o comandante do destacamento ter “sempre

⁸⁶⁵ Reg^o de hua carta escrita ao Gen^{al} do Pará Manoel de Bern^{do} de Melo e Castro. Vila Bela, 31 de janeiro de 1762. **APMT**, Livro de registro de bando, portarias, editais e cartas expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares (Livro C-5), doc. 276. Essa não foi a primeira vez em que o governador do Mato Grosso tratou de assuntos militares com o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão. Em dezembro de 1761, Antonio Rolim de Moura já havia pedido um destacamento militar ao governante daquele estado (Reg.^o de hua carta escripta ao Secretr^o de estado, na qual se dá conta do estado desta Capit^a. Vila Bela, 18 de dezembro de 1761. **APMT**, Livro de registro de bando, portarias, editais e cartas expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares (Livro C-5), doc. 30).

⁸⁶⁶ Carta de José Sampaio Lancerote para Manoel Bernardo de Melo e Castro. Cachoeira do Paredão, 5 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 1.

⁸⁶⁷ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 149; Carta de Domingos da Silva Pinheiro para Manoel Bernardo de Mello e Castro. Santarém, 25 de setembro de 1762. **APEP**, Códice 117, doc. 80; Carta de Antonio Rolim de Moura para Manoel Bernardo de Mello e Castro. Conceição, 13 de agosto de 1763. **APEP**, Códice 129, doc. 73.

⁸⁶⁸ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 88.

⁸⁶⁹ Carta do Valério Correia Botelho de Andrade para o comandante de Castro de Avelãs. Barcelos, 20 de maio de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 13.

⁸⁷⁰ Sobre a organização do governo do estado do Grão-Pará e Maranhão para conter as possíveis invasões espanholas na década de 1760, ver: BRITO, Adilson Junior Ishiara. Op. cit.

prontos os soldados de que se compõem este destacamento” e que fizesse recolher à Vila de Borba “todos os paisanos e moradores dela”. Além disso, recomendava Botelho de Andrade ao chefe militar que não fizesse “a expedição ao negócio para cidade” e que conservasse em Borba os indígenas que habitavam nessa vila, bem como recolhesse os que tivessem na canoa do negócio. Por fim, lembrava ao comandante para que enviasse espias em “alguma canoa acima para explorar as novidades que houverem” e o informasse,⁸⁷¹ bem como enviava munições a Borba.⁸⁷²

Além daquelas orientações, Valério Correa Botelho de Andrade escreveu ao alferes Barnabé Pereira Malheiros comunicando que o nomeava para “expedição do socorro” que demandou o governador Antonio Rolim de Moura.⁸⁷³ Acompanhado pelo alferes Miguel de Siqueira, Barnabé Malheiros chegou à Vila de Borba no dia 9 de junho de 1763. Contudo, alegando escassez de farinhas e víveres necessários para expedição de socorro, esses oficiais recolheram-se para Barcelos acompanhados por Inácio de Castro, responsável pelo envio da expedição ao Mato Grosso, o que sugere que essa expedição de apoio militar não foi de fato enviada.⁸⁷⁴

Ainda em 1763, outra tropa teria sido planejada, no estado do Grão-Pará, com a finalidade de socorrer a capitania do Mato Grosso. No dia 3 de maio de 1763, na Vila de Borba, Domingo Franco escreveu a Manoel Bernardo de Mello e Castro, governador daquele estado, dizendo que naquele dia havia chegado uma canoa do Mato Grosso em Borba e os indígenas que vinham nela portavam uma carta de Antonio Rolim de Moura na qual pedia ajuda para conter a mobilização espanhola.⁸⁷⁵

Por essa razão, em meados de 1763, uma tropa foi enviada ao Mato Grosso sob comando de Domingos Franco.⁸⁷⁶ Apenas no dia 7 de novembro de 1763, esse destacamento chegou ao sítio de Nossa Senhora da Conceição, onde se encontrava Antonio Rolim de Moura e depois que “os castelhanos se tinham retirado pelas suas

⁸⁷¹ Carta de Valério Correia Botelho de Andrada para o comandante do destacamento da Vila de Borba. Barcelos, 17 de maio de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 14.

⁸⁷² Valério Correia Botelho de Andrada teria enviado para Borba: quatro arrobas de pólvora, três arrobas de bala de mosquetaria, duas arrobas de chumbo grosso, 200 pederneiras, seis armas de fogo e uma resma de papel para cartuchos (Relação das munições que forão para a Vila de Borba em 18 de maio de 1763. **APEP**, Códice 133, anexo doc. 14).

⁸⁷³ Carta de Valério Correa Botelho de Andrade para o alferes Bernabe Pereira Malheiros. Barcelos, 30 de maio de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 32.

⁸⁷⁴ Carta de Inácio de Castro Moraes Sarmiento para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão. Barcelos, 9 de julho de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 18.

⁸⁷⁵ Carta de Domingos Franco para o governador Bernardo de Mello e Castro. Borba, 3 de maio de 1763. **APEP**, Códice 130, doc. 43; Carta de Antonio Rolim de Moura para o governador Manoel Bernardo de Mello e Castro. Nossa Senhora da Conceição, 16 de abril de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 08.

⁸⁷⁶ Carta de Domingos Franco para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão. Fortaleza, 26 de julho de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 23-A.

terras”.⁸⁷⁷ Essa tropa era formada pelo ajudante Gaspar Ferreira da Cruz, o alferes João Ramos, “dois sargentos supra, dois cabos de esquadra, 36 soldados, um tambor”, além de material bélico.⁸⁷⁸

Ao que tudo indica, apenas em 1766 outra expedição, com finalidade de apoio militar, foi enviada do estado do Grão-Pará para a capitania do Mato Grosso. Em fevereiro de 1766, o governador do Mato Grosso, João Pedro da Câmara, escreveu para Francisco Xavier de Mendonça Furtado relatando que, no mês anterior, os espanhóis teriam aprisionado um “cabo de esquadra e quatro índios da esquipação da canoa, escapando outros quatro” que foram até Vila Bela comunicar o ocorrido.⁸⁷⁹

Além disso, ainda no final do mês de janeiro de 1766, oito indígenas da missão espanhola de São Martinho foram até a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição levar umas “chapas de açúcar” para o escrivão da Fazenda Real, Gregório Pereira de Sousa. Aprisionados nessa fortificação, os indígenas foram remetidos até o governador João Pedro da Câmara “por dizerem que traziam uma carta para ele, de outro seu camarada” e que “sem dúvida naquela seca” os espanhóis iriam atacar os moradores de Mato Grosso.⁸⁸⁰

Esses episódios e a debilitada estrutura bélica da capitania do Mato Grosso motivaram João Pedro Câmara a solicitar apoio de outras áreas da América portuguesa. Nesse sentido, “mandou pedir socorro, de gente e comer, à vila do Cuiabá, como também às minas de Goiás”.⁸⁸¹ Ao estado do Grão-Pará, solicitou, igualmente, “socorro de gente e artilharia”.⁸⁸² Por essa razão, João Pedro da Câmara mandou “o guia do caminho do Pará”, João Antunes, para que fosse imediatamente a esse estado “apressar mais o socorro que havia mandado buscar”.⁸⁸³

Ainda no mês de maio de 1766, outra tropa saiu do estado do Grão-Pará com a finalidade de apoiar, militarmente, o Mato Grosso. Segundo o governador do estado do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive, já se encontrava um destacamento preparado para ir ao Mato Grosso, quando recebeu a carta enviada por João Pedro

⁸⁷⁷ Ofício do capitão Domingos Franco ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a tropa de socorro que veio a comandar desde o Grão-Pará. Nossa Senhora da Conceição, 28 de novembro de 1763. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 714.

⁸⁷⁸ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 173.

⁸⁷⁹ Conta de Sua Ex^a sobre os sucessos da Capitania. Vila Bela, 18 de fevereiro de 1766. **APMT**, Livro de Correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas Régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho (Livro C-11), doc. 129.

⁸⁸⁰ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 104.

⁸⁸¹ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 105.

⁸⁸² Conta de Sua Ex^a sobre os sucessos da Capitania, e resposta a carta antecedente. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 19 de junho de 1766. Secretaria de Governo, Livro C-11.

⁸⁸³ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 105.

Câmara, em fevereiro, na qual comunicava acerca do “movimento dos castelhanos”. Por essa razão, reforçou o destacamento, que era de “trinta soldados e um oficial”, com “cinco oficiais, capelão, cirurgião, quatro sargentos, dois tambores e cem homens de arma”.⁸⁸⁴ Foram nessa tropa João de Sousa Azevedo, o ajudante Gaspar Ferreira e João Batista Mardel. Além deles, Fernando da Costa de Ataíde Teive informou a João Pedro da Câmara que “dos índios ou pedestres que” acompanharam o soldado Inocêncio Rodrigues até Belém, “dois faleceram e os mais se restituem” para o Mato Grosso com o dito soldado, bem como João Antunes da Costa.⁸⁸⁵

As recomendações que foram dadas a essa expedição, e às anteriores, apontam para a ideia de que a presença militar espanhola no Mamoré e no Guaporé demandou cautela na navegação desses rios pelos vassallos da Coroa lusitana. Nesse sentido, navegar entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso nos períodos nos quais se intensificavam as animosidades entre os vassallos da Coroa ibérica, no Guaporé, exigia cuidados dos expedicionários para que não fossem atacados pelos castelhanos.

Em 1763, por exemplo, Valério Correia Botelho orientou o alferes Barnabé Pereira Malheiros, na ocasião em que ia ao Mato Grosso, que, uma vez “na dita barra do Mamoré”, na “altura das cachoeiras ou “na parte mais conveniente”, enviasse, “pelos mesmos índios que trouxeram as cartas” de Rolim de Moura, o aviso a esse governante para que auxiliasse “a passagem do socorro pelo Mamoré” ou oferecesse condições necessárias para a entrada do apoio militar no Mato Grosso.⁸⁸⁶

Segundo o prático João de Sousa de Azevedo, ainda em 1763, para que os soldados do Pará não fossem acometidos pelos espanhóis, era preciso que “das últimas cachoeiras” mandasse gente “por terra rompendo os matos até chegar” ao destacamento onde se encontrava Antonio Rolim de Moura. Além disso, de acordo com esse prático, essa expedição duraria, aproximadamente, cinco meses.⁸⁸⁷ Não é possível saber se, anteriormente, João de Sousa Azevedo fez esse percurso por terra. Talvez tenha projetado a duração dessa viagem e sua viabilidade a partir da experiência que tinha naquela região.

Ainda com relação à cautela na navegação do Guaporé, imediatamente após a ocupação espanhola no Guaporé, Antonio Rolim de Moura enviou “um soldado em uma

⁸⁸⁴ Carta do governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive ao governador do Mato Grosso João Pedro da Câmara. Pará, 11 de maio de 1766. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 248, Cx. 006).

⁸⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁸⁶ Carta de Valério Correia Botelho de Andrada para alferes Barnabé Pereira Malheiros. Barcelos, 30 de maio de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 32.

⁸⁸⁷ Carta de João de Sousa Azevedo para Valério Correa Botelho de Andrade. Rio Madeira, 14 de junho de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 29.

igarité” para que levasse aviso a Vila Bela e aos moradores situados no caminho entre o destacamento e Vila Bela acerca dos movimentos dos castelhanos. Como sabia que os espanhóis mantinham as canoas de ronda durante a noite, o soldado enviado por Antonio Rolim de Moura seguiu nesse período para fazer o dito aviso, “o qual passou a sombra do mato sem ser sentido”.⁸⁸⁸

A prudência nessa navegação se manifestou, igualmente, em 1766. No mês de fevereiro desse ano, quando João Pedro Câmara escreveu para o governador do estado do Grão-Pará solicitando ajuda militar, explicou que essa expedição de apoio deveria ir para o Mato Grosso “com grande cautela pelo Mamoré” e, para evitar que essa tropa percorresse a barra do Mamoré, onde os espanhóis iriam fortificar-se, mandou um “homem para guiar a tropa por um novo caminho” que ele “havia mandado descobrir”.⁸⁸⁹ Além disso, recomendava ao sargento-mor João de Sousa Azevedo que não conduzisse “a artilharia, nem a pólvora da penúltima cachoeira” para além desse espaço “sem mandar primeiro explorar muito bem o rio Mamoré”.⁸⁹⁰

Observa-se, assim, que as movimentações espanholas pelo Guaporé afetavam o deslocamento dos vassallos da Coroa portuguesa naquela região, dificultando a comunicação daquela capitania com o estado do Grão-Pará e entre os núcleos de ocupação que a formavam. Como foi analisado no Capítulo 2, a posse da aldeia de Santa Rosa, na margem oriental do Guaporé, era motivo do conflito entre espanhóis e portugueses nessa região. Essa aldeia era ocupada pelos portugueses, e os espanhóis demandavam sua retirada.⁸⁹¹

Dessa maneira, é possível pensar que, nesse conflito, não estavam em disputa apenas territórios de terra firme, podemos dizer, que são os que geralmente se representam nos mapas, ao referir-se ao domínio territorial de uma nação. Havia, igualmente, uma disputa pelos rios, ou seja, pelas rotas e pelos caminhos. Essa contenda não era manifestada apenas pelo posicionamento das tropas militares espanholas nas

⁸⁸⁸ Rego de hua carta pa o secretario de estado Francisco Xer de Mend.a Furto, em q. se dá conta dos sucessos do principio da guerra. Nossa Senhora da Conceição, 31 de maio de 1763. Livro de Correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas Régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho (Livro C-11), doc. 67.

⁸⁸⁹ Conta de Sua Ex^a sobre os sucessos da Capitania. Vila Bela, 18 de fevereiro de 1766. Livro de Correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas Régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho (Livro C-11), doc. 129.

⁸⁹⁰ Carta de João Pedro da Câmara para Fernando da Costa de Ataíde e Teive. Vila Bela, 17 de fevereiro de 1766. APEP, Códice 127, doc. 14.

⁸⁹¹ Carta de Alonso Berdugo para Antonio Rolim de Moura. Santa Rosa, 31 de agosto de 1763. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai**: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox, 1985. p. 65; Carta de Antonio Rolim de Moura para Alonso Berdugo. Conceição, 1º de setembro de 1763. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. Cit. p. 66.

margens dos rios, embora isso tenha atingido a navegação lusa pela região. Para os lusos, assegurar a dominação da aldeia de Santa Rosa e promover a edificação de espaços nas margens dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira era também assegurar a viabilidade de trânsito por esses rios. De fato, se no rio Madeira o governo colonial se mobilizava para combater os Mura, considerados indígenas hostis, no rio Guaporé os portugueses movimentavam-se para conter as investidas dos castelhanos. Como lembrou Gilmar Arruda, “os rios são território em disputa”.⁸⁹²

As iniciativas militares dos espanhóis, no Guaporé, interferiram, ainda que por um determinado período, na navegação que os vassallos da Coroa portuguesa realizavam nele, o que demandou estratégias de navegação para que não fossem atacados pelos oponentes e a construção de caminhos terrestres que viabilizassem a comunicação em caso de bloqueio. Assim, é possível que o bloqueio imposto pelos espanhóis a Antonio Rolim de Moura, em 1763, tenha apontado a necessidade de estabelecer outras vias de comunicação entre as várias áreas da capitania do Mato Grosso. Na instrução que deixou para seu sucessor no governo da capitania, Rolim de Moura pontuava que não seria “pequena utilidade abrir-se” um caminho por terra de Conceição para Vila Bela.⁸⁹³ No mês de junho de 1766, em uma carta para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, João Pedro Câmara disse que na barra do rio Mequens “que fica igualmente distante de Vila Bela, que desta fortaleza, [devia-se] abrir para ela um caminho por terra”, para que ficasse “sempre aberta a comunicação, no caso de ficar impedido a navegação do rio através de algum bloqueio”.⁸⁹⁴

Luís Pinto de Sousa Coutinho, sucessor do João Pedro Câmara no governo da capitania do Mato Grosso, igualmente preocupou-se em construir um caminho terrestre para que os moradores da capitania do Mato Grosso não dependessem apenas da navegação fluvial. Essa preocupação, assim como a de seu antecessor, estava relacionada, em parte, aos conflitos vivenciados com os castelhanos no Guaporé. Mais uma vez, outro governador da capitania pontuava a necessidade de construir uma via terrestre que comunicava a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição a outras áreas da capitania do Mato Grosso.

⁸⁹² ARRUDA, Gilmar. Apresentação: a natureza dos rios e os territórios. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 11.

⁸⁹³ Instrução do Conde de Azambuja para D. Pedro Câmara. Vila Bela, 8 de janeiro de 1765. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. p. 80.

⁸⁹⁴ Conta de Sua Ex^a sobre os sucessos da Capitania, e resposta a carta antecedente. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 19 de junho de 1766. Livro de Correspondências Expedida e Recebida. Registro de Cartas Régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho (Livro C-11), doc. 134.

Em fevereiro de 1769, Luís Pinto de Sousa Coutinho escreveu a Francisco Xavier de Mendonça Furtado argumentando que a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição apresentava o que ele considerava dois defeitos. O primeiro era não “ter pastos suficientes para se conservarem os gados necessários e ser precária toda a sua [sustentação]”. Outro defeito era o fato de não ter “outro caminho mais do que a navegação do rio Guaporé” que a comunicava com Vila Bela. Essa conexão, continuava explicando Sousa Coutinho, “facilmente pode ser impedida em tempo de guerra, interceptados os transportes e reduzido enfim o dito forte”. Dessa maneira, recomendava o governador “o estabelecimento de um caminho que conduza daquela fortaleza por terra aos campos dos Parecis”, para que através dele se transportasse “todos os gados do Cuiabá e de que o mesmo campo abunda”.⁸⁹⁵

Ainda no ano 1769, o governador Sousa Coutinho começou a executar a construção desse caminho terrestre. No final desse ano, Sousa Coutinho informava a Mendonça Furtado que o projeto de abertura do caminho do Forte de Bragança até a vila de Cuiabá estava em execução e, segundo os exploradores, já havia avançado “até a altura das cabeceiras do rio Mequens, prosseguindo-se sempre o rumo mais encostado ao norte” e que, talvez, até o final de março de 1770 deveria ser concluído.⁸⁹⁶

Ao que tudo indica, o governador Luís de Sousa Coutinho não conseguiu dar cumprimento à abertura desse caminho terrestre. Na instrução que deixou para Luís Albuquerque de Melo Pereira Cáceres, Luís Coutinho explicava que a “[precipitação] com que fizeram a dita entrada”, os descobridores, “alguns obstáculos de gentios” e a “penúria de mantimentos” não “permitiram que se pusessem em prática os necessários exames” para abrir a via entre Vila Bela e o Forte de Bragança.⁸⁹⁷

A utilização de apenas uma via, a fluvial, para comunicação entre os espaços lusitanos espalhados pelas margens do Guaporé e com o estado do Grão-Pará, certamente, poderia ser útil, por exemplo, para evitar o contrabando de ouro, uma vez que facilitaria a fiscalização. Contudo, a dependência de apenas um caminho poderia

⁸⁹⁵ Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 18 de fevereiro de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 838.

⁸⁹⁶ Registro de huma carta de S. Ex^a p.^a o Secret^o do Est^o dos Neg^{os} da Mar^a, em que inclua as copias de outras que lhe dirigi de Moxos o seu Gov.^{or} D. Ant^o Aymeril pelos quais se manifesta ter S.Ex^a conseguido a restituição dos escr^{os} fugidos desta Cap^{nia} p^a aqueles domínios. Vila Bela, 10 de dezembro de 1769. **APMT**, Livro de cartas régias e correspondências recebidas e expedidas no governo de Luiz Pinto de S. Coutinho (Livro C-16), doc. 45, fl. 77.

⁸⁹⁷ Cópia da Instrução que ao Illm Ex.mo Snr General Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres deixou seu antecessor o Illm Ex.mo Snr Luis Pinto de Sousa Coutinho. Vila Bela, 24 de dezembro de 1772. **APMT**, Livro de Registro das instruções reais aos governadores da Capitania do Mato Grosso (Livro C-3), fl. 45-45v.

suscitar enormes danos à capitania do Mato Grosso, uma vez os castelhanos também tinham interesse na região.

O posicionamento militar dos espanhóis no Guaporé, como foi apresentado, impôs um bloqueio a Antonio Rolim de Moura no destacamento de Nossa Senhora da Conceição, bem como a dificuldade de comunicação com o estado do Grão-Pará e Vila Bela. Dessa maneira, a construção de caminhos alternativos, como vias terrestres, mostrava-se essencial para minimizar ou evitar possíveis danos causados pelas mobilizações castelhanas no Guaporé.

5.3 OS CAMINHOS (E OS DESCAMINHOS) DO OURO

A história da expansão portuguesa pelo território que se tornou a capitania do Mato Grosso confunde-se com as atividades de extração de ouro e diamantes. O ouro das minas do Mato Grosso foi um dos principais produtos que saíam dessa capitania e chegavam ao estado do Grão-Pará, pelo caminho do Guaporé, Mamoré e Madeira, para, então, ser encaminhado para Portugal.⁸⁹⁸

Inicialmente, foi descoberto ouro nas proximidades de Cuiabá e, apenas alguns anos depois, foram localizadas jazidas nas imediações do Guaporé. Uma vez descoberto o ouro nas minas de Cuiabá, a Coroa portuguesa implementou mecanismos controladores, como os impostos sobre essa atividade extrativa. Contudo, como era uma área de mineração que estabelecia fronteira com domínios espanhóis, as medidas adotadas pela Coroa portuguesa teriam ocorrido com prudência.⁸⁹⁹

Até 1772, não havia Casa de Fundição em Vila Bela. Segundo Nahyma Oliveira, essa Casa foi criada apenas em 1772, com o objetivo de consolidar a capital político-administrativa da capitania. Por outro lado, provocou uma mudança na cobrança da arrecadação do ouro, extinguindo o sistema de capitação vigente na capitania.⁹⁰⁰

Nauk Maria Jesus argumenta que, em certa medida, práticas ilícitas e descaminhos do ouro e diamantes, praticados pelos magistrados, em Mato Grosso, na primeira metade do século XVIII, eram tolerados pela Coroa portuguesa. Entretanto, a política econômica implementada pela Coroa portuguesa, a partir da administração de

⁸⁹⁸ Sobre a exploração de diamantes, ver: CEGATI, Evandro Gabriel. **Proibição e extração de diamantes na capitania de Mato Grosso**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

⁸⁹⁹ JESUS, Nauk Maria de. Op. cit., 2016.

⁹⁰⁰ OLIVEIRA, Náhyrna Rayanne Aragão. **A Casa de Fundição de Vila Bela (1772-1820)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

D. José I, impôs mais restrições ao contrabando praticado, pois pretendia privilegiar as frotas portuguesas em detrimento dos Estados estrangeiros, e, nesse contexto, insere-se a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que tinha como um de seus objetivos operar as atividades comerciais entre Belém e Vila Bela.⁹⁰¹

A preocupação com a circulação de ouro manifestava-se no estado do Grão-Pará, igualmente, antes da oficialização do caminho fluvial com a capitania do Mato Grosso. Em uma carta encaminha a Diogo de Mendonça Corte Real, escrita em dezembro de 1751, Francisco Xavier de Mendonça Furtado relatava que, após chegar a esse estado, os moradores das capitanias do Pará e do Maranhão foram cumprimentá-lo “com vestidos agaloados e cheios de ouro tecido”. Por essa razão, constatou que a pragmática de 24 de maio de 1749, referente ao excesso de luxo, não havia sido publicada no estado.⁹⁰² Além disso, a lei que havia abolido “a capitação dos escravos das minas”⁹⁰³ também não havia sido implementada no estado, “por cuja razão defendendo-se nela o uso do ouro em pó” estavam “presentemente fazendo o comércio com ele, sem que se possa impor aos transgressores”.⁹⁰⁴

Em outra missiva escrita a Sebastião José de Melo e Carvalho, no mês de outubro de 1752, Mendonça Furtado explicava que o ouro no estado do Grão-Pará e Maranhão era oriundo das minas de São Félix e Natividade (no Tocantins), pois “estes homens extraem o ouro das minas e o transportam ao Maranhão”, onde não havia lei que os embaraçassem.⁹⁰⁵ Essas duas cartas escritas pelo Mendonça Furtado sugerem a utilização e circulação de ouro indiscriminadamente no estado do Grão-Pará e Maranhão. É provável que essa circulação não ocorresse desordenadamente. Porém, devia ocorrer de uma maneira que era extremamente prejudicial aos cofres da Fazenda Real. Certamente, era isso que incomodava o governador. Assim, era preciso controlar e

⁹⁰¹ JESUS, Nauk Maria de. Op. cit., 2016, p. 213-236.

⁹⁰² Trata-se de uma lei que versava sobre a maneira pela qual deveriam ser contidos o luxo e o excesso nos trajes, carruagens, móveis e espadas por pessoas de baixa condição, pois se considerava que os súditos tinham despesas desnecessárias, o que poderia arruinar a Fazenda e os bons costumes. Assim, coibir custos desnecessários contribuiria também para que o Estado se mantivesse rico (SOUZA, Débora Cazelato. **Administração e poder local: a câmara de Mariana e seus juízes de fora (1730-1777)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012).

⁹⁰³ Decreto do rei D. José, sobre o extravio do ouro, ordenando que os ouvidores do no estado do Maranhão e Pará se deem cumpra cumprimento a Lei de 3 de dezembro de 1750, a qual obriga a à denúncia dos contrabandistas do extravio do ouro aos e à quais é aplicada aplicação das respectivas penas encarregando os ouvidores dos mesmos estados a dar cumprimento às mesmas. Lisboa, 21 de maio de 1753. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 34, D. 3211.

⁹⁰⁴ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 24 de dezembro de 1751. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. I, p. 194.

⁹⁰⁵ Carta de Francisco Xavier Mendonça Furtado para Sebastião José de Melo e Carvalho. Pará, 31 de outubro de 1752. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. I, p. 334-335.

ordenar a movimentação do ouro, principalmente após a permissão régia para a navegação entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará.

Considerando esse contexto vivenciado no estado do Grão-Pará e uma vez que o ouro de Mato Grosso seria enviado para Portugal por meio desse estado, seria necessário implementar, nesse espaço, medidas de controle e fiscalização. Dessa maneira, um decreto do rei, de 23 de maio de 1753, ressaltava que, considerando “a comunicação das minas do Mato Grosso com o Pará e havendo tantos outros caminhos que ocultamente destas e das mais minas ao Maranhão e Grão-Pará”, era provável que “se intente o extravio e descaminho do ouro em pó pelas partes das ditas capitanias”. Por essa razão, determinava que no estado do Maranhão e Grão-Pará se guardassem “inviolavelmente na parte que é praticável no dito estado a lei de 3 de dezembro de 1750 e as mais ordens e providências que se tem dado sobre esta matéria” e se encarregassem “aos ouvidores do Pará e Maranhão as diligências e obrigações que pelo regimento das intendências estão cometidas aos intendentess gerais da Bahia e Rio de Janeiro”. A dita lei abolia o sistema de capitação e restabelecia o de cobrança dos impostos através dos quintos nas minas.

Um dos eixos de controle eram os caminhos pelos quais o ouro deveria circular. A implementação de políticas controladoras sobre os caminhos, principalmente terrestres, não era novidade para a Coroa portuguesa em meados do século XVIII, uma vez que esses mecanismos eram utilizados nas vias que conectavam as zonas mineradoras aos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo. A própria abertura de caminhos,⁹⁰⁶ para além do Caminho Velho e do Geral, foi essencial não apenas para facilitar o abastecimento das áreas mineradoras e o escoamento do ouro, mas também para que a Coroa portuguesa exercesse maior controle régio sobre a região. Assim, os Caminhos do Ouro, como lembrou Rafael Straforini, não eram apenas eixos de circulação de mercadorias e ouro. Na medida em que a Coroa portuguesa instalava neles um sistema de fiscalização e de política tributária, ela passava a agir sobre o território, tentando dominá-lo. Dessa maneira, esses caminhos eram instrumentos de controle do território.⁹⁰⁷

⁹⁰⁶ Inicialmente, o ouro era escoado pelo Porto de Santos. O ouro chegava a esse porto por meio do conhecido Caminho Geral. Havia ainda o Caminho Velho, que conectava Minas Gerais ao Rio de Janeiro (SANTOS, Márcio. **As estradas reais**: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001).

⁹⁰⁷ STRAFORINI, Rafael. Estradas reais no século XVIII: a importância de um complexo sistema de circulação da produção territorial brasileiro. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. X, n. 218 (33), ago. 2006.

Essa perspectiva pode, igualmente, ser pensada para o caminho fluvial que conectava o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. Em meados do século XVIII, o contrabando do ouro e a preocupação em assegurar o domínio da região onde era extraído o ouro manifestou-se na política implementada na capitania do Mato Grosso, bem como perpassou o debate acerca da navegação pelo rio Madeira e, conseqüentemente, da comunicação fluvial entre essa capitania e o estado do Grão-Pará e Maranhão. A necessidade de conter o contrabando do ouro no caminho fluvial e de gerar receita para a Fazenda Real manifestou-se na tentativa de implementação de medidas de domínio e controle dessa rota pelo governo português. No extenso caminho fluvial que comunicava o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, por exemplo, havia lugares que eram utilizados como postos fiscais para controlar a circulação do ouro. Nesse sentido, o ouro que era enviado para Belém era examinado no

Forte de Nossa Senhora da Conceição,⁹⁰⁸ na Vila de Borba⁹⁰⁹ e nas fortalezas de Pauxis (Óbidos)⁹¹⁰ e do Gurupá.⁹¹¹

O contrabando de ouro da capitania do Mato Grosso, através do Pará, por sua vez, foi um dos assuntos de uma carta que o governador Mendonça Furtado encaminhou a Sebastião José de Carvalho e Melo. Nessa missiva de setembro de 1754, o governador dizia que para as “aldeias do rio Madeira” ia “todo o ouro do Mato Grosso”.⁹¹² Certamente, essa dimensão que foi dada ao contrabando de ouro no Madeira é exagerada. Talvez fosse útil para ratificar a necessidade de fiscalização daquela área. Contudo, é indicativa de uma prática que a Coroa portuguesa tentava combater. Por essa razão, no ofício que encaminhou a Diogo Corte Real, Mendonça Furtado explicava que, “enquanto

⁹⁰⁸ Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, Manoel Caetano da Silva, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 22 de agosto de 1773. **APEP**, Códice 261, doc. 33; Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, Manoel Caetano da Silva, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 27 de dezembro de 1774. **APEP**, Códice, 267, doc. 47; Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, Manoel Caetano da Silva, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 15 de março de 1775. **APEP**, Códice, 288, s/n; Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, Manoel Caetano da Silva, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 7 de setembro de 1775. **APEP**, Códice, 288, s/n; Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, Manoel Caetano da Silva, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 28 de novembro de 1775. **APEP**, Códice, 288, s/n; Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, José Manoel Cardoso, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 20 de fevereiro de 1776. **APEP**, Códice, 288, s/n; Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, José Manoel Cardoso, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 31 de março de 1776. **APEP**, Códice, 288, s/n; Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, José Manoel Cardoso, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 16 de março de 1777. **APEP**, Códice, 321, doc. 06.

⁹⁰⁹ Carta do capitão da Vila de Borba, Domingo Franco, para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Mello e Castro. Borba, 28 de abril de 1762. **APEP**, Códice 114, doc. 31; Carta do governador da capitania do Rio Negro, de Joaquim Tinoco Valente, para o governador do estado do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive. Barcelos, 4 de setembro de 1764. **APEP**, Códice 133, doc.93; Guia do ouro produzida pelo capitão da Vila de Borba, Domingos Franco, para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Mello e Castro. Borba, 18 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 05; Carta do Diretor da Vila de Borba para o governador do estado do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive. Borba, 20 de agosto de 1768. **APEP**, Códice 190, doc. 59; Carta de Francisco Rodrigues da Cunha Borba para o governador do estado do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive. Borba, 24 de maio de 1771. **APEP**, Códice 232.

⁹¹⁰ Carta do tenente da fortaleza de Pauxis, Ricardo Moniz da Silva, para o governador do estado do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pauxis, 15 de novembro de 1753. **APEP**, Códice 70; Requerimento de Paulo de Gouveia e João Rodrigues da Silva, assistentes na cidade de Santa Maria de Belém do Pará, para o rei D. José [ant. 14 de maio de 1754]. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 36, D. 3382.

⁹¹¹ Amaral Lapa destaca que essa fiscalização acontecia nas fortalezas de Gurupá e Óbidos e que os locais onde eram feitos esses registros variavam conforme o tempo (LAPA, José Roberto Amaral. Op. cit., p. 85).

⁹¹² Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo. Pará, 16 de setembro de 1754. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 223.

se não estabelecia o registro na cachoeira de São João”, mandaria colocar “uma guarda militar na aldeia do Trocano [futura Vila de Borba] para evitar o extravio do ouro”.⁹¹³

Por essa razão, Mendonça Furtado encarregou ao Tenente Diogo Antonio de Castro o estabelecimento da guarda militar em Trocano, “dando-lhe precisas ordens pelo que respeita ao extravio do ouro”.⁹¹⁴ No ano seguinte, em fevereiro de 1755, o próprio Diogo Corte Real escreveu ao governador Mendonça Furtado dizendo que o monarca luso havia aprovado o envio, para Trocano, da escolta com o tenente Diogo Antonio de Castro a fim de “evitar os descaminhos de ouro em pó das Minas do Mato Grosso”.⁹¹⁵ Nesse período, os jesuítas Roque Hundertpfundt e Antônio José, que atuavam no Madeira, foram acusados de participar de extravio do ouro, o que contribuiu para acirrar os ânimos desses religiosos contra o governo colonial.⁹¹⁶

Em carta de setembro de 1754, Francisco Xavier de Mendonça Furtado relatava a Sebastião José de Melo Carvalho uma possível rede de contrabando de índios, e provavelmente de ouro, envolvendo os missionários do rio Madeira e alguns moradores. Inicialmente, soube Mendonça Furtado que os missionários de Trocano “tinham mandado um homem com gêneros seus, em companhia de João de Moura Colaço” até Vila Bela. Posteriormente, teve ciência pelos “diversos oficiais, dos que estão pelas fortalezas” de que um sujeito, chamado José de Sousa Tavares, trouxe para o estado do Pará, “alguns índios de contrabando, e que em sua companhia tinham vindo”, para esse estado, “uns homens das minas”.⁹¹⁷

José de Sousa Tavares foi preso e teria declarado ao juiz de fora que ao padre Antônio José, missionário de Trocano, “veio dirigida do Mato Grosso aquela expedição”, com “índios de contrabando”, e que Gaspar Barbosa era encarregado por

⁹¹³ Ofício do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o secretário de estado da Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 18 de junho de 1754. AHU, Pará (Avulso), Cx. 36, D. 3415. No dia 25 de maio de 1754, Mendonça Furtado escreveu também ao reitor da Companhia de Jesus, ordem religiosa que atuava em Trocano, comunicando que colocaria uma guarda militar nessa aldeia. A carta escrita ao religioso é: Ao Reitor do Colégio da Companhia. Palácio [de Belém do Pará], em 25 de maio de 1754. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. I, p. 162.

⁹¹⁴ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Melo Carvalho e Melo. Pará, 10 de junho de 1754. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. I, p. 172.

⁹¹⁵ Ofício do secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real para o governador e Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Lisboa, 24 de fevereiro de 1755. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 37, D. 3493.

⁹¹⁶ PRUDENTE, Gabriel de Cássio Pinheiro. **Entre índios e verbetes**: a política linguística na Amazônia portuguesa e a produção de dicionários em língua geral por jesuítas centro-europeus (1720-1759). 2017. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. p. 91.

⁹¹⁷ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Melo Carvalho. Pará, 16 de setembro de 1754. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 223-225.

essa expedição, bem como “havia sido Leandro de Araújo,⁹¹⁸ que veio escoltado para baixo, e que foi seu sócio na extração e contrabando do ouro”. Como não encontravam esses dois homens, acreditava Mendonça Furtado que estavam “em alguma das fazendas dos padres, metidos pelo sertão”.⁹¹⁹ No ano seguinte, em 1755, Mendonça Furtado escrevia a Antonio Rolim de Moura que Gaspar Barbosa “só não cuidou em manifestar o ouro que trouxe, que o extraviou para onde a ele lhe pareceu” e que “nem ouro, nem Gaspar” apareceram.⁹²⁰

Possivelmente, Mendonça Furtado estava identificando uma provável rede de contrabando de indígenas e ouro composta por moradores do estado do Grão-Pará e da capitania do Mato Grosso. É presumível que esse Gaspar Barbosa fosse o mesmo que, em 1744, desceu do Mato Grosso ao Pará, como foi apontado no Capítulo 1. Assim, considerando que fosse o mesmo, seria um homem que conhecia bem o caminho entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, o que facilitaria a constituição de redes de contrabando. Além disso, talvez Gaspar Barbosa não fosse apenas um sujeito que, ao que parece, era membro de uma rede de contrabando de índios e ouro. Na carta que Mendonça Furtado escreveu a Antonio Rolim de Moura, governador do Mato Grosso, informando que o tal Gaspar Barbosa havia desaparecido, ele observa que recebeu a carta enviada pelo Rolim de Moura por meio de Gaspar Barbosa. Nesse sentido, uma vez que Gaspar Barbosa conduzia correspondências trocadas entre governadores, é presumível que fosse um sujeito no qual Antônio Rolim de Moura confiava, provavelmente por ser um conhecedor do caminho fluvial que conectava o Mato Grosso ao estado do Grão-Pará.

Outro episódio que aponta o contrabando do ouro pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé ocorreu em 1777. Segundo o comandante do Forte de Bragança, José Manoel Cardoso da Cunha, “na revista que se passou as canoas que” foram para a Vila de Borba encontraram ouro na caixa do anspeçada de pedestres de José de Oliveira. O

⁹¹⁸ Para o final da década de 1760, há um pedido de confirmação de carta de data e sesmaria por um sujeito chamado Leandro de Araújo. Contudo, não é possível confirmar se é o mesmo que está envolvido nesse contrabando. Requerimento de Leandro de Araújo para o rei D. José I, solicitando a confirmação de carta de data e sesmaria localizada junto ao rio Atuaá, na Ilha Grande de Joanes. Ant. 17 de julho de 1769. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 64, D. 5555.

⁹¹⁹ *Ibidem*.

⁹²⁰ Ao governador-geral da capitania do Mato Grosso. Mariuá, 11 de outubro de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 483-489.

comandante Cardoso da Cunha teria confiscado o dito ouro e guardado para proceder com ele conforme as orientações do governador da capitania.⁹²¹

Por fim, no final de 1753, chegaram a Belém alguns homens que tinham descido da capitania do Mato Grosso, cujos nomes eram João Rodrigues da Silva, Paulo Gouveia e mais três homens. Esses sujeitos saíram de Vila Bela no dia 3 de julho com licença do governador do Mato Grosso. Nas “guias” que se lhe passaram naquela capitania constava que desciam para o Pará trazendo 10.025 oitavas de ouro em pó. Uma vez encaminhados para exame do ouro em pó com o ouvidor-geral “na presença dos mesmos mineiros”, constou que, na verdade, não passavam de 9.676 oitavas.⁹²² Suspeitou, então, o ouvidor que havia um extravio de ouro.

Mendonça Furtado acreditava, por sua vez, na inocência dos mineiros. Explicou a Diogo de Mendonça Corte Real que esses mineiros estavam “no grande embaraço em que estão” e em seu “sentir sem culpa sua” e que esses homens “fizeram da sua parte o que cabia na possibilidade para não extraviarem o ouro”.⁹²³ Em uma carta que escreveu ao governador da capitania do Mato Grosso, Mendonça Furtado argumentava que no que “respeita ao ouro de Paulo de Gouveia, disse a alguns homens de negócio” que falaram a ele “que não tinham risco em contratar com ele, fazendo-lhe cessão do ouro que estava em depósito”.⁹²⁴ É possível, assim, pensar na possibilidade de que não tenha ocorrido o extravio do ouro durante a viagem.

Por outro lado, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado explicou também a Diogo de Mendonça Corte Real que “e se acaso este ouro”, que estava com os mineiros, “foi bem pesado nas minas, gastariam o que falta em comprar víveres pelas aldeias do sertão”, pois por “toda a parte por onde esta gente passa, se lhe vendem as coisas a bom preço”.⁹²⁵ Ou seja, a explicação do governador sugere que não era raro que sujeitos que desciam com ouro, do Mato Grosso para o Pará, utilizassem esse metal para realizar

⁹²¹ Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador do Mato Grosso. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 1º de julho de 1777. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 142, Cx. 002).

⁹²² Ofício do governador e capitão general do estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 13 de dezembro de 1753. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 35, D. 3315.

⁹²³ *Ibidem*.

⁹²⁴ Ao governador-geral da capitania do Mato Grosso. Mariuá, 11 de outubro de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., p. 483-489.

⁹²⁵ Ofício do governador e capitão general do estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 13 de dezembro de 1753. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 35, D. 3315.

trocas no trajeto da viagem, fazendo com que o ouro extraído daquela capitania alcançasse, com facilidade, outras áreas da América portuguesa. Isso, por sua vez, aponta para o pouco controle que o governo colonial teria sobre a extração e a utilização desse metal.

Como lembrou António Carlos Jucá, o ouro era moeda e também mercadoria. Essa dupla condição favorecia relações mercantis no interior do Império e na América portuguesa, conectando regiões que eram pouco ou nada integradas ao espaço colonial.⁹²⁶ Embora a capitania do Mato Grosso já fosse conectada a outras regiões da América portuguesa, a abertura do caminho fluvial conectando-a com o estado do Grão-Pará seria constituída, em certa medida, pelas embarcações que transportavam mercadorias e escravizados para o Mato Grosso e retornavam, para o estado, com quantidade de ouro.

5.4 A PRAÇA MERCANTIL DE BELÉM, O OURO E SEU MANIFESTO

Um dos principais objetivos que nortearam a abertura da comunicação fluvial entre o estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1752, foi o abastecimento de Vila Bela Santíssima Trindade. Por essa razão, diversas expedições saíram de Belém com carregamentos de fazendas que seriam comercializadas naquela vila. A carga era bem diversificada e abrangia diversos produtos, como camisas, calções de algodão, barras de ferro, martelos, serrotes, facões, picaretas, grilhões, calcetas, cal, dobradiças, sal, rolos de pano de algodão e de linho, tinteiros de chumbo e de osso, talhadeiras de ferro, pólvora, chapéus, tafetá, botões, maços de linhas, colheres de pedreiro, fechaduras, esquadrias, tachos de cobre, pés de cabra, pederneiras, resmas de papel, enxadas, “pretos

⁹²⁶ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil colonial 1720, 1821**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3, p. 315-316.

escravos” e remédios de botica (mercúrio doce, óleo de copaíba, enxofre, vinagre rosado, cera amarela, sal diurético, delírio florentino, ópio, mel rosado e outros).⁹²⁷

Essas atividades comerciais eram promovidas por particulares e por agentes do governo português. David Davidson classifica esse comércio em três fases. A primeira fase corresponderia ao período inicial, de 1752 até 1768. Segundo David Davidson, esse período foi caracterizado pela dificuldade de negociação entre os agentes comerciais do Mato Grosso e a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e pela baixa capacidade comercial de Belém em atender a esses agentes comerciais. Em contrapartida, o comércio promovido pelo governo, articulado com a Companhia, mostrou-se mais eficaz. Quanto ao segundo período, corresponde ao intervalo entre 1769 e 1788. Esses anos teriam sido qualificados pela intensificação do estímulo do governo lusitano em promover esse comércio e o aprofundamento do envolvimento da Companhia nas atividades mercantis. Nesse contexto, o marquês de Pombal pretendia transformar o Pará no principal entreposto comercial do Mato Grosso e promover o contrabando nas

⁹²⁷ Memoria de diversos gêneros, provimenros q. são precisos na Provr.^a da Faz.^a R.¹ de Mato Grosso; os quaes se pdem aos Snr^{es} Administra Expressão presente na documentação. dores da Comp.^a G.^{al} do Pará de mandarem aprontar a ordem do Il^{mo} e Ex.^{mo} S^r João Pereira Caldas, Gov.^{or}, e Cap^m General daquele Est.^o p^aq. sua Ex.^{ca} os possa mandar encaminhar a sobred. Provedr.^a pela ocaz^{am} mais prompta q. haja de ofreser-se. Fortaleza da Conceição, 15 de janeiro de 1774. Belchior Alvares Pereira. **APEP**, Códice 267, anexo, doc. 01; Relação dos medicamentos que são precisos para sustim.^{to} das boticas de S.Mag^e de Vila Bela e da Fortaleza de N. S^{ra} da Com^{são}. Fortaleza da Conceição, 15 de janeiro de 1774. Belchior Alvares Pereira. **APEP**, Códice 267, anexo, doc. 01; “Resumo das remeças que por ordem do Il^{mo} e Ex.^{mo} S^r General tem feito os administradores da Companhia Geral do Pará para Vila Bella de Matto Groço desde 11 de setembro de 1773 até 17 de dezembro de 1775” que está anexado em “Ofício do governador e capitão-general do estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. Pará, 28 de abril de 1776. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6308; “Relação das ferramentas fazendas que por ordem do Il^{mo} e Ex.^{mo} S^r João Pereira Caldas remetem aos administradores da Companhia Geral Antonio Coutinho de Almeida e Manoel José da Cunha, a cargo do Anspeçada M^c Antonio Furtado para entregar tudo em Vila Bela de Mato Grosso a ordem do Il^{mo} e Ex.^{mo} S^r Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Gov.^{or} e Capp.^{am} Gan^{al} da mesma capitania, marcado com a marca da marge” que está anexado em “Ofício do governador e capitão-general do estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. Pará, 28 de abril de 1776. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6308; “Nova relação dos auxílios por agora mais indispensáveis para o progresso das reaes obras desta capitania, a qual na presença do Il^{mo} e Ex^mo Snr^o João Pereira Caldas, governador, e capitão General do estado do Pará, põem o governador, e capitão general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres conformando-se a carta, que receber de S. Ex^a com data de 25 de fevereiro deste ano de 1775” que está anexado em “Ofício do governador e capitão-general do estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informando sobre o estado em que se encontra a capitania de Mato Grosso”. Pará, 1^o de fevereiro de 1776. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6272; “Relação dos gêneros que remetem os administradores da Companhia Geral do Comercio Gonçalo Pereira Vianna e Antonio Coutinho de Almeida por ordem do Il^{mo} e Ex.^{mo} S^r General nas canoas dos Solimões que presente partem a cargo do Soldado Manoel Antonio Furtado, para receber tudo na Villa de Serpa, transportar para Borba como lhe for determinado p.^{lo} sargento mor comandante José Henriques da Costa Alm^{da} a quem pertence o recebimento dos gêneros seg^{es} para os hir remetendo ao Il^{mo} e Ex.^{mo} S^r General da Capitania de Matto Grosso” que está anexado em “Ofício do governador e capitão general do estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. Pará, 20 de dezembro de 1774. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 73, D. 6170.

áreas fronteiriças, drenando a prata espanhola para os cofres portugueses. Por fim, a terceira fase, iniciada em 1788, seria considerada o declínio desse comércio, estendendo-se até 1808.⁹²⁸

No comércio realizado pelo tesouro real, o governador, ou o provedor da capitania do Mato Grosso, encaminhava uma relação aos administradores da Companhia e ao governador do estado do Grão-Pará do que a capitania necessitava. Esses, então, seriam responsáveis pelo envio das fazendas ao Mato Grosso. O comércio realizado pelos agentes comerciais do Mato Grosso acontecia através das negociações que faziam com os agentes mercantis do Pará e com a Companhia Geral. Primeiramente, vou analisar o comércio promovido pelos agentes mercantis e, posteriormente, o realizado por meio da articulação com a Companhia Geral. Para isso, será necessário fazer uma breve caracterização da praça comercial de Belém e de seus comerciantes.

Uma das características econômicas do estado do Grão-Pará e Maranhão é que nele eram fundamentais as atividades extrativistas, embora houvesse atividades comerciais. David Davidson defende que capacidade comercial de Belém era baixa e, por isso, não era capaz de atender às demandas comerciais do norte e da capitania do Mato Grosso na segunda metade do século XVIII.⁹²⁹ Isso, por sua vez, não implica afirmar que não houvesse comércio,⁹³⁰ ainda que não possuísse a mesma dimensão mercantil de praças comerciais como a do Rio de Janeiro e da Bahia. Para o período pesquisado, são escassas as análises sobre os agentes mercantis que atuavam em Belém, bem como sobre a praça comercial dessa cidade.

Apesar disso, foram identificados alguns sujeitos que atuavam no comércio. Um desses foi Baltazar do Rego Barbosa, que na segunda metade do século XVIII atuou como administrador na Companhia. Rego Barbosa foi contratador dos dízimos. Francisco Xavier de Mendonça Furtado o qualificava como aquele que sabia “arrumar as contas excelentemente” e parecia que não tinha “receio aos credores”.⁹³¹ Na década de 1730, foi acusado de “comprar algumas fazendas aos franceses que foram ao sítio do

⁹²⁸ DAVIDSON, David Michel. Op. cit.

⁹²⁹ Ibidem.

⁹³⁰ Ao analisar a Companhia Geral do Grão-Pará, Patrícia Melo faz uma breve caracterização da praça comercial de Belém. (SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. cit., p. 172-176).

⁹³¹ Ofício do governador e capitão general do estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 14 de novembro de 1755. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 39, D. 3678.

Mosqueiro”.⁹³² Com a finalidade de defender-se das acusações, Baltazar do Rego Barbosa encaminhou um requerimento ao rei D. João V no qual se classificava como “homem de negócio”.⁹³³

Ainda nessa perspectiva, foram identificados José Gonçalves Chaves, que tinha “casa de negócio na cidade do Grão-Pará do Maranhão”.⁹³⁴ Antonio Fernandes de Carvalho dizia que era morador da cidade de Belém e que vivia “do seu negócio e comércio na dita cidade e na do Maranhão com várias fazendas” e que as trouxe de “Lisboa antes da Companhia Geral do Comércio por sua conta em risco”.⁹³⁵

Ainda que a praça comercial de Belém fosse considerada reduzida, se comparada com outras localizadas na América portuguesa, teve um papel importante no abastecimento de Vila Bela antes e, até mesmo, após a criação da Companhia Geral de Comércio. As primeiras carregações de fazendas que saíram do Pará e foram para o Mato Grosso eram oriundas das negociações estabelecidas com os agentes mercantis que atuavam nas praças de Belém.

É fundamental, inicialmente, considerar que a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foi criada apenas em julho de 1755. Além disso, antes da criação da Companhia, alguns agentes comerciais do Mato Grosso já haviam vindo ao Pará negociar produtos. No mês de março de 1752, por exemplo, chegaram ao porto de Vila Bela, vindos do Pará, José dos Santos Branco, Calixto do Rego Sousa, Antônio Francisco Serra e João Antunes da Costa “com fazenda seca, molhados, sal e ferragem” e era “o terceiro socorro que do Pará teve estas minas”.⁹³⁶

Uma carta que o governador do estado do Grão-Pará escreveu a Antonio Rolim de Moura, em maio de 1754, sinaliza o envolvimento dos agentes mercantis do Pará com os moradores de Mato Grosso. Relatava Mendonça Furtado a Antonio Rolim de Moura que, “segundo cálculo destes homens de negócio, não se esperava por gentes

⁹³² Carta do solicitador da Fazenda Real, Francisco de Sales Rodrigues, para o rei D. João V. Lisboa, 12 de novembro de 1743. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 26, D. 2455.

⁹³³ Requerimento do homem de negócios Baltazar do Rego Barbosa para o rei D. João V, solicitando provisão para se poder representar por procuração na devassa que se levantou contra si pelo descaminho de fazendas de uma balandra francesa. Ant. 7 de maio de 1740. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 23, D. 2186.

⁹³⁴ Diligencia de Habilitação de José Gonçalves Chaves. **ANTT**. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, José, mç. 73, doc. 1101.

⁹³⁵ Requerimento anexado em: Ofício de Antônio Fernandes de Carvalho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 16 de outubro de 1766. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 59, doc. 5285.

⁹³⁶ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 51-52.

dessas minas senão para o mês de agosto”, de 1754.⁹³⁷ Ou seja, os agentes mercantis de Belém já conheciam o período no qual os homens de Mato Grosso desciam para a cidade de Belém. É provável que esse conhecimento fosse útil para se preparar para estabelecerem negociações.

Provavelmente, o deslocamento dos homens de Mato Grosso para a cidade de Belém contribuía para o aumento da circulação do ouro no Pará, uma vez que se tratava de moeda. Como já foi lembrado, havia uma política da Coroa portuguesa para controlar e arrecadar recursos com a fiscalização do ouro. Os mecanismos de controle do ouro ensejaram a produção de diversos registros. Um desses são os livros do Manifesto do Ouro. Neles constam quem despachava ouro, em pó ou em barra, para Lisboa e a quantidade que cada um enviava.⁹³⁸ Para fazer esse registro, era publicado um edital periodicamente. Dessa maneira, por exemplo, Marcos José Monteiro de Carvalho lançou um “Edital sobre o Manifesto do Ouro” no dia 20 de janeiro de 1777 e nele explicava que o governador do estado do Grão-Pará mandava “que toda pessoa” que quisesse “mandar ouro na charrua” que em breve faria a “viagem deste porto [de Belém] para o de Lisboa a entregar na casa da moeda daquela corte”, deveria ir até o Palácio, onde residia o governador do estado, no dia 23 de janeiro.⁹³⁹

O Quadro 5 foi produzido usando os livros do Manifesto do Ouro localizados no acervo *Arquivo Histórico Ultramarino*: nos Avulsos das capitanias do Pará e do Maranhão e nos códices 2020 e 2021 (Manifestos do Ouro). Por meio deles, é possível observar quem “manifestou” ouro para enviar para Lisboa.⁹⁴⁰ Em alguns livros do manifesto, é possível observar que algumas pessoas declararam mais de uma porção de ouro para enviar em uma mesma embarcação. Entretanto, o quadro considera apenas

⁹³⁷ Ao governador da capitania do Mato Grosso, D. Antonio Rolim de Moura. Pará, 28 de maio de 1754. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 163.

⁹³⁸ A Coroa lusitana taxava a produção mineral e a circulação no ouro e de pedras preciosas. Assim, em 9 de setembro de 1710, um decreto determinou que todo o ouro que fosse para o reino, nas frotas do Brasil, deveria ser levado à Casa da Moeda, situada em Lisboa. Em 1720, a Coroa portuguesa determinou também que o ouro transportado do Brasil para Portugal deveria pagar o direito do 1%. Assim, com a finalidade de arrecadar esse tributo, o ouro enviado deveria ser registrado nos manifestos das embarcações com os seguintes dados: nome de quem enviava, identificação de quem recebia ou dos procuradores, a quantia transportada e a forma do ouro (SALLES, Hyllo Nader de Araújo. Caminhos e descaminhos do ouro do Brasil. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS, 2015, Florianópolis. *Anais...*, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439855844_ARQUIVO_caminhosdescaminhosdo_ouro,1710-1735.pdf>. Acesso em 18 nov. 2022.

⁹³⁹ Edital sobre o manifesto do ouro. *APEP*, Códice, 310, doc. 277.

⁹⁴⁰ Nos manifestos, é possível observar a quantidade que cada um enviou e quando enviou.

quem enviou. Infelizmente, não foram localizados todos os livros de manifestos para o período que a pesquisa contempla.⁹⁴¹ Além disso, não foi possível identificar as informações de todos os sujeitos relacionados. Sabe-se, contudo, que alguns desempenhavam a função, entre outras, de agentes mercantis.

⁹⁴¹ Para alguns anos, há apenas a quantidade enviada. Relação da carga transportada pelos navios “Nossa Senhora das Mercês”, “Santa Ana”, “São Francisco Xavier” e “Nossa Senhora do Cabo”, pertencentes à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Post. 1755. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 40, D. 3712; Ofício do provedor da Fazenda Real e ouvidor-geral da capitania do Pará, Feliciano Ramos Nobre Mourão, para o ex-secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Belém, 27 de agosto de 1760. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 46, D.4235; Ofício do visitador do ouro Carlos Antônio da Silva Franco para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a visita do ouro que fez ao navio “Nossa Senhora Madre de Deus, São José e Almas”, de que é capitão Luis Ferreira Braga, proveniente do Pará. Lisboa, 29 de janeiro de 1764. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 55, D. 5032; Ofício do corregedor do Bairro Alto, Manuel José de Faria e Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a visita do ouro que efetuou ao galeão “Nossa Senhora da Glória e Santa Ana”, de que é capitão Domingos Dantas, proveniente da capitania do Pará. Lisboa, 3 de setembro de 1765. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 58, Doc. 5226; Ofício de José Roberto Vidal da Gama para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre a visita do ouro realizada ao navio “Santa Ana e São Francisco Xavier”, de que é capitão Bernardo Franco. Lisboa, 8 de maio de 1770. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 65, D. 5635; Ofício do governador e capitão general do estado do Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro]. Pará, 20 de fevereiro de 1772. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 68, D. 5821; Ofício do visitador do ouro José Roberto Vidal da Gama para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o manifesto do ouro e de outros produtos transportados da capitania do Pará para Lisboa, a bordo da charrua “Nossa Senhora da Glória e São Joaquim”. Lisboa, 25 de junho de 1775. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6224; Ofício do visitador do ouro José Roberto Vidal da Gama para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo o manifesto do ouro e mapas da carga transportada para o Reino, a bordo das corvetas “Nossa Senhora de Oliveira”, vinda de Cachéu e Pará sob o comando do capitão Manuel Luís do Cabo, “São Paulo”, vinda do Pará a cargo do capitão Domingos Antônio Chaves, e “São Pedro Gonçalves”, vinda do Pará comandada pelo capitão João do Espírito Santo, assim como a chegada do preso Sebastião da Cunha Souto Maior, que foi governador da Fortaleza de Bissau, e conduzido à Cadeia do Castelo até nova ordem. Lisboa, 12 de setembro de 1775. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6244.

Quadro 5 – Relação dos moradores que manifestaram ouro (1750-1777)

Nomes		
André [Fernandes] Gavinho	Estevão Luís da Rocha	José Antônio de Miranda e L ^a , capitão
Antônio José [...]	Estevão Alvares Bandeira	José Gonçalves Chaves
Antão José Neto	Florentino da Silveira Frade	José Ramos de Queiroz
Antônio de Sá Pereira	Francisco Mourão de Miranda	José Ferreira Lisboa
Antônio Alvares	Francisco Antônio Pereira	José Peres da Silva
Antônio Fernandes de Carvalho	Francisco de Sousa Ribeiro	Lázaro Fernandes Borges
Antônio Cardoso Saldanha, capitão	Francisco João Batista	Leandro Caetano Ribeiro
Antônio Gonçalves Prego	Francisco Ferreira Guimarães	Leonel [...]
Antônio Gonçalves Sousa, capitão	Francisco Gomes Ribeiro	Leonel Fernandes
Antônio Lopes, padre frei procurador do Convento das Mercês	Francisco Gonçalves, frei	Luís de Albuquerque Pereira Cáceres, a mando de
Antônio Lopes	Francisco Rodrigues Matos	Luís Caetano Correia
Antônio Lopes de Madre Deus	Francisco Sousa Ribeiro	Luís Domingues
Antônio Nunes Pereira	Francisco Vaz da Cunha	Luís Gonçalves
Antônio Joaquim Silva	Fernando Machado Sousa, padre	Luís Pereira da Cunha
Antônio José Lima	Gaspar dos Reis	Manoel Correia [Azeitão]
Antônio José Pestana da Silva	João Alvares Ferreira	Manoel da Cunha Bittencourt
Antônio José Pontes	João Amorim Oliveira	Manoel da Cruz Amaral
Antônio da Rocha	João Francisco da Silva	Manoel Fernandes Padrão
Antônio da Rocha Araújo	João Felix Pereira –	Manoel Ferreira da Silva
Antônio Francisco Souto	Jerônimo Ribeiro Guimarães	Manoel José Alves Bandeira
Antônio de Sousa de Azevedo	Hipólito da Costa	Manoel Pessoa
Antônio Pereira da Costa	Hilário Ferreira	Manoel Lopes Gonçalves
Antônio Rodrigues Mota	Inácio de Castro Sarmento	Manoel da Silva [Barata]
[...] Antônio Gonçalves dos Santos	Inácio	Manoel Jose Barbosa
Antônio Rodrigues	Inácio Joaquim Oliveira	Manoel Nicolau Rodrigues
Antônio Rodrigues Alves	Jacinto Gonçalves	Manoel Pires dos Santos
Antônio Rodrigues e Castro	Jacinto Matos da Fonseca	Manoel Simões
Antônio Rodrigues Martins	Jacinto da Silva	Manoel Ribeiro Pinho
Amaro Soares Lima	Jacinto Rodrigues Cardoso	Manoel de Afoncela
D. Antonia [Clara de Fonseca]	João Afonso de Oliveira Lima	Marcos Gonçalves de Farias
Anna Joaquina	João Afonso	Manoel da Costa Serrão, tesoureiro dos Ausentes
Almoxarife da Fazenda Real	João [...] de Gois	Miguel Antônio de Araujo
Bartolomeu Guerreiro da Luz	João de Melo Lobo	Miguel Pereira Pinto
Bartolomeu Guerreiros	José Manuel Travassos	Miguel Gomes
Bento Machado de Sousa	João Martins	Os santos lugares
Bento de Figueiredo [Tenreiro]	João Nunes de Melo	Paulo Gouveia
Bento Alves da Silva	João da Silva Ledo	Paulo Jordão
Bento Francisco de Araújo	João Rodrigues da Silva	Pascoal de Abranches Madeira, desembargador
Bartolomeu Ferreira	João Peixoto	Pedro Alvares Borges
Baltazar do Rego Barbosa	João Henriques	Pedro José [Peguda]
[Custódio...]	João Manuel Rodrigues	Pedro Furtado
Damião Francisco Antônio Ribeiro	Joaquim Rodrigues Leitão	Pedro Antônio do Valle
Diogo Antônio de Castro	Joaquim José das Mercês	Raimundo de Figueiredo
Domingos Gomes da Costa, padre	João Antônio Pinto da Silva	Sebastião da Cunha

Domingos Machado Sirgado	João dos Santos Negrão	Sebastião da Cunha Lima
Domingos Serrão de Castro	João de Freitas Monteiro, capitão	Tesoureiro dos Ausentes
Dionísio de Freitas [Vasconcelos]	José Sanches de Brito, comandante	Valério Duarte Gomes
Diogo José Pereira	José Antônio Henriques	Verissimo da Silva Oliveira
		Verissimo Duarte Rosa, capitão

Fonte: **AHU**, Códice 2020; **AHU**, Códice 2021; **AHU**, Maranhão (Avulsos), Cx. 35, D. 3529; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 39, doc. 3648; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 43, doc. 3910; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 47, doc. 4284; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 48, doc. 4383; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 52, doc. 4717; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 72, D. 6123; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6286; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6287; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6295; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6311; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6330; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 76, D. 6361; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 76, D. 6360; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 77, D. 6423; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 77, D. 6455; **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 78, D. 6474.

Primeiramente, é importante lembrar que, provavelmente, nem todo ouro que circulava no estado do Grão-Pará e Maranhão era oriundo do Mato Grosso. Como foi lembrado neste capítulo, Mendonça Furtado teria alertado a administração no reino para as quantidades de ouro das minas de São Félix que chegavam ao Grão-Pará e Maranhão.⁹⁴² Ou seja, não é possível identificar a origem de uma parcela desse ouro enviado para Casa da Moeda, em Lisboa.

A partir do Quadro 5, observa-se que uma quantidade de ouro era encaminhada para Lisboa em nome do governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque Pereira Cáceres. Em Lisboa, Luís de Albuquerque tinha um procurador, chamado Paulo Jorge. Esse sujeito era armador, produtor de vinhos, negociante de louças e sedas, dono de dezenas de lojas e armazéns. Além de manter Luís Albuquerque informado acerca dos acontecimentos do reino, Paulo Jorge enviava gêneros do gosto pessoal do governador, como vinho, manteiga, azeite, farinha de Sevilha, queijo e outros. Esses produtos poderiam ser enviados por navios reais ou da Companhia Geral.⁹⁴³

O ouro encaminhado por Luís de Albuquerque estava presente no manifesto do mês de maio de 1773, que seguiria para Lisboa na corveta “São Pedro Gonçalves”. Segundo o manifesto, o referido governador encaminhava “duas barras de ouro” que valiam quase 1,5 milhão de réis.⁹⁴⁴ Um pouco antes do manifesto, em abril de 1776, os administradores da Companhia no Pará escreveram a Luís de Albuquerque informando que estavam com duas barras de ouro, uma no valor de 1.433.944 réis e outra que valia

⁹⁴² Amaral Lapa pontua, igualmente, que uma parcela do ouro enviado de Belém para Lisboa era oriunda da produção aurífera de Goiás, embora a ação da Companhia não contemplasse aquela área (LAPA, José Roberto Amaral. Op. cit., p. 87).

⁹⁴³ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. Op. cit., p. 129-135.

⁹⁴⁴ Ofício do governador e capitão-general do estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Pará, 4 de maio de 1776. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6311.

47.390 réis, que ele mandava para Lisboa para que fosse entregue a Paulo Jorge ou a João Roque Jorge⁹⁴⁵ e que eles mandariam na corveta *São Pedro Gonçalves*.⁹⁴⁶ Dessa maneira, é possível que o ouro remetido pelo Luís de Albuquerque, para Lisboa, fosse para o pagamento dessas encomendas que negociava com Paulo Jorge. Ou, então, era um recurso financeiro do governador Luís de Albuquerque que era encaminhado para que Paulo Jorge realizasse operações financeiras.⁹⁴⁷

Além de Luís Albuquerque, moradores da capitania do Mato Grosso registraram quantidades de ouro para que fossem enviadas para o reino. Um dos moradores foi o padre Domingos Gomes da Costa. Esse religioso substituiu, em 1759, o padre Agostinho Lourenço na aldeia de São José.⁹⁴⁸ Em fevereiro de 1772, o dito Domingos Gomes da Costa manifestou uma “borracha” com 4.417, outra com 216,5 e, finalmente, uma com 999,5 oitavas de ouro.⁹⁴⁹ Igualmente exemplar dessa perspectiva é Miguel Pereira Pinto, ouvidor da capitania do Mato Grosso, que manifestou 25 barras, em maio de 1776.⁹⁵⁰ Por fim, ainda em maio de 1776, “manifestaram por ordem” de Luís de Albuquerque de Melo Pereira de Cáceres, duas barras de ouro.⁹⁵¹

Além desse governador, homens que atuavam no comércio e realizaram viagens entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará também manifestaram ouro

⁹⁴⁵ Paulo Jorge foi deputado da Companhia em Lisboa e João Roque Jorge era seu filho (MATOS, Frederik Luiz de Andrade de. **O comércio das “drogas do sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. p. 285).

⁹⁴⁶ Carta de Antonio Coutinho de Almeida e Manoel José da Cunha ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Pará, 27 de abril de 1776. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 0547, Cx. 012).

⁹⁴⁷ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. Op. cit., p. 141.

⁹⁴⁸ Ofício do governador da capitania do Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares, ao governador e capitão geral da capitania do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 27 de março de 1759. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 599; **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 78.

⁹⁴⁹ Manifesto de Ouro embarcado no navio Santa Ana e São Francisco Xavier, de que é capitão Bernardo Franco. Pará, 4 de fevereiro de 1772. **AHU**, Códice 2021.

⁹⁵⁰ Ofício do governador e capitão general do estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Pará, 4 de maio de 1776. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6311.

⁹⁵¹ *Ibidem*.

para que fosse enviado para Portugal. Um deles foi Manoel da Silva Barata.⁹⁵² Em fevereiro de 1772, manifestou uma borracha com 101 oitavas de ouro.⁹⁵³ Além de realizar negócio com a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Manoel da Silva Barata foi soldado da Companhia de Ordenanças de Vila Bela entre os anos 1765 e 1778. Pleiteou o posto de capitão das Ordenanças em Vila Bela e foi oficial da Câmara dessa vila, ocupando o posto de vereador. Dedicava-se à agricultura e à mineração e comerciava as mercadorias em Vila Bela e Cuiabá.⁹⁵⁴

Em 9 de novembro de 1772, o comandante do Forte de Bragança escreveu ao governador do Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, comunicando que uns “homens de negócio” se encontravam nas cachoeiras do Madeira, entre os quais Manoel da Silva Barata.⁹⁵⁵ Somente no dia 7 de janeiro de 1773, Manoel da Silva Barata teria chegado àquele forte com “os mais comboieiros”.⁹⁵⁶ Em 1774, era citado como devedor de 10.783.838 réis à Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.⁹⁵⁷ Além disso, constava, ainda, na relação de devedores dessa Companhia, em 1778: devia 2.532.973 e estava na condição de fiador de Dionísio Leite Ribeiro e Francisco Pedro de Melo.⁹⁵⁸

Antônio Gonçalves dos Santos era um dos que também atuavam no comércio entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso e residia em Vila Bela; consta que ele teria manifestado o ouro, com outro sujeito, em setembro de 1755.⁹⁵⁹ Foi soldado da Companhia de Ordenanças de Vila Bela, no ano 1765, e oficial da

⁹⁵² Nem sempre é possível identificar quem são os agentes mercantis que estão trabalhando nesse caminho. A partir da relação construída por David Davidson, é possível observar que é constante a presença de agentes mercantis do Mato Grosso fazendo essa viagem ao Pará: João de Sousa de Azevedo, João dos Santos Branco, Calixto do Rego Serra, Antonio Francisco Serra, João Antunes da Costa, João de Moura Colaço, José Vieira Passos, Hilário Antonio de Almeida Pessoa, Antonio Gonçalves dos Santos e outros. As primeiras viagens entre o Mato Grosso e o Pará foram realizadas por homens que partiram do Mato Grosso. É certo que militares do Pará também foram ao Mato Grosso. Porém, não sabemos se eles foram com a intenção de realizar negócios particulares. Entretanto, talvez seja possível pensar na hipótese de que os agentes mercantis do Pará não viajavam ao Mato Grosso para comercializar. Essas expedições seriam feitas pelos agentes mercantis do Mato Grosso. Contudo, apenas uma pesquisa sobre esses sujeitos que fizeram essas expedições pode corroborar ou não essa hipótese.

⁹⁵³ Manifesto de Ouro embarcado no navio Santa Ana e São Francisco Xavier, de que é capitão Bernardo Franco. Pará, 4 de fevereiro de 1772. **AHU**, Códice 2021.

⁹⁵⁴ RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. Op. cit.

⁹⁵⁵ Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luís Pinto de Sousa Coutinho. Forte de Bragança, 9 de novembro de 1772. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 0026, Cx. 01).

⁹⁵⁶ Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Forte de Bragança, 14 de janeiro de 1773. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 030, Cx. 001).

⁹⁵⁷ Carta dos administradores da Companhia Geral de Comércio do Pará e Maranhão Gonçalo Pereira Viana e Antônio Coutinho de Almeida ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Pará, 25 de março de 1774. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 0499, Cx. 011).

⁹⁵⁸ RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. Op. cit., p. 203.

⁹⁵⁹ Carta do ouvidor geral e intendente do ouro da capitania do Pará, João da Cruz Dinis Pinheiro, para o rei D. José I. Belém, 7 de setembro de 1755. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 39, D. 3648.

governança local de Vila Bela. Além disso, aparece em pelo menos duas expedições que viajaram entre o Mato Grosso e o Pará, uma em 1759, acompanhado de Hilário Antônio Almeida Pessoa,⁹⁶⁰ e outra em 1775, com Francisco da Costa Teixeira.⁹⁶¹ Como era devedor da Companhia, esta realizou uma tentativa de sequestro dos seus bens, mas não teve sucesso.⁹⁶² Ainda que alguns, como Manoel da Silva Barata, atuassem na mineração, é presumível que uma parcela desse ouro enviado para Lisboa fosse oriunda de atividades mercantis. Além desses moradores do Mato Grosso, o Quadro 5 é composto por moradores do estado do Grão-Pará também. Vejamos agora os moradores do estado do Grão-Pará que enviaram ouro para Lisboa.

Até chegar à cidade de Belém, o ouro que era transportado de Vila Bela deveria ser registrado nos postos (vilas e fortificações) situados no extenso caminho fluvial. No dia 18 de janeiro de 1763, por exemplo, José Alves de Sousa chegou à Vila de Borba, “vindo de Vila Bela do Mato Grosso e apresentou na casa da Intendência”, dessa vila, “as guias e ouro” que transportava. Nessa ocasião, a guia que trazia José Alves de Sousa dizia que havia porções de ouro que deveriam ser entregues a variadas pessoas, entre os quais o já conhecido Amaro Soares Lima.

Dessa maneira, as porções de ouro deveriam ser encaminhadas: a Amaro Soares Lima (e “ausente a João Henrique”), a José Peres da Silva, ao sargento-mor Antonio Rodrigues Martins (caso estivesse “ausente a quem seus poderes” tivesse), a Bernardo Simões Pessoa (e “ausente a Marcos Gonçalves de Faria), a frei Lino José Freire (e “ausente a quem seus poderes” tivesse), ao sargento-mor João de Sousa de Azevedo (e “ausente ao capitão mor José Miguel Aires”), a Antonio Rodrigues Martins (e “ausente ao alferes João Manuel Rodrigues”), a Teotônio da Silva Gusmão (e “ausente a sua mulher D. Leonarda Joaquina da Silva”), ao capitão Antonio Joaquim, ao capitão Joaquim Rodrigues Leitão e a José de Freitas (e “ausente a João Manuel Rodrigues”), Antonio Pereira da Costa (e “ausente ao sargento-mor Antonio Rodrigues Martins”), ao piloto José Carneiro (“entregar ao capitão Domingos Franco”), aos índios (que seria entregue ao governador do estado) e ao próprio José Alves de Sousa. Descia na mesma

⁹⁶⁰ Carta do governador do Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador da capitania do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Pará, 14 de fevereiro de 1759. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 139, Cx. 004).

⁹⁶¹ Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 9 de novembro de 1775. **APMT** (BR APMT. FNSC. CA 092, Cx. 002).

⁹⁶² Carta do ouvidor e provedor dos Ausentes Luís de Azevedo Sampaio à rainha D. Maria I. Vila Bela, 3 de fevereiro de 1777. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 19, D. 1154.

monção para o estado do Grão-Pará também José Alves Moreira com uma quantidade de ouro que pertencia a ele.⁹⁶³

Um dos sujeitos que recebeu oitavas de ouro de Vila Bela, em 1763, e consta em variados manifestos do ouro é o sargento-mor Antônio Rodrigues Martins. Esse sargento-mor registrou ouro: em setembro de 1755, novembro de 1757, novembro de 1760, novembro de 1761, fevereiro de 1772 e março de 1774. Certamente, Antônio Rodrigues Martins não era alguém desconhecido no estado do Grão-Pará e Maranhão em função das atividades que exerceu. Era “natural de Galícia, mas acha-se casado, com filhos e estabelecido no Pará”.⁹⁶⁴ Argumentando que era morador da cidade de Belém, Antonio Rodrigues Martins dizia que não tinha “terras próprias para cultivar”, embora tivesse “bastantes escravos para o poder fazer”. Por essa razão, demandava do governador “meia légua de terra em quadra na parte direita” do rio Mucurusá “e juntamente as sobras da parte esquerda no sítio”. Assim, em 24 de dezembro de 1739, o governador do estado do Maranhão lhe concedeu essa porção de terra em sesmaria.⁹⁶⁵

⁹⁶³ Alguns sujeitos receberiam mais de uma porção de ouro, que eram: José Alves de Sousa, Antonio Rodrigues Martins e Bernardo Simões Pessoa (Relação anexada a carta de Domingo Franco para o governador do estado do Grão-Pará Manuel Bernardo de Melo e Castro. Borba, 19 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 04).

⁹⁶⁴ Ofício do governador e capitão general do estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 14 de novembro de 1755. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 39, D. 3678.

⁹⁶⁵ Requerimento de Antônio Rodrigues Martins para o rei, D. João V, solicitando confirmação de carta de data e sesmaria situada nas margens do rio Mucurusá. Ant. 23 de janeiro de 1741. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 24, D. 2218. No catálogo nominal dos posseiros de sesmarias, publicado pelo Arquivo Público do Pará, consta que no dia 24 de dezembro de 1739 foi concedida sesmaria no rio Murucussá a “Antonio Rodrigues Alvares”, e não a “Antonio Rodrigues Martins”, como indica a documentação do AHU. Ainda segundo o catálogo do Arquivo Público do Pará, essa sesmaria teria sido confirmada em 28 de março de 1741 (**Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará**, t. III, 1904, p. 25). O nome “Antonio Rodrigues Alvarez” aparece também em um ofício que Francisco Xavier Mendonça Furtado encaminhou para seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, em meados de novembro de 1755. Publicado na coletânea *Amazônia na era pombalina*, v. II, esse ofício de Mendonça Furtado indica pessoas que assumiriam a administração da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e aponta que um desses sujeito seria “Antonio Rodrigues Alvarez”. O mesmo ofício ainda cita Antonio Gonçalves de Sousa também como candidato a esse posto administrativo e diz que ele “faz um pequeno negócio e se acham, ele e *Antônio Rodrigues Martins* [Alvarez?]” (grifo nosso). Nesse sentido, essa publicação sugere que há uma confusão em relação a esses nomes: primeiro, “Antonio Rodrigues Martins” e, depois, “Antonio Rodrigues Alvarez” (Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 14 de novembro de 1755. In: **MENDONÇA**, Marcos Carneiro de. Op. cit., v. II, p. 517). Esse ofício do Mendonça Furtado está disponível também no AHU nos avulsos da capitania do Pará. Diferentemente do que está publicado em *Amazônia na era pombalina*, o ofício presente no acervo do AHU diz “o segundo he Antonio Roiz. Miz.”, o que sugere ser “Antonio Rodrigues Martins”, e não “Antonio Rodrigues Alvarez/Alvares”. Além disso, ao se referir a Antonio Gonçalves de Sousa, lembra que ele “faz um pequeno negócio e se acham, ele e *Antônio Rodrigues Martins*” (grifo meu) (Ofício do governador e capitão general do estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 14 de novembro de 1755. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 39, D. 3678). Dessa maneira, parece que há certa confusão com o nome do Antonio

Consta como um dos moradores do Pará que enviou gêneros em consignação no navio da Companhia entre 1760 e 1764 e de 1770 a 1773 e no ano 1775.⁹⁶⁶

No início da década de 1740, Antonio Rodrigues Martins ocupava o posto de Almojarife da Fazenda Real da capitania do Pará.⁹⁶⁷ Ao que tudo indica, foi um dos que assinaram uma representação encaminhada ao monarca lusitano, em fevereiro de 1754, defendendo a criação de uma Companhia com a finalidade de atender à demanda de escravos no estado.⁹⁶⁸ Em novembro de 1755, Mendonça Furtado encaminhou um ofício a Sebastião José de Carvalho e Melo com a finalidade de informar “do caráter das pessoas que” julgava “capazes para servirem” a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Nessa ocasião, Mendonça Furtado apontava Antonio Rodrigues Martins, “de cuja verdade” ninguém havia duvidado e que seus dois antecessores no governo confiaram “dele inteiramente algum gênero de negociação que faziam” e não hesitavam “nenhum deles dúvida sobre a pureza das suas contas”.⁹⁶⁹

Contudo, o sargento-mor Antonio Rodrigues Martins não assumiu a administração da Companhia no Pará. É que, em 1757, ele tornou-se o primeiro

Rodrigues Martins. Comparando os documentos e considerando que os documentos manuscritos do AHU apresentam a grafia “Antonio Rodrigues Martins”, utilizaremos essa neste trabalho.

⁹⁶⁶ CARREIRA, António. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1988. v. 2, p. 286.

⁹⁶⁷ Carta do provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Félix Gomes de Figueiredo, para o rei, D. João V. Belém, 30 de outubro de 1742. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 25, D. 2343; Ofício do contratador, Aleixo de Campos de Andrade, para o conselheiro do Conselho Ultramarino, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Lisboa, 14 de julho de 1744. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 27, D. 2537; Carta do governador e capitão-general do estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. Pará, 16 de dezembro de 1745. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 28, D. 2637; Carta do provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Félix Gomes de Figueiredo, para o rei D. João V. Belém, 20 de agosto de 1747. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 29, D. 2766; Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre o pedido do ex-almojarife da Fazenda Real da capitania do Pará, António Rodrigues Martins. Lisboa, 19 de junho de 1748. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 30, D. 2865.

⁹⁶⁸ Representação dos moradores da capitania do Pará para o rei D. José. Pará, 15 de fevereiro de 1754. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 36, D. 3342.

⁹⁶⁹ Ofício do governador e capitão general do estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 14 de novembro de 1755. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 39, D. 3678.

tesoureiro-geral do Comércio dos Índios.⁹⁷⁰ Antonio Rodrigues Martins permaneceu nesse posto até sua morte, em 1775, quando foi substituído por João Manuel Rodrigues.

Observa-se, então, que Antonio Rodrigues Martins construiu uma trajetória caracterizada pelas atividades administrativas e comerciais no estado do Grão-Pará e Maranhão. Por outro lado, a atuação dele não estava restrita ao estado do Grão-Pará e Maranhão. Segundo Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1755, Antonio Rodrigues Martins era, no Pará, “quase o correspondente universal de tudo o que desce do Mato Grosso”.⁹⁷¹ Ou seja, Antonio Rodrigues Martins era, então, uma importante conexão entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso logo após a oficialização do caminho fluvial entre esses dois territórios. É presumível que essa conexão ocorresse através do comércio. Por outro lado, não há indícios de que tenha realizado, ao menos uma vez, a viagem até o Mato Grosso. Seja como for, é provável que essa vinculação com o Mato Grosso tenha sido proveitosa para ele, uma vez que seu nome consta em seis manifestos do ouro.⁹⁷²

Um relato do primeiro governador da capitania do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, pode ajudar a explicar uma das razões das vinculações entre os moradores do Pará e da capitania do Mato Grosso. Segundo Rolim de Moura, os agentes comerciais do Mato Grosso experimentavam dificuldades em comprar as fazendas da Companhia, mesmo que estivessem no Pará quando os artigos chegavam à capitania. Isso ocorreria porque a Companhia venderia “no primeiro mês só aos filhos da terra” e, “quando os moradores do Mato Grosso iam buscar, já não achavam se não em segunda mão”, adquirindo fazendas por preços mais elevados. Teriam alegado os homens de negócio

⁹⁷⁰ “Felicitando Deus Nosso Senhor o comércio das referidas Canoas, virão estas em direitura às Povoações a que pertencer: nelas se fará logo o manifesto autêntico de toda a importância da carga: mandando os Diretores, lançar no livro do Comércio com toda a distinção, e clareza os gêneros de que constam a dita carregação: o que tudo se Executará, na presença dos Oficiais da Câmara, e de todos os Índios interessados. Concluída esta diligência, com a brevidade que permitir o tempo, cuidarão logo os Diretores depois de mandarem extrair duas guias em forma de todas as parcelas, que se lançará no livro do Comércio, remeter para esta Cidade os referidos efeitos; ordenando aos Cabos das mesmas Canoas, que apenas chegarem a este Porto, entreguem logo uma das guias ao Governador do estado; e outra ao Tesoureiro geral do Comércio dos Índios: Para cujo emprego, por me parecer indispensavelmente necessário, nas circunstâncias presentes, tenho nomeado interinamente o Sargento mor Antonio Rodrigues Martins, atendendo à grande fidelidade, e notório zelo de que é dotado” (ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. cit., p. 24).

⁹⁷¹ Ofício do governador e capitão general do estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 14 de novembro de 1755. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 39, D. 3678.

⁹⁷² Em alguns manifestos, Antonio Rodrigues Martins enviou várias quantidades de ouro. No manifesto do ouro de setembro de 1755, Antonio Rodrigues Martins registrou as seguintes quantias: 533 oitavas, 210 oitavas, 100 oitavas, 543 oitavas (Carta do ouvidor geral e intendente do ouro da capitania do Pará, João da Cruz Dinis Pinheiro, para o rei D. José I. Belém, 7 de setembro de 1755. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 39, D. 3648).

do Mato Grosso que havia um “conluio da Companhia com os particulares do Pará para aumentar por aquele meio os seus interesses”.⁹⁷³

Esse posicionamento do Antônio Rolim de Moura pode justificar um dos problemas experimentados pelos comerciantes da capitania do Mato Grosso quando se deslocavam até o estado do Grão-Pará com a finalidade de comprar fazendas e comerciá-las naquela capitania. Aqui, destaca-se a figura do atravessador, um sujeito que atuava dentro de um circuito comercial ou de uma cadeia produtiva. A presença desses atravessadores ensejava diversos problemas em outras regiões da América portuguesa.⁹⁷⁴ Além disso, sinaliza para possíveis trocas comerciais operadas entre os agentes comerciais de Mato Grosso e do Pará. Assim, talvez alguns daqueles sujeitos que constavam na guia do ouro conduzida por José Alves de Sousa estivessem recebendo quantidades desse metal em decorrência das fazendas que revendiam, de segunda mão, aos comerciantes de Vila Bela que vinham até o Pará. Além disso, sugere como a atuação da Companhia pode ter influenciado nos problemas de abastecimento de Vila Bela através do estado do Grão-Pará e Maranhão.

5.5 A COMPANHIA GERAL E O COMÉRCIO COM O MATO GROSSO

No âmbito econômico, talvez, uma das principais medidas implementadas durante o reinado de D. José I foi a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755. Uma das facetas da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foi a de financiar, por meio de empréstimos, as despesas do erário real, como o pagamento das tropas e das cômguas, dos índios que remavam as canoas, ou de fornecer produtos, como tecidos para as fardas das tropas e equipamentos bélicos. Além disso, caberia a essa Companhia promover a construção e manutenção de fortalezas e feitorias que serviram para a defesa do território e desenvolvimento das atividades comerciais, a exemplo das feitorias que deveriam ser construídas no Madeira na década de 1770.

A criação desta Companhia, em parte, justificava-se a partir das demandas dos moradores do estado do Grão-Pará e Maranhão. Em fevereiro de 1754, um grupo de

⁹⁷³ Ofício do presidente do Conselho da Fazenda, Conde de Azambuja, Antonio Rolim de Moura Tavares, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Lisboa, 12 de junho de 1777. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 76, D. 6404.

⁹⁷⁴ Sobre os atravessadores e a atuação deles no comércio, ver: BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/Fapesp, 2002; ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 14, p. 32-71, abr. 2000.

moradores desse estado encaminhou ao monarca lusitano uma representação na qual se queixavam da escassez de africanos escravizados e, por isso, defendiam “o estabelecimento de uma companhia destinada unicamente para introdução dos negros nesse mesmo Estado”.⁹⁷⁵

Apesar do entusiasmo do governador Mendonça Furtado com a criação de uma Companhia, a adesão dos moradores estado do Grão-Pará ao projeto foi baixa, o que resultou na arrecadação de um inexpressivo volume financeiro para sua criação. Por essa razão, além dos interesses dos moradores do estado do Grão-Pará, agentes mercantis que atuavam na corte também deveriam ter seus interesses contemplados na formação da Companhia.⁹⁷⁶ A partir disto, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foi criada com a prerrogativa de exercer o monopólio, durante 20 anos, da navegação comercial e de abastecimento do estado do Grão-Pará e Maranhão com mão de obra escravizada.

A instalação dessa Companhia aconteceu em meio a protestos de alguns moradores do estado do Grão-Pará e Maranhão. Um dos grupos que teriam se manifestado contra a Companhia foi o dos agentes mercantis, uma vez que a Companhia teria prejudicado os seus interesses, pois tinham o monopólio do comércio de produtos como sal, vinhos e vinagres. Nesse sentido, Diego de Cambraia Martins lembra que, embora os próprios moradores tenham sugerido a criação de uma Companhia de Comércio, o monopólio não foi bem recebido por parte dos colonos. Isso, por sua vez, implica que esse direito, em si, não era o problema. Contudo, esse privilégio exclusivo teria se tornado um problema pelo fato de ser exercido por uma instituição de fora do estado.⁹⁷⁷ Apesar dos protestos, a Companhia foi instituída e atendeu a diversos interesses. Pretendia estabelecer com regularidade as conexões de Portugal com as praças das cidades de Belém e de São Luís mediante um sistema de frotas e fornecer ao mercado local, incluindo a capitania do Mato Grosso, africanos escravizados de Angola, Benguela e Guiné.⁹⁷⁸

A proposta de abastecer a capitania do Mato Grosso por meio da Companhia foi, por sua vez, caracterizada por inúmeras dificuldades e conflitos. Eram frequentes, por

⁹⁷⁵ Na proposta, havia também um interesse em comercializar madeira com o reino (Representação dos moradores da capitania do Pará para o rei D. José. Pará, 15 de fevereiro de 1754. AHU, Pará (Avulsos), Cx. 36, D. 3342).

⁹⁷⁶ SOUZA JUNIOR, José Alves de. Op. cit., 2012, p. 100-101.

⁹⁷⁷ MARTINS, Diego de Cambraia. **A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os grupos mercantis no império português (c.1755-c1787)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. p. 102.

⁹⁷⁸ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. cit., p. 176.

exemplo, as queixas acerca da escassez de fazendas enviadas ao Mato Grosso. Em uma missiva encaminhada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em setembro de 1762, Antonio Rolim de Moura queixava-se da escassez de remédios na capitania. Segundo esse governador, a falta de medicamentos justificava-se pelo fato de que a Companhia não havia remetido as receitas que ele teria solicitado o que o obrigava a comprar os “remédios que os mercadores e cirurgiões” vendiam “pelos exorbitantes preços que querem”.⁹⁷⁹

No final de década de 1760, o governador Luís Pinto de Sousa Coutinho também relatava problemas que dificultavam o abastecimento de Vila Bela por meio da Companhia. Os administradores da Companhia responderam a uma missiva de Luís Pinto de Sousa Coutinho na qual atribuíam aos “negociantes” a responsabilidade pela dificuldade em estabelecer um “comércio sólido” com a Companhia. Segundo os administradores da Companhia no Pará, esse comércio ainda não havia se estabelecido pela “grande inconstância” dos negociantes e por não terem eles escolhido “monções certas de virem a esta cidade fazer o seu comércio”. Segundo os administradores, esse seria o “motivo principal de não encontrarem os gêneros de que necessitam”. Nesse sentido, em função dessa inconstância, a Companhia não estaria disposta a “expor e perder seus cabedais” com “maior quantidade e variedade de gêneros, mais do que aqueles que regularmente se tem observado”. Sugeriam, então, os administradores a Luís Pinto de Sousa Coutinho que os “negociantes” de Vila Bela descessem até Belém anualmente “em dois corpos a fim de poderem vir um em um ano e outros no seguinte” e que estivessem na cidade “até os princípios do mês de agosto”.⁹⁸⁰

As observações acerca dessas dificuldades não eram feitas apenas pelos governadores do Mato Grosso. No mês de março de 1764, o governador do estado do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive, também alertava Mendonça Furtado, na condição de Secretário de estado, sobre as dificuldades relacionadas ao abastecimento

⁹⁷⁹ Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, António Rolim de Moura Tavares, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, 30 de setembro de 1762. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 11, D. 679.

⁹⁸⁰ Ofício cópia dos administradores da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará, para o governador da capitania do Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho. Pará, 4 de junho de 1769. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 64, D. 5547. A “Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão” preceituava que as “frotas da Companhia sairão sempre deste porto e dos do Grão-Pará e Maranhão, nos próprios e devidos tempos que se acham determinados por V. Majestade no seu Real Decreto de vinte e oito de Novembro de mil setecentos cinquenta e três” (CARREIRA, António. Op. cit., p. 14). Segundo o referido decreto, “a frota do Pará, e Maranhão parta da mesma forma de Lisboa no primeiro de março, e volte daqueles estados até a primeira lua do mês de agosto, saindo e voltando em todos os anos regularmente os comboios nos referidos tempos” (Belém, 28 de novembro de 1753. Disponível em: <http://www.governadosoutros.ics.ul.pt/imagens_livros/30_collecao_legislacao_portuguesa/01_legislacao_1750_1762/0176.jpg>. Acesso em: 18 nov. 2022) Não foi possível, contudo, identificar o período e a regularidade das viagens entre Belém e Portugal durante esse período.

do Mato Grosso. A carta de Ataíde Teive assemelha-se ao que foi relatado pelos administradores da Companhia, pois explicava que os sujeitos que desciam do Mato Grosso não encontravam fazendas em Belém e não chegavam a essa cidade no período em que as frotas desembarcavam. Nesse sentido, Ataíde Teive relatou a Mendonça Furtado que “alguns homens de negócio de Vila Bela” desceram até Belém e “não acharam efeitos”. Por conseguinte, “ausentarem-se os mais negociantes de fazer este giro”. Além disso, explicava que naquele período, março de 1764, haviam chegado alguns mineiros de Vila Bela a Belém “para levarem diferentes gêneros”. Contudo, eram obrigados a “esperar a frota pelos não haver” na Companhia.⁹⁸¹

O período e a organização apropriados para que as expedições que saíssem do Mato Grosso e fossem ao Pará ou que realizassem a viagem no sentido contrário já haviam sido analisados pela Corte em Lisboa e pelos governadores do Grão-Pará e do Mato Grosso. Ao que tudo indica, a reflexão sobre o tema começou a partir de uma carta que o juiz de fora de Mato Grosso, Teotônio da Silva Gusmão, encaminhou ao monarca português. Na missiva, o juiz de fora sugeria ao rei que a navegação entre esses dois territórios não fosse feita “em canoas ou barcas senão em corpo de frota”, para que fosse um “negócio igual para todas em um tempo” e se evitassem danos “uns a outros antecipando-se”.⁹⁸² A proposta era, igualmente, uma tentativa de garantir uma seguridade em decorrência dos ataques dos indígenas, uma vez que várias embarcações poderiam combater com mais eficácia esses ataques.

Antonio Rolim de Moura e Francisco Xavier de Mendonça Furtado foram, então, consultados sobre a proposta do juiz de fora; contudo, acreditavam que não era pertinente. Rolim de Moura argumentava que a sugestão não era conveniente nem ao negócio e nem aos moradores, pois “estando os mercadores certos do tempo em que as frotas de canoas” chegariam a Vila Bela, poderiam “com segurança levantar os preços ao galarim” na medida em que fossem “faltando as fazendas”. Além disso, esse governante acreditava que se os expedicionários fossem juntos para o Mato Grosso, seria mais fácil o “conluio para venderem todos por um preço”. Por fim, reconhecia Antonio Rolim de Moura que não poderia ser “cômodo igualmente para todos o mesmo tempo da partida”. Quanto a Mendonça Furtado, explicou que em Mato Grosso haveria

⁹⁸¹ Ofício do governador e capitão general do estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 13 de março de 1764. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 55, D. 5056.

⁹⁸² Carta do juiz de fora de Mato Grosso Teotônio da Silva Gusmão ao rei D. João V sobre o comércio do Grão-Pará com o Mato Grosso. Refere ser conveniente que as embarcações naveguem apenas em corpo de frota. Cuiabá, 31 de maio de 1751. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 35, D. 337.

escassez de gêneros se cada um deixasse de ter a liberdade de “buscar o que lhe for preciso quando tiverem comodidade para fazer”. A partir das considerações feitas por Mendonça Furtado e Rolim de Moura, o monarca D. José escreveu ao juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão comunicando que sua proposta não era conveniente.⁹⁸³

A proposta feita pelo juiz de fora sugere que aqueles que estivessem interessados em fazer a viagem fluvial do Mato Grosso ao Pará, ou, no sentido oposto, deveriam se organizar para que ela fosse feita em comboio. Antonio Rolim de Moura e Mendonça Furtado apontaram que esse tipo de regulamentação para essas expedições seria prejudicial ao comércio e abastecimento de Mato Grosso. Dessa maneira, defendiam que houvesse liberdade para que a viagem entre as duas capitanias fosse realizada no tempo mais cômodo para aquele que se dispusesse a fazê-la.

Apesar disso, as cartas dos administradores da Companhia e do governador Ataíde Teive ressaltam que os homens que desciam no Mato Grosso, ainda em meados da década de 1760, tinham problemas em comerciar na praça de Belém por não estarem no tempo apropriado, o da chegada das frotas com as fazendas. Esse problema aponta para uma questão que se repetia em outras áreas da América portuguesa, que era o período no qual as frotas chegavam aos portos litorâneos.

Júnia Ferreira Furtado analisa como os habitantes das Minas Gerais, principalmente os comerciantes, dependiam do trânsito dos navios nos portos litorâneos, uma vez que os produtos eram originários de portos do além-mar e para esses espaços eram remetidos o ouro. Dessa maneira, era comum que as frotas não cumprissem as condições necessárias para saída dos navios, causando atrasos. Além disso, essas frotas não estavam isentas dos naufrágios, que causavam perdas de fazendas e problemas de comunicação entre o governo do império português, pois a administração colonial dependia, em certa medida, das decisões e orientações do reino. Assim, o tempo dos comerciantes possuía um ritmo diferente dos outros habitantes da colônia, como o dos agricultores e mineradores. Havia um tempo do comércio que “pautava-se pelo ritmo das frotas”.⁹⁸⁴

Era preciso, então, conectar os dois tempos: o da descida do Mato Grosso com o das frotas que chegavam à praça de Belém. A conexão desses tempos nem sempre era viável, pois dependia, por um lado, das dinâmicas ultramarinas e atlânticas. Por outro lado, estava sujeito ao tempo mais apropriado para descer os rios Guaporé, Mamoré e

⁹⁸³ *Ibidem*.

⁹⁸⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. *Op. cit.*, 2006, p. 87-93.

Madeira, uma vez que havia um período mais adequado para essa viagem e que, em certa medida, estava sujeita a problemas impossíveis de prever, como os ataques indígenas.

A dificuldade de abastecimento da capitania do Mato Grosso por meio do caminho do estado do Grão-Pará revelava-se também a partir das referências que eram feitas ao caminho que comunicava Mato Grosso ao Rio de Janeiro. Nesse sentido, o caminho do Rio de Janeiro era entendido como uma via que atendia à demanda de fazendas e, principalmente, de africanos escravizados para o Mato Grosso.⁹⁸⁵ Isso, por sua vez, revela as dificuldades em manter as expedições comerciais com o estado do Grão-Pará.

Em meados da década de 1770, aproximadamente 20 anos após a criação da Companhia, uma carta do governador da capitania do Mato Grosso, Luiz de Mello Pereira e Cáceres, relatava a João Pereira Caldas, governador do estado do Grão-Pará, que os mineiros estavam acostumados a “comprar de ordinário os [escravos] do Rio de Janeiro e Bahia, que sendo mais baratos que os do Pará, têm muito melhor reputação”.⁹⁸⁶ Pereira Cáceres ressaltava também que, ainda que os “barateamentos e as justas moderações estabelecidas” poderiam fomentar o comércio de “fazendas secas e molhadas” entre o Pará e o Mato Grosso, acreditava que o mesmo não aconteceria com a comercialização dos escravos, pois “quase todos estes homens mais fortes em cabedal preferem antes ir buscá-los à Bahia e Rio”.⁹⁸⁷

Luiz de Mello Pereira e Cáceres argumentava, dessa maneira, que as medidas econômicas adotadas para viabilizar o comércio entre o estado do Pará e o Mato Grosso não seriam suficientes para fomentar esse circuito mercantil, uma vez que os “homens mais fortes em cabedal” continuariam abastecendo Mato Grosso com africanos

⁹⁸⁵ Sobre o envio de africanos escravizados para Mato Grosso, ver: MARTINS, Diego de Cambraia. Op. cit.; RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. Op. cit.; PINHEIRO, Bruno. **Homens de ferro, mulheres de pedra: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809).** 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2015. p. 173-192; LORDELO, Monique Cristina de Souza. Op. cit., p. 51. Sobre o abastecimento de escravos pelo Madeira, ver também: SILVA, Marley Antonia Silva da. *Da costa do Grão-Pará ao sertão do Brasil: tráfico de escravizados entre Belém, Mato Grosso e Goiás. Revista Historiar*, v. 10, n. 18, jan./jun. 2018.

⁹⁸⁶ Carta de Luís Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres para João Pereira Caldas. Fortaleza da Conceição, 19 de janeiro de 1774. **APEP**, Códice 267, doc. 04.

⁹⁸⁷ A carta de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para João Pereira Caldas. Vila Bela, 16 de janeiro de 1776, está anexado em “Ofício do governador e capitão-general do estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. Pará, 28 de abril de 1776. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6308. Segundo David Davidson, entre 1756 e 1768, Vila Bela e Cuiabá importaram 409 escravos do porto de Belém. No mesmo período, essas duas vilas teriam importado 3.585 escravos do Rio de Janeiro e da Bahia (DAVIDSON, David Michel. Op. cit., p. 151). Amaral Lapa argumenta que, embora fosse mais difícil e oneroso, o caminho do Rio de Janeiro favorecia um tráfico de escravos mais desembaraçado, rendoso e um “crédito mais elástico que o da Companhia” (LAPA, José Roberto Amaral. Op. cit., p. 90).

escravizados que compravam nos portos do Rio de Janeiro. Afinal, a Companhia Geral não tinha o monopólio do comércio com a capitania do Mato Grosso.

O abastecimento de Vila Bela através das expedições oriundas do Rio de Janeiro já ocorria desde a criação dessa vila.⁹⁸⁸ Nesse sentido, por exemplo, Antonio Rolim de Moura teria persuadido “alguns mercadores que intentassem a derrota de Araritaguaba” para Vila Bela. Por isso, em julho de 1758, José da Silva e José Afonso Branco chegaram em Vila Bela “com duas carregações de fazenda, de louça e comestíveis do Reino, e alguns escravos para vender” e “tudo foi conduzido e transportado desde o Rio de Janeiro”.⁹⁸⁹ Embora Rolim de Moura tenha sido um dos defensores do comércio entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, o incentivo que teria dado aos “mercadores”, para que fossem ao Rio de Janeiro, pode sugerir as limitações e restrições experimentadas em Vila Bela logo após a oficialização do caminho oficial com o estado do Grão-Pará e Maranhão.

As expedições provenientes do Rio de Janeiro continuaram chegando a Vila Bela na década de 1760. No mês de agosto de 1762, chegou a essa vila uma “monção do Rio de Janeiro” razão pela qual ficou “abundante de fazendas”.⁹⁹⁰ Ainda nessa perspectiva, José da Silva Terra alegava que teria assistido “com os gêneros do seu comércio a Fazenda Real na guerra de 1762 e 1763” e que eram “gêneros de comércio da praça do Rio de Janeiro”.⁹⁹¹ No dia 8 de janeiro de 1769, chegou a Vila Bela Domingo Jorge da Silva, indo da cidade da Bahia “com seu comboio, que se compunha de cento e tantos negros, e outros tanto números de cavalos”.⁹⁹²

Comparando-se os números de entrada de africanos escravizados na capitania do Mato Grosso, observa-se um predomínio dos “portos do sul” em relação ao do Pará. Assim, no governo de João Pedro da Câmara teriam entrado na capitania do Mato Grosso 291 escravos importados do Pará. Já dos “portos do sul”, a quantidade era de 651 africanos escravizados. No governo de Luís de Sousa Coutinho, a predominância dos “portos do sul” mantém-se em relação ao do Pará: 1.246 que entraram no Mato Grosso pelos “portos do sul” em comparação com 456 africanos escravizados que

⁹⁸⁸ Ainda é preciso analisar a constituição desse comércio estabelecido entre Vila Bela, Rio de Janeiro e Bahia.

⁹⁸⁹ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 70.

⁹⁹⁰ **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 87.

⁹⁹¹ Processo de Justificação aberto pelo Juiz Ordinário de Vila Bela, Antônio Teixeira de Oliveira, tendo como justificante o Capitão José da Silva Terra, contra o justificado Procurador do Conselho José Afonso Branco. Vila Bela, 23 de março de 1792. APMT (BR MTAPMT CVB-JO-PC-0526).

⁹⁹² **Anais de Vila Bela**. Op. cit., p. 127.

chegaram nessa capitania pelo porto do Pará.⁹⁹³ Os “portos do sul” recebiam também maiores quantidades de ouro, também. Entre 1765 e 1768, Vila Bela teria enviado, em ouro, para o Pará 117.860.741 réis. No mesmo período, Cuiabá enviou para os “portos do Sul” 448.142.787 em ouro.⁹⁹⁴ Analisando esses dados, David Davidson lembra que embora não seja possível identificar o quanto desse ouro estava relacionado às atividades comerciais, acredita que essas quantidades são indicativas de que, nesse período, o comércio com o Pará não atendeu às expectativas.⁹⁹⁵

A partir do governo de Luís de Sousa Coutinho, ao que tudo indica, houve uma tentativa de promover e viabilizar o comércio entre o Mato Grosso e o Pará. Uma suposição que pode ajudar a explicar a dificuldade de abastecimento pelo Pará pode ser a política de crédito desenvolvida pela Companhia Geral. Assim, as correspondências trocadas entre os governadores da capitania do Mato Grosso, do estado do Grão-Pará e os administradores apontam que um dos problemas seria a maneira pela qual a Companhia desenvolvia sua política de crédito. Assim, a viabilização do caminho do Pará como via de abastecimento do Mato Grosso perpassava pela política de comercialização da Companhia também.

Os administradores da Companhia, Gonçalo Pereira Viana e Antônio Coutinho de Almeida, explicavam ao governador Luís de Sousa Coutinho, em fevereiro de 1771, que aos “negociantes” da capitania do Mato Grosso “forneceram fazendas bem sortidas”. Contudo, entendiam os administradores que, avaliando as “possibilidades da maior parte deles”, não deveriam “confiar parcelas tão avultadas”. Os administradores explicaram que teriam concedido as fazendas na certeza da “incomparável proteção” que aquele governador tinha no “aumento do comércio desta Companhia”.⁹⁹⁶ Assim, a maneira como Luís de Sousa Coutinho teria dialogado com a Companhia, na tentativa de promover o comércio e abastecimento de Vila Bela, pode ter contribuído para que os administradores da Companhia tivessem segurança em negociar com os agentes mercantis do Mato Grosso. David Davidson argumenta que Luís Pinto de Sousa

⁹⁹³ Mapa geral dos escravos que entraram na capitania desde o descobrimento das minas até o fim de 1772. 1773. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 17, D. 1054.

⁹⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁹⁵ **DAVIDSON**, David Michel. *Op. cit.*, p. 151.

⁹⁹⁶ Carta dos administradores da Companhia Geral de Comércio do Pará e Maranhão, Gonçalo Pereira Viana e Antônio Coutinho de Almeida ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís Pinto de Souza Coutinho. Pará, 25 de fevereiro de 1771. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 385, Cx. 009).

Coutinho tinha com um dos objetivos, no governo do Mato Grosso, promover o abastecimento da capitania por meio da Companhia.⁹⁹⁷

Em outra carta encaminhada ao sucessor de Luís de Sousa Coutinho, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, os administradores da Companhia, Antonio Coutinho de Almeida e Manoel José da Cunha, argumentavam que “os principiantes de comércio”, do Mato Grosso, “que vieram em companhia de Pedro Cordeiro” pouco animavam a administração da Companhia para que fossem confiados cabedais da Companhia. Contudo, esses homens retornariam para o Mato Grosso “sortidos com abundância” de gêneros, pois o zelo que aquele governador possuiria em relação a “tudo quanto pertence aos interesses da Companhia” teria eliminado “todo o escrúpulo” que os administradores possuíam em conceder as fazendas aos moradores do Mato Grosso.⁹⁹⁸ Dessa maneira, parece que os administradores concederam fazendas aos agentes mercantis de Mato Grosso, pois sabiam que teriam apoio daquele governador para que esses sujeitos não ficassem devendo à Companhia.

Essa concessão de fazendas aos agentes mercantis do Mato Grosso, por parte dos administradores da Companhia, com base em uma suposta garantia fundamentada na figura do governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, e antes na de Luís de Sousa Coutinho, pode ser explicada a partir do objetivo político desenvolvido por Pereira e Cáceres. É que a chegada desse governante na capitania do Mato Grosso ocorreu articulada à política da Coroa portuguesa expressa no Secretíssimo Plano de Comércio, que tinha como um dos objetivos impulsionar o comércio entre o Mato Grosso e o Grão-Pará. Dessa maneira, implementar políticas que fomentassem o comércio entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará era fundamental para viabilizar essa expansão comercial e, ao que parece, assegurar o crédito àqueles que não tinham grandes somas de cabedais tinha o papel de fomentar esse comércio. Tratava-se de uma tentativa de impulsionar o caminho fluvial do Madeira-Mamoré-Guaporé.

Observa-se, assim, uma possível mudança na concessão de fazendas pelos administradores da Companhia. Essa alteração, por sua vez, está relacionada à tentativa da administração portuguesa em promover o comércio e navegação pelo Madeira, Mamoré e Guaporé na década de 1770. É provável que essa transformação, em certa medida, tenha causado um aumento da atividade mercantil entre o estado do Grão-Pará

⁹⁹⁷ DAVIDSON, David Michel. Op. cit., p. 166.

⁹⁹⁸ Carta de Antonio Coutinho de Almeida e Manoel José da Cunha ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Pará, 2 de dezembro de 1775. **APMT** (BR MTAPMT. SG. CA 528, Cx. 012).

e a capitania do Mato Grosso. David Davidson, por exemplo, aponta um crescimento do comércio privado entre 1769 e 1776.⁹⁹⁹ Assim, as mobilizações dos governadores quando escreviam à Companhia com o objetivo de encontrar meios que atendessem à demanda de gêneros e africanos escravizados eram, em grande medida, tentativas de impulsionar a consolidação do caminho.

Um dos objetivos que justificaram a oficialização do caminho entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso era o abastecimento de Vila Bela. Assim, embora as expedições que percorreram aquele caminho fluvial tivessem diversas finalidades, assegurar o abastecimento de Vila Bela através do comércio por meio desse caminho fluvial era importante para garantir o domínio territorial através da navegação dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, proporcionando condições para que os moradores de Vila Bela continuassem ocupando a região. As dificuldades em construir laços comerciais representam, em parte, dificuldades da funcionalidade do caminho fluvial. Dessa maneira, analisar como esse comércio se estruturou, através de seus participantes, é um meio para refletir acerca do caminho fluvial e da própria política portuguesa para região, uma vez que o comércio é parte constitutiva do caminho fluvial. O caminho é construído também a partir do movimento e as expedições comerciais são parte desse movimento.

5.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trânsito de embarcações que navegavam entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará mobilizava diversos moradores desses territórios. Os conhecidos “comboieiros” transportavam correspondências, fazendas, ouro, africanos escravizados, bem como acompanhavam membros da administração portuguesa no caminho fluvial que conectava esses espaços. Além disso, seguiam, algumas vezes, expedições militares que iam apoiar o Mato Grosso. Esses deslocamentos, por sua vez, eram permeados por conflitos e interesses, como os comerciais. Uma vez que essas demandas não eram atendidas, isso influenciava na quantidade de expedições que transitavam por esse caminho. Por outro lado, esses interesses comerciais eram essenciais para a constituição de vínculos mercantis entre o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso.

Os rios Madeira, Mamoré e Guaporé eram, igualmente, espaços de disputa. Por essa razão, as expedições precisavam, nos períodos de tensão militar, pensar estratégias que viabilizassem essa navegação. A navegação desses rios precisava, assim, ser

⁹⁹⁹ DAVIDSON, David Michel. Op. cit., p. 169.

conquistada. Além de disso, era importante controlá-la. As fortificações e vilas construídas no extenso trajeto fluvial tinham a pretensão de apoiar os expedicionários. Por outro lado, eram espaços de controle da circulação de pessoas, fazendas e ouro entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará. Controlar o ouro era fundamental, para evitar o contrabando. Acompanhar o caminho desse ouro controlado, por sua vez, pode ajudar a pensar as conexões que estabeleciam os agentes mercantis, situados nos extremos desse caminho fluvial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese insere-se em um debate sobre o avanço da ocupação portuguesa para o interior do continente americano. Um caminho fluvial, formado pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, é utilizado para analisar esse movimento expansionista. A principal reflexão sobre esse caminho foi realizada por David M. Davidson, na década de 1970. A perspectiva defendida por esse autor pontua a importância dessa via em uma conjuntura de disputa territorial e o papel da Coroa portuguesa no processo de constituição da rota. Como foi ressaltado no início da tese, não se nega o papel da Coroa lusitana na configuração desse caminho. Entende-se, apenas, que as ações do governo português, bem como as políticas pensadas por ela, são insuficientes para analisar esse caminho fluvial, pois não contemplam os movimentos e interesses daqueles que navegavam pelo caminho.

Acredita-se que é importante ressaltar que esta tese reconhece a importância desse caminho para a Coroa portuguesa, a partir de uma perspectiva geopolítica, uma vez que a conexão entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará poderia ser realizada a partir de outros rios que comunicavam esses espaços, como o rio Tapajós. Em diversos períodos, os rios Guaporé, Mamoré e Madeira constituíram uma via que conectava espaços e populações. A determinação da Coroa portuguesa, em meados do século XVIII, de transformá-los em um caminho fluvial, que conectava o estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso, era exemplar de um redirecionamento da política portuguesa para uma extensa área confinante com os espaços reivindicados pelos espanhóis.

Assim, tratava-se de uma diretriz lusitana implementada com a finalidade de ocupar e dominar um espaço limítrofe. A permissão para navegar pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira representava um mecanismo de controle territorial, na medida em que promovia e procurava controlar a circulação de pessoas e mercadorias pelo caminho fluvial. Nesse sentido, a navegação desses rios era um instrumento utilizado para assegurar a dominação sobre o espaço em um contexto no qual as disputas pelo território se intensificaram. A oficialização desse caminho fluvial, acompanhada da criação da capitania do Mato Grosso e de Vila Bela, representou, para a Coroa portuguesa, o início de um processo de fortalecimento de suas estruturas imperiais naquela área limítrofe.

A organização dessa estrutura político-administrativa, por sua vez, ocorreu após o avanço de diversos sujeitos para aquele espaço. Ainda que escassas, no início da década de 1750 já eram evidentes as diversas formas de ocupação realizadas pelos

portugueses no Guaporé. Em 1752, quando a Coroa portuguesa permitiu a navegação entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, o caminho fluvial já era percorrido por alguns comerciantes. Antes de tornar-se um caminho oficial do governo português, algumas expedições já haviam viajado por essa via fluvial, principalmente na década de 1740. Embora reconheça o caráter oficial de algumas delas, outras expedições eram realizadas pelos colonos movidos por interesses distintos. Entre elas, estão aquelas que transportavam, do estado do Maranhão, gêneros para a recém-criada capitania do Mato Grosso antes da oficialização do caminho. Ao que tudo indica também já havia um fluxo de porções de ouro, por contrabando, que descia os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e chegavam ao mesmo estado. Nesse contexto, o ato de oficializar o caminho em 1752, pode-se dizer, é o reconhecimento de que já havia um movimento nele e que a própria rota foi constituída pela mobilidade dos expedicionários que navegaram pelo caminho. Compreende-se, assim, que esse caminho fluvial é instituído a partir do movimento dos expedicionários que o percorriam.

Esta tese pretendeu analisar também esse movimento a partir de diversas perspectivas. Entende-se que são eixos de análise que estão relacionados ao movimento pelos rios. Assim, um dos vetores de análise foi considerar que o pouso é parte integrante do caminho. As fortalezas, vilas e lugares, situados nas margens do Guaporé, Mamoré e Madeira, eram, por um lado, recursos utilizados pela Coroa lusitana com a finalidade de assegurar a posse do espaço, principalmente na segunda metade do século XVIII. Por outro, serviram como espaços de pouso para aqueles que participavam das expedições que navegam o caminho fluvial analisado. Como eram espaços que foram construídos durante o século XVIII, a gradual edificação deles ensejava transformações no processo de navegação do caminho, uma vez que representavam um fortalecimento do apoio aos expedicionários. Nesse sentido, a partir da perspectiva do movimento pelo caminho, esses lugares adquirem outros significados. O caminho era constituído pelo movimento e pouso, alternando-se periodicamente.

Além disso, o movimento e o pouso eram articulados a outras demandas, igualmente importantes para as expedições. A realização de uma expedição por um extenso caminho fluvial dependia do atendimento, no início e durante a viagem, de diversas necessidades. Uma delas estava relacionada ao atendimento das necessidades básicas, como alimentos. O atendimento dessa demanda dependia das políticas de abastecimento dos espaços e os alimentos consumidos, ao menos em parte, justificavam-se a partir de dinâmicas culturais.

A disponibilidade de trabalhadores indígenas, práticos, embarcações apropriadas para navegação e travessia das cachoeiras deveria também ser acolhida. Ainda que o atendimento dessas necessidades estivesse orientado pelas normativas reais, a exemplo da legislação que regulava a organização trabalho indígena, ele igualmente perpassava pelas múltiplas dinâmicas e interesses estabelecidos no estado do Grão-Pará e na capitania do Mato Grosso. Assim, explica-se, igualmente, a partir das relações construídas no espaço colonial.

Com base no exposto, a tese objetivou argumentar que as políticas lusitanas, ainda que sejam fundamentais para analisar o processo colonial na América portuguesa, não são suficientes para discutir sobre as dinâmicas que diversos sujeitos constituíam nesse território. A oficialização do caminho fluvial e as articulações envolvendo agentes da administração, principalmente para o fomento do comércio realizado por meio do caminho, não contemplam o que institui o caminho: a mobilidade dos expedicionários, seus múltiplos interesses e como essa mobilidade constitui o caminho.

FONTES CONSULTADAS

FONTES IMPRESSAS

A BANDEIRA de Francisco de Mello Palheta ao Madeira no documento da narração da viagem. In: ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 305-316.

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny C. (Org.). **Anais de Vila Bela**. 1734-1789. Cuiabá: Carlini & Caniato/EdUFMT, 2006.

Anais da Biblioteca Nacional (Livro Grosso do Maranhão). Rio de Janeiro, 1948. v. 67.

Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1987, v. 107.

Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1904. t. III.

Annaes do Sennado da Camara do Cuyaba. 1719-1830. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Susiki. Cuiabá: Entrelinhas/Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (Org.). **Anselm Eckart, S. J., e o estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.

BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. 2. ed. Belém: Cejup, 1990. (Série Lendo o Pará).

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v.; 2 supl.

CEDEAM. **Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)**. Manaus: Universidade do Amazonas; Brasília, DF: INL, 1986.
DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Contraponto: Rio de Janeiro, 2004. v. 2.

FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749, escripta por Jose Gonsalves da Fonseca no mesmo anno. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Memorias para história do extincto estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: Nova Typographia de J. Paulo Hieldebrandt. t. II, 1860, p. 269-415.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco**

Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. Brasília, DF: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005. v. I, II e III.

_____. **Rios Guaporé e Paraguai:** primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox, 1985.

NOTICIA da viagem de João de Souza de Azevedo. In: FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878.** Rio de Janeiro: Pinheiro, 1880-1881. p. 68-72. PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. **D. Antônio Rolim de Moura – primeiro conde de Azambuja (correspondências).** Cuiabá: UFMT/Imprensa Universitária, 1982. v. 1, 2 e 3.

PASTELLS, R. P. P. SJ. **Historia de la Compañia de Jesús en la provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil).** Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, 1949. t. VIII.

SÁ, José Barbosa de. Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato Grosso de seos princípios thé os presentes tempos. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 23.

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro.** Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ao mesmo [Provedor da Fazenda Real do Pará]. Pará, 16 de agosto de 1771. **APEP**, Códice 222, fl. 152v-153.

Ao mesmo [Provedor da Fazenda Real do Pará]. Pará, 17 de agosto de 1771. **APEP**, Códice 222, fl. 154v-158.

Ao mesmo [Provedor da Fazenda Real do Pará]. Pará, 28 de junho de 1771. **APEP**, Códice 222, fl. 140v-141v.

Carta de Antonio Rolim de Moura para Manoel Bernardo de Mello e Castro. Conceição, 13 de agosto de 1763. **APEP**, Códice 129, doc. 73.

Carta de Antonio Rolim de Moura para o governador Manoel Bernardo de Mello e Castro. Nossa Senhora da Conceição, 16 de abril de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 08.

Carta de Carlos Daniel de Seixas para o governador do estado do Grão-Pará. Cachoeira do Salto. **APEP**, Códice 312.

Carta de Clemente de Almeida Pereira para Fernando da Costa de Ataíde Teive. Gurupá, 7 de maio de 1765. **APEP**, Códice 159, doc. 11.

Carta de Constantino Leal para o governador do estado do Grão-Pará. Faro, 6 de setembro de 1763. **APEP**, Códice 131, doc. 13.

Carta de Domingos da Silva Pinheiro para Manoel Bernardo de Mello e Castro. Santarém, 25 de setembro de 1762. **APEP**, Códice 117, doc. 80.

Carta de Domingos da Silva Pinheiro para o governador Manoel Bernardo de Melo e Castro. Santarém, 25 de setembro de 1762. **APEP**, Códice 117, fl. 349.

Carta de Domingos Franco para o governador Bernardo de Mello e Castro. Borba, 3 de maio de 1763. **APEP**, Códice 130, doc. 43.

Carta de Domingos Franco para o governador do estado do Grão-Pará. Borba, 28 de abril de 1762. **APEP**, Códice 114, doc. 30, fl. 104.

Carta de Domingos Franco para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão. Fortaleza, 26 de julho de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 23-A.

Carta de Domingos Xavier Alvares para o governador Manoel Bernardo de Mello e Castro. Alenquer, 23 de agosto de 1763. **APEP**, Códice 129, doc. 107.

Carta de Francisco Rodrigues da Cunha Borba para o governador do estado do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive. Borba, 24 de maio de 1771. **APEP**, Códice 232.

Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Fernando da Costa de Ataíde Teive. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 20 de dezembro de 1767. **APEP**, Códice 180, s/n.

Carta de Geraldo Correa Lima para o governador do estado do Grão-Pará. Vila de Boim, 25 de agosto de 1765. **APEP**, Códice 157, doc. 34, fl. 146.

Carta de Inácio de Castro Moraes Sarmento para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão. Barcelos, 9 de julho de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 18.

Carta de Inácio de Castro Moraes Sarmento para o governador Manoel Bernardo de Mello e Castro. Borba, 10 de junho de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 34.

Carta de João de Sousa Azevedo para Fernando da Costa de Ataíde Teive. Borba, 2 de agosto de 1764. **APEP**, Códice 141, doc. 02.

Carta de João de Sousa Azevedo para o governador do estado do Grão-Pará. Ilha dos Mura e rio Madeira, 24 de maio de 1761. **APEP**, Códice 106, doc. 51.

Carta de João de Sousa Azevedo para o Governador do Pará. Rio Madeira, [14] de junho de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 29.

Carta de João Pedro Câmara para Fernando da Costa Ataíde Teive. Nossa senhora da conceição, 28 de novembro de 1766. **APEP**, Códice 127, doc. 32.

Carta de João Pedro da Câmara ao Fernando da Costa Ataíde Teive. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 28 de novembro de 1766. **APEP**, Códice 127, doc. 29.

Carta de João Pedro da Câmara para Fernando da Costa de Ataíde e Teive. Vila Bela, 17 de fevereiro de 1766. **APEP**, Códice 127, doc. 14.

Carta de João Pedro da Câmara para o Fernando da Costa de Ataíde Teive. Vila Bela, 10 de fevereiro de 1766. **APEP**, Códice 127, doc. 12.

Carta de Joaquim de Melo e Povoas para o Manoel Bernardo de Mello e Castro. Barcelos, agosto de 1759. **APEP**, Códice 96, doc. 14.

Carta de Joaquim Tinoco Valente para Fernando da Costa Teive. Barcelos, 28 de setembro de 1765. **APEP**, Códice 155, doc. 98.

Carta de José Agostinho Denis para o governador do Pará. [Borba, julho de 1764]. **APEP**, Códice 134, doc. 58, fl. 155.

Carta de José Agostinho Denis para o governador do Pará. Borba, 11 de janeiro de 1765. **APEP**, Códice 151, doc. 13, fl. 26.

Carta de José de Jesus Maria ao governador do estado do Grão-Pará e Maranhão. Borba, 26 de setembro de 1760. **APEP**, Códice 17, doc. 35.

Carta de José Manoel Cardoso da Cunha para João Pereira Caldas. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 16 de março de 1777. **APEP**, Códice, 321, doc. 06.

Carta de José Sampaio de Lancerote para Manoel Bernardo de Mello de Castro. Cachoeira do Paredão, 5 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 01.

Carta de Luís Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres para João Pereira Caldas. Fortaleza da Conceição, 19 de janeiro de 1774. **APEP**, Códice 267, doc. 04.

Carta de Luís da Cunha de Eça e Castro para Fernando da Costa de Ataíde Teive. Borba, 27 de junho de 1765. **APEP**, Códice 134, doc. 74.

Carta de Luís da Cunha de Eça e Castro para Joaquim Tinoco Valente. Borba, 14 setembro de 1766. **APEP**, Códice 155, doc. 106.

Carta de Luís da Cunha de Eça e Castro para o governador Fernando da Costa Ataíde e Teive. Vila de Borba, 25 de janeiro de 1764. **APEP**, Códice 134, doc. 50, fl. 145.

Carta de Luiz da Cunha de Eça para Fernando da Costa Ataíde Teive. Barcelos, 8 de fevereiro de 1765. **APEP**, Códice 134, doc. 69, fl. 194.

Carta de Manoel Caetano da Silva para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 22 de agosto de 1773. **APEP**, Códice 261, doc. 33.

Carta de Teotônio da Silva Gusmão para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão. Povoação de Salto, 13 de abril de 1760. **APEP**, Códice 54, doc. 47, fl. 200.

Carta de Teotônio da Silva Gusmão para o governador do estado do Grão-Pará. Pará, 5 de julho de 1759. **APEP**, Códice 54, doc. 17, fl. 54.

Carta de Teotônio da Silva Gusmão para o governador do estado do Pará. Povoação de Salto, 9 de dezembro de 1759. **APEP**, Códice 54, doc. 31, fl. 128.

Carta de Teotônio Gusmão para Governador do Pará. Povoação de Salto, 13 de abril de 1760. **APEP**, Códice 54, doc. 47, fl. 200.

Carta de Valério Correa Botelho de Andrade para o alferes Bernabe Pereira Malheiros. Barcelos, 30 de maio de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 32.

Carta de Valério Correia Botelho de Andrada para o comandante do destacamento da Vila de Borba. Barcelos, 17 de maio de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 14.

Carta do capitão da Vila de Borba, Domingo Franco, para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Mello e Castro. Borba, 28 de abril de 1762. **APEP**, Códice 114, doc. 31.

Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, José Manoel Cardoso, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 20 de fevereiro de 1776. **APEP**, Códice, 288, s/n.

Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, José Manoel Cardoso, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 31 de março de 1776. **APEP**, Códice, 288, s/n.

Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, Manoel Caetano da Silva, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 27 de dezembro de 1774. **APEP**, Códice, 267, doc. 47.

Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, Manoel Caetano da Silva, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 15 de março de 1775. **APEP**, Códice, 288, s/n.

Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, Manoel Caetano da Silva, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 7 de setembro de 1775. **APEP**, Códice, 288, s/n.

Carta do comandante do Forte de Nossa Senhora da Conceição, Manoel Caetano da Silva, para o governador do estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 28 de novembro de 1775. **APEP**, Códice, 288, s/n.

Carta do Conde de Azambuja para Fernando da Costa de Ataíde Teive. Conceição, [...] de [...] de [1763]. **APEP**, Códice 17, s/n.

Carta do Conde de Azambuja para o governador do Pará. 2 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 17, doc. 57.

Carta do Cosme Damião da Silva para o governador do estado do Grão-Pará. Sousel, 28 de julho de 1761. **APEP**, Códice 106, doc. 84, fl. 206.

Carta do diretor da Vila de Almeirim para o governador do estado do Grão-Pará. Vila de Almeirim, 23 de setembro de 1765. **APEP**, Códice 152, doc. 65, fl. 259.

Carta do diretor da Vila de Borba para o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive. Borba, 20 de agosto de 1768. **APEP**, Códice 190, doc. 59.

Carta do diretor de Vila Franca para o governador Fernando da Costa Ataíde Teive. Vila Franca, 26 de janeiro de 1765. **APEP**, Códice 151, doc. 26, fl. 70.

Carta do frei João Evangelista ao governador do estado do Grão-Pará e Maranhão. Borba, 26 de setembro de 1760. **APEP**, Códice 17, doc. 34.

Carta do governador da capitania do Rio Negro, de Joaquim Tinoco Valente, para o governador do estado do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive. Barcelos, 4 de setembro de 1764. **APEP**, Códice 133, doc. 93.

Carta do governador da capitania do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa Ataíde Teive. Barcelos, 4 de setembro de 1764. **APEP**, Códice 133, doc. 94.

Carta do governador Luís Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres para o governador João Pereira Caldas. Fortaleza da Conceição. 18 de janeiro de 1774. **APEP**, Códice 267, doc. 03.

Carta do João Pedro Câmara para Fernando da Costa Ataíde Teive. Nossa Senhora da Conceição, [4] de [setembro] de [1767]. **APEP**, Códice 127, doc. 17.

Carta do Teotônio da Silva Gusmão para o governador do Pará. Vila de Borba, 31 de outubro de 1759. **APEP**, Códice 54, doc. 30, fl. 124.

Carta do Valério Correa Botelho de Andrade para Manoel Bernardo de Mello e Castro. Barcelos, 30 de maio de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 19, fl. 49.

Carta do Valério Correia Botelho de Andrada para o comandante de Castro de Avelãs. Barcelos, 20 de maio de 1763. **APEP**, Códice 133, doc. 13.

Do diretor de Vila Franca. [S.l.], 7 de agosto de 1768. **APEP**, Códice 190, doc. 35.

Edital sobre o manifesto do ouro. **APEP**, Códice, 310, doc. 277.

Em julho de 1775, o provedor da Fazenda Real mandou entregar ao alferes Luís Antonio de Faria o “ouro em pó” que estava com o “tesoureiro da expedição o qual se apreendeu a João de Moura e mais pessoas que proximamente desceram das minas de Mato Grosso”. “Ao dº Prov.^{or}”. Arraial do Rio Negro, 29 de julho de 1755. **APEP**, Códice 079, doc. 45.

Guia do ouro produzida pelo capitão da Vila de Borba, Domingos Franco, para o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Mello e Castro. Borba, 18 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 05.

João Batista Martel para Fernando da Costa Ataíde Teive. Conceição, 26 de novembro de 1766. **APEP**, Códice 127, doc. 26.

João de Sousa Azevedo para Fernando da Costa Ataíde Teive. Cachoeiras, 21 de agosto de 1766. **APEP**, Códice 127, doc. 23.

Luís de Albuquerque de Melo para João Pereira Caldas. Fortaleza da Conceição, 15 de janeiro de 1774. **APEP**, Códice 267, doc. 01.

Memoria de diversos gêneros, e provimentos q. são precisos na Provr.a da Faz.a R.l de Mato Grosso; os quais se pedem aos [senhores] administradores da [companhia geral] do Pará de mandarem aprontar a ordem do Ilmo e Exmo Sr João Pereira Caldas, Gov.or, e cap.m General daquele Esto p.a q. sua Exca os possa mandar encaminhar as obre d Provedr.a pela ocazam mais prompta q. haja de oferecer-se. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 15 de janeiro de 1774. **APEP**, Códice 276, doc. 2.

Memoria de diversos gêneros, provimenros q. são precisos na Provr.^a da Faz.^a R.¹ de Mato Grosso; os quaes se pdem aos Snr^{es} Administra Expressão presente na documentação. dores da Comp.^a G.^{al} do Pará de mandarem aprontar a ordem do Il^{mo} e Ex.^{mo} S^r João Pereira Caldas, Gov.^{or}, e Cap^m General daquele Est.^o p^aq. sua Ex.^{ca} os possa mandar encaminhar a sobred. Provedr.^a pela ocaz^{am} mais prompta q. haja de ofreser-se. Fortaleza da Conceição, 15 de janeiro de 1774. Belchior Alvares Pereira. **APEP**, Códice 267, anexo, doc. 01.

Ofício de Manoel de Moura. Pombal, 30 de junho de 1761. **APEP**, Códice 106, doc. 88, fl. 218.

Ofício de Valério Correia Botelho para o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive. Santarém, 30 de janeiro de 1765. **APEP**, Códice 73, doc. 40.

Outro. Pará, 28 de maio de 1777. Rubrica. **APEP**, Códice 310, doc. 338.

P. o mo [Intendente dos Armazéns]. Pará, 26 de abril de 1776. **APEP**, Códice 290, doc. 383.

P^a o m. Pará, 26 de abril de 1776. **APEP**, Códice 290, doc. 383.

R^{am} dos Índios da V^a de Souzel empregados na esquipação da canoa que conthem o transporte da remessa feita pela Adm^{am} da Comp^a Geral, para a capitania do Mato Grosso. **APEP**, Códice 312.

Regimento que devera observar a tropa que passa a capitania de Mato Grosso logo que se principiar a viagem que se espera na misericórdia de [nossa senhora] e da virgem maria, será a salvamento. Borba, 10 de julho de 1766. **APEP**, Códice 171, doc. 25.

Relação anexada a carta de Domingo Franco para o governador do estado do Grão-Pará Manuel Bernardo de Melo e Castro. Borba, 19 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 04.

Relação das canoas q. acompanhavam aos Ilm^o e Exm^o Snr Luiz Pinto de Souza Coutinho g.^{or} e Capp.^{am} de Mato Grosso, q. partiu deste porto a 15 de agosto. Borba, 26 do d.^o de 1768. **APEP**, Códice 190, anexo, doc. 79, fl. 273.

“Relação dos Índios, Indias, Rapazes, e Raparigas do gentio Mura, q. se achão repartidos por vários oficiais e moradores [desta] capitania”. Anexado em: Carta de Joaquim Tinoco Valente para Fernando da Costa Ataíde Teive. Barcelos, 8 de dezembro de 1765. **APEP**, Códice 155, doc. 120.

Relação dos mantimentos e mais provisões precisas para o retorno do cabo de esquadra Francisco José Coelho despachado com o correio da cidade do Pará o qual leva em sua companhia ao soldado José Atanásio, e 22 índios; 6 dos quais devem ficar na Aldeia dos Pamas, aonde pertencem. Vila Bela, 26 de maio de 1773. **APEP**, Códice 261, fl. 175.

Relação dos medicamentos que são precisos para sustim.^{to} das boticas de S.Mag^e de Vila Bela e da Fortaleza de N. S^{ra} da Com^{são}. Fortaleza da Conceição, 15 de janeiro de 1774. Belchior Alvares Pereira. **APEP**, Códice 267, anexo, doc. 01.

Relação das canoas, e igarités e ubás de q. se compõem a tropa do II^{mo} e Ex^{mo} S^r governador do Mato Grosso. [s.d.]. **APEP**, Códice 134, doc. 65.

Relação das ferramentas q. são precisas para se fazerem as canoas ubás. Borba, 19 de janeiro de 1763. **APEP**, Códice 134, doc. 6.

Relação das munições que forão para a Vila de Borba em 18 de maio de 1763. **APEP**, Códice 133, anexo, doc. 14.

Relação das pessoas que se descerão por ordé de V.Ex^a em o anno de 1762. Vila de Almeirim, 10 de outubro de 1763. **APEP**, Códice 131, doc. 58, fl. 164.

Tr^o de avaliação das embarcações ubás q. se tomaram pr^a a expedição da tropa que passa a capitania de Mato Grosso em socorro. José Antonio de Azevedo Malafaia, Luís da Cunha de Eça e Castro e Gaspar Ferreira de Araujo. Vila de Borba, 18 de julho de 1766. **APEP**, Códice 171, fl. 58.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO

Fundo: Secretaria de Governo

Carta (incompleta) do conde de Azambuja a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. [S.l.]. Aprox. 20 de julho de 1767. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 0283, Cx. 007.

Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador Antonio Rolim de Moura. Barcelos, 30 de maio de 1758. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 121, Cx. 003.

Carta de Francisco Xavier Mendonça Furtado ao governador João Pedro da Câmara. Palácio de Nossa Senhora d’Ajuda, 2 de maio de 1767. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 0268, Cx. 007.

Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Forte de Bragança, 24 de

janeiro de 1773. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 0465, Cx. 11.

Carta do administrador da Companhia Geral de Comércio do Pará e Maranhão Antonio Coutinho de Almeida ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Pará, 1º de março de 1775. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 0512, Cx. 012.

Carta do governador da capitania de São José do Rio Negro Gabriel de Sousa Filgueira ao governador da capitania do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Barcelos, 16 de abril de 1761. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 184, Cx. 005.

Carta do governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive ao governador do Mato Grosso João Pedro da Câmara. Pará, 11 de maio de 1766. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 248, Cx. 006.

Carta do governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive ao governador do Mato Grosso João Pedro da Câmara. Pará, 08 de março de 1766. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 243, Cx. 006.

Carta do governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive ao governador do Mato Grosso João Pedro da Câmara. Pará, 11 de maio de 1766. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 248, Cx. 006.

Carta do governador do Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador da capitania do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Pará, 14 de fevereiro de 1759. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 139, Cx. 004.

Carta do governador do Pará Manoel Bernardo de Mello de Castro ao governador do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Pará, 08 de maio de 1759. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 144, Cx. 004.

Carta do governador do Pará Manoel Bernardo de Mello de Castro ao governador do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Pará, 8 de maio de 1759. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 0145, Cx. 004.

Carta do governador do Pará Manoel Bernardo de Mello de Castro ao governador do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Pará, 13 de maio de 1759. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 146, Cx. 004.

Carta dos administradores da Companhia Geral de Comércio do Pará e Maranhão Gonçalo Pereira Viana e Antônio Coutinho de Almeida ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Pará, 26 de junho de 1773. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 478, Cx. 011.

Carta dos administradores da Companhia Geral de Comércio do Pará e Maranhão Gonçalo Pereira Viana e Antônio Coutinho de Almeida ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Pará, 25

de março de 1774. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 499, Cx. 011.

Carta dos administradores da Companhia Geral de Comércio do Pará e Maranhão, Gonçalo Pereira Viana e Antonio Coutinho de Almeida, ao governador da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Pará, 18 de junho de 1774. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CA 500, Cx. 011.

Carta régia do rei D. José ao governador e capitão-general da capitania do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura. Lisboa, 22 de outubro de 1754. **APMT**, Fundo Secretaria de Governo, BR MTAPMT. SG. CR 0093, Cx. 003.

Fundo: Fonte de Nossa Senhora da Conceição

Carta de Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luís de Albuquerque. Forte de Bragança, 16 de março de 1773. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 034, Cx. 001.

Carta de Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Forte de Bragança, 28 de março de 1773. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 035, Cx. 001.

Carta de Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Forte de Bragança, 4 de maio de 1773. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 037, Cx. 001.

Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador do Mato Grosso. FNSC, 1º de janeiro de 1777. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 129, Cx. 002.

Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador do Mato Grosso. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 3 de dezembro de 1777. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 157, Cx. 002.

Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador do Mato Grosso. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 1º de julho de 1777. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 142, Cx. 002.

Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador do Mato Grosso. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 30 de agosto de 1777. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 148, Cx. 002.

Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. FNSC, 23 de dezembro de 1776. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 122, Cx. 002.

Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Forte de Bragança, 14 de janeiro de 1773. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 030, Cx. 001.

Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 27 de abril de 1775. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 071, Cx. 002.

Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso. Forte de Nossa Senhora da Conceição, 9 de novembro de 1775. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 092, Cx. 002.

Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador e capitão do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Forte de Bragança, 15 de fevereiro de 1773. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 033, Cx. 001.

Carta do Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso Luiz Pinto de Sousa Coutinho. Forte de Bragança, 4 de agosto de 1772. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. CA 024, Cx. 001.

Relação das pessoas que que marcham dessa fortaleza embarcada para o estado do Pará, feita pelo comandante Manoel Caetano da Silva. FNSC, 22 de fevereiro de 1774. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. RO 063, Cx. 001.

Relação das pessoas que se apresentaram nessa fortaleza vindas de Vila Bela, feita pelo comandante Manoel Caetano da Silva. FNSC, 22 de fevereiro de 1774. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. RO 062, Cx. 001.

Relação dos índios que vieram com o ouvidor geral e os comerciantes Antonio Gonçalves dos Santos e Francisco da Costa. FNSC, 19 de dezembro de 1775. **APMT**, FFNSC, BR APMT. FNSC. RO 095, Cx. 002.

Fundo: Câmara de Vila Bela

Processo de justificação aberto pelo juiz ordinário de Vila Bela, Antônio Teixeira de Oliveira, tendo como justificante o capitão José da Silva Terra, contra o justificado procurador do conselho José Afonso Branco. Vila Bela, 23 de março de 1792. **APMT**, Câmara de Vila Bela, BR MTAPMT. CVB-JO-PC-0526-21.

Livros de registro da capitania de Mato Grosso/Secretaria de Governo/Provedoria Real da Fazenda

Livro C-03: Livro de registro das instruções reais aos governadores da capitania de Mato Grosso

Cópia da Instrução dada p^r ordem de S. Mag^e ao G.^{or} e Cap.^{am} desta Cap.^{nia} João Pedro da Câmara pelo seu antecessor o conde de Azambuja é datada de janeiro de 1765 em Vila Bela. **APMT**, Livro de registro das instruções reais aos governadores da capitania de Mato Grosso, fl. 28.

Cópia da Instrução que ao III^m Ex.^{mo} Sn^r General Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres deixou seu antecessor o III^m Ex.^{mo} Sn^r Luis Pinto de Sousa Coutinho. Vila Bela, 24 de dezembro de 1772. **APMT**, Livro de registro das instruções reais aos governadores da capitania de Mato Grosso, fl. 34v.

Cópia da Instrução que ao Illm Ex.mo Snr General Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Caceres deixou seu antecessor o Illm Ex.mo Snr Luis Pinto de Sousa Coutinho. Vila Bela, 24 de dezembro de 1772. **APMT**, Livro de Registro das instruções reais aos governadores da capitania do Mato Grosso, fl. 45-45v.

Livro C-04: Livro de provisões reais, patentes, cartas e bandos. Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares

Carta p.^a o Illm^o Ex.^{mo} Sn.^{ro} Thome Joaq.^m da Costa Corte Real. [Vila Bela, 1.^o de agosto de 1760]. **APMT**, Livro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos. Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares, doc. 250, fl. 164v.

Carta p.^a o secretr.^o de estado Diogo de Mendonça Corte Real a respeito da Aldeia de S. José". Vila Bela, 29 de junho de 1756. **APMT**, Livro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos. Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares, doc. 164, fl. 084.

Livro C-05: Livro de registro de bando, portarias, editais e cartas expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares

Carta de S. Ex.^a para o [...] João de Beingolea. Vila Bela, 18 de agosto de 1760. **APMT**, Livro de registro de bando, portarias, editais e cartas expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares, doc. 153.

Reg.^o de hua carta escripta ao Secretr.^o de estado, na qual se dá conta do estado desta Capit.^a. Vila Bela, 18 de dezembro de 1761. **APMT**, Livro de registro de bando, portarias, editais e cartas expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares, doc. 30.

Rego de hua carta escrita ao Genal do Pará Manoel de Berndo de Melo e Castro. Vila Bela, 31 de janeiro de 1762. **APMT**, Livro de registro de bando, portarias, editais e cartas expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares, doc. 275.

Reg.^o de hua carta escrita ao Gen.^{al} do Pará Manoel de Bern.^{do} de Melo e Castro. Vila Bela, 31 de janeiro de 1762. **APMT**, Livro de registro de bando, portarias, editais e cartas expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares, doc. 276.

Livro C-11: Livro de correspondências expedida e recebida. Registro de Cartas régias no governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho

Conta de Sua Ex.^a sobre os sucessos da capitania, e resposta a carta antecedente. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 19 de junho de 1766. **APMT**, Livro de correspondências expedida e recebida. Registro de Cartas régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho, doc. 134.

Conta de Sua Ex.^a sobre os sucessos da capitania. Vila Bela, 18 de fevereiro de 1766. **APMT**, Livro de correspondências expedida e recebida. Registro de Cartas régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho, doc. 129.

Conta que dá Sua Excellencia dirigida ao secretario de estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, 16 de dezembro de 1765. **APMT**, Livro de correspondências expedida e recebida. Registro de Cartas régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho, doc. 109.

Copia de hua carta do Coronel G^{or} de Mojos D. António de Aymerich. Mission del Loreto en Mojos, 19 de abril de 1768. **APMT**, Livro de correspondências expedida e recebida. Registro de Cartas régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho, doc. 181.

“Reg.o da Resposta das duas cartas supra”. Carta de Antonio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 4 de julho de 1761. **APMT**, Livro de correspondências expedida e recebida. Registro de Cartas régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho, doc. 11.

“Reg.º de hua carta escripta ao Secretrº de estado, na qual se dá conta do estado desta Capitª”. Livro de correspondências expedida e recebida. Registro de Cartas régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho. Vila Bela, 18 de dezembro de 1761. **APMT**, Livro de correspondências expedida e recebida. Registro de Cartas régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho, doc. 30.

“Regº de hua carta pª o secretario de estado Francisco X^{er} de Mend.^a Furtº, em q. se dá conta dos sucessos do principio da guerra”. Nossa Senhora da Conceição, 31 de maio de 1763. **APMT**, Livro de correspondências expedida e recebida. Registro de Cartas régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho, doc. 67.

“Regº de hua conta q. de deo a S.Mag^e pela Secretª de estado, com a copia de hua carta do B^{el} Theotº da Sª Gusmão q^{do} desertou o Salto Gr^{de} ou Povoação de N.Srª da Boa Viagem”. Carta de Antonio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 24 de novembro de 1761. **APMT**, Livro de correspondências expedida e recebida. Registro de Cartas régias no Governo de Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho, doc. 28.

Livro C-16: Livro de cartas régias e correspondências recebidas e expedidas no governo de Luiz Pinto de Sousa Coutinho

Registro de huma carta de S. Exª p.ª o Secretº do Estº dos Neg^{os} da Marª, em que inclua as copias de outras que lhe dirigi de Moxos o seu Gov.^{or} D. Antº Aymeril pelos quais se manifesta ter S.Exª conseguido a restituição dos escr^{os} fugidos desta Cap^{nia} pª aqueles domínios. Vila Bela, 10 de dezembro de 1769. **APMT**, Livro de cartas régias e correspondências Recebidas e expedidas no Governo de Luiz Pinto de Sousa Coutinho, doc. 45, fl. 77.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Avulsos do Pará

Aviso do secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real para o presidente do Conselho Ultramarino, marquês de Penalva, D. Estevão de Meneses. [Lisboa], 29 de maio de 1751. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 32, D. 3049.

Carta do Bispo do Pará D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa para o rei D. José I. Pará, 4 de agosto de 1755. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 38, D. 3567.

Carta do Bispo do Pará D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa para o rei D. José I. Pará, 4 de agosto de 1755. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 38, D. 3568.

Carta do governador e capitão-general do estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. Pará, 16 de dezembro de 1745. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 28, D. 2637.

Carta do governador estado do Maranhão João da Maia da Gama para o rei D. João V. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 10, D. 863.

Carta do governador Gomes Freire de Andrade para o rei sobre as informações relativas à capitania do Pará, oferecidas ao novo governador Artur de Sá e Meneses, aquando da sua chegada, com relevância para a plantação de árvores de cravo e a defesa da capitania. **AHU**, Pará (Avulsos), Belém, 19 de julho de 1687., Cx. 3, D. 263.

Carta do ouvidor geral da comarca e capitania de Belém do Pará, Pascoal de Abranches Madeira, para o rei D. José. Belém, 25 de novembro de 1757., Cx. 43, D. 3910.

Carta do ouvidor geral e intendente do ouro da capitania do Pará, João da Cruz Dinis Pinheiro, para o rei D. José. Belém, 7 de setembro de 1755. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 39, D. 3648.

Carta do provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Félix Gomes de Figueiredo, para o rei, D. João V. Belém, 30 de outubro de 1742. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 25, D. 2343.

Carta do provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Félix Gomes de Figueiredo, para o rei D. João V. Belém, 20 de agosto de 1747. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 29, D. 2766.

Carta do solicitador da Fazenda Real, Francisco de Sales Rodrigues, para o rei D. João V. Lisboa, 12 de novembro de 1743. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 26, D. 2455.

Carta do tenente da fortaleza de Pauxis, Ricardo Moniz da Silva, para o governador do estado do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pauxis, 15 de novembro de 1753. **APEP**, Códice 70; Requerimento de Paulo de Gouveia e João Rodrigues da Silva, assistentes na cidade de Santa Maria de Belém do Pará, para o rei D. José. [Ant. 14 de maio de 1754]. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 36, D. 3382.

Carta governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei D. João V. Pará, 24 de fevereiro de 1743. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 25, D. 2387.

Consulta do Conselho Ultramarino anexada em “Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei D. João V. Pará, 2 de setembro de 1750. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 32, D. 2987.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José. Lisboa, 17 de março de 1755. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 38, D. 3527.

Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre o pedido do ex-almojarife da Fazenda Real da capitania do Pará, António Rodrigues Martins. Lisboa, 19 de junho de 1748. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 30, D. 2865.

Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. José, sobre a formação de Regimentos Militares para assegurar a comunicação das minas no Rio Tocantins com as vilas da capitania do Pará. Lisboa, 7 de agosto de 1752. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 33, D. 3129. Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. José. Lisboa, 22 de junho de 1752. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 33, D. 3118.

Decreto do rei D. José, sobre o extravio do ouro, ordenando que os ouvidores do no estado do Maranhão e Pará se deem cumpra cumprimento a Lei de 3 de dezembro de 1750, a qual obriga a à denúncia dos contrabandistas do extravio do ouro aos e à quais é aplicada aplicação das respectivas penas encarregando os ouvidores dos mesmos estados a dar cumprimento às mesmas. Lisboa, 21 de maio de 1753. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 34, D. 3211.

Instrumento de justificação de João de Sousa de Azevedo. Belém, 21 de outubro de 1756. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 41, D. 3792.

Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 16 de outubro de 1766. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 59, D. 5285.

“Nova relação dos auxílios por agora mais indispensáveis para o progresso das reaes obras desta capitania, a qual na presença do Ilm^o e Exm^o Snr^o João Pereira Caldas, governador, e capitão General do estado do Pará, põem o governador, e capitão general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres conformando-se a carta, que receber de S. Ex^a com data de 25 de fevereiro deste ano de 1775” que está anexado em “Ofício do governador e capitão-general do estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informando sobre o estado em que se encontra a capitania de Mato Grosso”. Pará, 1^o de fevereiro de 1776. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6272.

Ofício cópia dos administradores da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará, para o governador da capitania do Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho. Pará, 4 de junho de 1769. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 64, D. 5547.

Ofício de José Roberto Vidal da Gama para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre a visita do ouro realizada ao navio “Santa Ana e São Francisco Xavier”, de que é capitão Bernardo Franco. Lisboa, 8 de maio de 1770. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 65, D. 5635.

Ofício do Bispo do Pará D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 30 de setembro de 1754. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 37, D. 3453.

Ofício do contratador, Aleixo de Campos de Andrade, para o conselheiro do Conselho Ultramarino, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Lisboa, 14 de julho de 1744. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 27, D. 2537.

Ofício do corregedor do Bairro Alto, Manuel José de Faria e Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a visita do ouro que efetuou ao galeão “Nossa Senhora da Glória e Santa Ana”, de que é capitão Domingos Dantas, proveniente da capitania do Pará. Lisboa, 3 de setembro de 1765. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 58, D. 5226.

Ofício do governador e capitão general do estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 13 de março de 1764. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 55, D. 5056.

Ofício do governador e capitão general do estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 13 de dezembro de 1753. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 35, D. 3315.

Ofício do governador e capitão general do estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 14 de novembro de 1755. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 39, D. 3678.

Ofício do governador e capitão general do estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Nova de Barcelos, 4 de julho de 1758. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 43, D. 3950.

Ofício do governador e capitão general do estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Pará, 12 de março de 1774. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 72, D. 6123.

Ofício do governador e capitão general do estado do Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Pará, 20 de fevereiro de 1772. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 68, D. 5821.

Ofício do governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará. 27 de novembro de 1761. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 52, D. 4717.

Ofício do governador e capitão-general do estado do Maranhão e Pará para o secretário de estado dos Negócios do Reino e Mercês, Pedro da Mota e Silva. Pará, 10 de setembro de 1750. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 32, D. 2992.

Ofício do governador e capitão-general do estado do Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 12 de novembro de 1760., Cx. 48, D. 4383.

Ofício do governador e capitão-general do estado do Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 20 de agosto de 1762. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 53, D. 4828.

Ofício do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 4 de dezembro de 1753. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 35, D. 3312.

Ofício do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o secretário de estado da Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 18 de junho de 1754. **AHU**, Pará (Avulso), Cx. 36, D. 3415.

Ofício do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 10 de setembro de 1754. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 37, D. 3439.

Ofício do governador João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Pará, 15 de julho de 1773. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 71, D. 6028.

Ofício do governador João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Pará, 31 de outubro de 1776. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 76, D. 6348.

Ofício do governador Manuel Bernardo de Melo e Castro para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 26 de julho de 1761. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 49, D. 4517.

Ofício do juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Pará, 20 de maio de 1757. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 42, D. 3863.

Ofício do ouvidor geral da capitania do Pará João da Cruz Dinis Pinheiro para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 30 de setembro de 1754. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 37, D. 3454.

Ofício do Pará Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 8 de março de 1754. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 36, D. 3359.

Ofício do presidente do Conselho da Fazenda, Conde de Azambuja, Antonio Rolim de Moura Tavares, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Lisboa, 12 de junho de 1777. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 76, D. 6404.

Ofício do provedor da Fazenda Real e ouvidor-geral da capitania do Pará, Feliciano Ramos Nobre Mourão, para o ex-secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Belém, 27 de agosto de 1760. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 46, D. 4235.

Ofício do provedor da Fazenda Real e ouvidor-geral da capitania do Pará, Feliciano Ramos Nobre Mourão, para o ex-secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Belém, 12 de setembro de 1760. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 47, D. 4284.

Ofício do secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real para o governador e Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Lisboa, 24 de fevereiro de 1755. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 37, D. 3493.

Ofício do visitador do ouro Carlos António da Silva Franco para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a visita do ouro que fez ao navio “Nossa Senhora Madre de Deus, São José e Almas”, de que é capitão Luis Ferreira Braga, proveniente do Pará. Lisboa, 29 de janeiro de 1764. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 55, D. 5032.

Ofício do visitador do ouro José Roberto Vidal da Gama para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o manifesto do ouro e de outros produtos transportados da capitania do Pará para Lisboa, a bordo da charrua “Nossa Senhora da Glória e São Joaquim”. Lisboa, 25 de junho de 1775. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6224.

Ofício do visitador do ouro José Roberto Vidal da Gama para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo o manifesto do ouro e mapas da carga transportada para o Reino, a bordo das corvetas “Nossa Senhora de Oliveira”, vinda de Cachéu e Pará sob o comando do capitão Manuel Luís do Cabo, “São Paulo”, vinda do Pará a cargo do capitão Domingos António Chaves, e “São Pedro Gonçalves”, vinda do Pará comandada pelo capitão João do Espírito Santo, assim como a chegada do preso Sebastião da Cunha Souto Maior, que foi governador da Fortaleza de Bissau, e conduzido à Cadeia do Castelo até nova ordem. Lisboa, 12 de setembro de 1775. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 74, D. 6244.

Relação da carga transportada pelos navios “Nossa Senhora das Mercês”, “Santa Ana”, “São Francisco Xavier” e “Nossa Senhora do Cabo”, pertencentes à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Post. 1755. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 40, D. 3712. “Relação das ferramentas fazendas que por ordem do II^{mo} e Ex. ^{mo} Sr João Pereira Caldas remetem aos administradores da Companhia Geral Antonio Coutinho de Almeida e Manoel José da Cunha, a cargo do Anspeçada M^e Antonio Furtado para entregar tudo em Vila Bela de Mato Grosso a ordem do II^{mo} e Ex. ^{mo} Sr Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres Gov.^{or} e Capp.^{am} Gan^{al} da mesma capitania, marcado com a marca da marge” que está anexado em “Ofício do governador e capitão-general do estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. Pará, 28 de abril de 1776. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6308.

Relação dos gêneros que remetem os administradores da Companhia Geral do Comercio Gonçalo Pereira Vianna e Antonio Coutinho de Almeida por ordem do II^{mo} e Ex. ^{mo} Sr General nas canoas dos Solimões que presente partem a cargo do Soldado Manoel Antonio Furtado, para receber tudo na Villa de Serpa, transportar para Borba como lhe for determinado p.^{lo} sargento mor comandante José Henriques da Costa Alm^{da} a quem pertence o recebimento dos gêneros seg^{es} para os hir remetendo ao II^{mo} e Ex. ^{mo} Sr General da capitania de Matto Grosso anexado em “Ofício do governador e capitão general do estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro”. Pará, 20 de dezembro de 1774. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 73, D. 6170.

Representação dos moradores da capitania do Pará para o rei D. José. Pará, 15 de fevereiro de 1754. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 36, D. 3342.

Requerimento de António Rodrigues Martins para o rei, D. João V, solicitando confirmação de carta de data e sesmária situada nas margens do rio Mucurussá. Ant. 23 de janeiro de 1741. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 24, D. 2218.

Requerimento de Leandro de Araújo para o rei [D. José I], solicitando a confirmação de carta de data e sesmária localizada junto ao rio Atuaá, na Ilha Grande de Joanes. Ant. 17 de julho de 1769. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 64, D. 5555.

Requerimento do homem de negócios Baltasar do Rego Barbosa para o rei D. João V, solicitando provisão para se poder representar por procuração na devassa que se levantou contra si pelo descaminho de fazendas de uma balandra francesa. Ant. 7 de maio de 1740. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 23, D. 2186.

“Resumo das remeças que por ordem do II^{mo} e Ex. ^{mo} S^r General tem feito os administradores da Companhia Geral do Pará para Vila Bella de Matto Groço desde 11 de setembro de 1773 até 17 de dezembro de 1775” que está anexado em “Ofício do governador e capitão-general do estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Pará, 28 de abril de 1776. **AHU**, Pará (Avulsos), Cx. 75, D. 6308.

Avulsos do Mato Grosso

Carta de Francisco Pedro de M. Gorjão ao rei D. João V. Grão-Pará, 25 de outubro de 1749. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 5, D. 308.

Carta do governador António Rolim de Moura Tavares ao rei D. José. Vila Bela, 25 de janeiro de 1754. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 7, D. 438.

Carta do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao rei D. José. Vila Bela, 15 de fevereiro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 736.

Carta do juiz de fora de Mato Grosso Teotônio da Silva Gusmão ao rei D. João V sobre o comércio do Grão-Pará com o Mato Grosso. Refere ser conveniente que as embarcações naveguem apenas em corpo de frota. Cuiabá, 31 de maio de 1751. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 35, D. 337.

Carta do ouvidor e provedor dos Ausentes Luís de Azevedo Sampaio à rainha D. Maria I. Vila Bela, 3 de fevereiro de 1777. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 19, D. 1154.

Carta secretário de estado Tomé Joaquim da Costa Corte Real ao governador António Rolim de Moura Tavares. Lisboa, 22 de agosto de 1758. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 580.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o regulamento dos novos governos das Minas de Goiás e da Vila de Cuiabá e sua criação. Lisboa, 29 de janeiro de 1748. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 4, D. 222.

Mapa geral dos escravos que entraram na capitania desde o descobrimento das minas até o fim de 1772. 1773. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 17, D. 1054.

Ofício de João Pedro Câmara para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, 16 de dezembro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 770.

Ofício de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, nomeado ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1771. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 16, D. 963.

Ofício do capitão Domingos Franco ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a tropa de socorro que veio a comandar desde o Grão-Pará. Nossa Senhora da Conceição, 28 de novembro de 1763. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 714.

Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 11 de dezembro de 1756. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 9, D. 534.

Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 11 de dezembro de 1756. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 9, D. 534.

Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao governador da capitania do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 15 de novembro de 1758. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 585.

Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao governador da capitania do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 9 de dezembro de 1758. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 593.

Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 20 de março de 1757. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 9, doc. 543.

Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 29 de junho de 1756. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 8, doc. 522.

Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela, 23 de dezembro de 1758. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 597.

Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, 30 de setembro de 1762. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 11, D. 679.

Ofício do governador da capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, 16 de dezembro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 768.

Ofício do governador da capitania de Mato Grosso, António Rolim de Moura Tavares ao governador da capitania do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 27 de março de 1759. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 598.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. Vila de Cuiabá, 27 de junho de 1751. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 5, doc. 344. Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real sobre a expedição militar a Santa Rosa. Santa Rosa, 22 de fevereiro de 1760. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 10, D. 613.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 20 de janeiro de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 829.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 13 de junho de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 14, D. 848.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça. Vila Bela, 20 de janeiro de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 829.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Rio Madeira, 17 de fevereiro de 1774. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 17, doc. 1067.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, informando sobre as medidas tomadas para a criação de um serviço de correio na capitania. Vila Bela, 8 de março de 1799. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 36, D. 1844.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, informando sobre as cartas recebidas das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e de Goiás e das medidas já tomadas para estabelecer o correio na capitania. Vila Bela, 8 de março de 1799. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 36, D. 1847.

Ofício do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, informando ter recebido as ordens régias sobre o estabelecimento do correio; sobre a navegação através dos rios Madeira e Mamoré; e envia uma listagem dos gêneros recebidos da cidade do Pará e as despesas com essa condução. Vila Bela, 23 de junho de 1799. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 37, D. 1862.

Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 10 de fevereiro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 731.

Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 11 de fevereiro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 732.

Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, 20 de junho de 1766. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 783.

Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nossa Senhora da Conceição, 17 de novembro de 1766. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 787.

Ofício do governador João Pedro da Câmara Coutinho secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 12 de fevereiro de 1765. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 12, D. 734.

Ofício do governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Sebastião José de Carvalho e Melo. Forte Príncipe da Beira, 23 de junho de 1776. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 18, D. 1126.

Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 18 de fevereiro de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 13, D. 838.

Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 15 de junho de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 14, D. 850.

Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 15 de junho de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 14, D. 850.

Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela. 28 de maio de 1771. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 15, D. 933.

Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 22 de fevereiro de 1772. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 16, D. 975.

Ofício do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 18 de junho de 1769. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 14, D. 852.

Requerimento de João de Sousa Azevedo ao rei D. José. [ant. 16 de maio de 1754 1754, Maio, 16]. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 7, D. 446.

Requerimento de João de Sousa de Azevedo ao rei D. José. [ant. 12 de janeiro de 1753]. **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 6, D. 396.

Requerimento de João de Sousa de Azevedo ao rei D. José. [ant. 1753, Janeiro, 12], **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 6, D. 396.

Requerimento do sargento-mor João de Sousa de Azevedo ao rei D. José. [ant. 28 de setembro de 1762. 1762] **AHU**, Mato Grosso (Avulsos), Cx. 11, D. 678.

Avulsos Rio Negro

Ofício do ouvidor e intendente geral Rio Negro, Lourenço Pereira da Costa ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Barcelos, 2 de setembro de 1762. **AHU**, Rio Negro (Avulsos), Cx. 02, D. 112.

Avulsos Maranhão

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre a ida de Paulo Gouveia e João Rodrigues da Silva à capitania de Mato Grosso, e sobre suspeitas de que teriam extraviado ouro. Lisboa, 14 de março de 1755. **AHU**, Maranhão (Avulsos), Cx. 35, D. 3529.

Avulsos Brasil

Parecer do Conselho Ultramarino sobre o requerimento do contratador das entradas das Minas Gerais. São Paulo e Cuiabá, Afonso Gabriel. Lisboa, 1 de junho de 1753. **AHU**, Brasil (Avulsos), Cx. 13, doc. 1159.

Códice 271

Pa o Gov^{or} e Capp.^m General do Pará. Lisboa, 14 de agosto de 1752. **AHU**, Códice 271, fl. 214-214v.

Códice 596

Instrução com que Sua Majesyade manda passar a capitania do Grão-Pará e Maranhão o governador, e Capitão General João Pereira Caldas. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 2 de outubro de 1772. **AHU**, Códice 596, [fl. 15v.].

Manifestos do Ouro

Códice 2020; Códice 2021.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

Informação ao Il^{mo} Snr Gn^{al} do estado do Maranhão Cid^a do Gram Pará que dá João de Sousa Azevedo das Novas Minas de Santa Isabel em Rio dos Arinos. Pará, 26 de agosto de 1747. Cópia que teria sido feita por José Gonçalves da Fonseca. **Biblioteca Pública de Évora**, Códice CXV 2-13.

Informação do Rio da Madr.^a e dos mais que desaugôam nelle, gentio dellez e deseoz costumez, rittos e cerimonias”. **Biblioteca Pública de Évora**, cód. CXV/2-15.

Notícia Abreviada (mas verdadeira) que se dá do Rio da Madeira, com a individuação e claresa que he precisa para se vir no conhecimento da distancia, e comunicação que pode haver com os moradores das Minas de Mato Grosso. **Biblioteca Pública de Évora**, Códice CXV 2-13.

Notícia do Rio Tapajós cujas cabeceiras, último se descobriram no ano de 1742 por uns sertanejos ou minr^{os} do Mato Grosso; dos quais era Cabo Leonardo de Olivr^a; homem bem conhecido, e dos mais experimentados nos sertões das Minas. Tapajós, 14 de agosto de 1751. **Biblioteca Pública de Évora**, CXV 2-16, Peça 7.

ACERVO CASA BARÃO DE MELGAÇO/INSTITUTO DE PESQUISAS DOM AQUINO CORREA

Carta de D. Francisco Xavier de Mendonça Furtado a D. Antonio Rolim de Moura versando sobre o estabelecimento do Diretório dos Índios. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 18 de junho de 1761. ACBM – IPDAC, caixa 8, pasta 23, n. 1389.

Instrução do rei de Portugal ao capitão-general da província de Mato Grosso, D. Antonio Rolim de Moura, sobre os direitos dos índios de todas as colônias portuguesas, especialmente o Brasil. Belém, 8 de agosto de 1758. ACBM – IPDAC, caixa 8, pasta 23, n. 1452.

Memória apresentada pelo Pe. Agostinho Lourenço ao Antonio Rolim de Moura discorrendo sobre as viagens que fez e a situação das tribos indígenas da capitania. Cuiabá, 1753. ACMB – IPDAC, caixa 45, pasta 166, n. 2211.

Ofício de Francisco de Sousa Coutinho a Caetano Pinto de Miranda Montenegro comunicando que enviara cópia de documentos relativos ao estabelecimento do correio entre as províncias do Pará e Mato Grosso para a Junta de Fazenda que aprovara as decisões. Pará, 1^o de julho de 1799. ACMB – IPDAC, pasta 78, n. 1612.

ARQUIVO NACIONAL

Carta de Fernando da Costa Ataíde Teive para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 2 de julho de 1768. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte. v. 2, fl. 44.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

Diligencia de Habilitação de José Gonçalves Chaves. ANTT Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, José, mç. 73, doc. 1101.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- ALMEIDA, André Ferrand de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 215-235, jul./dez. 2009.
- ALMEIDA, Fernando Ozorio de; KATER, Thiago. As cachoeiras como bolsões de histórias dos grupos indígenas das terras baixas sul-americanas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 39-67, maio 2017.
- _____; MONGELÓ, Guilherme. Introdução: arqueologia dos “pioneiros” e da diversidade do alto rio Madeira. **Boletim de Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 15, n. 2, p. 1-16, 2020.
- _____; NEVES, Eduardo Góes. Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 499-525, 2015.
- ALMEIDA, Gustavo Balbuena de. **Os juízes de fora e os conflitos de jurisdição na capitania de Mato Grosso (1748-1796)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania do Mato Grosso**. São Paulo: Versal, 2014.
- AMOROSO, Marta. Corsários no caminho fluvial: os Mura do Rio Madeira. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 297-310.
- _____. **Guerra Mura no século XVIII – versos e versões: representações dos Mura no imaginário colonial**. 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- ANZAI, Leny Caselli. **Doenças e práticas de cura: o olhar de um naturalista setecentista**. Cuiabá, EdUFMT/Carlini & Caniato, 2017.
- ARAÚJO, Alik Nascimento. **De bárbaros a vassalos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste amazônico (1714-1786)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

ARAÚJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da Coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 41-76, jan./jun. 2012.

_____. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII**: discurso e método. 2000. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

_____. “Pouco mais ou menos em meio caminho, daqui para Pará”: a povoação de Nossa Senhora da Boa Viagem e a ocupação das cachoeiras do rio Madeira. In: JESUS, Nauk Maria de (Org.). **Cenários da fronteira oeste**: história e historiografia de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). Cuiabá: EdUFMT, 2020. p. 15-46.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Ecos de um suposto silêncio**: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c. 1666-1820. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. **Cristãos e infiéis nos espaços de fronteira, Chiquitania/Bolívia e Pantanal/Brasil**: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770–1800). 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ARRUDA, Gilmar. Apresentação: a natureza dos rios e os territórios. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). **A natureza dos rios**: história, memória e territórios. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 7-25.

ARRUDA, Joari Costa de et al. Conhecimento ecológico tradicional da ictiofauna pelos quilombolas no Alto Guaporé, Mato Grosso, Amazônia meridional, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 2, p. 315-329, 2018.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 14, abr. 2000.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Desbravando os sertões paulistas, séculos XVI a XIX. **História**, São Paulo, v. 39, 2020.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília, DF: Senado Federal/Conselho Editorial, 2004.

BARROSO, Lourismar da Silva. **Real Forte Príncipe da Beira**: ocupação oeste da capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BATAIOLI, Everson da Silva. **O Forte de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi**: defesa e povoamento nas fronteiras da América Portuguesa (1765-1777). 2020.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

BATISTA, Regina Célia Corrêa. **Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia**: a vila de Moju (1730-1778). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BESPALEZ, Eduardo et al. Arqueologia no sítio Santa Paula, alto Madeira, Porto Velho, Rondônia, Brasil. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 15, n. 2, 2020.

BITTENCOURT, Maria Mercedes; AMADIO, Sidnéia Aparecida. Proposta para identificação rápida dos períodos hidrológicos em áreas de várzea do rio Solimões-Amazonas nas proximidades de Manaus. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 37, n. 2, p. 303-308, 2007.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/Fapesp, 2002.

BLAU, Alessandra Resende Dias. **O “ouro vermelho” e a política de povoamento da capitania de Mato Grosso**: 1752-1798. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

BLOCK, David. **La cultura reduccional de los llanos de Mojos**: tradición autóctona, empresa jesuítica & política civil, 1660-1880. Sucre, Bolívia: Historia Boliviana, 1997.

BORREGO, Maria Aparecida Menezes. **A teia mercantil**: negócios e poderes em São Paulo colonial. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____; SANTOS, João Carlos Cândido Silva Libardi. As cargas das canoas: alimentos e artefatos na rota das monções. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira (Org.). **História e alimentação**: Brasil séculos XVI-XXI. Belém: Paka-Tatu, 2020. p. 132-157.

BRIGOLA, João Carlos. Viagem, ciência e administração no Brasil colonial: os gabinetes setecentistas de história natural de Luís Pinto de Balsemão, de Luís de Vasconcelos e Sousa e de Luís de Albuquerque Cáceres. In: **Estudos em Homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 331-339.

BRITO, Adilson Junior Ishiara. **Insubordinados sertões**: o império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul – estado do Grão-Pará, 1750-1820. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRITO, Cecília Maria Chaves. Índios das corporações: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (Org.). **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 115-137.

CALANDRA, Horacio A. Nota preliminar sobre investigaciones arqueológicas en Moxos, Departamento del Beni, Republica de Bolívia. **Revista del Museo de la Plata**, La Plata, Nueva Serie, Sección Antropología, v. 8, n. 53, 1981.

_____; SALCEDA, Susana Alicia. Amazonia boliviana: arqueología de los Llanos de Mojos. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 34, n. 2, p. 155-163, 2004.

CALDAS, Yurgel Pantoja. **Construção épica da Amazônia no poema Muhuraida, de Henrique João Wilkens**. 2007. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Artes e Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CÂMARA, António Alves. **Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1976. (Brasília).

CAMPOS, Rafael. Ciência e controle imperial no Mato Grosso português. **Memórias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano**, Barranquilla, ano 11, n. 25, jan./abr. 2015.

CANABRAVA, Alice P. **O comércio português no rio da Prata (1580-1640)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá: 1727-1752**. Cuiabá: Entrelinhas, 2019.

CANOVA, Loiva. Fragmentos da história dos índios Bororo nas terras de Mato Grosso. **Revista História e Diversidade**, Cáceres, v. 10, n. 1, p. 6-23, 2018.

CARREIRA, António. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1988. v. 2.

CARVALHO, Alexandra Margarida. Execução técnica do Tratado de Madrid (1750): o contributo dos engenheiros portugueses. In: **Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 334-375.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Etnogênese Mbayá-Guaykuru: notas sobre emergência identitária, expansão territorial e resistência de um grupo étnico no Vale do Rio do Paraguai (c. 1650-1800). **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 3, n. 4, p. 1-20, out./dez. 2006.

_____. **Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Resistência indígena no Piauí colonial: 1718-1774**. Teresina: EDUFPI, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CEGATI, Evandro Gabriel. **Proibição e extração de diamantes na capitania de Mato Grosso**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

CELLA-RIBEIRO, Ariana et al. As corredeiras do rio Madeira. In: QUEIROZ, Luiz Jardim de et al. **Peixes do rio Madeira**. São Paulo: Unir/Teapagro/Inpa/Ufam, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAGAS, Marco Antônio et al. Alguém viu a pororoca por aí?. In: XXI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS. **Anais...**, Brasília, DF, 2015.

CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia colonial e as ilhas atlânticas. **Canoa do Tempo**, Manaus. v. 2, n. 1, p. 187-204, jan./dez. 2008.

_____. Alimentos, pagamentos e trocas na Amazônia colonial (século XVII e XVIII). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira (Org.). **História e alimentação: Brasil séculos XVI-XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2020. p. 111-131.

_____. A prática dos sertões na Amazônia Colonial (século XVII). **Outros Tempos**, São Luís, v. 10, n. 15, p. 79-99, 2013.

_____. As “fazendas de cacau” na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). In: BRANDÃO, Tanya Maria Pires; CHRISTILLINO, Cristiano Luís (Org.). **Nas bordas da plantation: agricultura e pecuária no Brasil colônia e império**. 1. ed. Recife: Editora UFPE, 2014a. v. 1.

_____. “Como se hace en Indias de Castilla”: el cacao entre la Amazonía portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII). **Revista Complutense de Historia de América**, Madri, v. 40, p. 23-43, 2014b.

_____. Plantações, sesmarias e vilas: uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Debates, 2006.

_____. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Açaí/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia, 2010.

CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 2, p. 218-234, jul./dez. 2014.

_____. **Escravidão, fronteira e liberdade: resistência escrava em Mato Grosso, 1752-1850**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

_____. **Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. 2008. Tese

(Doutorado e História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

COELHO, Mauro C. **Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

CORRÊA, Luís Rafael Araújo. **A aplicação da política indigenista pombalina nas aldeias do Rio de Janeiro: dinâmicas locais sob o Diretório dos Índios (1758-1818)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012a.

_____. De São Barnabé à Vila Nova de São José d’el Rei: tensões e conflitos étnico-sociais em um aldeamento do Rio de Janeiro sob o Diretório dos Índios (1758-1798). **Revista Cantareira**, Niterói, n. 17, jul./dez. 2012b.

CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madri**. Brasília, DF: Senado Federal, 2001. t. II. Fac-símile.

COSTA, Gracite Guerra da. A cartografia das fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 116-133, jan./jun. 2016.

_____. **Fortes portugueses na Amazônia brasileira**. 2012. Trabalho apresentado na conclusão do estágio de pós-doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação da Liberdade/Kosmos, 1999.

COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. **São Gonçalo Velho: povoação cuiabana pioneira**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2010.

CREVELS, Mily; VAN DER VOORT, Hein. The Guaporé-Mamoré region as a linguistic area. In: MUYSKEN, Pieter (Ed.). **From linguistic areas to areal linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008, v. 90, p. 151-179.

CRUZ, Roberto Borges da. **Farinha de “pau” e de “guerra”**: os usos da farinha de mandioca no extremo norte (1722-1759). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

DAMASCENO, Cláudia. **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DAVIDSON, David Michel. **Rivers & empire: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west, 1737-1808**. 1970. Tese (Doutorado em História), Yale University, EUA, 1970.

D’AZEVEDO, João Lúcio. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: Secult, 1999.

DELSON, Roberta Marx. Inland navigation in colonial Brazil: using canoes on the Amazon. **International Journal of Maritime History**, v. VII, n. 1, p. 1-28, jun. 1995.

_____. Navigation: inland navigation in Amazonia. In: **Encyclopaedia of the history of science, technology, and medicine in non-western cultures**. Springer. Dordrecht, 2014.

_____. **Novas vilas para o Brasil-colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília, DF: Alva-Ciord, 1997.

DENEVAN, Willian. **The aboriginal cultural geography of the Llanos de Mojos of Bolivia**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1966.

DIAS, Camila Loureiro. **Civilidade, cultura e comércio**: os princípios fundamentais da política indigenista na Amazônia (1614-1757). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DOMINGUES, Ângela. Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do norte do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Brasil**: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000a.

_____. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, v. VIII (supl.), p. 823-38, 2001.

_____. **Quando os índios eram vassalos**: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000b.

DOURADO, Nileide Souza. A organização militar: instituição educativa, seus diferentes sujeitos e cultura escolar na capitania de Mato Grosso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 71-90, jul./set. 2016.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

ERICKSON, Clark L. Lomas de ocupación en los Llanos de Moxo. In: DURAN, Alicia; BRACCO, Roberto (Ed.). **Arqueología de las tierras bajas**. Montevideu: Ministerio de Educación y Cultura, Comisión Nacional de Arqueología, 2000. p. 207-226.

ERIKSEN, Love. **Nature and culture in prehistoric Amazonia**: using G.I.S. to reconstruct ancient ethnogenetic processes from archaeology, linguistics, geography, and ethnohistory. 2011. Tese (Ph.D.). Lund University, Lund, Sweden, 2011.

ERIKSON, Philippe. Uma singular pluralidade: a etno-história Pano. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992. p. 241-252.

FALCON, Francisco Calazans. Antigos e novos estudos sobre a “época pombalina”. In: _____; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Anpocs, 1991.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Concubinato. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 130-132.

FEARNSIDE, Philip. **Estudos de impacto ambiental – EIA: usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau**. t. B, v. 1/8. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Documentos%20Oficiais/EIA/10983EIA-tomo%20B%20vol%201-part-1-vers-a.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe da Beira e a fronteira noroeste da América portuguesa (1776-1796)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

FERNÁNDEZ, Juan Marchena. Del Tajo al Amazonas y al Plata: las repercusiones atlánticas de las guerras entre las Coronas española y portuguesa en la Edad Moderna (1640-1777). In: REITANO, Emir; POSSAMAI, Paulo (Org.) **Hombres, poder y conflicto: estudios sobre la frontera sudamericana y su crisis**. La Plata: Universidad de La Plata, 2015.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FERREIRA, Mario Clemente. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no século XVIII: notas de uma investigação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES. **Actas...**, Lisboa, 2005.

_____. O mapa das cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 51-69, jun. 2007.

FIORI, Marlon Marcel et al. Doenças e parasitos tropicais na expansão interior do império colonial português na América: o caso das monções. **Revista Território e Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 165-182, abr. 2014.

_____; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. **A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FLORES, Katia Maia. **Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil.** 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FONSECA, André Augusto. Os mapas da população no estado do Grão-Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte. v. 34, n. 3, p. 439-464, set./dez. 2017.

FONSECA, Dante Ribeiro da. A história e a cultura na fronteira rondoniense Brasil/Bolívia. **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade – Igarapé**, Porto Velho, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2013.

_____. A pesca na Amazônia: da pré-colonial ao mundo colonial (séculos XVII ao XIX). **Saber Científico**, Porto Velho, v. 1, n. 2, p. 201-222, jul./dez. 2008.

FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878.** Rio de Janeiro: Pinheiro, 1880-1881.

FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749, escripta por Jose Gonsalves da Fonseca no mesmo anno. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Memorias para história do extinto estado do Maranhão.** Rio de Janeiro: Nova Typographia de J. Paulo Hieldebrandt, 1860, t. II, p. 269-415.

FONTANA, Riccardo. **As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII.** Brasília, DF: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005. v. 46.

FORTES, Mircia Ribeiro. A rede de fortificações da Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII). **Somanlu**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 159-168, 2000.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: _____. BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 29-71.

FREYRE, Gilberto. **Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII.** Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1968.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII). **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 40, p. 399, maio/ago. 2016.

_____. O oráculo que Sua Majestade foi buscar: Dom Luís da Cunha e a geopolítica do novo império luso-brasileiro. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GARCIA, Romyr Conde. Espaço do povo e espaço do rei na terra da conquista: Vila Bela, Cuiabá e os seus distintos espaços. **História e Diversidade**, Cáceres, v. 8, n. 1, p. 220-235, 2016a.

_____. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII). **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 40, p. 367-399, maio/ago. 2016b.

GIGLIOLI, Enrico Hillyer. Appunti sulle condizioni attuali delle tribù indigene dell'alto Madeira e regioni adiacenti (Brasile e Bolivia). Raccolti dal Dott. In: LANDI, Andrea (Org.). **Archivio per l'antropologia e la etnologia**. Florença, v. 36, n. 49, 1906 apud MÉTRAUX, Alfred. **The native tribes of Eastern Bolivia and Western Mato Grosso**. Washington: Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology Bulletin 134, United States Government Printing Office, 1942.

GODOY, Silvana Alves de. **Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718 a 1838)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Brasília, DF: Funag, 2015.

GOMES, Diego Veloso. **Forças militares nas Minas e capitania de Goiás: o século XVIII em foco**. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Diego_Veloso_Gomes.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

GOMES, Masília Aparecida da Silva. **Produção agrícola e práticas alimentares na fronteira oeste: Vila Bela da Santíssima Trindade**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

GONZÁLEZ, Sebastián Gómez. Contra un enemigo infernal: argumentos jesuíticos en defensa de la Amazonia hispánica: provincia de Maynas, 1721-1739. **Fronteras de la Historia**, Bogotá, v. 17, n. 1, p. 167-194, 2012.

_____. **Frontera selvática: españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH), 2014.

GUAPINDAIA, Mayra. Regulações centrais, práticas regionais: a provisão dos oficiais de correio na América portuguesa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 85, p. 57-78, set./dez. 2020.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Encontros circulares: guerra e comércio no rio Negro (Grão-Pará), séculos XVII e XVIII. **Anais do Arquivo Público do Pará**, v. 5, t. 1, p. 139-165, 2006.

HAICKEL, M. P. (Org.). **Alexandre de Gusmão**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão/Thesaurus, 2007. (Série Diplomacia ao Alcance de Todos).

HARRIS, Mark. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais: os Tapajó e além na história ameríndia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 33-68, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia da Letras, 2017.

_____. **Capítulos da expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a.

_____. **Monções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

_____. **O extremo oeste**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014c.

HORBE, Adriana Maria Coimbra et al. Geoquímica das águas do médio e baixo rio Madeira e seus principais tributários: Amazonas – Brasil. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 43, n. 4, p. 489- 504, 2013.

HORCH, Rosemarie E. As embarcações de madeira do rio Amazonas (séculos XVI-XVIII). In: **Five hundred years of nautical science 1400-1900. Proceedings of the Third International Reunion for the History of Nautical Science and Hydrography held at the National Maritime Museum, Greenwich 24- 28 September 1979**. Edição de Derek Howse. Greenwich/Londres: National Maritime Museum, c1981. p. 217-228.

IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo. Procesos de guerra justa en la Amazonía portuguesa (siglo XVII): la influencia indígena en la construcción de las fronteras coloniales. In: DOMINGUES, Angela; RESENDE, Maria Leônia Chaves de Resende; CARDIM, Pedro (Org.). **Os indígenas e as justiças no mundo ibero-americano (sécs. XVI-XIX)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa (Cham)/Centro de Humanidades (Nova FCSH-UAc)/Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal de São João del-Rei (PPGH/UFSJ), 2019.

JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

_____. O contrabando na fronteira oeste da América portuguesa no século XVIII. **História Revista**, Goiânia, v. 22, n. 3, p. 70-86, 2018.

_____. **O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII**. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

_____. **Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

KATER, Thiago. A temporalidade das ocupações ceramistas no sítio Teotônio. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 15, n. 2, 2020.

_____. **O sítio Teotônio e as reminiscências de uma longa história indígena no alto rio Madeira**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018.

KETTLE, Wesley Oliveira. **Ciclopes e profetas no vale amazônico: visões de natureza no tempo das demarcações (1750-1799)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Cozinha em movimento: novos sabores na Amazônia colonial. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira (Org.). **História e alimentação: Brasil séculos XVI-XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2020. p. 397-417.

_____. **Um súdito capaz no vale amazônico (ou Landi, esse conhecido): um outro significado da descrição das plantas e animais do Grão-Pará**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

KOK, Glória. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

_____. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, jul./dez. 2009.

KOROBTCHENKO, Julia Platonovna. **A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: a instrução, os instrumentos e os homens (1736-1756)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

LAMAS, Gaudereto Fernando. **Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767-1820)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

LAPA, José Roberto Amaral. **A economia colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LEITE, Luís Philippe Pereira. **Vilas e fronteiras coloniais**. São Paulo: Resenha Tributária, [s.d.].

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugal, 1943. t. III.

LEME, Adriana Salay. Feijão, o alimento da nação: discurso identitário e consumo efetivo no Brasil (1973-2009). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira (Org.). **História e alimentação: Brasil séculos XVI-XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2020. p. 318-340.

LEVERGER, Augusto (barão de Melgaço). Apontamentos para o dicionario chorographico da provincia de Mato Grosso pelo barão de Melgaço. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, t. XLVII, parte II, 1884.

LIMA, Alam José da Silva. **Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”**: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

LIMA, Luiz Fernando Erig. **A ocupação pré-colonial na fronteira ocidental**: adaptabilidade humana, territorialidade e aspectos geomorfológicos na microrregião do alto Guaporé, Mato Grosso. 2010. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo São Paulo, São Paulo, 2010.

LIMA, Maria Lucilene Alves de. Uso do geoprocessamento na qualidade de água superficial destinada ao abastecimento humano no estado de Rondônia. In: I SEMINÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARAÍBA DO SUL: O EUCALIPTO E O CICLO HIDROLÓGICO, 2007, Taubaté. **Anais...**, Taubaté, 2007. p. 199-206. Disponível em: <<http://www.agro.unitau.br/serhidro/doc/pdfs/199-206.pdf>>. Acesso: 25 jan. 2022.

LIRA, Elizeu Ribeiro. A frente pastoril e a (des)organização dos territórios indígenas no sul do maranhão e no antigo norte de Goiás. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 3, p. 15-29, 2006.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso**: fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

LUCIDIO, João Antonio Botelho. **A ocidente do imenso Brasil**: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750). 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

MACHADO, Diego Ramon Silva. **No rastro dos ovos**: uma história da exploração e uso da tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa Schweigger*, 1812), 1727-1882. 2016. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

MACHADO, Lourival Gomes. Política e administração sob os últimos vice-reis. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**: a época colonial. Administração, economia e sociedade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. v. 2, p. 395-421.

MALDONADO, Mabel; GOITIA, Edgar. La cuenca del río Iténez en Bolivia: descripción ecológica. In: VAN DAMME, Paul A. (Dir.) et al. **Agua del Iténez o Guaporé**: recursos hidrobiológicos de un patrimonio binacional (Bolivia y Brasil). Marselha: IRD Éditions, 2013.

MARCIS, Teresinha. **A integração dos índios como súditos do rei de Portugal**: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na capitania de Ilhéus, 1758- 1822. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MARCOS, David Martín. La paz hispanoportuguesa de 1715: la diplomacia ibérica en Utrecht. **Cuadernos de Historia Moderna**, Madri, v. 37, p. 151-172, 2012a.

_____. “Ter o Archiduque por vezinho”: la jornada a Lisboa de Carlos III en el marco del conflicto sucesorio de la monarquía de España. **Hispania**: Revista Española de Historia, Madri, v. LXXII, n. 241, p. 453-474, maio/ago. 2012b.

MARTINS, Diego de Cambraia. **A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os grupos mercantis no império português (c.1755-c1787)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MARTINS, Fátima Lopes. **Em nome da liberdade**: as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MARTINS, Roberta Sauaia. **“Do sarampão as perniciosíssimas bexigas”**: epidemias no Grão-Pará setecentista (1748-1800). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
MEIRELES, Denise Mald. **Guardiães da fronteira**: rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. As áreas de guerra aberta e as de prevenção militar: o centro-sul e o norte da América portuguesa (segunda metade do século XVIII). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 58-82, 2016.

MELLO, Louise Cardoso de. **Os outros lados da fronteira**: la historia del alto Madeira en el siglo XVIII desde el estudio de sus relaciones interétnicas. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa Oficial de Pós-graduação em História de América Latina, Universidad Pablo de Olavide, Sevilha, 2014.

MELLO, Saulo Alvaro de. **O arsenal da Marinha em Mato Grosso**: projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho: Do planalto à planície pantaneira (1719-1873). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 41-81.

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras**: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII). Curitiba: Prismas, 2017.

_____; ARAÚJO, Alik Nascimento de; BARRIGA, Letícia Pereira. Os Mura em movimento: mobilidade e resistência nas águas do Madeira. **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 13, n. 1, jan./abr. 2021.

MENDONÇA, Rubens de. **História de Mato Grosso**. 2. ed. 1970.

MENÉNDEZ, Miguel. Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. XXVIII, p. 289-388, 1981-1982.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes na origem de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 29-52, set./dez. 2018.

MORGADO, Paula; BARBOSA, Gabriel Coutinho. **Wayana**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Wayana>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 222-275, jul./dez. 2003.

NEVES, Eduardo. G. **Sob os tempos do equinócio**: oito mil anos de história na Amazônia central (6.500 AC-1.500 DC). 2012. Tese (Livre-docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NEVES, Josélia Gomes. Na trilha dos Urupá: estudos de antropologia etnopedagógica. **Tellus**, Campo Grande, ano 16, n. 30, p. 61-68, jan./jun. 2016.

NIMUENDAJU, Curt. The Mura and Piraha. In: STEWARD, Julian H. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington, EUA: Government Printing Office, 1948. v. 3.

NOELLI, Francisco. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 7-53, 1996.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **A soldadesca desenfreada**: politização militar no Grão-Pará da era da Independência (1790-1850). 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

NUNES, José Maria de Souza; ADONIAS, Isa. **Real Forte Príncipe da Beira**. Salvador: Fundação Emílio Odebrecht; Rio de Janeiro: Spalla, 1985.

NUNES FILHO, Jonas Rodrigues. **Modelagem da inundação de florestas de várzea do estuário amazônico**. 2016. Dissertação (Mestrado Biodiversidade tropical) – Programa de Pós-graduação em Biodiversidade Tropical, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência.** 2007. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

OLIVEIRA, Felipe Rodrigues de. **Por homens e caminhos: o contrato das entradas e o comércio nas Minas – 1762-1789.** 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. **A corrida pelo rio: projetos de canais para o rio São Francisco e disputas territoriais no império brasileiro (1846-1886).** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massagana, 2019.

OLIVEIRA, Náhyra Rayanne Aragão. **A Casa de Fundação de Vila Bela (1772-1820).** 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo de. As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 109-129, jun. 2010.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Roças, fazendas, engenhos, currais: uma cartografia da ruralidade colonial nas minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII). **Revista de História**, São Paulo, n. 173, p. 211-251, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA JÚNIOR, Mauro Guimarães. A participação de Goiás na defesa da fronteira oeste e norte do império Atlântico português de 1750 a 1821. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Ciências Humanas e da Terra, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

OSORIO, José Ramón Menéndez de Lurca y Navia. **Los sentidos del camino.** Madri: Ineco, 2011.

PARDAL, Francisco José Pegacha. **Uma devoção de grandes e pequenos: Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa nos séculos XVII e XVIII.** 2018. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

PASCHOAL, Tainá Guimarães. A mandioca e o projeto do jesuíta João Daniel para a Amazônia. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira (Org.). **História e alimentação: Brasil séculos XVI-XXI.** Belém: Paka-Tatu, 2020. p. 253-271.

PASTELLS, R. P. P. SJ. **Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil).** Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, 1949. t. VIII, primeira parte, p. 667-668.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808).** 2006. Tese. (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PAUL-GUERS, Cendrine. O rio Oyapoque: povos indígenas e fronteiras. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 169-177, jul./dez. 2008.

PELÚCIA, Alexandra. **Corsários e piratas portugueses: aventureiros nos mares da Ásia**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

PEREIRA, Ana Cristina Duarte. A troca das princesas Maria Bárbara de Bragança e Maria Ana Vitória: o reatar das boas relações ibéricas?. In: MILLÁN, José Martínez; LOURENÇO, Maria Paula Marçal (Org.). Las relaciones discretas entre las monarquías hispana y portuguesa: las casas de las reinas (siglos XV-XIX). **Congreso Internacional las relaciones discretas entre las monarquías hispana y portuguesa: las casas de las reinas** (siglo XV-XIX). Madri, 2009. v. I.

PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764). **Memoria Americana: Cuadernos de Etnohistoria**. Buenos Aires, v. 25, n. 2, p. 95-112, 2017.

_____. **Missão jesuítica colonial na Amazônia meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PEREIRA, Márcia Leila de Castro. Território e mobilidade Mura no baixo rio Madeira/AM. **Habitus**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 263-235, jul./dez. 2016.

PINHEIRO, Bruno. **Homens de ferro, mulheres de pedra: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

PINTO, Emanuel Pontes. Viagem de descobrimento ao rio Madeira e suas vertentes por Francisco de Melo Palheta. **Revista Veredas Amazônicas**, Porto Velho, v. 2, n. 2, p. 69-86, jul./dez. 2012.

POMPEU, André José Santos. A atuação de João de Abreu Castelo Branco na disputa pelo cacau no Cabo do Norte (1739-1747). **Revista Ágora**, Vitória, v. 32, n. 2, 2021.

PORRO, Antônio. **Dicionário etno-histórico da Amazônia colonial**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo, 2007.

POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento: uma praça de guerra do império colonial português. **História em Revista**, Pelotas, v. 12, n. 13, p. 9-28, 2007.

POUILLY, Marc; BECK, Stephan G. Geografia general. In: POUILLY M. et al. **Diversidad biológica en la llanura de inundación del río Mamoré: importancia ecológica de la dinámica fluvial**. Santa Cruz, Bolívia: Centro de Ecología Simón I. Patiño, 2004. p. 15-26.

PRATA, Maria Catharina Reis Queiroz. Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela engenharia militar na América portuguesa. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 13, n. 2, p. 127-145, maio/ago. 2011.

PRUDENTE, Gabriel de Cássio Pinheiro. **Entre índios e verbetes**: a política linguística na Amazônia portuguesa e a produção de dicionários em língua geral por jesuítas centro-europeus (1720-1759). 2017. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América portuguesa, 1550-1700. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 53, p. 189-204, mar. 1999.

_____. **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.

PURPURA, Cristian. **Forma de existência em áreas de fronteira**: a política portuguesa do espaço e os espaços de poder no oeste Amazônico. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RAMIREZ, Henri. Etnônimos e topônimos no Madeira (séculos XVI-XX): um sem-número de equívocos. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 2, n. 2, p. 14-58, 2010.

RAUSCHERT-ALENANI, Manfred. A história dos índios Aparai e Wayana segundo suas próprias tradições. In: HARTMANN, Thekla; COELHO, Vera Penteadó (Org.). **Contribuições à antropologia em homenagem ao professor Egon Schaden**. São Paulo: Universidade de São Paulo/Fundo de Pesquisas do Museu Paulista. 1981, v. 4, p. 233-53. (Série Ensaios).

RAVENA, Nirvia. **Abastecimento**: falta, escassez do “pão ordinário” em vilas e aldeias do Grão-Pará. 1994. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

_____; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia colonial. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 50, p. 395-420, maio/ago. 2013.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **João Pedro da Câmara, um fronteiro olvidado**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. n. 46.

_____. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**: a fronteira com as colônias espanholas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. t. 2.

_____. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**: as fronteiras com as colônias espanholas. Pará: Secult/Cejup, 1993. v. 2. (Série Lendo o Pará).

_____. Paulistas na Amazônia e outros ensaios. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 175, p. 213-338, 1940.

_____. **Santarém**: seu desenvolvimento histórico. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, DF: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979. v. 124. (Coleção Retratos do Brasil).

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos**: índios coloniais em Minas Gerais setecentista. 2003. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de el-rei. **Tempo**, v. 12, n. 23, 2007.

RIO-BRANCO, Miguel Paranhos. **Alexandre de Gusmão e o tratado de 1750**. Brasília, DF: Funag, 2010.

ROCHA, Lecy Figueiredo. **Guerreiros Cabaçais**: a luta deste povo Bororo pela sobrevivência na região do Guaporé. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

ROCHA JUNIOR, Deusdedit Alves. **“Pello rio dos Tocantins à bayxo athe Bellem do Gram Pará”**: territorialidade e saber sobre o espaço nos Setecentos. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

RODRIGUES, Aryon D. A classificação do tronco linguístico tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 12, n. 1/2, p. 99-104, 1964.

RODRIGUES, Carmem. Um experto em Amazônia?: o visconde de Balsemão e a representação da Amazônia portuguesa no mapa “Colombia Prima or South America”. **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 12, n. 2, jul./dez. 2020.

RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. **A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os homens de negócio de Vila Bela (1752-1778)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

ROLLER, Heather Flynn. **Amazonian routes**: indigenous mobility and colonial communities in northern Brazil. Stanford: Stanford University Press, 2014.

_____. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. **Revista de História**, São Paulo, n. 168, jan./jun. 2013.

_____. Migrações indígenas na Amazônia do século XVIII. In: CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **Migrações na Amazônia**. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPGA, 2010.

ROSSINI, Gabriel Almeida Anjtunes. **Política internacional e desenvolvimento econômico**: as origens da dependência de Portugal perante a Inglaterra. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

SALDANHA, Nuno. A nau Nossa Senhora de Belém e S. José (1766-1805), de Luís Isidoro de Gouveia, e a gênese do Arsenal Real de Belém do Pará (Brasil). **Navigator**:

Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 13-27, 2018.

SALLES, Hyllo Nader de Araújo. Caminhos e descaminhos do ouro do Brasil. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS, 2015, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439855844_ARQUIVO_caminhos_edescaminhosdoouro,1710-1735.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SALVADOR, José. Os transportes em São Paulo no período colonial. **Revista de História**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 81-141, set. 1959.

SALVINO, Romulo Valle. **Guerras de papel**: comunicação escrita, política e comércio na monarquia ultramarina portuguesa. Jundiaí: Paco Editorial, 2020a.

_____. Um correio pelo caminho de terra: as comunicações no estado do Maranhão e Grão-Pará nos princípios do século XVIII. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 103-125, set./dez. 2020b.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil colonial 1720, 1821**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3, p. 307-338.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos**: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SANT'ANNA, Igor Rechetnicow Alves et al. Pescarias tradicionais da cachoeira do Teotônio submersas pelas usinas em Rondônia. **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 12, n. 2, p. 229-248, jul./dez. 2020.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Três ensaios de história colonial**. Brasília, DF: Senado Federal/Conselho Editorial, 2007.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Da Paraíba ao estado do Maranhão: trajetórias de governo na América portuguesa (séculos XVII e XV). **Revista de História**, São Paulo, n. 161, p. 59-83, 2. sem. 2009.

_____. Governadores e capitães-generais do estado do Maranhão e Grão-Pará e do estado do Grão-Pará e Maranhão (1702 a 1780): trajetórias comparadas. **Crítica Histórica**, Sergipe, ano VIII, n. 16, p. 41-63, dez. 2017.

_____. Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no estado do Maranhão. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 667-688, 2015.

SANTOS, Fabricio Lyrio. Conflitos pelas terras indígenas no contexto do Diretório: o caso da aldeia de São Pedro do Porto da Folha em Sergipe. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 81-104, jan./abr. 2022.

_____. **Da catequese à civilização:** colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, Márcio. **As estradas reais:** introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Rios e fronteiras:** conquista e ocupação do sertão baiano. São Paulo: Edusp, 2017.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECRETO, Maria Verónica. Territorialidades fluidas: corsários franceses e tráfico negreiro no Rio da Prata (1796-1799). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 419-443, jul./dez. 2016.

SENA, Divino Marcos de. Camapuã no período do acaso das monções: população, trabalho, lavoura, exploração e resistência. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 7, jan./jun. 2010.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1850. In: BETHEL, Leslie (Org.). **História da América Latina:** América Latina colonial. Tradução de Maria Clara Cescato. 2. ed. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. v. 1, p. 477-518.

SILVA, Cliverson Gilvan Pessoa da; COSTA, Angislaine Freitas. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio Madeira durante o século XVIII. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 6, n. 1, p. 110-139, 2014.

SILVA, João Bosco da. **Vila Bela à época de Luís de Albuquerque: 1772-1789.** Cuiabá: EdUFMT, 2017.

SILVA, José Manuel Azevedo e. **O modelo pombalino de colonização da Amazônia.** Coimbra: Universidade de Coimbra, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SILVA, Jovam Vilela. **Mistura de cores (política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso – século XVIII).** Cuiabá: EdUFMT, 1995.

SILVA, Kalina Vanderlei. Agência indígena na conquista do sertão: estratégias militares e tropas indígenas na “guerra dos bárbaros” (1651-1704). **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 77-90, 2019.

SILVA, Marley Antonia Silva da. Da costa do Grão-Pará ao sertão do Brasil: tráfico de escravizados entre Belém, Mato Grosso e Goiás. **Revista Historiar**, v. 10, n. 18, jan./jun. 2018.

SILVA, Thiago Luiz Magalhães. **A fronteira fiscal norte da capitania de Minas Gerais, 1720-1765**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Vanda da. **Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

SILVA JUNIOR, Roberto França da. A circulação como um dos fundamentos do espaço: elementos para a busca de um conceito. **Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 1, n. 1, p. 139-155, 2007.

_____. Circulação, epistemologia e a constituição de um ramo da ciência geográfica. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 2, 2012.

SOMMER, Barbara. **Negotiated settlements: native Amazonian and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798**. 2000. Tese (Ph.D.), University of New Mexico, Novo México, 2000.

SOUSA, Giuliana de Brito; TREVISAN, Ricardo. Vila Bela da Santíssima Trindade, MT (1752): paisagem transicional de uma cidade centro sul-americana. In: ASOCIACIÓN DE ESCUELAS Y FACULTADE PÚBLICAS DE ARQUITECTURA DE AMERICA DEL SUR, 2019, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Campinas: Galoá, 2019. v. 1.

SOUZA, Débora Cazelato. **Administração e poder local: a câmara de Mariana e seus juízes de fora (1730-1777)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012.

SOUZA E MELLO, Marcia Eliane Alves de. O regimento das missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. **Clio: Série Revista de Pesquisa Histórica**, v. 27, n. 1, p. 46-75, 2009.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 48, p. 173-211, 2013.

_____. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos**. Belém: EdUFPA, 2012.

SOUTHEY, Robert. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862. t. V.

STRAFORINI, Rafael. Estradas reais no século XVIII: a importância de um complexo sistema de circulação da produção territorial brasileira. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. X, n. 218 (33), ago. 2006.

_____. Os caminhos reais do ouro: apropriação e práticas espaciais no século XVIII. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 63-80, jan./abr. 2010.

SWEET, David. Native resistance in eighteenth-century Amazonia: the “abominable Muras” in war and peace. **Radical History Review**, n. 53, p. 49-80, 1992.

TIZUKA, Michele Mayumi. **Geoarqueologia e paleohidrologia da planície aluvial holocênica do alto rio Madeira entre Porto Velho e Abunã-RO**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

TORRENTE-VILARA, Gislene et al. Effects of natural rapids and waterfalls on fish assemblage structure in the Madeira river (Amazon basin). **Ecology of Freshwater Fish**, v. 20, p. 588-597, dez. 2011.

_____.; DORIA, Carolina R. C. Categorização e duração dos períodos hidrológicos do rio Guaporé. In: VAN DAMME, Paul A. (Dir.) et al. **Agua del Iténez o Guaporé: recursos hidrobiológicos de un patrimonio binacional (Bolivia y Brasil)**. Marselha: IRD Éditions, 2013.

TULUX, Bruno Mendes. Mato Grosso, a capital fronteira: fortes e presídios na fronteira ocidental da América portuguesa. **Veredas da História**, ano IV, ed. 1, 1. sem. 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

VALLA, Margarida. A construção da fortaleza como imagem do poder real: Fortaleza de Mazagão (Marrocos); Forte da Graça (Portugal); Forte Príncipe da Beira (Brasil). In: 3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, 2019, Salvador. **Anais...** Salvador: Faculdade de Arquitetura e Escola Politécnica Universidade Federal da Bahia, 2019.

_____. O diálogo entre o urbanismo português e os rios como identidade territorial brasileira. **Confins**, São Paulo, n. 23, 2015.

VIANA, Wania Alexandrino. **A “gente de guerra” na Amazônia colonial: composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)**. Curitiba: CRV, 2016.

_____. **Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

VIDAL, Laurent. A gênese dos pousos no Brasil moderno: considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. **Revista Tempo**, Niterói, v. 22, n. 40, p. 400-419, maio/ago. 2016.

VIEIRA, Jaci Guilherme; GOMES FILHO, Gregório F. Forte São Joaquim: de marco da ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 28, p. 117-136, jul./dez. 2015.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Dona Maria Gil e família: possibilidades e imigração entre Açores e o Grão-Pará do século XVIII. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 87-104, 2017a.

_____. Migração açoriana na Amazônia: conexões entre Ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 342-367, 2017b.

_____; MARTINS, Roberta Savaia. Epidemia de sarampo e trabalho escravo no Grão-Pará (1748-1778). **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 293-311, 2015.

ZAGO, Lisandra. **Etno-história Bororo: contatos, alianças e conflitos (séculos XVIII e XIX)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Dourados, Dourados, 2005.